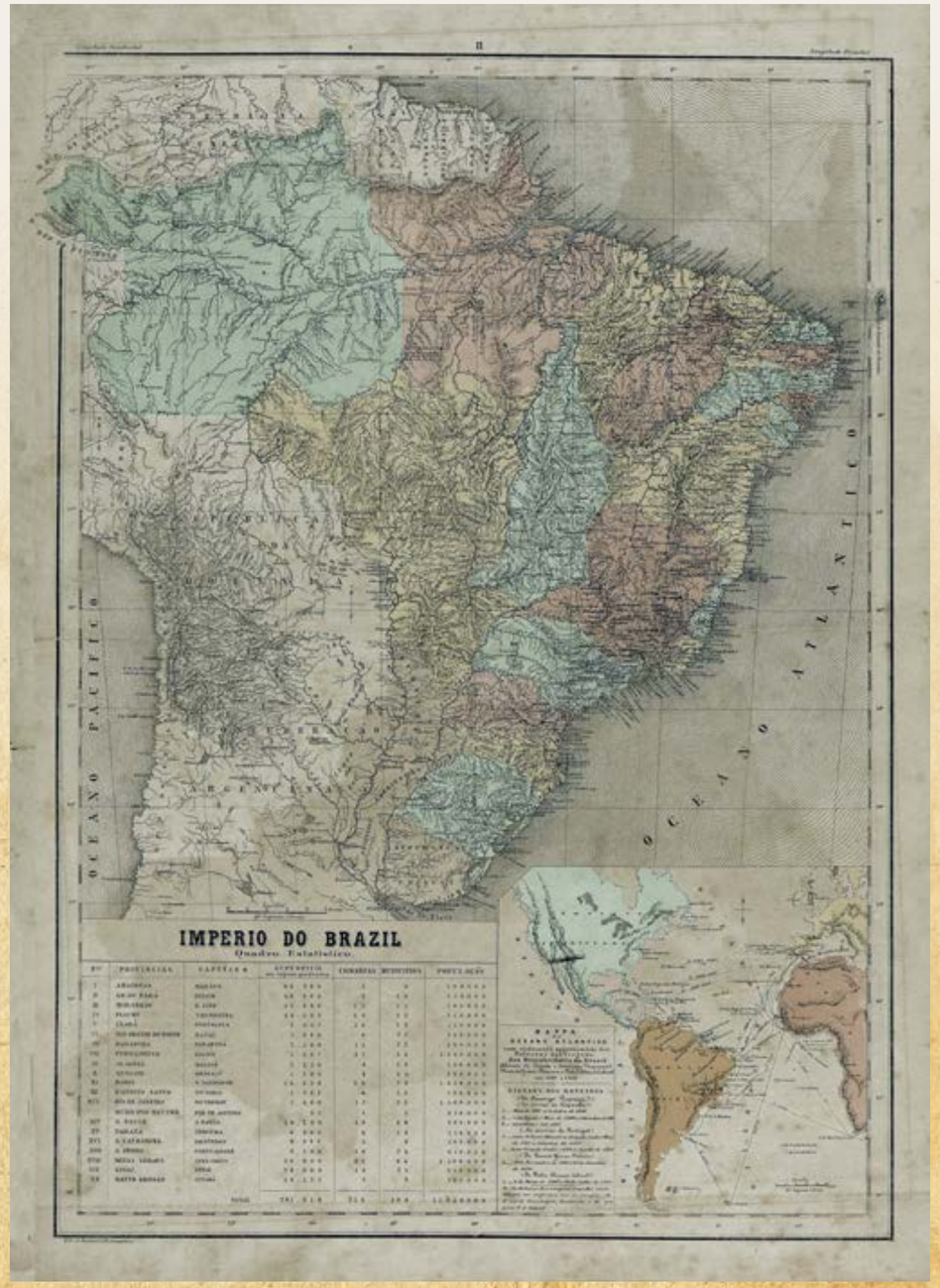
Desbravadores do Brasil

sesc


CAPITANIA GENERAL DO PARA
CAPITANIA GENERAL DE MATTO GROSSO
CAP.ª GENERAL DE GOYAS
CAP.ª GENERAL DE MARANHAM
CAPT.ª DE CEARA
CAP.ª GENERAL DO PERNAMBUCO
CAP.ª GENERAL DE BAHIA
CAP.ª GENERAL DE MINAS GERAES
CAP.ª GENERAL DE SÃO PAULO
CAP.ª GENERAL DO RIO JANEIRO
RIO GRANDE DO SUL
RIO DE LA PLATA
RIVER AMAZON
PERU
OCEANO PACIFICO
OCEANO ATLANTICO



Silva Neto, Casimiro Pedro da.

Desbravadores do Brasil / Casimiro Pedro da Silva Neto ; projeto gráfico e diagramação, Ely Borges ; revisão, Ronaldo Santiago. -- Brasília : Sesc-DF, 2018.

447 p. : il. color.

ISBN 978-85-98695-24-2

1. História do Brasil. I. Serviço Social do Comércio Administração Regional do Distrito Federal.

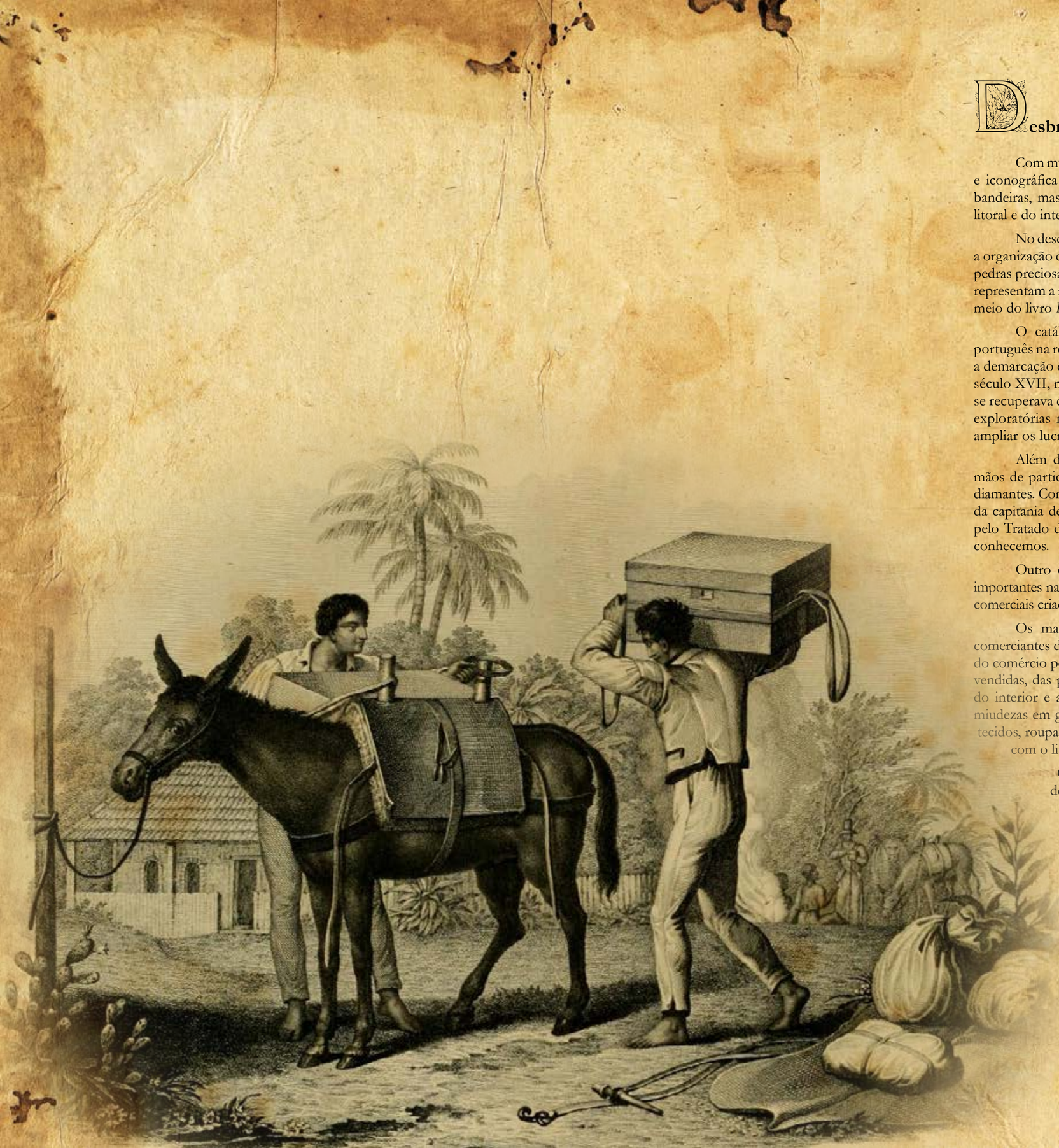
CDU 94(81)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Fabrícia Feitosa CRB1 - 2717

Serviço Social do Comércio
Administração Regional no Distrito Federal

Desbravadores do Brasil

Brasília | Janeiro de 2018



Desbravadores do Brasil

Com muito orgulho preparamos este livro, resultado de dois anos de pesquisa histórica e iconográfica e elaboração de textos sobre missões, expedições e comissões científicas, bandeiras, mascates e tropeiros que deixaram registros de seus feitos pelos caminhos do litoral e do interior do nosso país.

No desenvolvimento do processo de colonização do Brasil e depois no Brasil Império, a organização de expedições pelo interior do país teve objetivos diversos. A busca por ouro e pedras preciosas, a expansão das fronteiras e o comércio são apenas alguns dos aspectos que representam a motivação desses deslocamentos. Pensando nesse rico cenário, o Sesc-DF, por meio do livro *Desbravadores do Brasil*, conta um pouco dessa história.

O catálogo fala sobre as entradas, que envolviam a organização do governo português na realização de expedições que buscavam conhecer o território sob seu domínio, a demarcação e ampliação das fronteiras e a prospecção de metais preciosos. Chegando ao século XVII, momento em que o açúcar vivia uma acentuada crise e o governo português se recuperava do domínio espanhol, as autoridades coloniais passam a incentivar tais ações exploratórias na esperança de descobrirem alguma outra atividade econômica capaz de ampliar os lucros da Coroa.

Além da ação oficial, a exploração do território colonial acontece também pelas mãos de particulares interessados em obter riquezas, principalmente na busca por ouro e diamantes. Conhecidos como bandeirantes, essas figuras do Brasil colonial saíam geralmente da capitania de São Vicente e irrompiam pelos sertões, ultrapassando os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, avançando nossas fronteiras e desenhando o Brasil que hoje conhecemos.

Outro capítulo do catálogo trata dos tropeiros, figuras que também foram muito importantes na abertura de estradas e fundação de vilas e cidades. Muitos entrepostos e feiras comerciais criados por tropeiros deram origem a pequenas vilas e, futuramente, a cidades.

Os mascates também mereceram citação, pois são considerados os primeiros comerciantes do Brasil. A mascateação introduziu inovações que, hoje, são traços marcantes do comércio popular, como as práticas da alta rotatividade e alta quantidade de mercadorias vendidas, das promoções e das liquidações. Inicialmente os mascates visitavam as cidades do interior e as fazendas de café levando pequenos objetos, manufaturados, bijuterias e miudezas em geral. Com o tempo e o aumento do capital, começaram também a oferecer tecidos, roupas prontas e outros artigos. Eram também o canal de comunicação do interior com o litoral do Brasil e um divulgador das duas realidades.

O livro foi editado a partir de pesquisa histórico-descritiva, de ilustrações, desenhos, obras de arte e de registros iconográficos. A obra é enriquecida com relatos de fatos, informações e curiosidades mediante os quais o leitor poderá conhecer o passado histórico brasileiro.

O Sesc-DF é referência em cultura em todas as suas vertentes: literatura, teatro, dança, fotografia, artes visuais e plásticas. É por isso que a instituição é reconhecida como um dos mais importantes fomentadores de cultura da capital federal. Isso sintetiza o seu objetivo principal. Entendemos a cultura como investimento para possibilitarmos inclusão e desenvolvimento social.

Um abraço,
Adelmir Santana
Presidente do Sistema Fecomércio-DF





Pelos Caminhos dos Desbravadores

Os **Desbravadores do Brasil** é mais uma publicação histórico-descritiva que caminha na mesma trilha das publicações anteriores produzidas pelo Sesc-DF – *Construtores de Brasília, Café do Brasil, O Ciclo do Ouro e o Barroco em Minas Gerais* – que certamente contribuirá para melhor conhecer e interpretar o Brasil a partir de suas raízes e dos movimentos políticos e socioeconômicos.

A linha mestra que une essas publicações é a pesquisa e o registro de fatos relevantes do passado brasileiro, desde os tempos coloniais, arcabouços sobre os quais foi sendo desenhada e construída a identidade nacional.

Nesta publicação, o propósito foi o de debruçar sobre a nossa história, desta vez, trazendo à tona o processo de interiorização e expansão das fronteiras territoriais e comerciais do país, suas complexas e antagônicas motivações, suas formas de organização, seus avanços e retrocessos, bem como seus reflexos diretos na organização e moldagem da sociedade brasileira.

A estrutura narrativa desta publicação está alicerçada em pesquisa bibliográfica e iconográfica dos mais expressivos movimentos – **Missões, Bandeiras, Comissões e Expedições**, que, associados à expansão do comércio por meio dos **Mascates e Tropeiros**, permite compreender e resgatar a expansão territorial e a formação dos primeiros conhecimentos sobre a geografia, a fauna, flora e a população do Brasil.



É um resgate histórico dos mais expressivos protagonistas que contribuíram para o desbravamento e expansão territorial, para o comércio e o conhecimento científico, entre tantas outras conquistas.

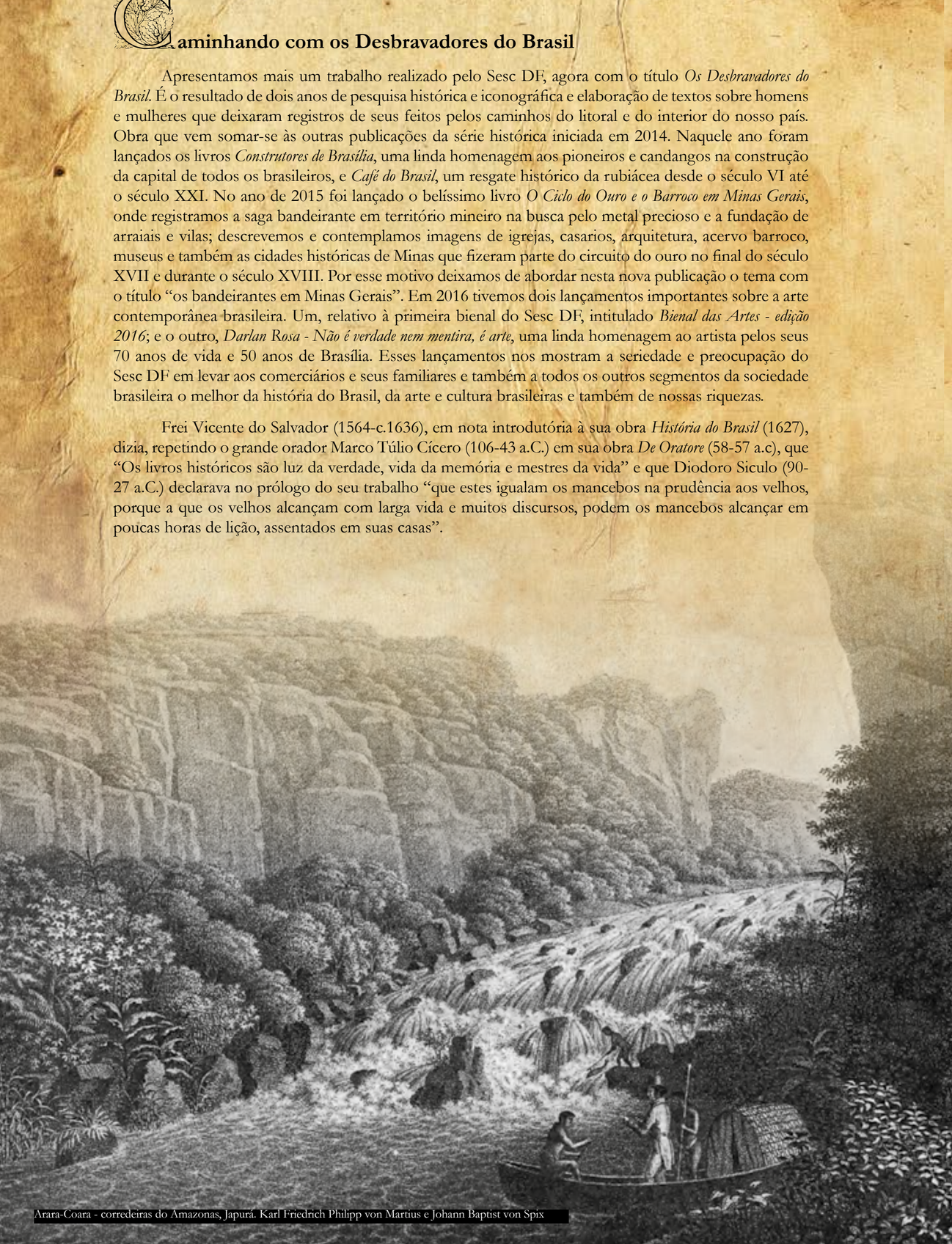
A visão conjunta dos movimentos associados à interiorização permite a releitura do nosso passado e melhor compreensão da formação política, social, cultural e econômica do nosso país.

José Roberto Sfair Macedo
Diretor Regional – Sesc-DF

Caminhando com os Desbravadores do Brasil

Apresentamos mais um trabalho realizado pelo Sesc DF, agora com o título *Os Desbravadores do Brasil*. É o resultado de dois anos de pesquisa histórica e iconográfica e elaboração de textos sobre homens e mulheres que deixaram registros de seus feitos pelos caminhos do litoral e do interior do nosso país. Obra que vem somar-se às outras publicações da série histórica iniciada em 2014. Naquele ano foram lançados os livros *Construtores de Brasília*, uma linda homenagem aos pioneiros e candangos na construção da capital de todos os brasileiros, e *Café do Brasil*, um resgate histórico da rubiácea desde o século VI até o século XXI. No ano de 2015 foi lançado o belíssimo livro *O Ciclo do Ouro e o Barroco em Minas Gerais*, onde registramos a saga bandeirante em território mineiro na busca pelo metal precioso e a fundação de arraiais e vilas; descrevemos e contemplamos imagens de igrejas, casarios, arquitetura, acervo barroco, museus e também as cidades históricas de Minas que fizeram parte do circuito do ouro no final do século XVII e durante o século XVIII. Por esse motivo deixamos de abordar nesta nova publicação o tema com o título "os bandeirantes em Minas Gerais". Em 2016 tivemos dois lançamentos importantes sobre a arte contemporânea brasileira. Um, relativo à primeira bienal do Sesc DF, intitulado *Bienal das Artes - edição 2016*; e o outro, *Darlan Rosa - Não é verdade nem mentira, é arte*, uma linda homenagem ao artista pelos seus 70 anos de vida e 50 anos de Brasília. Esses lançamentos nos mostram a seriedade e preocupação do Sesc DF em levar aos comerciários e seus familiares e também a todos os outros segmentos da sociedade brasileira o melhor da história do Brasil, da arte e cultura brasileiras e também de nossas riquezas.

Frei Vicente do Salvador (1564-c.1636), em nota introdutória à sua obra *História do Brasil* (1627), dizia, repetindo o grande orador Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) em sua obra *De Oratore* (58-57 a.c), que "Os livros históricos são luz da verdade, vida da memória e mestres da vida" e que Diodoro Siculo (90-27 a.C.) declarava no prólogo do seu trabalho "que estes igualam os mancebos na prudência aos velhos, porque a que os velhos alcançam com larga vida e muitos discursos, podem os mancebos alcançar em poucas horas de lição, assentados em suas casas".



Arara-Coara - corredeiras do Amazonas, Japurá. Karl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix

O Brasil, a partir do século XVI, foi marcado por expedições, comissões e missões científicas, bandeiras e bandeirantes, mascates, tropeiros e viajantes nacionais e estrangeiros dos mais variados campos do conhecimento que desbravaram o território em busca de novas descobertas que contribuíssem para o desenvolvimento da ciência, da história e do comércio, para a modernização das nações e para ampliação do conhecimento humano. Em meio aos homens da ciência, figuraram o escritor, o historiador, o artista e o desenhista, encarregados pelos diários e produção iconográfica que ilustrassem os relatos de viagem e as pesquisas científicas. Os registros e as imagens feitas por eles formaram um repertório imagético que traduziu o Novo Mundo para o homem europeu. Tais registros e representações são aqui mostrados não apenas como impressões individuais sobre os cenários desvelados durantes as longas viagens, mas como ferramentas essenciais para o conhecimento de todos nós e contribuição essencial para a pesquisa histórica e científica.

Como bem registra a professora Luciana de Fátima Cândido, "o 'velho mundo' interessava-se por lugares repletos de singularidades naturais, sociais e antropológicas, e a literatura de viagem foi um importante veículo de comunicação e propagação das imagens desses *habitats* desconhecidos. As diversas iconografias revelaram a beleza e a singularidade do interior do Brasil desvendado pelo desbravador e tornaram visíveis as peculiaridades de um 'novo mundo', detentor de um verdadeiro tesouro botânico e zoológico (in Carl Fr. Ph. von Martius: estudo e registro da flora brasileira - https://www.bbm.usp.br/node/83). Após a abertura dos portos, em 1808, a exuberância da natureza tropical impressionou a todos que aportaram no Brasil. Spix e Martius, em *Viagem pelo Brasil*, vol.I, 1823, p.95, registraram que "Não menos extraordinário que o reino das plantas é o dos animais que habitam as matas virgens. O naturalista para aí transportado pela primeira vez não sabe o que mais admirar, se as formas, os coloridos ou as vozes dos animais".

O número de expedições, comissões e missões científicas que chegaram ao país são impressionantes. Somados aos inúmeros viajantes, repórteres de seu tempo (que deixamos de abordar nesse livro, pois merecem uma edição própria dentro do mesmo tema), percorreram o território brasileiro enfrentando um mundo totalmente desconhecido e superando obstáculos de toda natureza. Em meio a biólogos, geólogos, zoólogos, escritores, historiadores, cientistas e naturalistas, vamos encontrar outra figura comum nessas viagens, que era a do artista itinerante, encarregado pela produção iconográfica que ilustraria os relatos de viagem.



O mercador José Casimiro da Silva em deslocamento para os sítios e fazendas da região de Gastão Vidigal e Turiúba no estado de São Paulo, na década de 1960

A partir de cartas, relatórios, diários de viagem, arquitetura colonial e bandeirista, igrejas, casarios, acervos de museus e centros culturais, publicações das mais diversas, esculturas, maquetes e pinturas de paisagens, cidades, costumes e povos, podemos formar um retrato da sociedade brasileira que foi se formando no período compreendido entre os séculos XVI e XX. As descrições e imagens criadas por todos que aqui passaram e que antes traduziam o Novo Mundo para o homem europeu, hoje nos permitem compreender o olhar de todos eles sobre a natureza, sobre os homens e mulheres e sobre os indígenas que aqui viviam. Também nos permitem ter uma visão geral dos mais de 500 anos da história do Brasil.

O nosso caríssimo diretor do Sesc DF, José Roberto Sfair Macedo, havia nos solicitado um livro que trouxesse à luz um tratado breve sobre os desbravadores do Brasil tendo em vista a complexidade do tema, mas eis que alarga-se o horizonte e a pesquisa se aprofunda numa imensidão de livros e documentos históricos, artigos e escritos dos mais diversos, monografias e iconografia que museus, bibliotecas, universidades e centros culturais, espalhados pelo mundo, começam a disponibilizar na rede mundial de computadores. Riquíssimo acervo também em arquivos digitais graças a parceira envolvendo o Google e a Wikimedia Commons. São milhões de arquivos livres facilitando de maneira brilhante a pesquisa histórica e iconográfica. Esse missivista se vê então no dilema de escrever ou não um pouco mais, não ser tão sucinto, mas trazer à luz um pouco das tantas páginas de nossa história enriquecidas pelo tempo em bibliotecas antes inacessíveis ao grande público. Compreensível, rogo-lhes, então, que entendam o ter-me alongado num livro tão importante para todos que se interessam pelo assunto.

Assim, volto a repetir Frei Vicente do Salvador, "de sorte que pudesse dizer o que disse Santo Agostinho ao santo bispo Simpliciano, que, havendo-lhe pedido um tratado breve em declaração de certas dificuldades, ofereceu-lhe dois livros inteiros, desculpando-se, ainda, como ser a letra tanta que pudera causar fastio, de não satisfazer ao que lhe fora pedido, conforme o desejo do suplicante. (...) Desta maneira, havendo-me Vossa Mercê pedido um tratado das coisas do Brasil, lhe ofereço dous, leitura que pudera causar fastio, se o diverso método a não variara e dera apetite; e contudo receio de não satisfazer a curiosidade de Vossa Mercê, segundo sei que gosta desta iguaria. Donde tomei também motivo para dedicá-la a Vossa Mercê, e não a outrem".

E ao permitir o favor para que se pudesse prolongar um pouco mais na escrita de um novo livro para o Sesc DF, trago à luz ainda as palavras do grande historiador português, citado anteriormente, que "o favor ajuda o escritor, alivia-lhe o trabalho, anima-o e dá-lhe fervor à obra. (...) Favor tão grande para escritores de histórias, que se pode dizer, e assim é, que aos mortos dá vida, ressuscitando-lhes a memória, que já o tempo lhes tinha sepultada, e aos vivos excita, dá ânimo e fervor, para que saiam à luz com seus escritos, e folgue cada um de contar e compor sua história". Que assim seja! Pois é mais um livro que engrandece a instituição, ajuda a resgatar a história brasileira e orgulha a todos nós. Faça uma boa viagem acompanhado pelos desbravadores do Brasil. Esperamos que aprecie e se encante como nós. Boa leitura!

Prof. Casimiro Neto
Historiador, escritor e pesquisador



Vila de Queluz (Conselheiro Lafaiete/MG) Litografia de Heaton & Rensburg

SUMÁRIO

Entradas e Bandeiras | Contexto Histórico	17
Entradas (1500-1600)	23
Tropeiros (1600-1950)	31
Mascates, Mercadores e Caixeiros-Viajantes (1600-1950)	43
Bandeiras (1600-1800)	59
As Principais Bandeiras	65
Bandeirantes em São Paulo | Contexto Histórico	121
Bandeirantes no Paraná | Contexto Histórico	179
Bandeirantes em Mato Grosso | Contexto Histórico	183
Bandeirantes em Goiás | Contexto Histórico	193
Bandeirantes no Planalto Central | Contexto Histórico	220
Monções – Bandeiras de Comércio (1700-1850)	227
Expedições, Comissões e Missões Artísticas e Científicas Contexto Histórico	231
Missão Artística e Científica de Maurício de Nassau (1600-1644)	237
Expedição Demarcação dos Limites do Brasil (1780-1790)	271
Expedição Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)	283
Expedição Científica do Príncipe Maximillian Alexander Philipp von Wied-Neuwied (1815-1817)	293
Missão Artística Francesa (1816-1826)	303
Missão Científica Austríaca (1817-1820)	321
Expedição Langsdorff (1821-1829)	347
Missão Científica Emílio Goeldi (1884-1907)	367
Missão Cruls (1892-1896)	373
Comissão Rondon (1890-1915)	381
Expedição Científica Roosevelt-Rondon (1913-1914)	389
Missão Irmãos Villas Boas (1937-1967)	397
Glossário	406
Referências	414
Crédito das Imagens	423
Crédito Institucional e Agradecimentos	447

Vista do rio Vaupés que deságua no rio Negro | Joaquim José Codina



Entradas e Bandeiras



Com o fim da União Ibérica, em 1640, e com a nação portuguesa sob o reinado de D. João IV (1604-1656), apelidado de João, o Restaurador, era necessário tomar posse efetiva das terras do império português e, se possível, avançar as fronteiras que delimitavam Espanha e Portugal nos domínios da América do Sul. Era uma época em que ninguém tinha condição de traçar a linha de Tordesilhas com exatidão, embora o rei tivesse certeza de que a queria cada vez mais a oeste da original. Nesse cenário, a interiorização começa a se efetivar, e a ocupação territorial ganha força também em direção ao litoral norte até o Amapá.

Contexto Histórico

Após a chegada de Cristovão Colombo (1451-1506) à América, em 1492, os reis da Espanha apressaram-se em garantir seus direitos de posse sobre a nova terra. Para isso, pediram a intervenção do papa Alexandre VI (1431-1503), também espanhol. Assim, em 12 de maio de 1493, o papa expediu um documento, denominado de Bula *Inter Coetera*, estabelecendo que o chamado "novo mundo" seria dividido entre Portugal e Espanha, através de um meridiano (linha imaginária) situado 100 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, e que tudo que estivesse a oeste do meridiano pertenceria à Espanha, e tudo o que estivesse a leste pertenceria a Portugal. Com base na bula papal, os espanhóis teriam assegurada a posse das terras americanas descobertas ou a descobrir. Restaria a Portugal a posse das terras africanas.

Os termos da bula desagradaram a coroa portuguesa, e a divisão estabelecida não foi aceita. Para solucionar esse impasse, um novo acordo foi realizado diretamente com a coroa espanhola. Assinado em 1494, ficou conhecido pelo nome de Tratado de Tordesilhas, por meio do qual se deslocava a linha imaginária para 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Mesmo assim, as inexatidões quanto à posição exata dessa linha resultaram em futuros desentendimentos entre portugueses e espanhóis. Enquanto os portugueses afirmavam que a linha de Tordesilhas passava por Buenos Aires, os espanhóis diziam que passava por Cananéia.

Para garantir a ocupação das terras americanas que pertenciam a Portugal, o rei D. João III ordenou, em 1534, a divisão do território em 15 capitanias hereditárias e as entregou aos nobres que se habilitaram ao empreendimento, chamados de capitães ou donatários. O sistema implantado não prosperou, principalmente pela desorganização administrativa e desempenho insatisfatório. Os problemas e o pouco retorno das capitanias levaram o governo português a instituir o cargo de governador-geral do estado do Brasil (1549-1720) através do Regimento de 17 de dezembro de 1548, com 48 artigos, que disciplinava detalhadamente a instalação do governo, a concessão de sesmarias, a organização do comércio, medidas para a defesa e o trato com os índios e invasores, entre outros assuntos. O Vice-Reinado foi implantado em 23 de novembro de 1720 e perdurou até 22 de janeiro de 1808, com a chegada da família real ao Brasil. Esses sistemas de governo coexistiram com o sistema das capitanias hereditárias até 1759, quando então as capitanias foram extintas pelo governo do Marquês de Pombal (1699-1782).

A partir de 1580, ano da unificação das coroas portuguesa e espanhola (União Ibérica) sob Felipe II (1527-1598), rei da Espanha, o governo espanhol passou a controlar também todas as colônias portuguesas. Nesse período, os bandeirantes residentes na capitania de São Vicente começam a expandir seus negócios e se voltam em direção à região sul e às riquezas das terras ocupadas pelos espanhóis. No final do século XVI a capitania de São Vicente tornou-se o principal ponto de avanço em relação ao sertão e também em direção aos pampas, no sul.

As estimativas sobre a população do Brasil colonial até o início do século XVII variavam entre 70 mil e 100 mil habitantes, incluindo os indígenas que estavam em contato com o colonizador e os próprios colonos. Avançando pouco para o interior, a maior parte desses habitantes concentrava-se basicamente no litoral, espalhando-se de forma descontínua pela extensa costa brasileira, desde Natal (RN) até Itanhaém (SP), incluindo lugares como Olinda,



Tropa a caminho da província de São Paulo, 1827 | Jean BaptisteDebret

ENTRADAS E BANDEIRAS

...os portugueses permaneciam no litoral "arranhando as costas como caranguejos". Vivendo próximos aos portos de embarque dos navios, a ele parecia que exploravam a terra com os olhos voltados para o país de origem, afirmando que, "por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal".

Primeiro historiador brasileiro, frei Vicente do Salvador, ao escrever, em 1627, o primeiro tratado da História do Brasil.





Salvador, Ilhéus, Vitória, Rio de Janeiro, Santos e São Vicente. O povoamento de Piratininga (futura cidade de São Paulo), situado mais no interior do território, constituía uma exceção.

O primeiro historiador brasileiro, frei Vicente do Salvador, ao escrever, em 1627, o primeiro tratado da História do Brasil, lamentou que a colonização portuguesa não penetrasse em direção ao interior e se queixava de que os portugueses permaneciam no litoral "arranhando as costas como caranguejos". Vivendo próximos aos portos de embarque dos navios, a ele parecia que exploravam a terra com os olhos voltados para o país de origem, afirmando que, "por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal".

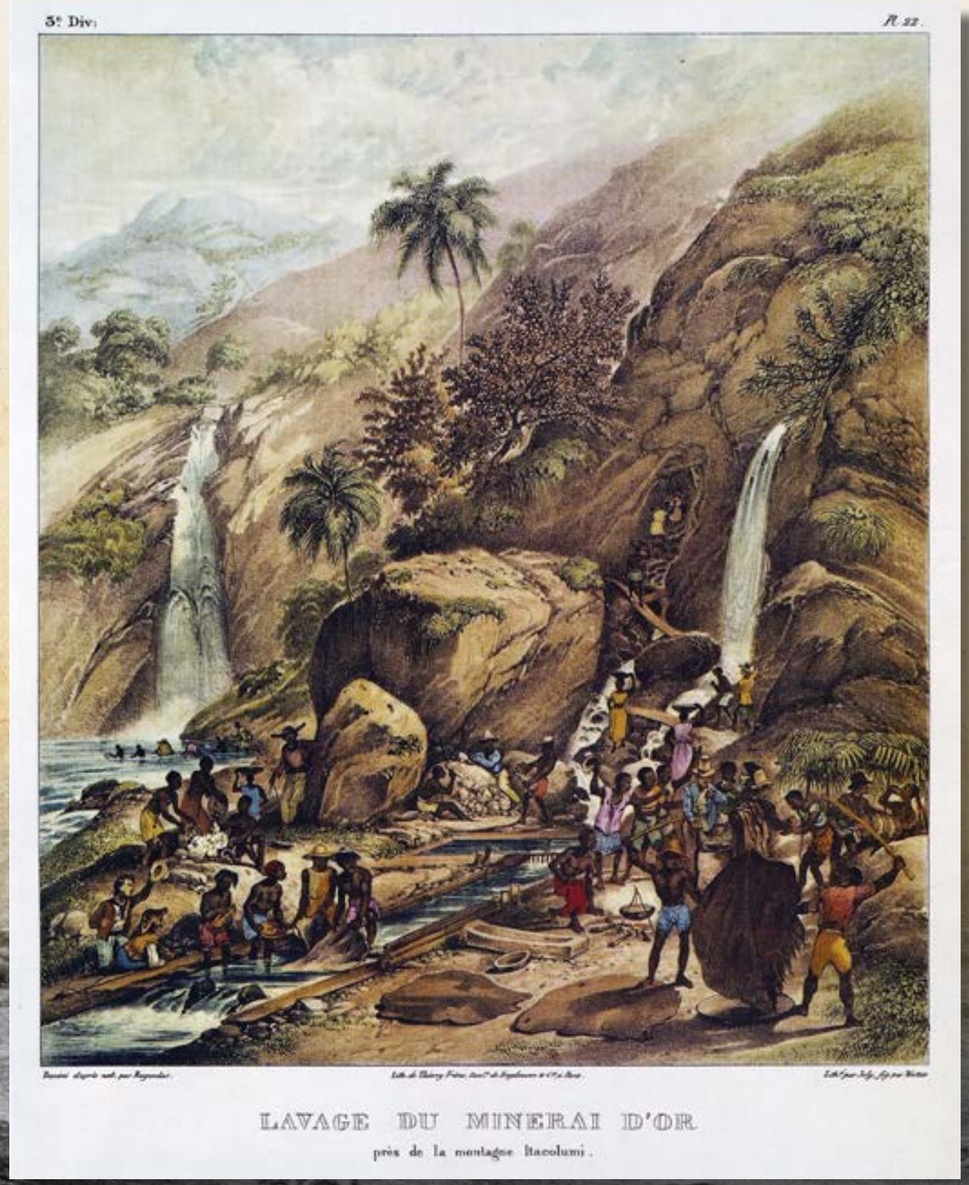
Desde 1530 a compreensão que os portugueses tinham de seu território era determinada pelas fronteiras naturais, representadas pelas serras e pelos grandes rios. Sendo um povo de navegantes, e dada a grande quantidade de rios em território brasileiro, a penetração pelo interior da colônia começa a ser feita pelos cursos das águas fluviais, que também determinavam as zonas ocupadas pelos povos indígenas, que apesar de não terem fronteiras definidas, defendiam seus territórios de forma aguerrida, sem dar trégua aos desbravadores estrangeiros.

O desconhecido e o fator geográfico foram dos que mais desmotivaram o avanço dos colonizadores portugueses pelo interior da colônia. A Serra do Mar, que era uma "grande muralha" recoberta por densa mata, dificultava a penetração. Esse cenário é descrito, em 1585, pelo escritor e jesuíta Fernão Cardim (1549-1625), que acompanhou o visitador e padre jesuíta Cristóvão de Gouveia (1542-1622) da vila de São Vicente à vila de São Paulo, quando diz que "o caminho é cheio de tijucos, o pior que jamais vi, e sempre íamos subindo e descendo serras altíssimas e passando rios e caudais de águas frigidíssimas».

Mas, transposta a serra, a rede fluvial formada pelos rios Grande, Pinheiros, Tamanduateí e Tietê fazia do Planalto de Piratininga uma ligação de avanço ideal em direção às bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Ao mesmo tempo, permitia uma circulação rápida e eficiente entre os diversos pontos do Planalto de Piratininga. No primeiro momento, as vias de comunicação, tráfego e transporte entre o litoral de São Vicente e a vila de São Paulo passam a ser feitas através de rios e pelas antigas trilhas indígenas. A perigosa e tortuosa rede de caminhos combinada com o curso das águas entrava sertão adentro em direção ao sul, ao oeste e ao norte das terras americanas, ultrapassando os limites dos domínios entre Portugal e Espanha.

Para facilitar o avanço dos homens e das bandeiras sobre o sertão, casas são construídas no percurso, arraiais são levantados e vilas são fundadas em pontos estratégicos, de forma a garantir orientação, guarda e segurança para os deslocamentos via terrestre e pelos cursos fluviais. Ao mesmo tempo em que ajudavam na defesa e guarda dos caminhos, defendiam o Planalto de Piratininga e serviam como base de apoio logístico. Do lado espanhol, a política de fronteiras valia-se das missões jesuíticas para defender as terras, os caminhos e os cursos fluviais. Essas missões se reuniam no território ocupado para, além de favorecer as atividades econômicas, barrar os avanços dos bandeirantes paulistas.

Nas primeiras décadas do século XVII, as missões jesuíticas agrupavam-se em três grandes regiões dominadas pelos espanhóis: Itatim (atual Mato Grosso do Sul), Guairá (ao sul do rio Paranapanema, atual Paraná) e Tape (região central do Rio Grande do Sul). Partindo de São Paulo, as bandeiras paulistas destruíram as missões do Tape, do Guairá e do Itatim. Os confrontos aconteceram na primeira metade do século XVII, quando então foram destruídas inúmeras aldeias missioneiras e capturados índios, peças, objetos e ornamentos religiosos, que são levados para a capitania paulista.



Uma vez afastada a ameaça dos jesuítas e garantida a defesa do território, os bandeirantes paulistas realizaram uma série de expedições exploratórias aspirando descobrir metais e pedras preciosas no interior do Brasil. Fizeram também expedições desbravadoras para reconhecimento das terras ao longo das bacias do Paraguai e do Amazonas e no Planalto Central do Brasil, participando, inclusive, das lutas que expulsaram os holandeses do nordeste brasileiro.

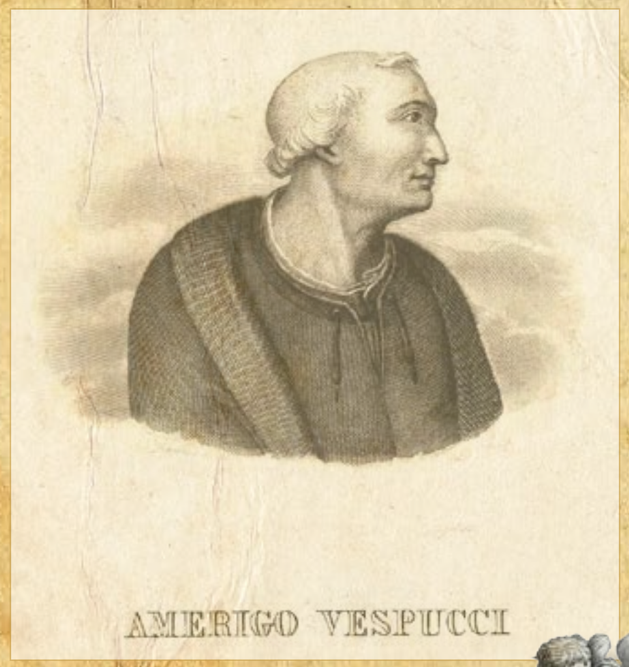
ENTRADAS E BANDEIRAS

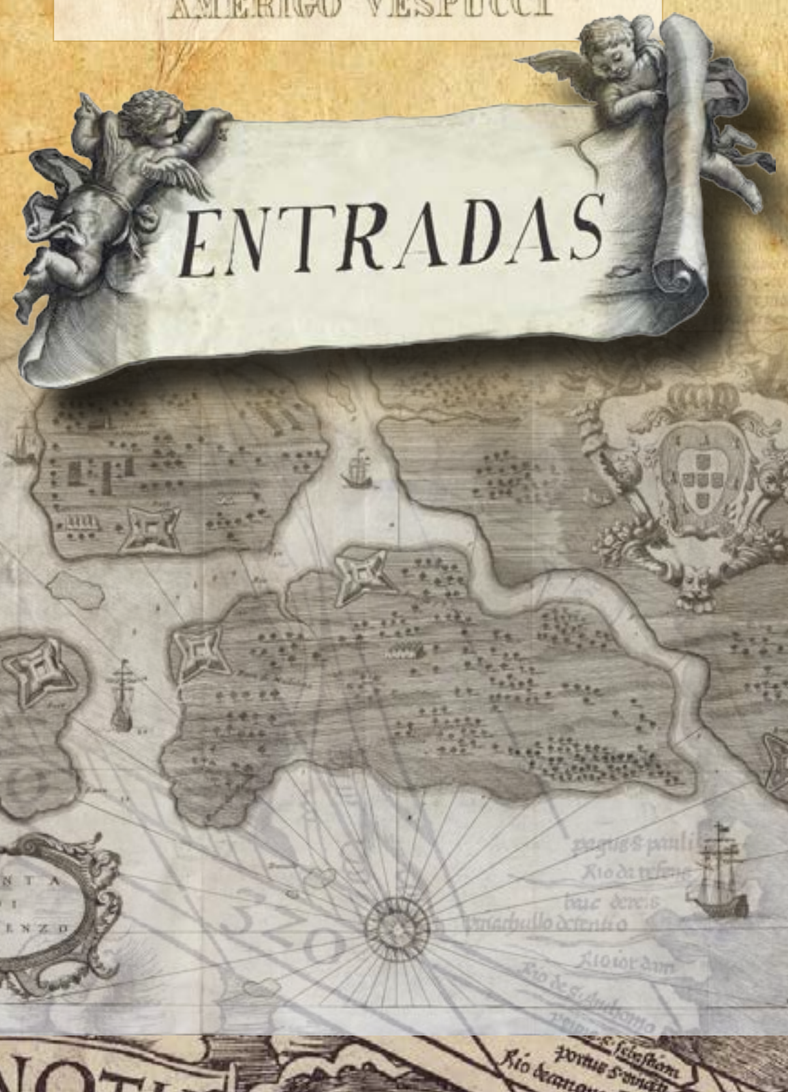
Uma vez afastada a ameaça dos jesuítas e garantida a defesa do território, os bandeirantes paulistas realizaram uma série de expedições exploratórias aspirando descobrir metais e pedras preciosas no interior do Brasil. Fizeram também expedições desbravadoras para reconhecimento das terras ao longo das bacias do Paraguai e do Amazonas e no Planalto Central do Brasil, participando, inclusive, das lutas que expulsaram os holandeses do nordeste brasileiro. O resultado das expedições foi a descoberta de ouro e diamantes nas regiões paulista, paranaense, mineira, goiana e matogrossense.

O movimento de entradas pelo interior das terras da América do Sul, sob disputa entre Portugal e Espanha, resultou em ações de diferentes grupos, entre os quais podemos destacar: a) o envolvimento de exploradores em **expedições militares** "sertão adentro", no início da colonização, patrocinadas pelo governo com o propósito de ocupar, defender e expulsar estrangeiros que ocupavam partes do território brasileiro; b) os **bandeirantes,** que começaram a percorrer o sertão em combate aos grupos indígenas que resistiam à ocupação das terras pelos portugueses e atacavam ferozmente as povoações e as colunas de desbravadores; aprisionamento de índios para suprir a carência de mão de obra nas fazendas; captura de escravos fugitivos; a procura por ouro e diamantes; c) **jesuítas missionários,** que receberam dos governantes portugueses e espanhóis a concessão de sesmarias (lotes de terra), onde fundaram aldeamentos (missões) na Amazônia e em áreas que correspondem ao sul e ao sudeste do Brasil atual, com o propósito de reunir os indígenas para catequização e exploração de mão de obra para gerar economia com as riquezas encontradas no sertão; d) **criadores de gado e de muares**, que, além de abastecer a população com carne e couro, produziam animais para servir como força motriz (mover moendas) nos engenhos de açúcar e também como meio de transporte. Nesse aspecto, com o crescimento dos rebanhos, o gado começou a invadir os canaviais em busca de pastagens. Para evitar que a pecuária atrapalhasse a produção de açúcar, a administração portuguesa proibiu, em 1701, a criação de gado a menos de 10 léguas (cerca de 60 quilômetros) do litoral da região nordestina, onde se concentravam os engenhos. Assim, os pecuaristas foram obrigados a instalar suas fazendas mais para o interior do território brasileiro.

Nessas operações desbravadoras e exploratórias pelos sertões das terras americanas, no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, os luso-brasileiros foram paulatinamente ultrapassando a linha do Tratado de Tordesilhas, que dividia as regiões pertencentes à Espanha e a Portugal, ocupando e colonizando as novas terras e expandindo as fronteiras para o oeste do Brasil.

Serra de Itambé, Minas Gerais | Spix e Martius





Entradas
(1500-1600)



As expedições, denominadas de entradas, saíam do litoral rumo ao norte, oeste e sudoeste, adentrando pelo interior da colônia. O objetivo era realizar o mapeamento do território, viabilizando sua colonização além do litoral e fazer o levantamento dos recursos de interesse econômico para os lusitanos, principalmente a existência de ouro e pedras preciosas, bem como atuar no combate aos povos indígenas que resistiam, ameaçavam ou impediam o avanço da colonização.

A primeira entrada foi, provavelmente, a expedição de reconhecimento do Brasil realizada sob patrocínio do governo português, em 1501, sob comando do navegador Gaspar de Lemos e com a presença do cartógrafo e navegador florentino Américo Vespúcio (1454-1512).

No início da colonização do território brasileiro, os interesses de Portugal se concentravam no litoral ou próximo dele, uma vez que ali estavam localizados o extrativismo do pau-brasil e o plantio da cana-de-açúcar. Mas, devido à necessidade de ocupação e defesa das terras sob o domínio da coroa portuguesa ameaçadas pela presença de estrangeiros, foi necessário organizar e financiar expedições militares, compostas em sua maioria por soldados portugueses e brasileiros a serviço das províncias, e também expedições oficiais não militares.

As expedições, denominadas de entradas, saíam do litoral rumo ao norte, oeste e sudoeste, adentrando pelo interior da colônia. O objetivo era realizar o mapeamento do território, viabilizando sua colonização além do litoral e fazer o levantamento dos recursos de interesse econômico para os lusitanos, principalmente a existência de ouro e pedras preciosas, bem como atuar no combate aos povos indígenas que resistiam, ameaçavam ou impediam o avanço da colonização.

A primeira entrada foi, provavelmente, a expedição de reconhecimento do Brasil realizada sob patrocínio do governo português, em 1501, sob comando do navegador Gaspar de Lemos e com a presença do cartógrafo e navegador florentino Américo Vespúcio (1454-1512). Outras entradas foram patrocinadas pelo matemático, cosmógrafo e navegador Martim Afonso de Souza (c.1490-1564). O navegador, com sua expedição colonizadora, partiu de Lisboa em 1530 com quatro navios. Ao chegar ao Brasil, trazia com ele regimento para expulsar os franceses da costa brasileira, colocar padrões de posse desde o rio Maranhão até o Rio da Prata e dividir a costa brasileira em capitanias medidas em léguas de costa, que seguidamente o rei português concederia a donatários. Estava autorizado a escolher para si mesmo de cem léguas de costa da melhor terra e outras oitenta para seu irmão mais novo, Pero Lopes de Sousa. Depois de percorrer todo o litoral até a foz do Rio da Prata, onde sobreviveu a um naufrágio, retornou à região de São Vicente em 21 de janeiro de 1532 e, com ajuda de João Ramalho e Antônio Rodrigues, moradores da região que haviam feito amizade com os caciques Tibiriçá e Caiubi, fundou, em 22 de janeiro, a vila de São Vicente - primeira povoação nos moldes portugueses no Brasil. Foi uma homenagem a São Vicente, o mártir, por ser o dia consagrado a este santo, confirmando o nome dado por Gaspar de Lemos trinta anos antes, quando chegou àquela ilha, coincidentemente em 22 de janeiro de 1502. Graças às medidas tomadas por Martim Afonso de Sousa, a vila de São Vicente tornou-se o primeiro município do Brasil, visto que, no dia 22 de agosto de 1532, se elegeu a primeira câmara de vereadores.

ENTRADAS

ENTRADAS

Baya de todos os Sanctos

Villa d'Olinda de Pernambuco

Porics

CAPITANIA

Philippa Villa DE

S. VINCENT

CAPITANIA DE RIO DE IANEIRO

CAPITANIA DE PORTO SEGURO

CAP. DE SPIRITU SANCTO

CAP. DE LA BAHIA

CAP. DE LOS ILEOS

CAP. DE PERNAMBUCO

CAP. DE TAMARACA

CAP. DE PARAYBA

MAR DEL NORT

ACCURATISSIMA BRASILIÆ TABULA.

Amstelodami Joannes Janssonius excudit.

Occidens

Oriens

Meridies

Septentrio



Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro no ano de 1500 | Oscar Pereira da Silva





Chegada ao Brazil de Thomé de Souza, primeiro Governador Geral, em 1549

Após o estabelecimento do cargo de governador-geral do Brasil, em 1548, as entradas passaram a ser organizadas com maior frequência, mas restringiram-se a explorar o interior baiano, pouco avançando pelo território mineiro. No início do século XVII começam a declinar em virtude do surgimento das bandeiras, que vão se estender até meados do século XVIII. De um modo geral, as entradas não respeitaram o Tratado de Tordesilhas, que estabelecia os limites das possessões portuguesas e espanholas.





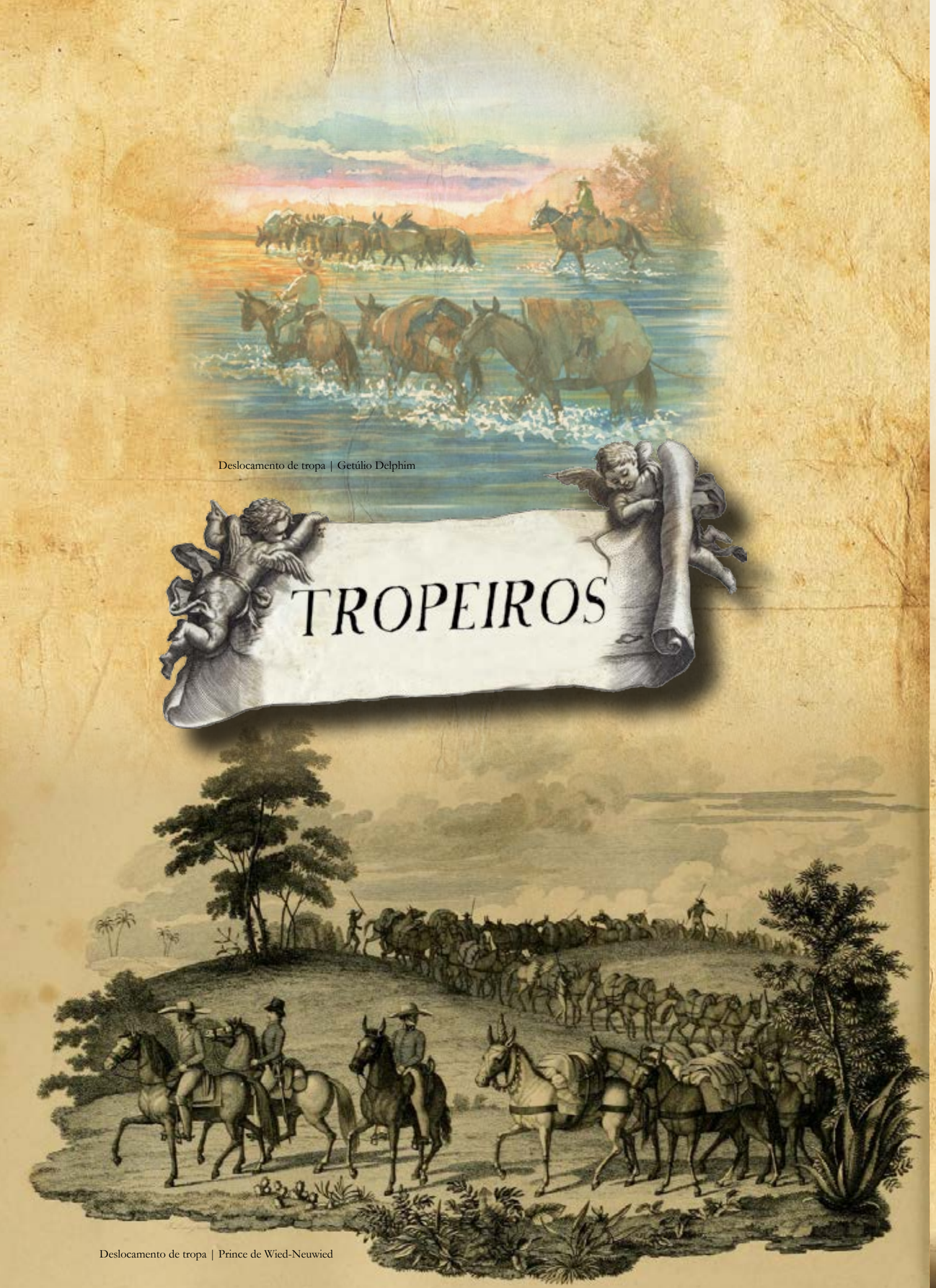
ENTRADAS



PROSPETTO DELLA FORTEZZA DI RIO GRANDE



Província de Pernambuco | Stamperia degl' Eredi del Corbelletti



Deslocamento de tropa | Getúlio Delphim

Deslocamento de tropa | Prince de Wied-Neuwied

Tropeiros
(1600-1950)

homens do caminho, tratantes, viandantes, arrieiros, bruaqueiros, tropeiros

Muito antes do surgimento de estradas, rodovias e ferrovias, os tropeiros eram os responsáveis por abastecer boa parte do interior do Brasil, principalmente as regiões onde não havia alternativa de navegação marítima e fluvial.

Essas regiões, distantes do litoral, dependeram durante muito tempo do transporte realizado por muares (mulas e burros) e têm em suas histórias o relato da presença de tropeiros que circulavam por infinitas trilhas e caminhos dos mais diferentes tipos de solo e relevo, subindo e descendo serras, atravessando campos, rios e riachos, que tornavam as viagens uma verdadeira odisseia, repletas de aventuras e riscos que reuniam casos de enfrentamento de animais selvagens, chuvas torrenciais, falta de comida, perda de animais ou até mesmo perda da rota.

As denominadas "tropeadas" movimentaram o comércio no Brasil conduzindo animais (muares e cavalos) e gados de corte, realizando o transporte do ouro, da produção agrícola e de mercadorias, principalmente de mercadorias de primeira necessidade e de ferramentas de trabalho peculiares às atividades exercidas no interior do país. As trilhas e caminhos utilizados pelos tropeiros eram chamados genericamente de "caminhos das tropas".

A palavra tropeiro deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam animais e mercadorias pelo interior do Brasil, principalmente da região do Rio Grande do Sul até os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas também podemos usar a mesma denominação para o tempo referente à vida colonial, como no ciclo do açúcar entre os séculos XVI e XVII, quando várias regiões do interior nordestino se dedicaram à criação de animais para comercialização com os senhores de engenho, fazendeiros e trabalhadores da terra.



Tropeiros de São Paulo | Debret

Os tropeiros eram homens temperados pela dureza do trabalho e pelos obstáculos encontrados nos longos caminhos traçados para chegar até povoados, vilas e cidades. Nesse percurso iam abrindo picadas nas matas, construindo estradas, pontes de madeira e fazendo a travessia dos rios. A esses condutores de tropas ou comitivas que circulavam entre as regiões de produção e os centros consumidores no Brasil foram dadas várias designações, entre elas, homens do caminho, tratantes, viandantes, arrieiros, bruaqueiros e tropeiros. Num sentido mais amplo, também designava o comerciante que comprava tropas de animais para revendê-las e mesmo o "tropeiro de bestas", que usava os animais para, além de vendê-los, transportar outros gêneros para o comércio nos povoados, vilas e cidades pelas quais passava.



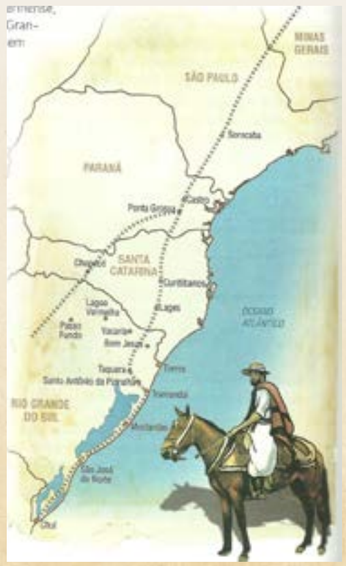
A atividade tropeira começa a se intensificar a partir do século XVII e vai durar até meados do século XX, quando o tropeiro foi aos poucos sendo substituído pelo caminhoneiro. A descoberta do ouro nas Minas Gerais levou a um grande aumento na demanda de carne (charque) e também de couro para os alforges utilizados no transporte do ouro até Lisboa, Portugal. Criou-se então no do Rio Grande do Sul uma enorme rede de confinamento, abate de gado e salga. A Estância do Viamão era o grande mercado onde se comerciavam esses produtos. No início da década de 1730, os criadores de muares, cavalos e gado vacum começam a organizar grandes tropas que saíam do Rio Grande do Sul, por terra, atravessavam Santa Catarina e chegavam até Curitiba. A partir daí, os caminhos para Sorocaba, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais já estavam abertos. Nesse percurso, os tropeiros estacionavam em pontos de pouso para acampar, descansar e pernoitar. Nos "campos de Lajes", ao sul de Santa Catarina e nas fazendas localizadas nos "campos de Curitiba", os tropeiros ficavam à espera do fim dos invernos rigorosos, aguardando também que os animais se recuperassem do desgaste da viagem, pois as intempéries e o longo caminho realizado faziam com que perdessem muito peso. Depois seguiam em direção à feira de muares da vila de Sorocaba (SP).



Em um período de grande circulação de tropas pelas várias regiões do país, foram estabelecidas rotas específicas para facilitar a vida dos tropeiros, pois os percursos podiam durar várias semanas.



Tropeiros no Rio de Janeiro | Henry Chamberlain





Os primeiros roteiros das tropas tornavam as viagens muito longas. Quando não aproveitavam as estradas há muito tempo abertas pelos índios, os tropeiros tinham o trabalho de desbravar a mata virgem para a criação de novas rotas. Apesar das proximidades das Minas Gerais com a capital da colônia, havia no caminho duas enormes barreiras geográficas a serem vencidas – a Serra do Mar e a da Mantiqueira. Outro obstáculo era a travessia do Rio Paraná, quando era necessário acomodar a tropa em balsas e depois retirá-la, processo que durava algumas horas de trabalho duro, mas com a abertura de novas rotas conseguiram diminuir o tempo de cavalgada. O comércio realizado via "Caminho Paulista" levava aproximadamente dois meses para chegar às Minas Gerais passando pelo Vale do Camanducaia, Mogi-Mirim e garganta do Embu. Entretanto o mesmo trecho realizado pelo "Caminho Velho do Rio de Janeiro" levava cerca de 43 dias, apesar do inconveniente transporte marítimo. Mais tarde, com a abertura do chamado "Caminho Novo", que seguia do Rio de Janeiro diretamente para Minas, o tempo de viagem foi reduzido consideravelmente.

Uma das principais rotas comerciais da época, e praticamente o único caminho que ligava São Paulo ao sul do Brasil, iniciava-se onde é hoje a cidade de Viamão (RS), um dos principais centros de comércio e formação de tropas que tinham como destino a feira de Sorocaba. Essa rota ficou conhecida como "Primeiro Caminho das Tropas" ou "Caminho do Viamão", também designado de "Estrada Real". Saía dali e passava por Vacaria, Lages, Correia Pinto, Curitibanos, Santa Cecília, Papanduva, Monte Castelo, Mafra, Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Sengés, Itararé, Itapeva, Itapetininga, chegando a Sorocaba, cujo destino final eram as Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Porém de outras regiões do sul também partiam tropas, quase sempre com o mesmo destino. Esses outros caminhos foram: a "Estrada das Missões", que partia dos campos de São Borja, seguia por Santo Ângelo, Palmeira das Missões, Rodeio, Chapecó, Xanxerê, Palmas – onde se bifurcava por União da Vitória e Palmeira –, e por Guarapuava, Imbituva e Ponta Grossa; o "Caminho da Vacaria", que interligava Cruz Alta a Vacaria no Caminho do Viamão, passando por Passo Fundo e Lagoa Vermelha; e o "Caminho da Praia", que interligava a Colônia de Sacramento, no atual Uruguai, a Laguna, ia pelo litoral desde a altura de Montevidéu, atravessando o Rio Chuí,



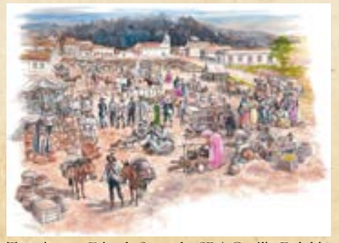
Descanso de tropeiros | Rugendas

depois o canal de Rio Grande, atravessava o rio Mampituba, na atual divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cruzava o rio Araranguá, que dá nome à cidade catarinense, e chegava a Laguna. Também foi aberta uma estrada que ligava Araranguá ao planalto catarinense, chamada de "Caminho dos Conventos", uma opção para transpor a serra e pegar o "Caminho do Viamão" em direção a Sorocaba, mas com o tempo foi abandonado, ficando somente como caminho auxiliar na ligação das estâncias instaladas no litoral entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Essas rotas utilizadas pelos tropeiros não foram apenas caminhos que cortaram espaços e encurtaram distâncias; elas são, nos dias de hoje, um organismo vivo da história e da memória do povo brasileiro.



Deslocamento de tropa | Getúlio Delphim



Tropeiros na Feira de Sorocaba SP | Getúlio Delphim

A cidade de Sorocaba, em território paulista, era o principal centro tropeiro da região sudeste, um dos maiores do Brasil, e também o ponto de maior comercialização de muares, cavalos, gado vacum e produtos para garimpeiros e exploradores. E foi assim de meados do século XVIII até o final do século XIX. Para lá convergiam imensas comitivas de tropeiros provenientes das mais diferentes partes do país para vender, comprar ou trocar seus animais. O estabelecimento de uma feira anual de muares em Sorocaba marca a história da cidade, trazendo mudanças de hábito ao sorocabano. Numa grande região nas adjacências da cidade tinha lugar a engorda preparatória para a festa que era realizada durante a segunda quinzena do mês de maio, além da domesticação de mulas e burros. Uma escola de peões evoluiu junto com as feiras, e os sorocabanos se tornaram mestres na doma de animais. A feira de muares atraiu novos moradores e permitiu o desenvolvimento do comércio e da indústria locais, popularizando produtos como facas, facões, redes, doces e até peças de ouro para montaria feitas por ourives sorocabanos. A feira acabou chamando a atenção do reino português, que implantou a cobrança de impostos. Assim, em 3 de setembro de 1750 foi criado o registro de animais sobre a ponte do rio Sorocaba. De acordo com o jornal *15 de Novembro*, editado na cidade, a última

feira aconteceu em abril de 1897. No entanto, o comércio de muares continuou até a década de 1930, porém, sem o patrocínio da Administração e do conjunto de comerciantes locais.

A descoberta do ouro e posteriormente de diamantes foi responsável por um grande afluxo populacional para a região de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, tanto de paulistas como de portugueses e também de escravos. Em 1695 a coroa portuguesa instala a Casa de Fundição da Vila de Taubaté (SP), também denominada de Oficina Real dos Quintos. A partir de então, todo o ouro extraído das Minas Gerais deveria ser transportado até a Vila e, de lá, deveria seguir para o porto de Parati, de onde era encaminhado para Lisboa, em Portugal, via cidade do Rio de Janeiro.

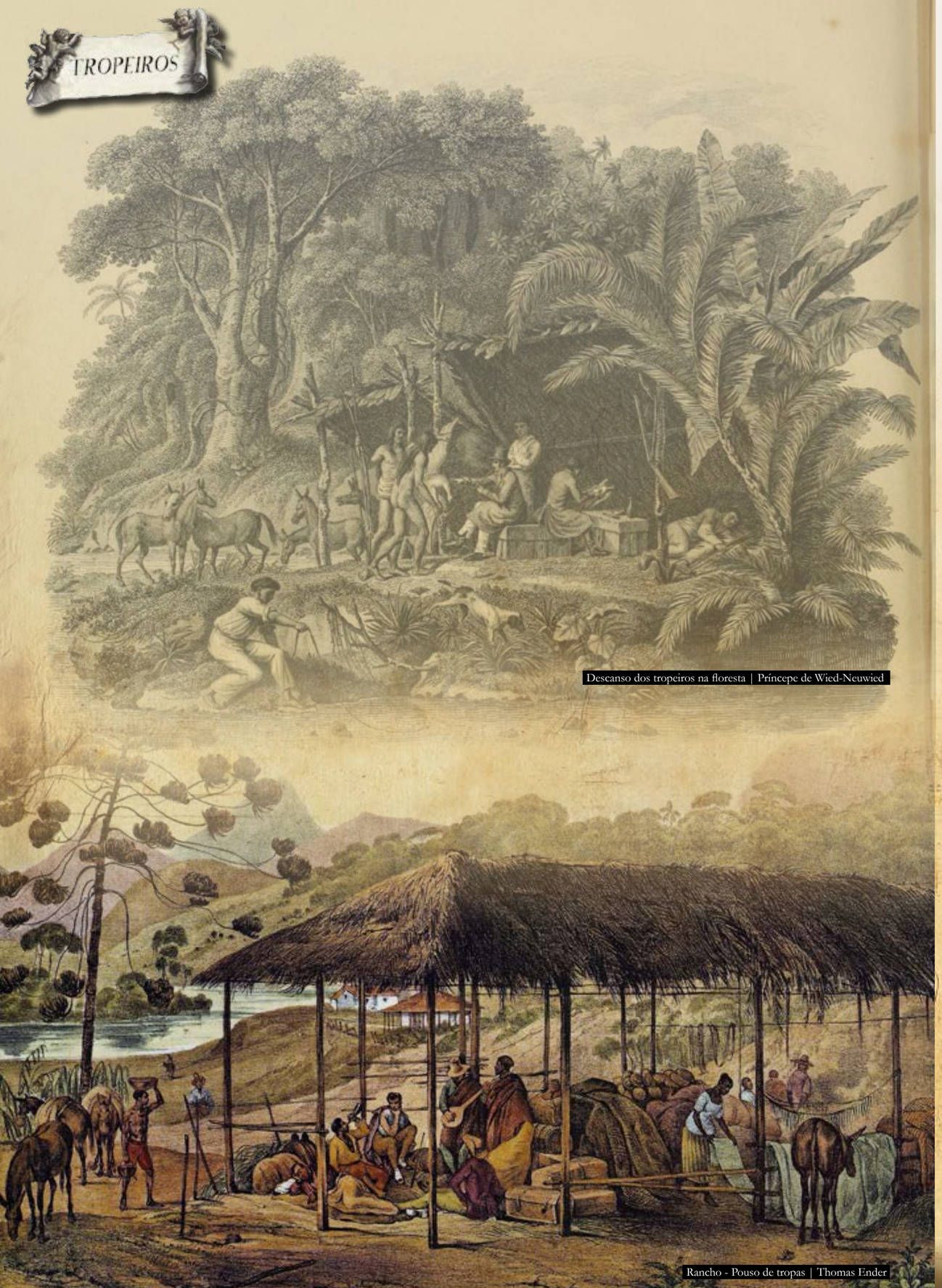
Com a atividade de mineração se intensificando em território mineiro, não sobrando tempo para o cultivo da terra e a criação de animais, a produção de grãos, cereais e outros insumos passou a ficar muito abaixo do que era necessário para atender a população. Essa política extrativista acabou gerando sucessivas crises de abastecimento na região, principalmente no final do século XVII e início do século XVIII. Nesse contexto, a região mineradora tornou-se rapidamente importante mercado consumidor, e os tropeiros foram essenciais no transporte de produtos tais como charque, toucinho, cereais, café, rapadura, banha, vinho, azeite, bacalhau, peixe seco, queijo, doce, sabão, chouriço, aguardente, sal, tecidos e algodão; de animais diversos, tanto para atividades locais como para transporte de carga e mesmo para consumo; utensílios como selas, arreios, estribos, chicotes, chapéus, vestimentas, livros, utensílios de casa e santos de barro cozido – peças pequenas que se tornaram conhecidas como paulistinhas.



No início, o ciclo do muar consolidou o ciclo do ouro e o aparecimento de uma nova camada social com as profissões de ferreiro, seleiro, funileiro, domador, latoeiro, trançador, bruaqueiro e outras mais. A transformação sociocultural foi intensa. O constante movimento das tropas, o ir e vir de pessoas, não só viabilizou o comércio como também foi muito importante para abertura de estradas, caminhos, entrepostos, locais de pousos, ranchos, empórios e feiras, com o intuito de atender algumas das necessidades básicas dos viajantes, e acabou sendo responsável pela origem e fundação de vilas e cidades pelo interior do Brasil, quase sempre a um dia de cavalgada uma da outra.

As cidades de Taubaté, Sorocaba, Santana de Parnaíba e São Vicente, em São Paulo; Viamão, Cruz Alta, Bom Jesus, Taquara, Vacaria, no Rio Grande do Sul; Lajes, São Joaquim, Campos Novos, Curitibanos e Chapecó, em Santa Catarina; e Ponta Grossa e Castro, no Paraná, são algumas das pioneiras que se destacaram pela atividade de seus tropeiros. O comércio nesses povoados desenvolvia-se naturalmente para atender as tropas ao mesmo tempo em que os tropeiros levavam e traziam mercadorias para a população da localidade.

Os tropeiros prestaram, assim, importante contribuição ao desenvolvimento das regiões por onde passaram e foram responsáveis pela integração econômica entre muitas regiões longínquas do Brasil Colônia, com o aparecimento de vilas, freguesias e cidades. Além disso, registre-se, foram de extrema importância cultural como veiculadores de ideias, notícias e acontecimentos de uma região para a outra e entre as comunidades distantes entre si, além do serviço de correios, afinal, as estradas ainda não existiam e os meios de comunicação eram precários.



Descanso dos tropeiros na floresta | Príncepe de Wied-Neuwied

Rancho - Pouso de tropas | Thomas Ender

TROPEIROS

A vida de um integrante da tropa era muito dura. Os homens levantavam acampamento muito cedo, ainda com o dia escuro. Paravam no início da tarde para o descanso e abrigo e instalavam o pouso.

O tropeiro deveria ser capaz de resolver inúmeros problemas durante a viagem. As longas jornadas exigiam que ele fosse médico, enfermeiro, soldado, artesão, caçador, pescador, cozinheiro, veterinário, negociante, mensageiro e agricultor.

Um importante tropeiro foi o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Ele ingressou na Cavalaria, que circulava pelos caminhos da Estrada Real, para evitar os ataques e assaltos às tropas. Cecília Meireles, no *Romanceiro da Inconfidência* - Romance XXX ou o *Riso dos Tropeiros*, nos canta essa beleza de prosa *"(…) Passou um macho rosilho./ E, sem parar o animal, / falava contra o governo, / contra as leis de Portugal. Nós somos simples tropeiros, / por estes campos a andar. / O louco já deve ir longe: / mas ainda o vemos pelo ar"*.

Aqueles que tinham intenção de seguir na carreira de tropeiro deveriam começar ainda muito cedo, aproximadamente aos 10 anos, acompanhando o pai, parentes ou amigos. Dessa forma seria mais fácil aprender técnicas de condução da tropa, a compra e venda de animais e também o comércio de gêneros de primeira necessidade. O tropeiro deveria ser capaz de resolver inúmeros problemas durante a viagem. As longas jornadas exigiam que ele fosse médico, enfermeiro, soldado, artesão, caçador, pescador, cozinheiro, veterinário, negociante, mensageiro e agricultor. Tantos ofícios exigiam um arsenal variado de instrumentos e ferramentas. As roupas utilizadas por eles revelam as dificuldades e os obstáculos enfrentados pelo caminho. Basicamente o traje de um tropeiro era composto por um grande chapéu de feltro, palha ou de couro; a camisa, confeccionada de tecido de algodão muito resistente; o poncho – capa ou manta –, que ficava sobre os ombros e tinha a finalidade de proteger do frio; e as botas de couro, que alcançavam a altura da coxa e tinham como finalidade oferecer melhor proteção em terrenos alagados, matas e dias chuvosos. O cavalo levava uma sela apetrechada com um saco, ou bornal, para guardar o material de uso pessoal do tropeiro. A fé estava presente no trabalho diário, e as tropas circulavam com oratórios de santos de suas devoções e tinham como padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem e também Nossa Senhora Aparecida.

A vida de um integrante da tropa era muito dura. Os homens levantavam acampamento muito cedo, ainda com o dia escuro. Paravam no início da tarde para o descanso e abrigo e instalavam o pouso. Sobrando algum tempo, caçavam ou pescavam e preparavam a refeição. Ao anoitecer, com os animais recolhidos no pasto, geralmente sobrava um tempinho para uma boa roda de batuque ou viola, danças e cantos. Não podia faltar a contação de causos passados e os acontecimentos da viagem. Tudo para animar a vida do tropeiro, que, longe de sua família, ajudava a desbravar o sertão e levar o progresso às populações mais distantes do litoral brasileiro.

Outra importante característica dos tropeiros era sua alimentação, que posteriormente influenciou o cardápio de diversos estados e regiões do Brasil. Era constituída basicamente de toucinho, paçoca de carne, carne de sol, feijão, arroz, farinha de mandioca, pimenta-do-reino, café, rapadura e fubá. Nos pousos improvisados ou nos ranchos, alimentavam-se principalmente de arroz carreteiro e do feijão tropeiro, que nasceram justamente da necessidade de uma alimentação fácil de preparar e com bastante "sustança" para repor as energias dos integrantes da tropa. Vem daí também o costume de assar carne no fogo de chão. Já o consumo de bebidas alcoólicas só era permitido em ocasiões especiais: nos dias muitos frios ou chuvosos tomavam um pouco de cachaça para se aquecer, "esquentar os peito", evitar resfriados e também como remédio contra picada de insetos.

Cada tropa era composta por muares (burros ou mulas), que formavam a fila de cargueiros à sua retaguarda. Era dividida em comitivas que, por sua vez, eram divididas em lotes de animais sob a responsabilidade de um tropeiro. Esses animais eram responsáveis por carregar a "malotagem", composta pelos apetrechos e arreios necessários a cada animal para acondicionamento da carga, e pela bruaca, que servia para guardar alimentos, mercadorias, tecidos e

instrumentos de trabalho. No deslocamento da tropa, em passos lentos, seguia à frente a madrinha, que era uma mula ou uma égua líder, que podia ser a mais velha e a conhecida de todos os muares. A madrinha, portando o guinzo, ou cincerro, adornada de fitas e chapadas de metal, ia sinalizando a passagem ou chegada da tropa. Por ser mais hábil, ela identificava o melhor percurso, orientava e disciplinava os demais animais, impedindo que a ultrapassassem, e facilitava a reunião após o descanso.

O viajante Auguste Saint-Hilaire registrou em seu diário que *"(...) No silêncio das matas ouvia constantemente o eco das vozes dos tropeiros e o ruído dos guizos da madrinha da tropa, mula predileta que guia fielmente a caravana, a cabeça ornada de planejamentos coloridos, tendo ao alto uma pluma ou uma boneca"*. Também a poeta Elizabeth Bishop assim descreveu o que viu naquele tempo: *"(...) Seis burros seguem atrás da 'madrinha' / – a que tem uma banda de lã amarela / com lanudos pompons sobre os olhos, e sinos."*



Detalhe do Caminho pela Serra dos Órgãos | Johann Jacob Steinmann

TROPEIROS



O médico, diplomata e escritor João Guimarães Rosa, natural de Cordisburgo (MG), cresceu ouvindo causos de tropeiros e participou de uma comitiva. O ilustre escritor brasileiro foi o que melhor captou a alma do tropeiro. O antropólogo, escritor e político Darcy Ribeiro, mineiro de Montes Claros, cresceu em uma das várias rotas tropeiras, onde ouviu, assistiu e vivenciou muitas cenas acontecidas com tropeiros, vaqueiros e lavradores em fazendas de Minas Gerais. Dessa vivência resultou o romance *O mulo*, que publicou no ano de 1981.

A presença tropeira foi tão marcante que influenciou também a arquitetura setecentista e oitocentista. O Chafariz de São José, atual Tiradentes, construído em 1749, é um dos mais imponentes. Destaca-se não só pela beleza, mas pela função que teve ao longo de quase duzentos anos. De suas três bicas frontais, a população tinha água potável não somente para beber, mas para cozinhar e para o banho. Na bica à direita, a água era destinada às lavadeiras. Na bica à esquerda, um enorme tanque para matar a sede das tropas que chegavam ou partiam para as viagens. Outro monumento relevante e muito ligado à memória tropeira é o Mercado Municipal de Diamantina, antigo rancho de tropeiros, ponto das tropas e onde comercializavam seus produtos. Trata-se de um enorme galpão em arcadas rústicas, um dos símbolos da cidade, que é reconhecida como Patrimônio da Humanidade, título concedido pela Unesco.



O dia 22 de maio é comemorado no estado de São Paulo como o Dia do Tropeiro. Na cidade de Sorocaba (SP) foi edificado o Monumento ao Tropeiro. No ano de 2004, durante a comemoração dos 350 anos da cidade, foi executada a Sinfonia Tropeira – três movimentos para orquestra, coral, narração e representação cênica, com letra de Carlos Camargo Costa e música de Pedro Cameron, retratando época importante da história da cidade. Na região acontece também a Tropeada Paulista, um evento anual que reúne cavaleiros de diversas regiões do interior para refazer o trecho paulista do antigo Caminho de Viamão. Os participantes percorrem o trajeto de Itararé a Sorocaba a fim de reconstruir as experiências antigas e manter viva essa cultura.



A cidade de Boituva (SP) abriga o Museu do Tropeiro, que reúne centenas de fotografias, peças e objetos antigos. Em Porangaba (SP), cidade de origem tropeira, são promovidos eventos relacionados ao tropeirismo durante o mês de junho, por ocasião das comemorações do aniversário da cidade. A cidade de Silveiras (SP), conhecida como "Cidade dos Tropeiros", incentiva o movimento de resgate da memória tropeira: instituiu o dia 31 de agosto como o "Dia do Tropeiro" e realiza uma das maiores festas relativas ao tema. Em 1986 foi criada a Fundação Nacional do Tropeirismo com o objetivo de incentivar eventos, pesquisa, culinária e outros aspectos do patrimônio tropeiro. A fundação mantém o Museu do Tropeiro, a biblioteca especializada, espaço para eventos e uma hospedaria com restaurante de comida típica tropeira.

As diversas cidades que antes eram pontos de parada e pouso das tropas também procuram manter a tradição. Um desses lugares é a cidade de Castro (PR). Desde os primeiros anos do século XVIII, a localidade ficou intrinsecamente ligada à rota tropeira. Em 1975 foi inaugurado o primeiro Museu do Tropeiro, que reuniu acervo riquíssimo com peças e objetos de época, obras sacras, indumentária e artesanato ligado ao tema. A cidade de Lapa (PR) também estava na rota e possui um Museu do Tropeiro e um Monumento ao Tropeiro – longo e belíssimo painel de azulejos criado pelo artista plástico Poty Lazzaroto. Em Santa Catarina, o Dia do Tropeirismo é comemorado no dia 26 de abril. No município de Rancho Queimado, a comunidade de Taquaras ergueu um monumento ao tropeiro.

TROPEIROS

Nos dias de hoje ficou muito difícil manter e sobreviver com o trabalho do verdadeiro tropeiro. Porém, há um enorme esforço para se resgatar e preservar esse patrimônio. Mesmo depois de muitos anos terem se passado, ainda há notícias de tropeiros atuando em algumas regiões do Brasil.

Além disso, em várias cidades do interior do país, os tropeiros são homenageados todos os anos, época em que a população dedica alguns dias para praticar o tropeirismo realizando cavalgadas e a "queima do alho", como a que acontece tradicionalmente em meados do mês de julho na aprazível cidade de Turiúba, na região oeste do estado de São Paulo.





O tropeiro Antonio Francisco dos Santos (Toronha), da cidade de Turiúba/SP, no início dos anos de 1980, preparado para o desfile das comemorações de aniversário do município paulista. Uma mula está carregada com a bruaca e todos os acessórios usados pelos tropeiros durante os deslocamentos pelos sertões dos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.



Tropeiros reunidos na rua principal da cidade de Turiúba, no início dos anos de 1980, para o desfile das comemorações do aniversário do município paulista. Destaca-se na foto, da esquerda para a direita, os tropeiros Braz Moura Vasconcelos e Antônio Francisco dos Santos (Toronha). Logo atrás, o tropeiro Sebastião Divino de Souza (Tião Fubá) com o tradicional berrante da comitiva.

Na região nordeste vamos encontrar, em Campina Grande (PB), um monumento que conta a saga dos tropeiros da Borborema e do próprio município. O Museu do Oratório, em Ouro Preto, reproduz um ambiente de repouso do tropeiro. O Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte, tem um grande acervo sobre o tema. O Museu do Folclore, no Rio de Janeiro, no bairro do Catete, criou um belíssimo ambiente sobre um acampamento tropeiro

Pelo Brasil afora existem diversos circuitos tropeiros com a inserção de vários municípios e localização de pontos estratégicos para o apoio aos viajantes e interessados na história tropeira. Conhecer e compreender a relevância desses desbravadores é valorizar a cultura brasileira, e preservar para futuras gerações.

Os artistas Thomaz Ender (1793-1875) e Charles Landseer (1799-1879) contribuíram com imagens de registros para a memória tropeira, mas Jean-Baptiste Debret (1768-1848), um dos melhores pintores-cronistas do Brasil colonial, registrou belíssimas cenas de tropeiros conduzindo longas filas de muares, tocando boiadas, paradas para descanso, abrigos e alimentação – cenas de expressiva beleza pictórica.

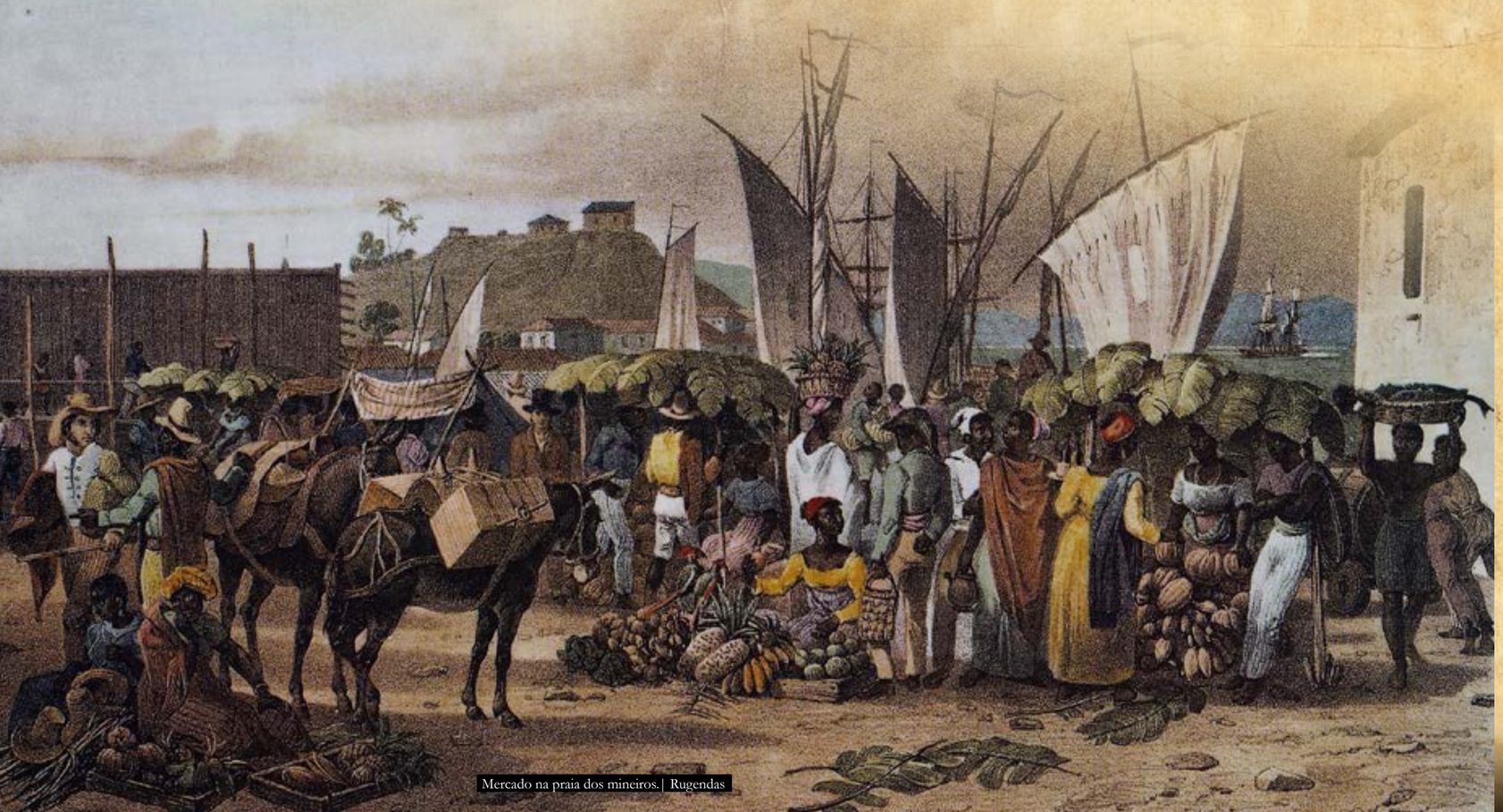


Travessia de rio a caminho de Curitiba | Debret



Travessia de tropas pelo rio Paraíba do Sul | Rugendas





Mercado na praia dos mineiros. | Rugendas



Mascates, Mercadores e Caixeiros-Viajantes

Solitários, indiferentes às distâncias e ao perigos, dormiam ao relento, comendo do próprio farnel, familiarizados com os caminhos e estradas que habitualmente percorriam.

Foi uma época romântica em que sonhos e esperanças imitavam o andar lento do tempo e o caminhar do mercador.

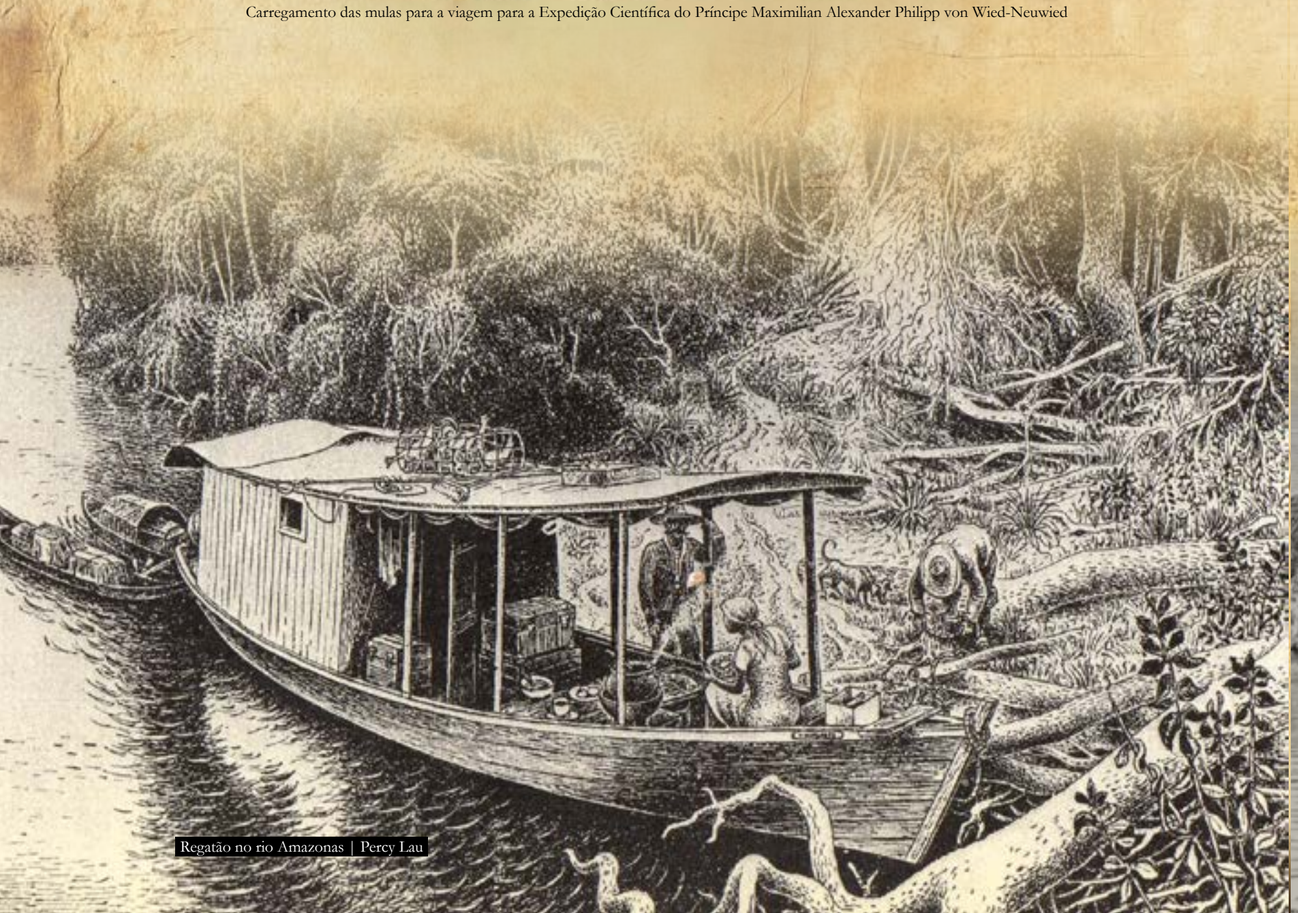
Mascate foi o nome dado aos mercadores ambulantes que percorriam o interior do Brasil para vender seus produtos recém-chegados aos portos ou adquiridos nas fábricas, lojas de distribuição ou nos grandes centros comerciais. Eram os vendedores de "porta a porta", também chamados de "turcos da prestação". Inicialmente os mascates visitavam as pequenas cidades, vilas, povoados, fazendas, sítios e colônias de trabalhadores rurais levando apenas pequenos objetos manufaturados, bijuterias e miudezas em geral. Com o tempo e o aumento do capital, começaram a diversificar a oferta de produtos, inclusive com artigos de luxo. A mala, ou o baú, era uma verdadeira feira ambulante, levando quase de tudo que se podia imaginar e carregar. A figura do mascate representava um canal de comunicação com o "mundo moderno", e as novidades que sempre trazia, era uma fonte de sonhos e possibilidades. Solitários, indiferentes às distâncias e ao perigos, dormiam ao relento, comendo do próprio farnel, familiarizados com os caminhos e estradas que habitualmente percorriam.

O mascate foi, ao seu tempo, um divulgador, um porta-voz do progresso e dos acontecimentos da cidade grande, propiciando disseminação de cultura e civilização a todos os lugares por onde passava. A vida reclusa das famílias, a falta de transportes e as enormes distâncias entre os grandes centros e os pequenos núcleos de consumidores espalhados pelas províncias, tudo conspirava para sua existência. Levando o comércio aos pontos mais distantes do país e com o menor intervalo de tempo possível, levavam também as notícias de uma cidade para outra, de uma fazenda para outra, de uma família para outra. Introduziram inovações que hoje são traços marcantes do comércio popular, como as práticas da alta rotatividade e alta quantidade de mercadorias vendidas, das promoções, do "fiado", das vendas a crédito em prestações, da entrega domiciliar e das liquidações. A anotação em papéis ou cadernetas do que estava faltando no momento da venda era imprescindível para o sucesso da mascateação. O mascate conhecia muitos dos seus fregueses e freguesas pelo nome e, por vezes, era recebido como um amigo íntimo da família. Era muito respeitado e estimado, e isso o aproximava das pessoas dos lugares por onde passava construindo laços afetivos e familiares. Foi uma época romântica em que sonhos e esperanças habitavam o andar lento do tempo e o caminhar do mercador.

Ao raiar do dia, os mascates saíam para sua labuta, geralmente sozinhos, levando às costas as malas cheias de meias, carretéis de linhas, agulhas, pentes, sabão, peças de algodão, anéis, brincos, broches e pulseiras de fantasias e uma infinidade de outros artigos de armarinho e miudezas em geral. Andavam pelas ruas e estradas, de povoação em povoação, de fazenda em fazenda, de casa em casa, com o corpo vergado para frente, expostos a sol e chuva, mal sabendo pronunciar a língua portuguesa, alertando a freguesia para a sua presença com um metro de madeira, dividido em duas partes e ligados por um pedaço de couro cru, que lhe servia inclusive como apoio, bengala e até como arma para espantar animais perigosos. Por isso ficou conhecido também como "matraca", porque ia batendo uma metade do metro com o outro fazendo o seu teque-teque característico. Ele empreendia jornadas de meses, sem destino pré-determinado mas com objetivo certo: vender sua mercadoria e também levar alegria e satisfação aos seus clientes quando do atendimento de suas necessidades básicas. Muitas vilas do interior brasileiro, e mesmo cidades, algumas até importantes, tiveram suas origens ou seu desenvolvimento ligados ao trabalho desenvolvido pelos mercadores ambulantes.



Carregamento das mulas para a viagem para a Expedição Científica do Príncipe Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied



Regatão no rio Amazonas | Percy Lau

MASCATES
MERCADORES E
CAIXEIROS-VIAJANTES

Desde o século XVII até o século XX, o campo de trabalho dos mascates foi se alargando consideravelmente até atingir o interior dos estados do sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e norte, alcançando as fronteiras do país. No seu labor constante, esse vendedor ambulante percorreu principalmente os quatro cantos dos territórios paulista, fluminense e mineiro. Os rios e estradas não foram um roteiro apenas para os bandeirantes, mas também para os mascates. Verdadeiros soldados do progresso, sofreram e sacrificaram suas vidas nos deslocamentos pelo interior inóspito e selvagem. A vida nômade que levavam era espinhosa e difícil, sendo muitas vezes perseguidos e discriminados pelos senhores de engenho, fazendeiros, criadores de animais e pelas milícias provincianas. Os paulistas, quando por ocasião das famosas bandeiras e monções, ajudavam os mascates estrangeiros que procuravam ganhar a vida e foram de grande valia ao humilde mercador.



A descoberta de filões auríferos em Minas Gerais e Mato Grosso e o apogeu da economia provocaram o afluxo de milhares de aventureiros para essas províncias, para onde seguiu também o incansável mascate, suportando todo tipo de dificuldade e perigos, familiarizando-se com tribos indígenas, vendendo ou trocando seus produtos com os índios e os habitantes da região. É ele que, com suas mulas tenazes e resistentes, escala as serras até a região das minas e entrega sua mercadoria, tão necessária à vida da população. Mascatear nessas regiões não significava apenas andar léguas e léguas para comercializar sua mercadoria, mas também adquirir produtos e mercadorias nativas para comprar ou barganhar. Na região amazônica, o comércio ambulante denominado de "regatão", cuja embarcação já era, em si, uma loja, dominou em todas as épocas e continua atuante até nossos dias. Dezenas de canoas sobem e descem os rios, embrenhando-se pelos afluentes, lagoas, igarapés e intermináveis seringais, parando de lugar em lugar para comerciar. Muitas vezes trocam suas mercadorias pelas mais diversas coisas, objetos ou produtos das populações ribeirinhas.



Vila de Serpa, na região amazônica | François-Auguste Biard



Mercado da rua Direita no Rio de Janeiro | Rugendas



Regatão no rio Amazonas | Oskar Canstatt

MASCATES, MERCADORES E CAIXEIROS-VIAJANTES

Nos primórdios do Brasil, o comércio ambulante era muito rudimentar e praticado por holandeses, alemães, italianos, franceses, ciganos, mouros, judeus e portugueses, entre outros estrangeiros. Depois da Independência, a mascateação começou a tomar vulto, principalmente com a melhoria dos meios de comunicação, servindo-se das picadas feitas pelos tropeiros, pelos próprios mascates e viajantes para traçar novos caminhos de penetração pelo interior. Com a imigração tornando regular várias nacionalidades, sírios e libaneses, principalmente, intensificam a mascateação percorrendo os lugares mais distantes do país através de picadas, veredas, rios e caatingas, em lombos de burro, jegue, mula, cavalo, carros de boi, carroças, jardineiras, trem e embarcações. Os negros libertos, escravos e outros brasileiros das mais diversas camadas sociais também abraçaram a profissão. Nesse caminhar da história vamos encontrar as figuras do mascate, do tropeiro, do regatão (o mascate fluvial da Amazônia), do caixeiro-viajante, do cometa, do carcamano, do musterreiter, e de tantos outros com apelidos dos mais diversos pelos quais eram conhecidos pelo Brasil afora tanto quanto as mercadorias que transportavam.

Esses desbravadores do território brasileiro constituíram elementos fundamentais para a criação, ocupação e consolidação de núcleos urbanos, dando suporte necessário ao pequeno comércio local com a introdução de novos produtos de uso pessoal, doméstico e profissional. Até meados do século XX, eram os principais responsáveis pela circulação de bens e valores entre as capitais, cidades, vilas, fazendas, sítios e povoações do interior do Brasil e também pela comunicação entre as gentes dos lugares, entregando e levando correspondências, mensagens e recados. Ele era o homem "bem informado" da cidade grande, sabia o que ia pelos jornais. As notícias fresquinhas e as principais fofocas de todas as áreas de negócios e do governo chegavam por meio deles. Desde uma simples piada até um comentário político ou até mesmo um parecer técnico, tudo passava pelo mascate. A meta era a conquista do cliente e a oportunidade de fazer negócios.

A origem da palavra mascate vem da língua árabe. O vocábulo era usado para designar os portugueses que, auxiliados pelos libaneses cristãos, tomaram a cidade de Mascate, localizada na Península Arábica, porto situado na costa sul do Golfo de Omã, no ano de 1507 (hoje é a capital e maior cidade do Sultanato de Omã). Os portugueses que seguiam para aquela cidade árabe levavam mercadorias, para realizar a venda, troca ou barganha, por isso passaram a ser chamados de mascates. Não eram chamados assim com o intuito de menosprezo ou mesquinharia, mas devido ao comércio então empreendido pelos portugueses. Embora o vocábulo não seja utilizado em Portugal com o mesmo significado, o nome "mascate" ficou sempre associado à imigração árabe no Brasil e ao grande contingente de imigrantes provenientes do Líbano e da Síria que se dedicaram ao comércio ambulante. E, como em geral chegavam sem capital para investimento, a atividade a que a maioria passava a se dedicar era a mascateação. Com isso, a profissão acabou tornando-se uma espécie de marca registrada desses imigrantes.



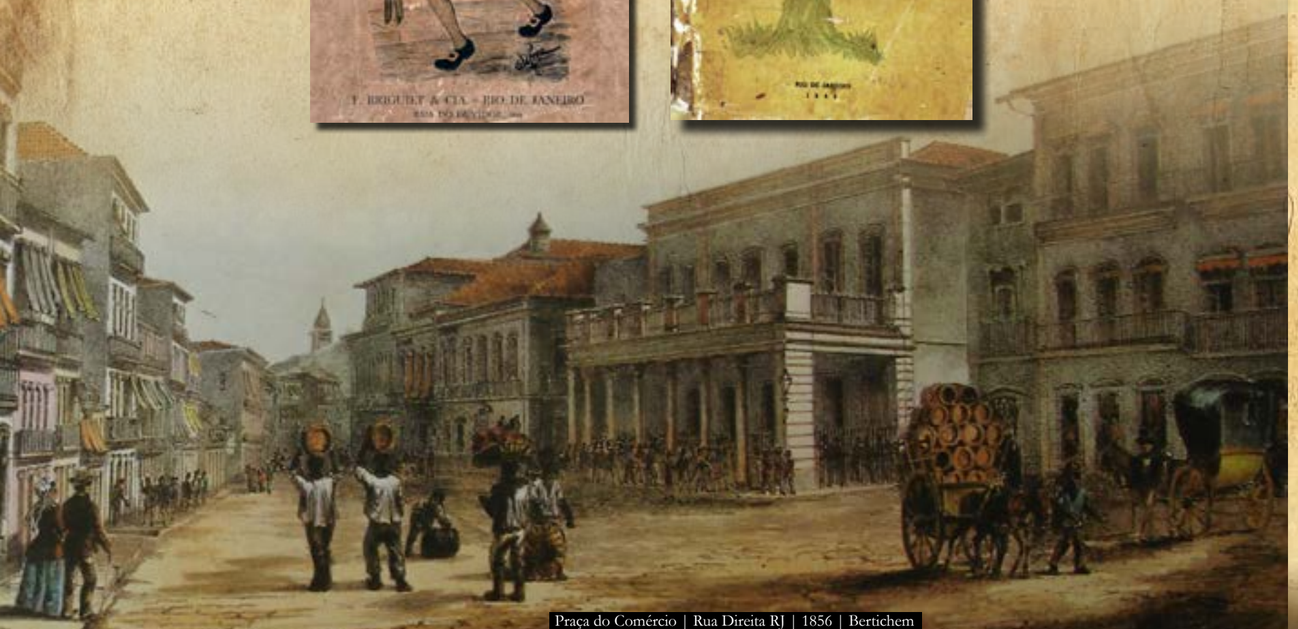
Comércio dos Fenícios na arte egípcia



Família Libanesa no Brasil







Praça do Comércio | Rua Direita RJ | 1856 | Bertichem

MASCATES, MERCADORES E CAIXEIROS-VIAJANTES

Durante a dominação do império turco-otomano em boa parte do Oriente Médio, os imigrantes sírios e libaneses que aportavam no Brasil eram portadores de um passaporte fornecido pelas autoridades turcas. Apesar de estar declarada nesses documentos a verdadeira nacionalidade dos seus possuidores, foram eles denominados de "turcos" pela população brasileira, e como "turco" eram também conhecidos os imigrantes oriundos daquela região, fossem eles egípcios, persas, palestinos, turcos, iraquianos, armênios ou jordanianos.

Nesse contexto, a tradição oral dos povos nos ensina que as pessoas com grande habilidade para vender já nascem com esse dom, tanto que, na antiguidade, os vendedores formavam uma poderosa sociedade de homens de negócios. Até hoje, os sírios e também os libaneses – herdeiros étnicos dos fenícios – são tidos em todo o mundo como comerciantes excepcionais. Os árabes, também excelentes mercadores, foram os invasores da Península Ibérica (Portugal e Espanha), onde permaneceram por vários séculos disseminando na região a prática do comércio ambulante.

O imperador D. Pedro II foi um grande incentivador da emigração de sírios e libaneses para o Brasil. No final do século XIX, a produção cafeeira no norte fluminense e em São Paulo serviu de contexto para o aumento de imigrantes com destino ao Brasil. Desembarcados nos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo, a opção de trabalho das primeiras levas de imigrantes de origem síria e libanesa não foi o café, mas o comércio. Embora de poucas posses e, em geral, acostumados ao trabalho agrícola, poucos foram os que, após o desembarque, optaram pela agricultura e pecuária. O empobrecimento da população rural, o latifúndio e o sistema de compra vinculado ao proprietário da terra afastavam esses imigrantes do trabalho no campo. A mascateação tornou-se então uma atividade ideal para esses imigrantes pois precisavam de uma ocupação que desse retorno rápido e que não necessitasse de grandes investimentos. Outro fator é que eles também preferiam trabalhar para si próprios, e como a acumulação de capital dependia, principalmente, do esforço de cada um, a perspectiva de melhoria de vida era real e ampla, se comparada com outras ocupações da época.

Com a expansão da cultura cafeeira, principalmente em território paulista, a abertura de novas fazendas e o nível de vida tornando-se mais elevado, a exigência de um comércio mais dinâmico se fez presente. O comércio ambulante, a mascateação, começa então a se fortalecer, no qual vão se destacar justamente os imigrantes provenientes da Síria e do Líbano. E, ao priorizar seus negócios na zona cafeeira, começam a se projetar também para outros estados em busca de novos espaços para suas vendas.

Os novos mascates, ao se deslocarem para pequenas cidades, vilas, povoações, sítios e fazendas do interior do Brasil, passam a oferecer não apenas pequenos objetos manufaturados, bijuterias e miudezas em geral, mas também tecidos, roupas feitas e de cama, mesa e banho, redes, perfumes, cosméticos, grampos para cabelos, joias, remédios caseiros, conservas, panelas, entre tantos outros artigos e possibilidades. Levavam inclusive livros e jornais para os negociantes, fazendeiros e senhores da sociedade local. A iniciativa garantiu aos sírios e libaneses um virtual monopólio do comércio de porta em porta, tanto que, em 1895, eles representavam a maioria dos mascates oficialmente listados.



Vendedores do Largo da Glória | Chamberlain



Um mascate e seu escravo | Chamberlain



Mercado Ver o Peso em Belém do Pará





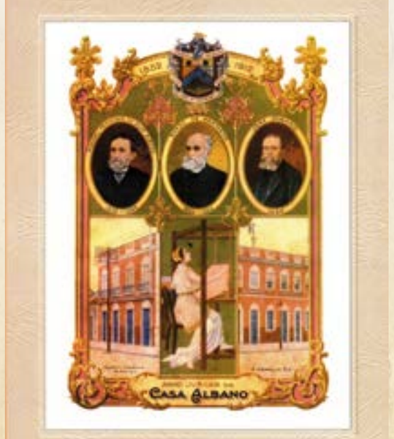
Barraca de mercado | Chamberlain













Conforme acumulavam os ganhos com suas vendas, davam um jeito de buscar na terra natal alguns parentes e patrícios ou contratar um ajudante, comprar um animal de carga, uma carroça, um carro ou um caminhão para o transporte de suas mercadorias. O importante era expandir seus negócios e prosperar. O passo seguinte era estabelecer uma venda, bazar, loja de tecidos ou de armarinhos onde normalmente iriam morar com a esposa e filhos, no fundo da casa comercial, e onde também poderiam montar uma pequena oficina para fabricar meias, panos de mesa, roupas para adultos e crianças, capas de frio, artefatos de couro, enfim, tudo que se relacionava às pequenas utilidades caseiras e pessoais. O último passo seria o estabelecimento de uma indústria, principalmente nas áreas têxtil, de couro e de bijuterias, onde implantariam uma rede de fornecimento de produtos para seus conterrâneos que mascateavam nas periferias e nas zonas rurais.

No findar do século XIX, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o comércio árabe começou a imprimir um caráter popular na paisagem de algumas áreas das duas cidades. Intensifica-se o sistema comercial adotado pelos sírios e libaneses de expor suas mercadorias nas portas, e mesmo fora da sua loja, as feiras livres, os mercados externos e o comércio ambulante. O almanaque de 1893 para o estado de São Paulo (Completo Almanach, Administrativo Commercial e Profissional do Estado de São Paulo para 1895 - São Paulo, Ed. Companhia Industrial, 1895) é o primeiro a conter dados sobre a presença de sírios e libaneses na região da Rua 25 de Março, registrando algumas casas de armarinhos sírias e libanesas. Estavam começando a emergir da mascateação para o comércio varejista. Em 1901, na capital paulista, o número de companhias comerciais sírias e libanesas instaladas na região e inscritas no Almanaque já passava de quinhentas.

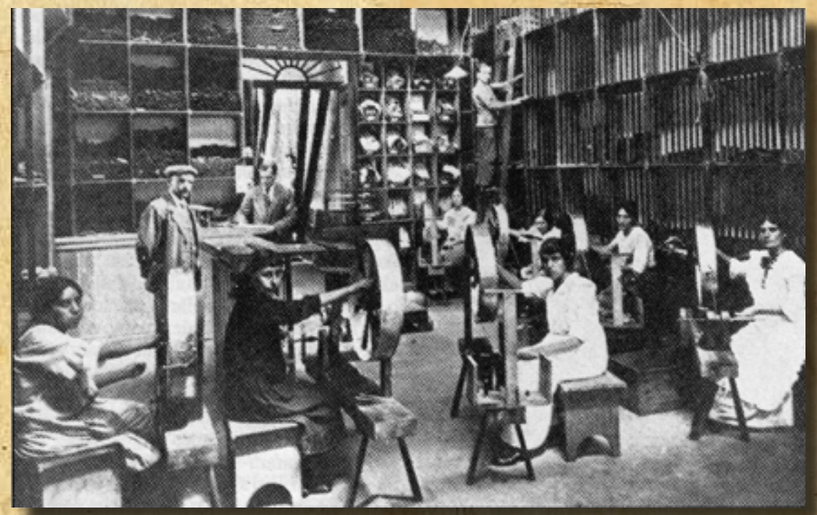
Os lucros do comércio e da indústria aumentaram com a eclosão da I Guerra Mundial e a interrupção da importação dos produtos europeus. O censo de 1920 enumerou 50.246 sírios e libaneses no Brasil, 38,4% destes no estado de São Paulo. Até 1930 muitos mascates se transformariam também em "donos de lojinha", dominando um nicho de mercado tão peculiar a sua cultura. Em pouco tempo centenas deles estavam concentrados numa parte dos distritos da Sé e de Santa Ifigênia, formada pelas ruas 25 de Março, Cantareira e Avenida do Estado, respondendo por aproximadamente metade dos lucros do atacado no setor têxtil brasileiro. Em 1945 estavam no comando de inúmeras fábricas paulistas de fiação e tecelagem de algodão, seda, rayon, lã e linho. Completavam, assim, toda a cadeia de produção e distribuição: os industriais vendiam seus rolos de tecidos aos atacadistas, que então os revendiam aos donos de confecções.

No Rio de Janeiro ocorreu um processo de concentração semelhante nas áreas cobertas pelas ruas da Alfândega, José Maurício e Buenos Aires. Os primeiros sírios e libaneses que aportaram na capital carioca no final do século XIX instalaram-se em pontos próximos à rede ferroviária e ao porto. Em pouco tempo, a Rua da Alfândega servia de entreposto de fornecimento e revenda, onde os mascates iam acertar suas contas e buscar as miudezas que vendiam nas freguesias urbanas e rurais. As ruas do Rio de Janeiro, de São Paulo e também de outras capitais eram percorridas por um grande número de vendedores ambulantes que, em alto e bom som, anunciavam seus artigos.















Os imigrantes não se restringiam somente ao comércio; quando a sorte lhes apresentava um bom negócio, adquiriam ou montavam suas próprias fábricas e confecções. O sucesso mais ostensivo foi a sua entrada no setor industrial, o que ocorreu, principalmente, nas duas primeiras décadas do século XX, quando deslanchou o processo de substituição das importações através da industrialização. Alguns se tornaram grandes comerciantes, banqueiros e industriais; outros se tornaram investidores das mais variadas atividades no país. Hoje, encontramos o "turco da prestação" na indústria, no comércio, nos bancos, na política e nas profissões liberais.

Os sírios e libaneses, assim como tantos outros de várias nacionalidades, ajudaram a escrever a história brasileira atuando em várias frentes de trabalho, principalmente no comércio. Abriram novos caminhos, constituíram suas famílias, fundaram empresas, expandiram seus negócios e continuam participando do desenvolvimento do país que tão bem os recepcionou. Homens, mulheres e famílias estrangeiras que deixaram suas marcas no tempo e que ainda hoje continuam a saga de seus antepassados: Abdalla, Ibrahim, Bechara, Jaber, Challita, Bastane, Najib, Bustani, Kalil, Saliba, Fahd, Chohfi, Samir, Schaim, Skaf, Karan, Cury, Azem, Afif, Amin, Otoch, Mauad, Jafet, Mouawad, Maalouli, Maatouk, Moussa, Moufarrej, Aref, Omar, Nasser, Buchabque, Nejar, Sfair, Saadi, Nagib, Satt, Farhat, Khatib, Abdussalan, Kanthous, Kheir, Boutros, Nehme, Jereissat, Youssef, Nacfur, Salim, Fuad, Nagib, Jamil, Habib, Tufik, Chafic, Zahr e tantos outros que ajudaram a desbravar o território brasileiro e a plantar a semente da prosperidade.

Comerciantes inteligentes, o "mascate árabe", o "turco da prestação" ou o "turco da lojinha" são personagens que perambulam pelos contos de Cornélio Pires e de Tanus Jorge Bastani, pela poesia de Carlos Drummond de Andrade e pelos romances de Jorge Amado. A fama vai além da imaginação literária. Passando por vilas, campos, estradas, rios e igarapés, os imigrantes árabes e seus descendentes marcaram a ramificação do capitalismo no país. Obstinados com a ideia de ganhar dinheiro e montar seu próprio negócio, sempre estiveram à frente de seu tempo. Inquietos e visionários, buscavam conhecer as necessidades do seu público e satisfazê-las com as novidades da cidade grande.

Mascate foi também a alcunha depreciativa dada antigamente aos comerciantes do Recife pelos senhores de engenho de Olinda, de onde se originou o nome da Guerra dos Mascates, iniciada em 1710, em Pernambuco. No Recife, após a invasão holandesa, muitos comerciantes vindos de Portugal e de outros países (italianos, belgas, alemães, sírios, franceses, holandeses etc.) não somente mascateavam, mas eram senhores de grandes recursos, dominando o comércio e a indústria. Ao se estabelecerem no Recife, trouxeram prosperidade à vila. Em Olinda, o desenvolvimento da cidade foi visto com desconfiança pelos nobres que estavam em dificuldades econômicas. O conflito de interesses políticos e econômicos entre a nobreza açucareira pernambucana e os comerciantes deu origem à Guerra dos Mascates (1710-1711), durante a qual o Recife foi palco de combates e cercos à cidade. O governo português interveio na disputa para acabar com os conflitos, garantindo apoio à causa dos comerciantes portugueses. Em 1711 Recife tornou-se a capital da capitania de Pernambuco, caracterizando a decadência de Olinda e o começo do fim da época áurea dos grandes senhores de engenho do Nordeste.



O Mascate - Homenagem do Senac/RJ ao pioneiro do comércio no Brasil

MASCATES, MERCADORES E CAIXEIROS-VIAJANTES





Apesar da confusão existente no Brasil entre as atividades do mascate e do caixeiro-viajante, elas são atividades distintas. O caixeiro-viajante era um funcionário de um comércio estabelecido que distribuía as mercadorias em regiões diferentes daquela em que a empresa para a qual trabalhava estava estabelecida. Era mediador de vendas entre o fabricante ou distribuidor de produtos e o consumidor ou o comerciante. Não conduzia suas mercadorias, levando, em vez disso, um talão de pedidos e catálogos com descrições de produtos – um "tirador de pedidos". Nesse trabalho recebia comissões sobre as vendas que fazia e que seriam entregues posteriormente. Já em relação aos mascates, grande parte caracterizava-se por ser um imigrante que fez opção por uma atividade que o mantivesse na condição de trabalhar para si próprio e, nessa condição de comerciante autônomo, ia se desfazendo do seu estoque ao longo do seu trajeto, à medida que os seus artigos iam sendo vendidos.

Até meados do século XX, com os meios de comunicação ainda obsoletos, as atividades de mascate e caixeiro-viajante foram particularmente intensas e foram se moldando com o tempo. Eram um elo vital na integração dos mundos da indústria, do comércio e do consumo e foram fundamentais para o desenvolvimento do interior do país. Além disso, esses viajantes eram transportadores de cartas e de outras encomendas, o que os fazia importantes na integração das regiões do estado onde desenvolviam suas atividades. O comércio volante, praticado primeiro pelos mascates e depois pelos caixeiros-viajantes entre vilas e lugarejos, serviu aos propósitos de povoamento, e as atividades de comércio e troca de mercadorias em lojas ou vendas favoreciam a fixação dos negociantes em sua região, a prosperidade do local e o recolhimento dos impostos dos comerciantes e de seus fornecedores.

Com a decadência da mascateação, os produtos e artigos, necessários ou supérfluos, começam a chegar aos mais diferentes e distantes mercados pelo trabalho avançado do caixeiro-viajante. A modernidade da discagem direta à distância, do telefax, do computador, da internet, do comércio eletrônico e de novos canais de vendas, aliadas às facilidades bancárias de cobrança e pagamento, não colocam fim nessa importante atividade, que vem se adaptando aos novos tempos. O novo caixeiro viajante, agora no papel de representante comercial, promotor de vendas ou de outros profissionais, fortemente amparado por recursos tecnológicos, continua sendo cada vez mais essencial para o desenvolvimento do comércio. Dedicando-se totalmente a conquistar clientes, assume a característica de verdadeiro comunicador, inclusive nas redes sociais, tornando-se figura indispensável para o sucesso de qualquer empresa de vendas. É ele que dissemina no mercado o perfil, as tendências e o compromisso institucional das empresas. É ele quem traz do mercado informações que a empresa precisa para desenvolver seus produtos e serviços e, naturalmente, melhor satisfazer as necessidades de seus clientes.

Em homenagem a esses pioneiros do comércio, o dia nacional do caixeiro-viajante é comemorado no dia 1º de setembro e o dia do comerciante é celebrado no dia 16 de julho – data em que nasceu o Visconde de Cayru, José da Silva Lisboa, figura histórica, que exerceu grande influência junto ao príncipe regente D. João VI para que fossem abertos os portos brasileiros para o comércio com as nações amigas em 1808. As duas datas comemoram a luta diária de homens e mulheres para assegurar o futuro de suas famílias, das novas gerações de comerciantes e também a valorização da profissão. Servem também para enaltecer, desde o trabalho realizado pelos primeiros mascates até o profissional do comércio, seja nos modestos bares dos bairros mais afastados ou shoppings, seja nas pequenas ou grandes empresas, mostrando a permanente contribuição dessa atividade à expansão econômica do país.

25 de março
Mão-de-obra da Turquia
Levanta-se muito cedo
Quando ainda não é de dia.

Mais um aqui por fregueis,
Divinha que tem na mão
Aqui caro sai barato,
E tem até prestação.

Adoniran Barbosa, Bazares

"Ferramenta, tecido, tamanco – quem vai comprar? Talvez o freguês queira terno, bota, colete, chapéu, tabaco, rapé. São produtos de todo tipo. Para escoá-los, há que ter pernas para caminhar ou trotar; voz para anunciar e mãos para oferecer, convencer, vender".

Por Clarisse Fukelman e Patrícia Souza Lima, no endereço eletrônico: www.mao.org.br/wp-content/uploads/fukelman_01.pdf



MASCATES, MERCADORES E CAIXEIROS-VIAJANTES

Os Mascates começaram a ofertar de tudo. A cada frase rimada, algo do baú era vendido. E não é que o reclame funcionava!

"Minha freguesa, estimada senhora: olhe tudo, compre tudo, mas não perca a hora. E a mulher comprava, feliz da vida.

"Caro senhor, prezado cavalheiro: trago cadernos, trago ternos e canetas tinteiro. E o homem comprava, feliz da vida.

"Venha cá menina, ouça pequena: tenho brinquedos, conto segredos e aquele poema. E a menina comprava, feliz da vida.

"Venha cá menino, escute garotão: tenho bola de pano, tenho piano e um avião. E o menino comprava, feliz da vida.

"Se aproxime moça, venha devagar: o espelho de louça reflete o brilho do mar. E a moça comprava, feliz da vida.

"Escute rapaz, jovem trabalhador: trago medalhas, trago sandálias e um barbeador. E o rapaz comprava, feliz da vida.

"Vale rimar, pechinchar, só não vale pendurar. Retrucavam os mascates repentistas. O burburinho foi diminuindo, minha curiosidade aumentando e os baús esvaziando".

Por Marcelo Petter de Vargas, no endereço eletrônico: http://lounge.obviousmag.org/imaginarium_redacional/2013/01/caixeiros-viajantes-historias-de-vida-bau-de-emocoes.html





Bandeiras

(1600-1800)

A maioria das bandeiras partiam das vilas de São Vicente e de São Paulo em direção ao Sul, Sudeste, Centro-oeste, podendo chegar até o norte do Brasil, como foi o caso da bandeira de Antonio Raposo Tavares (1598-1658), que em fins de 1648, no comando da "Bandeira dos Limites", parte de São Paulo e adentra pelo interior do Mato Grosso, chegando até às cercanias dos Andes, na Bolívia, e então, descendo os rios Guaporé, Madeira e Mamoré, seguiram o Amazonas, chegando ao forte de Gurupá, próximo a Belém, no Pará. A bandeira acabou percorrendo aproximadamente 10 mil quilômetros, enfrentando chuvas, febres, pântanos e atravessando pela primeira vez a região amazônica numa verdadeira odisseia americana. Seu comandante retorna para São Paulo completamente desfigurado, tendo em vista a dureza do empreendimento realizado.

As bandeiras para as entradas pelo sertão se organizaram em todas as partes e tomaram todos os rumos que se possa imaginar, mas foi em território paulista que elas primeiro se criaram, cresceram e se impuseram à história, legando-lhe o nome, que os dicionários recolheram, dando-lhe uma significação própria mas diferente, e que foi preservado ao longo do tempo. Tendo sido, em todas as partes, idênticos os métodos e análogos os processos de desbravar, explorar e se apossar da terra, foi na capitania de São Vicente, depois na capitania de São Paulo, que se organizaram as maiores e as mais numerosas bandeiras; por isso bandeira tornou-se nome local e bandeirante ficou sendo sinônimo de homem paulista. Mas nelas tomaram parte homens de outras vilas da capitania, de outras capitanias e também da metrópole portuguesa.

A partir do século XVII, tornaram-se extremamente importantes as bandeiras organizadas e patrocinadas principalmente por fazendeiros e empreendedores particulares residentes no Planalto de Piratininga. Elas atendiam inicialmente à busca de indígenas para trabalhar na lavoura e em outros serviços, já que os rendimentos de suas terras e empresas não suportavam os gastos com a importação de escravos africanos. A ocupação de portos negreiros da África pelos comerciantes holandeses conferiu a essa atividade regional das capitanias de São Vicente e de São Paulo um estímulo mercantil poderoso que era o envio de indígenas para as áreas açucareiras do Rio de Janeiro, Bahia e mesmo Pernambuco.

Uma bandeira era formada quase sempre sob a direção de um dos principais homens da capitania (denominado de armador), indicado pelos bens que possuía, pelo número de armas de que dispunha, pelo número de homens que podiam ser empregados na empreitada (filhos, parentes, apadrinhados, índios, escravos, libertos, administrados) e pela experiência e prática do sertão. Não havia uma hierarquia ou disciplina, como vemos nas tropas militares, mas o chefe da expedição encerrava em suas mãos poderes absolutos sobre os subordinados, que sob seu comando seguiam a pé em jornadas de vários meses. A obediência dos bandeirantes a seus chefes (cabos) não era imposta pela força ou em virtude de regras pré-estabelecidas, mas aceita voluntariamente por todos como condição para o bom êxito da expedição na qual todos estavam interessados, tendo em vista a existência individual e a própria existência coletiva. Sem observar essas regras básicas a bandeira seria um fracasso.

O número de componentes era muito variável. Podia ser composta de apenas quinze a vinte pessoas, mas também podia chegar a reunir mais de mil homens. Tudo conforme a importância do descobrimento ou o prestígio do cabo ou chefe da bandeira. Em regra, nela o chefe reunia seus filhos maiores e algumas vezes até os menores, os seus parentes, os seus apadrinhados, mestiços, índios – aliados ou escravizados –, que muitas vezes eram inimigos das tribos que eles esperavam encontrar e combater, sendo usados também como batedores de caminhos, coletores de alimentos, guias e carregadores.



Combate aos Botocudos em Mogi das Cruzes | Oscar Pereira da Silva

O aprisionamento de indígenas acabou provocando muitos conflitos com a frente pioneira hispano-jesuítica, que, a partir de Assunção, buscava alcançar o Atlântico (Guairá, Uruguai e Tape) e articular-se ao Alto Peru (Itatim). A chegada de bandeiras nessas regiões e os ataques realizados contra as reduções jesuíticas frustraram a ação dos representantes do colonialismo espanhol. Em outra frente, o bandeirismo de contrato articulou-se aos interesses dos produtores de açúcar, ameaçados pelos quilombos, e dos fazendeiros de gado, cuja atividade exigia novas terras para se desenvolver. Outros sertanistas aceitaram os estímulos do estado português, organizando suas bandeiras e dedicando-se à procura de metais preciosos.



Combate na selva | Rugendas

BANDEIRAS



A caça

Príncipe Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied



Acampamento de uma bandeira em deslocamento | Renato Guedes

BANDEIRAS

A pé, a cavalo ou em canoas, os componentes de uma bandeira entravam pelo sertão em expedições com o objetivo de encontrar ouro, prata e pedras preciosas; capturar escravos fugitivos e destruir quilombos; capturar índios como punição aos povos indígenas considerados hostis; comprar nativos aprisionados em guerras tribais ou ainda atacar missões fundadas pelos jesuítas espanhóis, espalhados ao longo dos rios Paraguai e Paraná. Nessas regiões eram encontrados os indígenas já aculturados e conhecedores de ofícios, prontos para serem utilizados nas lavouras, suprindo a carência de mão de obra, inclusive para o serviço de carregamento e transporte das mercadorias que circulavam entre o interior e o litoral.

A maioria dos componentes de uma bandeira já estava acostumada com o espetáculo da partida, a qual, nem por isso era pouco concorrida. As ruas de terra batida estavam sempre cheias de gente. Havia despedidas e ordens de comando. Uma bandeira colorida aparecia na frente da tropa, e o chefe bandeirante dava ordens para o início da jornada. Em pouco tempo a coluna desaparecia no caminho do sertão e a calma voltava à pequena vila paulista.

Para o avanço da coluna bandeirante pelo interior do Brasil, não existiam caminhos determinados. Cada movimento era conquistado com golpes afiados de suas ferramentas, que derrubavam a vegetação, espantavam as feras e enfureciam os nativos. Com a continuada entrada de bandeiras pelos sertões, começaram a ser feitas roças de mantimentos a certa distância dos rios, mas nas proximidades das veredas e trilhas, para usufruto na volta das demoradas expedições.



Os homens penetravam em um mundo selvagem onde o contato com os indígenas era inevitável, e as escaramuças também. Ao menor descuido, os integrantes da bandeira eram punidos com ferimentos ou a morte. Nas guerras que os índios faziam ou que se faziam aos índios, até quando declaradas justas, não havia, em regra, combates ou batalhas, não se cogitava de tática ou de estratégia nem podiam mesmo ser classificadas de guerrilha – eram lutas com ciladas e traições, de parte a parte, nas quais os componentes da bandeira, na maioria das vezes, acabavam levando vantagens pela superioridade das armas. Mas eram também vencidos pelos indígenas em emboscadas e no corpo a corpo, registrando a história de bandeiras que foram totalmente dizimadas. Mas eles não desistiam nunca – uma luta a cada palmo de fronteira vencida, e os homens progredindo sempre.

Os integrantes da bandeira avançavam também para combater os espanhóis, derrotá-los e desalojá-los de seu território. Avançavam na aventura para descobrir novos lugares, devassar novas florestas e vencer distâncias. Atrás deles ficaram as rotas abertas, o verde vencido, a terra e os rios conquistados. Um passo à frente, e o país crescia mais um metro. Aonde iam, os homens levavam consigo os limites do território brasileiro. No seu percurso, as fronteiras desabavam. Um longo, difícil e árduo trajeto esperava uma bandeira, mas, qualquer que fosse seu rumo, era quase sempre na capitania de São Paulo que os caminhos se iniciavam.

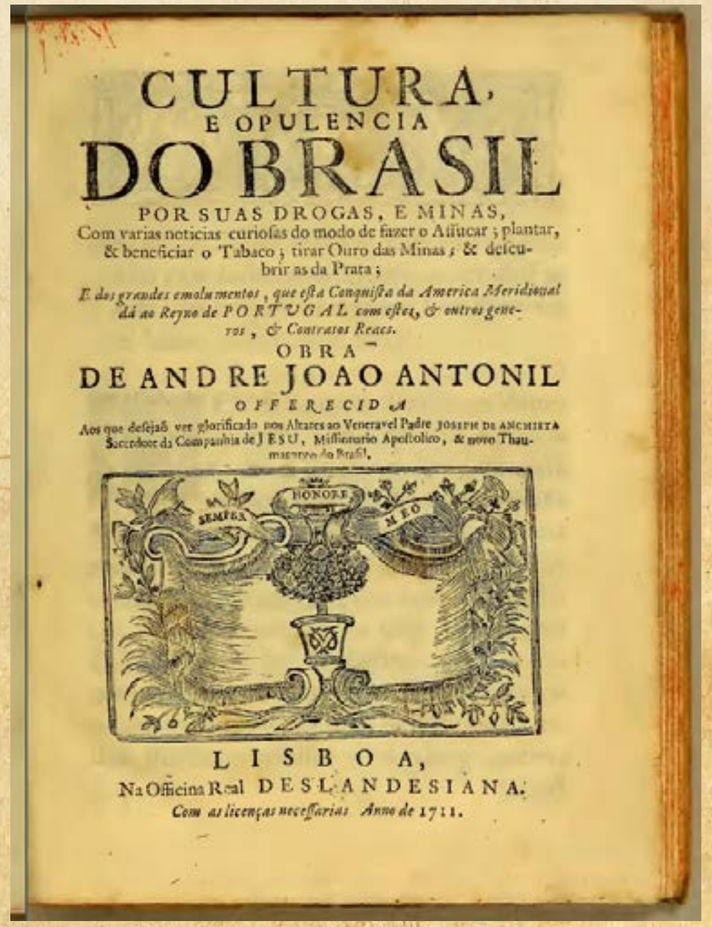
De São Vicente ou da pequena vila de São Paulo, no Planalto de Piratininga, partem e chegam as bandeiras. Quando retornam, trazem consigo o resultado do empreendimento, a experiência do sertão desbravado, os rios descobertos, o cansaço das longas caminhadas, as lendas e as histórias de muitas lutas que tiveram de vencer para continuar vivos. Mas nem todos eram vitoriosos sempre, e a bandeira trazia também notícias de mortes dos homens que ficaram sepultados pelos caminhos. Por isso, o regresso era bem diverso da partida, que era toda feita de esperança.

Mas eles não desistiam nunca – uma luta a cada palmo de fronteira vencida e os homens progredindo sempre.

Um passo à frente e o país crescia mais um metro. Aonde iam, os homens levavam consigo os limites do território brasileiro. No seu percurso, as fronteiras desabavam. Um longo, difícil e árduo trajeto esperava uma bandeira, mas, qualquer que fosse seu rumo, era quase sempre na capitania de São Paulo que os caminhos se iniciavam.



AS PRINCIPAIS BANDEIRAS


CULTURA,
E OPULENCIA
DO BRASIL
POR SUAS DROGAS, E MINAS,
Com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, & beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; & descubrir as da Prata;
E dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de PORTUGAL com estes, & outros generos, & Contratos Reaes.
OBRA
DE ANDRE JOAO ANTONIL
OFFERECIDA
Aos que desejaõ ver glorificado nos Altares ao Veneravel Padre JOSEPH DE ANCHIETA Sacerdote da Companhia de JESU, Missionario Apostolico, & novo Thaumaturgo do Brasil.
HONOR
MEO
SEMPER
LISBOA,
Na Officina Real DESLANDESIANA.
Com as licenças necessarias Anno de 1711.

As Principais Bandeiras



Afonso Sardinha, o Velho

O bandeirante Afonso Sardinha, o Velho, natural de Portugal, ao chegar ao Brasil, foi morar na vila de Santos. Era casado com Maria Gonçalves, filha de Domingos Gonçalves, moradores de Santos. Prestou ajuda ao padre José de Anchieta na construção de um caminho novo da vila de Santos à vila de São Paulo de Piratininga. Posteriormente, muda-se e fixa residência na vila de São Paulo. O historiador e genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), em sua obra *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica,* nos ensina que *"ele foi o primeiro a montar depósitos de açúcar, de que pagava grandes direitos à Fazenda Real, proveniente da sua fazenda de cultura do Ubatatá, hoje Butantã, pois ali teve uma sesmaria concedida em 1607. Fez aliança com os padres da sociedade jesuítica da Companhia de Jesus e adquiriu casas, que passou a alugar para os vigários. Andava sempre acompanhado de seu filho Afonso Sardinha, o Moço, levando a vida entre as fazendas, cuidando de seus afazeres políticos e dos interesses pela mineração, tornando-se político famoso e um grande mercador. Enviava mercadorias para o Rio de Janeiro e para Lisboa ao menos uma vez por ano".*

Já morando na vila de São Paulo, sai em busca de metais preciosos, chegando até o Pico do Jaraguá, situado a oeste da serra da Cantareira. Resolve se estabelecer na região eadquire a fazenda Jaraguá, onde definiu a sede e ergueu uma construção para a defesa e, em alguns casos, para o contra-ataque aos índios que fustigavam os homens que estavam povoando aquelas paragens. O casarão, que hoje leva seu nome, está localizado no Parque Estadual do Jaraguá, em São Paulo, e nele viveu até 1616, quando faleceu. O local servia também como ponto de partida para as bandeiras e expedições que seguiam rumo ao interior de São Paulo e de outras capitanias.



O pico do Jaraguá e o córrego Santa Fé, cujas nascentes situam-se na encosta da montanha, foram objeto de intensa mineração e extração de ouro a partir do início do decênio de 1580, iniciando o ciclo do ouro em São Paulo. O historiador Pedro Taques de Almeida Pais Leme confirma que Afonso Sardinha e seu filho Afonso Sardinha, o Moço, ou o Mameluco, descobriram também, no final do decênio de 1580, jazidas de minério de ferro aos pés da Serra de Araçoiaba, atual Morro de Ipanema, situado na região de Sorocaba, na capitania de São Paulo.

Sardinha era mestre na arte da fusão de metais e acabou transmitindo o ofício ao filho. Em 1591 instalaram na regiãodois fornos rústicos e uma forja para produção de ferro que veio a ser tornar a primeira usina siderúrgica reconhecida no Brasil. Em 1597 mais duas pequenas forjarias foram construídas nas cercanias de Ipanema. O empreendimento da família representou uma grande proeza para a época e deu início à indústria do ferro, mas, sem prosperar, encerrou suas atividades por volta de 1628. Contudo, o empreendimento conferiu a Afonso Sardinha o título de Fundador da Siderurgia Brasileira.

Na Câmara de São Paulo de Piratininga exerceu o cargo de vereador de 1572 até 1610, com intervalos. Foi nomeado almotacel em 1575. Em 1587 foi eleito juiz ordinário e se manteve vereador. Teria vivido na vila nos dois anos seguintes, pois em 1592 foi nomeado para comandar uma bandeira no denominado sertão do Parnaíba, para combater os índios que viviam na região, diligência em que gastou quatro meses, de outubro de 1592 aos primeiros dias de fevereiro de 1593. Aliás, em 1585 (fato que pode explicar sua ausência da vila de São Paulo), tomou parte na expedição do capitão-mor e administrador da capitania de São Vicente, Jerônimo Leitão, para a região de Paranaguá, para combater os carijós e tupiães. Durante alguns anos foram travados diversos combates entre os novos moradores e os indígenas que viviam na região paulista. Dos numerosos índios que desceram do sertão, formou-se a aldeia de Carapicuíba, em terras de propriedade de Afonso Sardinha.

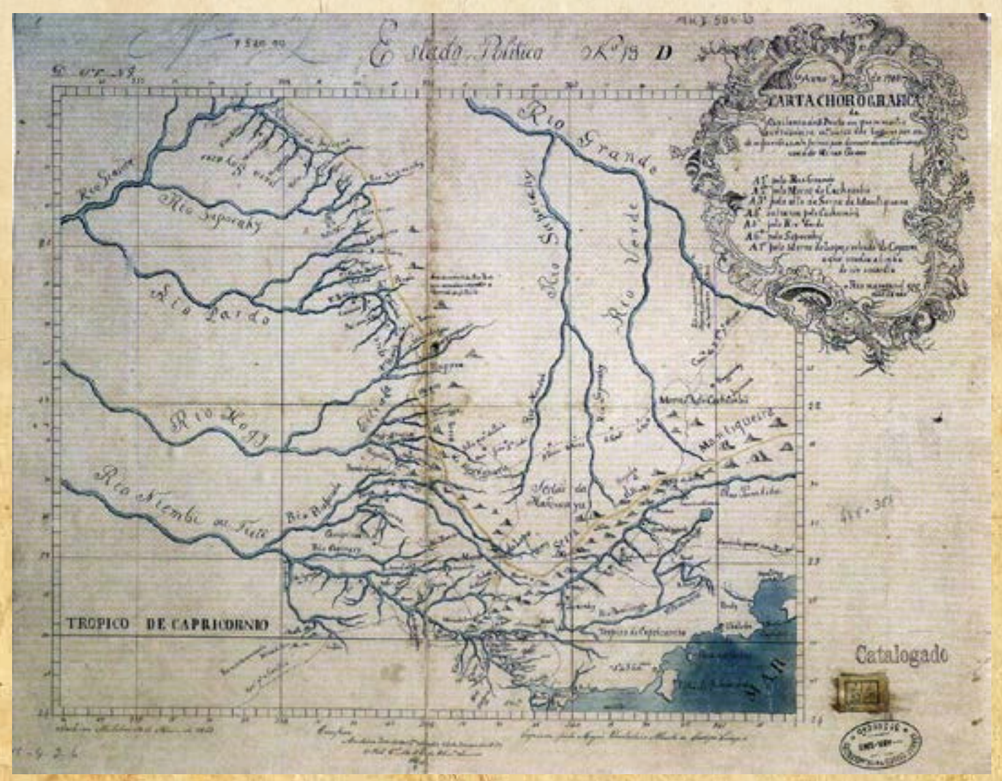
Era uma figura muito importante e influente em sua época, recebendo, inclusive, em 1592, o título de Capitão das Gentes da Vila de São Paulo dos Campos de Piratininga, para cuidar da defesa da Vila contra as incursões dos indígenas e combatê-los.O historiador e biógrafo Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958) nos ensina que ele era *"um grande comerciante, importador e capitalista, proprietário de terras e lavrador, que minerava no Jaraguá, fabricava e exportava muita marmelada, a ponto de poder fornecer, de uma remessa, cem caixotes, e negociava grandes partidas de farinha, sal e açúcar"*.

No dia 9 de julho de 1615, juntamente com sua mulher, Maria Gonçalves, fez doação de todos os seus bens à capela de Nossa Senhora da Graça do Colégio de Santo Inácio, da vila de São Paulo, por serem casados há 60 anos, sem herdeiros, deixando-os todos à administração dos jesuítas. Vem a falecer em 1616, depois do filho Afonso Sardinha, o Moço. Os jesuítas o sepultam no Pátio do Colégio cuja construção fora por ele financiada.

Afonso Sardinha, o Moço

O bandeirante Afonso Sardinha, o Moço, ou o Mameluco, nascido em território paulista, acompanhou o pai em todos seus feitos exploratórios e desbravadores. Em 1592 morava em Embuaçava, em terras dadas pelo pai. Foi o iniciador do pequeno ciclo das minas de São Paulo, tendo achado ouro no período de 1589 a 1600 na Serra da Mantiqueira, em Guarulhos, no Jaraguá, em São Roque e aos pés da Serra de Araçoiaba, atual Morro de Ipanema, situado na região de Sorocaba, onde também descobriu jazidas de minério de ferro, tendo ali construído, em 1591, dois fornos catalães e uma forja para produção de ferro que veio a se tornar a primeira usina siderúrgica reconhecida no Brasil. Nessa ocasião teve como companheiro de empreitada o ferreiro Clemente Álvares. Um dos fornos que construiu junto ao morro do Araçoiaba doou a D. Francisco de Sousa, que, com o desejo de facilitar e desenvolver a fabricação de ferro, fundou em 1600, nas imediações, uma povoação a que deu o nome de São Filipe, conhecida originalmente como Itavuvu ou Itapeboçu. Com seu filho Pedro Sardinha, também grande sertanista, desenvolveu o trabalho de mineração no Jaraguá, que já havia sido tentado sem grandes resultados por Brás Cubas.

Em 1598, juntamente com muitos moradores de São Paulo de Piratininga e mais de cem índios, fez uma entrada pelo sertão mineiro com intento de saltear indígenas e descobrir ouro e outros metais. Supõem alguns autores pesquisados que ele atingiu a região do Jeticaí (rio Grande), nas Minas Gerais, onde aprisionou índios da tribo puris. Em 1602 participou da bandeira de Nicolau Barreto, que desceu o rio Tietê, e internou-se pela região do baixo rio Paraná, dirigindo-se à região de Guairá, no sul do Brasil, com o propósito declarado da descoberta de minas de ouro, prata e demais metais. Quando de regresso para São Paulo, acabou falecendo, tendo sido feito testamento, em 1604, no sertão, escrito pelo padre João Álvares, que era um dos capelães da bandeira, juntamente com o padre Diogo Moreira, ocasião em que declarou possuir 80.000 cruzados de ouro em pó, enterrado em botelhas de barro, que havia sido extraído das minas paulistas. Essas minas ainda eram exploradas em 1636, com relativo lucro, pelo seu neto Gaspar Sardinha.

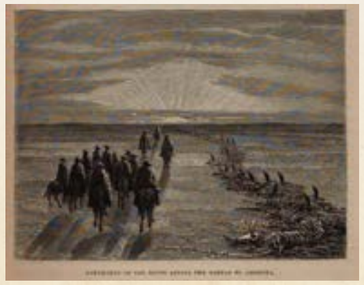


Carta Corográfica da capitania de São Paulo

Aleixo Garcia

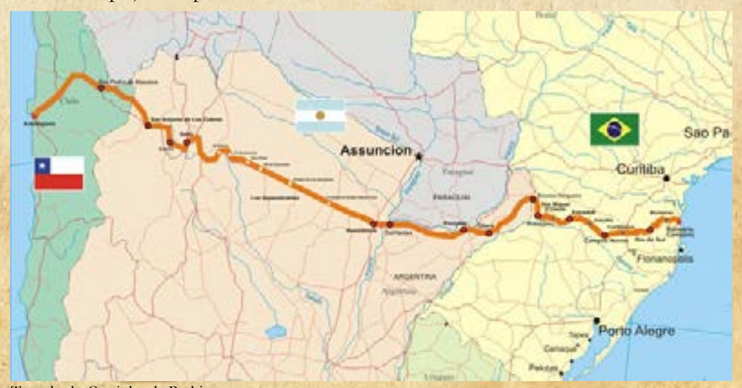


O bandeirante Aleixo Garcia, português, naufragou em frente à costa de Santa Catarina em 1516, com outros companheiros e foi recolhido pelos pacíficos índios carijós da Ilha de Santa Catarina. Com eles viveu mais de sete anos, sempre ouvindo uma história fascinante em que diziam que no interior do continente havia um poderoso rei branco, dono de riquezas infinitas. Esse rei, garantiam, explorava uma montanha de pura prata chamada Potosí.



Rota dos Pampas para Arequipa | Paul Marcoy

O bandeirante não resistiu à tentação e, por volta de 1524, resolveu, com mais quatro companheiros e algumas centenas de índios, partir rumo aos domínios espanhóis, em busca desse reino onde se erguia uma hipotética serra de prata. Viajou cerca de 2.600 quilômetros a pé e de canoa, abrindo para os europeus o caminho indígena pré-colombiano do Peabiru, uma vasta rede de trilhas indígenas que ligava o litoral brasileiro ao rio Paraguai. Desbravaram florestas e pântanos e enfrentaram índios hostis. Depois de um ano e meio chegaram a Cochabamba, na Bolívia, a 150 quilômetros da mina de prata de Potosí. Descobriu o império do rei inca Huayna Capac (1467-1525), obtendo ali muitos despojos de prata.



Traçado do Caminho de Peabiru

Empreendeu viagem de volta e acabou sendo morto no rio Paraguai por índios da tribo paiaguás. Embora tenha sido morto antes de retornar, seus mensageiros, ao voltarem para Santa Catarina, confirmaram os relatos indígenas. Da Europa foram mandadas expedições para refazer esse caminho. Assim, deram início à colonização das regiões localizadas entre os rios da Prata, Paraná e Paraguai e os deslocamentos dos bandeirantes por esse território, sendo seguidos pelos jesuítas, que estabeleceram suas reduções na região, configurando, assim, a primeira ocupação do território do Paraná.

Só em 1541 o governador espanhol da província do Rio da Prata, Dom Álvares Nuñes Cabeza de Vaca (c.1490-1560), conseguiu chegar a Assunção, Paraguai, a pé, a partir de Santa Catarina. Ele havia viajado para a América do Sul em 1540 a fim de restabelecer o assentamento de Buenos Aires. Aportou em terras hoje pertencentes ao Brasil, tendo chegado primeiramente à Ilha de Santa Catarina, onde desembarcou com 250 homens e 26 cavalos. Iniciou sua jornada pelo interior brasileiro através do Caminho de Peabiru e foi o primeiro europeu a descobrir as cataratas do Iguaçu.O confronto entre portugueses e espanhóis na região passou a ser inevitável.

Amador Bueno da Ribeira





Aclamação de Amador Bueno | 1931 | Oscar Pereira da Silva

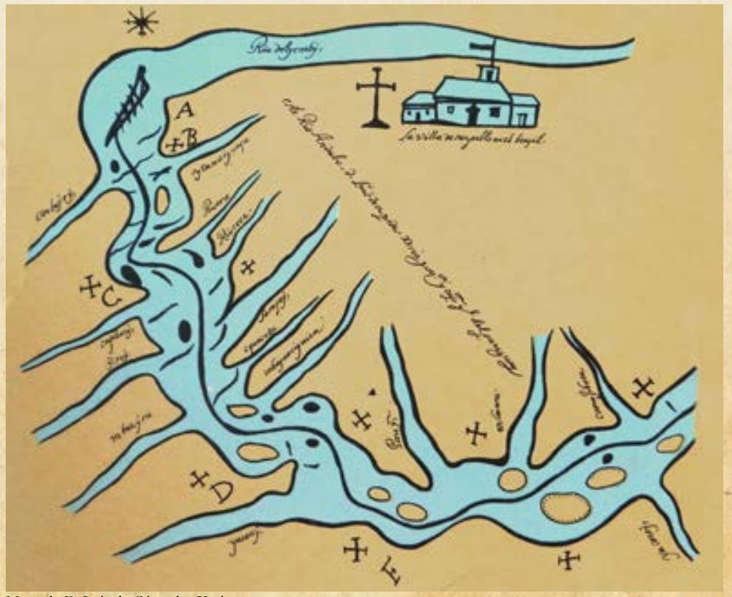
Um dos primeiros bandeirantes, Amador Bueno de Ribeira, o Aclamado, nascido aproximadamente em 1584, filho do espanhol Bartolomeu Bueno, o Sevilhano, era proprietário de terras e administrador colonial (capitão-mor e ouvidor) da capitania de São Vicente. Casou-se com Bernarda Luís, filha de Domingos Luís, o Carvoeiro, e de Ana Camacho, os quais, em 10 de abril de 1603, haviam fundado a Capela de Nossa Senhora da Luz, nos arredores da vila de São Paulo de Piratininga. Amador e sua mulher tiveram numerosos descendentes, entre eles um filho, bandeirante, também chamado Bartolomeu Bueno, como seu avô e seu tio, e um filho chamado Amador Bueno, o Moço, para distinguir do pai, também bandeirante. Entre seus irmãos, os famosos bandeirantes Francisco Bueno e Bartolomeu Bueno, o Moço. Era bisavô de outra personagem importante da história de São Paulo, Amador Bueno da Veiga, que comandou os paulistas na Guerra dos Emboabas. Foi também tio e tutor de Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera. Foi ainda juiz de órfãos, provedor e contador da Fazenda Real por provisão do governador geral do Brasil Diogo Luís de Oliveira, datada em Salvador, Bahia, em 6 de dezembro de 1633, tomando posse em Santos, dada por Francisco da Costa, capitão-mor governador da capitania de São Vicente, em abril de 1634.

Homem riquíssimo e de muito bom senso, tornou-se personagem importante do Brasil Colonial ao ser aclamado rei na vila de São Paulo, em 1641, pela população pró-castelhana, como reação ao fim da união dinástica entre Portugal e Espanha. O livro *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, do frei Gaspar da Madre de Deus, relata que o povo de São Paulo de Piratininga, ao ter conhecimento da soberania portuguesa – em fins de 1640, com a ascensão do Duque de Bragança ao trono de Afonso Henrique –, resolveu proclamar a independência de sua terra, escolhendo para ser rei Amador Bueno da Ribeira, que, além de rico e esclarecido, era de família hispânica. Amador Bueno prontamente recusou a aclamação dando vivas ao rei D. João IV de Portugal.

Nesse acontecimento, mostrou-se um homem prudente ao recusar a indicação do partido espanhol para que ele fosse aclamado rei. Refugiou-se no mosteiro de São Bento e mandou chamar o bandeirante Lourenço Castanho Taques para serenar e dissuadir o povo. Por esse ato, Amador Bueno deixou nome ilustre e recebeu carta do rei português em que lhe agradecia a lealdade. Quase duzentos anos depois, D. Pedro I fez questão de ressaltar que foi aclamado imperador pela primeira vez na terra do "fidelíssimo e nunca assaz louvado Amador Bueno de Ribeira". Amador Bueno morreu em data incerta entre 1646 e 1650. Acredita-se que tenha sido sepultado na parte desaparecida do Convento de São Francisco, em São Paulo.

André Fernandes

O bandeirante André Fernandes era paulista, nascido por volta de 1578, filho de Manuel Fernandes Ramos e de Susana Dias e irmão do também sertanista Domingos Fernandes. Órfão de pai em 1589, com onze anos de idade, acompanhou a mãe e o seu tio Belchior Dias Carneiro para as terras virgens de Parnaíba, onde o capitão-mor e governador da capitania de São Vicente, Jorge Correia, lhes deu sesmarias, doação que foi aumentada com as sesmarias requeridas pelo segundo marido de Susana Dias, Belchior da Costa, em 26 de dezembro de 1610 ao capitão-mor e então governador da capitania de São Vicente Gaspar Coqueiro.



Mapa de D. Luis de Céspedes Xeria

Dentro dos seus limites de terras, à margem esquerda do rio Anhembi, André Fernandes ergueu mais tarde a capela de Santana. Tendo devassado os sertões vizinhos pesquisando ouro, obteve para si uma sesmaria limítrofe em 23 de setembro de 1619. Formou-se um povoado em torno da capela, depois transformada em matriz. Em 14 de novembro de 1625 foi criada a vila de Parnaíba, por provisão do donatário da capitania de São Vicente, D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, 6º Conde de Monsanto.

O bandeirante André Fernandes foi um dos maiores sertanistas de seu tempo na capitania de São Vicente. Em novembro de 1613 partiu de São Paulo na chefia de uma bandeira formada por aproximadamente 30 pessoas, que se deslocou em direção ao sertão goiano, pelo rio Paraupava (atual rio Araguaia junto com o trecho inferior do rio Tocantins), tendo retornado em 1615. Em 1623 recebeu patente de capitão da ordenança de São Paulo, tendo sido escolhido para escoltar a monção que levaria dona Vitória de Sá, da família de Salvador Correia de Sá e esposa do governador do Paraguai, D. Luís de Céspedes Y Xeriá, Tietê abaixo até à cidade de Assunção, no Paraguai.

Em seguida tomou parte de uma bandeira paulista contra as reduções jesuíticas do Guairá, em 1628, e ali permaneceu até fins de 1632. Esteve na bandeira do cabo-mor Francisco Bueno, o qual tinha como seu imediato o seu irmão Jerônimo Bueno, que em 1637 atacou diversas reduções no sertão da província doTape, atual Rio Grande do Sul. Nesse combate morreu Francisco Bueno. A tropa, então, foi dividida entre Jerônimo Bueno, que foi atacar as reduções do Ijuí, e André Fernandes, que foi para as reduções do Tape.

No comando da sua bandeira, André Fernandes investiu contra as reduções do Tape e começou o ano de 1638 atacando duramente a redução de Santa Teresa, a noroeste do rio Taquari. Com isso os jesuítas espanhóis foram expulsos para além do rio Uruguai, não lhes restando mais que aldeias sobre o rio Ibicuí, mais a sudoeste. André Fernandes, porém, sofreu grande revés em Caazapamim no final de 1638 e retornou a São Paulo. Chegou à vila de Parnaíba em março de 1639, doente e abandonado por seus índios, apenas com a proteção de seu filho Jorge Fernandes. Em 19 de abril de 1642, já restabelecido, assinou procuração dos moradores de Parnaíba ao capitão Antônio Raposo Tavares para os representar junto ao rei em Lisboa. Em 1643 foi fundada a vila de Parnaíba, sendo o mosteiro de São Bento doação do capitão André Fernandes.

Os anais da história das bandeiras paulistas nos informam que ele também acompanhou o bandeirante Antonio Raposo Tavares em 1648, no baixo Mato Grosso, para o ataque às reduções do Itatim. Era um dos comandantes das divisões dessa expedição que tinha como "propósito" ir descobrir as sonhadas riquezas da serra de Sabaraboçu, mas tomou um rumo totalmente diferente, indo parar nas inóspitas regiões do sudoeste brasileiro, e lá acabou perecendo no mesmo ano de 1648, com toda sua tropa, à exceção de apenas dois combatentes, que conseguiram retornar para São Paulo e ali relatar o acontecido.

Antonio de Almeida Falcão

O bandeirante Antonio de Almeida Falcão, grande sertanista e mestre de campo, era filho de Fernando Dias Falcão e de dona Lucrécia Pedroso de Barros. Herdeiro das qualidades de seu pai, acompanhou-o nas entradas do baixo Mato Grosso, tendo tomado parte nos primeiros descobrimentos de ouro daquela região, em 1720. Ajudou-o também a conquistar as terras do Mato Grosso e a confirmar essa posse para Portugal, acompanhando-o ainda na conquista de tribos indígenas, fazendo muitas entradas pelos sertões dos rios Grande e Pardo, na parte em que pertencia à província do Paraguai, domínio da Espanha. Depois de servir em vários cargos em sua terra natal, passou às minas de Cuiabá e penetrou os sertões, à sua custa, com o intento de aumentar o descobrimento das minas de ouro e assim ganhou a disciplina e experiência necessárias para uma vida de sertanista. Foi nomeado mestre de campo em 1726 pelo capitão-mor e governador da capitania de São Paulo, D. Rodrigo Cesar de Menezes, atendendo aos seus merecimentos. Nesse mesmo ano realizou a captura do capitão Bento Gomes de Oliveira e de seus vinte e tantos escravos e seis homens brancos, que estavam fugindo de Cuiabá para não realizar o pagamento dos reais quintos.

Conhecedor do rio Arinos, mandou em 1746 seus filhos Pascoal de Arruda Botelho e José de Almeida Falcão para formarem um povoado na região, que foi erguido com o nome de Santa Isabel em local em que encontraram minas de ouro. Passou depois a residir em Sorocaba, por já se achar velho e cansado das labutas pelos sertões, mas por ocasião da demarcação dos limites do território brasileiro com o Paraguai, o governo, valendo-se de sua coragem e experiência, embora já ancião (75 anos de idade), nomeou-o, no início de 1753, para comandar a expedição que iria levar marcos de pedra para serem fixados nas fronteiras do Brasil com as possessões espanholas, que haviam sido decretadas pelo Tratado de Madri de 1750. Para esse deslocamento, era necessário descobrir uma navegação que chegasse até o sertão que ficava entre o rio Grande e a vila de Corumatim, no Paraguai, para que os marcos destinados à região do Salto de Sete-Quedas pudessem, a partir dali, serem transportados. Em outra ocasião já tinha seguido o sargento-mor José Custódio como cabo de uma bandeira, o qual, saindo das campanhas do Jacuí, tinha chegado a salvo à dita vila de Corumatim, porém, adiante de si estava o sertão separando-o do rio Grande, e havia a certeza de encontrar índios bravios, os quais eram reconhecidos pelo valor com que por vezes tinham assaltado os navegantes e viajantes castelhanos.

O mestre de campo Antonio de Almeida Falcão foi incumbido dessa empresa, sem atentar às despesas, mas sabendo da necessidade do sacrifício, pois os paulistas daquela época estavam acostumados com as entradas nos sertões e o enfretamento com os índios. Sendo os únicos capazes de levar a missão a efeito naquele momento, formou uma monção com um corpo de oitenta soldados, que, acompanhados do seu adjunto João Raposo da Fonseca Leme, embarcam em canoas no porto da freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritaguaba e descem pelo rio Tietê até saírem no rio Grande, e por este abaixo. até o Salto das Sete-Quedas, onde deviam colocar os marcos da divisão.

Como na descida tinha observado que alguns rios do sertão de Corumatim vinham desembocar no rio Grande, o mestre de campo escolheu um deles, o Camambaya, para, navegando-o, se dirigirem à vila de Corumatim. Depois de muitos dias desembarcou com sua tropa no porto dos Guaicurus e abriu, a partir desse local, uma picada de aproximadamente 15 léguas. Atravessou extensos campos até que chegou a Curuguaty, entregando os marcos de fronteira ao representante português da comissão de limites luso-espanhola, o sargento-mor José Custódia de Sá e Faria, em outubro de 1753.

Foi muito festejado o encontro dos dois comandantes, os quais, reunidos com seus soldados num só corpo militar, conduziram os marcos pela picada aberta, navegando pelos rios Camambaya e Grande até o salto de Sete-Quedas, onde assentaram os marcos da divisão e se despediram em seguida, voltando o sargento-mor José Custódio com seus soldados para Corumatim e o mestre de campo Almeida Falcão retornando com todos os seus soldados para a capitania de São Paulo, onde recebeu louvores e saudações pelo feito realizado. Depois dessa empresa foi descansar na sua fazenda do Pirapora (hoje município de Salto de Pirapora), onde veio a falecer, em data não precisa, entre o final da década de 1750 e início do ano de 1760.

Antônio Dias Adorno



O bandeirante Antônio Dias Adorno, nascido na Bahia, filho do genovês Paulo Dias Adorno e de Filipa Álvares, neto materno de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, foi senhor de engenho e um dos grandes sertanistas, realizando diversas expedições pelos sertões, principalmente nas regiões da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Seu pai e os outros irmãos Adorno (José, Francisco e Rafael) figuram, entre os primeiros povoadores do Brasil Colônia, como integrantes da armada de Martim Afonso de Sousa entre 1530 e 1532. São homenageados com o batismo de uma avenida em Praia Grande e uma rua em Bertioga, no litoral paulista.

Em fevereiro de 1574 chefiou uma bandeira, composta de aproximadamente cento e cinquenta brancos e quatrocentos índios, com o objetivo de atingir a legendária Serra de Sabaraboçu. Partiu de Salvador em 1574, por mar, penetrou no rio Caravelas e, atalhando por terra, chegou ao vale do rio Mucuri, alcançando as terras das Minas Gerais. Entrou depois pelo sertão até as vertentes do rio Araçuaí, onde diversos componentes de sua bandeira desertaram, descendo então o rio Jequitinhonha até o mar. Adorno porém prosseguiu para o norte, indo atingir o território da capitania da Bahia, quando, então, doente, chegou, em 1575, ao engenho do historiador e agricultor Gabriel Soares de Souza (c.1540-1591), na região de Jequiriçá, onde dissolveu sua bandeira. Da sua jornada trouxe, além de aproximadamente quatrocentos índios, amostras de pedras preciosas e notícias de ouro. Entre 1578 e 1580 fez outra entrada no Jaquaripe, guerrilhando com o mameluco Brás Dias. Faleceu na Bahia em 1583.

O memorial histórico denominado de Notícia do Brasil ou Tratado Descritivo do Brasil, de 1587, do historiador e agricultor Gabriel Soares de Souza, nos conta que

> *"aqui achou esta gente umas pedreiras, que tem umas pedras verdoengas, e que tomam de azul que parecem turquescas (sic), e afirmou aqui o gentio vizinho que no cimo deste monte se tiravam pedras muito azuis, e que havia outras que, segundo sua informação, havia muito ouro descoberto. E quando esta gente passou o Açeçia derradeira vez, dali cinco ou seis léguas da banda do norte, achou Bastião Fernandes uma pedreira de esmeraldas e outra de safiras, as quais estão ao pé de uma serra cheia de arvoredo do tamanho de uma légua, e quando esta gente ia do mar por este rio Doce, acima sessenta ou setenta léguas da barra, acharam umas serras ao longo do rio Arvoredo, e quase todas de pedra, em que também acharam pedras verdes; e indo mais acima quatro ou cinco léguas da banda do sul, está outra serra, em que afirma o gentio haver pedras verdes e vermelhas tão compridas como dedos, e outras azuis, todas mui resplandecentes. Desta serra para a banda de leste pouco mais de uma légua está uma serra, que é quase toda de cristal muito fino, a qual terá em si muitas esmeraldas, e outras pedras azuis. Com estas informações que Bastião Fernandes deu a Luís de Brito, sendo governador, mandou Antonio Dias Adorno, como já fica dito atrás, o qual achou ao pé desta serra, da banda de leste as esmeraldas, e da de oeste as safiras. E umas e outras nascem no cristal, de onde trouxeram muitas e algumas muito grandes, mas todas baixas; mas presume-se que debaixo da terra as deve de haver finas, porque estas estavam à flor da terra. Em muitas partes achou esta gente pedras desacostumadas, de grande peso, que afirmam terem ouro e prata, do que não trouxeram amostras, por não poderem trazer mais que as primeiras e com trabalho; a qual gente se tornou para o mar pelo Rio Grande abaixo, como já fica dito. E Antonio Dias Adorno, quando foi a estas pedras, as recolheu por terra, atravessando pelos Tupinaes (sic) e por entre os Tupinambas (sic), e com uns e outros teve grandes escaramuças, e com muito trabalho e risco de sua pessoa chegou à Bahia e fazenda de Gabriel Soares de Sousa".*

Antonio Dias de Oliveira



O bandeirante Antônio Dias de Oliveira era natural de Taubaté e se notabilizou por explorar o interior das Minas Gerais, sobretudo o vale dos rios Doce e Piracicaba, em busca de riquezas minerais. No final do decênio de 1690 organizou uma bandeira que, sob seu comando, partiu de Taubaté em direção à região mineira, em local que ficava perto de uma formação rochosa chamada pelos índios de Itacolomi, corruptela do tupi-guarani "ita-corumi", que significa "menino de pedra". Depois de caminhar, contornar montanhas e vales, avistaram, no amanhecer do dia 24 de junho de 1698, a tão procurada formação rochosa (montanha que domina a cidade de Ouro Preto). Era dia de São João. Os homens acampam no local, onde é oficiada uma missa pelo padre João de Faria Fialho em agradecimento pela descoberta da região. É dado início ao povoamento de Vila Rica com o levantamento da primeira igreja, que é dedicada ao santo protetor do dia em que localizaram a região. Em seguida, a bandeira se dividiu em grupos para a caminhada em direção ao Itacolomi. Lá, a seus pés, estava o ribeirão Tripuí e as tão procuradas pepitas de ouro preto. Um desses grupos foi comandado pelo Padre Faria, que, junto com Antônio Dias, fez o comunicado oficial da descoberta ao chefe dos expedicionários, coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, cabendo a cada um deles a concessão de datas de terras para exploração do veio aurífero.

De 1700 a 1701, o bandeirante abandonou as suas lavras nesse local e foi minerar no Piracicaba, onde em 1º de junho de 1706 fundou um povoado que depois passou a ser chamado de arraial de Antônio Dias Abaixo, na margem esquerda do rio Piracicaba, em Minas Gerais. Mais tarde esse arraial se tornaria o atual município de Antônio Dias. O arraial onde ele vivia em Vila Rica (Ouro Preto) recebeu também o nome de Antônio Dias. Teve patente de guarda-mor dessa região em 11 de janeiro de 1711, e nesse documento se faz referência aos muitos serviços prestados como sertanista. O bandeirante veio a falecer em 1736, com 90 anos de idade, e foi sepultado no adro da igreja matriz da cidade de Antônio Dias (MG).

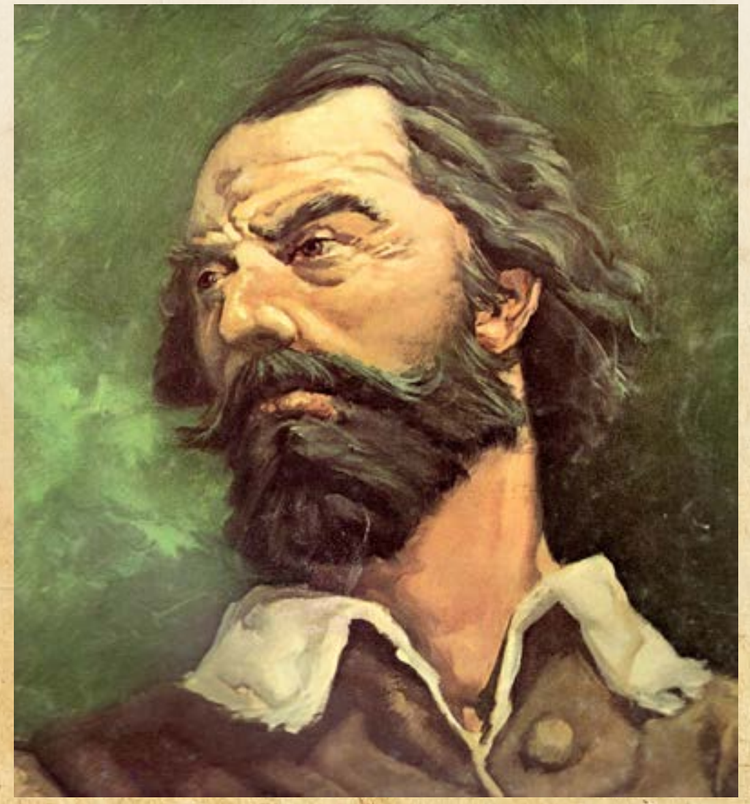
Antônio Pires de Campos

O bandeirante Antônio Pires de Campos era paulista, nascido em 1659, filho de Manuel de Campos Bicudo e Luzia Leme de Barros. Casou-se em Itucom Sebastiana Leite da Silva. Tiveram quatro filhos. Desde adolescente, em 1673, tomou parte, com seu pai, de bandeiras que entraram nas regiões do baixo Mato Grosso e de Goiás e, depois, em 1679, com Salvador Jorge Velho, nas minas de Paranaguá.

Com o descobrimento de ouro nas Minas Gerais, deslocou-se para a região mineira, regressando depois a São Paulo, desanimado após a guerra dos emboabas, onde os paulistas haviam perdido vários homens. Planejou, então, voltar à região do baixo Mato Grosso, onde já havia estado com seu pai e de onde corria notícias de existir muito ouro. Entre 1716 e 1717, seguindo o mesmo caminho do pai, subiu o rio Cuiabá até sua confluência com o rio Coxipó-Mirim, rebatizando o local de São Gonçalo Velho. Na região foram localizados índios da tribo Aripoconé às margens do rio Coxipó-Mirim, chamado pelos bandeirantes de Coxiponé. Em 1719, nas margens desse rio, encontraram minas de ouro. Era exímio conhecedor da região, tendo realizado um relato minucioso sobre as várias nações indígenas que habitavam todo o percurso do rio Grande até Cuiabá, bem como sobre seus usos e costumes.

Antonio Raposo Tavares

O bandeirante Antônio Raposo Tavares, o Velho, nascido em 1598, era filho de Fernão Vieira Tavares e de Francisca Pinheiro da Costa Bravo. Chegou ao Brasil no final do decênio de 1610 com seu pai, que depois, em 1622, foi nomeado capitão-mor, governador e ouvidor da capitania de São Vicente.





A Partida dos Bandeirantes | Clóvis Graciano | Câmara Municipal de São Paulo

Com a morte do pai, transferiu-se para o planalto de Piratininga, fixando-se na vila de São Paulo. Participou ativamente na expansão das fronteiras brasileiras sobre os domínios dos espanhóis. Tendo adquirido uma fazenda na região de Quitaúna, ali reuniu grande número de índios apresados depois de suas contínuas entradas pelo sertão, o que, por várias vezes, lhe valeu ordem de prisão por ser o principal responsável pelas expedições não autorizadas.



Roteiro das expedições do bandeirante Antônio Raposo Tavares

Em meados de 1628, sertanistas moradores de São Paulo de Piratininga concordaram em invadir toda a região do Guairá, sob o fundamento de que aquela região pertencia a Portugal. Nessa época Portugal ainda estava sob domínio da Espanha (União Ibérica). Em agosto de 1628, Antonio Raposo Tavares participa como um dos capitães das quatro companhias de uma grande bandeira chefiada pelo bandeirante Manuel Preto, que se deslocou para a região do Guairá e que culminou com o processo de expulsão dos jesuítas espanhóis. O historiador Francisco de Assis Carvalho Franco, em seu *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil,* registra que o padre Cristovão de Mendonça, da redução de Jesus Maria, inquiriu Raposo Tavares do motivo porque fazia seus subordinados agirem por tal forma, respondendo o bandeirante que "temos de expulsar-vos duma terra que é nossa e não de Castela". Por sua vez, o historiador e biógrafo Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958) nos ensina que Antônio Raposo Tavares foi a alma de toda a empresa da destruição das reduções jesuíticas espanholas e da ampliação do território brasileiro, assegurando a posse dos territórios dos atuais estados do Paraná, de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a parte meridional de Mato Grosso, onde se localizavam essas reduções, respectivamente do Guairá, do Tape e do Itatim.

No mês de janeiro de 1633 foi eleito juiz ordinário e logo a seguir foi provido por D. Álvaro Pires de Castro e Sousa (c.1590-1674), 6º Conde de Monsanto, ao ofício de ouvidor da Capitania de São Vicente. Em 1638 partiu

em nova expedição para expulsar os jesuítas espanhóis estabelecidos nas reduções da região do Tapes, hoje Rio Grande do Sul. Partiu da capitania de São Vicente em janeiro, com mais de mil integrantes, e só voltou em novembro. O historiador e genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), em sua obra *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, diz que *"o Conde da Torre ordenou, a 3 de fevereiro de 1639, a Salvador Correia de Sá e Benevides, que levantasse contingente nas capitanias do sul, para retomada de Pernambuco dos Holandeses. Em virtude das ordens recebidas, Salvador Correia, por provisãode 18 de março do mesmo ano, incumbiu D. Francisco Rendon de Quebedo de arregimentar soldados na vila de São Paulo de Piratininga e levá-los à capitania do Rio de Janeiro"*. Como não houve uma boa adesão à causa, foi expedida outra provisão pelo Conde da Torre, em 8 de junho de 1639, determinando que se facultasse o perdão de crimes, em particular aos de entradas pelos sertões, àqueles que se inscrevessem na expedição, podendo ser nomeado um capitão para cada oitenta homens arregimentados. Com essa nova determinação, o capitão-mor Antônio Raposo Tavares passou a integrar as forças paulistas que lutaram contra a ocupação dos holandeses na capitania da Bahia e na de Pernambuco no período de 1639 a 1642. No dia 7 de agosto de 1639, D. Fernando de Mascarenhas, 1º Conde da Torre, lhe deu patente de capitão, pois juntara em São Paulo, à sua custa, 150 soldados que conduziu à Bahia. Na obra *Ensaios Paulistas* (Editora Anhembi, 1958, página 634), é dito que "entre as façanhas bélicas dos paulistas (…) convém recordar os socorros por eles prestados contra os holandeses, quando da infeliz expedição naval do Conde da Torre, em cuja esquadra embarcou um terço formado em São Paulo, apesar de uma tentativa de revolta de feitio sebastianista contra esta recruta. Tal tropa comandada por Antônio Raposo Tavares destacou-se na terrível jornada chamada de Retirada do Cabo São Roque. Mais tarde novo socorro partiria de São Paulo em defesa da Bahia, sob o comando de Antônio Pereira de Azevedo e pelas águas do São Francisco abaixo".

Registra os anais da história que o bandeirante Antônio Raposo Tavares esteve em Portugal em 1647, sendo na ocasião encarregado de uma "missão secreta". Essa sua última expedição foi chamada de Bandeira de Limites, ou a grande bandeira aos "serranos", os limites do Peru. Ficou registrado que ele "embrenhou-se com algumas dezenas de homens no território mato-grossense, atingindo, pelo Madeira, o Amazonas, remontado até às terras de Quito e depois descido até Belém do Pará." (*Ensaios Paulistanos*, p. 634). Foi considerada a primeira viagem em torno do território brasileiro. Oficialmente destinava-se à busca de minas, sobretudo as de prata. O historiador Jaime Zuzarte Cortesão (1884-1960) afirma, em seu livro *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* (RJ, 1958), que oficialmente iam no descobrimento de minas nos sertões dos serranos, mas que a intenção, secreta, seria a de conhecer melhor o Brasil para identificar os interesses de Portugal na região.

O bandeirante Antônio Raposo Tavares partiu com sua bandeira no mês de maio de 1648, do porto de Pirapitingui, em São Paulo, descendo o rio Tietê rumo aos sertões do baixo Mato Grosso. Sua bandeira contava com cerca de duzentos brancos e mamelucos e mais de mil índios. Em novembro de 1648, Antônio Raposo ordenou decisivo ataque para destruição das reduções do Itatim. Esse ataque produziu êxodo igual ao do Guairá e do Tape, retirando-se os indígenas da região para núcleos mais fortes das populações espanholas. Mas, de Assunção, partiu uma tropa militar espanhola para enfrentar os paulistas, que então entenderam que seria melhor abandonar a região. A bandeira se dividiu em duas companhias, que foram comandadas por Raposo Tavares e por Antônio Pereira de Azevedo, um de seus principais auxiliares. Iniciaram assim, a famosa volta que percorreria mais de 10 mil quilômetros e que duraria cerca de três anos. Um documento do Conselho Ultramarino, datado de 1674, informa que "Antônio Raposo Tavares se embrenhou tanto pelo sertão que veio a sair em Quito, no Peru, e daí, pelo rio Amazonas, alcançou o Maranhão". Já outros historiadores registram que o bandeirante teria subido do Itatim pelo rio Paraguai acima até a nascente, progredindo de tal modo pelo interior que se encontrou com os castelhanos no Peru, depois desceu em jangadas o rio Guaporé, o rio Mamoré e o rio Madeira, entrando no Amazonas, detendo-se na fortaleza do Gurupá, no Pará, no ano de 1651.

Ao término de sua jornada, em Gurupá, no Pará, contava com menos de sessenta brancos e alguns índios. O bandeirante retornou para a vila de São Paulo de Piratininga tão desfigurado, que a própria família não o reconheceu, vindo a falecer poucos anos após, entre fins de 1658 e começo de 1659, em São Paulo.

Antonio Rodrigues de Arzão



O bandeirante Antônio Rodrigues de Arzão, natural deTaubaté, filho do capitão Manuel Rodrigues de Arzão e de Maria Afonso de Azevedo, era casado com Mariana de Camargo, filha de Fernando de Camargo Ortiz e Joana Lopes. Foi o primeiro a descobrir ouro nos sertões das Minas Gerais, encontrado ao acaso, numa bandeira que chefiava com destino à Casa da Casca no ano de 1693.



Há várias versões de historiadores sobre a descoberta dos primeiros cascalhos auríferos nos sertões das Minas Gerais. O historiador Francisco de Assis Carvalho Franco, em seu *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil,* nos ensina que alguns defendem *"*que Manuel de Borba Gato o tenha descoberto, em 1678, na região do Rio das Velhas, quando de sua jornada com Fernão Dias Paes. Uma carta régia de 19 de novembro de 1697 assegura que Garcia Rodrigues Paes foi o primeiro descobridor do ouro de lavagem, nos ribeirões que correm para a serra de Sabaraboçu, no ano de 1686. O nosso primeiro historiador, Antonil, sem precisar uma data, diz que foi um mulato que tinha estado nas minas de Paranaguá, bateando nos ribeirões de Vila Rica, no serro do Tripuí. O viajante Orvile Derby, baseado num velho roteiro, atribui esse descobrimento ao padre João de Faria Fialho, Antonio Gonçalves Viana, Manuel da Borba Gato e Pedro de Avos quando participavam de uma bandeira que percorreu a

região do Rio Grande, Rio das Mortes e do rio Sapucaí, em 1693". E "Claudio Manoel da Costa, em seu *Fundamento histórico do poema Vila Rica*, escrito em 1773, atribui ao cabo de bandeira Antonio Rodrigues de Arzão tal achado, no ano de 1693, na Casa da Casca*".*

O bandeirante partiu da vila de São Vicente, passou por Taubaté seguindo os caminhos abertos pelo sertanista Fernão Dias Paes entre os anos de 1674 e 1681, a procura do Pico do Itacolomi (referência para os bandeirantes em suas expedições pela região do interior de Minas), e se deslocou com seus homens para a Serra do Guarapiranga. Avistou a Serra dos Arrepiados (Serra do Brigadeiro – cidade de Arapongas, na Zona da Mata Mineira), que lhes pareceu mais próxima do que realmente estava, desceu em sua direção e alcançou o rio Piranga, onde vagavam alguns índios da nação puri, que lhes deram notícias da existência de ouro na região e os guiaram até a Serra dos Arrepiados, alojando-os em uma choça de casca de madeira, denominada Casa da Casca, nome que posteriormente foi transferido ao rio Casca, que o conserva até hoje.

Depois de lavrar ouro por um tempo, desceu o rio Doce, chegando à capitania do Espírito Santo, onde comunicou ao governador e capitão-mor sobre o descobrimento. Ali, não podendo juntar gente de que carecia para retornar aos sertões, empreendeu viagem por mar até o Rio de Janeiro e dali chegou à vila de São Paulo. Já se sentindo cansado e doente, deixou o roteiro e os dados necessários ao seu concunhado, o paulista Bartolomeu Bueno de Siqueira, que ficou assim encarregado de continuar no descobrimento das minas auríferas.

O historiador Luiz Gonzaga da Silva Leme (1852-1919), em sua obra *Genealogia Paulistana* (http://www.arvore.net.br/Paulistana/), diz que Antonio Rodrigues de Arzão foi *"*um destemido bandeirante e o primeiro que descobriu ouro em Minas Gerais. Faleceu em 1696, deixando o roteiro de suas descobertas a seu concunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira, que, nesse mesmo ano, se embrenhou nos sertões em busca do metal precioso e, consultando o dito roteiro, foi ter a Itaberaba (pedra brilhante), onde, em distância de oito léguas, fundou a povoação de Ouro Preto e outras cidades vizinhas*"*. Há outros historiadores que dizem que ele estava vivo em 1728. O historiador Francisco de Assis Carvalho Franco, no seu *Dicionário dos bandeirantes e sertanistas do Brasil*, diz que o bandeirante continuou na capitania de São Vicente, onde *"*até abril de 1701 encontramos o seu nome em documentos. Não encontramos mais seus traços até 1717, em que existe uma referência de que andava à cata de esmeraldas, nas Minas Gerais, junto com Lucas de Freitas de Azevedo e Baltazar de Lemos e Siqueira. Em 1720 se achava novamente em São Paulo (...), devendo já ser sexagenário*"*. Veio a falecer em 1730.

Mas os anais e diversos cronistas não deixam dúvida de que esse ouro pode ser considerado um dos primeiros que se achou em território mineiro, sendo provável que alguns anos antes Borba Gato e os seus comandados já tivessem colhido algumas amostras às margens do Rio das Velhas. O que não resta dúvida é que com essa descoberta abriu-se um caminho promissor, e a ele se seguiram os bandeirantes Carlos Pedroso da Silveira, Bartolomeu Bueno de Siqueira, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, Manoel Garcia Velho, Domingos do Prado, Antônio Dias, o padre João de Faria Fialho, Tomás Lopes de Camargo, Francisco Bueno da Silva, João Lopes de Lima, Leonardo Nardes e mais tantos outros em itinerários distintos mas com idêntica vontade e ambição; alguns fundando arraiais que se transformariam em vilas e cidades e que contariam essas histórias em suas ruas e casarios de Minas Gerais.

Antonio Soares Ferreira

O bandeirante Antônio Soares Ferreira, o Moço, era natural de Guarulhos e foi casado com Maria de Freitas. Partiu em 1700, da região do Caeté, com sua bandeira em direção norte, acompanhado do seu filho João Soares Paes e dos bandeirantes (alguns seus parentes) Gaspar Soares Ferreira, Manuel Correia de Arzão, Gabriel Ponce de Leon, Manuel Correia de Paiva, Sebastião Leme do Prado, Domingos Leme do Prado, Lucas de Freitas de Azevedo, Lourenço Carlos Mascarenhas de Araujo, Baltazar Lemos de Morais Navarro e vários outros. Avançaram pelo interior do sertão com o objetivo de achar ouro e logo localizaram a trilha da bandeira de Fernão Dias Paes, de uns trinta anos antes, que havia sido feita durante sua volta para o Sumidouro. Seguindo essa trilha, chegaram à região denominada de Ivituruí (vento frio, ou montanhas frias, na língua tupi-guarani), que abrangia o Serro Frio, Minas Novas e Conceição do Mato Dentro (antiga região da Itacambira ou Tucumbira).

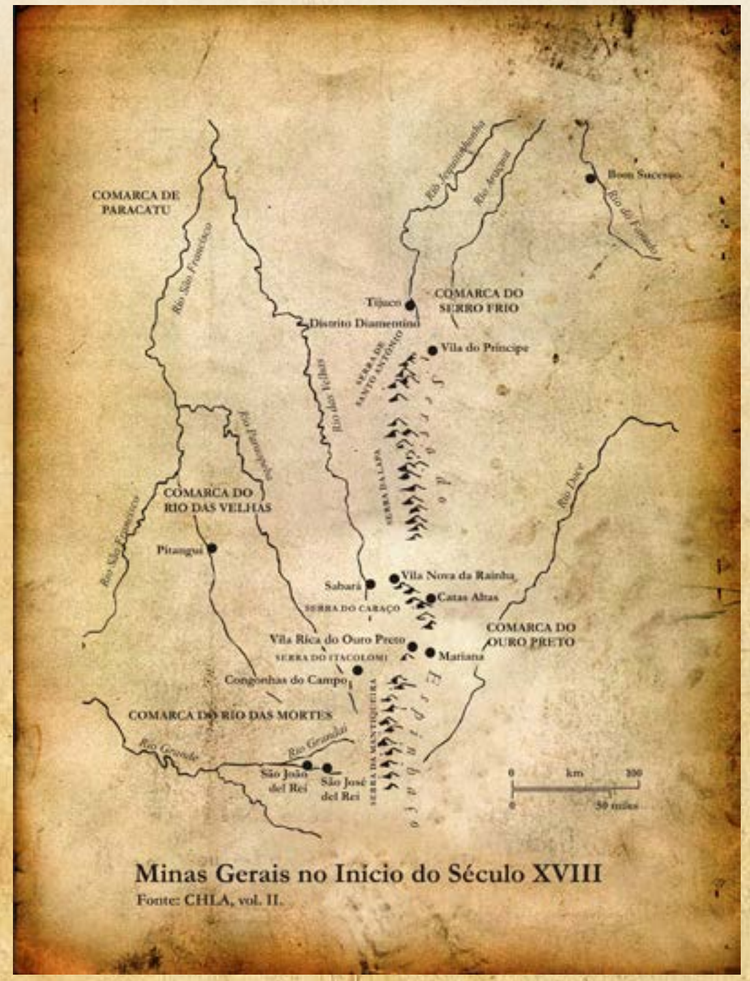
Nesse local, Gaspar Soares Ferreira descobriu ouro no morro que tomou seu nome, hoje conhecido por Pilar, e, avançando mais para o norte, acabaram encontrando depósitos importantes de aluviões auríferos. Várias casas de sapé são erguidas próximo às cabeceiras do rio Jequitinhonha, às margens dos córregos existentes no local, dando início à formação dos arraiais de Baixo e de Cima, que se desenvolvem em pouco tempo e, juntos, dão origem às povoações do Serro, centro da exploração de ouro na região, e também do Tijuco, hoje Diamantina. O primeiro nome de que se têm notícias foi "Arraial do Ribeirão das Minas de Santo Antônio do Bom Retiro do Serro do Frio", dado em 1702 no ato de descoberta oficial. Também há citações de "Arraial das Lavras Velhas", embora sem registros oficiais.

A exploração desordenada das minas de ouro na primeira década do século XVIII levou o governador e capitão-general das capitanias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Artur de Sá e Menezes, a criar ali um distrito em 13 de fevereiro de 1701, nomeando Antonio Soares Ferreira como guarda-mor; Baltazar de Lemos de Morais Navarro, procurador da fazenda real; e Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo, escrivão de datas. Em 19 de março de 1705, Antonio Soares de Almeida é nomeado capitão-mor de todo o distrito do Serro Frio, conservando também o posto de guarda-mor. Com a chegada de mais gente, o povoado expandiu e, em 1714, o arraial é elevado a vila e município com o nome de Vila do Príncipe. Nesse mesmo ano, o bandeirante Antonio Soares de Almeida, já com a patente de capitão da ordenança, passada a 23 de junho, recebeu ordens para que auxiliasse uma diligência em Guarapiranga referente à mineração de ouro naquele local.

No ano de 1718, o violento governador e capitão-mor da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal (1688-1756), Conde de Assumar, ordenou que ele encerrasse a sua mineração em Serro Frio, distribuindo as datas do novo descobrimento que havia feito em outro morro, que havia tomado seu nome. Por não entender que era justo essa determinação, desobedeceu ao governador, que o mandou então prender por intermédio do coronel José Borges Pinto. Protegido por seus companheiros de expedição e auxiliado por seu parente o coronel Manuel Correia de Arzão, o capitão-mor Antonio Soares resistiu à ordem de prisão e acabou sendo morto durante o conflito. Arzão, pelo motivo de dar apoio ao bandeirante Antonio Soares, teve ordem de prisão decretada, seguida do sequestro de seus bens, em 6 de agosto de 1720, que o obrigou a fugir para a região das minas de Mato Grosso, onde fez fortuna novamente.

AS PRINCIPAIS BANDEIRAS

Mais tarde, além do ouro, os mineradores descobrem lavras de diamante na região onde estão localizados hoje os municípios de São Gonçalo do Rio das Pedras e Diamantina. Para defender os interesses do império, em 17 de fevereiro de 1720 é criada a grande comarca do Serro Frio (norte-nordeste da capitania de Minas Gerais), que passa a ser a maior comarca das Minas Gerais, sediada na Vila do Príncipe e abrangendo uma grande área da qual fazia parte o então arraial do Tijuco, hoje Diamantina, e todo o norte-nordeste do estado. Muitas foram as restrições impostas à exploração de ouro na comarca após o descobrimento dos diamantes. Em 1725 é determinada a criação da Casa de Fundição, para onde toda a produção aurífera da região passaria a ser encaminhada.



Minas Gerais no Início do Século XVIII
Fonte: CHLA, vol. II.

Baltasar Fernandes

O bandeirante Baltasar Fernandes, o Povoador, nasceu em São Paulo e cresceu em Santana do Parnaíba. Foi fundador e dos primeiros povoadores de Sorocaba no ano de 1654, assim como seu filho, Manuel Fernandes de Abreu, o Caiacanga. Era irmão do fundador de Itu, Domingos Fernandes, e do fundador de Parnaíba, André Fernandes. Respeitado bandeirante, passava muitas vezes pelos campos de Sorocaba em suas viagens ao sertão. Participou das bandeiras para aprisionamento de índios nas reduções jesuítas do sul, os quais, depois, iriam trabalhar nas lavouras paulistas.

Por volta de 1654, Baltasar Fernandes edificou casa à beira do rio Sorocaba e, na colina, a capela de Nossa Senhora da Ponte, local onde hoje é a Catedral Metropolitana de Sorocaba, na Praça Coronel Fernando Prestes, doada em 1660 com terras e plantações aos beneditinos. Posteriormente houve a fundação do Mosteiro de São Bento.

Baltasar foi alferes na bandeira chefiada por seu irmão André Fernandes, em 1613, e que alcançou o sertão do Paraupava, em terras dos goyazes. Participou depois da bandeira de Francisco Bueno, servindo na divisão chefiada por seu irmão André Fernandes, de 1637 a 1639, em terras do atual Rio Grande do Sul, possuindo, desse modo, mais de quatrocentos índios a seu serviço. Também se dedicou à fundição de ferro e tinha para isso um engenho na vila de Parnaíba.

Em 1661 o bandeirante foi para a vila de São Paulo falar com o governador das capitanias do Sul do Brasil (Rio de Janeiro, Espírito Santo e a de S. Vicente e S. Paulo), Salvador Correia de Sá e Benevides. Baltazar queria que Sorocaba deixasse de ser um povoado e se tornasse uma vila (denominação dada às cidades naquela época). O governador atendeu a seu pedido e, no dia 3 de março de 1661, Sorocaba foi elevada à categoria de Vila. Tornou-se, então, a Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. De imediato, Sorocaba ganhou sua câmara de vereadores. Nesse mesmo dia foram eleitos os principais componentes da Câmara: juízes ordinários: Baltazar Fernandes e André de Zunega; vereadores: Cláudio Furquim e Paschoal Leite Paes; e procurador: Domingos Garcia, acompanhado do escrivão Francisco Sanches. Baltasar Fernandes faleceu muito idoso, em data não precisa.





Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (pai)

O bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (pai), paulista, era filho de Francisco Bueno e de Filipa Vaz. Foi um dos mais importantes sertanistas a desbravar o interior do Brasil durante o período colonial. Ele faz parte dos primeiros bandeirantes que, movidos pelas dificuldades econômicas, pelo tino sertanista e pelo espírito de aventura, partiram de São Paulo para desbravar o interior do Brasil. A localização geográfica de São Paulo, que se assentava num centro de circulação fluvial e terrestre, favoreceu a partida de bandeiras para o interior da então colônia portuguesa.

No final do século XVII, por volta do ano de 1682, Bartolomeu Bueno da Silva organizou uma bandeira rumo ao sertão goiano com o propósito de aprisionamento de indígenas e descoberta de possíveis lavras de ouro. Da bandeira faziam parte aproximadamente 150 pessoas, incluindo seu filho Anhanguera, de mesmo nome, ainda adolescente. Partindo da vila paulista de Santana de Parnaíba, seguiram em direção noroeste por uma trilha de índios denominada de Caminho dos Guayases, ou Goyazes. No seu percurso, a bandeira atravessou o sul do atual estado de Goiás, chegando ao rio Araguaia. Dali, Bartolomeu seguiu o curso das águas do rio Vermelho e chegaram, por acaso, às aldeias dos índios da nação goyá, tidos como um dos grupos mais pacíficos daquela região. No local, constroem barracos de palha e plantam roças com o propósito de armazenar gêneros alimentícios para o retorno a São Paulo. Também trabalham para descobrir ouro nas margens do rio Vermelho.



Durante o plantio das roças, muitos dos homens da bandeira de Bartolomeu Bueno se embrenhavam pelas águas do rio Vermelho e de seus afluentes na tentativa de descobrir ouro. Diz a lenda que nesse tempo, ao reparar que algumas mulheres índias se enfeitavam com peças de ouro e não sabiam do valor daquele metal tão precioso, quis saber de onde provinha o minério. Como o segredo não lhe foi revelado, manteve a convicção de que as jazidas seriam encontradas, não importava o tempo. Certo dia, o bandeirante teria interrogado um grupo de indígenas a respeito da localização do minério. Como não obteve resposta, ateou fogo na aguardente que depositara numa vasilha e, em seguida, ameaçou fazer o mesmo com todos os rios e lagoas da região, caso eles não revelassem o local das minas. Apavorados, os goyazes teriam apelidado o bandeirante de Anhanguera (diabo velho). Outros historiadores discordam dessa versão, dizendo que o termo "Anhanguera" é proveniente da tribo dos Inhanguera, índios da região do rio Tocantins, que teriam sido escravizados pelo bandeirante. Revelado o local das jazidas de ouro, Bartolomeu Bueno da Silva teria extraído ouro, que levou na sua marcha de volta para a vila de Santana do Parnaíba, na capitania de São Vicente, tomando consigo, inclusive, indígenas aprisionados para trabalhar nas lavouras paulistas.

Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (filho)



O bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740), o Anhanguera (filho), foi um dos maiores sertanistas de São Paulo no século XVIII. Era casado com Joana de Gusmão, filha do bandeirante Baltazar de Godói Moreira. Com apenas 12 anos passou a acompanhar o pai nas expedições pelos sertões e herdou-lhe a alcunha, sendo chamado "o segundo Anhanguera".

Foi um dos divulgadores da lenda da Serra dos Martírios (que seria desenhos ou uma obra da natureza localizados nas paredes da serra, semelhante à coroa, lança e cravos da Paixão de Jesus Cristo), uma ficção surgida na vila de São Paulo de Piratininga no final do século XVII, depois da chegada dos expedicionários vindos da região dos araés (possivelmente uma referência a uma tribo indígena de mesmo nome que habitava além do Rio das Mortes, já no atual estado de Mato Grosso), com a bandeira de Antonio Pires do Campo, o Velho. Os bandeirantes e sertanistas falavam de uma nova serra de ouro, perdida na imensidão do sertão brasileiro. O segundo Anhanguera assegurava que também estivera na região em companhia do velho Pires do Campo e que o achado fora de Manuel Peres Cañamares, dando assim o caráter de veracidade a tal notícia. Sonho de todo bandeirante, acabou influenciando na descoberta do ouro em Cuiabá, sendo a causa direta do achado desse metal no território dos goyazes.

Com a descoberta de ouro na capitania de Minas Gerais, Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, estabeleceu-se em Sabará em 1701. Desse local foi para São João do Pará, perto de Pitangui, onde foi nomeado pelo governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Brás Baltazar da Silveira (1674-1751), como assistente do distrito. Com a guerra dos emboabas e principalmente com os levantes encabeçados pelo seu genro Domingos Rodrigues do Prado, em Pitangui, resolveu mudar-se novamente, com toda a família, para a vila de Santana de Parnaíba, na capitania de São Paulo, para então, a partir daí, organizar uma bandeira com o intuito de retornar às terras dos goyazes.

Em carta datada de 13 de janeiro de 1720, o bandeirante requer licença ao rei de Portugal, D. João V, para retornar às terras dos índios Goyazes à procura de minas de ouro, prata e pedras preciosas, podendo navegar "pelos centros da América". Ele propunha, com o auxílio de João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, seus genros, e mais o seu sócio Bartolomeu Paes de Abreu, realizar pesquisas no sentido de descobrir os veios auríferos que com seu pai, o primeiro Anhanguera, encontrara naqueles sertões. Em troca pedia os direitos de passagens dos rios que dependessem de canoas, para ele para seus sócios, por três gerações, e outras vantagens.

Sendo autorizada a expedição, de acordo com carta régia do rei D. João V, datada de 14 de fevereiro de 1722, o governador da capitania de São Paulo, D. Rodrigo Cesar de Menezes, expediu instruções datadas de 30 de junho de 1722 para que se formasse a bandeira, que parte da vila de São Paulo no dia 3 de julho de 1722. Dessa bandeira fazia parte mais de cento e cinquenta pessoas, inclusive três religiosos e índios para a condução da carga, abertura de picadas e manuseio das canoas.

Saindo de São Paulo, o Anhanguera traçou o que mais tarde viria a ser a estrada de Goiás, atravessando os rios Atibaia, Jaguari, Mogi, Pardo e Sapucaí até o Rio Grande. Registram os historiadores que nesse caminho, até o ano de 1728, havia aproximadamente trinta pousos de tropas. Na investida pelo interior percorrem grandes extensões de terra da nação dos índios goyazes, andando muito tempo pelos sertões sem atinar pelo itinerário anteriormente planejado. Em certo momento, Bartolomeu Bueno resolve destacar bandeiras parciais para pesquisas de ouro na região, que, segundo alguns autores, seria aquela que formaria posteriormente os distritos de Rio Bonito, Rio Claro, e Rio Verde, do atual estado de Goiás. Com isso, o bandeirante João Leite da Silva Ortiz acabou descobrindo ouro no Rio dos Pilões, e outro destacamento colheu amostras no rio Claro e em outros ribeirões. Mas o chefe bandeirante não ficou satisfeito com esse achados e continuou na sua penosa batida por matos e escampados. Nessa ocasião toda a tropa começou a passar por um grande desânimo, com homens passando fome e alguns morrendo. Mesmo assim, o Anhanguera procurava manter a disciplina respondendo sempre que ou descobria o que buscava ou morreria na expedição.



Os bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (pai) e Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (filho) | Calmon Barreto

Uma parte dos componentes da bandeira acabou desertando na altura do rio Paraná, em local já perto do rio Maranhão, numa junção dos dois rios, onde começa a se formar o rio Tocantins. Desse modo acabaram alcançando a cidade de Belém, no Pará. Com as notícias dadas então na cidade de Belém quanto à situação da bandeira, que foram confirmadas na capitania de São Paulo pelos índios que ali chegaram também como desertores, o governador D. Rodrigo Cesar de Menezes começou a providenciar socorro para os bandeirantes. Enquanto o governador agia nesse sentido, o Anhanguera atingia o rio Tocantins, contando apenas com setenta homens. Resolveu então percorrer outro caminho, chegando ao sítio dos Ferreiros, no rio Vermelho e no ribeirão das Cabrinhas, a poucos quilômetros da hoje cidade de Goiás, vendo então o ouro aparecer abundante no fundo das bateias. Como já somavam cinco ribeirões nos quais havia encontrado o precioso metal, o chefe bandeirante se deu por satisfeito e cumprida sua missão, regressando então para a capitania de São Paulo, onde chegou no dia 21 de outubro de 1725, depois de três anos, três meses e dezoito dias de peregrinação pelos sertões, com a grata satisfação de ter descoberto ricas lavras de ouro, apesar do perigo enfrentado e a morte de muitos companheiros da expedição. O governador expressou seu contentamento pelo regresso do bandeirante e principalmente pelas notícias da descoberta de novas minas de ouro, reveladas em sua carta datada de 27 de outubro de 1725, transmitida ao rei português, a quem relatava todos os acontecimentos.

Em 23 de dezembro de 1725, o bandeirante requer ao governador a permissão e apoio para constituir nova bandeira e retornar ao território dos goyazes com o objetivo de descobrir novas minas de ouro, sendo atendido e autorizado todo o apoio que fosse necessário. Depois de oito meses na vila de São Paulo, reparadas as forças combalidas pela grande empreitada passada, refeitos os estragos provocados na tropa, recebida a provisão de 2 de julho de 1726, o agora capitão-mor das minas descobertas em Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva toma novamente a direção do sertão goiano aproveitando a monção mais apropriada, no início de julho de 1726.

A bandeira entra novamente em território goiano guiando-se ainda pelo velho regimento. Partiram com a esperança de descobrir mais ribeirões auríferos, levantar povoados e reconhecer a verdadeira extensão da região. Depois de meses de caminhada, chegam a um local denominado de Barra, às margens do rio Vermelho. O Anhanguera orienta seus homens para que procurem na região um terreno onde seu pai plantara roça, no final do século XVII. Após alguns dias de procura, o local é encontrado e acabam achando também os tão esperados veios auríferos. Nas proximidades é levantado o primeiro povoado em terras goianas, que ficou denominado de arraial da Barra – marco zero do estado de Goiás (atualmente Buenolândia – distrito da Cidade de Goiás). Em meados de 1727 são achados melhores veios de ouro na região onde seria depois localizada a Vila Boa de Goiás. A maioria dos habitantes do arraial da Barra se deslocam para a nova lavra e levantam no local o arraial de Nossa Senhora de Santana e a respectiva capela. Em 1729 o arraial de Santana tornou-se distrito e freguesia, que será elevada a vila com o nome de Vila Boa de Goiás em 25 de julho de 1739.

Realizada a fundação, conhecidas as minas dos arraiais do Ferreiro, Barra, Vila Boa e de muitas outras, além das encontradas na primeira viagem, Bartolomeu Bueno da Silva retorna em meados do ano de 1728 à Vila de São Paulo de Piratininga para levar as boas notícias e o manifesto ao governo português. Ali foi investido no cargo de capitão-regente e superintendente das minas de Goiás, por provisão real de 8 de agosto de 1728, referendada, a contragosto, pelo capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, que vai lhe causar muito dissabores no futuro. Nessas suas funções, o descobridor tinha a administração da justiça civil, criminal e também a militar. No dia seguinte à assinatura da provisão de Bartolomeu Bueno, uma outra é assinada, e o seu genro João Leite da Silva Ortiz recebe a investidura do cargo de guarda-mor das minas de Goiás.

O rei português garantiu-lhe as concessões e direitos acordados por ocasião das permissões dadas para as entradas pelo interior do sertão dos goyazes, mas acabaram sendo cassadas pelo capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel. Depois disso, o bandeirante viu-se praticamente na miséria, pois gastara todos os seus bens no empreendimento para a descoberta de ouro em Goiás, sendo socorrido por parentes e amigos, inclusive por D. Luiz de Mascarenhas. O bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, descobridor das minas de ouro do território dos goyazes, não resistiu a todos os golpes injustificados contra sua pessoa, vindo a falecer na Vila Boa de Goiás no dia 19 de setembro de 1740.

A cidade de Goiás não esqueceu seu passado, e o Anhanguera permanece em um monumento singelo, mas de muito significado histórico perto da casa que foi propriedade do bandeirante. É a denominada Cruz do Anhanguera, destacando-se no cenário do casario e dos monumentos do centro histórico e nas margens do rio Vermelho, marcando presença em terras dos goyazes.



Bartolomeu Bueno de Siqueira

O bandeirante Bartolomeu Bueno de Siqueira, nascido em 1653, natural de Taubaté, era o terceiro dos oito filhos do bandeirante Lourenço Siqueira de Mendonça e de Maria Bueno. Casou em 1690 com Maria de Camargo, filha de Fernando de Camargo Ortiz e de Joana Lopes. Foi nomeado almotacel na vila de São Paulo em 1684 e posteriormente vereador da câmara municipal, em 1692. Bandeirante como seus outros parentes, já em 1670 andava pelos caminhos dos sertões à caça de índios para trabalhar nas lavouras da região paulista, afirmando alguns historiadores que chegou até ao território dos goyazes.

Herdando o roteiro de seu concunhado, o bandeirante Antônio Rodrigues Arzão, formou uma bandeira que tinha como cabo seu cunhado Manuel de Camargo, seguindo também na bandeira Miguel Garcia de Almeida e Cunha, João Lopes de Camargo e Estevão Barbosa. Penetraram em 1694 os sertões das Minas Gerais à procura da Casa da Casca, tendo atingido a Serra de Itaverava, onde se demorou em pesquisas e, no ano seguinte, já extraía ouro. Algumas oitavas de ouro são levadas para a vila de Taubaté pelo bandeirante Manuel Garcia Velho, componente de uma outra bandeira ali localizada cujo chefe era o bandeirante e coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Chegando a Taubaté, Manuel Velho entregou o ouro a outro bandeirante, Carlos Pedroso da Silveira, que logo se passou para o Rio de Janeiro e as deu em manifesto ao respectivo governador da capitania, Sebastião de Castro Caldas, pelo que foi Carlos Pedroso da Silveira nomeado guarda-mor, e Bartolomeu Bueno de Siqueira, escrivão das minas, em 16 de dezembro de 1695.

Com a escassez de alimentos na região mineira, Bartolomeu Bueno de Siqueira dividiu sua bandeira, deixando alguns homens sob o comando do capitão Miguel Garcia de Almeida e Cunha, para cuidar de plantações que haviam sido feitas e seguiu com os demais em direção ao Rio das Velhas, vindo a falecer em local ignorado, nesse mesmo ano de 1695. Miguel Garcia, por sua vez, enquanto aguardava a produção das lavouras, fez incursões, chegando a alcançar o rio Gualacho do Sul, em cujo leito descobriu abundantes pepitas de ouro.

Brás Cubas



Bandeirante Brás Cubas | 1903 | Benedito Calixto

O bandeirante Brás Cubas (1507-1592), filho de João Pires Cubas e de Isabel Nunes, veio ao Brasil em 1532 na armada de Martim Afonso de Sousa, fundador da vila de São Vicente. Foi um dos primeiros desbravadores portugueses. Em 25 de setembro de 1536 recebeu sesmarias em terras de Jurubatuba, fronteiras à ilha de Engaguaçu, onde desenvolveu a agricultura da cana-de-açúcar e montou engenho. Ali fundou um porto e foi responsável também pela construção, em 1543, da capela de Nossa Senhora da Misericórdia e, junto a ela, de um hospital com o nome de Santa Casa de Misericórdia de Todos os Santos, formando um povoado que elevou a vila e que daria origem à atual cidade de Santos, logo depois de assumir o cargo de capitão-mor e governador da capitania de São Vicente (1545-1549 e 1555-1556). É considerado por alguns historiadores como fundador de Mogi das Cruzes, em 1560.

Além do cargo de capitão-mor e governador da capitania de São Vicente (1545), foi nomeado também por D. João III, em 1555, provedor e contador das rendas e direitos da capitania. No ano seguinte fez erguer o Forte de São Filipe da Bertioga na ilha de Santo Amaro. Teve participação destacada na defesa da capitania contra os ataques dos Tamoios, aliados aos franceses. Em 1560, por ordem do terceiro governador-geral, Mem de Sá, realizou expedições pelo interior em busca de ouro e prata e, conforme uma carta que escreveu de Santos ao rei de Portugal, em 25 de abril de 1562, andou aproximadamente trezentas léguas, trazendo algumas amostras de minérios, que enviou a exame do reino português. Alguns historiadores acreditam que essa bandeira atingiu os limites de Minas Gerais com a Bahia.

Foi um dos defensores da vila de São Paulo de Piratininga quando a mesma foi atacada pelos indígenas em 1562. Seguiu depois com Estácio de Sá para o Rio de Janeiro a fim de fundar a cidade, vencendo os índios que ocupavam o local, em 1567, e tomou parte na expedição de Jerônimo Leitão à região de Cabo Frio, em 1575, a fim de guerrear contra os últimos tamoios que ali ainda viviam. Nos últimos anos de sua vida acumulou ainda o cargo de alcaide-mor da capitania.

Ao falecer na vila de Santos, era fidalgo da Casa Real e um dos homens mais respeitados da capitania de São Vicente, sendo sepultado na capela-mor da primitiva igreja paroquial. Em seu epitáfio está registrado que descobriu "ouro e metais em 1560". Em 1578, aliás, eram correntes as notícias sobre a existência de minas de ouro e prata na capitania de São Vicente.



Carlos Pedroso da Silveira

O bandeirante Carlos Pedroso da Silveira, nascido na vila de São Paulo de Piratininga em 1654, era filho de Gaspar Cardoso Guterres e de Gracia da Fonseca Rodovalho, tendo casado na vila de São Vicente com Isabel de Sousa Ébanos Pereira. Tiveram seis filhos. Foi a principal figura de todo o primeiro período do ciclo do ouro em Minas Gerais. Companheiro de Bartolomeu Bueno de Siqueira desde 1683, financiou entradas e bandeiras em que João Lopes de Lima, Francisco Rodrigues, Antônio Vaz, Manuel Rodrigues de Arzão, Antônio Domingues Galera, Manuel Ferreira de Lemos e outros andavam em sondagens pelo sertão dos cataguases.

Tomou parte ativa e custeou a bandeira de 1694 na qual Bartolomeu Bueno de Siqueira achou ouro na Serra de Itaverava. Alguma oitavas de ouro são levadas para a vila de Taubaté pelo bandeirante Manuel Garcia Velho que as entrega ao bandeirante Carlos Pedroso da Silveira, que em seguida viaja para a sede da capitania do Rio de Janeiro e as dá em manifesto ao respectivo capitão-mor e governador da capitania, Sebastião de Castro Caldas, pelo que foi Carlos Pedroso da Silveira nomeado guarda-mor e Bartolomeu Bueno de Siqueira escrivão das minas, em 16 de dezembro de 1695, não tendo porém assumido esse cargo, por assumir a direção da provedoria dos quintos reais, na Casa de Fundição de Ouro criada em Taubaté.

O manifesto foi o primeiro dado na forma do Regulamento, sendo obrigatório de acordo com o artigo terceiro da Carta Régia de 15 de agosto de 1603, onde dizia que "depois de o descobridor tirar metal da dita mina, será obrigado a aparecer com ele e o manifestar ao Provedor presente ou ao seu escrivão dentro de 30 dias por juramento que lhe será dado". Segundo as Ordenações do Reino mais antigas, dizia-se: "achando uma pessoa um veio, o fará saber ao juiz do lugar, que irá ver com o escrivão da Câmara para registro no livro competente, dando-se certidão."

Como provedor dos quintos reais da recém-fundada Casa de Fundição de Ouro em Taubaté, para a qual ia o ouro das Minas Gerais, já em abundância, para ali ser quintado, recebe carta do rei de Portugal, escrita em 19 de outubro de 1699, em que agradece ao provedor real "não só o aumento dado à Coroa pelos quintos, mas o conduzi-los em pessoa ao Rio de Janeiro".

Por patente dada no Rio de Janeiro em 23 de maio de 1699, o governador e capitão-general das capitanias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Artur de Sá e Menezes, o nomeou capitão-mor e governador da capitania de Itanhaém. Desta nomeação destacamos os considerandos do governador, onde se lê: *"faço saber que havendo respeito a estar vago o posto de capitão-mor da capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, de que é donatário o Conde da Ilha do Príncipe, e por convir ao serviço de Sua Majestade, a quem Deus guarde, que este se prova em pessoa capaz e de merecimento para o dito posto, e considerando o que por parte de Carlos Pedroso da Silveira se me representou ter servido a Sua Majestade, a quem Deus guarde, no cargo de ouvidor da dita capitania por tempo de seis anos e depois foi provido no posto de sargento-mor de ordenanças de Taubaté por provimento do capitão-mor Martim Garcia Lumbria, cargo que exerceu por dois anos com geral satisfação e procedimento, e de estar atualmente no cargo de provedor da oficina real de Taubaté, cargo em que serve* há *mais de três anos com notável zelo e trabalho, pondo-se várias vezes em perigo de sua vida para obrigar aqueles que não queriam verdadeiramente quintar o ouro que pertencia aos reais quintos de Sua Majestade, a quem Deus guarde, vindo daquela vila a esta cidade três vezes, duas com amostras de ouro das novas minas dos cataguases e este ano a conduzir três arrobas e 14 arráteis de ouro que pertencia a Sua Majestade*". Exerceu esse cargo de 1699 a 1701, sendo reconduzido ao posto pelo mesmo governador e capitão-general, por patente expedida em 19 de agosto de 1701, e pela terceira vez por patente do governador e capitão-general das capitanias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, D. Fernando Martins Mascarenhas e Lencastre, dando-lhe posse em outubro de 1705, cargo que exerceu até 1706. Quando o governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Brás Baltazar da Silveira (1674-1751), passou entre 1713 e 1714 por Taubaté, deu-lhe a patente de capitão-mor e regente das vilas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá.

Cronistas do século XVIII tentaram denegrir Carlos Pedroso atribuindo-lhe artifícios para conquistar postos e honras, mas o historiador e genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), em sua obra *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*, diz que *"*se animou à custa de sua fazenda, sem o menor auxílio, nem interesse de futuras mercês, a fazer penetrar o vasto sertão dos bárbaros índios cataguás, e teve a felicidade de ser o primeiro que, juntamente com o cabo de tropa Bartolomeu Bueno de Siqueira, conseguisse o descobrimento das minas de ouro*"*.

Seu procedimento no trato das coisas públicas foi sempre o mais correto e exemplar. A severidade com que exercia e praticava a justiça fez com que angariasse inimigos poderosos; por isso mandaram matá-lo. Veio a falecer em 17 de agosto de 1718, em Taubaté, em consequência de um tiro desfechado de emboscada no dia anterior ao seu falecimento. Não teria enriquecido nos cargos que ocupou ao longo de sua vida. Depois de sua morte trágica, o bandeirante e coronel Salvador Fernandes Furtado comprou as suas propriedades já hipotecadas, onde, por ocasião de seu testamento mandou que ali se recolhessem as filhas do bandeirante Carlos Pedroso da Silveira. O corpo desse bandeirante jaz na capela dos Terceiros de São Francisco em Taubaté.

Fernão Dias Paes



Bandeirantes | 1957 | Aldo Daniele Locatelli

O bandeirante Fernão Dias Paes, nascido em 1608, era filho de Pedro Dias Paes Leme e de Maria Leite da Silva. Em 1626, com dezoito anos, a câmara de vereadores da vila de São Paulo o elege almotacel pelo prazo de dois meses. Sua missão era fiscalizar as mercadorias postas à venda. Filho de família respeitada, sobrinho e primo de desbravadores dos sertões, o jovem fiscal logo se impôs e fez carreira na administração, onde vários de seus parentes já se destacavam. Com seu trabalho e os bons cuidados com suas terras, acabou por fazer fortuna – dizem que uma das maiores de São Paulo. E toda essa riqueza ele iria usar até o fim de seus dias na busca de ouro e pedras preciosas, ficando conhecido como "o caçador de esmeraldas".

Foi um dos grandes bandeirantes, assim como Antônio Raposo Tavares, que contribuíram para a expansão dos limites territoriais do Brasil. Integrou a famosa bandeira de Antônio Raposo Tavares, ao sul do Brasil, em 1638, que entrou pelos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo chegado, segundo alguns historiadores, até o Uruguai. Em 1650 empenhou-se em ajudar na construção de um mosteiro para os beneditinos, o atual Mosteiro de São Bento, na vila de São Paulo. Em 1651, pregando a pacificação da guerra das duas famílias rivais, os Pires e os Camargo, Fernão Dias é eleito juiz ordinário. Em 1653, com a chegada do ouvidor geral, uma espécie de ministro da Justiça, à vila de São Paulo, ele promove uma reconciliação geral entre os Camargo e os Pires e entre todos os paulistas e os jesuítas. A paz definitiva entre as duas famílias só vai acontecer no dia 25 de janeiro de 1660, data de aniversário de fundação da vila, sob a responsabilidade de Fernão Dias Paes.

Em uma de suas últimas bandeiras, em 1661, empreendeu marcha contra as missões jesuíticas do Guairá, nos sertões do atual estado do Paraná, de onde retorna três anos e alguns meses depois de ter conquistado milhares de índios das tribos guaianás, sem o uso da força, os quais levou para suas terras na capitania de São Paulo, situando-os em uma aldeia às margem do rio Tietê, logo abaixo da vila de Parnaíba, sob a administração do próprio bandeirante.

No mesmo ano de seu regresso recebe uma carta régia, datada de 21 de setembro de 1664, em que o rei Afonso VI recomenda-lhe que preste todo auxílio possível ao bandeirante Agostinho Barbalho Bezerra no descobrimento de minas de ouro e de diamantes. Em correspondência com esse chefe bandeirante, resolveu lhe dar apoio e partir no descobrimento de esmeraldas nos sertões das Minas Gerais. Nesse sentido, em 8 de agosto de 1672, declarou à câmara de vereadores da vila de São Paulo de Piratininga da sua breve partida e "que iria aventurar pelas informações dos antigos e que se reportava ao que tinha escrito ao governo deste estado sobre minas de prata e esmeraldas". Os preparativos para essa expedição já estavam em andamento há algum tempo. Nessa época residia na sua fazenda do Capão, em Pinheiros, e contava com sessenta e quatro anos de idade. No dia 30 de outubro de 1672 é nomeado pelo governador geral do Brasil, Afonso Furtado de Castro de Mendonça, Visconde de Barbacena, com o título de *"*governador de toda a gente de guerra e outra qualquer que tiver ido aos descobrimentos das minas de prata e esmeraldas*"*.

Durante três anos são realizados os preparativos da expedição, que recebeu muitas promessas das autoridades portuguesas, mas que acabou sendo financiada pelo próprio chefe bandeirante. Sua bandeira foi precedida por uma outra, sob o comando do seu capitão-mor e ajudante Matias Cardoso de Almeida, enviado em 1673 com a missão de formar um arraial, plantar as indispensáveis roças de mantimentos e cuidar das criações levadas de São Paulo, que seriam utilizadas depois pela grande bandeira de Fernão Dias. Outra parte da bandeira, ou segunda vanguarda, comandada por Bartolomeu da Cunha Gago, partiu no início de 1674, procedendo às colheitas e armazenando-as ao longo da jornada. Esses fatos são confirmados pela carta que o próprio bandeirante e governador das pratas e das esmeraldas escreveu a Bernardo Vieira Ravasco, datada de 20 de julho de 1674, véspera de sua partida para o sertão, onde diz que sua "partida será amanhã, sábado, 21 de julho de 1674, com 40 homens brancos e tenho quatro tropas minhas com toda a carga de mais importância no serro onde está o capitão Matias Cardoso esperando por mim, o qual me mandou pedir gente escoteira com pólvora e chumbo*"*.

Fernão Dias teria nessa época sessenta e seis anos. Auxiliado por seu filho Garcia Rodrigues Paes e pelo seu genro Manuel de Borba Gato, fez-se acompanhar de 674 homens (cerca de quarenta brancos e os demais índios e mamelucos), entre eles, José Dias Paes, Francisco Pais de Oliveira Horta, Antônio Gonçalves Figueira, Antônio do Prado da Cunha, Baltasar da Costa Veiga, Diogo Barbosa Leme, João Carvalho da Silva, José de Castilhos, José de Seixas Borges, Manuel da Costa, Marcelino Teles e Pedro Leme do Prado. Seguiu como capelão o padre João Dias Leite, talvez o primeiro padre a rezar missa no sertão dos cataguás. O itinerário empreendido pelo bandeirante é desconhecido, mas alguns historiadores afirmam que seguiu o vale do rio Paraíba e dali rumou para as cabeceiras do Rio das Velhas, vencendo a Serra da Mantiqueira, cortando-a pela região de Atibaia e Camanducaia. Ao longo do caminho iam surgindo pousos e roças, plantando-se futuras cidades tais como Vituruna (Ibituruna, no Rio das Mortes), Paraopeba, Sumidouro do Rio das Velhas, Roça Grande (sertão de Diamantina), Tucambira, Esmeraldas e Serro Frio.



Foram sete anos de sertão na busca de minas de prata e diamantes. Gastam-se os seus recursos em munição e alimentos, assim como se reduz o número de bandeirantes, que abandonam a expedição ou são dizimados por ataques de indígenas ou derrubados por doenças. O desânimo toma conta da tropa, e só é contido pela determinação de Fernão Dias. Emissários regressam à vila de São Paulo em busca de recursos. Para atendê-los, Dona Maria Paes Betim, esposa do chefe bandeirante, vende todos os objetos de ouro e prata que possui, até mesmo as joias de suas filhas. O padre João Leite da Silva, irmão do bandeirante, providencia mantimentos, e Dona Maria ainda faz um grande empréstimo de mais de três mil cruzados.

O bandeirante espera auxílio acampado no arraial do Sumidouro. Muitos problemas começam a surgir, inclusive uma trama para sua morte. O bandeirante Matias Cardoso de Almeida volta para São Paulo com parte da tropa e novas deserções continuam a acontecer. Até os capelães da bandeira regressam. Mas Fernão Dias não desiste de sua missão e segue para a região de Itamirindiba, lugar tido como o da descoberta de esmeraldas, no começo do século XVII, pelo bandeirante Marcos de Azevedo, que morrera sem confessar onde encontrara as pedras preciosas. Ali, os bandeirantes jogam suas redes na lagoa Vupabuçu e acabam descobrindo as verdes esmeraldas. O desânimo desaparece, transforma-se em festa. No mesmo dia, Fernão Dias despacha para a vila de São Paulo um sobrinho, Francisco Ribeiro, com a boa notícia. E, para provar a grande descoberta, o portador leva 147 esmeraldas. No dia 27 de março de 1681 escreve uma carta dizendo que deixava *"*abertas cavas de esmeraldas no mesmo morro donde as levou Marcos de Azeredo, já defunto, coisa que há de estimar-se em Portugal*"*.

Mas as forças do velho bandeirante se esgotaram. No meio da mata, aos setenta e três anos de idade, com os olhos brilhando de febre, o corpo cheio de tremores, carregando um punhado de esmeraldas, o bandeirante deixa a lagoa de Vupabuçu e retorna ao arraial do Sumidouro para encontrar o administrador geral das minas, D. Rodrigo de Castelo Branco, para dali seguir caminho de volta para a vila de São Paulo. Depois de sete anos no sertão, Fernão Dias vai sendo consumido pela mesma febre que já matara muitos dos seus homens. Ao seu lado, como sempre estiveram, durante todos os longos anos de jornada, vamos encontrar seu filho Garcia Rodrigues Paes e o genro e amigo Borba Gato. Mas o velho bandeirante não voltaria vivo ao território paulista. Ali mesmo, às margens do Rio das Velhas, a caminho do arraial do Sumidouro, a morte esperava por ele. Apenas seu corpo, conduzido por seu filho, é que retornaria à cidade natal.



Depois da morte de Fernão Dias Paes, seu filho Garcia Rodrigues Paes acabou encontrando com a expedição do administrador geral das minas na região de Sabaraboçu quando estava junto com os índios que faziam parte da expedição, tratando dos enfermos que escaparam da peste. Nessa ocasião colocou à disposição do enviado do rei português as feitorias e os mantimentos que tinham deixado no arraial do Sumidouro, bem como os entrepostos estabelecidos no sertão e também as amostras que trazia das esmeraldas para que as enviasse, com a máxima urgência, ao rei português.

Em Portugal os ourives chegaram à conclusão do pequeno valor das pedras verdes, desiludindo profundamente Garcia Rodrigues Paes e seu tio, o padre João, que tinham ido a Portugal pedir recompensas ao rei. O bandeirante Fernão Dias Paes morrera enganado – as simples turmalinas eram pedras de pouco valor na época. O sonho do velho chefe bandeirante desfaz-se após sua morte. A fortuna que encontrara não existia. Mas a decepção dos paulistas iria se transformar em vitória. O bandeirante Borba Gato, que permaneceu na região acabou encontrando muito ouro nas Minas Gerais.



A morte do bandeirante Fernão Dias Paes | 1920 | Antônio Parreiras

Os restos mortais do chefe bandeirante foram levados pelo seu filho Garcia Rodrigues Paes para a vila de São Paulo de Piratininga, onde foram sepultados no Mosteiro de São Bento, do qual havia sido financiador. O bandeirante recebeu muitas homenagens ao longo da história. A cidade de Ibituruna, conhecida como "Berço da Pátria Mineira", foi o primeiro povoado fundado em Minas Gerais, em 1674, pelo bandeirante Fernão Dias Paes Leme. Este, ao transpor o Rio Grande, estabeleceu o arraial, deixando no local um marco de pedra demarcando a sesmaria, existente até os dias atuais e muito visitado pelos turistas. Um evento realizado pelo município denominado "Cavalgada dos Bandeirantes" homenageia, todos os anos, no mês de julho, o bandeirante Fernão Dias Paes com shows, rodeios e outras atrações. Em Pouso Alegre, também em território mineiro, uma estátua foi erguida no trevo da rodovia Fernão Dias (BR-381) em homenagem ao bandeirante. Com aproximadamente 20 metros de altura, a estátua foi toda esculpida em granito por um artista carioca. Duas carretas transportaram a estátua do bairro de Parada de Lucas, no Rio de Janeiro até Pouso Alegre. Ela foi erguida em 1962 na Rodovia que leva o nome do Bandeirante. Vista por quem chega ao Trevo da Fernão Dias, a imagem tem o olhar voltado para o horizonte à procura de esmeraldas, caracterizando a personalidade daquele que ficou conhecido como "indomável senhor das esmeraldas".

Francisco de Brito Peixoto



O bandeirante Francisco de Brito Peixoto, nascido por volta de 1650, em São Vicente, era filho do bandeirante e capitão Domingos de Brito Peixoto e Ana da Guerra. Foi um grande sertanista no sul do Brasil e acompanhou seu pai na conquista e fundação de Laguna, hoje município de Santa Catarina, em 29 de julho de 1676. Por ser devoto de Santo Antônio, o bandeirante Domingos de Brito batizou o lugar como Santo Antônio dos Anjos de Laguna. A primeira providência foi a construção de

uma capelinha, feita de pau a pique no mesmo local da atual e que foi consagrada a Santo Antônio dos Anjos, padroeiro da cidade. Essa foi a primeira preocupação do desbravador, que era muito devoto do santo.

Sobre a conquista e fundação de Laguna, seu pai escreveu uma carta, datada de 10 de fevereiro de 1688, dirigida ao rei de Portugal, dizendo que *"*se animou a fazer a conquista de Laguna, terras muito férteis e abundantes de pescado e carne e para mais lavoura, com a vizinhança das de Buenos Aires*"*, donde lhe parecia haver muito mais riquezas. Seu filho Francisco de Brito Peixoto, morador de Laguna, em requerimento datado de 1714 ao rei português, confirma o exposto por seu pai ao dizer *"*que fez e descobriu para as bandas do sul, em distância de cento e vinte léguas da vila de Santos, que ele teve tão grandes desejos de merecer no serviço de S.M. e de lhe dilatar o império, que sendo das principais e mais abastadas famílias de todas aquelas vilas do sul, deixou sua casa e a própria mãe, e se foi com outro seu irmão mais moço, chamado Sebastião de Brito Guerra, que era tenente da ordenança, em companhia de seu pai, o capitão Domingos de Brito Peixoto, a descobrir novas terras que não fossem de pessoa alguma habitadas, e, com efeito, no ano de 1676 saíram da vila de Santos, donde eram moradores, levando consigo cinquenta escravos seus, com os quais benfeitorizavam as suas fazendas, que deixaram incultas, e todo o mantimento necessário para a dita gente e para dez homens brancos, que com ele iam, como também outras armas e provimento bastante de pólvora e chumbo e ferramentas condizentes para o rompimento dos matos e feitorias de embarcações*"*. Detalha na carta outros informes como o de que seu pai já conhecia a região desde 1668, as despesas realizadas, o envio por mar de uma embarcação com mais gente, mantimentos e ferramentas. Que depois de mais de quatro meses no áspero caminho rompendo matos e buscando passagens, morrendo mais de vinte e cinco pessoas, chegando ao sítio da Laguna, fez pôr em terra os mantimentos e ferramentas que tinham vindo pelo mar e ali fundou uma povoação, fato que também é confirmado pelo sargento-mor da capitania de Itanhaém, João Martins Claro, que, em documento datado de 10 de marco de 1710, declara que conhecera *"*o capitão Domingos de Brito Peixoto e seu filho nos campos de Curitiba, que já andavam na conquista de Laguna descortinando aquela costa e os caminhos por onde melhor pudessem povoar e criar gado".

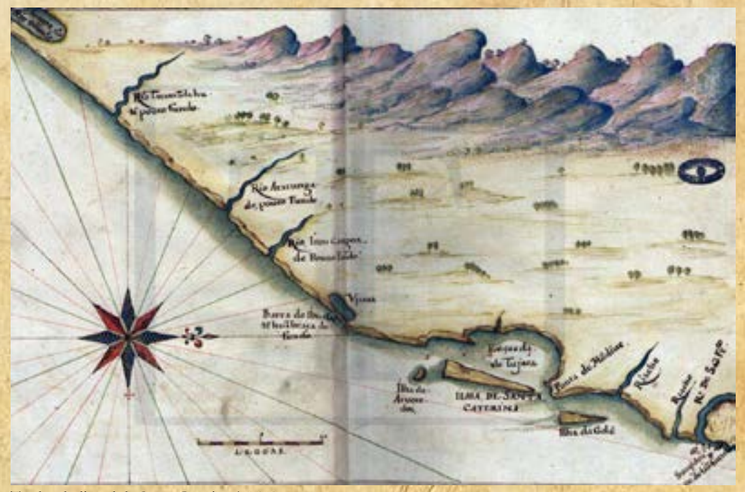
Coube ao bandeirante Francisco de Brito Peixoto a ação da conquista permanente da região para a coroa portuguesa. Consolidando esse trabalho, mandou abrir estradas de Laguna ao Rio Grande e aos denominados Campos de Buenos Aires, assegurando o domínio lusitano sobre todo aquele território. Quando não participava pessoalmente das expedições, mandava sua gente para explorar os pampas até à Colônia do Sacramento e as regiões de Montevidéu e Maldonado. Obedecendo ao desejo do governo português, mandou, em 1725, seu genro principiar a povoação do Rio Grande. No dia primeiro de fevereiro de 1721 o rei D. João V de Portugal expediu carta-patente nomeando-o capitão-mor das terras da Laguna até o Rio Grande de São Pedro pelo tempo de três anos, fazendo nela honrosa menção dos serviços por ele prestados à coroa portuguesa.

No ano de 1726, o bandeirante Francisco de Brito Peixoto escreveu para o rei de portugal dizendo que mandou "no serviço de S.M. que Deus Guarde, para o Rio Grande de São Pedro, 31 homens, à minha custa, e por capitão deles o meu genro João de Magalhães, a quem ordenei que, chegando à paragem do Rio Grande, escolhesse algum lugar que fosse mais conveniente para formarem as suas casas em forma de povoação e logo façam canoas de pau, suficientes para serventia de passagens de gado, encomendando-lhes também aquele zelo e diligência de passarem gado para esta parte da nossa campanha para a multiplicação, pois é um grande serviço que se faz a EI-Rei Nosso Senhor, enxotando-o para o meio da campanha para o dito gado tomar

posse (...)Também se me oferece dizer a V.M. que já desta banda do Rio Grande se acham 800 reses de gado vacum que mandei buscar das campanhas à minha custa (...) por entender que nisso fazia serviço a S.M. que Deus Guarde, para a multiplicação na campanha desta parte, e por não haver nela gado algum e ter capacidade para nela estarem milhões de gado".

O historiador, escritor e general João Borges Fortes (1870-1942), em sua obra *Rio Grande de São Pedro – povoamento e conquista*, observou que ao bandeirante Francisco de Brito Peixoto deve-se o pioneirismo na ocupação das terras que ficam entre Laguna e a Colônia do Sacramento, dando início à presença luso-brasileira no Rio Grande do Sul. Argumenta que, estudando "o processo de povoamento do Rio Grande do Sul, a primeira figura com que se depara é a de Francisco de Brito Peixoto, que foi o pioneiro da conquista pacífica das terras que se interpõem entre Laguna e a Colônia do Sacramento, ao longo da trilha litorânea. Fundador, com seu pai, Domingos de Brito Peixoto, da povoação deLaguna, levou Francisco *à*s suas aventuras e descobertas pelo território adentro [...] na procura de jazidas auríferas ou de prata, quer descendo para o sul, até o grande estuário do Prata, na captura de gados e cavalos, perlustrando nessas investidas terras que, sob o domínio dos índios e jesuítas, pertenciam de fato à soberania castelhana. Se essa soberania era exercida de fato, não era reconhecida de direito pela corte portuguesa, que reivindicava para Portugal, com a existência da Colônia do Sacramento, o domínio senhorial da margem norte do Rio da Prata". O bandeirante veio a falecer em Laguna no ano de 1733, e seus restos mortais estão enterrados sob o altar-mor da Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos, na cidade de Laguna, Santa Catarina.

Francisco Dias Velho



Trecho do litoral de Santa Catarina | 1640

O bandeirante Francisco Dias Velho nasceu na capitania de São Vicente (que abrangia as regiões de São Vicente, Santos e São Paulo) por volta de 1622. Era filho do bandeirante Francisco Dias e de Custódia Gonçalves e casou-se na vila de São Paulo com Maria Pires Fernandes, filha do capitão Salvador Pires de Medeiros. Desde a adolescência acompanhou seu pai nas bandeiras ao sul do Brasil, sendo grande conhecedor da região de Santa Catarina. Foi o fundador, colonizador e capitão-mor da ilha e povoado de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, onde prestou relevantes serviços à coroa portuguesa, impedindo os espanhóis de se estabelecerem nas terras da costa sul.

Quando Portugal obteve novamente sua independência, com o fim da União Ibérica (1580-1640), tratou de estimular o povoamento da costa sul do Brasil a fim de evitar uma ocupação espanhola e garantir a posse pacífica daquela parte do reino. Nesse período passaram a se formar as bandeiras colonizadoras, cujo objetivo já não era o de ir para voltar com as mãos cheias de ouro, mas a de ir para colonizar e estabelecer novos centros de civilização em terras portuguesas ou em litígio de fronteiras. Em 1673, Francisco Dias Velho enviou seu filho José Pires Monteiro com mais de uma centena de homens de sua administração para levantar um arraial no melhor lugar que descobrisse. O melhor lugar foram as excelentes terras da ilha de Florianópolis. Dois anos depois, o bandeirante Francisco Dias Velho, junto com a esposa, seus filhos, uma outra família agregada, dois padres jesuítas e centenas de índios, aportou na ilha no dia de Santa Catarina, batizando-a com o nome da santa, e fundou o povoado de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis. Construiu ali uma capela em homenagem à padroeira, no mesmo local onde hoje se encontra a Catedral Metropolitana de Florianópolis. Voltou para a vila de Santos no ano de 1679, quando, então, fez requerimento ao governador da capitania de São Vicente, pedindo-lhe sesmaria no distrito da ilha de Santa Catarina, onde já tinha levantado a Igreja de Nossa Senhora do Desterro, realizado plantações e feitorias. Tudo lhe foi concedido, em atenção ao grande serviço que fazia ao reino português com a nova povoação e fundação das terras de Sta. Catarina, e registrado no cartório da provedoria da fazenda real.

O historiador e genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), em sua obra *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica,* nos informa que "Francisco Dias Velho foi o fundador e capitão-mor povoador da Ilha de Santa Catarina, onde fez relevantes serviços à real coroa, porque em aumento dela conquistou os índios bravos daquele sertão e fundou a vila em dita ilha, que ao presente tempo é governada por um coronel governador com soldo de dois contos de réis pela entidade e natureza desta praça. Nesta ilha faleceu o dito capitão-mor povoador dentro da mesma igreja matriz, que a sua custa tinha feito construir de pedra e cal, e armar com altar maior e colaterais e imagens, quando os belgas, saltando naquela ilha para a roubarem, como fizeram, pondo fogo a tudo, se passaram para a igreja para executarem o sacrílego atentado contra as sagradas imagens, que o dito capitão-mor com a resolução católica e brioso ânimo quis defender com a espada e broquel, até perder a vida dentro do mesmo sagrado tempo, como mártir pela fé de Jesus Cristo em 1692".



Em 1687 atracou no norte da ilha um navio sob o comando do inglês Thomas Freus, ou Frins (ou Robert Lewis, como afirmam outros historiadores). A embarcação aportou na ilha imaginando que estivesse deserta. Avisado, o bandeirante Francisco Dias Velho armou-se com seus homens, atacaram e capturaram o capitão e sua tripulação e os enviou presos, juntamente com o inventário realizado no navio, a sua custa para a vila de Santos, onde se achava então de correição o ouvidor geral da repartição do sul, Thomé de Almeida e Oliveira. Procedeu esta autoridade ao ato de perguntas com o capitão inglês por intermédio do intérprete Lourenço Pereira Veneziano, com a presença do procurador da coroa portuguesa Diogo Ayres de Aguirre, em 26 de fevereiro de 1688. Depois dos questionamentos, o capitão e a tripulação foram soltos, tendo em vista que Portugal era aliado da Inglaterra e que tinham tratado de amizade em vigor.

As consequências que advieram desse fato foi que em 1692 o pirata voltou à ilha e atacou a povoação de madrugada, quando todos descansavam. Os moradores foram rendidos, salvo alguns que puderam fugir pelas matas. O bandeirante Francisco Dias Velho é assassinado dentro da capela de Nossa Senhora do Desterro, sua família foi vítima de violências e o povoado ficou bastante danificado com a destruição de casas, palhoças e canoas. Morto, Dias Velho foi sepultado ao lado da capela que construiu. Não demorou muito e a grande maioria deixou o povoado. Parte de sua família se retirou para a capitania de São Vicente, onde foi iniciado o inventário em 2 de novembro de 1689. O filho de Dias Velho, o capitão José Pires Monteiro, ficou no sul, aparecendo em 1725, como juiz ordinário da vila de Laguna.

A versão do historiador Pedro Taques de Almeida Paes sobre a morte do bandeirante Francisco Dias Velho diz que

> *"dentro da mesma ilha, em 1687, entrou um patacho inglês de arribada, cujo capitão era o pirata Thomaz Frins; o capitão-mor Francisco Dias Velho foi a bordo, prendeu este capitão e os demais ingleses e baldeou para a terra por inventário todo o cabedal que lhe achou, e os remeteu presos a sua custa à vila de Santos, onde se achava então, de correição o Dr. ouvidor geral da repartição do sul, Tomé de Almeida e Oliveira. Procedeu este ministro a ato de perguntas com o capitão inglês por intermédio do intérprete Lourenço Pereira Veneziano, com a presença do procurador da coroa Diogo Ayres de Aguirre, em 26 de fevereiro de 1688. Constou, pela confissão do dito capitão inglês, que da Inglaterra tinha saído em uma frota de navios pequenos para Panamá de Porto Belo com 900 homens, e andaram feito piratas em terras da coroa de Castela, sendo seu general Samolay, ao qual perdera de vista no porto de Callao de Lima, e não descobrira mais, nem a outros navios da sua conduta de seis meses a que o procurara; que na barra da ponta em altura de 5 graus tivera encontro com castelhanos que lhe mataram muitos homens, por cujo destroço os ingleses em vingança da rota lhes deram vários assaltos de pilhagem, até que em um assalto no lugar de Porto Santo ficaram destruídos os ingleses em altura de 9 graus da costa do Sul, ficando só ele, capitão, com 7 homens em seu navio, com falta de água, para cujo remédio e concerto de sua embarcação destroçada tinha tomado o porto de Sta. Catarina, onde fora preso pelo capitão-mor Francisco Dias Velho, o qual lhe havia mandado inventariar toda a fazenda que se achava em dito navio, que constava do mesmo inventário que havia remetido com ele capitão e seus companheiros. Esse grande cabedal ficou à Real Fazenda, devido ao zelo do capitão-mor Francisco Dias Velho, cujo prêmio foi a morte que lhe deram os hereges, quando em 1692 voltaram sobre a mesma ilha, armados de força de gente, e lhe tiraram a vida dentro do próprio templo, como temos referido. Na mesma ilha de Santa Catarina prendeu um navio corsário que tinha roubado e saqueado a vila da Ilha Grande de Angra dos Reis, de cujo assalto tinham recolhido grosso cabedal, assim dos moradores como dos templos, tendo dantes feito esses piratas várias presas em embarcações da costa com grande cabedal, o que tudo assim melhor consta no cartório da provedoria de Fazenda Real de São Paulo, livro de registro n.º 4, tit. 1686, pág. 10".*

Gabriel de Lara



Fundação de Curitiba PR | Theodoro de Bona

O bandeirante Gabriel de Lara, paulista de Santana do Parnaíba, era filho do espanhol Diogo de Lara e da paulista Antônia de Oliveira, filha de Antônio de Oliveira Gago, e foi casado com Brígida Gonçalves. Participando de bandeiras de resgate pelo rio Itiberê, fundaram uma povoação às suas margens em 1617, a qual viria a se tornar a atual cidade de Paranaguá, sede do atual porto de Paranaguá. Em 1640 foi enviado para erguer na costa de Paranaguá um posto avançado que impedisse a invasão de estrangeiros. Após seu estabelecimento fez erguer um pelourinho em 6 de janeiro de 1646. Fundou um arraial na ilha da Cotinga – localizada na baía de Paranaguá, para poder também se defender dos índios da nação carijó, que habitavam em grande número a capitania.

Nesse mesmo ano descobriu ouro em cinco rios nos campos de Curitiba, a cujas lavras deu o nome de minas de Peruna, tendo-as dado em manifesto junto ao capitão-mor e governador da capitania de São Vicente, apresentando evidências da existência de ouro, fato que possibilitou que Paranaguá fosse elevada à categoria de Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá por Carta Régia de 29 de julho de 1648. A descoberta de ouro na região trouxe mais bandeirantes e aventureiros para o Paraná, iniciando a fase de mineração na capitania. Paranaguá cresceu tanto que, no ano de 1656, foi transformada em capitania, sendo Gabriel de Lara nomeado ouvidor, alcaide-mor e também capitão-mor e governador da nova capitania, tendo tomado posse em 15 de maio de 1660. A capitania foi extinta em 1710 e anexada à capitania de São Paulo.

Alguns historiadores consideram que Eleodoro Ébanos Pereira foi um dos fundadores de Curitiba junto com o bandeirante Gabriel de Lara, o Povoador. Este, estando como representante da autoridade portuguesa na região, fez erigir o pelourinho na então povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais em 1668, quando se inicia a história oficial de Curitiba.

Jacques Félix



O bandeirante Jacques Félix, paulista, nascido por volta de 1570, era casado com Francisca Morzillo na vila de São Paulo de Piratininga e, segundo alguns historiadores, era filho do belga Jacques Félix, o Flamengo, e estabelecido em Santos. Em 1598 obteve uma sesmaria no caminho de Ibirapuera. Tomou parte, junto com seus filhos, da bandeira de Martim Rodrigues Tenório de Aguilar que saiu da vila de São Paulo no ano de 1608. Nos anos seguintes participou de outras bandeiras, alcançando o território das Minas Gerais na vertente de além-Mantiqueira, no alto Sapucaí. Exerceu cargos na Câmara da Vila de São Paulo.

Em 1628, o capitão-mor João de Moura Fogaça, em nome de Dona Mariana de Souza Guerra, Condessa de Vimieiro, neta e herdeira de Martim Afonso de Sousa (c.1490-1571) e donatária da capitania de Itanhaém, concedeu a Jacques Félix e seus filhos "datas de terras" no sertão do rio Paraíba, entre Pindamonhangaba e Tremembé. Em 1636, Francisco da Rocha, capitão-mor de Itanhaém, por provisão de 20 de janeiro, concedeu licença a Jacques Félix para que penetrasse os sertões de Taubaté a fim de descobrir minas de ouro, pacificar índios e demarcar as terras da Condessa de Vimieiro, cujos limites até então eram desconhecidos. O sertanista se deslocou com sua família, mestiços, índios, gado de corte e cavalos para a região, dando início a um povoado no lugar conhecido como *Paragem de Tabaybaté – taba=aldeia / ibaté=alta* (Tabebaté, Tabybaté, Taoboathé, Taybaté, Tabuathe, Taubaté), onde já existia uma aldeia de índios guaianás.

Finalmente, em 13 de outubro de 1639, recebeu ordens para construção da igreja matriz, casa de sobrado para o conselho, cadeia pública, arruamento, engenho de cana-de-açúcar, moinho para farinha de milho, além de concessão de terras às famílias trazidas pelo fundador. Jacques Félix realiza o planejamento do povoado e começa as construções. Em 5 de dezembro de 1645 o povoado recebeu o foral de vila, com o nome de São Francisco das Chagas de Taubaté, e tornou-se centro de expansão nos sertões do Vale do Paraíba, onde outros núcleos urbanos surgiram, fundados pelos primeiros moradores de Taubaté. A vila evoluiu por ser o primeiro povoado da região e também por estar favorecida pela localização geográfica, tornando-se passagem obrigatória dos bandeirantes entre São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro no período relativo ao desbravamento dos sertões e à mineração.

A vila de São Francisco das Chagas de Taubaté começa a se projetar no cenário da vida colonial brasileira como núcleo irradiador de muitas bandeiras. Em 1646 o bandeirante Jacques Félix foi encarregado, novamente, de penetrar o sertão em busca de metais preciosos. Depois dele, outros filhos da terra realizaram grandes feitos nos sertões dos Cataguazes e nos sertões das minas de Taubaté, onde descobriram ouro e fundaram dezenas de arraiais, origem de futuras cidades paulistas. O bandeirante Jacques Félix faleceu por volta de 1658.

João de Siqueira Afonso

O bandeirante João de Siqueira Afonso, natural de Taubaté, ativo sertanista, foi um dos primeiros descobridores de ouro e lavra de ouro a céu aberto na região do Rio das Mortes, em 1702, e fundou o Arraial Velho de Santo Antônio, que em 1718 foi elevado à condição de vila de São José del Rei, futura Tiradentes, em homenagem ao príncipe D. José, futuro rei de Portugal. Durante todo o século XVIII, a Vila de São José viveu da exploração de ouro e foi um dos importantes centros produtores de Minas Gerais e uma das rotas comerciais existentes na região mineira. Naquele período, o Ciclo do Ouro estava em expansão na região das Minas Gerais, com a fundação de diversos arraiais em localidades onde eram encontradas riquezas naturais. Nesse período também descobriu ouro no local chamado Ponta do Morro, banhado pelo rio Guarapiranga, em 1704, sendo um dos fundadores do arraial de Nossa Senhora da Conceição do Guarapiranga, onde montou sua base de operações em busca do metal precioso. O povoado cresceu rapidamente às margens do córrego e ao redor da capela de Nossa Senhora da Conceição até ser, em 1718, elevado à categoria de curato. O distrito se deve à Provisão de 16 de fevereiro de 1718. Em 1891 viria a se tornar a comarca de Piranga. O bandeirante também descobriu ouro na Aiuruoca em 1705, nas fraldas da Serra da Mantiqueira.



João Leite da Silva Ortiz

O bandeirante João Leite da Silva Ortiz, paulista, era filho de Estêvão Raposo Bocarro e Maria de Abreu Pedroso Leme e irmão do bandeirante Bartolomeu Paes de Abreu. Casou-se na vila de Parnaíba com Isabel Bueno da Silva, filha de Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, descobridor das minas de ouro das terras dos goyazes. Acompanhou o sogro nessas descobertas e em 1701 foi para a região das Minas Gerais à procura de ouro. Ele chegou até a Serra dos Congonhas (mais tarde Serra do Curral) e suas encostas, onde estabeleceu uma fazenda no lugar a que deu o nome de Cercado. Ali viveu e enriqueceu.

O plantio de roça, a criação e negociação de gado somados aos trabalhos de engenho e à mineração de ouro nos córregos da região atraiu outros moradores. No local foi surgindo um povoado, ao qual os habitantes deram o nome de Curral Del Rei, por causa do cercado ou curral ali existente em que se reunia o gado que havia pago as taxas do rei de Portugal, segundo a tradição corrente. Esse povoado se tornou uma freguesia subordinada à comarca de Sabará e estava situado no local onde, em 12 de dezembro de 1897, foi fundada a cidade de Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais.

O bandeirante João Leite da Silva Ortiz obteve o posto de capitão das ordenanças no ano de 1714 por patente do governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Brás Baltazar da Silveira (1674-1751). Depois da guerra dos emboabas resolveu mudar-se novamente, com toda a família e também com seu sogro Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, para a vila de Santana de Parnaíba, na capitania de São Paulo e Minas do Ouro, para então, a partir daí, organizar uma nova bandeira com o intuito de retornar às terras dos goyazes.

Em carta datada de 13 de janeiro de 1720, o seu sogro requer licença ao rei de Portugal, D. João V, para retornar às terras dos índios goyazes à procura de minas de ouro, prata e pedras preciosas, podendo navegar "pelos centros da América". Ele propunha, com o auxílio de João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, seus genros, e mais o seu sócio Bartolomeu Paes de Abreu, realizar pesquisas no sentido de descobrir os veios auríferos que com seu pai, o primeiro Anhanguera, encontrara naqueles sertões. Em troca pedia os direitos de passagens dos rios que dependessem de canoas, para ele para seus sócios, por três gerações, e outras vantagens.

Sendo autorizada a expedição, de acordo com carta régia do rei D. João V, datada de 14 de fevereiro de 1722, ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Artur de Sá e Menezes, expediu instruções datadas de 30 de junho de 1722 para que se formasse a bandeira, que parte da vila de São Paulo no dia 3 de julho de 1722. Dessa bandeira faziam parte mais de cento e cinquenta pessoas, inclusive três religiosos e muitos índios para a condução da carga, abertura de picadas e manuseio das canoas.



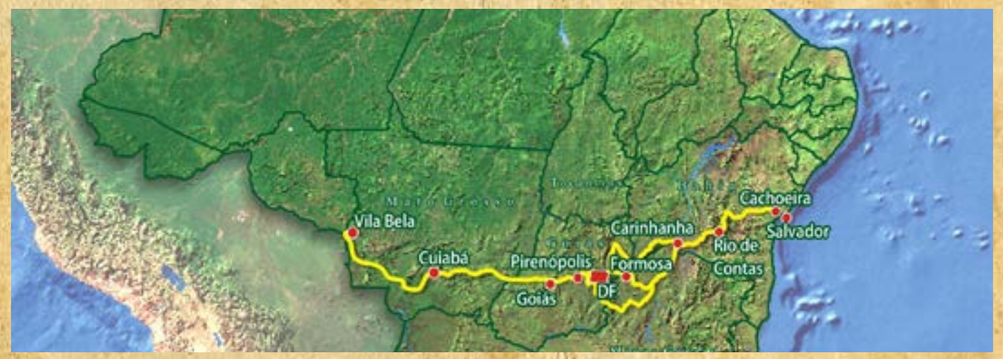
Serra do Curral (Antiga Serra dos Congonhas)

No território dos goyazes ajuda seu sogro na descoberta de várias minas de ouro. No dia 9 de agosto de 1728 recebe a investidura do cargo de guarda-mor das minas de Goiás. Nessa época, o novo governador da capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, moveu intensa perseguição contra ele, seu irmão, o capitão Bartolomeu Paes de Abreu, e seu sogro, Bartolomeu Bueno, para nulificar os privilégios e mercês que tinham de direito e por contrato devido à descoberta de ouro nas Minas Gerais e nas terras dos goyazes. O bandeirante, então, resolveu partir para Portugal para expôr pessoalmente ao rei sobre as injustiças e perseguições que a ele, a seu sogro e a seu irmão vinha fazendo o referido governador Caldeira Pimentel, de quem conhecia pormenores sobre os crimes que vinha cometendo, inclusive os descaminhos dos reais quintos por parte de seu cúmplice o provedor Sebastião Fernandes do Rego.

Em 26 de agosto de 1730, já estava de passagem pela cidade do Rio de Janeiro, ocasião em que foi consultado pelo governador daquela capitania Luís Vahia Monteiro, sobre a administração de minas de ouro e diamante, por ser "homem que toda a vida se criou e trabalhou em minas", que também por toda sua vida fora sertanista e acompanhara seu sogro, o segundo Anhanguera, em seus descobrimentos nas Minas Gerais e nos sertões dos goyazes. Do Rio de Janeiro o bandeirante seguiu para Recife a fim de alcançar a frota que ia para Lisboa, mas o ódio do governador o acompanhou, e João Leite morreu envenenado pelo padre Matias Pinto, que dele se fizera muito amigo e o acompanhava desde a vila de São Paulo, mas que não passava de um agente do governador Caldeira Pimentel.

Joaquim Quaresma Delgado

O bandeirante baiano Joaquim Quaresma Delgado é considerado pelos historiadores um dos pioneiros do movimento de mineração de ouro na região central da Bahia. Em 21 de maio de 1729, o rei de Portugal, D. João V, emite provisão ordenando ao vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses (1673-1743), 1º Conde de Sabugosa, a "mandar por engenheiros observar com distinção os sertões das Minas Novas e todo aquele continente para saber a distância em que ficava dos portos da marinha, a sua capacidade e povoações que compreende, e que de tudo fizessem mapas". Sem ter a quem recorrer pelo que ele chama de "a falta de engenheiros", o vice-rei resolve passar a tarefa ao sertanista Joaquim Quaresma Delgado, pois o considera "piloto aprovado, como pelas informações e conferência que com ele tive em que lhe descobri prática, curiosidade e inteligência, para fazer com mais individuação o referido exame". Decide ainda o vice-rei aumentar as atribuições do explorador, determinando-lhe que incursione não só pela região das Minas Novas, mas também "por outras muitas partes". Assim, em 11 de janeiro de 1731, o bandeirante é designado pelo vice-rei para partir em direção à recém-descoberta região aurífera de Minas Novas, devendo, durante o percurso, "observar pela estrada por onde se faz caminho para aquelas minas as povoações, rios, serras e mais coisas dignas de atenção, averiguando os nomes e as distâncias em que ficam umas das outras e também as partes em que se acostumam a arranchar os comboieiros com conveniência de águas e mantimentos, o que se fará principiando logo da Vila da Cachoeira, resumindo tudo a uma relação com boa ordem, distinção e clareza".



Estrada Geral do Sertão

Além da região das Minas Gerais (Minas Novas), deveria o sertanista pesquisar tambémas regiões auríferas do rio de Contas e Tocambira (Itacambira), bem com o que o autor das instruções denomina "o sítio do Paramirim, donde se tem descoberto prata", identificando as distâncias entre cada um desses locais e a cidade da Bahia e informando sobre as condições dos caminhos. Na carta de 3 de outubro de 1731, o vice-rei, além de comunicar ao monarca as razões da escolha do bandeirante Joaquim Quaresma Delgado para a tarefa, repassa a Sua Majestade a "relação e mapa" que já recebera do explorador. Esse mapa é novamente referido em 29 de novembro do mesmo ano, quando o vice-rei, em carta ao mestre de campo Pedro Leolino Mariz, acusa o recebimento do "mapa que fez Joaquim Quaresma, que vejo admirável, em a minha satisfação".

Em 7 de junho de 1732, o rei, em resposta ao Conde de Sabugosa, louva o "cuidado e zelo" com que este cuidara da incumbência, referindo, porém, não ter recebido o mapa feito por Quaresma Delgado, pelo que o vice-rei deveria remeter-lhe outra cópia. No dia 19 de junho de 1732, o vice-rei escreve ao mestre de campo Pedro Leolino Mariz determinando que é *"*conveniente que Joaquim Quaresma Delgado continue a diligência de que fora encarregado porque é importantíssima ao serviço de S. Majestade e mui recomendada pelo mesmo Senhor*"*. Concluindo suas ordens, determina que devem ser dados ao sertanista os meios necessários para as despesas da jornada, determinando ao mestre de campo que pague a Quaresma Delgado "o ordenado que lhe arbitrei", com o "rendimento que tem a Fazenda Real nessas Minas, e ainda pelo dos quintos". Em 16 de setembro de 1732, o Conde de Sabugosa encaminha ao rei outra cópia do mapa extraviado, recomendando enfaticamente que o capitão da nau que recebera a primeira cópia seja obrigado a dar conta dela.

A expedição de Quaresma Delgado se deu sobre extensa área do sertão baiano e mineiro, que incluiu os vales dos rios Paraguaçu, Paramirim, Verde Grande e as zonas auríferas de Minas Novas (Minas Gerais), Jacobina e Rio das Contas. Seu trabalho durou até 1734, quando foi interrompido após o bandeirante ter adoecido gravemente.

Lourenço Castanho Taques, o Velho

O bandeirante Lourenço Castanho Taques nasceu por volta de 1608 na vila de São Paulo. Era filho do português Pedro Taques e da paulista Ana de Proença e casou-se com Maria de Lara em 1631. Prestou muitos serviços ao governo da metrópole e à administração da capitania de São Vicente e São Paulo. Exerceu, como seu pai, o cargo de juiz de orfãos. Era intrépido sertanista, de fortuna adquirida e herdada na capitania. Fez numerosas entradas à procura de metais preciosos, organizando bandeiras à sua custa, sendo um dos primeiros descobridores das minas de ouro do Brasil.

A partir do ano de 1640, a vila de São Paulo de Piratininga foi cenário de violentos combates entre o partido dos Pires (a quem os Taques eram ligados) e dos Camargo, que se prolongaram por mais de duas décadas. Acerca deste conflito envolvendo o nome de duas grandes famílias de São Paulo, escreveu o historiador e biógrafo Afonso de d'Escragnolle Taunay (1876-1958), na sua obra *História da cidade de São Paulo*, que a inconciabilidade dessas duas famílias "redundou em verdadeira guerra civil, à semelhança das lutas municipais assoladoras das cidades italianas medievais e das quais a mais conhecida é a dos Capuletti e Montecchi de Verona, por Shakespeare imortalizada". As razões para essas lutas não são totalmente claras, o que leva Taunay a supor "que a longa luta, aliás intermitente, nasceu de mera rivalidade de chefes de clã sem motivo algum, alheia ao personalismo e ao espírito de família e à tendência gregária tão profundamente humana e tão veemente nas pequenas aglomerações".

O historiador e genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), em sua obra *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*, escreveu que "em 1640, tendo se levantado uma disputa entre Fernando de Camargo (o Tigre) e Pedro Taques (irmão de Lourenço Castanho Taques e chefe do partido dos Pires), desembainharam ambos as espadas e adagas no largo da matriz da vila de S. Paulo (hoje largo da Sé) e se travou renhido combate em que tomou parte numeroso concurso de um e outro partido (...) tendo morrido no conflito muitas pessoas, feridas por escopetas". E que nessa refrega escaparam os principais contendores, mas que logo no ano seguinte, "em 1641, estando Pedro Taques em conversação com um amigo e tendo as costas para a porta travessa da matriz de S. Paulo, veio à falsa-fé Fernando de Camargo e correu a adaga pelas costas de Pedro Taques, que para logo perdeu a vida. Explica o historiador que esse episódio levou muitos partidários de Pedro Taques a abandonar São Paulo, "indo morar em Parnaíba com o seu opulento irmão Guilherme Pompeu de Almeida, ao passo que o outro irmão, Lourenço Castanho Taques, se acastelava no Ipiranga como um barão medieval em sua torre albarrã". E que o bandeirante Lourenço Castanho Taques "se conservou sempre em São Paulo sem que o infeliz sucesso de seu irmão Pedro Taques, morto a falsa-fé por Fernando de Camargo, o obrigasse a mudar-se, como fizeram seus irmãos, porque seu grande respeito e força de armas o prontificavam a pôr em cerco os inimigos do partido contrário. Estabeleceu-se na fazenda do Ipiranga, que tinha sido de seu pai, Pedro Taques, foi opulento em cabedais, com o que sustentou e conservou o respeito e o tratamento de sua pessoa potentada. Em relação ao real serviço, deu sempre acreditadas provas de honrado vassalo, com liberal despesa da própria fazenda".

É ainda o historiador e genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), em sua obra *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica,* que nos ensina quando diz que no ano de 1659, "por ordem do rei D. João IV, passou para a vila de São Paulo de Piratininga o administrador geral das minas de ouro e prata, Salvador Correia de Sá e Benevides, agora também no cargo de governador e capitão-mor das três capitanias: Rio de Janeiro, Espírito Santo e a de S. Vicente e S. Paulo (capitania do sul do Brasil). Nessa ocasião recebeu Lourenço Castanho uma carta, firmada pelo real punho, que lhe recomendava desse ajuda e favor ao governador Salvador Correia de Sá e Benevides para bem desempenhar-se na diligência a que era enviado, qual era a de descobrimento de ouro e de pedras preciosas, ao que correspondeu prontamente Lourenço Castanho. O governador Salvador Correia conservou-se em São Paulo até 1661 para esse fim, e aconteceu que, na sua ausência do Rio de Janeiro, em 1660, onde deixara como governador da praça a Tomé Correia de Alvarenga, como sargento-mor a Martim Correia Vasques, e provedor da fazenda real a Pedro de Sousa Pereira, praticaram os oficiais da câmara e povo do Rio de Janeiro um grave atentado, depondo do governo os ditos representantes, que foram todos presos em uma fortaleza, negando obediência ao governador Salvador Correia de Sá e Benevides. Este governador, ao ter notícia em São Paulo do ocorrido no Rio de Janeiro, e principalmente ao ver uma carta escrita pelos camaristas do Rio aos de São Paulo, em que faziam graves exprobações a sua pessoa como autor de tiranias e de mau governo, se dispôs a pôr-se em caminho para o Rio de Janeiro com o fim de sossegar o tumulto e castigar os culpados. Lourenço Castanho, vendo o perigo a que ia se expor o governador, juntamente com os paulistas da primeira nobreza lhe representaram, suplicando que não pusesse em tão evidente risco a sua vida e autoridade. O valor e constância do governador o levaram a não atender a essa rogativa, pelo que Lourenço Castanho resolveu-se a acompanhá-lo com força de armas até o Rio de Janeiro, mas nem este auxílio aceitou o governador. Então Lourenço Castanho lembrou-se de reunir a nobreza

de São Paulo ao corpo do senado, e em número de 58 pessoas escreveram ao governador uma carta em nome de Sua Majestade em que ponderavam a necessidade de aceitar as rogativas e conselhos dados. A esta carta respondeu o governador agradecendo aos paulistas o apoio que lhe prestavam, mas, não tendo mais serviço nesta banda do Sul, o seu dever o chamava a prestar serviço a S. Majestade, pelo que estava resolvido a voltar para o Rio de Janeiro e assumir a jurisdição real, para o que esperava encontrar o povo mais acomodado".

Depois desses acontecimentos, o historiador encerra dizendo que

> "*Lourenço Castanho Taques, desejando continuar os serviços ao rei, achando-se com muita prática do sertão onde tinha penetrado para conquistar o bárbaro gentio, no que adquiriu grande disciplina militar, tendo recebido um convite do príncipe regente D. Pedro em 1674 para o descobrimento de ouro e prata, para cuja diligência tinha já partido Fernão Dias Pais no caráter de governador da gente de sua tropa, resolveu-se com seus cabedais e força de armas penetrar o sertão dos gentios cataguazes. Deixando a serventia vitalícia do ofício de órfãos, entrou para a conquista com patente de governador e conseguiu o primeiro conhecimento das minas, a princípio chamadas de cataguazes, e mais tarde, estendendo-se o descobrimento em muitas léguas no mesmo sertão, chamadas Minas Gerais*".

Já o historiador e sociólogo Alfredo Ellis Júnior (1896-1974), em sua obra *Meio século de bandeirismo,* acredita que Lourenco Taques, em suas entradas pelo sertão, chegou a atingir o rio Paracatu, afluente do rio São Francisco. O bandeirante veio a falecer em 1671, na vila de São Paulo.



Manuel Correia de Arzão

O bandeirante Manuel Correia de Arzão, paulista, filho do capitão-mor Cornélio Rodrigues de Arzão e Catarina Gomes Correia, era casado com Domingas Antunes Soares, natural de Itu e pertencente à família do bandeirante Antonio Soares Ferreira. Foi um dos descobridores do ouro na região do Serro-Frio, em 1701, sendo nomeado guarda-mor em 1702 e depois capitão-mor dessas mesmas minas em 25 de maio de 1711. Obteve também o posto de coronel da ordenança, por patente dada em 26 de outubro de 1705 pelo governador geral do Brasil D. Rodrigo da Costa.

Em 17 de abril de 1714, o governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Brás Baltazar da Silveira (1674-1751), estando na vila do Carmo, lhe dá uma carta-patente em que, depois do prólogo habitual, diz que

> *"faço saber (...) que tendo consideração aos merecimentos, nobreza e mais requisitos que concorrem na pessoa de Manuel Correia Arzão a ser um dos primeiros descobridores do sertão do Serro do Frio, tendo servido naquele distrito em tudo quanto se lhe encarregou com grande acerto e satisfação, e confiando dele que com a mesma maneira procederá daqui em diante, hei por bem de nomear e prover no posto de capitão-mor das ordenanças da Vila Nova do Príncipe e seu distrito para servir por tempo de três anos. Se no entanto eu o houver por bem e Sua Majestade não mandar o contrário, por esta o hei por empossado no dito posto com o qual gozará de todas as honras, privilégios, isenções e liberdades que por ele lhe pertencerem, e ordeno a todos os oficiais e soldados das Ordenanças o conheçam por seu capitão-mor e como tal lhe obedeçam e cumprão suas ordens assim por escrito como de palavra tão pontualmente como devem e são obrigados, e para firmeza de tudo lhe mandei dar esta patente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas que se cumprirá tão inteiramente como nela se contém, registrando-se nos Livros da secretaria deste Governo e nos da câmara da dita vila".*

Depois, em 20 de junho do mesmo ano, mais outro documento em que o governador diz que *"*dada a grande satisfação com que está Manoel Correia Arzão exercitando o posto de capitão-mor do distrito de Vila Nova do Príncipe, hei por bem promovê-lo ao de Governador da Vila Nova do Príncipe e seu distrito e dos novos descobrimentos com toda a sua dependência*"*. Assim, Arzão teve papel destacado na comarca do Serro.

No ano de 1718, o violento governador e capitão-mor da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal (1688-1756), Conde de Assumar, fez várias determinações ao capitão-mor Antonio Soares Ferreira, morador em Mato Dentro e principal paulista das bandeiras que descobriram ouro naquela região, parente afim e amigo de Manuel Correia de Arzão, ordenando inclusive que ele encerrasse a sua mineração em Serro Frio, distribuindo as datas do novo descobrimento que havia feito em outro morro, que havia tomado seu nome. Por não entender que era justo essa determinação, desobedeceu ao governador, que o mandou prender por intermédio do coronel José Borges Pinto, pois dizia que, além de o bandeirante lhe desobedecer, havia usurpado o morro, não querendo repartir as datas, nem mesmo a pertecente ao rei. O capitão-mor Antonio Soares, protegido por seus companheiros de expedição e auxiliado pelo seu parente o coronel Manuel Correia de Arzão, resistiu à ordem de prisão e acabou sendo morto durante o conflito. Arzão, pelo motivo de dar apoio ao bandeirante Antonio Soares teve ordem de prisão decretada, seguida do sequestro de seus bens, em 6 de agosto de 1720, que o obrigou a fugir para a região das minas da capitania de Mato Grosso, onde fez fortuna novamente. Acabou sendo perdoado e em 17 de abril de 1733, achando-se na vila de Cuiabá, obteve patente para o posto de tenente-coronel, mas veio logo a falecer no ano de 1736.

Manuel da Borba Gato

O bandeirante Manuel de Borba Gato, nascido em São Paulo por volta do ano de 1649, era filho de João de Borba Gato e de Sebastiana Rodrigues Paes. Casou-se em 1670 com Maria Leite, filha do bandeirante Fernão Dias Paes Leme e de sua esposa Maria Betim Silva Leme. Foi um extraordinário desbravador dos sertões, descobridor de minas de ouro e hábil administrador nos primeiros anos das Minas Gerais. Também foi notável figura de equilíbrio durante a Guerra dos Emboabas (1709-1711) e deixou, sobre o início dessa guerra, esclarecedora carta, que foi copiada pelo professor, historiador e juiz de direito José Soares de Mello dos arquivos portugueses e inserida na sua obra *Emboabas* - crônicas de uma revolução nativista, publicada em 1942. Nessa missiva, o bandeirante Borba Gato diz que Manuel Nunes Viana nada mais era que um velho contrabandista, e lamenta que os baianos o acompanhassem, pois haviam sido recebidos de braços abertos pelos paulistas. A família Borba Gato era muito importante, tendo entre seus membros vários bandeirantes paulistas. A família é originária da Ilha Terceira (nos Açores).



A pedido do governador geral do Estado do Brasil, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (1610-1675), Fernão Dias Paes realizou de 1674 a 1681 uma bandeira em busca da mítica Serra do Sabarabuçu, onde diziam haver jazidas de

esmeraldas e prata. O historiador Francisco de Assis Carvalho Franco, em sua obra *Bandeirantes e sertanistas do Brasil,* nos ensina que Borba Gato *"*acompanhou seu sogro, Fernão Dias Pais, ao sertão do Sabaraboçu entre 1674 e 1681, quando ele faleceu, e, por ocasião da ida do administrador geral das minas D. Rodrigo de Castelo Branco àquele sertão das Minas Gerais, teve desentendimentos com esse delegado régio*"*, resultando na morte do administrador por dois homens de Borba Gato *"*numa estrada que ia ter à feitoria do Sumidouro, em 28 de agosto de 1682. Por esse crime evadiu-se para o sertão do rio Doce e somente em 1700 reapareceu em povoado, recomendando o governador do Rio de Janeiro que se fizesse silêncio no seu processo, no interesse dos descobrimentos de ouro que desde 1678 vinha tentando no Rio das Velhas e na chamada serra de Sabaraboçu".

Durante o período que permaneceu no sertão, realizou, em companhia dos bandeirantes padre João de Faria Fialho, Antonio Gonçalves Viana, Pedro de Avos e outros, a exploração das regiões auríferas dos rios Grande, das Mortes e Sapucaí, onde foi localizado ouro em abundância. A riqueza encontrada na região mineira era tanta que levou Borba Gato a solicitar o perdão das autoridades régias em troca da revelação das jazidas. Mas somente no ano de 1700 ele se deslocou até a vila de São Paulo, apresentando ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Artur de Sá e Menezes, amostras de ouro. Registram os anais da história que nessa ocasião Borba Gato teria lhe dito que *"*dignando-se prometer perdão em nome do rei, ele iria patentear-lhe minas tão abundantes de ouro que seriam uma nova fonte de riqueza para a coroa e prosperidade para seus vassalos*"*. Mesmo vivendo pelos sertões, Borba Gato nunca teria realmente perdido contacto com seus parentes em território paulista e por eles negociou o perdão régio em troco de revelar as ricas faisqueiras descobertas nos ribeiros e serras do Sabará. Após esse encontro, regressou para o sertão de Sabaraboçu, em companhia de seus genros Antonio Tavares e Francisco de Arruda.

Prossegue o historiador Francisco de Assis Carvalho Franco dizendo que

> *"o padre Andreoni assegura que foi ele o primeiro descobridor de ouro no Rio das Velhas e na Serra do Sabaraboçu, donde tirou logo cerca de cinquenta arrobas desse metal, igualando-se assim aos mais afortunados, que foram Manuel Nunes Viana e Francisco do Amaral Gurgel"*. Diz também que *"o fato exposto é confirmado pela carta de sesmaria passada à Irmandade de Santo Antonio do Bom Retiro, da matriz de Roça Grande, por Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 7 de fevereiro de 1711, na qual se diz que foi ele o primeiro povoador e minerador do Rio das Velhas"*.

Por provisão de 6 de março de 1700, o bandeirante Borba Gato foi nomeado guarda-mor do distrito das minas do Rio das Velhas, aguardando então que o governador procedesse à repartição dos lotes auríferos. Outra provisão foi assinada em 9 de junho de 1702, nomeando-o superintendente das minas do mesmo rio.

Pela carta de 18 de abril de 1701, o governador e capitão-general das capitanias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro, Artur de Sá e Menezes, autorizou o bandeirante a tomar posse das terras entre os rios Paraopeba e das Velhas, chapadas da serrania de Itatiaia. Essa sesmaria foi confirmada pelo governador das capitanias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1655-1725), em carta de 3 de dezembro de 1710. Concedeu-lhe também, em 19 de janeiro de 1711, uma sesmaria na região do Caeté, local então denominado de Tombadouro. Recebeu ainda carta régia de elogios pelos serviços prestados, ocupou várias vezes a superintendência geral das minas, foi provedor dos defuntos e ausentes e administrador das estradas daquela região.

Era um homem rígido no cumprimento dos seus deveres, e até os contrabandistas que vinham da Bahia e outros lugares tinham apenas um receio, que era o de encontrá-lo pelo caminho. A esse respeito, o Códice Costa Matoso, documento de 1730, diz que "a Justiça que achei nestas Minas de Sabará foi o tenente-general Borba Gato, que era superintendente destas minas, homem paulista. Repartiu as lavras de ouro por sortes de terra e veios d'água, como mandava o Regimento, confiscava todos os comboios do sertão, boiadas, cavalos e negros. E tudo o mais que apanhava a tudo confiscava, até o ouro que ia para os sertões da Bahia era remetido para o Rei. Esta era a ocupação que tinha Borba. Também havia contendas e como juiz supremo deferia a todos com muito agrado e desejava favorecer os confiscados. Tinha meirinho e escrivão e muita gente para as diligências do confisco".

Quando faleceu, em 1718, com quase 70 anos de idade, ocupava o cargo de juiz ordinário da vila do Sabará. Segundo o historiador e jornalista Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos (1834-1927), em sua obra *História Antiga de Minas Gerais*, ele foi enterrado na capela de Santana, que pertencia ao arraial velho do Rio das Velhas.

Manuel de Campos Bicudo

O bandeirante Manuel de Campos Bicudo, paulista da vila de Santana de Parnaíba, filho de Filipe de Campos Banderburgo e Margarida Bicudo, foi um sertanista de muito valor, estimação e respeito na capitania de São Vicente. Realizou inúmeras entradas nos sertões do Rio Grande e rio Paraguai. Em uma de suas expedições, por volta do ano de 1671, acompanhado de seu filho Antonio Pires do Campo, vislumbrou as minas da celebrada Serra dos Martírios, atingindo o território dos goyazes. Foi o primeiro bandeirante a chegar à região de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, por volta de 1673, na confluência dos rios Coxipó e Cuiabá, dando nome ao local de São Gonçalo, onde atualmente se localiza a cidade de Cuiabá. Em 1675 chegou ao norte de Mato Grosso chefiando uma bandeira contra os indígenas daquela região. Em 1679 andava pela região do rio Paraguai fazendo parte de uma grande expedição em que se encontravam também os bandeirantes Francisco Pedroso Xavier e Antonio Nunes Maciel, ocasião em que atacou, com seus índios tupis, uma das sete reduções jesuíticas do Uruguai, de índios tapes e charruas.

Em 1718, o bandeirante Pascoal Moreira Cabral, seguindo orientações de Antônio Pires de Campos, filho do bandeirante Manoel de Campos Bicudo, chega a São Gonçalo (hoje Comunidade de São Gonçalo Beira-Rio) encontrando a aldeia destruída. A expedição prossegue subindo o rio Coxipó em busca de índios, porém descobre ouro de aluvião nas proximidades onde o ribeirão Mutuca deságua no rio Coxipó. O objetivo da expedição não era o garimpo, porém a resistência oferecida pelos índios, impondo diversas derrotas, fez com que os bandeirantes se voltassem para a exploração do ouro. Assim, o garimpo deu sustentação à fundação da primeira povoação do estado, a Forquilha (atualmente sede do distrito do Coxipó do Ouro). Em 8 de abril de 1719, Pascoal Moreira Cabral assinou a Ata de Fundação de Cuiabá, enviando Antônio Nunes Maciel **à** vila de São Paulo para notificar o fato ao governador da capitania, o que ocasionou intensa migração para a região. Em 1721 já possui capela dedicada a Nossa Senhora da Penha de França. O bandeirante Manoel de Campos Bicudo faleceu no ano de 1722 na vila de São Paulo, sendo sepultado na capela dos Terceiros de São Francisco, em cuja ordem tinha sido irmão congregado.



Manuel Preto

O bandeirante Manuel Preto, português, era filho de António Preto, que veio na armada de Diogo Flores de Valdés em 1582, e irmão do também bandeirante Sebastião Preto, tendo casado com Águeda Rodrigues, filha do português Gonçalo Madeira e de Clara Parente. Herdou dos pais uma gleba de terras a noroeste do centro da vila paulista. Em 1610 requereu à autoridade religiosa da colônia a autorização para erguer em suas terras uma capela em louvor a Nossa Senhora do Ó, sendo fundada em 1612 no local que daria origem ao atual bairro da Freguesia do Ó, em São Paulo.

Um dos maiores sertanistas de São Paulo no século XVII, desde 1602, ainda adolescente, era encontrado nas bandeiras do sul do Brasil, na bandeira de Nicolau Barreto ao Guairá. Em 1606 percorreu novamente essa região e, ao regressar, arrebanhou inúmeros índios pacíficos da tribo dos temiminós, que levou para a vila de São Paulo. Nos anos seguintes continuou fazendo o mesmo trabalho nessa região e, em 1619, após andar pesquisando na própria capitania à cata de minas de ouro, deslocou-se para as reduções jesuíticas de Jesus Maria, Santo Inácio e Loreto, já com o título de mestre de campo.

Nos anos de 1623 e 1624 realizou nova entrada ao Guairá (sertão dos abueus), junto com seu irmão Sebastião Preto, destruindo algumas reduções jesuíticas e trazendo inúmeros indígenas para São Paulo. Em junho de 1628, ainda no posto de mestre de campo, foi encarregado pelo capitão-mor e governador da capitania de São Vicente, Gonçalo Correia de Sá, de conduzir o castelhano e novo governador do Paraguai, D. Luís de Céspedes y Xeriá, pela via do rio Tietê. Em agosto desse mesmo ano assume outra grande expedição com destino novamente ao Guairá. Quase todos os homens adultos da Vila de São Paulo estavam armados para investir contra o sertão. Eram novecentos brancos e 3.000 índios, formando a maior bandeira até então organizada, com destino ao Guaíra, para expulsar os jesuítas espanhóis e prender quantos índios pudessem. A bandeira foi dividida em quatro companhias, das quais foram capitães Antônio Raposo Tavares (cuja companhia tinha por alferes Bernardo Sanches de Souza e como sargento Manuel Morato Coelho); Pedro Vaz de Barros; Brás Leme; e André Fernandes, este da vila de Santana de Parnaíba. Os moradores da vila de São Paulo de Piratininga haviam concordado em invadir o Guairá com o argumento de que a região pertencia a Portugal, e os índios ali existentes não podiam ser monopolizados pelos espanhóis. Ali atacaram e arrasaram a maioria das reduções, bem como algumas dos campos do Iguaçú. O donatário da capitania de São Vicente, D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, 6º Conde de Monsanto, considerou tão valiosos os serviços prestados pelo bandeirante Manuel Preto aos seus domínios que o premiou com a patente de governador das ilhas de Santana e de Santa Catarina.



O historiador Francisco de Assis Carvalho Franco, em sua magnífica obra *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil,* nos ensina que o chefe bandeirante "que havia regressado do Guairá no final do ano de 1628 formou na vila de São Paulo uma outra leva e, em maio de 1629, embarcou por mar com destino a ilha de Santa Catarina para ali tomar posse das terras e fundar arraial. Em julho desse mesmo ano já se achava ali instalado, pois em data de 15 desse mês e ano, ali nomeou a Manuel Homem da Costa para o posto de sargento-mor das ditas ilhas."

O historiador e genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), em sua obra *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica,* assegura que Manuel Preto destruiu também "reduções jesuíticas em Ivaí, no Tabagi e no Uruguai". Já o historiador Francisco de Assis Carvalho Franco, em sua obra *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil,* declara que "o fato é que Manuel Preto contribuiu notavelmente para nossa expansão geográfica sulina". O bandeirante, ao adentrar novamente pelo sertão, acabou sendo morto, vítima de uma flecha em uma emboscada. A sua morte foi noticiada na vila de São Paulo em 22 de julho de 1630.

Miguel Arias Maldonado

O bandeirante Miguel Arias Maldonado, também conhecido como Miguel Aires Maldonado, militar e explorador, era de origem espanhola, tendo nascido nas ilhas Canárias. Emigrou para o Brasil durante o período da União Ibérica. Instalou-se na capitania de São Vicente, onde, em 29 de dezembro de 1593, requereu ao capitão Jorge Correia uma sesmaria na baía de Angra dos Reis e na petição declarava que era morador na referida capitania e nela casado, tendo filhos e que sempre ajudara nas guerras em defesa da terra. Tinha grande prestígio e influência. Casou nessa capitania com uma filha de Amador de Menezes.

Depois de 1613 mudou-se para a capitania do Rio de Janeiro. Em 1623 era vereador da câmara da cidade do Rio e em 1637 foi nomeado juiz ordinário. Em 1633 requereu ao capitão-mor e governador da capitania de Itanhaém, Francisco da Rocha, umas terras "detrás da Serra de Angra dos Reis para o sertão, onde está um pico alto que chamam o Frade". Foi também proprietário de engenhos de açúcar.

Devido aos serviços de guerra prestados durante mais de 25 anos, passou a ser considerado um dos chamados "homens bons" da terra. De 1632 a 1634, com seu sogro, João de Castilho Pinto, liderou as expedições dos sete capitães que exploraram a sesmaria recebida no norte fluminense. Essas explorações e os vários topônimos que batizaram foram descritos no relato que ele escreveu, atualmente conhecido como "Roteiro dos sete capitães", cujo título original era *"Descrição que faz o capitão Miguel Aires Maldonado e o capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentilidade e com os piratas nesta costa"*.

Instalou currais para criação de gado na região, iniciando assim a colonização daquelas terras. A conquista e colonização do norte fluminense, assim como vários outros serviços de valor prestados ininterruptamente do final do século XVI até meados do século XVII, fizeram com que o rei de Portugal o agraciasse com a mercê do hábito da Ordem de Avis em 12 de janeiro de 1646. Veio a falecer em 1650.

Miguel Garcia de Almeida e Cunha

O bandeirante Miguel Garcia de Almeida e Cunha, nascido em 1675, era natural de Taubaté, capitania de São Paulo. Foi o terceiro e último filho do capitão Miguel Garcia de Almeida e Cunha e de Maria Vieira da Maia. Foi casado com Clara Bueno de Camargo, filha de Manuel Ortiz de Camargo. Seguiu de Taubaté, em 1695, com seu sogro, com o propósito de se unir à bandeira de Bartolomeu Bueno de Siqueira, que se dirigia para a Casa da Casca, no sertão das Minas Gerais, usando os roteiros de Antonio Rodrigues Arzão. Encontraram ouro e remeteram amostras para o Rio de Janeiro. Com a escassez de alimentos, Bartolomeu Bueno dividiu seus homens, deixando alguns sob o comando do capitão Miguel Garcia de Almeida e Cunha, a cuidar de plantações de milho, e segue com os demais em direção ao que hoje se chama o Rio das Velhas.

O bandeirante Miguel Garcia, enquanto aguardava a produção das lavouras, começou a fazer incursões pela região. Seguiu até a Serra de Itatiaia, onde fora constatada a existência de ouro, e depois, fraldeando-a, conseguiu em 1699 chegar ao rio Gualacho do Sul, em cujo leito descobriu abundantes pepitas de ouro e que a princípio tomou o seu próprio nome. Mais tarde, após desentendimentos com Bartolomeu Bueno, embrenhou-se no sertão do Guarapiranga, onde, numa emboscada dos botocudos, acabou sendo morto no ano de 1699.

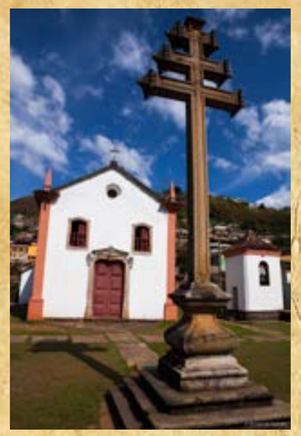
Miguel Sutil de Oliveira

O bandeirante Miguel Sutil de Oliveira nasceu em 1667. Natural de Sorocaba, era filho de Sebastião Sutil de Oliveira e Margarida Fernandes. Foi casado com Ascensa de Pinho em 1690. Andou à procura de veios auríferos com Pascoal Moreira Cabral, o Velho, Salvador Jorge Velho, Manuel Correia Lopes e outros nos campos de Curitiba, onde, no final do decênio de 1690, descobrem veios auríferos que ficaram denominados de minas de Santa Cruz do Sutil. Passou depois para a região das Minas Gerais quando estavam começando a descobrir ouro no território mineiro. Em 1720 seguiu com o bandeirante Fernão Dias Falcão para a região de Cuiabá, onde acabou descobrindo jazidas auríferas. No ano de 1722, depois de ter descido o rio Coxipó indo para o rio Cuiabá, onde havia plantado roça, acaba descobrindo outra jazida aurífera, desta vez situada à beira do córrego da Prainha, afluente do rio Cuiabá. No local é estabelecida uma pequena lavra, a qual logo cresce devido ao grande deslocamento populacional tanto da Forquilha e até mesmo do arraial de São Gonçalo Velho e região, fato que deu origem a um pequeno povoado, posteriormente Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

A partir das margens do rio Cuiabá começou a exploração da região onde teve início a formação da cidade de Cuiabá. Essas minas de ouro foram primeiramente conhecidas como "lavras do Sutil" e, posteriormente, por minas do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e atraíram pessoas de várias regiões da colônia, principalmente da capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Eram mineradores, tropeiros e aventureiros, todos em busca do enriquecimento rápido. Com esse intenso movimento de pessoas pelo território mato-grossense, várias monções (bandeiras de comércio) passam a abastecer a região.

O bandeirante regressou para Sorocaba, sua terra natal, passando para a região do Paranapanema em 1724, como contratador de passagens dos rios Itapetininga e Paranapanema. Voltou novamente para Sorocaba, onde veio a falecer, no dia 18 de agosto de 1765.

Padre João de Faria Fialho



Capela do Padre Faria Ouro Preto

O bandeirante Padre João de Faria Fialho era natural da Ilha de São Sebastião (atual Ilhabela), da capitania de São Vicente. Foi vigário de Taubaté e um dos que descobriram ouro na região das Minas Gerais. Era filho do capitão Thomé de Faria Sodré e Maria Luiz Fialho. Foi capelão de bandeiras e depois criou a sua própria, tendo então feito importantes descobertas auríferas.

No findar do século XVII era grande a movimentação nas vilas paulistas, principalmente na vila de Taubaté, onde bandeiras se organizavam para a aventura no sertão, que acenava com ricos veios de ouro – uma chance de fortuna fácil que brotava daquelas terras. Era o que ansiava também o bandeirante Antônio Dias de Oliveira, que no comando de sua bandeira parte para a região das Minas Gerais, fazendo-se acompanhar do padre João de Faria Fialho. No amanhecer do dia 24 de junho de 1698 avistam a tão procurada formação rochosa onde se destacava o pico do Itacolomi (montanha que domina Ouro Preto). Era dia de São João. Os homens acampam em local próximo da serra, onde é oficiada uma missa pelo padre João de Faria Fialho, em agradecimento pela descoberta. É dado início ao povoamento de Vila Rica com o levantamento da primeira igreja, que é dedicada ao santo protetor do dia em que localizaram a região. Em seguida, a bandeira se dividiu em grupos para a caminhada em direção ao Itacolomi. Lá, aos pés dos bandeirantes, estava o ribeirão Tripuí, cheio de pepitas de ouro preto. Um desses grupos foi comandado pelo padre Faria, que faz junto com Antônio Dias o comunicado oficial da descoberta ao chefe dos expedicionários, coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, cabendo a cada um deles a concessão de datas de terras.

Sobre a bandeira do padre Faria comentaria mais tarde José Rebelo Perdigão, secretário do governador e capitão-general das capitanias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Artur de Sá e Menezes, dizendo que *"fez sua tropa o padre João de Faria Fialho e em breve tempo descobriu o ribeirão do seu nome"*. Data de 9 de novembro de 1703 um relatório de Antônio Luiz Peleja, ouvidor geral da capitania de São Vicente, ao rei de Portugal em que cita o padre ao dizer que o vigário de Taubaté decidira unir-se a uma das bandeiras que partia em busca de ouro na região dos campos gerais dos cataguás. Teria descoberto, na região do Rio Grande e do Rio das Mortes, *"três rios de pinta muito boa e geral de ouro de lavagem e, anos depois, na região de Ouro Preto, o ribeiro aurífero que leva seu nome"*. Toda a atividade do bandeirante, segundo Peleja, visava apenas *"fornecer rendas à paróquia nascente de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, situada a três léguas de Taubaté, e a seu vigário"*.

A história da Capela do Padre Faria principia com o levantamento de um arraial que começa a tomar vulto, localizado a leste da cidade de Vila Rica, atualmente um bairro da cidade. Uma ermida é erguida no arraial que posteriormente tomou o seu nome. Nessa época, ele já havia se retirado para Taubaté, sua terra natal, não mais retornando a Vila Rica.

Pascoal Moreira Cabral Leme

O bandeirante Pascoal Moreira Cabral, nascido em 1654 na vila de Sorocaba, capitania de São Vicente, era filho do coronel Pascoal Moreira Cabral e de Mariana Leme. Seu pai dedicava-se aos trabalhos mineralógicos junto às minas de Araçoiaba, do bandeirante Afonso Sardinha, mais tarde Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, também na vila de Sorocaba. Desde a adolescência dedicou-se ao sertanismo e devassou o território sul e sudoeste da capitania de São Paulo, sendo que já em 1682 já era cabo da bandeira comandada por André Zunega, seu parente. Foi nessa expedição que adentrou pela primeira vez em território mato-grossense, na região de Miranda, atual Mato Grosso do Sul. Durante três anos essa bandeira permaneceu nos sertões em operações contra os índios, erguendo trincheiras para defesa dos componentes e plantando roças para acudir à subsistência. Casou-se na vila de Itu no ano de 1692 com a paraibana Isabel de Siqueira Cortes, filha de Manuel de Siqueira Cortes.

AS PRINCIPAIS BANDEIRAS



História do Mato Grosso

Em 1699 fez parte de uma bandeira para a região de Curitiba com os bandeirantes Salvador Jorge Velho, Manuel Correia Lopes, Miguel Sutil de Oliveira e outros, pesquisando minas de ouro, sendo que Sutil descobriu então as que ficaram denominadas de Santa Cruz. Em 1716 seguiu novamente para a região de Miranda, onde passou dois anos em incursões. Subiu o rio Paraguai, alcançando o Cuiabá e, deste, seu afluente, o Coxipó, onde travou combate com índios da tribo coxiponé.

Em 1718, no comando de mais uma bandeira para captura de índios pela região mais central da América do Sul, acampa no arraial de São Gonçalo Velho, depois de uma batalha perdida para os índios coxiponés. No início do mês de abril de 1719, viu-se compensado pelo seu trabalho de muitos anos quando um integrante da bandeira acaba encontrando ouro, por acaso, às margens do córrego Coxipó-Mirim, com isso confirmando os veios auríferos no território mato-grossense.

Em 8 de abril de 1719, Pascoal Moreira Cabral assina a ata da fundação de Cuiabá no local conhecido como Forquilha, às margens do rio Coxipó. Foi a forma encontrada para garantir os direitos pela descoberta à capitania de São Paulo e Minas do Ouro. O bandeirante envia até a vila de São Paulo o emissário Fernão Dias Falcão a fim de levar notícias da descoberta. Ciente do fato, o governador e capitão-general da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Rodrigo Cesar de Menezes, atendendo aos feitos realizados pelo bandeirante através das entradas pelos sertões, em que gastou alguns anos, com muitas despesas realizadas, morte de integrantes da bandeira e com grande risco da própria vida, conseguindo com o seu trabalho o descobrimento do ouro no sertão de Cuiabá, além de ter sido eleito pelo povo que se achava naquelas minas, achou por bem nomeá-lo para o cargo de guarda-mor das minas de Cuiabá em 26 de abril de 1723. Ali viveu por muitos anos. Já em idade avançada, retirou-se para a primeira localidade onde ocorrera o primitivo achado aurífero, o Arraial Velho, às margens do rio Coxipó.

Em 15 de julho de 1722 escreve ao rei de Portugal dizendo que acrescia

"dar parte a V.M., que Deus guarde, em como ando há seis anos nestes sertões, ocupado no real serviço de V.M. trazendo em minha companhia cincoenta e seis homens brancos, fora escravos e servos, sustentando-os a minha custa, conquistando os reinos do gentio e adquirindo a muitos deles para o grêmio da Igreja, na diligência de descobrir ouro, prata e pedras preciosas, distante da cidade de São Paulo, serra acima, quatro meses de viagem. Ao depois de perder um filho e quinze homens brancos e alguns escravos que os mataram e comeram os gentios, com inumeráveis riscos de vida, tanto por rios como por terra, nas cabeceiras do rio Cuiabá, descobri um ribeiro chamado coxipó, com muitos dotes de ouro, no qual V.M. tem a sua data, e as mais se repartiram pelos homens que se acharam e ao depois chegaram de povoado, cujo ouro se tem quintado, e em adjunto com este ribeiro se descobriram vários córregos que todos têm dado boa pinta de ouro. E pela distância destes sertões e do que tenho descoberto e espero descobrir, entendo serão estas minas como a grandeza das Gerais e muitos lucros para a Fazenda Real, pelas passagens dos rios e dízimos. Ao presente tenho mandado três tropas com seus cabos à mesma diligência por vários rios e ribeiros e estou de partida com setenta homens de guerra a fazer outros descobrimentos pelas notícias que tenho do gentio, e ao fazer desta se tem descoberto um ribeirão com boa pinta de ouro, o qual mandei examinar como guarda-mor na forma do regimento, de que faço aviso a V.M. por não perder a ocasião de portador para povoado, que por causa de doença e gentio, são viagens de ano a ano, enquanto não há caminho por terra e mantimentos com estalagens. E como tenho descortinado este sertão nesta diligência desde o rio dos Porrudos, cabeceiras do Paraguai, Cuiabá até mui perto das cabeceiras do rio Maranhão, me acho destituído de cabedais e com família de mulher e duas filhas e um filho; pelo que peço a V.M. ponha os olhos neste seu leal vassalo como for servido".

Recebendo a petição, mandou o soberano português, em 3 de julho de 1723, que o então governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, opinasse sobre ela, e este expôs que, embora fossem reais os serviços alegados, entendia que Pascoal Moreira era demasiadamente idoso para o cargo de superintendente das minas de Cuiabá, que pretendia, e quando muito podia ser conservado no posto de guarda-mor das ditas minas. O rei, em carta de 28 de julho de 1725, concordou com o governador da capitania de São Paulo e confirmou a patente que desse último cargo lhe tinha sido dada em 25 de abril de 1723.

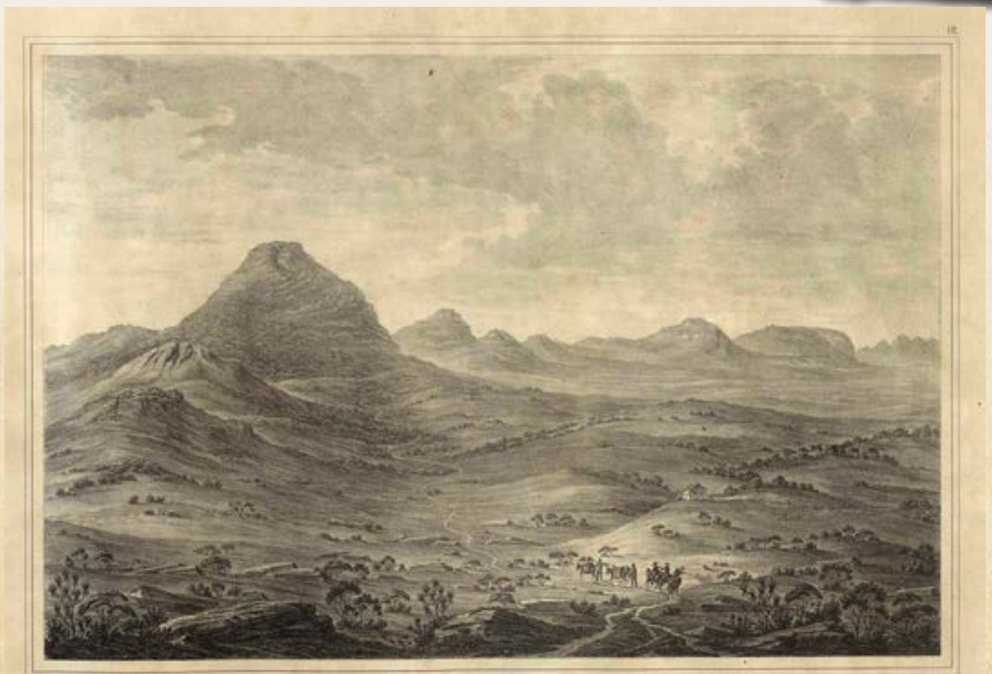
Em 1726 chega à região o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, como representante do reino de Portugal. No dia 1º de janeiro de 1727, Cuiabá é elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. O bandeirante viveu seus últimos dias onde realizou sua grande descoberta, quando veio a falecer em 1730, aos 76 anos de idade. Seu corpo foi sepultado na igreja matriz do Senhor Bom Jesus, em Cuiabá.

Salvador Faria de Albernaz

O bandeirante Salvador Faria de Albernaz, nascido em Taubaté, era filho do capitão Antônio de Faria Albernaz e de Catarina de Sisneiro. Teve o posto de sargento-mor e foi casado na vila de São Paulo com Francisca Ribeiro Duarte. Seu pai, também paulista, tomara parte na bandeira de Antônio Raposo Tavares em 1636, que avançou pela região do Tape, no atual Rio Grande do Sul.

Era irmão do também bandeirante e sargento-mor Francisco de Farias Albernaz. Juntos desbravaram o interior de Minas, descobrindo ouro na região de Mariana e principalmente na região da atual cidade de Itabira. Em 1699 percorreu a região do Carmo, atual Mariana, com o coronel Salvador Fernandes Furtado. A ele é atribuída a descoberta das jazidas de ouro do Inficionado, atual

AS PRINCIPAIS BANDEIRAS



Santa Rita Durão, na região das Minas Gerais, e acompanhou membros da família Camargo no descobrimento do ouro no ribeirão do mesmo nome. Exerceu as funções de sargento-mor entre 1702 e 1703. Por volta de 1717 iniciaram buscas por ouro na direção do Itambé, nas Minas Gerais, quando por volta de 1720 descobriram ouro às margens do córrego da Penha, ao pé do Pico do Cauê, e ali se instalaram, fundando um pequeno povoado, que recebeu o nome de Santana. Posteriormente construíram uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, em cujos arredores cresceu o povoado e posterior Vila de Sant'ana do Rosário, que daria origem em 1827 a Itabira do Mato Dentro, distrito de Caeté.

O historiador mineiro Diogo de Vasconcelos afirma que o bandeirante Salvador Faria de Albernaz foi perseguido pelo Santo Ofício e morreu pobre na região das Minas Gerais. O bandeirante Bento Furtado Fernandes de Mendonça, o "coronel das três vilas", falecido em 1765, descreve o que se passou com ele ao dizer que *"*este bom homem Salvador de Faria era possuidor de boas lavras e datas de terras minerais, como descobridor, além de estar imenso povo acomodado por aqueles ribeiros seus descobertos desde o tempo das partilhas. Havia muitos reinóis que, invejosos, apeteciam o logro daquelas lavras. Tendo ocasião do geral levantamento que fulminaram os paulistas, tiveram próxima ocasião de lograr o seu intento, porque este era natural de Taubaté, comarca de São Paulo; e geralmente os naturais de Serra acima, reputados por paulistas, emprego do venenoso harpão de ódio e ambição, arguiram culpas fantásticas a este bom homem e o prenderam, remetendo-o para o Rio de Janeiro, onde, dando-lhe as bexigas, morreu delas em casa própria, onde as justiças lhe deram homenagem por não levar culpa formada. E, com a sua ausência, lhe tiraram as datas por devolutas, corando o roubo com capa de justiça, logrando por este modo o ódio o seu emprego, e a ambição o seu desejo*"*.

Salvador Fernandes Furtado de Mendonça

O bandeirante e coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça nasceu na vila de São Francisco das Chagas de Taubaté. Era filho de Manuel Fernandes Edra e de Maria Cubas e casou-se com Maria Cardoso de Siqueira. Foi um bandeirante muito importante para a descoberta do ouro em Minas Gerais e, no seu desbravamento, sobretudo, inicialmente, nos arredores de Mariana e Ouro Preto.

Grande sertanista, participou com seu cunhado Francisco Pedroso de uma bandeira que se deslocou para os sertões dos caetés, na região das Minas Gerais. Em 1694, juntamente com o bandeirante Manuel Garcia Velho e outros, fez uma entrada para a Casa da Casca, região do rio Doce, chegando em 16 de julho de 1696 às margens do Ribeirão do Carmo. Nessa ocasião teria encontrado, por acaso, com a bandeira de Bartolomeu Bueno de Siqueira, que, com os bandeirantes Manuel de Camargo, João Lopes de Camargo, Miguel de Almeida e Cunha, Antonio de Almeida e outros, acabava de descobrir indícios de ouro nesse local. Obteve algumas oitavas desse ouro, que levou para a vila de Taubaté, de onde o bandeirante Carlos Pedroso da Silveira, sócio de Bartolomeu Bueno de Siqueira, as levou para o Rio de Janeiro, dando-as em manifesto ao capitão-mor e governador Sebastião de Castro Caldas e escrevendo ao rei de Portugal sobre a descoberta, em carta datada de 16 de junho de 1695. O bandeirante Salvador Furtado continuou com as pesquisas de ouro na mesma região até 1697, quando voltou a Taubaté.



Deslocamento de uma bandeira | Ilustração de Mozart Couto e Rigo do Rosário Jr

A dedicação exclusiva à mineração no período entre 1700 e 1703 leva a região a uma escassez alarmante de alimentos para os mineradores e bandeirantes estabelecidos na região. Depois dessa fase triste em que aconteceu uma grande fome no sertão, o coronel Salvador retornou à região, encontrando-a praticamente ocupada. Subiu então por um córrego que deságua no Ribeirão do Carmo, que vem das fraldas da Serra de Ouro Preto, e, encontrando-se ali minas riquíssimas a que deu o nome Bom Sucesso, na região de Ouro Preto, distribui datas da lavra para membros de sua comitiva, em continuação a outros descobertos que já havia sido feito na região de Ribeirão do Carmo

Sobre essa descoberta, o bandeirante e coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça diz que, em tratativas com o guarda-mor e bandeirante Garcia Rodrigues Paes na capitania de São Vicente no ano de 1698, este o informara da espantosa riqueza do Ribeirão do Carmo e da capacidade que se esperava descobrir em todo o seu leito de praias abaixo. Em consequência disso, o guarda-mor e o coronel subiram para o sertão em 1699, sendo este nomeado escrivão de datas. Repartiram-se então os descobertos – o de Mariana em nome de Manuel Garcia de Almeida, ajudante e amigo do mesmo coronel Salvador; o de Santa Teresa, em nome de João Lopes de Lima, parente e amigo de Garcia Rodrigues Paes, vindo em sua companhia.

De uma sesmaria que lhe foi concedida pelo governador das capitanias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1655-1725), em 26 de março de 1711, consta que ele "tinha assistido nas minas há sete anos e, em todo esse tempo, e nos mais do princípio do descobrimento das ditas minas, sempre cercando os matos e mandando fazer por seus filhos e escravos a buscar descobrimentos de lavras de ouro, como consta das que tem descoberto de grandes lucros; e agora queria mandar vir a sua família e parentes a morar nas minas, e não tinha largueza de terras para os acomodar e porque estavam devolutas as cabeceiras de uma sesmaria que eu fora servido dar-lhe no sítio do Morro Grande, para a parte do Bromado. Pedia-me fizesse mercê dar as ditas cabeceiras com uma légua de sertão para Guarapiranga, mandando-lhe passar carta", com isso ficando bem esclarecido que a sua definitiva fixação na região das Minas Gerais se deu a partir de 1711, mas desde 1703 morava no Morro Grande, devendo-se, no entanto, à sua atividade o desenvolvimento do Arraial e depois vila do Ribeirão do Carmo.

Na carta de sesmaria dada pelo governador das capitanias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1655-1725), ficou registrada sua decisão, que dizia: *"*faço saber que, havendo resposta ao que por sua petição me enviou dizer o coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça que o suplicante tinha assistido nas minas há sete anos e em todo este tempo e nos mais do princípio do descobrimento das ditas minas, sempre cercando matos e mandando fazer por seus filhos e escravos a buscar descobrimentos de lavras e ouro, como consta das que tem descoberto de grandes lucros; e agora queria mandar buscar sua família e parentes para morar nas minas e não tinha largueza de terras para os acomodar e porquanto estavam devolutas as cabeceiras de uma sesmaria, que fui servido dar-lhe no sítio do Morro Grande para a parte do Brumado. Pedia-me também lhe fizesse mercê dar-lhe as ditas cabeceiras com uma légua de sertão para Guarapiranga, mandando passar carta de sesmaria delas, e visto o requerimento*"*.

O bandeirante morava, então, na sua fazenda do Rio do Peixe, cujo âmbito abrangia as cachoeiras de Lavras Velhas, pois por carta de sesmaria de 3 de março de 1718 o governador e capitão-mor da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal (1688-1756), Conde de Assumar, confirmou a posse do coronel nos três sítios que fundou no Rio do Peixe, onde morava com mulher, filhos e genros. Em 1724 foi eleito provedor do Sacramento em sua igreja, para realizar as festividades da Semana Santa no ano de 1725, que foi soleníssima. Domingos Paes de Barros, seu parente, anos antes instituíra a solenidade, organizando uma orquestra que lhe dera grande dificuldade para formar. O coronel, homem bastante rico, tinha vida trivial, bem adaptado à sociedade em que vivia e pacífico no trato com as pessoas. Sua única excentricidade foram seus livros, segundo os cronistas, como as *Ordenações do Reino*, que tinha encadernadas em pastas com frisos de ouro; o *Repertório das Minas*; uma *História Social* publicada em seis volumes e outros livros, de vários autores, encadernados em pergaminho. O coronel veio a falecer em 21 de julho de 1725 e foi sepultado na capela-mor, debaixo do arco cruzeiro da matriz de São Caetano.

Salvador Jorge Velho

O bandeirante Salvador Jorge era filho de Domingos Jorge Velho e de Isabel Pires de Medeiros. Casou-se em 1671 com Margarida da Silva, filha do bandeirante Pascoal Leite Paes. Foi o descobridor das minas de ouro no ribeirão de Curitiba entre os anos de 1679 e 1680, que ficaram conhecidas pelo seu nome, mesmo tendo-as denominado minas de Nossa Senhora da Conceição. O historiador Francisco de Assis Carvalho Franco, em sua monumental obra *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil,* nos informa que, de acordo com relato do padre Manuel da Fonseca, o bandeirante andava há muitos anos pelos sertões e campos de Curitiba à procura de ouro sem nunca encontrar. Interpelado certa vez sobre quando voltaria ao seu lar, na vila de Parnaíba, respondeu que "devia muito e não tinha a intenção de entrar em sua casa enquanto não achasse com que satisfazer aos seus credores". Depois de descoberto o ouro, dele tirou tanto, acrescenta o narrador, que "pôde não só satisfazer aos seus credores, mas ainda ornar a sua casa com várias peças de ouro".

Depois de um tempo, resolveu retornar a essas minas em 1699 com o irmão Simão Jorge Velho, Pascoal Moreira Cabral, Miguel Sutil de Oliveira, Manuel Correia Lopes e outros bandeirantes. Prestou relevantes serviços à coroa portuguesa, pelo que mereceu receber, em 20 de outubro de 1698, uma honrosa carta régia de agradecimentos pelos seus serviços. Ficou muito rico, possuindo fazendas de cultura em Parnaíba, peças e objetos de ouro e prata. Ao morrer, em 27 de novembro de 1705, deixou onze filhos, um dos quais foi o bandeirante capitão Domingos Jorge da Silva. Era seu genro Baltazar de Lemos de Morais Navarro também bandeirante.

Sebastião Fernandes Tourinho

O bandeirante Sebastião Fernandes Tourinho, filho de Pedro de Campos Tourinho, foi um dos primeiros exploradores de origem europeia a percorrer as terras da capitania das Minas Gerais. O sertanista saiu de Porto Seguro, na Bahia, entre os anos de 1572 e 1573, e, navegando pelo rio de São Mateus, margeou o rio Doce, depois de penetrar por grande parte dos sertões das Minas Gerais. Foi desse modo muitas léguas pela terra adentro, descobrindo turmalinas verdes na atual região de Diamantina, tendo regressado ao litoral pelo rio Jequitinhonha.

A região de Ponte Nova tinha, como porta natural, o vale do rio Doce. Por ele chegaram os primeiros exploradores de origem europeia, vindos da Bahia, à procura da foz desse grande rio. O historiador José Capistrano de Abreu, na sua obra Caminhos antigos e povoamento do Brasil, nos ensina que Fernandes Tourinho teria subido o rio Doce até junto ao Cuité. Já o desenhista, pintor e gravador alemão Johann Moritz Rugendas, em sua *Viagem pitoresca através do Brasil* (1835), afirma que o sertanista "Sebastião Fernandes Tourinho foi o primeiro português que, da costa, penetrou o interior do país. Partindo, em 1573, de Porto Seguro, subiu o rio Doce até as proximidades de Vila Rica", passando, portanto e inevitavelmente, pela região de Ponte Nova.

Na *História do Brasil* do historiador Pedro Calmon, o percurso exato de Tourinho não é reconhecido, registrando somente que "largou ele em canoas de Porto Seguro, alcançou e subiu o rio Doce (que os índios chamavam Mandi) e explorou-lhe as margens para o sul, voltando com alvissareiras notícias de pedras verdes".

Tomás Lopes de Camargo

O bandeirante Tomás Lopes de Camargo, natural da capitania de São Paulo, era filho de Fernando de Camargo, o Moço, e casou-se com Paula da Costa Paes. Fez parte da bandeira em que esteve o padre João de Faria Fialho, no território mineiro, sendo assim um dos descobridores e fundadores de Vila Rica (Ouro Preto). Praticou mineração por algum tempo no Ribeirão do Carmo e, em 1701, acompanhado de outros bandeirantes, seguiu para o norte, encontrando ribeiro aurífero, onde se estabeleceu. Assim, naceu o arraial dos Camargo, atual distrito de Mariana, nas Minas Gerais. Essa povoação tinha importância regional na época do segundo império brasileiro, ali se situando inclusive a Chácara do Tesoureiro, propriedade rural de Manuel Teixeira de Sousa, primeiro Barão de Camargos, que ali mantinha plantações de chá com grande produção comercial. A localidade foi visitada pelo explorador inglês Sir Richard Francis Burton, então no serviço diplomático da Coroa Britânica, conforme seu relato no livro de sua autoria *Explorations of the Highlands of Brazil*, em dois volumes. O bandeirante Tomás Lopes de Camargos faleceu em 1756.

Tomé Portes del-Rei

O bandeirante Tomé Portes del-Rei, natural de Taubaté, nasceu por volta de 1630, filho do português João Portes del-Rei e de Juliana Antunes, filha do bandeirante Antonio Preto, e casou-se com Juliana Oliveira. Realizou várias entradas para desbravamento de sertões do vale do Paraíba e da Mantiqueira. Além do cunhado, Bartolomeu da Cunha Gago, dois de seus genros também se fizeram bandeirantes. Eram Miguel Garcia Velho, desbravador da região de Itajubá, e Antônio Garcia da Cunha. Foi responsável por uma das primeiras fixações populacionais de europeus e paulistas na região do Rio das Mortes no início do século XVIII, o rio que os paulistas e viajantes das mais diversas partes da colônia atravessavam frequentemente, nos primeiros tempos, para chegar até a região das minas de ouro, inclusive Vila Rica (Ouro Preto).

Residente na Vila de Taubaté, de lá partiu com familiares, agregados e escravos quando da grande movimentação de pessoas para as minas recém-descobertas na região das Minas Gerais, em ano incerto e não sabido, mas provavelmente quando da vinda do governador e capitão-general das capitanias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Artur de Sá e Menezes(1700), ou pouco antes, no final do decênio de 1690. Já estava com mais de sessenta anos quando estabeleceu-se na margem esquerda do Rio das Mortes. Em 1701, com os seus seguidores, construiu um pequeno povoado ribeirinho denominado Arraial do Rio das Mortes, do

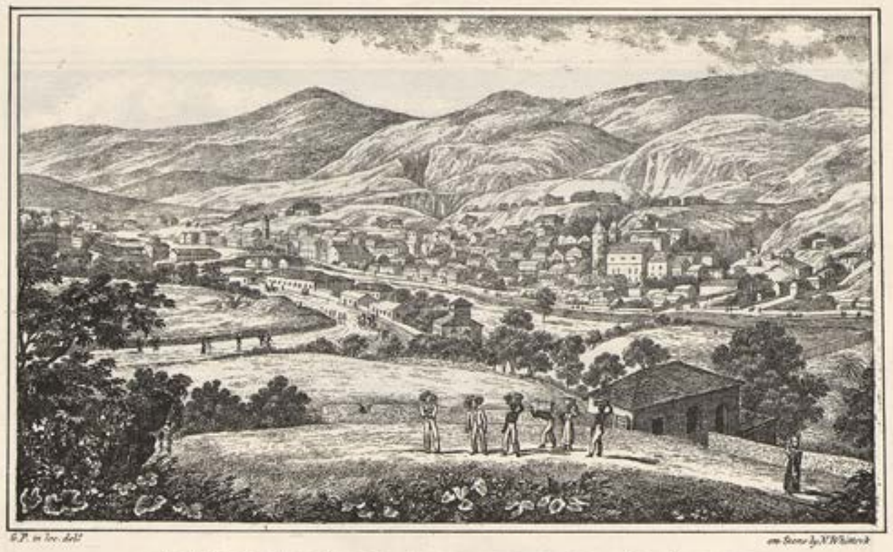
qual foi o principal fundador. Tendo sido comprovadamente o responsável pelo estabelecimento do primeiro núcleo de povoamento na margem esquerda do Rio das Mortes, Tomé Portes del-Rei, apesar de falecido antes da existência do Arraial Novo, é incontestavelmente o fundador de São João del-Rei. Seu povoado na vargem do rio e o Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar desenvolveram-se e, com o passar dos anos, vieram a se tornar a São João del-Rei do nosso tempo, cabeça de comarca com grandiosos templos e uma belíssima história registrada nos anais da capitania de Minas Gerais.

Fixando-se no local, Tomé Portes del-Rei promoveu o plantio de roças de mantimentos e criação de animais de pequeno porte para vender aos mineiros em trânsito, que passavam para as minas ou voltavam para os povoados, na famosa era da escassez de alimentos acontecida nos anos de 1697 a 1701 na região das minas de ouro. Além disso, fornecia pouso para os viajantes e canoas para a travessia do rio. O local ficou sendo conhecido como Porto Real da Passagem. Era um posto de reabastecimento num caminho onde o ir e o vir eram constantes e intensos. A importância do povoado ali instalado decorria de sua situação como ponto de ligação com os sertões de Caeté e a região das minas do Carmo, Ouro Preto e Sabará.

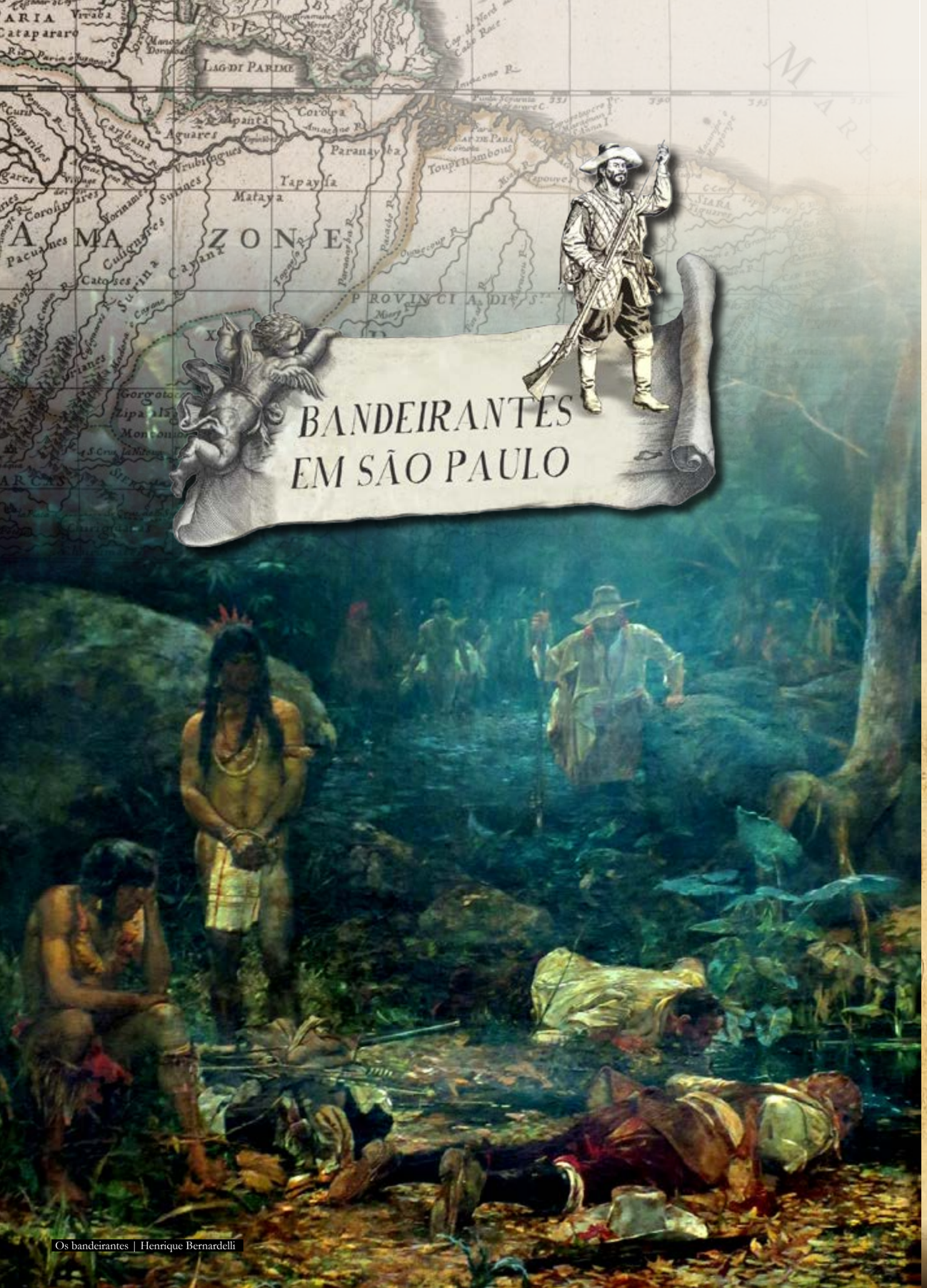
Nao demorou muito e a região se mostrou também abundante em ouro. Por volta de 1702, quando o bandeirante João de Siqueira Afonso, experimentado minerador, estando de regresso para a vila de São Paulo, hospedou-se na casa de Tomé Portes del-Rei, pesquisando as areias e cascalhos pelos barrancos da margem direita do Rio das Mortes acima, acabou avistando no lastro das águas a mesma formação de seus outros descobrimentos de ouro, deixando ao proprietário as instruções para a realização da mineiração, cuja boa fortuna daria origem ao Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, mais tarde Arraial Novo do Rio das Mortes, que em 8 de dezembro de 1713 foi elevado à categoria de vila, com o nome de Vila de São João del Rei.

Achadas as primeiras jazidas de ouro na região e repartidas entre seus companheiros, taubateanos como ele, surgiu um importante acampamento, o arraial de Santo Antônio. Nos anos seguintes outras minas foram achadas ali por perto e outros acampamentos surgiram. Nessa época o bandeirante foi assassinado em um levante patrocinado por alguns de seus escravos. Os assassinos foram logo presos e mortos por outros escravos e agregados. Sua viúva, Juliana de Oliveira, retornou a Taubaté, onde viveu até seu falecimento, em 30 de janeiro de 1728. Muitos de sua prole continuaram radicados na região, inclusive sua filha Maria Antunes Cardoso, casada com o bandeirante Antônio Garcia da Cunha.

Com a morte do bandeirante Tomé Portes del-Rei, seu genro Antônio Garcia da Cunha foi nomeado guarda-mor do distrito e certamente assumiu a direção dos trabalhos do núcleo do Porto Real da Passagem, pois, com a morte do sogro, o direito de cobrança passara ao genro. Posteriormente, com as descobertas de novas minas de ouro, procedeu à distribuição e demarcação das novas datas. Alguns historiadores defendem que o genro do velho bandeirante acabou voltando para a vila de Taubaté, onde findou seus dias, em 1731.



VIEW OF THE SERRA AND CITY OF S. JOÃO D'EL REY.



Os bandeirantes | Henrique Bernardelli



Bandeirantes em São Paulo

Contexto Histórico





Bandeirantes foi a denominação dada aos sertanistas de São Paulo do período colonial que, a partir do início do século XVII, penetraram pelos sertões das terras americanas para desbravar, reconhecer e explorar as riquezas do Novo Mundo, principalmente ouro e diamantes, capturar indígenas para subsidiar a mão de obra escassa, capturar escravos fugitivos, exterminar quilombos e praticar a navegação comercial nas denominadas monções. Por mais de duzentos anos, entre erros e acertos, contribuíram, em grande parte, para a expansão territorial do Brasil além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, ocupando o centro-oeste e o sul do Brasil. A descoberta de toneladas de ouro e diamantes nas capitanias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso enriqueceu Portugal, ajudou o governo lusitano no pagamento de suas dívidas, principalmente com a Inglaterra, e nos legou um passado glorioso que pode ser apreciado na história das fundações das cidades mineiras, goianas e matogrossenses.

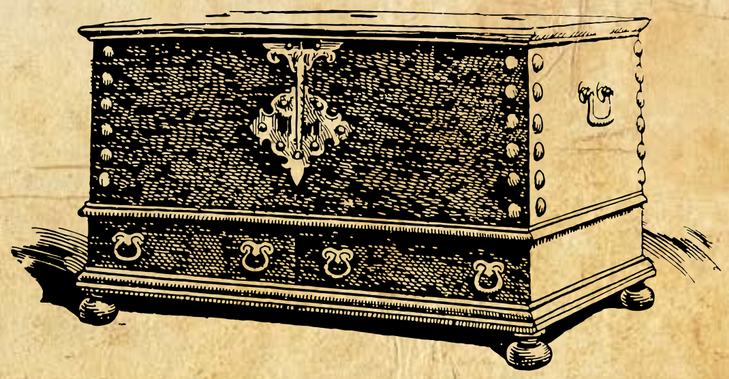
A maioria dos bandeirantes eram descendentes de primeira e segunda geração de portugueses residentes na capitania de São Paulo, sendo os capitães das bandeiras de várias origens, havendo entre eles não só descendentes de portugueses, mas também de outros países europeus. As tropas que formavam uma bandeira eram geralmente compostas de parentes, aliados, mamelucos, escravos e índios que haviam sido capturados e pacificados. Os mamelucos, ou seja, descendentes do cruzamento de índios e brancos, eram os principais elementos do grupo, pois eram a ligação direta entre o colonizador português e o nativo, o índio, que conhecia as terras.

Na distribuição dos povos indígenas na capitania de São Paulo estavam, entre outros, os tamoios, tupinambás, tupiniquins e carijós no litoral, e, pelo interior, os guaianás, guayases, ururais, guarulhos, gualachos e miramomins. Os europeus que desde os primeiros anos do descobrimento do Brasil conviveram com esses nativos, para as necessidades de fixação nas terras do Novo Mundo, estabeleceram a princípio o escambo ou resgate dos índios prisioneiros de guerra e, gradativamente, transformaram tal procedimento num tráfico de escravos. Por isso, antes de surgirem aldeamentos na bacia do Rio da Prata, os bandeirantes já percorriam o sertão buscando na captura e na compra e venda dos indígenas o meio para sua subsistência em uma terra carente de mão de obra para a lavoura e outros serviços essenciais ao desenvolvimento da colônia portuguesa na América.

Além da língua portuguesa, os bandeirantes também falavam o tupi, língua que era utilizada cotidianamente por eles. Foi com termos indígenas que os bandeirantes nomearam os vários lugares por onde passaram, originando muitos dos atuais topônimos brasileiros, como Jundiaí, Piracicaba, Sorocaba, Taubaté, Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, São Luiz do Paraitinga, Tatuapé etc.



Périplo máximo do bandeirante Antônio Raposo Tavares | Theodoro Braga





BANDEIRANTES EM SÃO PAULO



Os bandeirantes viviam em condições extremamente difíceis. A maioria andava quase sempre descalça, mas levavam, geralmente, como equipamento botas e alpargatas, normalmente feitas de couro, e as perneiras de pele de animais. Nas vésperas da partida de uma expedição, os bandeirantes faziam compras de armas e mais apetrechos para "a entrada em que ora vai o 'cabo fulano de tal'" – assim declaravam seus escritos (títulos de dívida) nos inventários, títulos esses que seriam pagos na volta. Na sua bagagem, como armas defensivas, poderiam estar incluídos uma couraça de couro cru (gibão), chamada de "escupil", como colete ou acolchoado de algodão para amortecer as flechas indígenas, e uma gualteira - capacete de pele de anta que protegia a cabeça; e, como armas ofensivas, espadas, adagas, lanças, facas, punhais, terçados, alfantes, machados, arcos e flechas, tacapes, bordunas, arcabuzes, mosquetão ou bacamartes boca de sino. Levavam instrumentos para o trabalho tais como machado, enxós, foices, facões, instrumentos de mineração e apetrechos para pesca.

De acordo com o sítio eletrônico da Universidade Estadual Paulista (Unesp), "a iconografia do bandeirante está diretamente relacionada à conquista de terras espanholas, do Rio Grande do Sul ao Amazonas. Baseou-se em uma litografia composta por desenhos de Jean-Baptiste Debret (1768-1848) denominada de *Soldados-índios de Mogi das Cruzes combatendo os botocudos,* publicada entre 1835 e 1839 no livro de sua autoria *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Nela um bandeirante aparece vestido em um gibão ou acolchoado, piquete seta-prova que vai até seus joelhos escondendo parte de seu braço. O arcabuz (arma de fogo) na mão e um chapéu de abas largas, bolsa de couro e cinto compõem os acessórios dessa figura varonil", o que contraria a simplicidade com que viviam nos sertões, mas assim foi entronizada na iconografia paulistana.

De modo geral os bandeirantes não levavam muitas provisões, mesmo nas viagens longas. Era necessário esse procedimento devido às longas distâncias e obstáculos de toda ordem. Apenas cabaças de sal, pratos de estanho, cuias, guampas, bruacas e as indispensáveis redes de dormir. Alimentavam-se de peixes dos rios, caças das mais variadas, frutas silvestres das matas, mel, pinhão e palmitos. Esses homens estavam tão identificados com a terra inóspita e extensa, que documentos da época os definiam como "paulistas embrenhados são mais destros que os bichos". As dificuldades que enfrentavam para entrar pelo interior eram enormes. O avanço era lento e feito utilizando canoas pelas águas caudalosas de rios, saltos, cachoeiras e corredeiras, trilhas indígenas ou com a abertura de novos caminhos pelas selvas. O tempo para percorrer um itinerário traçado anteriormente até seu ponto final podia levar de quatro a cinco meses, mas tudo isso não era motivo para lhes esmorecer os ânimos.



Antes de tudo, entrar no sertão exigia muita coragem e capacidade de improvisação. As lutas na selva contra as tribos indígenas eram sempre rudes e muito difíceis. O grande número de árvores e arbustos tornava impraticável a luta a distância. As espingardas e os arcabuzes valiam num primeiro momento, mas não havia tempo para recarregá-los. Muitos aprenderam o manejo do arco e flecha que, nesses momentos, tornavam-se muito mais eficientes. Em meio à luta era preciso também ter destreza com uma arma branca e às vezes valer-se das próprias mãos, no corpo a corpo inevitável. As condições eram tão rudes que os homens muitas vezes definhavam entre uma viagem e outra.



O filho do bandeirante

BANDEIRANTES EM SÃO PAULO

O governador das capitanias reunidas do Rio de Janeiro e São Paulo, Antônio Pais de Sande (1622-1695), ao escrever ao rei em 1693 sobre os paulistas, dizia que "são briosos, valentes, impacientes da menor injúria, ambiciosos de honra, amantíssimos da sua pátria, benéficos aos forasteiros e adversíssimos a todo ato servil, pois até aquele cuja muita pobreza lhe não permite ter quem o sirva se sujeita antes a andar muitos anos pelo sertão em busca de quem o sirva do que a servir a outrem um só dia".

Em contraste com o século XVIII, houve poucas expedições para a região das Minas Gerais nos séculos XVI e XVII, sendo que tais entradas quase não eram registradas; com isso, são poucas informações desse período sobre caminhos e fatos ocorridos durante os deslocamentos pelo interior e pelos rios. Uma bandeira podia caminhar anos por matas e sertões, e a interpretação errônea sobre uma determinada localização e a língua falada por uma tribo indígena fazia com que uma expedição alterasse o percurso em incursões malsucedidas. Nem mesmo nossos historiadores conseguiram definir, com exatidão, os primeiros caminhos usados pelos bandeirantes. João Capistrano de Abreu (1853-1927), comentando a descrição de Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591) sobre a viagem de Sebastião Fernandes Tourinho – primeiro português que, no início do decênio de 1570, partindo de Porto Seguro, penetrou pelo interior de Minas Gerais subindo o rio Doce –, diz que, "no meio dessas indicações e contraindicações, fielmente resumidas por Gabriel Soares, é impossível uma pessoa entender-se".

A vocação interiorana dos habitantes da capitania de São Paulo era alimentada por condições geográficas, econômicas e sociais. A vila de São Paulo, separada do litoral pela muralha da Serra do Mar, voltava-se para o sertão, cuja penetração era facilitada pela presença do rio Tietê e de seus afluentes, que comunicavam os paulistas com o interior. Além disso, apesar de afastada dos principais centros mercantis, sua população crescera muito, pois boa parte dos habitantes de São Vicente havia migrado para a região quando os canaviais plantados no litoral, com o patrocínio de Martim Afonso de Sousa (c.1490/1500-1564), entraram em decadência, na segunda metade do século XVI, arruinando fazendeiros que haviam investido nessas plantações e na produção do açúcar.

O historiador britânico John Russell-Wood (1940-2010) identificou os paulistas como pertencentes a um grupo étnico, em oposição à metrópole, ligado à terra e com sentimento nativista ao dizer que "os paulistas eram uma anomalia para os portugueses natos. De um lado, eram de ascendência portuguesa, falavam português, praticavam o catolicismo, eram capazes de feitos heróicos, demonstravam coragem indiscutível, e sua vila de São Paulo tinha os equipamentos administrativos e institucionais e edifícios públicos – tanto civis quanto religiosos – de uma vila portuguesa. De outro lado, muitas vezes, tinham sangue ameríndio, falavam as línguas indígenas, tomavam índias como esposas e concubinas, opunham-se às autoridades civis e religiosas e mostravam desdém aos representantes da Coroa e aversão a leis, alvarás e ordens régias". Era precisamente este senso de "ser outro" que perturbava o governo e os colonos portugueses natos. Autossuficiência, distância, inacessibilidade, mobilidade e independência de espírito os tornavam resistentes às leis, ao princípio de autoridade e ao controle régio.



Queda do Paraná, chamado de Salto do Urubupungá, duas léguas acima da foz do Tietê





Carta geográfica da capitania de Minas Gerais | 1804

Com o fim da União Ibérica e do domínio espanhol em terras lusitanas, em 1640, Portugal estava mergulhado em uma grave crise econômica. Os preços do açúcar haviam caído no mercado internacional devido, sobretudo, à concorrência do açúcar das Antilhas. A Europa se preocupava com a escassez de metais preciosos, agravada pelo esgotamento das reservas da América espanhola. Era urgente encontrar novas jazidas, e a esperança era de que elas estivessem na América portuguesa. Sob pressão, a coroa lusitana passa a incentivar a descoberta de minas prometendo prêmios e honrarias a quem as encontrasse. O antigo desejo de encontrar ouro no Brasil começava a tornar-se realidade e iria, ao longo do século XVIII, alimentar uma corte ávida por riqueza e por gastos astronômicos.

Os homens mais experientes para essa aventura eram os bandeirantes, que há tempos embrenhavam-se pelos sertões. O governador-geral do Estado do Brasil, D. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (1610-1675), primeiro Visconde de Barbacena, a mando da coroa portuguesa, convoca, em 1671, Fernão Dias Paes (1608-1681) para chefiar uma grande bandeira em busca da prata e das esmeraldas da mítica Serra do Sabarabuçu. Recebe carta patente de chefe da grande bandeira com o título de "governador das esmeraldas e da conquista dos índios mapaxós", em 1672. Partindo de São Paulo em 21 de julho de 1674, com mais de 600 homens, explora durante sete anos os vales do Rio das Mortes, Rio das Velhas, Paraopeba, Araçuaí e Jequitinhonha. Dos arredores de Sabarabuçu vai até Serro Frio, ao norte de Minas Gerais. Trata-se de um percurso de grande importância histórica, pois, embora não tendo a expedição descoberto jazidas de ouro e diamantes, traça o caminho de futuras descobertas. Completaram esse trajeto outros dois bandeirantes de Taubaté: Antônio Rodrigues Arzão (?-1730) e Bartolomeu Bueno de Siqueira (1653-?). Arzão partiu em 1693 e encontrou cascalho aurífero nos sertões de Casca, ou distrito de Cuieté (Caeté). Siqueira partiu em 1694 e encontrou ouro na Serra de Itaberaba. Pouco depois chegavam a Taubaté as primeiras remessas de ouro das Minas Gerais.

O bandeirante Manuel de Campos Bicudo (?-1681) partiu em meados do decênio de 1670 para o norte do Mato Grosso, e a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (1634-?), o Anhanguera, tomou rumo de Goiás em 1682, descobrindo vestígios de ouro nas terras dos índios da nação dos guayases. Em 1694, Miguel Garcia (1675-1699) descobriu o ribeiro aurífero de Gualaxo do Sul. Uma carta régia foi expedida nesse mesmo ano conferindo aos descobridores a posse das jazidas, e o bandeirante Manuel Borba Gato (1649-1718) foi nomeado guarda-mor dos sertões mineiros em 1697. Manuel Garcia, o Velho, chega ao Tripuí entre 1695 e 1696. Nesse meio tempo, Belchior da Cunha Barregão e Bento Leite da Silva encontram ouro no Itacolomi, e o coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça (?-1725) vê as primeiras reservas do Ribeirão do Carmo (1696) ampliadas por João Lopes de Lima (?-1723) em 1699. Em 1698, Antônio Dias de Oliveira descobre as notáveis jazidas de Vila Rica. Em 1699 o padre João de Faria Fialho registrou o primeiro achado de uma importante jazida, que recebeu seu nome. Os bandeirantes Francisco e Antonio da Silva Bueno descobriram ouro no local que ficaria conhecido como Ribeirão Bueno. Os irmãos Tomás Lopes de Camargo (?-1756) e João Lopes de Camargo (?-1743) encontraram sua riqueza no Arraial dos Paulistas. Félix de Gusmão Mendonça achou ouro no distrito de Passa Dez. Outras regiões exploradas foram Gualaxo do Norte, Brumado, Sumidouro e Rio Pardo. Manuel da Borba Gato (1649-1718) organiza uma segunda entrada em 1700, quando, então, encontra as ricas jazidas de Sabará e anexa a região do Rio das Velhas às zonas auríferas. O capitão Antonio Soares Ferreira descobre, em 1702, novas minas na região de Santo Antonio do Bom Retiro do Serro Frio. Em 1706 o paulista João de Siqueira Afonso chega às minas de Aiuruoca, na região de São José del Rei (cidade de Tiradentes).

Graças ao trabalho bandeirante, a década de 1720 foi literalmente de ouro para a coroa portuguesa. Enquanto as Minas Gerais andavam em plena produção, os paulistas continuavam buscando riquezas pelos sertões. Na região cuiabana, onde seria mais tarde localizada a capital do Mato Grosso, foi encontrado ouro na mina batizada de Senhor Bom Jesus do Cuiabá pelo paulista de Sorocaba Miguel Sutil. Em julho de 1722, a bandeira sob o comando de Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740), o Anhanguera (filho), parte de São Paulo à procura de mais jazidas no sertão goiano, local que percorrera, ainda pequeno, ao lado do pai. Funda vários arraiais, principalmente o Arraial de Sant'Anna, atual cidade de Goiás. O bandeirante retorna a São Paulo em 1728 levando consigo uma grande quantidade de oitavas de ouro, sendo então nomeado capitão-mor do novo distrito aurífero.

A notícia da descoberta do ouro espalha-se rapidamente, e uma quantidade enorme de pessoas começa a se deslocar em direção à região das minas de ouro de Mato Grosso e Goiás. Nos dois primeiros decênios do século XVIII foram mais de cento e cinquenta mil pessoas, das quais mais de cem mil eram escravos. O afluxo é tão grande, que o conceito de administração portuguesa em terras brasileiras tem de ser mudado e as autoridades obrigadas a adotar medidas que tentam regulamentar o acesso à zona aurífera, inclusive com bloqueio dos caminhos com tropas a fim de evitar o esvaziamento de outras vilas e cidades e impedir a desorganização da economia.

Além da população colonial, calcula-se que a busca pelo ouro tenha atraído anualmente para a região das jazidas de 3 a 4 mil portugueses moradores do reino, quantidade considerada alarmante para um país pequeno como Portugal. Por isso, o governo português decretou, em março de 1720, uma ordem restringindo a emigração para o Brasil, a qual passou a ser consentida somente mediante passaporte e autorização especial.

A intensa busca por veios auríferos em toda a região mineira ensejou a descoberta de outras riquezas, como os diamantes, que acabaram sendo localizados por volta de 1726 na comarca do Serro Frio, num lugarejo conhecido por Arraial do Tijuco (hoje Diamantina). O governador da capitania das Minas Gerais, D. Lourenço de Almeida (c.1680-1750), foi comunicado da descoberta e em seguida fez chegar as boas novas até Portugal, onde todos celebraram com grandes festas.

Com o ouro ofuscando as outras riquezas do Brasil e com tanta gente chegando às Minas Gerais, a região passa por rápidas transformações. Em lugares antes desertos do sertão, a corrida do ouro faz surgir os arraiais, aglomerados de choças de barro erguidas nas encostas das montanhas por onde descia o ouro de aluvião. A maioria desses arraiais eram abandonados tão logo o metal escasseava. Outros, porém, prosperam com a descoberta de jazidas mais duradouras. Eles ganham autoridades municipais e são transformados em vilas e cidades históricas.

Os sertanistas e bandeirantes, desde o tempo em que os conquistadores se batiam contra os índios de Paraguaçu e Ilhéus, fizeram prosperar em volta da região da vila de São Paulo um grande número de outras, e daí surgiram Mogi das Cruzes, Santana de Parnaíba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiaí e Sorocaba. Cada vila demandava destino diverso: as do Paraíba do Sul apontavam para as Minas Gerais; Santana de Parnaíba e Itu, para Goiás; e Sorocaba, para os campos de pinheiros, onde já surgia Curitiba. Bastou a notícia do primeiro descobrimento de ouro e diamantes para mobilizar toda a força dos paulistas.



Catas Altas, província de Minas Gerais | Rugendas

BANDEIRANTES EM SÃO PAULO

A população que se deslocou para as regiões de mineração procedeu quase toda do Planalto de Piratininga, especialmente da região do rio Paraíba do Sul. Com o fim da Guerra dos Emboabas e a derrota dos paulistas na região mineira, os bandeirantes vão assumir um novo papel histórico na descoberta de novas minas de ouro em território goiano e matogrossense. Os homens avançam pelo rio Tietê, seguindo pelo rio Paraná até o rio Pardo e, por este, até os rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, atingindo novas e prósperas minas de ouro, inclusive por outros caminhos, chegando ao território dos Guayases (Goiás), onde o ouro aflorava nos seus rios e ribeirões.

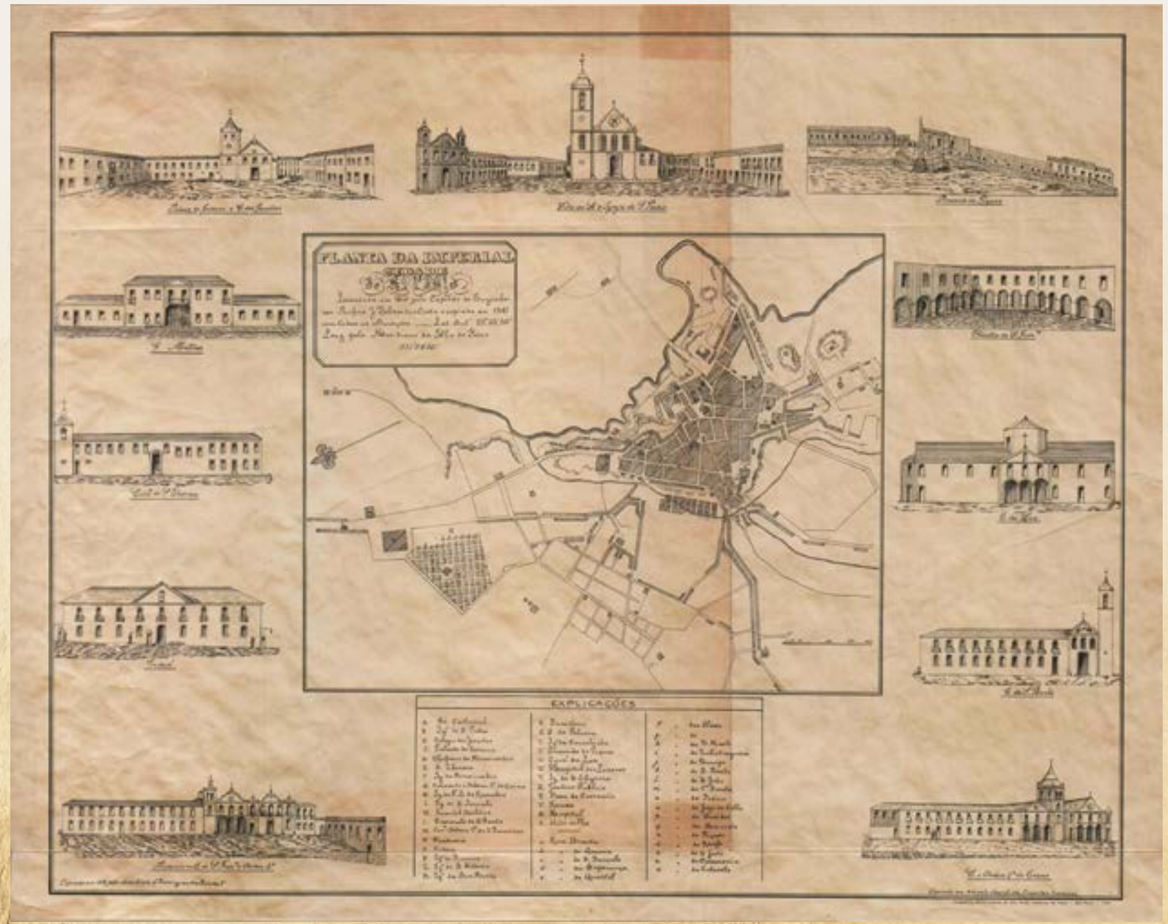
As bandeiras abriram muitos caminhos ao longo do tempo, desde a feitoria da vila de São Vicente até o rio Paranaíba e às nascentes do rio São Francisco. Percorreram o rio Paraíba e, pelo rio Tietê, chegaram até as reduções do Guairá e, dali, até o rio Uruguai. Partiram para Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, vararam todo o centro do Brasil e aportaram no Amazonas.

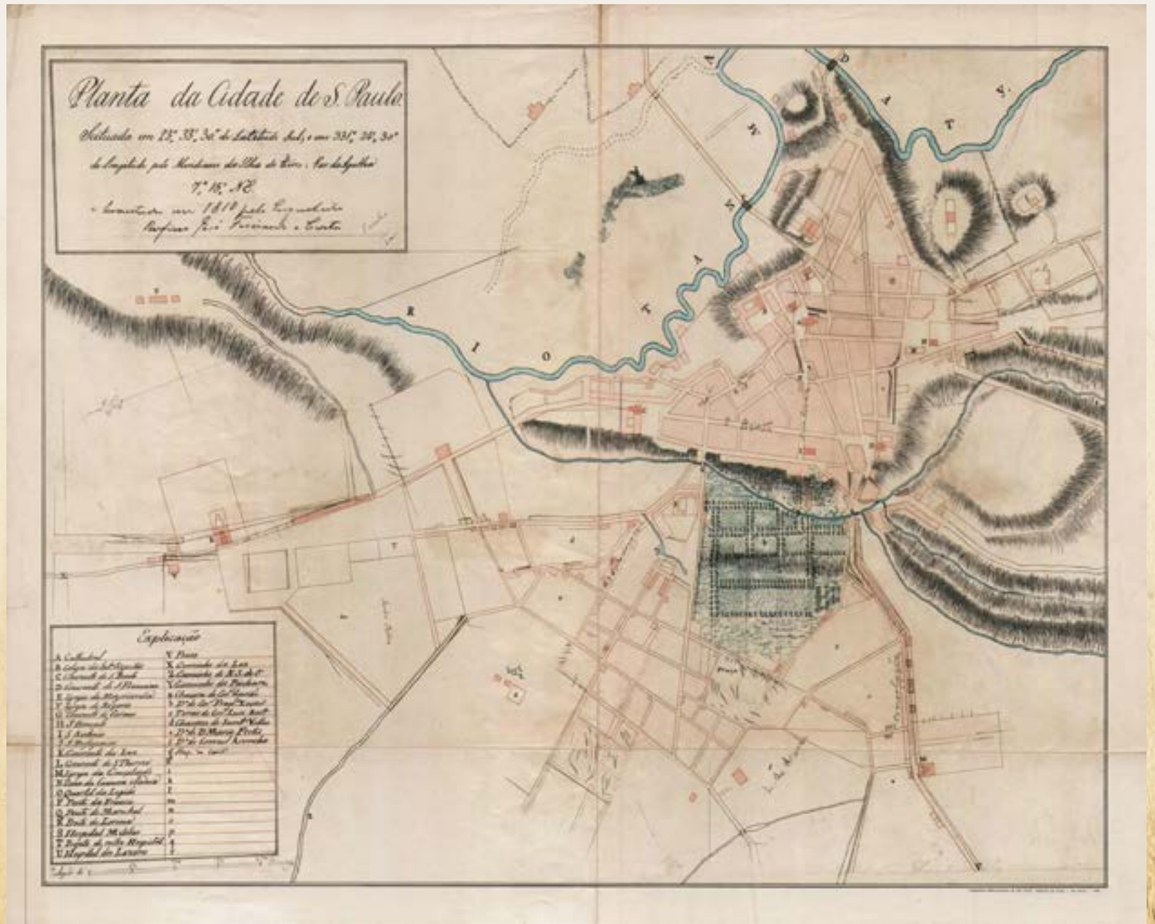
Atualmente, várias ruas, praças, monumentos e nomes de espaços públicos fazem referência aos bandeirantes em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás. As homenagens aos bandeirantes começaram ainda no século XVIII por cronistas e historiadores como Gaspar Teixeira de Azevedo, mais conhecido como frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), e Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777), que trataram de enaltecer a figura do bandeirante. Depois de passar longos anos esquecidos, os bandeirantes foram resgatados em diferentes momentos históricos, principalmente no período de 1880 a 1932, quando o imaginário ganha força e seu passado é valorizado depois de pesquisas.

Como vemos, apesar de intensas controvérsias sobre o tema, é inegável a contribuição dos bandeirantes para a ocupação e povoamento do interior do Brasil, fundando povoados, criando vilas, bem como na manutenção da economia da colônia e na expansão das fronteiras territoriais do país para além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Além disso, não pode deles ser dissociada a descoberta de ouro e diamantes em vários pontos do território brasileiro. Metais preciosos que marcaram e valorizaram o papel do Brasil para a prosperidade do império português ao longo do século XVIII nos legaram um passado grandioso que pode ser visto, principalmente, nas cidades mineiras de Sabará, Santa Bárbara, Mariana, Ouro Preto, Ouro Branco, Congonhas, São João del Rei e Tiradentes; em Cuiabá (MT) e na cidade de Goiás (GO). A fé bandeirante ficou estampada nas igrejas, e o trabalho registrado nas casas cartorárias, no seu acervo histórico, artístico e documental (peças, objetos, instrumentos, obras de arte, mobiliário, casario, monumentos, igrejas, palácios, arquitetura colonial e barroca, livros e documentos oficiais) e nos monumentos históricos espalhados por vários estados brasileiros.



Arraial de Bom Jesus de Matosinhos, atualmente bairro de Matosinhos, em São João del Rei, Minas Gerais. | Rugendas


PLANTA DA IMPERIAL
EXPLICAÇÕES


Planta da Cidade de S. Paulo
Explicação


palais du gouvernement a St Paul.


Entrée de St Paul. du Coté du Chemin de Rio Janeiro. Couvent des Carmes









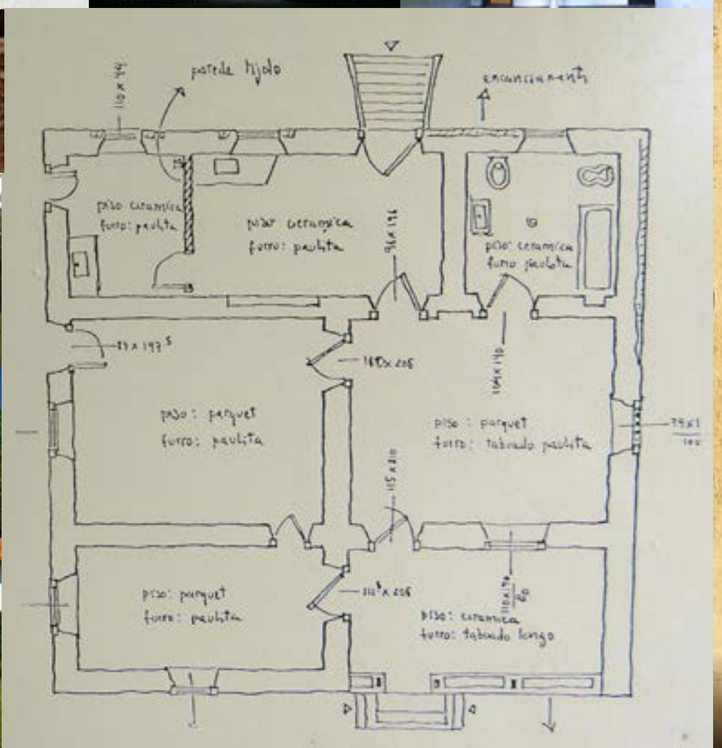












As Casas Bandeiristas e a Arquitetura Colonial Paulista

A casa bandeirista foi consagrada pela historiografia brasileira por ser referência da arquitetura colonial paulista, principalmente das construções rurais residenciais do período colonial. São construções do período de reconhecimento, expansão e domínio de uma vasta porção do território brasileiro, quando funcionavam como centros irradiadores das ações dos bandeirantes. Esse período ficou conhecido como Ciclo das Bandeiras Paulistas. As casas eram as bases das expedições bandeiristas, situando-se em pontos estratégicos, protegendo caminhos terrestres e fluviais, passando depois a ser sedes de grandes fazendas que abasteciam as regiões mineiras. Por cerca de três séculos, a linha arquitetônica dessas moradias evoluiu e adaptou-se às circunstâncias. Manteve, entretanto, certas características comuns que permanecem até os dias atuais como testemunhas da história bandeirante.

Essas edificações rurais, geralmente sedes de uma fazenda, erigidas nas proximidades da vila de Piratininga durante os séculos XVII e XVIII, eram construídas em taipa de pilão – material ecológico perfeitamente adaptado para as condições do Planalto de Piratininga. Tinham planta tipicamente simples, em forma quadrada ou retangular, paredes largas, uma porta central, com alpendre, ladeada por dois cômodos frontais (quarto de hóspedes e capela) que se abrem para um salão principal, pelo qual se tem acesso a outros cômodos da casa. As estruturas de taipa sustentam os grandes telhados, de duas ou quatro águas. Os detalhes decorativos são discretos, e a madeira trabalhada de forma precisa e econômica cria poéticos efeitos visuais nas portas e janelas. A mobília e outros equipamentos da casa são econômicos, respondendo de forma prática às necessidades de uma vida despojada.

A taipa de pilão é uma técnica de origem árabe na qual são utilizados fôrmas e pilões para compactar uma massa espessa de barro, cascalho e outros materiais diversos, formando-se paredes externas com cerca de 50cm de espessura. Ou seja, as paredes são erguidas com a utilização de fôrmas de madeira, em formato de grandes caixas, chamadas de taipas. A massa de barro é inserida nas caixas e socada com pilões. A taipa, então, é recolocada ao lado da primeira massa para que o procedimento se repita, e assim, horizontalmente, a massa vai sendo colocada. Finalizada a primeira camada, iniciam-se as novas camadas até que os muros estejam devidamente erguidos. As paredes internas são, originalmente, de pau a pique. O benefício da técnica é que, se bem empregada, garante maior sustentabilidade e durabilidade à construção.

Esse tipo de material esteve muito presente nas construções paulistas caracterizando a arquitetura da região, reflexo de uma adaptação decorrente, sobretudo, do isolamento causado pela dificuldade de transposição da Serra do Mar. Os jesuítas e portugueses não conseguiam e nem tinham condições de levar materiais construtivos disponíveis no litoral pelas trilhas e caminhos que foram abertos. Fixados no Planalto de Piratininga, sem meios para levantar construções mais bem elaboradas, partiram então para a técnica de taipa de pilão, conhecida por eles, mais simples, mais econômica e com material encontrado na região.

Na capital paulista existem exemplares de casas bandeiristas que resistiram ao tempo e chegaram até o século XXI, como a Casa do Bandeirante/Casa do Butantã, a Casa do Sítio do Tatuapé, Casa do Sítio da Ressaca, Casa do Itaim, Casa do Capão/Casa do Regente Feijó, Casa do Caxingui/Casa do Sertanista e

Casa do Sítio Morrinhos. Dentre outros exemplares de casa bandeirista ainda existentes no estado de São Paulo, podemos citar as que estão localizadas nas cidades de São Roque (Casa do Sítio de Santo Antônio), Cotia (Casa do Padre Inácio e Casa do Sítio Mandu), Santana do Parnaíba (Casa da Parnaíba/Casa do Anhangüera), Sorocaba (Casa do Quinzinho), Itu (Casa do Pau d'Alho, Casa da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, Casa da Fazenda Capoava, Casa da Fazenda Vassoural, Casa da Fazenda Concórdia, Casa da Fazenda Pirahy, Casa da Fazenda Monte Belo, Casa da Fazenda Jurumirim, Casa da Chácara do Rosário) e Mauá (Casa de Mauá).

A história do reconhecimento das casas bandeiristas em território paulista tem início em 1915, quando o prefeito de São Paulo Washington Luís Pereira de Sousa (1869-1957) e o arquiteto francês Victor Dubugras (1868-1933) visitaram o Sítio do Padre Inácio. No período de 1902 a 1903, o prefeito já havia pesquisado sobre o movimento bandeirista no Arquivo Público de São Paulo e no Arquivo da Câmara de Vereadores da Cidade de São Paulo. Depois, quando foi prefeito e governador do estado, mandou publicar dezenas de documentos de suas pesquisas e de outros historiadores, inclusive os documentos quinhentistas da câmara municipal da capital paulista. Tais publicações serviram de base para trabalhos fundamentais elaborados nos anos posteriores. Em 1956, o ex-presidente lança o livro de sua autoria *Na Capitania de São Vicente*.

Esses estudos e pesquisas do início do século XX conduzem todo um processo político, administrativo e cultural em relação à recuperação da memória bandeirista, que foi reforçada durante a Semana de Arte Moderna de 1922 e na década de 30 com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A partir daí tem início, então, o processo de tombamento e de restauro de monumentos, obras e documentos localizados no estado de São Paulo e de tantos outros espalhados pelo Brasil.

Um dos mais importantes idealizadores e colaboradores desse processo do tombamento e restauro das casas bandeiristas foi o poeta e escritor Mario Raul Morais de Andrade (1893-1945). Em 1944, Mario de Andrade gostou da casa do Sítio de Santo Antonio, localizado no município de São Roque/SP. Realizou tratativas com o proprietário, comprou e deixou testamento doando a propriedade ao patrimônio cultural brasileiro, destinando o monumento ao uso comunitário. Pouco depois, o arquiteto Eduardo Kneese de Melo (1906-1994) realizou o mesmo gesto de grandeza com o Sítio do Mandu, localizado no município de Cotia/SP.

Vários estudos e pesquisas são realizados por professores, historiadores e estudiosos, principalmente por Mario de Andrade, assessorado pelo arquiteto Luís Saia (1911-1975), que desenvolveu não apenas o conhecimento de campo sobre essa arquitetura paulista, mas também formulou o primeiro conhecimento teórico sobre elas, propondo um tipo ideal de casa bandeirista, associada a uma função de ocupação e exploração de um determinado território. O trabalho desenvolvido por todos, inclusive pelo arquiteto e urbanista Júlio Roberto Katinski, autor da obra *Casas Bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*, no decênio de 1950, identifica outras casas que passam a ser restauradas. Como resultado de um grande esforço conjunto entre a iniciativa pública e privada, edifícios históricos arruinados foram transformados em monumentos abertos à visitação pública.

Num terceiro momento, os estudos e pesquisas sobre as casas bandeiristas vão receber uma grande contribuição do engenheiro José Elias Matos Pacheco, que era proprietário da casa bandeirista localizada na Chácara do Rosário, no município de Itu/SP, que os ajuda na catalogação de várias outras construções na região identificadas como de arquitetura bandeirista.

No início dos anos 50, como parte das comemorações do 4º Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, o governo paulista restaura a Casa do Butantã, rebatizando-a como Casa do Bandeirante. Logo após sua inauguração, a Casa do Bandeirante foi visitada pelo ex-prefeito de São Paulo e ex-presidente Washington Luís, acompanhado pelo professor e historiador Affonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958). Em seguida, foram visitar a Casa do Sítio do Padre Inácio, que também já havia sido restaurada, e a Casa de Santo Antônio. Essas visitas, registradas em imagens e divulgadas pelos meios de comunicação da época, reforçam a política implementada para recuperação da memória nacional e motivam outras restaurações, implementadas nos anos seguintes.

Graças à ação conjunta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condhephaat) e das secretarias de cultura dos municípios de São Paulo, Santana de Parnaíba, São Roque, Cotia, Mauá, Itu e Sorocaba, essas casas são hoje monumentos históricos preservados e abertos à visitação pública. Nesse aspecto, é necessário também reconhecer o trabalho empreendido pela iniciativa privada e por alguns proprietários de imóveis históricos e, sobretudo, rememorar os pioneiros que pesquisaram, estudaram e restauraram as casas bandeiristas.

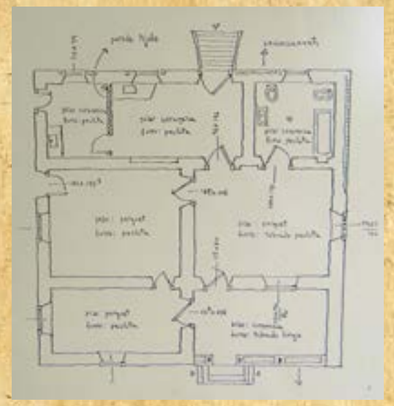
Casa do Sítio da Ressaca

Município de São Paulo/SP









A Casa do Sítio da Ressaca é uma construção em estilo bandeirista, remanescente do período colonial brasileiro, localizada no bairro do Jabaquara, na cidade de São Paulo. Era sede de um sítio localizado nas proximidades do antigo caminho para Santo Amaro, que era banhado pelo córrego do Barreiro, também chamado Fagundes e Ressaca. Situada à meia encosta de uma colina, a casa data, provavelmente, de 1719, ano inscrito na verga de sua porta principal. Algumas de suas telhas são ainda originais e trazem inscrições do século XVIII, como a data de fabricação e o nome do oleiro. As portas e batentes, em canela preta, também são originais.

De acordo com a página do Museu da Cidade de São Paulo, a Casa do Sítio da Ressaca possui algumas peculiaridades em relação aos demais exemplares de casas bandeiristas existentes na cidade paulista. Uma é a simetria de sua planta, com um único alpendre não centralizado na fachada principal. O telhado é de duas águas, e suas janelas e portas apresentam vergas laterais feitas de canela preta, uma madeira forte e resistente muita utilizada na época. Ao contrário de outras casas bandeiristas, a do Sítio da Ressaca não tem uma capela em um cômodo separado, apenas um nicho para a colocação da imagem de um santo de devoção. O alpendre é colado à parede de arrimo.

O Sargento-mor da comarca de São Paulo, Manoel Lopes de Medeiros (c.1642-?), aparece nas pesquisas como primeiro proprietário do Sítio da Ressaca, à época chamado de Sítio Piranga. O nome "Ressaca" aparece pela primeira vez em 1780, registrado por Teresa Paula de Jesus Fernandes, proprietária do imóvel, que pedia a medição e demarcação do Sítio da Ressaca. Seu último proprietário foi Antonio Cantarella, que adquiriu as terras em 1908 e promoveu a urbanização de uma parte do bairro do Jabaquara, ao transformar o sítio em chácara. A família manteve a casa em uso até 1970, quando cerca de um terço da chácara foi desapropriado pelo governo para a instalação do pátio de manobras da linha norte-sul do Metrô. Na mesma época, o restante da propriedade foi loteado. A casa-sede permaneceu intacta e foi desapropriada em 1978 pela prefeitura, dando origem a um centro cultural e a uma praça.

O projeto de restauração da casa foi gerenciado pela Empresa Municipal de Urbanização e ocorreu no final do decênio de 1970, quando se realizou pesquisa arqueológica no imóvel. Em 1972 foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e em seguida pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), sendo reinaugurada em 1979. Em 1986 o edifício sofreu um incêndio, que lhe rendeu novas obras de restauro entre 1987 e 2002. Após isso, passou a integrar o Centro Cultural do Jabaquara, abrigando eventos, exposições e também a Biblioteca Municipal Paulo Duarte.

Imóvel integrante do Museu da Cidade de São Paulo, a casa-sede do antigo Sítio da Ressaca está localizada à rua Nadra Raffoul Mokodsi, 3, Jabaquara, São Paulo. http://www.museudacidade.sp.gov.br/ e http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa do Tatuapé

Município de São Paulo/SP



A Casa do Sítio do Tatuapé é uma construção característica do ciclo bandeirista – século XVII, localizada no bairro do Tatuapé, em São Paulo. Está situada a pouca distância das margens do rio Tietê e do córrego do Tatuapé, testemunhando a função que as casas bandeiristas tinham como posições de defesa e vigilância sobre os caminhos coloniais, originalmente coincidindo com os traçados dos cursos d'água. O exíguo terreno onde restou localizada não permite perceber sua importância estratégica em relação aos caminhos e rios, pois com o tempo foi totalmente envolvida pela malha urbana.









É a casa bandeirista mais antiga da cidade e uma das poucas de seu período que ainda restam conservadas. Construída entre 1668 e 1698, em taipa de pilão, com seis cômodos, dois sótãos e telhado de duas águas, conserva em suas madeiras a tradição dos delicados entalhes em forma de losango.

No inventário de 1698 consta o registro que comprova a construção do imóvel em um terreno que pertencera ao padre Matheus Nunes de Siqueira, sertanista, filho e neto de povoadores. Vigário de São Paulo, ocupava elevado cargo eclesiástico em toda a faixa de terras ao sul do Rio de Janeiro e destacou-se também como missionário, penetrando pelo sertão paulista com o objetivo de catequização das tribos indígenas. Por volta de 1682 já havia falecido, mas em seu testamento nomeara Mathias Rodrigues da Silva como administrador de todos os seus bens, ficando a este o crédito de ter sido o construtor da casa.

A descrição desse imóvel apareceu pela primeira vez em 1698, no inventário de Catharina d'Orta, esposa do administrador Mathias Rodrigues da Silva. Em 1710 passa a ser residência de Thomé Rodrigues da Silva, filho do proprietário anterior, período em que o Sítio do Tatuapé recebeu benfeitorias, como a construção de uma capela nas proximidades da casa. A casa funcionou como moradia por mais de 150 anos, abrigando inclusive viajantes e tropeiros que percorriam o país. Em meados do século XIX serviu como uma olaria, produzindo exclusivamente telhas, depois tijolos, coincidindo com a entrada de italianos na região.

Seu último proprietário foi Elias Quartim de Albuquerque, que residiu no local de 1877 até 1943, ano em que faleceu sem deixar descendentes ou testamento. Seus bens foram partilhados entre suas irmãs Faustina e Benedita e entre seus sobrinhos. Por escritura lavrada em abril de 1945, o imóvel foi vendido pelo espólio de Elias Quartim e adquirido pela Tecelagem Textilia S.A. Em 1950, visando ao loteamento da área, essa empresa propôs a doação da casa aí localizada à prefeitura, fato que não chegou a ser concretizado. Com o loteamento da propriedade, a casa restou implantada em um terreno reduzido, cercado por outras construções muito próximas.

Com a denominação histórica de "Casa Grande do Tatuapé", foi o imóvel tombado em 1951 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e, em 1973, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Finalmente, pelo Decreto nº 14.817, de 16 de dezembro de 1977, a casa foi declarada de utilidade pública pela Prefeitura do Município de São Paulo.

De acordo com a página do Museu da Cidade de São Paulo, entre 1979 e 1980 foram executados trabalhos detalhados de pesquisas arqueológicas no imóvel, quando, então, foram encontrados objetos de grande relevância histórica. Depois, em um segundo momento, o imóvel passou por obras de restauro, preservando características da época. O projeto esteve sob a responsabilidade do Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura, por meio de um projeto realizado em conjunto com o Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

O trabalho realizado no local teve o cuidado de reconstituir algumas paredes que estavam por desabar, assim como o madeiramento e o telhado. Também foram restauradas as janelas com balaústres e as portas almofadadas. Com o intuito de evidenciar características da época de sua construção, conservou-se nos cômodos o piso em "terra batida". Em 1981 a Casa do Tatuapé foi aberta à visitação pública. Em 1991, o imóvel passou por novas obras de preservação e conservação e, no ano seguinte, a Casa do Tatuapé foi reaberta à população, abrigando atividades socioculturais.

O imóvel é parte integrante do Museu da Cidade de São Paulo e está localizado na rua Guabijú, 49, Bairro do Tatuapé, em São Paulo/SP. http://www.museudacidade.sp.gov.br/ e http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa do Bandeirante/Casa do Butantã

Município de São Paulo/SP



BANDEIRANTES EM SÃO PAULO











A Casa do Bandeirante, ou Casa do Butantã, é uma construção em estilo bandeirista remanescente do período colonial localizada no bairro do Butantã, em São Paulo. Representa um dos modelos típicos de habitações rurais paulistas entre os séculos XVII e XVIII localizadas predominantemente junto às bacias dos rios Tietê e seu afluente, o rio Pinheiro. A casa, construída em taipa de pilão, é um raro exemplar de edificação que acompanha as mudanças da cidade de São Paulo desde o início de sua fundação, evidenciando em seu projeto arquitetônico e em suas paredes a memória dos processos construtivos da arquitetura colonial paulista.

Na geometria de suas formas, observa-se uma arquitetura funcional e despojada, com poucos adornos, além dos entalhes das madeiras. A planta é quadrada e orientada por pontos cardeais. Com localização privilegiada, sua frente dominava uma grande extensão por onde corria originalmente o rio Pinheiros, via de transporte e comunicação com a vila de Santo Amaro e com o centro da vila de São Paulo.

A história do Butantã, região onde a casa se encontra, remonta ao ano de 1566, quando foi concedida uma sesmaria ao capitão-mor e sertanista Jorge Moreira (c.1525-?) e ao seu sogro, o sertanista Garcia Rodrigues (1510-?), na paragem conhecida como Uvatantan (terra dura em tupi guarani). Pertenceu a vários proprietários e, em 1875, foi adquirida por Eugênio Vieira de Medeiros. A Companhia City de Terrenos e Melhoramentos de São Paulo comprou o imóvel em 1912, mas percebendo o valor histórico da construção, então conhecida por "Casa Velha do Butantã", fez doação à prefeitura do município de São Paulo, em 1944, assim como toda a quadra que a ela pertencia. Após essa doação, o imóvel permaneceu sem definição de uso até o início dos anos de 1950.

De acordo com a página do Museu da Cidade, em 1953 a Comissão do IV Centenário de São Paulo tornou-se responsável pela casa, promovendo sua restauração e nela instalando, a partir de 30 de outubro de 1955, um museu com acervo da época dos bandeirantes. Esse acervo era composto de móveis, utensílios, peças e objetos históricos localizados no interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais e também do Vale do Paraíba.

A Casa do Bandeirante foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1982 e está incluída, em caráter permanente, no roteiro turístico-histórico da cidade de São Paulo, sendo parte integrante do Museu da Cidade de São Paulo. O sítio no qual está implantada constitui a Praça Monteiro Lobato, localizada no bairro do Butantã, em São Paulo/SP. http://www.museudacidade.sp.gov.br/ e http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa do Caxingui/Casa do Sertanista

Município de São Paulo/SP



A Casa do Caxingui, também conhecida como Casa do Sertanista, está situada em um ponto estratégico entre o córrego Pirajuçara e o caminho que levava aos campos de Curitiba. Sua data de construção é desconhecida, entretanto foram encontradas marcações nas telhas com o ano de 1843, e suas estruturas arquitetônicas remontam às construções do século XVII. Sua arquitetura, o telhado e paredes em taipa de pilão são características das casas bandeiristas. Com planta aproximadamente quadrada, a casa tem paredes extensas. Seu esquema construtivo é bastante fechado, com poucas aberturas. A existência de uma única janela em cada fachada – frente e fundos – enfatiza o caráter militar do edifício, que, além de moradia, servia de defesa contra eventuais ataques indígenas. O resultado são extensas paredes brancas com as janelas de vergas retas acentuando os planos cerrados da casa.

À semelhança das casas do Sítio do Mandu e do Sítio do Padre Inácio, chama atenção a elegante curvatura do telhado distribuído em quatro águas. São notáveis também os dois alpendres: um na fachada principal e outro nos fundos, tal como ocorre nas casas do Butantã e do Mandu. A posição da casa sugere um caminho de cima (hoje coincidindo com a Avenida Francisco Morato e o trecho inicial da Rodovia Regis Bittencourt), utilizado na estação das águas, quando as enchentes tornavam impraticável o caminho de baixo, que corria junto ao curso do córrego. Dentro dessa perspectiva, fica reforçada a possibilidade de se tratar de uma instalação com fins não apenas residenciais, mas também militares, no sentido de guardar o caminho integrando um conjunto de casas com essa mesma função.

Os primeiros proprietários da casa são desconhecidos, mas, segundo pesquisas realizadas sobre sua origem, são de que ela pertenceu ao padre Belchior de Pontes, que teria sido o seu primeiro morador. Depois de vários proprietários, acabou nas mãos da família Penteado, que mais tarde, em 1937, acabou por vendê-la à Companhia City de Melhoramentos. Esta, por sua vez, doou o imóvel em 1958 ao município de São Paulo, que passou a recuperá-lo a partir de 1966. Em 1970, concluídas as obras de restauração, foi instalado o Museu do Sertanista, com acervo dedicado à cultura indígena. A casa abrigou diversos museus durante os anos seguintes.

BANDEIRANTES EM SÃO PAULO

O tombamento do imóvel se deu em 28 de dezembro de 1983 pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), dada a sua importância arquitetônica, cultural, histórica e de interesse público. Em 5 de abril de 1991, foi tombado também pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp).

O Museu da Cidade de São Paulo informa em sua página que até 1987 realizaram-se várias exposições e mostras com acervo indígena depositado no local. Nesse ano a casa foi fechada por necessidade de obras de conservação, interrompendo-se, assim, as atividades museológicas até então desenvolvidas. Em 1989, por meio de um decreto de permissão de uso, a casa passou a abrigar o Núcleo de Cultura Indígena da União das Nações Indígenas, instalando-se então, a Embaixada dos Povos da Floresta. Com a saída do Núcleo de Cultura Indígena em 1993, a casa passou por novas obras de conservação e restauro, sendo ocupada pelo Museu do Folclore "Rossini Tavares de Lima" de 2000 até 2007. Integra o patrimônio histórico do Museu da Cidade de São Paulo e está localizado na Praça Dr. Enio Barbato, s/nº – Caxingui – São Paulo/SP. http://www.museudacidade.sp.gov.br/ e http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa do Sítio Morrinhos

Município de São Paulo/SP



O Sítio Morrinhos abriga um conjunto arquitetônico composto pela casa-sede, construída no início do século XVIII – na verga da porta de entrada está inscrita a data de 1702 –, por diversas construções anexas datadas da segunda metade do século XIX e outras do início do século XX. Todo o conjunto está implantado no centro de uma extensa área verde formada por árvores frutíferas e ornamentais.



A Casa do Sítio Morrinhos está implantada no início das encostas da Serra da Cantareira, dominando o vale do rio Tietê e possibilitando ampla visão do Planalto de Piratininga e do centro da cidade de São Paulo. O Planalto de Piratininga, região onde está situada a cidade de São Paulo, é marcado pela presença de grandes rios que formam a bacia do Tietê. Nascendo em pequenas grutas protegidas pela vegetação da mata atlântica, essas águas dirigem-se para o interior do sertão paulista. O rio Tietê, antigamente chamado de Anhembi, era a principal via de acesso ao planalto.

A casa foi originalmente uma residência rural, servindo como sede do sítio e posto de vigilância e proteção aos caminhos que transpunham a Serra da Cantareira e seguiam para a vila de São Paulo. A casa-sede, a porção mais antiga do conjunto, apresenta tipologia construtiva com as características da chamada arquitetura bandeirista, sendo construída com a técnica de taipa de pilão. Apresenta no pavimento térreo cinco cômodos e um alpendre; no pavimento superior, a camarinha construída pelos beneditinos no início do século XX. As construções anexas, antigamente utilizadas como senzala, abrigo para animais e oficinas, são de alvenaria de tijolos do século XIX.

O sítio era de propriedade da família Baruel, mas, em 1902, toda a área foi levada a leilão e arrematada pela Associação Pedagógica Paulista, representante do Mosteiro de São Bento. As reformas posteriores adaptaram a construção inicial para o uso dos monges beneditinos, que no início do século XX passaram a utilizar o sítio como local de repouso e meditação. Em 1952 o Mosteiro de São Bento faz um acordo com a firma Camargo Correa S.A. para a realização do loteamento da região, que deu origem ao atual bairro Jardim São Bento. A partir desse acordo, Sebastião Ferraz de Camargo passou a ser o proprietário do lote onde se encontrava esse conjunto e, em 1952, doou o imóvel para a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Casa do Sítio Morrinhos não estava aberta à visitação pública devido ao seu precário estado de conservação. Em 1984 foram executadas obras de consolidação e reforço estrutural. Em 2000 teve início a restauração e conservação de todo o conjunto. Seu projeto arquitetônico foi elaborado a partir de pesquisas históricas e prospecções arqueológicas, envolvendo a execução de serviços de preservação de elementos antigos e princípios arquitetônicos com características contemporâneas como pisos, jiraus e todo o sistema de iluminação museológica.

A Casa do Sítio Morrinhos abriga o Centro de Arqueologia de São Paulo e está localizada na Rua Santo Anselmo, no Bairro de Jardim São Bento/SP. http://www.museudacidade.sp.gov.br/ e http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa do Itaim
Município de São Paulo/SP







A Casa do Itaim, chamada assim por pertencer ao acervo bandeirante de São Paulo, tem nove cômodos que incluem sala, quartos, despensa e até uma pequena capela. Está localizada no bairro de mesmo nome em São Paulo. É também uma construção representante da casa bandeirista típica do período colonial brasileiro. Era habitada e visitada por fazendeiros, pequenos comerciantes, viajantes e religiosos da época. Apesar de o local sofrer muitas intervenções ao longo do tempo, consta que a Casa da Chácara do Itaim foi construída em taipa de pilão e possuía 15 cômodos, beirais do telhado em madeira trabalhada, cocheiras, cobertura para charrete ou trole, depósito, alcovas, capela e quartos de hóspedes, além do viveiro, moinho de água e pomar. O casarão, conhecido como a sede da Chácara Itay, depois Chácara Itahym, do Bairro Itahim, e finalmente do Bairro do Itaim Bibi, foi erguido nos séculos XVII e XVIII.

Segundo a Secretaria da Cultura da cidade, em 1896, após sucessivos proprietários, a área foi adquirida pelo general José Vieira Couto de Magalhães, presidente da província de São Paulo, que comprou mais terras à sua volta. No início da década de 1910, seu sobrinho, Leopoldo Couto de Magalhães, apelidado de "Bibi", iniciou o loteamento da área. O nome do bairro Itaim Bibi é uma referência a ele. Quando da sua ocupação pela família do general, erguia-se um imponente portal, com portão e brasão de ferro, identificando a família Couto de Magalhães. Ali funcionou um sanatório e também o Instituto Aché, que, por sua vez, reformou totalmente o imóvel. No final da década de 1980, o terreno foi adquirido por uma grande empresa de incorporação imobiliária.

Sob um vão de 30 metros de altura por 45 metros de largura, a Casa Bandeirista do Itaim Bibi é parte integrante da paisagem de um prédio comercial espelhado. O vão existente no prédio deixa os fundos da Casa Bandeirista à mostra para os que passam na movimentada Avenida Faria Lima. Está pintada de branco e tem portas e janelas em madeira cumaru, de alta resistência. As fechaduras e chaves foram feitas em ferro exatamente como na época de sua construção. A parede de taipa foi totalmente restaurada e pintada na cor original.



A Casa Bandeirista do Itaim Bibi foi tombada em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). Encontra-se sob a responsabilidade da Divisão do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo. A parte interna da casa não está aberta à visitação pública, mas a parte externa pode ser vista e apreciada por quem passa pelo local. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa do Capão/Casa do Regente Feijó
Município de São Paulo/SP





A Casa do Capão, ou Casa do Regente Feijó, na zona leste, é uma relíquia da história de São Paulo. Construída em taipa de pilão, é uma obra muito importante, remanescente da arquitetura conhecida como bandeirista. Documentos cartoriais levantados por pesquisadores paulistas revelaram que a área pertenceu, por volta de 1560, a Francisco Velho, um desbravador da época do sertanista Braz Cubas. Naquela época, toda a região era conhecida como Capão Grande. Documentos do final do século XVII apontam o filho de Francisco Velho como proprietário. Depois disso, o local começou a ser dividido, e são realizadas várias transmissões de posse ao longo dos séculos em sucessivas ações de compra e venda, transmissão por herança e desmembramentos, datando o primeiro registro de 1698.

Contudo, o imóvel ficou associado à figura do padre Diogo Antonio Feijó (1784-1843), deputado da Assembleia Geral da Província de São Paulo, Ministro da Justiça e Regente do Império, que comprou a propriedade de 75 alqueires e ali viveu durante quatorze anos a partir de 1827. A casa, situada em

local aprazível, em meio a árvores seculares, transformou-se em recolhimento e refúgio em decorrência dos reveses políticos sofridos por Feijó, que mudou o nome do antigo Sítio Capão para Chácara Paraíso.

No decorrer do tempo, a planta original da casa bandeirista foi alterada algumas vezes e perdeu diversas características, sendo que no século XIX ela foi acrescida de mais um andar, transformando-a em um sobrado do tipo chalé, e o alpendre frontal foi fechado. Em todo o prédio estão impressas diversas técnicas construtivas, resultado de obras e reparos feitos ao longo do tempo. Um trabalho de restauro feito no ano de 2006 deixou expostos pedaços da construção original, como paredes de taipa de pilão, estrutura de barro, camadas de tinta e pinturas decorativas. São marcas do passado que estão sendo preservadas.

Em 1911 as terras remanescentes, agora conhecidas como Mata Paula Souza, onde hoje é o Shopping Anália Franco e a Universidade Unicsul, são adquiridas pela Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), que tinha como sua presidente Dona Anália Franco, e é instala no local a Colônia Regeneradora Dom Romualdo Seixas. A partir de então passou a funcionar como uma instituição dedicada aos menores abandonados e mães desamparadas. Para isso, a educadora Anália Franco, sua fundadora, reformou a edificação existente, executando diversas intervenções na casa e nos anexos, com acréscimos em alvenaria de tijolos. As atividades da instituição continuaram até o começo da década de 1930. O imóvel passou por restauração e foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) nas décadas de 1980 e 1990. A casa está localizada na Avenida Regente Feijó, 1295, Vila Formosa, São Paulo/SP. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa do Sítio Santo Antônio
Município de São Roque/SP



A Casa do sítio Santo Antônio foi construída aproximadamente em 1640 pelo bandeirante Fernão Paes de Barros em terras que recebeu de seu pai, Fernão Vaz de Barros. Posteriormente foi construída a capela a 30 metros da casa, originalmente oratório, de acordo com licença solicitada em 1681. Segundo o Barão de Piratininga, Antonio Joaquim Rosa, que foi seu proprietário no século XIX, quem celebrava as missas era o padre Belchior de Pontes.



As duas edificações (casa e capela) foram construídas em taipa de pilão sobre embasamento de pedra. O conjunto arquitetônico está inserido em uma paisagem de extenso gramado, lagos e grande porção de mata nativa, que cobre a margem oposta, em perfeita integração com a natureza. O local já foi tema de diversas matérias das mídia sociais, além de cenário para produção de filmes e documentários – um sítio onde podemos ter a dimensão da empresa bandeirante.

Situada a meia encosta, a casa, marco zero de uma tradição construtiva, se destaca na paisagem por sua ampla dimensão e equilíbrio de proporção e pela localização da capela. É um dos mais perfeitos exemplos do partido arquitetônico, típico das casas bandeiristas. Um grande alpendre senhorial é sustentado por colunas de madeira. A cobertura da casa é um telhado de quatro águas com uma longa cumeeira. As janelas são protegidas por balaústres de madeira. Seu interior é amplo e silencioso, iluminado por uma luz discreta e mansa, denotando a separação entre a vida familiar e as atividades econômicas.

A capela é constituída de nave, torre e alpendre, com um belo trabalho em madeira treliçada. Em seu interior sobressaem o púlpito, retábulos em madeira esculpida em baixos relevos e as pinturas dos tetos da nave e capela-mor. A torre foi construída com pedra e recoberta com barro. As áreas vizinhas eram ocupadas por engenhos, armazéns e residências para os empregados da fazenda.

Em 1937, o escritor e poeta Mário de Andrade, que na época trabalhava no antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), se encantou com o Sítio Santo Antônio e com a casa ali localizada e não mediu esforços para adquirir a propriedade, o que aconteceu em 1944. Depois da aquisição, foi realizada a primeira restauração do conjunto arquitetônico. Por vontade testamentária, após o falecimento do escritor, que ocorreu em 1945, o Sítio Santo Antônio foi repassado para o Brasil e sua gente, sob a guarda e proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em 1975 foi tombado também pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat).

O sítio, importante ponto turístico do município de São Roque e patrimônio histórico do Brasil, localizado na Estrada Mário de Andrade, Km 8, está aberto à visitação pública. Durante a semana recebe visitas de alunos da rede pública municipal e estadual. O atendimento aos visitantes é realizado pelos integrantes do Centro de Convivência do Idoso da Prefeitura da Estância Turística de São Roque (CCI).

http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa de Mauá
Município de Mauá/SP





A Casa de Mauá ocupa local privilegiado nas cercanias da nascente do rio Tamanduateí e situa-se perto da sua margem esquerda. Sua localização permitia o domínio sobre um dos principais caminhos de acesso ao Planalto de Piratininga, vencidos os escarpados da Serra do Mar.

Construída no final do século XVIII, em taipa de pilão, tem alpendre, sótão e telhado de duas águas. No passado foi sede da Fazenda Bocaina, uma grande propriedade cujas terras hoje fazem parte dos municípios de Santo André, Ribeirão Pires e Mauá. Dividida em propriedades menores, em 1862, as terras onde está localizada a casa foram adquiridas pelo Barão de Mauá em função da construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí pela São Paulo Railway Company, da qual era um dos acionistas e empreendedores.

Em 1922 parte da fazenda, incluída a casa, foi comprada por uma imobiliária que iniciou o processo de loteamento da região circunvizinha, e o imóvel passou a ser utilizado como local de eventos sociais até 1930, quando foi vendido a uma família que a utilizava como residência. Em 1975 a prefeitura desapropriou o imóvel para criar o Museu do Barão de Mauá, inaugurado em 1982, em homenagem a Irineu Evangelista de Sousa, pioneiro da industrialização no Brasil. No ano seguinte, em 27 de Dezembro de 1983, o imóvel foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Identificada pelo arquiteto Carlos Lemos, a casa foi restaurada sob sua orientação em 2000, o que indica que o processo de reconhecimento das casas bandeiristas ainda não se esgotou.

http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa do Sítio do Padre Inácio
Município de Cotia/SP





A Casa do Sítio do Padre Inácio foi construída em fins do século XVII. Teve como primeiros proprietários o sargento-mor e juiz de órfãos Roque Soares Medella e Luzia Leme, tia do padre Inácio Francisco Amaral (1753 - ?). Ana de Barros Leme era a proprietária quando seu primo Inácio foi morar no sítio após ficar viúvo. Depois de alguns anos decidiu seguir pelo caminho do sacerdócio, tornando-se padre aos 57 anos de idade. Inácio morreu aos 95 anos, e a propriedade continuou em posse da família por mais 45 anos. Depois foi vendida para uma família de imigrantes alemães, mas a figura do Padre Inácio continuou associada à casa e assim permaneceu. Além de reforçar a cultura local, o imóvel dissemina a importância da história dos bandeirantes para o país.

Entre as casas bandeiristas é um perfeito exemplo do partido característico da arquitetura colonial paulista, com volume equilibrado e harmonioso, resultando em rara beleza. Construída em taipa de pilão, apresenta uma planta quadrada, em que a sala principal se situa no centro, tendo em suas laterais a distribuição de cômodos. Possui um alpendre reentrante em sua fachada principal, um sótão, cobertura em quatro águas e longos beirais. O seu amplo telhado, com elegantes curvaturas, termina apoiado em longos beirais assentados sobre cachorros de madeira entalhada. O encontro das quatro águas está encimado por um ornamento de barro cozido com quatro pontas em curva. Em suas paredes brancas, as sombras produzidas pelo telhado assemelham-se a um relógio de sol marcando a hora do dia.

A casa possui um andar superior com uma ampla plataforma que domina os dois lados e o fundo da casa. Nesse grande sótão, as janelas estão no nível do chão, acentuando o caráter de fortificação do edifício. Servia também como depósito de gêneros alimentícios, armas, ferramentas e outros utensílios. As colunas do alpendre e as almofadas das portas e janelas exibem entalhes geométricos e um alto-relevo característico da arquitetura bandeirista. Na capela, um óculo faz a ligação entre o interior e o exterior.

Graças ao extraordinário esmero de construção e aos cuidados com a técnica de execução, subsistiu ao tempo. Hoje está restaurada. Foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 8 de outubro de 1951 e pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) em 23 de setembro de 1974. Está localizada em meio a uma vasta e protegida área verde, próximo à reserva do Morro Grande. Para realizar visitas não é necessário agendamento prévio, basta ir ao local (Estrada Padre Inácio, Morro Grande). Está aberta todos os dias da semana, das 8h às 17h (Secretaria Municipal de Turismo de Cotia/SP).

http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa do Sítio do Mandu
Município de Cotia/SP



A Casa do Sítio do Mandu ocupa, em relação ao rio Cotia, posição simétrica à Casa do Sítio do Padre Inácio, ou seja, as casas estão em margens opostas do rio. Entre elas, seguindo o percurso de um antigo caminho indígena, passava o caminho pelo qual Raposo Tavares adentrou os sertões, hoje rodovia que leva seu nome. Encontra-se próximo ao ponto da antiga fundação do município, no Caiapiá, e provavelmente serviu como descanso para os tropeiros e bandeirantes, que usavam o local como parada estratégica para recompor suas energias e retomar a viagem. Eles passavam pela região em direção ao sul do país e interior acessando antigas trilhas indígenas. A palavra "mandu" deriva do tupi, Mandu'aha, e significa "carga ambulante".



O terreno é composto por uma casa de estilo colonial construída em taipa de pilão provavelmente na segunda metade do século XVII, tem um amplo telhado de quatro águas, característico das casas bandeiristas, realçando a geometria de suas formas arquitetônicas. Possui quatro quartos e dois alpendres – um na frente, fazendo parte da área social, e outro atrás, para as tarefas domésticas. Nesses alpendres destaca-se a delicada lavra da madeira das colunas. Possui uma capela, onde forro e altar eram decorados, mas que se deteriorou com o tempo. A sua cobertura, em quatro águas marcadas por curvas elegantes terminando em longos beirais, recolhe as águas da chuva, jogando-as para longe das paredes da casa. É de notar que também os tetos das casas do Padre Inácio e do Caxingui têm essas elegantes curvaturas (galbos) no encontro de suas águas.

Em 1946 a casa foi localizada pelo arquiteto Eduardo Kneese de Mello, cuja família adquiriu a propriedade. Comunicada a descoberta ao arquiteto Luís Saia, o escritor Mário de Andrade, o arquiteto João Batista Vilanova Artigas e o padre Romeu Dale foram atestar a autenticidade da construção. Em 1964 a casa e parte do terreno foram doados pelo arquiteto e sua esposa Wilma Quintanilha ao governo federal, passando então à responsabilidade do Iphan, que orientou seu restauro.

Em uma mensagem ao arquiteto Júlio Roberto Katinsky, o arquiteto Eduardo Kneese de Melo relata um pouco da história da casa e diz que seu "pai, Horácio de Melo, comprou o Sítio do Mandu, que era vizinho à sua chácara, em 5 de Dezembro de 1946, do senhor Kenshima Komatsu, que o comprou de Roberto Galhego em 4 de Dezembro de 1926. Quanto tomei conhecimento da existência de um casarão de taipa do tipo das casas 'bandeiristas' do Butantã e do Caxingui, que eu já conhecia, fotografei-o e fui mostrá-lo ao Saia. Dias depois fomos visitá-la, eu, Saia, Mário de Andrade, Artigas e o padre Romeu Dale. Creio que é tudo que você quer, meu caro Katinsky. Um abraço do Eduardo Kneese de Melo. 2 de Setembro de 1972".

A Casa do Sítio do Mandu foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 12 de Janeiro de 1961 e pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) em 24 de Julho de 1974. No ano de 1962 foi empreendida a restauração da casa a partir do reforço estrutural das paredes e da troca de peças de madeira das esquadrias e da cobertura. Foram realizadas outras intervenções nos anos 80 e 90, e a conclusão definitiva do restauro foi iniciada em 2002. O sítio foi entregue pelo Iphan à prefeitura do município de Cotia/SP no ano de 2006 e está aberto a visitas monitoradas pela Secretaria Municipal de Turismo da cidade.

http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa do Quinzinho
Município de Sorocaba/SP





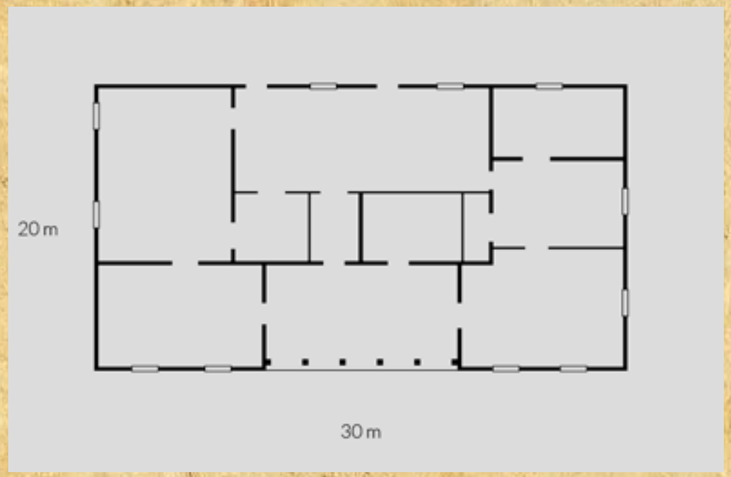
A Casa do Quinzinho foi construída em 1780 pelos escravos de João de Almeida Pedroso, que recebeu as terras da Câmara em 1771. Seu neto João de Almeida Prado, pouco antes de 1842, vendeu as terras ao coronel Rafael Tobias de Aguiar, o futuro brigadeiro Tobias, que, por sua vez, doou para o senhor Francisco Xavier Paes de Barros, o capitão Chico, quando se tornaram cunhados. Passaram pelo casarão oito moradores. O último deles foi Joaquim Eugenio Monteiro de Barros, o Quinzinho de Barros, de cujos filhos a prefeitura conseguiu esse patrimônio, que atualmente dá nome ao Parque Zoológico Quinzinho de Barros, onde está localizada a casa bandeirista. Segundo a história, em 1842 a casa recebeu a visita da Marquesa de Santos, que vivia com o coronel Rafael Tobias de Aguiar e que, por causa da Revolução Liberal ocorrida naquele ano, ali se asilou, pois na casa de Tobias, na cidade, era grande o movimento dos revolucionários.

É um exemplar tardio das casas de tradição bandeirista, no qual as funções militares estão tão atenuadas que nem mais se percebem, sendo que suas características de casa de residência senhorial se destacam, inclusive pela presença de uma escada de pedra com acesso ao alpendre, quatro janelas na fachada, paredes estruturais de taipa de pilão, divisões internas de pau a pique e telhado de quatro águas.

A casa possui paredes externas em taipa de pilão e internas de taipa de mão. O telhado é de quatro águas com telhas de barro do tipo "capa e canal", e os forros são de madeira. O mais curioso nessa construção colonial é o armário que existe no quarto principal, que ainda dá acesso ao forro – no passado dava acesso ao porão, hoje aterrado. À planta retangular acrescentou-se um anexo aos fundos, aparentemente já na construção. Embora em seu aspecto geral a casa sustente o partido bandeirista, certas modificações na planta e um acento decorativo nas janelas indicam que, com a passagem do tempo, foi inevitável a evolução do modelo original.

A casa abriga hoje o Museu Histórico Sorocabano, situado no Parque Zoológico Municipal Quinzinho de Barros, Rua Theodoro Kaisel, 883 – Vila Hortência, no município de Sorocaba/SP.

http://cultura.sorocaba.sp.gov.br/mhs/contato/ e
http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.



Casa da Fazenda Capoava
Município de Itu/SP





A Casa da Fazenda Capoava está localizada nas proximidades da cidade de Itu, circundada por uma natureza exuberante e privilegiada. Situada a meia encosta, a casa domina um vale. De um lado a Mata Atlântica à beira dos lagos que ladeiam toda a fazenda; de outro, as rochas de granitos chamadas matacões, vestígios de uma longínqua era vulcânica, com mais de 600 milhões de anos. Por trilhas, chega-se a pontos elevados, de onde se avista o relevo, salpicado por formações rochosas características da região.

Capoava em tupi significa terra fértil ou rancho de sapé. Do período de engenho de açúcar a Fazenda Capoava guarda a sede, antiga residência dos proprietários, de arquitetura bandeirista. O casarão de meados de 1750 foi construído em taipa de pilão e tem uma capela anexa ao alpendre.

Em 1881 a Fazenda Capoava foi vendida e mudou sua denominação para Fazenda Japão, por ter abrigado imigrantes japoneses na primeira metade do século XX, e passou a ser uma propriedade cafeeira. Com a venda da fazenda para fazendeiros de gado da região, o cultivo de café foi então trocado por pastagens para gado de corte e leiteiro até o ano de 1979. De fazenda onde se produziam gêneros alimentícios destinados a Minas Gerais, a propriedade atravessou os ciclos do açúcar e do café, servindo depois como pasto até chegar, hoje, ao turismo rural.

Em 2000 uma parte da área da Fazenda Japão foi vendida e sua sede foi restaurada e transformada em hotel-fazenda, retomando assim o nome Capoava, que era sua denominação original desde o século XVIII. A capela conserva também suas funções originais. Essa antiga residência oferece a possibilidade de hospedagem em uma autêntica casa bandeirista cujo caráter original foi preservado, apesar das modificações introduzidas para adequá-la ao novo uso.

O hotel está localizado na Avenida Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, Acesso Km 89,9 - Pedregulho- Itu/SP. Está aberto aos visitantes, que podem conhecer também o Espaço Memória Capoava. Grupos e escolas podem visitar o local com guias mediante reservas. reservas@fazendacapoava.com.br e http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/..

Casa do Pau d'Alho
Município de Itu/SP



A Casa do Paul d'Alho é uma construção da primeira metade do século XVIII situada às margens do Tietê e da Estrada Imperial. Tem planta retangular com telhado de duas águas e um vasto alpendre, de onde se veem as águas rápidas do Tietê espumarem contra as pedras e uma larga curva do rio em um ponto ao longo do percurso em que as águas atravessam as profundas e íngremes gargantas entre os municípios de Cabreúva e Itu, no estado de São Paulo.

Envolta em densa vegetação, conserva a atmosfera de tempos passados, quando o caminho de terra que passa à sua frente se chamava Estrada Imperial. Principal ligação entre Itu e Araçariguama, essa estrada seguia a rota de uma trilha ancestral, percorrida pelos indígenas muito antes da chegada dos colonizadores.

Na década de 1940 a propriedade foi arrematada em leilão promovido pela Companhia Light, responsável pela energia elétrica em São Paulo, e com o tempo acabou abandonada e deteriorada. A restauração teve início em 1955, sob a orientação do arquiteto Luís Saia e com a colaboração do engenheiro José Elias Matos Pacheco. Até recentemente, a Casa do Pau d' Alho foi habitada pela família proprietária, mas foi vendida para uma empresa agropecuária. O acesso à casa bandeirista se dá pela Estrada do Pau d'Alho, Km 13,5, Apotribu, Itu/SP. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.





Casa da Chácara do Rosário
Município de Itu/SP





Salto de Itu SP | 1886 | Almeida Jr





Salto de Itu SP no Tietê | 1845 | Miguel Dutra

A Casa da Chácara do Rosário está situada sobre uma colina que domina o Córrego do Taboão e à margem esquerda do Tietê, a cerca de quatro quilômetros da cidade de Salto/SP. Construída em estilo bandeirista no século XVIII, em taipa de pilão, era de propriedade de descendentes do bandeirante Borba Gato e abriga mobiliário e documentação desde a época das bandeiras. Pertence à mesma família desde 1756, quando as terras foram adquiridas por Antônio Pacheco e Silva.

Partindo de um grande pátio calçado e cercado por muro baixo, alguns degraus em pedra bruta dão acesso ao amplo alpendre sustentado por dois magníficos pilares de madeira. Dali se adentra a sala principal, que impressiona pela altura de seu pé direito, a amplitude de seus espaços e a estrutura da cobertura em duas águas. O silêncio e a relativa solidão da casa situada no caminho velho entre as cidades de Itu e Salto, no estado de São Paulo, relembram e preservam seu passado histórico.

Um aspecto interessante e diferenciado da Casa da Chácara do Rosário está no fato de que ela ainda possui um edifício anexo, cujo núcleo original – uma construção de duas águas e um grande vão sobre uma extensa viga mestra que sustenta o telhado – tem todas as características formais daquilo que foi a estrutura das primeiras construções realizadas na capitania de São Vicente. De forma retangular, as quatro paredes apoiam as vigas do telhado de duas águas. Perto da sede fica o antigo engenho de açúcar, construção em taipa com telhado em duas águas, conforme os padrões das primeiras edificações quinhentistas do Planalto de Piratininga.

Segundo o engenheiro José Elias Matos Pacheco, a Casa da Chácara do Rosário mais o engenho e as terras pertenciam à sua família desde o século XVIII. Passou a residir na chácara por volta de 1950 tendo em vista seu casamento e sua escolha profissional, pois decidiu tocar uma olaria, indústria na qual Itu se destacava pela qualidade de suas terras. A casa estava abandonada, sendo utilizada como depósito e tulha. O início da limpeza e da remoção de entulhos coincidiu com as comemorações referentes ao IV Centenário da Cidade de São Paulo. Percebendo que a propriedade tinha valor histórico, decidiu investir na reconstrução e buscou orientação do Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

BANDEIRANTES EM SÃO PAULO

A casa foi criteriosamente restaurada a pedido do engenheiro. O trabalho, que durou cerca de um ano, foi orientado diretamente pelo arquiteto Luís Saia (1911-1975), que passou a residir em Itu, com a colaboração do mestre Lincoln Faria, especialista em madeira e pigmentos.

Nesse período, apareceu na região o arquiteto e urbanista Júlio Roberto Katinsky, muito interessado em engenhos e trapiches movidos por animais ou por água. Katinsky veio ver a Casa da Chácara do Rosário e as obras, pois estava também interessado em localizar outras casas bandeiristas. Conhecedor da região, o proprietário da casa indicou ao engenheiro Luís Saia e ao arquiteto Júlio Roberto Katinsky várias casas com arquitetura similar à sua, a maioria delas já modificadas, como a sede da Fazenda Monte Belo, instalada desde o século XVIII em uma vista sobre o Tietê

Em 1944, quando da divulgação da primeira lista das doze casas bandeiristas que o engenheiro Luís Saia havia mandado publicar, a Casa da Chácara do Rosário não estava incluída. Trinta e dois anos depois, em 1976, quando Júlio Roberto Katinsky publicou sua tese de doutorado, ela vai aparecer entre as vinte e quatro casas arroladas pelo arquiteto. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Casa de Parnaíba/ Museu Casa do Anhanguera
Município de Santana do Parnaíba/SP



A Casa de Parnaíba, que abriga o Museu Casa do Anhanguera, é um imóvel do século XVII que apresenta em seu conjunto arquitetônico um exemplo típico de residência bandeirista urbana – a única do gênero no estado de São Paulo. Presume-se, de acordo com a tradição, que ali residiu o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera. A família dos Bueno da Silva possuía terras na Vila de Parnaíba, de cuja vida política seus membros participaram como vereadores.

A casa possui grande valor histórico e arquitetônico e destaca-se por ser uma casa térrea, com telhado de três caídas e beirais conhecidos como cachorros, muito utilizados para não danificar a construção em épocas de chuva. A estrutura dos umbrais das portas e janelas possuem conversadeiras confeccionadas em madeira de canela preta. A espessura e as estruturas das paredes externas foram construídas com taipa de pilão, e as paredes internas com taipa de mão. O sótão era utilizado para guardar mantimentos e outros utensílios da residência que não eram utilizados frequentemente.

De acordo com o arquiteto e urbanista Júlio Roberto Katinsky, a casa foi descoberta pelo engenheiro Luís Saia quando fazia pesquisas na cidade, e as janelas com conversadeiras chamaram sua atenção. Considerada pelos dois pesquisadores como uma casa urbana, não é impossível que tenha sido inicialmente uma sede de fazenda em posição de domínio sobre o rio Parnaíba e sobre a passagem do caminho que levava ao sertão.

A casa, que se encontrava em péssimo estado de conservação, foi restaurada e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1958 e pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) no início do decênio de 1982. Foi transformada no Museu Histórico e Pedagógico Casa do Anhangüera durante a semana comemorativa da criação da vila, 14 de novembro de 1962, em homenagem ao bandeirante nascido em Santana de Parnaíba. Depois de passada por reestruturação nos últimos anos, o imóvel foi integrado à Casa da Cultura Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo. Com essa decisão, o museu ganhou mais espaço e comodidade.

A Casa de Parnaíba está localizada no Largo da Matriz, 9 - Centro Histórico da cidade de Santana do Parnaíba/SP. (http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br/culturaeturismo/anhaguera.html).

Museus, Obras de Arte e Rodovias em São Paulo

Museu da Cidade de São Paulo

O Museu da Cidade de São Paulo está localizado em imóveis de interesse histórico e arquitetônico, distribuídos pela malha urbana do município. Seu acervo arquitetônico é composto pelo Solar da Marquesa de Santos, Beco do Pinto, Casa Nº 1/Casa da Imagem, Capela do Morumbi, Casa do Grito, Monumento à Independência, Casa Modernista, Pavilhão Oca, Pavilhão das Culturas Brasileiras, Chácara Lane e pelas casas bandeiristas: Casa do Bandeirante/Casa do Butantã, Casa do Caxingui/Casa do Sertanista, Casa do Sítio do Tatuapé, Casa do Sítio da Ressaca e Casa do Sítio Morrinhos. Também é responsável por um importantíssimo acervo fotográfico sobre a cidade, um acervo de bens móveis e um acervo de história oral. É um museu que atua em rede, dedicado a promover a reflexão e a conscientização sobre o município de São Paulo por meio da salvaguarda, pesquisa e comunicação de seus acervos históricos e arquitetônicos e das mais diversas referências patrimoniais paulistanas. http://www.museudacidade.sp.gov.br/

Museu Paulista

Bairro Parque da Independência/Município de São Paulo/SP



Festa escolar no Museu do Ipiranga
1912 | Augustin Salinas y Teruel

BANDEIRANTES EM SÃO PAULO

O Museu Paulista da Universidade de São Paulo, mais conhecido como Museu do Ipiranga, é o museu público mais antigo da cidade de São Paulo, cuja sede é um monumento-edifício que faz parte do conjunto arquitetônico do Parque da Independência, no Bairro do Ipiranga, na Zona Sul da cidade de São Paulo. Está vinculado à USP desde o ano de 1963, quando foi integrado à instituição universitária. É uma instituição científica, cultural e educacional com foco na pesquisa, ensino e extensão. Foi inaugurado em 7 de setembro de 1895 com o nome de Museu de História Natural.

O acervo do Museu Paulista teve origem em uma coleção particular, reunida pelo coronel Joaquim Sertório (?-1905), que constituía um museu particular de destaque na cidade de São Paulo, e que foi adquirida pelo conselheiro Francisco de Paula Mayrink (1839-1906) juntamente com o prédio que abrigava o acervo, em 1890, e doada, com objetos da coleção Pessanha, ao governo do estado. A ele se juntaram outros itens de caráter histórico, como pinturas, recebidas em doação ou adquiridas pelo governo paulista e, sobretudo, uma ampla coleção de zoologia e botânica, foco da primeira fase do Museu Paulista.





A partir de 1917, com a intenção de prepará-lo para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, o caráter histórico da instituição foi reforçado com a formação de novos acervos e realização de exposições, com destaque para a história do estado de São Paulo. Realizou-se a decoração interna do edifício, com pinturas e esculturas apresentando a história do Brasil no saguão, escadaria e Salão Nobre. Em 1923 foi instalado o museu republicano "Convenção de Itu", extensão do Museu Paulista no interior do estado, localizado na cidade de Itu e dedicado aos temas de história do movimento republicano, da Primeira República e de história regional, com um acervo de documentos, iconografia, peças e objetos de expressivo valor histórico.

O museu tem como responsabilidade a guarda, conservação, restauração e disponibilização aos cidadãos de um acervo composto de mais de 125.000 itens, entre peças e objetos, mobiliário, obras de arte, iconografia e documentação histórica desde os Seiscentos até meados do século XX – material significativo para a compreensão da sociedade brasileira, especialmente no que se refere à história paulista, contando para isso com uma equipe especializada de curadoria. Ao longo do século XX, houve uma série de transferências de acervos para diferentes instituições. A última delas ocorreu em 1989, quando as coleções arqueológicas e etnográficas foram cedidas ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. A partir de então, o Museu Paulista tornou-se um museu exclusivamente de temática histórica e vem ampliando continuamente seus acervos referentes a São Paulo relativos ao período de 1850 a 1950.







Além de exposições, as atividades do Museu do Ipiranga se estendem aos programas educativos, com cursos e pesquisas científicas que fazem uso dos recursos humanos e do acervo permanente da instituição. A ampliação de coleções se faz por meio de doações ou aquisições, e parte importante das atividades desenvolvidas no museu envolve a conservação física, estudo e documentação do acervo.

O visitante ainda pode contar com a Biblioteca do Museu Paulista, que faz parte do edifício-monumento desde sua inauguração. Seu acervo conta com mais de 80 mil publicações, entre livros e fascículos de periódicos, incluindo obras preciosas sobre a história do Brasil e a história de São Paulo.

Infelizmente, desde agosto de 2013 o Museu Paulista está fechado para reformas estruturais. Desde então, a maior parte do acervo do Museu, a biblioteca, bem como as atividades acadêmicas e educativas que são oferecidas pela instituição foram transferidas para outros imóveis na região. Muitas peças e objetos históricos do acervo vêm sendo emprestados a outros museus e espaços culturais para a realização de mostras e exposições temporárias. Informações colhidas durante a realização da pesquisa indicam que sua reabertura ao público será feita no ano de 2022, como parte das comemorações do bicentenário da Independência do Brasil.

A data de 7 de setembro de 1822 foi um marco na história nacional, apesar da pouca repercussão na imprensa e na corte do Rio de Janeiro do ato da Proclamação da Independência do Brasil pelo então príncipe D. Pedro de Alcântara, no riacho do Ipiranga, nas cercanias da cidade de São Paulo. Mas, no dia 20 de fevereiro de 1823, é expedida a Decisão do Governo nº 23 pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros José Bonifácio de Andrada e Silva (SP), *"concedendo licença para se erigir, no sítio denominado Ipiranga, um monumento à Independência do Brasil, a pedido do cidadão Antonio da Silva Prado e outros"*. No dia 9 de abril de 1825 é expedida a Decisão do Governo nº 83 pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Estevão Ribeiro de Rezende (MG), Marquês de Valença, *"determinando que seja levantado, no próprio sítio do Ipiranga, o monumento que se pretende erigir em memória da proclamação da Independência do Brasil"*. Em 5 de setembro de 1823, no plenário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, o deputado Pedro José da Costa Barros (CE) apresenta a Indicação nº 2, com a seguinte redação: *"Proponho que a assembléa declare o dia 7 do corrente, anniversário da independencia brazileira, dia de festa nacional; e que nomeie uma deputação composta de tantos membros quantas são as provincias que se achão representadas, um de cada província, afim de comprimentar a S. M. Imperial e agradecer-lhe em nome do império o primeiro grito da sua independencia, solto por elle nas margens do Ypiranga. – Paço da assembléa, em 3 de setembro de 1823"*. A proposta é colocada em discussão, aprovada, e o dia 7 de setembro é declarado, interinamente, festa nacional. É nomeada uma comissão de 24 deputados, de acordo com o regimento, para cumprimentar o monarca. No dia 7, às 13 horas, os deputados são recebidos, solenemente, pelo Imperador D. Pedro I no Palácio da Cidade.

A partir de então, o debate acerca de uma construção para demarcação da data histórica foi ganhando espaço, mas sempre sendo postergado sob a justificativa da falta de recursos. Foi somente entre 1885 e 1890, ao mesmo tempo em que se intensificaram as propagandas republicanas e a luta abolicionista, que se deu a resolução, à qual órgãos da imprensa paulista da época chamaram de "questão do Ipiranga". Desta forma, em meio a muitos debates nos meios políticos e na imprensa, o Museu do Ipiranga veio para demarcar definitivamente o lugar da proclamação da Independência do Brasil, assinalando no imaginário popular o momento a partir do qual se originara a nação brasileira.



O arquiteto e engenheiro italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi (1844-1915) foi contratado em 1884 para realizar o projeto e construção de um monumento-edifício no local onde aconteceu o evento histórico da Independência do Brasil. O edifício começou a ser construído em 1885, com uma planta em 123 metros de comprimento e 16 metros de profundidade e uma profusão de elementos decorativos e ornamentais, em estilo renascentista. A técnica empregada para levantar o edifício foi basicamente a da alvenaria de tijolos cerâmicos, uma novidade para a época. As obras encerraram-se em 15 de novembro de 1890, no primeiro aniversário da República. Cinco anos mais tarde, foi criado o Museu de Ciências Naturais, que se transformou no Museu Paulista. Em 1909 o paisagista belga Arsênio Puttemans (1873-1937) projetou e executou o jardim do Ipiranga. Em 1920 o desenho do jardim foi substituído, e se mantém até hoje, pelo desenho do paisagista alemão Reynaldo Dierberger.

A escadaria propriamente dita representa o Rio Tietê, que foi o ponto de partida dos Bandeirantes rumo ao interior do país. No corrimão há esferas com águas dos rios desbravados pelos paulistas entre os séculos XVI e XVIII, como por exemplo o rio Paraná, rio Paranapanema, rio Uruguai e o rio Amazonas.

Nas paredes do ambiente estão estátuas dos heróis bandeirantes, como Manuel de Borba Gato (1649-1718), Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, e Francisco de Brito Peixoto (1650-1735), com as regiões por onde eles passaram, mais notoriamente localizadas nos atuais estados do Rio Grande do Sul até o Amazonas. No salão principal estão as duas maiores estátuas dos dois principais bandeirantes, Antônio Raposo Tavares (1598-c.1659) e Fernão Dias Paes (c.1608-1681), de três metros e meio de altura, em mármore carrara, de autoria do escultor italiano Luigi Brizzolara (1868-1937).

Junto às estátuas existem pinturas representando a participação paulista em diversos momentos da história brasileira, como o ciclo da caça ao índio, o ciclo do ouro e a conquista do Amazonas. Acima existem nomes de cidades e seus respectivos fundadores paulistas. No teto há pinturas de paulistas importantes na história do país, como a do patriarca da independência, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838).





O jornal "*O Estado de São Paulo*" publicou, em três de setembro de 1922, o seguinte texto a respeito da obra de Luigi Brizzolara:

> "*Os cyclos bandeirantes: dois trabalhos de Brizzolara. Com o fito de dar maior lustre à comemoração do centenário de nossa Independência, o governo do estado mandou executar, além do Monumento da Independência, que será um dos maiores do mundo, inúmeras e valiosas obras de arte, que serão colocadas nos parques e jardins da capital e no Museu Paulista. Dessas últimas, salientam-se dois lindíssimos trabalhos encomendados pelo governo estadual, por intermédio do sr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, diretor do Museu Paulista, ao cavalheiro Luiz Brizzolara, um dos mais notáveis artistas contemporâneos da Itália, autor do Monumento Comemorativo ao 1º Centenário da Independência da Argentina, do projeto que obteve o segundo prêmio no concurso de monumentos para o nosso centenário e autor de numerosas estátuas e monumentos na Itália. Esses trabalhos são dois enormes blocos de alvíssimo mármore de Carrara e symbolizam os grandes cyclos bandeirantes. Cada estátua tem 3 metros e meio de altura, com o pedestal também de mármore, pesando mais de 8.000 kilos. Ambas eram destinadas ao perystillo do Museu Paulista. Uma das estátuas que symboliza a caça ao índio e o desbravamento da selva representa Antonio Raposo Tavares, o bandeirante de Quintaúna, perscrutando o horizonte, com uma das mãos erguida acima dos olhos. A outra bela obra é Fernão Dias Paes Leme, symbolizando o cyclo dos metaes e pedras preciosas. Nesse trabalho, vê-se o velho bandeirante, apoiado à clavina, procurando na pedra colhida a transparência verde da esmeralda ou o brilho refulgente do ouro. As estátuas chegaram recentemente da Itália e já estão colocadas nos respectivos lugares.*" (*O Estado de São Paulo*, edição de 3 de setembro de 1922).

O acervo do museu é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). É um marco representativo da história do Brasil e da história de São Paulo. http://www.mp.usp.br/.



Bandeirante Fernão Dias Paes | Luiz Brizzolara



Bandeirante Raposo Tavares | Luiz Brizzolara

Monumento ao Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera

Bairro Cerqueira Cesar/Parque Trianon/Avenida Paulista/Município de São Paulo/SP









O monumento em homenagem ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, entalhado em mármore pelo escultor italiano Luigi Brizzolara (1868-1937), está localizado em frente ao Parque Trianon, na Avenida Paulista, bairro Cerqueira Cesar, cidade de São Paulo/SP. A figura do homenageado é toda de mármore (3,22m x 1,41m x 1,08m), e o pedestal de granito (1,06m x 2,25m x 2,25m). A obra foi concebida e executada em Gênova, Itália, inaugurada em 11 de agosto de 1924, nos jardins do Palácio dos Campos Elíseos, e transferida onze anos depois para a frente do Parque Trianon. A figura se levanta de uma coluna ao redor da qual, em baixo relevo, vemos a reprodução de diversos episódios da história das bandeiras e que foram chefiados pelo homenageado. A obra foi encomendada por Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958), diretor do Museu Paulista por ocasião do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

Monumento ao Bandeirante Manuel da Borba Gato

Bairro de Santo Amaro/Município de São Paulo/SP



Casa antiga dos familiares do bandeirante Borba Gato | Bairro Santo Amaro SP





O monumento em homenagem ao bandeirante Manuel da Borba Gato (1649-1718) integrou os festejos do IV Centenário de Santo Amaro em 1960 e foi inaugurado em 27 de janeiro de 1963. A obra tem aproximadamente 10 metros de altura (aproximadamente 13 metros se considerar o pedestal) e pesa cerca de 20 toneladas. Foi realizada pelo escultor Júlio Guerra, artista paulistano nascido em 1912 no bairro de Santo Amaro, quando ainda era um município independente, vizinho da cidade de São Paulo. A escultura começou a ser construída em 1957 e levou seis anos de trabalho até que fosse inaugurada. O artista utilizou trilhos de bonde para compor a estrutura de concreto, posteriormente revestida com pedras coloridas de basalto e mármore. As pedrinhas, que vieram de vários cantos do Brasil e do mundo (as do rosto vieram de Portugal e são fragmentos de mármore rosado; as que estão no gibão vieram de Ouro Preto e Congonhas, em Minas Gerais, além de mármore branco paranaense) foram quebradas pelo artista para serem colocadas no monumento.

No dia da inauguração, além dos discursos, Borba Gato foi saudado por um desfile com os tradicionais Romeiros de Pirapora, populares vestidos de bandeirantes, damas vestidas à moda antiga, índios, carros de boi e uma canoa como as usadas pelos bandeirantes. Um show com artistas do rádio e da TV encerrou a festa.

Atrás da estátua, a cerca de 25 metros de distância, uma estrutura em forma de cubo é recoberta por quatro painéis em mosaico de pastilhas, com cenas evocativas de personalidades e fatos ligados à história de Santo Amaro: Anchieta e Caiubi, tendo ao centro o brasão de Santo Amaro e o rio Jurubatuba; João Paes e Suzana Rodrigues doando à nova capela a imagem de Santo Amaro, que emprestou o nome àquela região; os primeiros colonos alemães e a primeira fábrica de ferro da América do Sul; o poeta Paulo Eiró e o Padre Belchior de Pontes.

Localizado na Praça Augusto Tortorello de Araújo, da Avenida Santo Amaro em confluência com a Avenida Adolfo Pinheiro, o monumento integra o Inventário de Obras de Arte em Logradouros Públicos da Cidade de São Paulo, mantido pelo Departamento do Patrimônio Histórico da prefeitura da capital.

Monumento às Bandeiras
Bairro: Vila Mariana/Avenida Pedro Álvares Cabral/ Praça Armando Salles de Oliveira/Município de São Paulo/SP



O Monumento às Bandeiras, de autoria do escultor Victor Brecheret (1894-1955), é uma das maiores esculturas do mundo e um marco da cidade de São Paulo. A obra é uma homenagem aos bandeirantes paulistas que desbravaram os sertões do país nos séculos XVII e XVIII e estenderam as fronteiras do Brasil. Composto por um grupo anônimo de trinta e duas (32) figuras, alguns representando as várias etnias da formação do povo paulista, como índios, negros, portugueses, mamelucos e, entre eles, a própria figura do escultor Victor Brecheret, que está retratado entre os personagens da obra com a seguinte inscrição no ombro: "Auto-retrato do escultor Victor Brecheret 02-10-1937".

A obra foi entregue aos paulistas no dia 25 de janeiro de 1953 como parte das comemorações do 399º aniversário de São Paulo, mas o monumento foi concebido em 1920, quando o artista tinha apenas 26 anos de idade, para a celebração do bicentenário da Independência do Brasil, em 1922. O escultor Victor Brecheret foi um dos integrantes da Semana de Arte Moderna de 1922, o que justifica a concepção do Monumento às Bandeiras, característica do período que antecedeu a Semana de 22.











Naquela época, o presidente do estado paulista manifestou o desejo de realizar um monumento aos bandeirantes. A comissão encarregada de executar o monumento, a ser custeado pela administração pública, foi composta por Monteiro Lobato, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade, que escolheram o projeto de Brecheret. Ainda em julho de 1920, a maquete do primeiro esboço do projeto foi apresentada publicamente na Casa Byington, um importante espaço de fomento à arte na cidade de São Paulo, localizada na Rua XV de Novembro, mas o projeto não obteve patrocínio oficial ou particular, apesar da presença, na cerimônia de abertura, do presidente do estado de São Paulo, Washington Luiz, que havia gostado da obra.

Por conta de uma série de questões políticas e administrativas, o projeto foi adiado e a maquete de Brecheret foi recolhida ao acervo da Pinacoteca do Estado. A retomada da escultura e a concretização da obra só veio acontecer 33 anos depois, às vésperas do IV Centenário da capital paulista, que foi comemorado em 1954.

O conjunto escultórico, todo em granito, mede 5,15m x 8,30m x 39,31m, e sua base, também em granito, tem o tamanho de 2,35m x 5,81m x 43,76m. Composta por 240 blocos de granito, pesando cerca de 50 toneladas cada um, a obra de arte está de frente para o rio Tietê, posicionada no eixo sudeste-noroeste, direcionada para o Pico do Jaraguá, no sentido das entradas das bandeiras pelo interior do Brasil. Foi feita em três partes: os batedores a cavalo à frente do grupo, o grupo humano ao centro e a barca ao final. Na face frontal do pedestal há um mapa em que são mostrados os caminhos dos bandeirantes pelo interior do Brasil, desenhado pelo professor e historiador Affonso d' Escragnolle Taunay (1876-1958), autor de *História Geral das Bandeiras Paulistas*, grandiosa obra que levanta fatos que auxiliam a compreensão da história do estado de São Paulo.

A obra representa a luta dos bandeirantes para a conquista da terra virgem. É um instantâneo da vida de uma bandeira, capturado de forma especialmente favorável à homenagem, onde tudo é força, movimento e ação. Os Paes Lemes, os Antonio Pires, os Borba Gatos avançam para o sertão desconhecido; o bandeirante tomba nas ciladas da selva; homens, surpreendidos durante um deslocamento, puxam e empurram a barcaça; alguns usam um dos braços para puxar a canoa; outro ajuda seus companheiros esgotados pela fadiga durante a transposição dos obstáculos ou pela febre dos sertões; dois bandeirantes, os líderes, vão na frente, a cavalo, como suporte ao avanço da civilização. A seus pés, na face lateral direita do pedestal, lê-se a frase *Brandiram achas e empurraram quilhas vergando a vertical de Tordesilhas,* de autoria do poeta modernista Guilherme de Andrade Almeida (1890-1969). E na face lateral esquerda, a frase de exaltação aos feitos dos bandeirantes "*Glória aos heróis que traçaram o nosso destino na geografia do mundo livre. Sem eles o Brasil não seria grande como é",* de autoria do historiador e poeta modernista Cassiano Ricardo (1895-1974).

Para melhor entender a concepção da obra, o jornal *Correio Paulistano* publicou no dia 28 de julho de 1920 o memorial descritivo do projeto para o Monumento às Bandeiras, identificando as 32 figuras e não 37 como teria sido idealizado inicialmente.

O grandioso e belíssimo monumento está localizado na Avenida Pedro Álvares Cabral, Vila Mariana, São Paulo, na área da Praça Armando Salles de Oliveira, em frente ao Palácio Nove de Julho, sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e ao Parque do Ibirapuera.









Painéis localizados na Av. Ruben Berta | Clóvis Graciano



Painel em homenagem aos bandeirantes | Clóvis Graciano | Novotel São Paulo Jaraguá Conventions



As Obras de Clovis Graciano Retratando os Bandeirantes

Município de São Paulo/SP

Clóvis Graciano (1907-1988) foi pintor, desenhista, gravador, ilustrador e muralista. Exerceu também as atividades de cenógrafo e figurinista em diversas peças de teatro espalhadas em São Paulo nas décadas de 50, 60 e 70. Em 1937 passou a frequentar o extinto Palacete Santa Helena, na Praça da Sé. Ali, juntamente com artistas como Francisco Rebolo, Mario Zanini, Aldo Bonadei, Fulvio Pennacchi e outros, além do próprio Volpi, constituiriam o famoso Grupo Santa Helena. Frequentou também, como aluno ouvinte, o curso de desenho da Escola Paulista de Belas Artes até o ano de 1938.

Membro da Família Artística Paulista (FAP), em 1939 foi eleito presidente do grupo. Em 1948 foi sócio-fundador do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP). Foi também presidente da Comissão Estadual de Artes Plásticas e do Conselho Estadual de Cultura. Em 1949 viajou para a Europa com o prêmio recebido no Salão Nacional de Belas Artes. Permaneceu em Paris por dois anos, onde estudou pintura mural e gravura. Em 1971 assumiu o cargo de diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo. De 1976 a 1978 foi adido cultural em Paris. Ao longo de sua carreira permaneceu fiel ao figurativismo, com o predomínio de temas sociais, e deixou um grande legado cultural para o país.

Durante sua carreira, produziu trabalhos de expressivo valor cultural para o Brasil, entre os quais vamos encontrar as seguintes obras com tema bandeirante: **a) A Partida dos Bandeirantes**. O artista mostra no quadro o início de uma bandeira. A obra está em exposição permanente na Câmara Municipal de São Paulo, localizada no Palácio Anchieta, Viaduto do Jacareí, 100, bairro Bela Vista. Endereço eletrônico: Http://www.camara.sp.gov.br/memoria/especial/a-partida-dos-bandeirantes/; **b) Colonizadores da Cidade de São Paulo.** O artista apresenta um quadro com figuras históricas da colonização da vila São Paulo que também foram vereadores à época, inclusive dois bandeirantes: padre Nóbrega, Caiubi, João Ramalho, Bartira, Fernão Dias Paes, padre Anchieta, Antonio Raposo Tavares, padre Paiva, Tibiriçá e Martim Afonso. A obra está em exposição permanente na Câmara Municipal de São Paulo, localizada no Palácio Anchieta, Viaduto do Jacareí, 100, bairro Bela Vista. Endereço eletrônico: http://www.camara.sp.gov.br/memoria/especial/colonizadores-da-cidade-de-sao-paulo/; **c) Painel dos Bandeirantes**. A obra está em exposição permanente no lobby do Novotel São Paulo Jaraguá Conventions, localizado na Rua Martins Fontes, 71, Centro - São Paulo. Endereço eletrônico: http://www.novotel.com/pt-br/hotel-6224-novotel-sao-paulo-jaragua-conventions/index.shtml; e **d) Painéis da Avenida Rubem Berta**. Obra assinada e composta de um conjunto com quatro murais que mostram a trajetória do desenvolvimento de São Paulo, aos quais o artista deu os seguintes nomes: *Subida da Serra*, *Os Bandeirantes*, *Epopeia do Café* e *A Cidade Hoje*. Cada painel mede 10 x 3,5m². Está localizado próximo ao Viaduto República Árabe Síria, na Avenida Rubem Berta, que liga o centro da cidade de São Paulo ao Aeroporto de Congonhas. Foi encomendada para as comemorações do aniversário de 415 anos da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1969, pelo prefeito João Vicente de Faria Lima, que a declarou, no dia da inauguração, como a *"porta de entrada para a cidade de São Paulo"*.

De acordo com o depoimento do artista ao jornal Folha de São Paulo em 15 de janeiro de 1969, *"o painel é a forma mais democrática da pintura. O governo, se quisesse, poderia mandar pintar painéis em logradouros públicos, como estações, campos de esporte etc. É uma forma de levar a arte ao povo, de imortalizar momentos históricos de maneira a que todos tenham possibilidade de vê-los. A tela pertence a uma minoria. O painel a todos quantos queiram vê-lo."*



Colonizadores da cidade de São Paulo | Clóvis Graciano | Câmara Municipal de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

Bairro do Morumbi/Município de São Paulo/SP



O Palácio dos Bandeirantes é o edifício-sede do governo do estado de São Paulo e residência oficial do governador. Localizado no bairro do Morumbi, município de São Paulo, o palácio também abriga as Casas Civil e Militar, algumas secretarias de estado e um amplo acervo histórico e artístico que está aberto à visitação pública.

O prédio-sede do executivo paulista foi originalmente projetado para abrigar a Universidade Fundação Conde Francisco Matarazzo. A princípio, o arquiteto italiano Marcello Piacentini (1881-1960) projetou uma construção com linhas abstratas, colunas, muros lisos e ampla fachada, mas em meados da década de 1950, o engenheiro Francisco da Nova Monteiro, das Indústrias Reunidas Matarazzo, assumiu a direção do projeto, mudando a sua concepção para um estilo italiano, eclético, mas voltado para o neoclassicismo. O engenheiro ficou encarregado também da sua execução, em terreno da família Matarazzo. A construção foi iniciada no primeiro semestre de 1955, arrastou-se nos anos seguintes, e a universidade jamais foi instalada devido a problemas financeiros. Com as obras paralisadas, foram iniciadas negociações com o governo do estado de São Paulo, que foram finalizadas com a desapropriação do imóvel pelo Decreto nº 43.225, de 22 de abril de 1964, durante a gestão do governador Adhemar Pereira de Barros (1901-1969). O mesmo decreto declarou o terreno e suas benfeitorias como de utilidade pública.

No ano seguinte, no dia 19 de abril, foi expedido o Decreto nº 44.735, do governador de São Paulo, determinando a transferência da sede do poder executivo estadual, até então situado no Palácio dos Campos Elísios, para o novo prédio, denominado de Palácio dos Bandeirantes, que foi inaugurado no dia 22 do mesmo mês, em sessão solene.

A partir de 1970, sob o governo de Roberto Costa de Abreu Sodré (1917-1999), tem início um movimento no sentido de fazer do Palácio um centro de cultura com a aquisição de acervo artístico e histórico. É então criada uma comissão de notáveis, composta de nomes como Oswald de Andrade, Paulo Mendes de Almeida, Sílvia Sodré Assunção, Marcelo Ciampolini e Pedro Antonio de Oliveira Neto, que inicia a aquisição de mobiliário, obras de arte, louçaria, peças e objetos históricos que passam a compor o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

Circundando o Palácio dos Bandeirantes, há um amplo jardim com quase 125 mil metros quadrados onde se destacam os bolsões remanescentes de Mata Atlântica. O local abriga mais de duas mil espécies de plantas nativas e exóticas, como pau-brasil, ipê-amarelo, ipê-rosa, palmeira jerivá, castanheira, cedro-do-líbano, jequitibá-rosa, quaresmeira, jatobá, jacarandá-mimoso e cerejeiras. Elas convivem com aproximadamente 40 espécies de aves como pica-paus (amarelo e negro), quero-quero, joão-de-barro, tico-tico, alma-de-gato e o sabiá-laranjeira. Também abriga esculturas do acervo do Palácio dos Bandeirantes, como obras de Bruno Giorgi e Felícia Leirner, entre outros.

Atualmente, o Palácio dos Bandeirantes mantém sob sua guarda uma expressiva coleção de peças e objetos de interesse artístico e histórico com cerca de 1.700 itens. Há também um conjunto de obras produzidas especificamente para o palácio, como as provenientes do concurso Painel Bandeirantes, e a Galeria dos Governadores, com bustos e retratos oficiais de ex-governadores de São Paulo. No local há obras de Aleijadinho, Almeida Junior, Antonio Henrique do Amaral, Rubem Valentim, Clóvis Graciano, Candido Portinari, Djanira Motta e Silva, Tomie Ohtake, Alfredo Volpi e Aldemir Martins, Theodoro José da Silva Braga, José Claudio da Silva, Oscar Pereira da Silva, Benedito Calixto, Pedro Américo, entre outros. Nesse universo, exposições temporárias trazem à luz outras peças únicas desse rico acervo cultural e artístico.

Em 26 de novembro de 1977, sob o governo de Paulo Egydio Martins, o Palácio dos Bandeirantes foi aberto ao público, característica que mantém até hoje. O prédio está localizado na Avenida Morumbi, 4.500, Portão 2, no Bairro do Morumbi (www.saopaulo.sp.gov.br).

As Rodovias de São Paulo em Homenagem aos Bandeirantes

Os paulistas e os paulistanos têm uma estreita relação com a alegoria e a história das bandeiras, homenageando as principais rodovias do estado com nomes tais como: **a) Rodovia dos Bandeirantes** – umas das mais importantes vias paulistas, que foi inaugurada em 28 de outubro de 1978 pelo então presidente Ernesto Geisel (1907-1996) e pelo governador Paulo Egydio Martins. O seu nome é uma homenagem aos bandeirantes que desbravaram o interior do Brasil a partir do litoral do estado de São Paulo, seguindo as estradas antigas das minas em Goiás e Mato Grosso, justamente na mesma rota em que hoje encontra-se a via. A Bandeirantes possui grande importância comercial, pois, em conjunto com o Rodoanel Mário Covas e a Rodovia Anchieta, atua como elo entre dois dos maiores polos de importação e exportação do país: o Aeroporto Internacional de Viracopos e o Porto de Santos. Em conjunto com a Rodovia Anhanguera, que possui traçado semelhante à Rodovia dos Bandeirantes, forma-se o chamado Sistema Anhanguera-Bandeirantes, o maior corredor financeiro do país, pois interliga regiões metropolitanas muito ricas no estado. Além disso, possui importância turística; **b) Rodovia Anhanguera**, que homenageia os famosos bandeirantes dos séculos XVII e XVIII Bartolomeu Bueno da Silva, pai e filho, que compartilhavam tanto o nome de batismo quanto o apelido Anhanguera. Ela é parte integrante da BR-050 – Rodovia Federal. Seu ponto inicial é em Brasília (DF), e o final, em Santos (SP). Passa pelos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. É considerada como uma das rodovias mais movimentadas do país, pois liga a capital federal à maior metrópole brasileira, São Paulo. O trecho paulista da rodovia encontra-se sob jurisdição do governo estadual, tendo a denominação SP-330 (Anhanguera), no trecho que liga Igarapava a São Paulo e SP-150 (Anchieta) no trecho entre São Paulo e Santos. Por conta de nesses trechos a rodovia estar sob jurisdição estadual, ela perde a nomenclatura original, sendo parte integrante da malha







rodoviária do estado. Faz a ligação da capital com a região norte do estado e suas principais cidades industriais e com uma das mais produtivas áreas agrícolas do país, interligando também o estado de Goiás. A primeira menção da estrada que se tornaria a Rodovia Anhanguera foi uma carta de 1720 do alferes José Peixoto da Silva Braga enviada ao padre Diogo Soares, na qual está indicado o roteiro que aquele oficial havia seguido com a bandeira do Anhanguera, o moço. Registra que o famoso Bartolomeu Bueno da Silva saíra de São Paulo com uma tropa de 152 homens armados, acompanhados de dois religiosos bentos e providos de 39 cavalos. Entre São Paulo e Campinas, a travessia foi feita em cinco dias, quatro deles rompendo matas, até ser atingido o rio Mojiguaçu; **C) Rodovia Raposo Tavares**, que foi inaugurada em 26 de agosto de 1922 pelo então presidente do estado de São Paulo, como era chamado o governador da época, Washington Luiz Pereira de Sousa (1869-1957). Primeiro acesso da capital ao oeste do estado, ela inicia no distrito do Butantã, zona oeste da cidade de São Paulo, e termina na divisa com o Mato Grossso do Sul, no município de Presidente Epitácio. Recebeu a denominação em 1954 em homenagem a Antônio Raposo Tavares (1598-c.1659), bandeirante que desbravou o oeste paulista. Era denominada anteriormente como São Paulo-Paraná; e **d) Rodovia Fernão Dias**, que começa na época dos desbravadores bandeirantes, no século XVII. O bandeirante Fernão Dias Paes Leme (c.1608-1681), que esteve nos sertões dos atuais estados de São Paulo e Minas Gerais a procura de esmeraldas, foi o responsável pela abertura do caminho original cujo traçado orientou o surgimento da hoje conhecida rodovia Fernão Dias – denominação dada à BR 381, trecho que liga duas grandes regiões metropolitanas: a Grande São Paulo e a Grande Belo Horizonte. Foi inaugurada em 1959 pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976).









Família de plantador | Rugendas

Bandeirantes em Taubaté/SP

Contexto Histórico

Taubaté é um município localizado no interior do estado de São Paulo, na região do Vale do Paraíba, a 130km da capital. Tradicional município paulista, desempenhou papel importante na evolução histórica e econômica do país. No período do ciclo do ouro foi o núcleo irradiador do bandeirismo, que descobriu ouro e diamantes, nas Minas Gerais e fundou diversas vilas e cidades no sertão brasileiro. No Segundo Reinado, durante o ciclo do café do Vale do Paraíba, destacou-se como um dos municípios de maior produção da rubiácea na zona paulista. Depois da Proclamação da República, sediou o Convênio de Taubaté, em 1906. Destaca-se como cidade pioneira no Vale do Paraíba, pois foi a sua primeira vila oficial (o equivalente, hoje, a município), em 1645; depois foi cabeça de comarca em 1832, cidade imperial em 1842, centro industrial em 1891 e diocese em 1906.

Entre os primeiros desbravadores e povoadores do Vale do Paraíba, destacou-se Jacques Félix, morador da vila de São Paulo. Em 1628, o capitão-mor João de Moura Fogaça, em nome de Dona Mariana de Souza Guerra, Condessa de Vimieiro, neta e herdeira de Martim Afonso de Sousa (c.1490-1571) e donatária da capitania de Itanhaém, concedeu a Jacques Félix e seus filhos "datas de terras" no sertão do rio Paraíba, entre Pindamonhangaba e Tremembé. Em 1636, Francisco da Rocha, capitão-mor de Itanhaém, por provisão de 20 de janeiro, concedeu licença a Jacques Félix para que penetrasse os sertões de Taubaté a fim de descobrir minas, pacificar índios e demarcar as terras da Condessa de Vimieiro, cujos limites até então eram desconhecidos. O sertanista se deslocou com sua família, mestiços, índios, gado de corte e cavalos para a região, dando início a um povoado no lugar conhecido como *Paragem de Tabaybaté - taba=aldeia / ibaté=alta* (Tabebaté, Tabybaté, Taoboathé, Taybaté, Tabuathe, Taubaté), onde já existia uma aldeia de índios guaianás.

Finalmente, em 13 de outubro de 1639, recebeu ordens para construção da igreja matriz, casa de sobrado para o conselho, cadeia pública, arruamento, engenho de cana-de-açúcar, moinho para farinha de milho, além de concessão de terras às famílias trazidas pelo fundador. Jacques Félix realiza o planejamento do povoado e começa as construções. Em 5 de dezembro de 1645 o povoado recebeu o foral de vila, com o nome de São Francisco das Chagas de Taubaté, e tornou-se centro de expansão nos sertões do Vale do Paraíba, onde outros núcleos urbanos surgiram, fundados pelos primeiros moradores de Taubaté. A vila evoluiu por ser o primeiro povoado da região e também por estar favorecida pela localização geográfica, tornando-se passagem obrigatória dos bandeirantes entre São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro no período relativo ao desbravamento dos sertões e à mineração.

A vila de São Francisco das Chagas de Taubaté começa a se projetar no cenário da vida colonial brasileira como núcleo irradiador de muitas bandeiras. Em 1646 o bandeirante Jacques Félix foi encarregado, novamente, de penetrar o sertão em busca de metais preciosos. Depois dele, outros filhos da terra realizaram grandes feitos nos sertões dos cataguazes e nos sertões das minas de Taubaté, onde descobriram ouro e fundaram dezenas de arraiais, origem de futuras cidades paulistas. No ano de 1687, o taubateano Antônio Rodrigues de Arzão atinge as minas do rio Doce, na região das Minas Gerais, e é seguido por Bartolomeu Bueno de Siqueira, Antônio Dias de Oliveira, Salvador Fernandes

Furtado de Mendonça, Carlos Pedroso da Silveira, Tomé Portes Del Rei e tantos outros que descobriam ouro e se tornaram fundadores dos povoados que deram origem às conhecidas cidades históricas de Minas Gerais, tais como Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes e Caeté. Com a busca de metais preciosos tomando vulto, o governo português determinou a instalação de uma Casa de Fundição de Ouro (Oficina dos Quintos Reais) na vila de Taubaté, onde passou a processar a cobrança e arrecadação do quinto real (2%), que pertencia à coroa portuguesa. A carta de provisão que instituiu o estabelecimento "como prêmio à gente taubateana" foi assinada pelo governador do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro Caldas Barbosa, em 1695. Nesse mesmo ano são remetidas as primeiras amostras de ouro das minas de Cataguazes. O primeiro provedor da Casa de Fundição foi o bandeirante Carlos Pedroso da Silveira (c.1644-1719). Cabia à instituição fundir o ouro em barras, que traziam gravados o peso e o quilate correspondentes.

No ano de 1709 foi feita na vila de Taubaté a última reunião entre bandeirantes da vila de São Paulo e da vila de Taubaté, sob o comando de Amador Bueno da Veiga, para juntos vingarem o massacre praticado pelos emboabas e forasteiros no "Capão da Traição", em terras mineiras. Depois de jurarem defender a causa que os congregava, partiram paras as Minas Gerais. Porém, a guerra favoreceu os emboabas, que eram apoiados pelas autoridades portuguesas. A consequência foi a perda de várias minas para os portugueses. Alguns taubateanos retornaram às suas terras e se dedicaram às atividades agropastoris para consumo local e abastecimento das minas. Outros partiram em busca de novas jazidas, encontrando-as a partir de 1718 nas regiões de Goiás e de Mato Grosso, feito em que se destacaram os nomes do taubateano Domingos Rodrigues do Prado e de seu sogro, o paulistano Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera.

Durante o século XVIII Taubaté tornou-se importante centro de abastecimento da região mineradora, produzindo gêneros alimentícios de primeira necessidade (feijão, farinha de mandioca e de milho, rapadura etc.), que eram transportados por tropas de animais cargueiros até a distante região das Minas Gerais.



Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico Municipal de Taubaté

A Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico Municipal de Taubaté foi inaugurada em 26 de setembro de 1976 e funcionava no casarão do antigo educandário para moças Colégio de Nossa Senhora do Bom Conselho. Em 1988 foi inaugurado um prédio especialmente construído para sua instalação definitiva. Situado no Jardim Ana Emília, a construção se baseia nos grandes casarões das fazendas de café.

Atualmente o complexo conta com o Museu Histórico Professor Paulo Camilher Florençano, Museu de Artes Plásticas Anderson Fabiano, Museu da Imagem e Som de Taubaté, Museu de Transporte e Tecnologia, Museu dos Transportes e Arquivo Histórico Dr. Félix Guisard Filho. A Divisão ainda abriga a Hemeroteca Antônio Melo Júnior, que contém exemplares de jornais brasileiros desde 1861 e uma excelente biblioteca pública, detentora de um acervo bibliográfico de mais de 55 mil livros.

O Arquivo Histórico Municipal Dr. Félix Guisard Filho abriga publicações e artigos importantes para o município e para o país. O local conserva livros raros, documentos cartoriais, inventários e testamentos dos bandeirantes e de outros cidadãos, cartas municipais, livros de atas da Câmara, documentação escrita e fotográfica da vida política, social, religiosa e econômica da cidade. Possui também arquivos fotográficos de prédios, vistas da evolução da cidade e imagens das pessoas que foram destaque no passado. O museu exibe ainda exemplares do primeiro jornal de Taubaté, *O Taubateense*, criado em 1861. Móveis, louças e outros objetos completam o acervo.

O Museu Histórico Professor Paulo Camilher Florençano (1913-1988) apresenta a exposição permanente "Taubaté na história do Brasil". A mostra apresenta cronologicamente os principais fatos da história de Taubaté e a participação dos taubateanos em acontecimentos históricos nacionais por meio de painéis com textos didáticos e gráficos. Móveis, louças e outras peças e objetos do acervo completam a exposição.

A Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico Municipal de Taubaté está localizada na Avenida Thomé Portes Del Rey, 925 - Vila São José, Taubaté/SP. O horário de funcionamento é de terça a sexta-feira das 8h às 11h30 e das 14h às 17h. Sábados e domingos, das 9h às 12h. Entrada franca.

Homenagens aos bandeirantes na cidade de Taubaté/SP







Em Taubaté muitas são as referências urbanas aos bandeirantes. O Monumento ao Bandeirante Taubateano foi inaugurado no dia 30 de junho de 2000. Majestoso, está localizado na entrada da cidade, na rotatória da Rodovia Oswaldo Cruz e entroncamento com a Rodovia dos Bandeirantes. A obra foi esculpida pelo escultor José Demétrio da Silva e erigida por uma iniciativa do Rotary Club Taubaté Jacques Félix. O monumento representa uma lembrança perene dos bandeirantes na região. No pedestal está escrita a frase "Taubaté se orgulha de ter sido a porta para o sertão aurífero, por onde adentraram seus filhos, que, com audácia, coragem e destemor, semearam cidades por onde passaram".

A imagem do bandeirante faz parte do cotidiano dos taubateanos, tanto no imaginário e no orgulho pela sua história, quanto nas referências distribuídas pela cidade das mais variadas formas no intuito de manter a memória bandeirista, como na denominação de ruas, avenidas, escolas, bairros e no próprio brasão da cidade. Vamos encontrar, entre outras, a Avenida dos Bandeirantes, a Rua Antonio Rodrigues Arzão, Rua Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, e Avenida Thomé Portes Del Rey, na qual se localiza o Museu e o Arquivo Históricos de Taubaté.

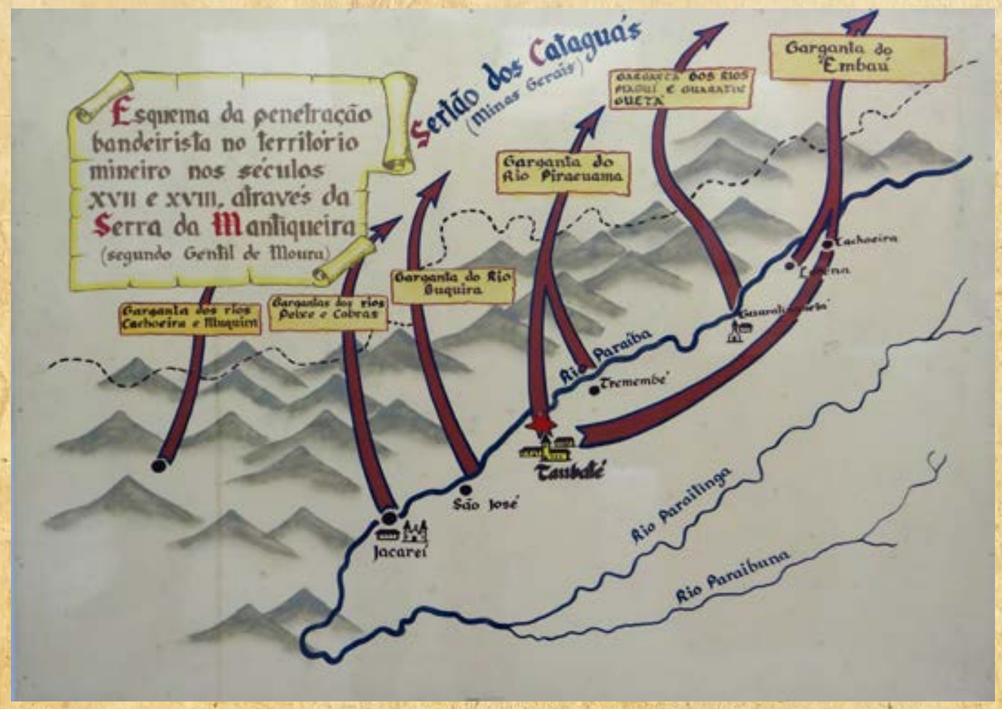
Com relação aos bairros da cidade, um nome significativo relativo aos bandeirantes é o bairro Monção, em homenagem às bandeiras de comércio e de abastecimento no período compreendido entre o início do século XVIII e início do século XIX. Essas monções, em suas marchas para o oeste, passaram a utilizar o curso dos rios, e as viagens tornaram-se, assim, mais seguras, regulares e com destino conhecido.



Outra alusão muito significativa aos bandeirantes na história da cidade encontra-se no hino oficial da cidade, de autoria de Péricles Nogueira Santos (letra) e José Bráulio de Souza (música), com arranjo de Tibor Reisner, de onde destacamos a estrofe: *"Taubaté das Bandeiras que ousaram / desbravar ínvias selvas, com glória. / Taubaté, cujos filhos não param, / sempre em marcha nas asas da história. / Taubaté das monções, na erradia / epopeia por rios e lapas, / qual titã a fazer geografia, / implantando fronteiras nos mapas!"* Também no brasão de armas de Taubaté, estampado na sua bandeira, criada pelo jornalista Emílio Amadei Beringhs e adotada pelo município em 14 de julho de 1972, há alusão aos bandeirantes. O brasão de Taubaté foi idealizado pelo escritor e historiador Afonso de Escragnolle Taunay (1876-1958), com desenho do pintor, desenhista, ilustrador e heraldista José Wasth Rodrigues (1891-1957). Foi adotado pela Lei Municipal nº 247, de 18 de março de 1926, durante a gestão do prefeito Félix Guisard. Em 1931 o escritor e historiador Afonso de Escragnolle Taunay sugeriu algumas alterações no brasão, que deveriam ser feitas oficialmente, enviando carta com justificativa e uma aquarela produzida (já com as modificações) pelo pintor, desenhista, ilustrador e heraldista José Wasth Rodrigues. Mas o ato oficial só foi promulgado em 21 de março de 1950. Em 11 de maio de 1987, uma lei municipal dispôs sobre os símbolos de Taubaté (brasão, bandeira e hino).



O brasão apresenta os elementos característicos e essenciais dos princípios da heráldica, cheios de simbologia. Nele vemos um escudo colonial português encimado pela Coroa Mural da Cidade. No plano inferior, em campo verde, um rio em faixa e uma taba, que lembra a etimologia da palavra Taubaté: TABA-IBATÉ primitiva. No plano médio, o rio Paraíba. No plano superior, dentro do escudo, em fundo azul, três montanhas de ouro representando a Serra da Mantiqueira, que os bandeirantes taubateanos transpuseram em busca do precioso metal nos sertões do Brasil. Encimando as montanhas, três coroas murais, também em cor de ouro, simbolizando as diversas cidades fundadas pelos taubateanos. Acima de tudo, um pequeno escudo com as cinco chagas de Cristo, recordando o padroeiro São Francisco das Chagas, dado por Jacques Félix à sua povoação. Nas laterais do escudo, um bandeirante (o desbravador) e um Dragão da Independência (representando os filhos de Taubaté na Independência do Brasil). Como suportes do brasão, ramos de café e hastes de arroz simbolizando as duas grandes culturas do município. Embaixo, no listão em ouro sob o escudo, os dizeres "Per Áspera Pro Brasília" que em latim significa "Todo o sacrifício pelo Brasil". A frase pode ser interpretada como uma alusão ao esforço bandeirante, que tornou Taubaté o núcleo irradiador do desenvolvimento da região e do país. Abaixo do listão, uma roda dentada e as asas de Mercúrio, símbolos da indústria e do comércio.







Bandeirantes no Paraná

Contexto Histórico

No início do século XVI, com a implantação das capitanias hereditárias, a região do atual estado do Paraná passou a pertencer a duas capitanias. A primeira, a capitania de São Vicente, na região compreendida entre a Barra de Paranaguá e a de Bertioga. A segunda, a capitania de Sant'Ana, desde a Barra de Paranaguá até Laguna, obedecendo a linha do Tratado de Tordesilhas. Nessa época a região era visitada por exploradores europeus em busca de madeira de lei, os quais acabaram atravessando a região paranaense de norte a sul e de leste a oeste, tendo sempre como ponto de partida o litoral atlântico.

O primeiro europeu a percorrer toda a extensão desse território foi o bandeirante português Aleixo Garcia, entre os anos de 1516 e 1526, quando percorreu o caminho indígena pré-colombiano do Peabiru, uma vasta rede de trilhas indígenas que ligava o litoral brasileiro ao rio Paraguai. Em 1541 o governador espanhol da província do Rio da Prata, Dom Alvarez Nuñes Cabeza de Vaca, partindo da Ilha de Santa Catarina, seguiu por terra em direção a oeste tomando posse simbólica desse território em nome da Espanha. Nessa fase, a coroa espanhola cria vilas e algumas reduções para assegurar o seu território determinado pelo Tratado de Tordesilhas.

No ano de 1554 é criada a primeira povoação europeia em território paranaense, a vila de Ontiveros, às margens do rio Paraná, perto da foz do rio Ivaí. Dois anos depois, o povoamento se transfere para perto da confluência dos rios Piquiri e Paraná, recebendo o nome de Ciudad Real del Guairá (área que atualmente pertence ao município de Terra Roxa), que juntamente com a Vila Rica do Espírito Santo – nas margens do rio Ivaí – formou a província do Guairá.

No século XVII os bandeirantes percorrem periodicamente a região à procura de ouro e de tribos indígenas para preação, inclusive nas reduções jesuíticas, que acabaram sendo destruídas. Intensifica-se a presença de moradores vindos da capitania de São Vicente, que passam a ocupar o litoral e os campos de Curitiba, pressionando os espanhóis, que, acuados, se viram obrigados a mudar sua rota de expansão em direção ao Paraguai.

O Paraná foi uma das primeiras regiões do Brasil a ingressar no sistema de comércio colonial. Os motivos foram a descoberta de ouro no século XVII e a sua proximidade geográfica com o eixo São Vicente, Rio de Janeiro e Bahia. A confirmação do ouro foi manifestada por Gabriel de Lara, em 1646, e por Heliodoro Ébano Pereira, em 1651.

A descoberta de ouro atraiu bandeirantes e mineradores para o Paraná. Muitos moradores abandonaram a lida com a terra para se dedicar à mineração. Isso provocou uma situação de extrema pobreza em toda a região, persistindo apenas a lavoura de subsistência. Como as minas não produziram o esperado, foram aos poucos sendo abandonadas, principalmente pela descoberta de abundantes veios de ouro e diamantes nas Minas Gerais.

Com o crescimento da exploração de ouro nas Minas Gerais, cresceu também a demanda por gado e muares na região. Como as grandes criações estavam localizadas ao sul (Rio Grande do Sul, Paraguai e Argentina), foi aberto um caminho, em 1731, que ligava a vila de Sorocaba (SP) a Viamão (RS) e pelo qual esses animais seriam transportados. A esse caminho deu-se o nome de "Caminho de Viamão", e ao longo do seu percurso organizaram-se pousos, invernadas e freguesias, como as de Sant'Ana do Iapó e de Santo Antônio da Lapa, originando vilas e futuras cidades do Paraná. Com base nessa atividade foram ocupados os Campos de Curitiba, os Campos Gerais, bem como, no século XIX, os Campos de Guarapuava e Palmas.

A criação e a invernagem de gado dá início à principal atividade econômica paranaense do século XVIII, o tropeirismo. O gado era conduzido pelos tropeiros, que passaram a povoar os locais de parada, dando início a novos municípios. Com o passar do tempo, as paradas, ou os locais de pouso dos tropeiros foram se tornando povoados, dando início a novos municípios que atualmente formam um roteiro turístico chamado de Rota dos Tropeiros. O tropeirismo irá se esgotar na década de 1870 pelo aparecimento das estradas de ferro, as quais fizeram com que os animais de carga perdessem sua função econômica.

Em 28 de agosto de 1853 foi aprovado o projeto de criação da província do Paraná, antes jurisdicionada à província de São Paulo e que teria como capital provisória (que depois seria confirmada) o município de Curitiba. Em 19 de dezembro do mesmo ano chegou à capital o primeiro presidente da província, Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Mural em Granito "Monumento ao Centenário da Emancipação Política do Paraná"

Curitiba/PR
Autoria de Erbo Stenzel – 1953



O mural em granito, de 3m x 30m, de 1953, de autoria do escultor Erbo Stenzel (1911-1980) e executado em alto relevo, tem como tema os ciclos econômico e social do estado do Paraná e mostra a sua evolução. Estão ali retratados os povos indígenas, o extrativismo, a chegada dos bandeirantes, a descoberta do ouro e a mineração, a imigração europeia, a preparação da terra, a indústria e os ciclos do trigo, da erva-mate e do café, reiterando desta forma a prosperidade do estado em suas comemorações do centenário da emancipação política, realizadas em 1953.

Fazendo a leitura do painel, vemos, da esquerda para a direita, os povos indígenas que habitavam o estado, a plantação e o extrativismo praticado por eles. Em seguida temos os bandeirantes, que penetraram pelo oeste do estado, no quadrilátero formado pelos rios Paraná, Paranapanema, Tibagi e Iguaçu, que era densamente povoado no século XVI pelas tribos tupis-guaranis. Na sequência, a descoberta do ouro e os mineradores, a colheita da erva mate, a imigração europeia para o Paraná. E, por último, a preparação da terra com a derrubada

das matas para a plantação e fundação das cidades, a indústria, o progresso da agricultura mostrando os ciclos do trigo, da erva-mate e especialmente do café, que alçou o estado ao cenário nacional e internacional através da produção e exportação, mostrando o Paraná como um grande produtor de alimentos. No fundo de todo o painel vemos uma linha do tempo em que animais e homens dão uma sensação de continuidade e perseverança.

Assentado no local no ano de 1995, o mural tem a forma curva e, na frente dele, um pequeno espelho d'água. Está localizado na Praça 19 de Dezembro, tradicionalmente conhecida pelo fato de abrigar importantes monumentos da capital paranaense.

Mural em Azulejos "Monumento ao Centenário da Emancipação Política do Paraná"

Curitiba/PR
Autoria de Poty Lazzarotto – 1953



O Mural em azulejo, de 3m x 30m, de 1953, de autoria do artista plástico Napoleon Potyguara Lazzarotto, conhecido como Poty (1924-1998), retrata a história da ocupação das terras do Paraná. Tendo como pano de fundo a criação da comarca de Curitiba, o desenho apresenta a evolução histórica do estado, dividida pela ordem: garimpeiros, jesuítas, bandeirantes, assembleia, tropeiros, navegação fluvial/monções, homens e mulheres na construção do estado e primeiro governo da província. Uma narrativa cronológica que vai da descoberta de metais preciosos nas lavras de Paranaguá até a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo, que se tornaria o estado do Paraná em 19 de Dezembro de 1853.

A apresentação do painel é feita em sete quadros onde, em algum momento, os elementos de seu interior extravazam para outro quadro em perfeita sintonia, ou como no quadro das tropas que precedem os jangadeiros e se misturam no horizonte. Para ligar esses relatos, deixando uma unidade na obra, uma linha branca na parte inferior do painel permeia todas as imagens, dando a sensação de continuidade.





No primeiro quadro é mostrada uma cena de mineradores, ou faisqueiros, de ouro de aluvião, atividade responsável pela formação das primeiras povoações de Curitiba e Paranaguá.

No segundo quadro estão retratadas as reduções jesuíticas, que estiveram presentes no oeste e centro-oeste do Paraná, quando ainda era região disputada por portugueses e espanhóis.

No terceiro quadro sobressai um bandeirante montado a cavalo e armado e um outro homem sentado no chão, ao fundo, assumindo uma postura mais natural e nada heroica, como costuma aparecer nos trabalhos de outros artistas.

No quarto quadro estão retratados os denominados "homens bons" de Curitiba, provavelmente na câmara da cidade, com suas proposições nas mãos durante uma assembleia. Ao fundo temos a cidade, ainda como uma pequena vila, e alguns homens cortando e carregando madeira. E em primeiríssimo plano, à direita do quadro e de costas para o observador, está um índio nu observando a reunião da câmara.

No quinto quadro é retratada uma tropa de mulas, com suas cangalhas, e um tropeiro montado, à frente, lembrando que o tropeirismo era uma forte atividade econômica ligada à pecuária naquela região, tanto de gado bovino quanto de muar, e ao abastecimento de mercadorias produzidas no sul e escoadas para o sudeste e centro-oeste. Essa atividade foi muito exercida nos séculos XVII e XVIII, principalmente depois das descobertas de ouro e diamantes na região das Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, sendo responsável por suprir as necessidades dos mineiros no sertão brasileiro.

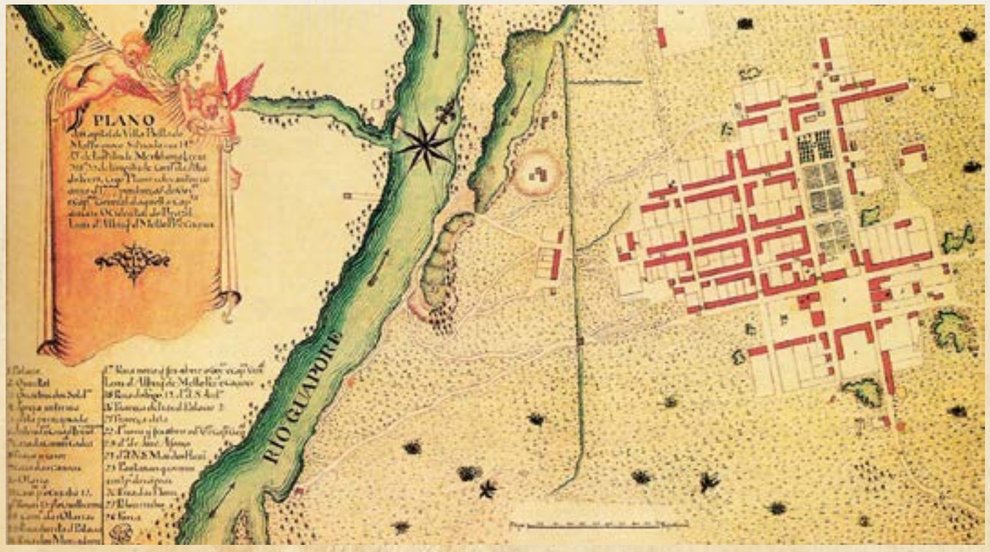
No sexto quadro temos jangadeiros em suas monções, com suas botas e chapéus, seus empregados/cativos indígenas navegando por um rio, ilustrando as viagens e o desbravamento do território paranaense ao oeste e sudoeste da região.

No sétimo e último quadro, ao fundo, temos a cidade de Curitiba com a igreja matriz assim como uma lavradora ao fundo. No primeiro plano aparecem outros dois lavradores, desta vez um homem e uma mulher, e a figura do primeiro presidente do estado do Paraná, que presidiu o estado de 1853 a 1855, Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877), que foi escritor, deputado, senador, ministro, presidente do Conselho de Ministros e presidente da Câmara dos Deputados.

Assentado no local no ano de 1995, o mural tem a forma curva e, atrás dele, um pequeno espelho d´água. Está localizado na Praça 19 de Dezembro, tradicionalmente conhecida pelo fato de abrigar importantes monumentos da capital paranaense.



Bandeirantes em Mato Grosso
Contexto Histórico



Plano da capital Vila Bela do Mato Grosso

A história registra que as primeiras incursões realizadas em território mato-grossense remontam a 1525, quando o português Aleixo Garcia (náufrago com outros companheiros da esquadra de Juan Díaz de Solís e acolhidos pelos índios carijós da ilha de Santa Catarina) parte no comando de uma bandeira, atravessando as regiões do Paraná e Mato Grosso. Vence as águas dos rios Paraná e Paraguai e avança em direção à Bolívia, chegando até o Peru para conquistar a região peruana e do império inca, em 1532, muito antes da chegada do explorador espanhol Francisco Pizzarro.

Posteriormente, portugueses e espanhóis são atraídos à região mato-grossense graças aos rumores de que havia muita riqueza naquelas terras ainda não exploradas. Também chegam jesuítas espanhóis, que construíram missões entre os rios Paraná e Paraguai. O território mato-grossense passa a ser muito disputado, mas sua posse pelos portugueses e brasileiros foi consolidada até os limites do rio Guaporé com o Mamoré, e contidas as aspirações espanholas de domínio desse imenso território.

No final do século XVII, os bandeirantes Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, penetram pelos sertões do oeste brasileiro. Entre 1673 e 1682, Manoel de Campos Bicudo subiu o rio Cuiabá até a sua confluência com o rio Coxipó-mirim, onde a bandeira montou acampamento, batizando o local de São Gonçalo. No final de 1717, seguindo o mesmo caminho do seu pai, Antonio Pires de Campos chegou ao mesmo lugar, rebatizando-o de São Gonçalo Velho.

No final do ano de 1718, chegou ao local, já abandonado, a bandeira de Paschoal Moreira Cabral Leme (1654-1730). Dalí sobem o rio Coxipó-mirim em busca de índios coxiponés, que estavam localizados às margens do rio. Travam violentos combates, quando então são mortos muitos homens, de lado a lado. Depois de serem socorridos por outra bandeira, capitaneada por Antunes Maciel, resolvem voltar para o arraial de São Gonçalo Velho, onde haviam deixado alguns homens acampados. Já no início do ano de 1719, viram-se recompensados com a descoberta de ouro nas margens do rio Coxipó-mirim e passam a se dedicar ao garimpo.



O comandante da bandeira, Pascoal Moreira Cabral, envia até a vila de São Paulo o bandeirante Fernão Dias Falcão, a fim de levar a boa nova da descoberta de ouro. A notícia se espalha e grande quantidade de pessoas das mais variadas partes da Colônia, mesmo com todas as dificuldades de acesso, as doenças e os ataques das tribos indígenas, se deslocam para as minas do rio Coxipó-mirim. Para organizar o primeiro arraial, cobrar impostos em nome da coroa portuguesa e estabelecer a justiça, os mineiros aclamaram como guarda-mor da região de Cuiabá Pascoal Moreira Cabral, que, inicialmente, ficou à frente dos trabalhos administrativos e fiscais.

As minas são exauridas rapidamente, dando nascimento a uma outra, também no rio Coxipó-mirim, porém às margens do córrego Mutuca, onde foram encontradas jazidas de ouro. Essa mina ensejou o nascimento de mais um arraial, a que deram o nome de Forquilha, nome em alusão ao fato de que esse ponto de encontro dos rios tinha o formato de uma forquilha. O local foi colocado sob a proteção de Nossa Senhora da Penha de França, padroeira desse segundo achado aurífero, e, como era de costume, ali ergueram uma capela em homenagem à santa.

No dia 8 de abril de 1719, Pascoal Moreira Cabral assina a ata da fundação de Cuiabá, no local denominado de Forquilha, às margens do rio Coxipó-mirim. Foi a forma encontrada para garantir à capitania de São Paulo os direitos pela descoberta. Monções começam a chegar à região garimpeira trazendo gente, mantimentos e ferramentas de trabalho.

Em outubro de 1722, o bandeirante sorocabano Miguel Sutil de Oliveira, tendo descido o rio Coxipó para o rio Cuiabá, onde havia plantado roça, mandou alguns índios buscar mel silvestre. No retorno, em vez do doce alimento, trouxeram pepitas de ouro, recolhidas no local que mais tarde seria conhecido como "Lavras do Sutil", nas proximidades da atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, onde seria edificada a cidade de Cuiabá. Estava descoberta a terceira jazida aurífera mato-grossense, desta vez situada no leito do Córrego da Prainha, tributário do rio Cuiabá. A quantidade de ouro era maior que a encontrada anteriormente na Forquilha.

A notícia do novo achamento aurífero reforça o deslocamento de muita gente para a região aurífera, e grande parte da população da Forquilha e até mesmo do Arraial de São Gonçalo Velho passa a minerar nessa nova área. Em 1723 já estava erguida a igreja matriz dedicada ao Senhor Bom Jesus de Cuiabá, onde hoje é a basílica.

A nomeação oficial de Pascoal Moreira Cabral como guarda-mor das minas acontece em 26 de abril de 1723, quando é expedido documento oficial pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Dom Rodrigo César de Menezes, onde se lê que "atendendo a que Pascoal Moreira Cabral tem feito entradas nos sertões à diligência de descobrir ouro, em que gastou alguns anos, com muita despesa de sua fazenda, morte de escravos e com grande risco da própria vida, pelo dilatado e agreste sertão, e multidão do gentio bárbaro, conseguindo com a sua diligência o descobrimento de ouro, que hoje se acha com grande estabelecimento no sertão do Cuiabá, e ter sido eleito pelo povo, que se achava naquelas minas, e ter sido confirmado pelo meu antecessor, o Conde D. Pedro de Almeida, hei por bem fazer-lhe mercê do cargo de guarda-mor das ditas minas [...]."

Eleito guarda-mor das novas minas descobertas, Moreira Cabral viveu ali por muitos anos. Já velho, retirou-se para a primeira localidade onde ocorrera o primitivo achado aurífero, o arraial de São Gonçalo Velho ou Arraial Velho, às margens do rio Coxipó. Seu falecimento ocorre em 1730, aos 76 anos de idade, e seu corpo foi sepultado na Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Uma provisão régia de 1723 eleva Cuiabá a distrito. Em 27 de abril de 1724, a capitania de São Paulo modifica a estrutura de administração das minas de Cuiabá para melhor administrá-las. Em seis de julho de 1726, o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Dom Rodrigo César de Menezes, e comitiva partem da vila paulista em direção à região mato-grossense com o propósito de instalar oficialmente a vila de Cuiabá. Chegam no dia 15 de novembro, e no dia 1º de janeiro de 1727 Cuiabá é elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Funda-se a Câmara de Vereadores com servidores encarregados de fiscalizar e recolher impostos.

Em 1727, milhares de pessoas são registradas em Cuiabá, exigindo do comércio realizado pelas monções a superação dos perigos da navegação nos rios para transportar alimentos e ferramentas de trabalho, assim como não recuar frente às hostilidades dos índios. A partir de 1748, Mato Grosso e Goiás foram desmembradas da capitania de São Paulo, criando-se, então a capitania do Mato Grosso, com privilégios e isenções para quem quisesse se fixar na região.

O Tratado de Madri, de 1750, legaliza as incorporações territoriais luso-brasileiras, inclusive as conquistas bandeirantes na região do Mato Grosso, definindo praticamente o contorno atual do Brasil. Em 17 de janeiro de 1751, o governador da capitania do Mato Grosso, Dom Antonio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja (1709-1782), toma posse do cargo e, em 1752, funda a Vila Bela da Santíssima Trindade às margens do rio Guaporé. Faz alianças com os indígenas e, em 1761, inicia uma batalha por questões de limites com a Espanha. Em 1766, os castelhanos e os missionários espanhóis são expulsos do território mato-grossense. Para consolidar a região brasileira é construído, em 1772, à margem do Guaporé, o Forte Real do Príncipe da Beira, e no sul, sobre o rio Paraguai, abaixo do rio Miranda, o presídio de Nova Coimbra. No mesmo período são fundadas outras vilas na região. No ano de 1801 surgem novos conflitos com a Espanha, novamente por questões de fronteira, mas em 1802, a paz chega finalmente à capitania do Mato Grosso, e sua extensão territorial é consolidada. Em 17 de setembro de 1818, Cuiabá foi alçada à condição de cidade por provisão régia assinada por D. João VI. A sede da capitania, porém, ainda era a Vila Bela da Santíssima Trindade. Somente no dia 28 de agosto de 1835 Cuiabá se tornou a capital da então província de Mato Grosso, que se transformaria em estado com a proclamação da República.



Índios apiaka no rio Arinos em Mato Grosso | 1827 | Hércule Florence

Homenagens aos Bandeirantes em Cuiabá





Fotos: Fábio de Paula

O Monumento aos Bandeirantes está localizado na Avenida Coronel Escolástico, no Bairro Bandeirantes, em Cuiabá (MT). Foi inaugurado em 1969, durante as comemorações dos 250 anos de Cuiabá, e presta uma homenagem aos pioneiros com estátuas que retratam a importância dos três elementos que marcaram a história da cidade e contribuíram para a sua formação. A figura ao meio retrata o homem branco sob o busto do bandeirante Pascoal Moreira Cabral como desbravador da região. A figura do índio da tribo coxiponé representa todas as nações indígenas da capitania do Mato Grosso (atuais MT, MS e RO), e a figura do negro representa os escravos que serviram de mão de obra para o desbravamento, a construção, a consolidação e o progresso do estado.

O Centro Histórico de Cuiabá – Patrimônio Histórico do Povo Brasileiro
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá (MT)

O Centro Histórico de Cuiabá abrange cerca de 13 hectares, onde estão aproximadamente 400 edificações remanescentes dos séculos XVIII, XIX e XX, e conta a história da formação da cidade, sendo a expressão cultural da capital mato-grossense. É formado pelas primeiras vias urbanas da cidade, abertas a partir da descoberta de ouro às margens do córrego da Prainha, em 1722. O período de mineração na região foi curto, mas foi fundamental para definir os eixos de ocupação da cidade. A cidade foi crescendo e consolidando outros espaços, como o quadrilátero do largo da matriz, onde, além dela, estavam o pelourinho, a casa de câmara e cadeia e a residência dos ouvidores e juízes de fora.









Palácio da Instrução | Cuiabá MT

Toda a área do centro histórico está sob a proteção dos governos federal, estadual e municipal, tendo em vista a conservação e preservação do traçado urbano colonial. O tombamento foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 19 de agosto de 1988 e foi homologado pela Portaria nº 10, de 4 de novembro de 1992, do Ministério da Cultura. O tombamento garante a preservação dos valores históricos e culturais do centro da cidade, especialmente na área onde o arruamento da antiga Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá continua praticamente intacto, abrigando casario e monumentos de quase 300 anos de evolução urbana e cultural de sua arquitetura setecentista e bandeirista. O Iphan tem trabalhado em conjunto com o estado e o município visando preservar esse importante patrimônio histórico do povo brasileiro.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Benedito



A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Benedito é um dos marcos de fundação da cidade de Cuiabá, tendo sido construída por volta de 1730, de acordo com a técnica da taipa de pilão, próximo às margens do córrego da Prainha, em cujas águas Miguel Sutil descobriu as minas de ouro que impulsionariam a colonização da região. É considerada a mais antiga da cidade, já que das três primeiras, somente esta sobreviveu à demolição, ao contrário da Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho e da Catedral Metropolitana Basílica do Senhor Bom Jesus. É uma testemunha da colonização portuguesa e da sua expansão das fronteiras para além do Tratado de Tordesilhas. Atualmente, ela é palco da Festa de São Benedito, uma das mais importantes festas religiosas do estado de Mato Grosso.

Ao pé da colina onde hoje está a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Benedito, à margem esquerda do córrego da Prainha, estava localizada a maior mina de ouro da região. Foi essa mina a origem da povoação de Cuiabá, que se deu à margem direita do córrego, em torno das jazidas. Esse local é mencionado em 1722 por José Barbosa de Sá, ao relatar a descoberta do metal precioso por índios que, a mando de Miguel Sutil, buscavam mel, no lugar chamado "tanque do Arnesto", onde foi construída a capela de Nossa Senhora do Rosário. Ainda em 1722, Barbosa de Sá comenta sobre *"huma capellinha a San Benedito* [erguida pelos homens negros da região] *junto ao lugar chamado despois rua do cebo, que dahy a poucos annos cahio e não se levantou mais"*. Não se sabe qual seria a localização da "rua do cebo". Depois, a capela teria sido reerguida anexada à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, como aconteceu em várias regiões da América portuguesa. Essa seria a primeira menção conhecida sobre a igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Benedito.

Além disso, a igreja aparece em duas ilustrações de Cuiabá feitas no período de 1771 e 1780, durante o governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, hoje arquivadas na Casa da Ínsua, na vila portuguesa de Penalva do Castelo. A igreja também aparece, mais detalhadamente, no "Prospecto da Villa do Bom Jesus do Cuiabá [...]", feito em 1790 pela Expedição Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792) ao passar pela cidade. Nessa ilustração, ela se mostra com características típicas da capela bandeirista, com a única porta na fachada e o campanário formado por um telhado de quatro águas sobre os esteios aparentes.





Prospecto Villa de Bom Jesus de Cuyabá

A igreja aparece também em plantas antigas de Cuiabá. Duas delas, no acervo do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, mostram a "capella do Rosario" (uma com data estimada entre 1770 e 1780 e outra datada entre 1770 e 1775), e outra, no arquivo da Casa da Ínsua, datada de 1777, mostra a "capella da Srª do Rosario". Depois, nos dois séculos seguintes, ela aparece com uma torre com cúpula e três janelas na altura do coro, acima da porta principal, como pode ser visto na gravura de Karl von den Steinen e em uma fotografia de 1910. É possível ver também, na gravura de Steinen, as aberturas na lateral esquerda e os pináculos sobre os cunhais.

O trabalho arqueológico realizado durante a última restauração acabou descobrindo vestígios de uma capela da qual restou uma parede de quatro metros de largura por três metros e meio de altura entre o púlpito e o altar lateral oeste. Sobre essa parede há uma descontinuidade do material: taipa de pilão abaixo da linha de ruptura e tijolos de adobe acima. A partir dessa parede foi construída a nave principal da atual igreja do Rosário. Posteriormente a igreja foi ampliada, em direção ao coro e até o retábulo da capela-mor. Nessa mesma ampliação foi construída a ala lateral oeste. Ainda no século XVIII a igreja tomou as configurações atuais, quando foi feita a segunda ampliação. O coro e os fundos do altar foram ampliados e a ala lateral leste foi levantada. É possível notar as diferenças de acabamento e cor entre os tipos de argila usados na taipa da ala leste.

Em 1928, a igreja passou por uma reforma, na qual a fachada colonial foi substituída por uma com torre central e pontiaguda, de características neogóticas. Essa reforma teria tido como inspiração a construção de outros templos neogóticos em Cuiabá, nomeadamente a Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora e a Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho.

A igreja apresenta fachada de grande simplicidade, típica da arquitetura colonial brasileira, que esconde, em seu interior, a belíssima decoração barroco-rococó nos altares, com uma rica talha dourada e prateada. Ela é formada pela nave central, ladeada por duas alas, com pé-direito menor. A nave possui os cunhais da fachada ressaltados, e a porta principal é de madeira com verga reta e duas folhas. Há, na altura do coro, três janelas, também de vergas retas e de madeira, além de um óculo no frontão. Sobre as janelas e a porta principal há detalhes em relevo, e sobre os cunhais da fachada, que é arrematada com cimalha, há pináculos. Na nave lateral, à esquerda, há também uma porta, igualmente de madeira e verga reta, mas menor que a principal. Há uma única torre, a oeste, com cúpula de meia laranja e uma abertura com volta plena em cada face. Na torre estão os sinos e, sobre ela, assim como sobre o frontão, há uma cruz sobre pedestal. A nave principal possui telhado de duas águas, de telha capa e canal, enquanto que as alas laterais, água única.



A nave é única e as paredes são desprovidas de adornos. O piso é de madeira e em níveis: o da entrada, mais baixo, era ocupado pelos escravos e pela população de um modo geral; o segundo nível, antes do arco-cruzeiro, serve de acesso às alas laterais; o penúltimo era para os membros das irmandades; e o mais alto, junto ao altar, reservado para o sacerdote. Acima da entrada existe um coro de madeira, acessível a partir da nave por uma porta a oeste, e nas paredes laterais da nave sobressaem seis janelas com parapeitos falsos e baldaquino. Estas são basculantes, se abrem acima dos telhados das alas laterais e são de tábuas recortadas e pintadas de branco, possuindo caixilho envidraçado em aro de madeira com verga reta, ao contrário das janelas mais baixas do prédio, que se abrem para a praça e possuem folhas e balaústres de madeira com seção quadrada em quina, característica típica da arquitetura bandeirista.

A leste e a oeste, nas paredes da nave, há dois púlpitos, acessíveis por escadas nas alas laterais e destinados à pregação. Entre o púlpito da parede oeste da nave e uma porta que dá acesso à ala oeste estão os já citados vestígios da parede do que teria sido a primeira capela. O forro da nave é do tipo gamela, com as tábuas lisas pintadas de branco. O telhado possui três tirantes grossos de madeira que servem para fazer o travamento da cobertura, evitando o afastamento das paredes altas da nave.

No fim da nave, ao norte, está o arco-cruzeiro que delimita o espaço entre esta e a capela-mor. Ele é formado por um arco coberto com madeira sobre duas colunas de taipa, também cobertas com madeira. Nele, há uma tarja com uma inscrição característica de Nossa Senhora, um *M*. Ladeando o arco há dois retábulos de características barroco-rococó, provavelmente do fim do século XVIII. Ambos possuem ornamentação semelhante, tendo cada um mesa entalhada em rocalha, rico coroamento, policromia em uma combinação de azul, vermelho e cor-de-rosa, talha dourada, detalhes em prata (única no país com elementos do gênero e uma imagem entronizada em pedestal, com dois pares de colunas ladeando-a. As colunas possuem capitéis coríntios, pintura marmorizada e são lisas, exceto em seu terço inferior, onde possuem frisos.

No altar direito está uma imagem de Nossa Senhora do Carmo e, no esquerdo, uma imagem de São Benedito. A imagem de Nossa Senhora do Carmo possui, na mão direita, um escapulário de prata, próprio da devoção carmelita. Na mesa do altar de São Benedito há um sacrário em que fica guardada uma urna com uma relíquia do santo: um pedaço da pele de São Benedito, vindo de Roma em 1983, doado pelos franciscanos. Após o arco-cruzeiro está a capela-mor. Ela possui piso de madeira e forro com as mesmas características dos da nave, além de quatro janelas altas, parecidas com as da nave, mas com pintura marmorizada.

Ao fundo da capela-mor, atrás do atual altar, há um retábulo barroco com detalhes rococós. Assim como os retábulos dos altares laterais, o da capela-mor é datado do fim do século XVIII, sendo provavelmente anterior àqueles, por causa da maior presença de características barrocas. Este retábulo possui policromia marmorizada, datada do começo do século XIX, em tons verde e azul-cobalto, que constitui um fundo para os detalhes dourados e prateados entalhados em relevo. Ao centro do retábulo



há um fundo nicho central em um dossel arrematado por frontão e volutas laterais, que é dedicado à imagem da padroeira, entronizada sobre um pedestal formado por três lanços superpostos com forma bombeada. O altar ainda possui escudo rococó ao centro e peanhas laterais para estatuária; cada uma, entre um par de colunas salomônicas apoiadas sobre mísulas trabalhadas. No fundo do camarim, atrás da imagem da padroeira, há uma pintura floral, não correspondente à arte do conjunto do retábulo.

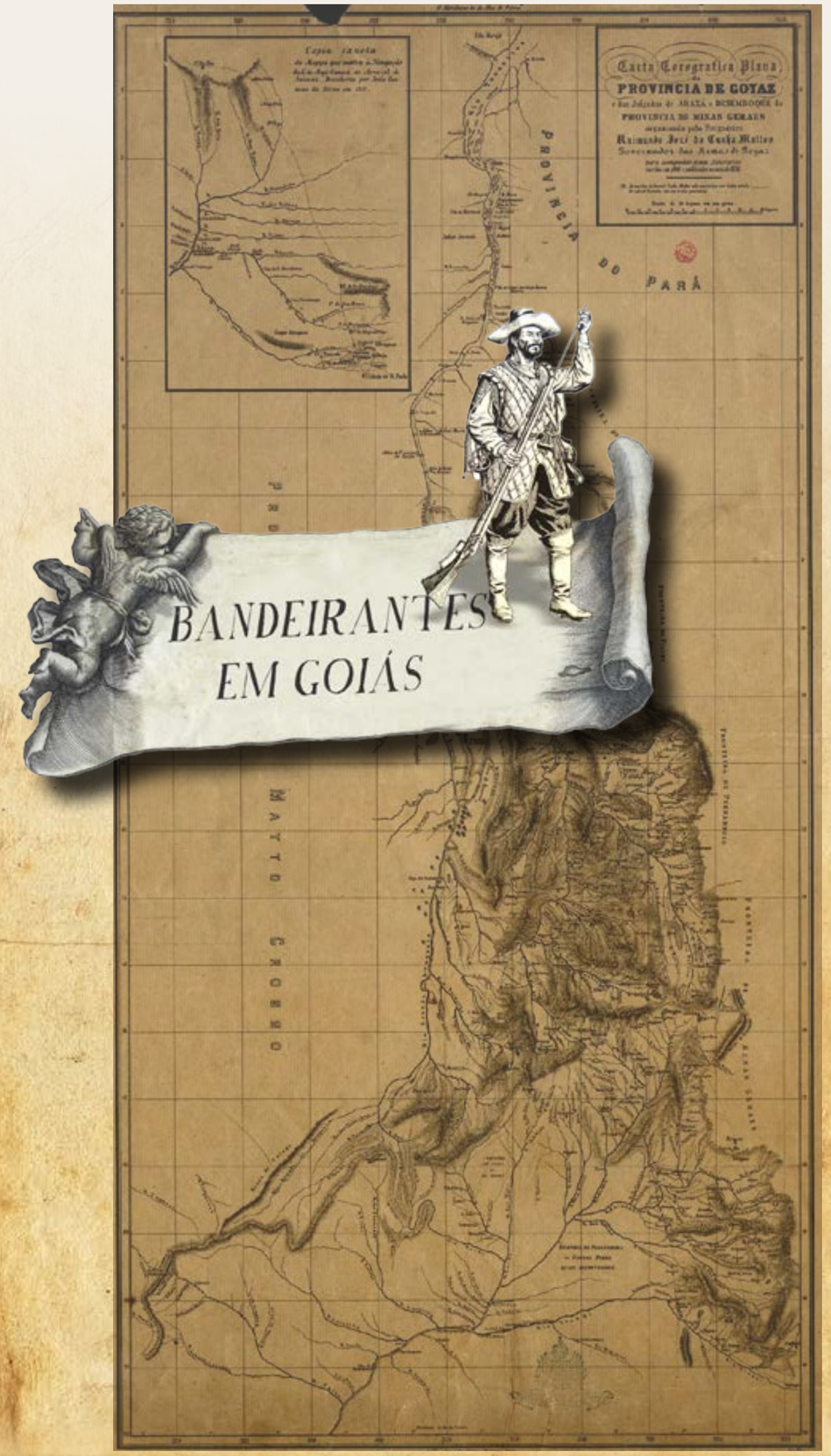
Estão no altar-mor, desde o século XVIII, três imagens esculpidas em madeira. No nicho central, sobre o pedestal escalonado, está a de Nossa Senhora do Rosário, que é digna de nota por possuir na peanha sete anjos: dois de corpo inteiro a ladear outros cinco dispostos em duas filas, deixando mostrar somente as cabeças. A leste está a imagem de São José de Botas e a oeste a de São Francisco de Paula. A devoção a São José de Botas veio com os bandeirantes paulistas, enquanto São Francisco é padroeiro da irmandade que leva seu nome.

A igreja possui duas alas laterais. A ala lateral leste possui três salas e o acesso à torre sineira, que se dá por uma escada helicoidal, até o nível do coro, e depois por escada reta até o local dos sinos. Estes são três, de bronze. Ao norte da torre sineira há uma sala onde funcionava a secretaria da igreja e agora é destinada a oração. Na próxima sala ao norte, à direita da capela-mor, fica o batistério, em um nicho na parede externa da igreja. Na parede oposta, que faz limite com a capela-mor, em outro nicho, está uma imagem de Nossa Senhora do Carmo. A leste da nave há outra ala lateral. Ela possui uma sala, ao sul, e uma capela dedicada a São Benedito, ao norte. Na sala ao sul está a parede cujo trecho foi deixado, na última restauração, sem o reboco, para mostrar sua textura original.

A capela de São Benedito possui piso de ladrilho hidráulico, e as janelas, como já dito, são de madeira e possuem verga reta e balaústres com seção quadrada em quina, também de madeira. O forro é de tábuas lisas de madeira, pintadas de branco. Há quatro portas na capela que a ligam à capela-mor, a oeste; à sala da comunidade, ao sul; aos fundos do altar-mor, ao norte; e ao exterior, a leste. Próximo à porta, no fim da capela, aos fundos, está o seu altar, com uma imagem de São Benedito. Na última restauração foram retirados o altar central, moderno, e a mesa de comunhão, além de terem sido desfeitas modificações passadas. Na parede alta da capela há outra imagem de São Benedito, em nicho.

A Igreja foi tombada em 4 de dezembro de 1975 pelo antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), após o processo de tombamento nº 553-T-57A. A igreja encontra-se registrada no Livro do Tombo das Belas Artes, sob inscrição número 523, e no Livro do Tombo Histórico, sob inscrição número 457. O tombamento inclui todo o acervo da igreja, como retábulos, alfaias, imaginárias, o mobiliário antigo ainda restante e todo seu acervo. Em 15 de outubro de 1987, a Fundação Cultural de Mato Grosso tombou a igreja do Rosário através da portaria nº 76/87, referente ao Processo de Tombamento de Bens nº 03/87. Nesse tombamento foram incluídos os imóveis vizinhos como área de entorno. Por fim, a igreja e seu entorno foram incluídos no tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, tombado em 24 de março de 1993, após o processo nº 1180-T-85.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito está localizada na Praça do Rosário, em área antigamente conhecida como colina do Rosário, na esquina da Avenida Coronel Escolástico com a Rua Praça do Rosário, próximo ao Morro da Luz e da Avenida Tenente-Coronel Duarte. https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_Nossa_Senhora_do_Ros%C3%A1rio_e_S%C3%A3o_Benedito_(Cuiab%C3%A1).



Bandeirantes em Goiás
Contexto Histórico

A região que hoje corresponde ao estado de Goiás ficou por muito tempo configurada nos mapas europeus como terra desconhecida e habitada por indígenas. O historiador, escritor e poeta goiano Antonio Americano do Brasil nos ensina que o desbravador das terras ocupadas pelos índios da nação Goyas foi o sertanista Sebastião Marinho, em 1592, no reinado de Felipe II (União Ibérica), e que a primeira grande bandeira que percorreu esse território foi a do capitão-mor Domingos Rodrigues, no ano de 1596. Outros bandeirantes pisaram as terras goianas durante os séculos XVI e XVII, entre eles, Luiz Castanho de Almeida, que transpôs as terras entre São Paulo e o rio Paranaíba, em 1671, e penetrou em Goiás, mas foi infeliz no decorrer de sua jornada porque acabou sendo morto pelos próprios índios que acompanhavam a expedição. Ainda nesse mesmo ano, a bandeira de Antônio Soares Paes adentra o sertão dos goyazes, encontra os destroços da bandeira de Castanho e, prosseguindo, alcança o alto planalto goiano.

No final do século XVII o sertanista Bartolomeu Bueno da Silva organizou uma bandeira rumo ao sertão goiano com o propósito de aprisionamento de indígenas e descoberta de possíveis lavras de ouro. Da bandeira faziam parte aproximadamente 150 pessoas, incluindo-se o filho de Anhanguera, ainda adolescente. Partindo da vila paulista de Santana de Parnaíba, seguiram na direção noroeste por uma trilha de índios denominada de "Caminho dos Guayazes, ou Goyazes". No seu percurso, a bandeira atravessou o sul do atual estado de Goiás, chegando ao rio Araguaia. Dali, Bartolomeu segue o curso das águas do rio Vermelho e chega, por acaso, às aldeias dos índios da nação Goyá, tidos como um dos grupos mais pacíficos daquela região. No local, constroem barracos de palha e plantam roças com o propósito de armazenar gêneros alimentícios para o retorno a São Paulo. Também trabalham para descobrir ouro nas margens do rio Vermelho.

Durante o plantio das roças, a maior parte dos homens da bandeira de Bartolomeu Bueno também se embrenhava pelas águas do rio Vermelho de seus afluentes na tentativa de descobrir o metal precioso. Há muitas versões de historiadores sobre esse acontecimento, mas todas elas convergem para um ponto comum quando dizem que, nessa época, o bandeirante, ao reparar que algumas mulheres índias se enfeitavam com peças de ouro, quis saber de onde provinha o minério. Como o segredo não lhe foi revelado, manteve a convicção de que as jazidas seriam encontradas, não importava o tempo. Certo dia, o bandeirante teria interrogado um grupo de indígenas a respeito da localização das minas. Como não obteve resposta, ateou fogo na aguardente que depositara numa vasilha e, em seguida, ameaça fazer o mesmo com todos os rios e lagoas da região, caso eles não revelassem o local das minas. Apavorados, os goyazes teriam apelidado o bandeirante de Anhanguera – diabo velho (ou espírito do mal, segundo outros autores). Revelado o local das jazidas de ouro, o bandeirante teria extraído tudo que fosse possível transportar e marcha de volta para a vila de Santana do Parnaíba (SP), levando, inclusive, indígenas aprisionados para trabalhar nas lavouras paulistas.



Perspectiva de Villa Boa de Goyas | Joaquim Cardozo Xavier



No final do século XVII, o bandeirismo de aprisionamento encerra seu ciclo, pois crescem as iniciativas da coroa portuguesa para a descoberta de riquezas do subsolo e são expedidas inúmeras provisões régias datadas desse período incentivando as expedições pelos sertões. As bandeiras são formadas e a maioria delas se destinam exclusivamente ao descobrimento de minas de prata, ouro e pedras preciosas. No século XVIII, auge da extração da riqueza mineral em solo brasileiro, toneladas de ouro são enviadas para Lisboa, satisfazendo uma corte ávida por riqueza e gastos astronômicos. A dinastia de Bragança não mede esforços para manter suas posses e organiza um rígido esquema administrativo para controlar as regiões mineradoras.

Depois das descobertas das produtivas minas de ouro nas Minas Gerais e em Cuiabá, no Mato Grosso, as atenções do governo português e dos bandeirantes se voltam para Goiás, pois a ideia corrente era de que filões de metais preciosos se dispunham de forma paralela em relação à linha do Equador, alimentando a hipótese de que, entre esses dois pontos, também haveria do mesmo ouro, em abundância. Assim, foram intensificadas as investidas bandeirantes, principalmente paulistas, em território goiano que culminariam tanto com a descoberta quanto com a apropriação das minas de ouro dos índios guayazes, que seriam extintos dali mais rapidamente que o próprio metal.

Com a descoberta de ouro na capitania de Minas Gerais, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (filho), estabeleceu-se em Sabará e, mais tarde, em São João do Pará e Pitangui, onde foi nomeado assistente do distrito. Voltou a Santana de Parnaíba para organizar uma bandeira para retornar a Goiás. Em carta datada de 13 de janeiro de 1720, ele e mais os bandeirantes Bartolomeu Paes de Abreu e Domingos Rodrigues do Prado requerem licença ao rei de Portugal, D. João V, para retornar às terras dos índios goyazes à procura de minas de ouro, prata e pedras preciosas, podendo navegar "pelos centros da América". Em troca pediam a isenção de impostos pelas passagens dos rios que encontrassem, por três gerações, e outras vantagens.

Logo que assumiu o governo da capitania de São Paulo, em 5 de setembro de 1721, Dom Rodrigo Cesar Menezes tratou de inteirar-se do oferecimento dos bandeirantes da vila de Santana de Parnaíba, examinando os termos da carta régia de 14 de fevereiro de 1721, em que o rei D. João V deferia o pedido de Bueno e de seus sócios para irem à procura de riquezas e ordenava ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo que verificasse das posses, merecimentos, condições e conhecimentos dos requerentes, autorizando a contratar a expedição com os arrojados paulistas, mas tudo por conta dos próprios bandeirantes.

As tratativas entre o governador e o bandeirante chegaram a bom termo, como se conclui de uma carta do primeiro a D. João V, em data de 10 de setembro de 1721, em que havia sido estabelecido o ajuste de uma bandeira aos sertões dos goyazes, devendo ter andamento na monção de junho de 1722. Os preparativos foram feitos, e o capitão-mor Bartolomeu Bueno da Silva organizou uma poderosa bandeira com mais de cento e cinquenta homens na qual tomaram parte os mais práticos guias dos sertões.



Vista da vila de Catalão | Cliche de H. Morize e fotografia de Hélio G. Dujardim



No dia 30 de junho de 1722, o governador e capitão-mor da capitania de são Paulo, D. Rodrigo Cezar de Menezes, dá um regimento ao cabo da tropa, pelo qual se devia guiar e agir durante a viagem. Recomendava fé em Deus e bom tratamento para os capelães que acompanhavam a tropa, autorizando o chefe da empresa a nomear o guarda-mor e escrivão das minas que fossem descobertas, podendo dar outras providências e proceder como melhor entendesse nos casos omissos nos estatutos, constantes de quatorze parágrafos. Em 3 de julho de 1722, a grande expedição seguiu de São Paulo, tomando a estrada de Mogi, rumo ao Rio Grande e ao sertão dos índios goyazes.

Em 3 de setembro de 1722, o governador envia correspondência ao rei de Portugal, D. João V, informado ao monarca sobre a autorização concedida a Bartolomeu Bueno da Silva e a seu genro João Leite da Silva Ortiz para empreender uma bandeira em direção ao sertão dos goyazes e sobre a capacidade e grande conhecimento do território a ser explorado pelos dois bandeirantes, "principalmente o capitão Bartolomeu Bueno da Silva, o qual tem larguíssima experiência de todo aquele sertão dos guayazes".

Na investida pelo interior percorrem grandes extensões de terra da nação dos índios goyazes, porém um grupo desgarrou da bandeira e, descendo o rio Tocantins em uma viagem tormentosa, acaba chegando a Belém do Pará, onde seus componentes são presos. Nessa ocasião, esses homens informaram aos portugueses que ouviram Bartolomeu Bueno afirmar que não voltaria à vila de São Paulo sem realizar a importante descoberta que havia proposto ao governo. O governador e capitão-mor da capitania de São Paulo, Dom Rodrigo Cesar Menezes, impaciente com as notícias recebidas do norte, publica um chamado no dia 1º de abril de 1725, convidando outros bandeirantes para uma expedição em socorro a Bartolomeu Bueno da Silva. Conhecida a grande notoriedade que tinha o bandeirante Francisco Vaz de Muniz das entradas pelo sertão, foi-lhe dado o comando da bandeira de auxílio. Em 24 de outubro, Dom Rodrigo participa ao rei português as medidas tomadas no intuito de socorrer os audaciosos sertanistas.

Parte da bandeira, sob o comando de Bartolomeu Bueno, havia tomado o rumo sudoeste à procura da tribo dos índios goyazes. Nesse percurso acaba encontrando ouro em três ribeirões ao longo do seu trajeto: o primeiro, em Palmeiras, no sul da região goiana; o segundo, no rio Claro, manancial denominado de Pasmado; e o terceiro, o de Pilões. Depois de descer por um curto trecho do Araguaia, regressou com parte de sua bandeira (cerca de 40 pessoas) para a vila de São Paulo, chegando no dia 21 de outubro de 1725, depois de três anos, três meses e dezoito dias de peregrinação pelos sertões, com a grata satisfação de ter descoberto ricas lavras de ouro, apesar do perigo enfrentado e a morte de muitos companheiros da expedição. O governador envia correspondência ao rei D. João V, datada de 22 de outubro, relatando as boas notícias e as dificuldades encontradas pelos bandeirantes, inclusive a justificativa pela demora de notícias da expedição, solicitando permissão e apoio para Bartolomeu Bueno constituir nova bandeira e retornar às terras dos goyazes. A resposta do monarca veio em 29 de abril de 1726, autorizando atender todos os pedidos formulados pelos descobridores das minas de Goiás.

Depois de oito meses na vila de São Paulo, reparadas as forças combalidas pela grande empreitada, refeitos os estragos provocados na tropa, recebida a provisão de 2 de julho de 1726, o agora capitão-mor das minas descobertas em Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva, toma novamente a direção do sertão dos goyazes aproveitando a monção mais apropriada, no início de julho de 1726. Nessa mesma ocasião, o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Dom Rodrigo César de Menezes, e comitiva partem da vila paulista em direção à região matogrossense com o propósito de instalar oficialmente a vila de Cuiabá.



Centro Histórico da Cidade de Goiás | Casimiro Neto,

A bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva entra novamente em território goiano no início de julho de 1726 guiando-se ainda pelo velho regimento. Partiam com a esperança de descobrir mais ribeirões auríferos, levantar povoados e reconhecer a verdadeira extensão do novo território. O trajeto empreendido por essa expedição foi bem mais fácil e rápido, pois já detinham o conhecimento da região. Depois de seis meses de caminhada chegam a um local denominado de Barra, às margens do rio Vermelho. Bueno determina aos seus companheiros que procurem o terreno onde seu pai plantara roça, no final do século XVII. Após alguns dias de procura, o local é encontrado e o ouro também. Nas proximidades é levantado o primeiro povoado em terras goianas, que ficou denominado de Arraial da Barra – marco zero do estado de Goiás (atualmente Buenolândia, distrito da Cidade de Goiás). Em meados de 1727 são achados melhores veios de ouro na região que seria depois a Vila Boa de Goyaz. A maioria dos habitantes do arraial da Barra se deslocam para a nova lavra e levantam no local o arraial de Nossa Senhora de Sant'Anna e a respectiva capela. Em 1729 o arraial de Nossa Senhora de Sant'Anna tornou-se distrito com a denominação de Sant'Anna de Goyaz, onde seria implantada futuramente a primeira vila em território goiano.

Realizada a fundação, conhecidas as minas dos arraiais do Ferreiro, Barra, Vila Boa de Goyaz e de muitas outras, além das encontradas na primeira viagem, Bartolomeu Bueno da Silva retorna em meados do ano de 1728 à Vila de São Paulo para levar as boas notícias ao governador, como determinava as leis portuguesas. Ali foi investido no cargo de capitão-regente e superintendente das minas de Goiás, por provisão real de 8 de agosto de 1728, referendada a contragosto pelo novo governador da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel. Nessas suas funções, o descobridor tinha a administração da justiça civil, criminal e também a militar. No dia seguinte à assinatura da provisão de Bueno, uma outra é assinada, e o seu genro João Leite da Silva Ortiz recebe a investidura do cargo de guarda-mor das minas de Goiás.

O historiador Carvalho Franco, em seu livro *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*, publicado em 1940 pela Editora Brasiliana, nos ensina que "nesse território, com o tempo, foram feitos outros descobrimentos de ouro. Assim, em 1729, Manuel Peres Cañares descobriu as minas e fundou o arraial da Anta, e Manuel Dias da Silva revelou as minas de Santa Cruz e de Caldas; em 1730 Manuel Rodrigues Thomar patenteou as minas de Meia Ponte, e em 1732, as da Água Quente; em 1733 Amaro Leite Moreira encontrou as do rio Maranhão; em 1734 Domingos Rodrigues do Prado descobriu ouro no sítio dos Crixás, e Manuel Ferraz de Araujo revelou as minas de Natividade; em 1735 Antonio Ferraz de Araújo encontrou ouro no Tocantins, e Antonio de Sousa Bastos, em Trahyras; em 1736 Carlos Marinho descobriu as minas de São Félix, e Antonio da Silva Cordovil, as de Santa Rita, de Muquem e de Cachoeira; em 1738 Antonio Sanches achou minas em Pontal; em 1739 Francisco Ferraz Cardoso revelou ouro nas cabeceiras do rio de Manuel Alves; em 1740 Domingos Pires fundou o arraial aurífero de Cavalcanti; em 1741 Antonio de Godoy Pinto da Silveira descobriu as minas do Pilar; em 1746, Antonio Bueno de Azevedo, as de Santa Luzia, e Manuel de Sousa Ferreira, as do Carmo".

A grande quantidade de ouro extraído das minas de Goiás, a importância econômica do território para a coroa portuguesa, o contrabando e as lutas internas obrigaram o governo da capitania a fazer um controle rígido e efetivo na região. As cartas régias de 11 de fevereiro e de 12 de março de 1736, ao mesmo tempo que legislavam sobre o imposto aurífero, determinavam a instalação de uma vila no distrito de Nossa Senhora de Sant'Anna. O governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, Conde de Sarzedas, faleceu no dia 28 de agosto de 1737, durante seu deslocamento para implantação da primeira vila em território goiano. Por isso, somente no dia 25 de julho de 1739 a freguesia de Nossa Senhora de Sant'Anna foi elevada à condição de vila e rebatizada com o nome de "Vila Boa de Goyaz", quando o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Dom Luís de Mascarenhas, Conde D'Alva, também inaugurou o pelourinho.



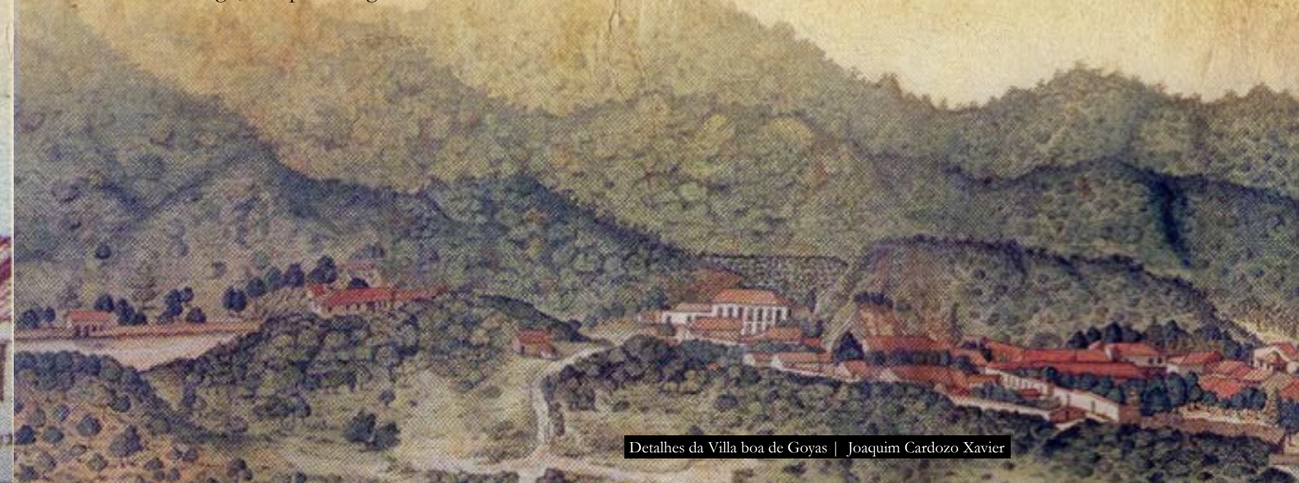
Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Sul para o Norte no ano de 1751 | Arquivo da Casa da Ínsua, Portugal

BANDEIRANTES EM GOIÁS

Pela provisão régia de 9 de maio de 1748, o rei de Portugal, D. João V (1689-1750), apelidado de "O Magnânimo", reconhecendo a desnecessidade da existência do imenso governo da capitania de São Paulo, cria a capitania de Goiás e a capitania de Mato Grosso. No dia 8 de novembro de 1749 toma posse o primeiro governador da capitania de Goiás, Dom Marcos José de Noronha e Brito (1712-1768), 6º Conde dos Arcos, sendo na ocasião instituída oficialmente a nova capitania.

Durante seu governo, o Conde dos Arcos autoriza a construção da Casa de Fundição, inaugurada em 1752; do palácio do governador, que levaria seu nome (Conde dos Arcos), em 1751; e, nesse mesmo ano, um quartel militar (o Quartel do Vinte). Já o governador e capitão-general Luís da Cunha Pacheco e Meneses (1743-1819), Conde de Lumiares, durante sua administração, no período de 1778 a 1783, cuida muito bem da cidade, promovendo o alinhamento das ruas, a demarcação do distrito, organizando a grande Praça do Chafariz, criando um açougue público, arborizando a cidade, principalmente com a implantação da alameda de árvores, que serviu de passeio público, no Largo do Chafariz. Em 1782 incumbe o soldado dragão do Regimento de Cavalaria Manoel Ribeiro Guimarães da tarefa de levantar por inteiro a planta urbana de Vila Boa de Goyaz, marcando corretamente as ruas existentes e as planejadas, os lotes construídos e as chácaras. Esse reordenamento do processo de ocupação delineou um modelo de urbanização que perdurou ao longo do tempo.

A página do portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos esclarece que Vila Boa de Goyaz, nascida em 1727, "nos contrafortes ocidentais da Serra Dourada, às margens do rio Vermelho, é a única testemunha íntegra da arquitetura bandeirista remanescente da saga da conquista do centro-oeste brasileiro. Quando o bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, incentivado pelo governador de São Paulo Rodrigo César de Menezes descobriu ouro nas margens daquele rio, tratou de erguer uma capela dedicada a Santana, dando início à povoação. Sua implantação e arquitetura são, assim, descendentes diretas do que se praticava em São Paulo, que, por sua vez, trazia do Reino princípios básicos, urbanísticos e construtivos, adaptados imediatamente à topografia e aos materiais locais. A cidade desenvolveu-se a partir do Largo do Rosário, na margem direita do rio, e do Largo da Matriz, na margem esquerda. O todo compõe um harmonioso conjunto de arquiteturas ao mesmo tempo diferentes, pelo estilo das fachadas, e homogêneas, em razão do tamanho e das proporções do casario. A malha urbana, acima de tudo regular, adapta-se às surpresas do relevo, o que confere a cada rua um aspecto particular e oferece, a cada cruzamento, vistas surpreendentes. Em Goiás, as três principais praças, que recebem a designação de largo, existem desde o início do aglomerado. Apresentam-se com uma base em forma de triângulo e são circundadas por uma massa de edifícios residenciais, em sua grande maioria, térreos, dando suporte à volumetria de um edifício que merece ser destacado. O primeiro e mais antigo desses é o Largo do Rosário, em alusão à igreja de mesmo nome pertencente à Irmandade dos Pretos. O Largo da Matriz, também conhecido como Largo do Palácio, é onde os primeiros exploradores erigiram a pequena capela dedicada a Sant'Anna. O mais amplo espaço público da cidade é, no entanto, o Largo da Cadeia, mais conhecido como Largo do Chafariz. Suas dimensões tornam mais evidente a declividade do terreno e disfarçam sua forma triangular. Foi criado para cumprir o papel de centro gerador da vila. O acesso ao largo pela parte mais baixa faz com que o edifício da antiga Câmara, hoje conhecido como Museu das Bandeiras, assuma um grau de monumentalidade ao se projetar sobre os edifícios residenciais térreos e vernaculares do entorno próximo. O chafariz, que dá nome ao largo, completa magistralmente o cenário".



Detalhes da Villa boa de Goyas | Joaquim Cardozo Xavier



A mineração em Goiás teve o seu ápice em meados do século XVIII. A partir daí a extração e exploração do ouro foi diminuindo drasticamente e acabou entrando em decadência, provocando o abandono de muitos povoados goianos. Com o esgotamento do ouro, a capital Boa de Goyaz entrou em um longo período de estagnação, teve sua população reduzida e precisou reorientar suas atividades econômicas para a agropecuária, mas sua vida cultural e social não deixou de estar sintonizada com a cidade de São Paulo e também do Rio de Janeiro, sede do governo português no Brasil.

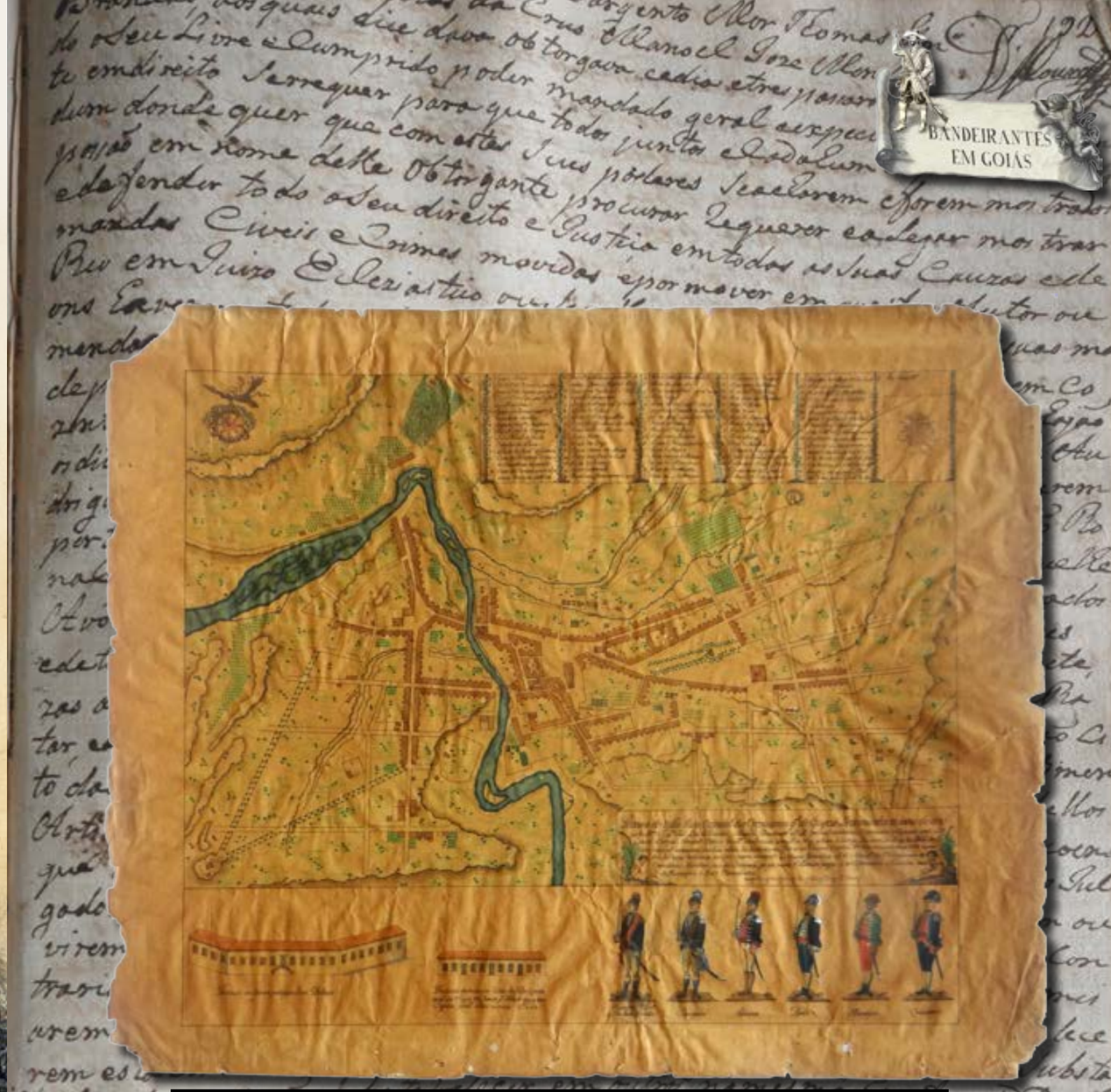
Em 17 de setembro de 1818, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, através de portaria, eleva Vila Boa de Goyaz à categoria de cidade, com o nome de Goiás, e cria o seu município como capital da província de Goiás. Em 23 de março de 1937, a cidade perdeu a qualidade de sede de governo em obediência ao Decreto Estadual n° 1.816, que oficializou a transferência da capital do estado para Goiânia. Com essa decisão para transferência da capital, coordenada pelo então interventor do estado do governo Vargas, Pedro Ludovico Teixeira, os monumentos, museus, igrejas, pontes de madeira, ruas de pedra e o casario de arquitetura colonial de Vila Boa de Goyaz acabaram sendo preservados.

O cuidado e o carinho dos seus habitantes com o conjunto histórico acabou rendendo à Cidade de Goiás o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, concedido pela Unesco em 2001, por sua arquitetura barroca peculiar, por suas tradições culturais seculares, pela natureza exuberante que circunda a região e pela atmosfera bucólica da cidade do século XVIII, que foipreservada. Emoldurando esse cenário, o belíssimo perfil da Serra Dourada resplandece ao amanhecer. Completa a cidade, no seu lento caminhar de gerações, as manifestações voltadas para a arte e a cultura. Os saraus, jograis, artes plásticas, literatura, culinária, artesanato e cerâmica, muito prestigiados ao longo do século XX, permanecem como patrimônio da cidade. A Procissão do Fogaréu, com mais de 200 anos de tradição, é realizada durante a Semana Santa, tendo como ponto de partida a belíssima e graciosa igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, no centro histórico da cidade.

A partir de 1950, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) começa a realizar o tombamento dos principais monumentos, inclusive o centro histórico da cidade. Em 1965 foi fundada a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), entendendo que a cidade poderia florescer de novo exatamente através do fomento de seu legado histórico. Por outro lado, o Iphan tem dado apoio continuado à preservação do legado material e imaterial de Goiás, realizando um trabalho ímpar de conservação e restauro de obras, monumentos, casario e documentação, instituindo também programas de educação patrimonial. A Cidade de Goiás é tão importante para os anais da história do estado e do Brasil, que foi uma das escolhidas na primeira fase do Programa Monumenta, que financia a restauração de sítios tombados. Visitar a cidade e conhecer seu passado é um programa imperdível e nos enche de orgulho.



Vila Boa de Goiás | Thomas Ender



Planta de Vila Boa, capital da capitania de Goiás | Copiada pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guimarães | Fotografia: Casimiro Neto

Detalhes de documentos históricos do acervo do Museu das Bandeiras, antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa de Goiás | Fotografia: Casimiro Neto



Móveis históricos em exposição permanente no Museu das Bandeiras, antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa de Goiás | Fotografia: Casimiro Neto



Monumentos aos Bandeirantes
Cidade de Goiás/GO

Casa de Câmara e Cadeia
Museu das Bandeiras



Autor: Divino Di Magalhães | 1996

O prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia, que hoje abriga o Museu das Bandeiras, é um dos mais representativos exemplares da arquitetura civil portuguesa no Brasil e o mais significativo da Região Centro-Oeste, principalmente pelo que representou na antiga capital goiana. A construção do prédio data do decênio de 1760, realizada durante o reinado de D. José I (1714-1777), na administração do secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), Marquês de Pombal, e na administração do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo. Sua construção obedeceu o projeto (planta baixa) da coroa portuguesa, que se encontra preservado no Arquivo Colonial da Marinha e Ultramar, em Portugal, com cópia sob guarda do Museu das Bandeiras.

Trata-se de um edifício de dois pavimentos, com traços austeros, sem ornamentos. Erguido no topo de uma colina, sobressai pela monumentalidade e pelos espaços vazios a sua volta. Sua fachada destaca uma porta colonial, que é acessada por uma escada de pedras, oito janelões do pavimento superior e seis janelas gradeadas no piso inferior. O telhado é de quatro águas e as paredes externas e internas são largas, de taipa de pilão, entremeadas com pedras para dar segurança desejada à cadeia. Na parte interna, o pavimento superior do edifício era formado por salões que atendiam as necessidades legislativas, administrativas e judiciárias de Vila Boa de Goyaz, antiga capital, sendo alcançado subindo-se uma belíssima escada de madeira com um guarda-corpo de balaústre torneado.

No piso inferior situava-se a cadeia, com duas enxovias (cárcere térreo) forradas de vigas de madeira, as celas individuais e a casa de armas. O acesso às salas da prisão era feito por alçapões colocados no piso do pavimento superior.



O prédio abrigou a Casa de Câmara até 1937, quando da mudança da capital para Goiânia, e funcionou como cadeia até o final do decênio de 1940, quando então o prédio foi doado ao Patrimônio Histórico do Brasil, que o transformou em museu. O Museu das Bandeiras foi criado em 1949 pelo Decreto-Lei nº 349/49 e hoje é vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia do Ministério da Cultura. Ao longo de sua história, o edifício passou por uma série de intervenções, a maior delas entre julho de 2004 e outubro de 2006. Nesse período o Museu das Bandeiras passou por um processo de requalificação de espaços internos (abertura de portas, construção de sanitários e de dependências para os serviços de apoio). Também foram agregados importantes equipamentos de acessibilidade ao prédio e de conforto aos visitantes.



O núcleo inicial do seu acervo foi constituído pelo próprio edifício e pelo arquivo documental da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional (Fazenda Pública da Província de Goiás). Esse conjunto de documentos representa uma das fontes de informação mais importante sobre a administração pública no Brasil e principalmente da Região Centro-Oeste nos períodos colonial, imperial e republicano. O acervo foi enriquecido por aquisições e doações de mobiliário, objetos de arte sacra, vestuário, armamentos, utensílios domésticos, porcelana portuguesa, pratarias, instrumentos utilizados nos garimpos, objetos indígenas, urna funerária dos povos indígenas e outras peças e objetos dos séculos XVIII, XIX e início do XX. Os painéis contam a história da capitania de Goiás e dos bandeirantes. A Cruz do Anhanguera, original, encontra-se em exposição, muito bem preservada, onde um painel nos ensina sobre sua origem e seu valor histórico.



O conjunto formado pela Casa de Câmara e Cadeia e pelo Chafariz de Cauda da Boa Morte, aliados à topografia do lugar, é majestoso. Para quem sobe vindo da Rua da Fundição, esses dois monumentos ficam ainda mais destacados. Sem qualquer outro edifício que venha competir visualmente com eles, seja por questões de escala ou proximidade, a visão que se tem é de um conjunto monumental, de encher os olhos.



O prédio secular conta com proteção federal e estadual e foi tombado e registrado no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 3 de maio de 1951. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. O edifício está localizado no Largo do Chafariz (Praça Brasil Caiado) - Cidade de Goiás/GO e está aberto a visitação pública (Mais informações: http://www.museus.gov.br/tag/museu-das-bandeiras/ e endereço eletrônico: muban@iphan.gov.br).



BANDEIRANTES EM GOIÁS

Cruz do Anhanguera



Durante uma divisão de terras de uma fazenda no sul de Goiás, no início do século XX, o juiz de direito da Comarca do Rio Paranaíba (atualmente cidade de Catalão), Dr. Luiz Ramos de Oliveira Couto, encontrou uma cruz de madeira, típica do período colonial, que era usada como símbolo pelos desbravadores portugueses para assinalar a posse da terra em nome da coroa portuguesa e o domínio da fé cristã encarnada na Igreja Católica Apostólica Romana.

Verificando que na sua base estava inscrita a data de 172.. (achando-se o quarto número completamente apagado), supôs que ela fosse datada do decênio de 1720. Acreditou-se, então, que havia sido encontrada a cruz da bandeira do Anhanguera, pois o bandeirante havia entrado por aquela região quando veio do Planalto de Piratininga. O historiador Carvalho Franco, em seu livro *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*, 1940, Editora Brasiliana, nos ensina que "essa cruz foi chantada (fincada) por volta de 1722 na estrada de Porto Velho, fazenda dos Casados, pelo segundo Anhanguera, e foi o primeiro marco da civilização erguido em Goiás".

No dia 5 de abril de 1915 a Cruz do Anhanguera foi doada à cidade de Goiás, tornando-se um símbolo da cidade, e está, inclusive, representada na bandeira do município. Em 1918 a cruz foi instalada no alto de um pedestal constituído por um grupo de colunas sobre uma base em escada, protegida por um revestimento de vidro. Foi inaugurada nesse mesmo ano às margens do rio Vermelho no local onde existiu a Igreja de Nossa Senhora da Lapa, da Confraria dos Mercadores, que foi levada pela grande enchente de 19 de fevereiro de 1839.

No dia 31 de dezembro de 2001, o monumento, com a Cruz do Anhanguera no seu topo, foi levado pela força das águas do rio Vermelho durante uma nova enchente, que destruiu parte do centro histórico da Cidade de Goiás. O rio é responsável por danosas e dolorosas enchentes que, de tempos em tempos, invadem a cidade, sendo a mais conhecida delas essa que ocorreu no final do ano de 2001, exatos 15 dias após o reconhecimento desse núcleo urbano como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Mas, dois dias depois, em 2 de dezembro de 2002, a Cruz foi encontrada pela Defesa Civil dentro do leito do rio. O local e o pedestal onde estava erguido o monumento foram restaurados. Uma réplica da cruz que fundou o Arraial de Sant'Anna, hoje Cidade de Goiás, foi instalada no mesmo lugar da anterior. O monumento fica localizado na Rua da Lapa, em frente à famosa ponte da Lapa. O cruzeiro original se encontra sob guarda e proteção do Museu das Bandeiras e pode ser visto em exposição permanente.

Monumentos Históricos
Cidade de Goiás/GO

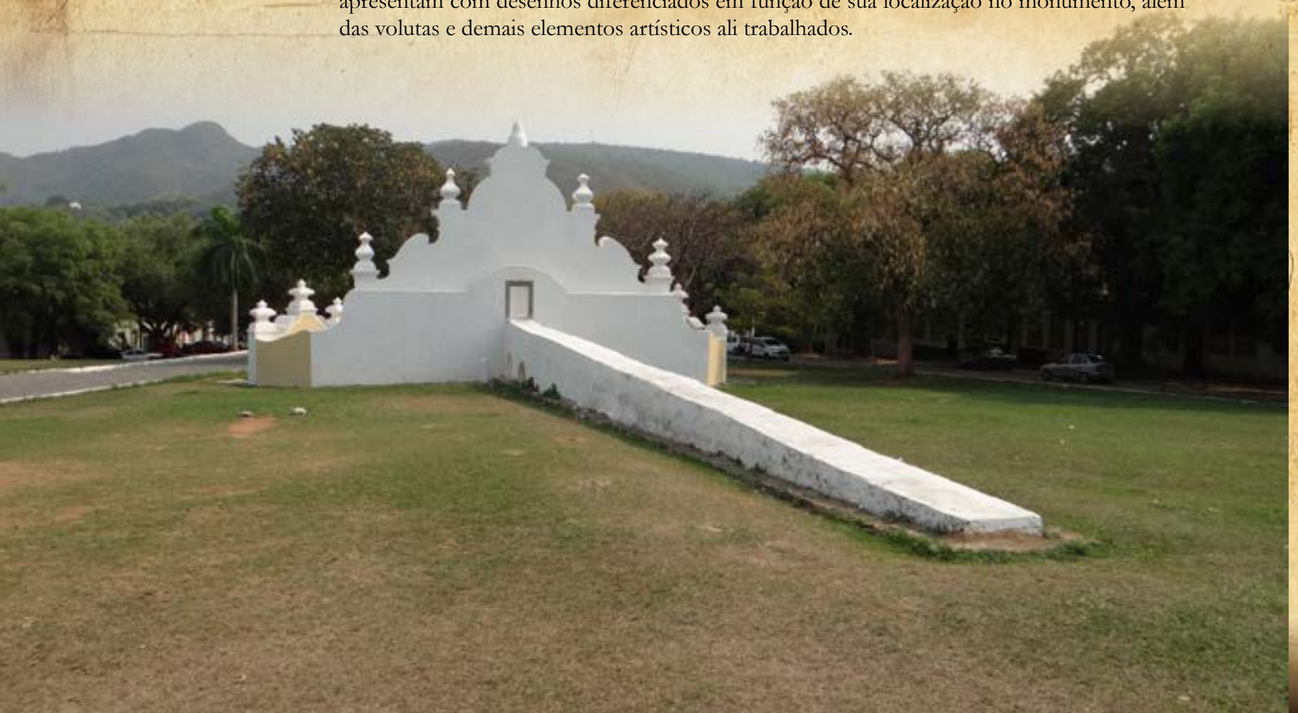
Chafariz de Cauda da Boa Morte



O Chafariz de Cauda da Boa Morte foi construído em 1778, sob os alicerces da primitiva Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, com a finalidade de dividir o abastecimento de água da cidade de Goiás com o já existente Chafariz da Carioca, localizado do outro lado do rio. Faz parte de um dos conjuntos históricos mais antigos e valiosos da Cidade de Goiás. O termo "Chafariz de Cauda" é usado em virtude de o aqueduto (sistema de canalização de água) que o abastece se assemelhar a uma enorme cauda, na parte posterior do monumento. Quanto ao termo "Boa Morte", refere-seà Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, pertencente à Confraria dos Homens Pardos da Boa Morte, situada em um terreno atrás do chafariz.

Construído em alvenaria de pedra, com detalhes em pedra-sabão, o chafariz possui, em seu corpo central, as bicas que forneciam água captada no córrego Chapéu de Pedra e canalizada em dutos entalhados, também em pedra-sabão, para consumo da população vilaboense, além de dois tanques, na parte externa, destinados aos animais. Com a poluição da nascente, o fornecimento de água foi interrompido, mas, em uma de suas últimas restaurações, a água proveniente da rede pública foi canalizada para o local.

Sua estrutura é organizada para apresentar quatro corpos, além do central, dispostos de forma tal que, em conjunto com a grade de proteção frontal, criam um pátio interno de forma hexagonal irregular. Detalhes importantes em sua decoração são os pináculos, que se apresentam com desenhos diferenciados em função de sua localização no monumento, além das volutas e demais elementos artísticos ali trabalhados.



BANDEIRANTES EM GOIÁS



Na parte superior do chafariz encontra-se um escudo entalhado em pedra-sabão onde se pode ler que foi "mandada fazer pela Câmara desta Vila, sendo Governador e Capitão-General o Ilustríssimo Senhor José de Almeida Vasconcelos de Soverale Carvalho, e Ouvidor-Geral o Desembargador Antonio José Cabral de Almeida. Ano de 1778". Nos últimos anos, o chafariz de cauda, exemplar raríssimo, passou por um trabalho de restauração, obedecendo os critérios estabelecidos pelo Iphan. O monumento está localizado na Praça Brasil Caiado, no Largo do Chafariz, Cidade de Goiás/GO. O chafariz conta com proteção federal e estadual e foi registrado no Livro de Belas Artes no dia 3 de maio de 1951 e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 18 de setembro de 1978. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: **http://portal.iphan.gov.br/go**)

Palácio do Conde dos Arcos
(Palácio dos Governadores)



O Palácio Conde dos Arcos é uma parte muito importante da arquitetura colonial de Goiás, e sua história começa em 9 de maio de 1748, quando o rei de Portugal, D. João V (1689-1750), apelidado de "O Magnânimo", cria as capitanias de Goiás e de Mato Grosso. No dia 8 de novembro de 1749 foi oficialmente instituída a capitania de Goiás com a posse do primeiro governador e capitão-general de Goiás, Dom Marcos José de Noronha e Brito (1712-1768), 6º Conde dos Arcos.

Registra a história que o Conde dos Arcos, ao chegar a Vila Boa de Goyaz, não encontrou nenhuma residência capaz de acolher um governador, seus familiares e sua comitiva, fato que comunicou ao governo de D. João V, em Lisboa, que autorizou, ainda em 1750, o início da construção da residência oficial.

Para concretizar a construção do palácio foram compradas do Sr. Domingos Lopes Fogaça cinco casas por 6.333 oitavas de ouro, como consta da escritura lavrada em 20 de julho de 1751 – uma delas seria a Casa da Fundição. As casas foram demolidas e no local foi levantado o palácio do governo. A construção teve início com o Conde dos Arcos, mas só foi concluída pelo seu sucessor, o governador e capitão-general de Goiás, Dom Álvaro José Xavier Botelho e Távora (1708-1789), 4ºConde de São Miguel.

É uma construção de paredes em taipa de pilão e adobe e telhas de barro canal. Sua fachada revela inspiração neoclássica, resultado de reformas no século XIX. O pórtico apresenta o tradicional frontão triangular, uma platibanda, que substituiu o primitivo beiral, e pilastras à moda clássica. O casarão, com mais de 30 cômodos, apresenta um extenso pavimento térreo colocado um pouco acima do solo. Em seu interior um rico acervo constituído de mobiliário, obras de arte, peças e objetos históricos, do próprio palácio ou adquiridas junto às famílias vilaboenses e de antiquários e outras cedidas pelo governo do estado. No fundo do casarão, três pátios defronte ao jardim trazem um ar de paz e tranquilidade ao ambiente.



O palácio serviu como residência oficial dos presidentes e governadores de estado até o decênio de 1930, quando a sede do governo estadual foi transferida para Goiânia. No jardim do palácio ainda está o brasão do Conde dos Arcos. Ao longo de mais de 260 anos, o palácio sofreu diversas reformas, restaurações, remodelações e ampliações, buscando oferecer mais comodidade ao governador do estado, às autoridades civis e militares e ao público visitante, mas sempre conservando suas características originais, tendo como base sua importância histórica.



BANDEIRANTES EM GOIÁS





Detalhe da galeria dos governadores de Goiás

Na primeira reforma, em 1854, foi acrescido um refeitório. Em 1867 o prédio foi ampliado com a construção de um terraço lateral, e colocados, nos pilares que sustentam o prédio, o guarda-corpo com esculturas. Uma mesa, toda em pedra-sabão, de autoria do artista Cincinato da Mota Pedreira, foi adquirida e passou a fazer parte do seu mobiliário. Atualmente está em exposição permanente no Museu das Bandeiras, da Cidade de Goiás.

Em 1937, com a mudança da capital para Goiânia, o prédio passou a abrigar a Prefeitura Municipal de Goiás. Já em 1961 o governador Mauro Borges Teixeira (1920-2013) expediu o Decreto nº 48, de 26 de julho, transformando o palácio em monumento histórico e residência de inverno dos governadores. Em seguida é expedido o Decreto-lei nº 3.635, de 10 de outubro de 1961, que declara que a capital de Goiás é transferida, simbolicamente, para a Cidade de Goiás por ocasião do aniversário da cidade, que é comemorado no dia 25 de julho, transformando a cidade em sede administrativa do estado.

Em 26 de julho de 1987, o governador Henrique Antonio Santilho (1937-2002) expediu o Decreto nº 2.787, que transformou em centro cultural o Palácio Conde dos Arcos como forma de incentivar as criações artísticas e estimular a presença de visitantes.

O Palácio Conde dos Arcos conta com proteção federal e estadual e foi registrado no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 3 de maio de 1951. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. O edifício está localizado no Largo da Matriz (Praça Doutor Tasso de Camargo, nº 1), Centro Histórico da Cidade de Goiás/GO, e está aberto a visitação pública.

Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte
Museu de Arte Sacra da Boa Morte











A igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, de pequenas dimensões e frente graciosa, é o principal cartão de visitas da cidade e está situada entre duas ruas, tendo sua fachada principal voltada para o Largo da Matriz, no centro histórico da cidade de Goiás. A sua localização no vértice mais alto do Largo do Palácio Conde dos Arcos e a convergência de visão provocada pelo seu posicionamento, delimitado entre as ruas do Horto e da Fundição, destaca-a na paisagem e dá-lhe uma visão de grandeza.

A sua construção foi iniciada em 1762 por militares liderados pelo capitão de cavalaria Antônio da Silva Pereira. Inicialmente dedicada a Santo Antonio de Pádua, a construção inacabada foi doada à Confraria dos Homens Pardos da Boa Morte, em virtude da proibição real de se construir novas capelas pertencentes a militares. A Confraria, que já havia possuído uma pequena capela no Largo do Chafariz, concluiu a sua edificação em 1779, estando localizada, segundo os moradores, em um terreno onde antes existiu uma das casas do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva.

A igreja foi construída em dois pavimentos utilizando-se várias técnicas (tijolo, adobe, pau a pique e pedra). O imóvel possui elementos característicos do estilo barroco em sua fachada, telhado em telha de barro canal, nave em forma oitavada, porta única e três janelões no nível superior com verga em arco abatido e frontispício decorado com volutas e elementos florais. Está separada da via pública por um muro alto com cobertura em quatro águas e telhas de barro canal em acentuada inclinação. O jardim interno completa sua decoração. A torre sineira, em estrutura de aroeira lavrada e cobertura em telha de barro canal, está isolada do edifício. Os sinos, do século XVIII, destacam-se imponentes aos olhos dos visitantes que passam pela rua lateral à igreja.

Além do altar-mor, consagrado a Nossa Senhora da Boa Morte, a igreja possui dois altares laterais entalhados, dourados e dedicados: um, a Nossa Senhora da Dores; outro, a Nossa Senhora do Parto. No seu terreno, com fachada voltada para a Rua do Horto, encontra-se um Passo da Paixão de Cristo. Os pisos internos são feitos em madeira; os externos, calçados com lajes da região. Os forros da nave central e da capela-mor são em gesso; os demais, em madeira.

Em 1874, devido ao desabamento do teto da Igreja Matriz de Santana, a igreja passou a exercer a função de catedral provisória, ficando conhecida como a "Sé da Boa Morte" até o ano de 1967, quando então foram concluídas as obras da Catedral de Sant'Ana e autorizada a mudança da Sé para a Catedral restaurada, nessa mesma data. A partir de então, a igreja passa a funcionar como um espaço para reuniões das irmandades e pequenos atos religiosos e sociais.

No ano de 1921, um incêndio destruiu parte da igreja, como o altar-mor, a sacristia, além de várias imagens de madeira atribuídas ao escultor e dourador José Joaquim da Veiga Valle (1806-1874) – comerciante, vereador, juiz municipal, major da Guarda Nacional, deputado provincial, pintor, santeiro e especialista em imagens que se destacou pela beleza no acabamento da obra, pela delicadeza, doçura e a suavidade na expressão do rosto e nas linhas ali trabalhadas.



Registra a história vilaboense que em meados do ano de 1957 apareceu na Cidade de Goiás o antiquário José Nóbrega com interesse em imagens, hospedando-se no Hotel Municipal, de propriedade do Sr. Luiz Sabino Passos. A esposa do proprietário do hotel, sabendo que o antiquário havia comprado de famílias vilaboenses dois sacos lotados de imagens sacras confeccionadas em madeira, comunicou o fato ao bispo de Goiás, Dom Cândido Maria Penso, que ficou muito preocupado e acabou comprando as peças do antiquário, impedindo que elas saíssem da cidade. A partir dessa compra, Dom Cândido teve a ideia de fazer uma "sala-museu" para abrigar esse acervo na Cúria Diocesana, localizada nos fundos da Catedral de Sant'Anna, ainda em construção, e que passou a funcionar na parte superior da Catedral. O acervo foi aumentando aos poucos por meio, principalmente, da coleta de peças e objetos em igrejas do interior da diocese.

Em 1967, por orientação do bispo Dom Tomaz Balduíno Ortiz, a Cúria Diocesana transferiu seu acervo histórico para as dependências da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Em 4 de outubro de 1969, durante a festa de Nossa Senhora do Rosário, o Museu de Arte Sacra da Boa Morte foi inaugurado com uma cerimônia simples e singela, mas cheia de simbolismo. O novo local passou a abrigar um importantíssimo acervo composto de imaginária que inclui objetos litúrgicos, terços, coroas, cálices, castiçais, tocheiros, lampadários, indumentárias, alfaias, paramentos, prataria, porcelana, mobiliário, retábulos, imagens santas, gravuras e pinturas dos séculos XVIII e XIX, incluindo diversas outras esculturas do escultor Veiga Valle.

O edifício está localizado na Rua Luiz do Couto, s/n, Setor Central, Cidade de Goiás/GO. Conta com proteção federal e estadual e foi registrado em13 de abril de 1950 no Livro de Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13 de agosto de 1985, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. A Lei Estadual de Goiás de nº 8.915, datada de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. Da sua porta principal sai, na Quarta-Feira de Cinzas (Semana Santa), a Procissão do Fogaréu, uma das maiores atrações turísticas da cidade de Goiás. (Mais informações: http://www.museus.gov.br/tag/museu-das-bandeiras/ e http://portal.iphan.gov.br/go)

Igreja de Nossa Senhora da Abadia

A igreja é um dos melhores exemplares da arquitetura religiosa da cidade de Goiás. Foi edificada no final do século XVIII pelo padre Salvador dos Santos Batista. É composta de nave, sacristia, coro e consistório. Tem também fachada singela e frontão discreto. O interior da igreja é o mais importante dentre os das igrejas da cidade, incluindo um altar em talha dourada. O sofisticado forro da nave, pintado por um autor anônimo, representa Nossa Senhora em meio a um grupo de anjos. Está localizada na Rua da Abadia (Rua Nova). A igreja conta com proteção federal e estadual e foi registrada no Livro de Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 13 de abril de 1950. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)

Igreja de Nossa Senhora do Carmo

A igreja tem uma arquitetura bastante simples e dimensões modestas, com uma porta, duas janelas com balcão de madeira recortada que iluminam o coro e o frontão triangular com óculo central, contrastando com seu interior, que apresenta belíssima decoração. Está situada entre o Hospital de Caridade e uma casa térrea. Teve sua construção iniciada no século XVIII sob a responsabilidade do secretário de governo de Goiás Diogo Luiz Peleja Sotomaior, que, provavelmente, devido à falta de recursos para finalizar a obra, doou a igreja à Irmandade de São Benedito dos Homens Pardos Crioulos, que a concluiu em 1786. Atualmente é utilizada apenas na Festa de Nossa Senhora do Carmo. Está localizada na Rua Couto de Magalhães (Rua do Carmo). A igreja conta com proteção federal e estadual e foi registrada no Livro de Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 13 de abril de 1950. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)



Igreja de Santa Bárbara

Sua construção foi iniciada pelo Sr. Cristóvão José Ferreira, em 1775, e foi concluída cinco anos depois em blocos de pedra-sabão e adobe. Apresenta uma fachada extremamente simples, sendo alcançada por uma escadaria de 52 degraus que teria sido também de pedra-sabão, mas que posteriormente foi substituída por cimento. A imagem de sua padroeira é de autoria do escultor Veiga Valle. A igreja é aberta para a festa da padroeira, que acontece no mês de dezembro. Localizada na Rua Santa Bárbara, na saída da cidade para o norte, a igreja oferece uma das mais belas vistas da cidade. A igreja conta com proteção federal e estadual e foi registrada no Livro de Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 13 de abril de 1950. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)

Igreja de São Francisco de Paula





Esta foi a terceira Igreja setecentista construída na cidade de Goiás, tendo sido concluída em 1761 por Antonio Tomás da Costa. Desde 1870 ela abriga a sede da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Construída sobre uma pequena elevação, sua fachada apresenta a mesma simplicidade dos outros templos da cidade. Os forros, tanto da nave quanto da capela-mor, foram pintados pelo artista André Antônio da Conceição em 1869. O edifício apresenta uma planta composta de três retângulos: um central, onde se localizam a nave e a capela-mor, e dois laterais. Do lado do evangelho situam-se a sacristia, um sanitário e duas salas, sendo que uma delas contém a escada de acesso ao coro. Do lado da epístola tem-se o consistório, uma sala para reunião da irmandade e o acesso para o púlpito. O telhado do corpo central é de duas águas e os das laterais são de uma água. A fachada principal possui, no corpo central, uma porta com arco e verga em canga, duas janelas com balcão entalado com balaústres de madeira e um óculo central no frontão triangular reto; na lateral direita, uma porta e uma janela; na lateral esquerda, uma porta.

Está localizada na Praça Zacheu Alves (Largo de São Francisco de Paula). A igreja conta com proteção federal e estadual e foi registrada no Livro de Belas Artes no dia 13 de abril de 1950. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)





Igreja São João Batista
Arraial do Ferreiro





A igreja, construída no ano de 1761 pelo tenente José Gomes, foi a segunda a ser erigida na província, após a Matriz de Sant'ana. A taipa de pilão foi a técnica construtiva principal, mas as paredes da capela-mor são em adobe. Foi totalmente restaurada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás (Iphan-GO) e entregue à comunidade em dezembro de 2012. Apresenta uma edificação simples, de dimensões reduzidas, semelhantes às capelas rurais portuguesas do século XVIII, bem diferente dos edifícios religiosos encontrados no litoral brasileiro e em Minas Gerais. Possui características típicas das pequenas igrejas do interior do Brasil, com nave única, dois corpos laterais, coro sobre a porta de entrada e janelas com balcão entalado. O telhado é de duas águas e distribuído em três níveis. No interior encontramos, além do altar-mor, os dois altares colaterais emoldurando o arco-cruzeiro. O púlpito possui balaustrada, assim como o coro, e a nave ostenta cancelo com balaústre recortado. A talha é simples, resumida ao essencial. A igreja é uma das poucas do município que ainda mantêm um cemitério em seu terreno. Localizada na entrada do antigo arraial, a seis quilômetros da cidade de Goiás, a Igreja de São João Batista está no caminho da antiga Estrada do Nascente, caminho oficial entre a cidade de Cuiabá e os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo rumo a Goiás. A igreja conta com proteção federal e estadual e foi registrada no Livro de Belas Artes no dia 5 de novembro de 1953. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)



Igreja Matriz de Santana

A Igreja Matriz de Santana, catedral da cidade de Goiás, começou a ser construída em 1743 pelo ouvidor-geral das minas de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, que resolveu demolir a antiga capela que existia no mesmo lugar e que fora construída pelos fundadores do Arraial em 1727, para edificar outra compatível com o crescimento da cidade. Como a obra fora construída de maneira muito precária, em 1759 todo o seu teto desabou. Em 1874 a Sé foi transferida para a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte por questões de segurança. Com uma história de inúmeras reformas e reconstruções, teve seu projeto alterado diversas vezes, e só em 1998 a igreja foi restaurada pela Diocese de Goiás em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Apresenta uma fachada neoclássica simplificada. Está localizada naPraça Castelo Branco (Largo do Palácio dos Arcos). A igreja conta com proteção federal e estadual e foi registrada no Livro de Belas Artes, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 18 de setembro de 1978. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)

Quartel do XX





É um quartel militar edificado em torno de um grande pátio, com características arquitetônicas típicas das edificações militares do período colonial. Sua construção e reformas datam de 1747 e resultaram da fusão de uma série de habitações privadas que já estavam alugadas pelo governo para alojamento da força militar. É a mais antiga edificação oficial do estado, mas passou por várias modificações para atingir sua configuração atual, que, no entanto, ainda preserva muitos traços do século XVIII. A maior parte da história dos movimentos políticos e sociais do estado de Goiás passaram pelo Quartel. No início do decênio de 1980, após processo de restauração, o edifício passou a abrigar a sede regional do Tiro de Guerra, o arquivo da prefeitura municipal e a Secretaria de Cultura. Está localizado na Praça Brasil Caiado (Largo do Chafariz). O Quartel do XX conta com proteção federal e estadual e foi registrado no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 31 de julho de 1950. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)

BANDEIRANTES EM GOIÁS

Sobrado da Real Fazenda

O edifício da Real Fazenda foi adquirido, por ordem do Marquês de Pombal, em 1773, de Antonio Joaquim de Araújo Velasco, herdeiro do capitão Francisco Xavier Leite de Velasco. O grande casarão de características coloniais foi construído em taipa de pilão provavelmente entre 1751 e 1773. Destacam-se suas sacadas no piso superior, seu portal de pedra e sua sala-forte com pranchões reforçados de madeira, onde se guardava o tesouro da capitania de Goiás. Passou por modificações durante o século XIX e posteriormente foi utilizado pela Secretaria da Fazenda, pelo Departamento de Correios e Telégrafos e pela Ação Social. Na década de 1930 passou por uma reforma e recebeu elementos neoclássicos em sua fachada. O edifício ficou desocupado por muito tempo, sofrendo seriamente com o abandono, até o início de um processo de restauro com o objetivo de abrigar um centro de documentação e uma oficina de restauração de papel. Está localizado na Praça Castelo Branco (Largo do Palácio dos Arcos). O sobrado conta com proteção federal e estadual e foi registrado no Livro de Belas Artes, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 18 de setembro de 1978. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)

Casa do Anhanguera





Belíssima casa colonial pintada na cor branca com porta e janelas em tons laranja e azul. Escada lateral de pedra com corrimão de madeira dá acesso à entrada principal da casa. Registra a história, repassada pelos moradores da cidade e por familiares de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, que a casa foi residência do bandeirante. É o último imóvel, à esquerda, localizado no final da Rua Bartolomeu Bueno e da ponte, que dá acesso à Rua da Carioca.

Casa da Fundição

Adaptada de edifício adquirido do Sr. Domingos Lopes Fogaça pelo governo português, iniciou suas atividades em janeiro de 1752 e deixou de funcionar em meados do século XIX, com a decadência da mineração. Apresenta uma entrada imponente em arcos e colunas. Reformas feitas em 1922 descaracterizaram completamente a fachada do edifício, dando-lhe elementos da arquitetura eclética, que só foram reparados após um processo de restauro em 1985. Ocupado pela representação do Ministério Público na cidade, continua aberta a visitação. No segundo compartimento funciona um auditório para apresentações teatrais. Está localizada na Rua Luiz do Couto (Rua da Fundição). A Casa da Fundição conta com proteção federal e estadual e foi registrada no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no dia 3 de maio de 1951, e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico de 18 de setembro de 1978. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)

Chafariz do Largo da Carioca



O chafariz foi a primeira fonte pública de abastecimento de água construída em Vila Boa de Goyaz, ainda no início de sua implantação como centro minerador. Inicialmente denominada Fonte da Cambaúba, a Carioca atendia basicamente aos moradores da margem direita do rio Vermelho, conhecida nos documentos antigos como Rosário, em alusão à primeira igreja construída nessa parte da cidade, pertencente à Irmandade dos Homens Pretos. A fonte foi construída em alvenaria de pedra e se encontra em um amplo espaço aberto entre o rio Vermelho e a antiga entrada da cidade para os que vinham de São Paulo pelo caminho real, passando por Meia Ponte, Ouro Fino e Ferreiro, com destino a Cuiabá. Esse local bastante procurado pelos banhistas ficou conhecido como Poço do Bispo por estar próximo a uma chácara de propriedade da Diocese de Goiás. Com a sua estrutura praticamente enterrada no solo, esse chafariz possuía, originalmente, um dos lados abertos ligados diretamente ao rio. Entretanto, em decorrência dos alagamentos provocados pelos períodos chuvosos, essa ligação foi desfeita com a construção de uma quarta parede, também em alvenaria de pedra como as demais. O acesso às bicas é feito por meio de uma escada frontal, também de pedra. Devido à escassez de registros e documentos, grande parte das informações sobre essa fonte é marcada por lendas, comuns nas versões orais da história. O chafariz conta com proteção federal e estadual e foi registrado no Livro de Belas Artes, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 18 de setembro de 1978. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)

Casa do Bispo

O edifício nº 1 da Praça Zacheu Alves é um grande casarão de características coloniais, conhecido em princípios do século XX como palacete do coronel Rocha Lima. Não são conhecidos a data exata da construção nem os primeiros moradores dessa casa. Sabe-se apenas que em 1909 o lugar foi adquirido por Dom Prudêncio Gomes da Silva, bispo de Goiás, e transformado no Palácio de Nossa Senhora da Conceição. Construído em taipa de pilão e adobe, o edifício sofreu várias alterações e reformas ao longo do tempo. No final de 1987, após um processo de restauro de dois anos e meio, a casa foi reinaugurada, passando a sediar a regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Está localizada na Praça Zacheu Alves (Largo de São Francisco de Paula). A casa conta com proteção federal e estadual e foi registrada no Livro de Belas Artes, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 18 de setembro de 1978. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)

Casa de Cora Coralina





O casarão colonial construído em período anterior a 1782 apresenta características típicas da arquitetura residencial desenvolvida no Brasil Colônia. Composta por duas residências unidas por um único telhado, a construção de madeira tem paredes de pau a pique e adobe, criando, asim, uma muralha de segurança contra as águas do rio Vermelho. Foi uma das primeiras construções edificadas na antiga Vila Boa de Goyaz. Seu proprietário foi o português Antonio de Souza Telles, que por algum tempo assumiu o cargo de capitão-mor da cidade. Foi comprada pela família da escritora Cora Coralina no início do século XIX, ainda na infância de seu avô. Ali, a poetisa nasceu, passou a infância e, depois de voltar para a cidade, viveu seus últimos dias. A velha casa da ponte se encontra como a escritora deixou antes de seu falecimento. A Fundação Cora Coralina transformou a casa em museu dedicado à memória da escritora. Lá funciona também um miniauditório e a sede regional do Pró-ler. No local podem ser vistos seus objetos pessoais, o quarto com seus vestidos pendurados, sua escrivaninha de trabalho com manuscritos e livros, a cozinha com seus tachos e apetrechos de doceira. A casa-museu conta com visitas guiadas que ajudam a conhecer um pouco melhor a vida e obra de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretãs – seu nome de batismo. Está localizada na Rua Dom Cândido (Rua dos Mercadores). A casa conta com proteção federal e estadual e foi registrada no Livro de Belas Artes, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 18 de setembro de 1978. A Lei Estadual de Goiás nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispôs sobre a proteção especial do patrimônio histórico e artístico do estado. (Mais informações: http://portal.iphan.gov.br/go)



Bandeirantes em Goiânia

Avenida Anhanguera

A Avenida Anhanguera foi uma das primeiras avenidas a serem construídas em Goiânia e é, atualmente, uma das principais vias públicas da cidade. Ela foi planejada para ser um espaço comercial da cidade e contava com importante papel ambiental e paisagístico no sentido de melhorar o microclima do local com canteiros arborizados entre as duas pistas. Mas, com a inauguração do Eixo Anhanguera, com pista para os carros e um corredor exclusivo para ônibus, tornou-se uma das principais artérias da cidade, ligando a região oeste com a região leste.

Praça Attílio Corrêa Lima (Praça do Bandeirante)

A praça Atílio Correia Lima, conhecida popularmente como Praça do Bandeirante, está localizada no cruzamento das avenidas Anhanguera e Goiás, setor central de Goiânia. O nome oficial da praça homenageia o arquiteto e urbanista Attílio Corrêa Lima (1901-1943), responsável pelo Plano Urbanístico da Nova Capital do Estado de Goiás e também projetista do Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica, onde determinou a localização da pedra fundamental, que foi lançada em 24 de outubro de 1933 pelo governador Pedro Ludovico. A histórica praça teve seu tamanho diminuído drasticamente ao longo dos anos devido, em parte, ao enorme crescimento do fluxo de carros na Avenida Anhanguera.

Monumento ao Bandeirante

O Monumento ao Bandeirante, símbolo da Praça Attílio Corrêa Lima (Praça do Bandeirante), foi inaugurado no dia 9 de novembro de 1942. O monumento foi criado pelo escultor Armando Zago, atendendo à solicitação do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, para ser doado ao povo goiano. A escultura em bronze possui três metros e meio de altura e retrata o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, em corpo inteiro, tendo nas mãos uma bateia e armado de bacamarte.

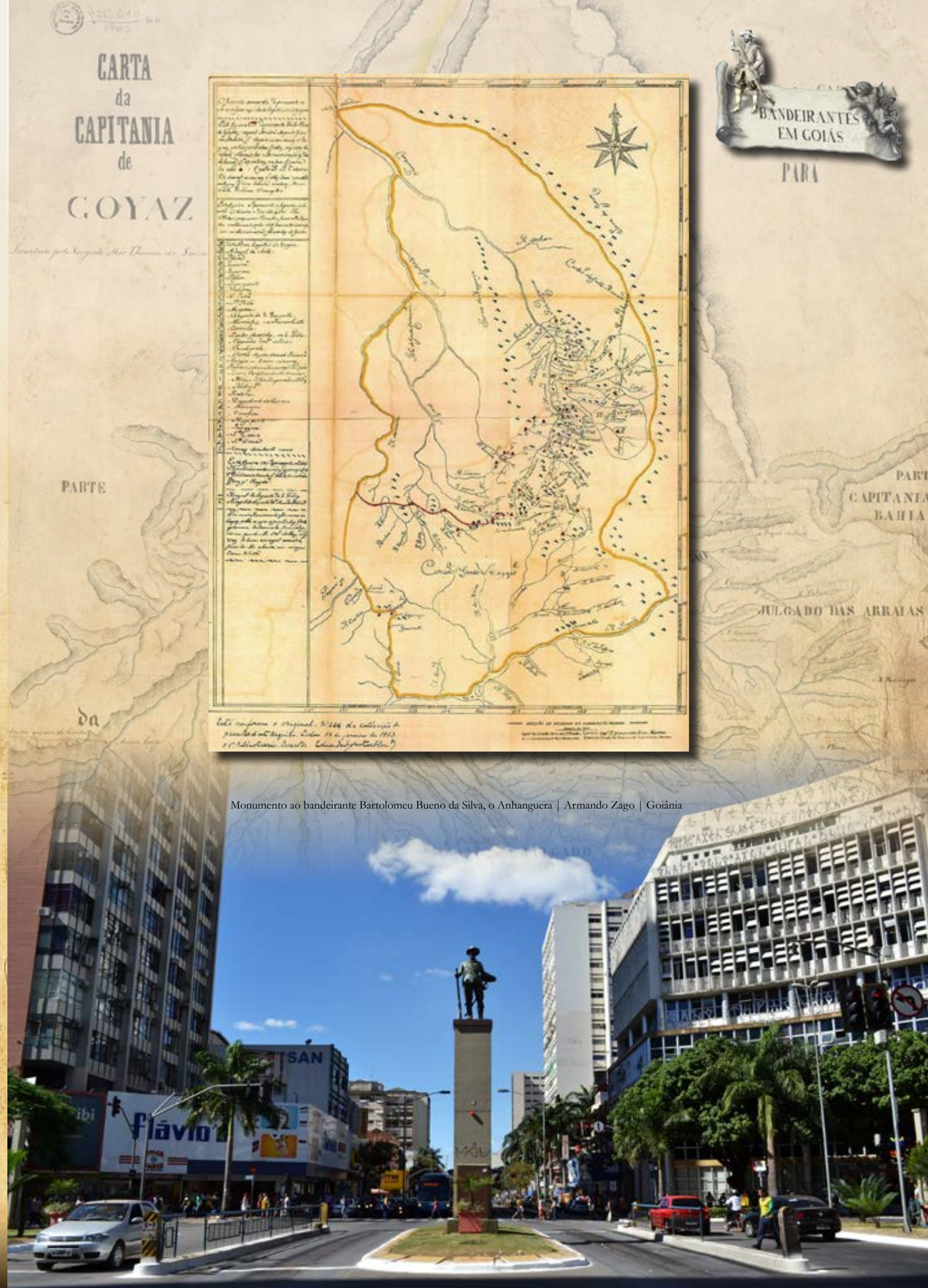
O arquiteto e urbanista Attílio Corrêa Lima escreveu em seu relatório, feito em 1935, que deveria ser erigido um monumento comemorativo às bandeiras, às descobertas realizadas e às riquezas do estado de Goiás, figurando como homenagem principal a figura do Anhanguera no cruzamento dos eixos das avenidas Goiás, Araguaia e Tocantins. Esse local planejado por ele na época seria onde foi fincada a estaca zero, na Praça Cívica. O Monumento ao Bandeirante acabou sendo colocado no cruzamento da Avenida Anhanguera com a Avenida Goiás, no setor central de Goiânia.

Outros Monumentos Históricos

Além dos belíssimos monumentos aqui relacionados, o Centro Histórico da Cidade de Goiás possui um expressivo casario remanescente dos séculos XVIII e XIX que foram preservados e compõem o lindo cenário da antiga Vila Boa de Goyaz.

Nos estados de Goiás e Tocantins vamos encontrar outras praças, ruas e avenidas de cidades do interior que prestam homenagem ao bandeirante, inclusive o município de Anhanguera, situado no interior do estado de Goiás, perto da cidade de Catalão e distante 295 quilômetros de Goiânia.





Monumento ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera | Armando Zago | Goiânia



Bandeirantes no Planalto Central

No início da colonização do território brasileiro, os interesses da coroa portuguesa se concentravam no litoral ou próximo dele, uma vez que ali estavam localizados o extrativismo do pau-brasil e o plantio da cana-de-açúcar. Mas, devido à necessidade de ocupação e defesa das terras sob o domínio de Portugal ameaçadas pela presença de estrangeiros, foi necessário organizar e financiar expedições para adentrar pelos sertões do Brasil. Essas expedições, denominadas de entradas, saíam do litoral rumo ao Norte, Oeste e Sudoeste, adentrando pelo interior da colônia. O objetivo era abrir estradas oficiais, realizar o mapeamento do território e viabilizar sua colonização além do litoral e fazer o levantamento dos recursos de interesse econômico para os lusitanos, principalmente a existência de ouro e pedras preciosas.

A atual região ocupada pelo Distrito Federal era cortada pela linha do Tratado de Tordesilhas (1494), que dividia os domínios portugueses e espanhóis na América do Sul. Em 1730 nascia a Estrada Colonial do Planalto Central, originária da Estrada dos Currais, que fazia a ligação com a cidade de Cachoeira e Salvador, na Bahia. Considerada a mais extensa estrada oficial da história do Brasil, recebeu ao longo do tempo diversos nomes, entre os quais Estrada Geral do Sertão, Estrada Real, Estrada dos Currais, Estrada do Sal, Estrada dos Couros, Estrada da Bahia etc. Essa estrada, com cerca de três mil quilômetros de extensão, ligava a capital brasileira da época, Salvador, com a capital da capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé, na atual fronteira com a Bolívia. Ligando o Oceano Atlântico aos confins do extremo oeste do Brasil, a estrada cortava o Planalto Central em terras que hoje pertencem ao Distrito Federal e passava pelo Arraial de Santana, atual Cidade de Goiás.

O escritor e historiador Victor Leonardi, em seu texto publicado no livro *Estrada Colonial no Planalto Central: uma viagem em baixa velocidade* (Editora Paidéia, 2006), nos ensina *que* "os goianos (...) tinham comunicações habituais com Salvado*r* pela Estrada dos Currais, que está na origem da Estrada Geral do Sertão (*...),* e também com São Paulo e Minas Gerais. Como Minas estava ligada ao Rio de Janeiro desde a abertura do Caminho Velho, por Garcia Rodrigues Paes, e como, por outro lado, existiu um caminho colonial ligando o Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí, podemos dizer que as regiões auríferas do centro-oeste comunicavam-se com as demais terras portuguesas da América do Sul desde meados do século XVIII."

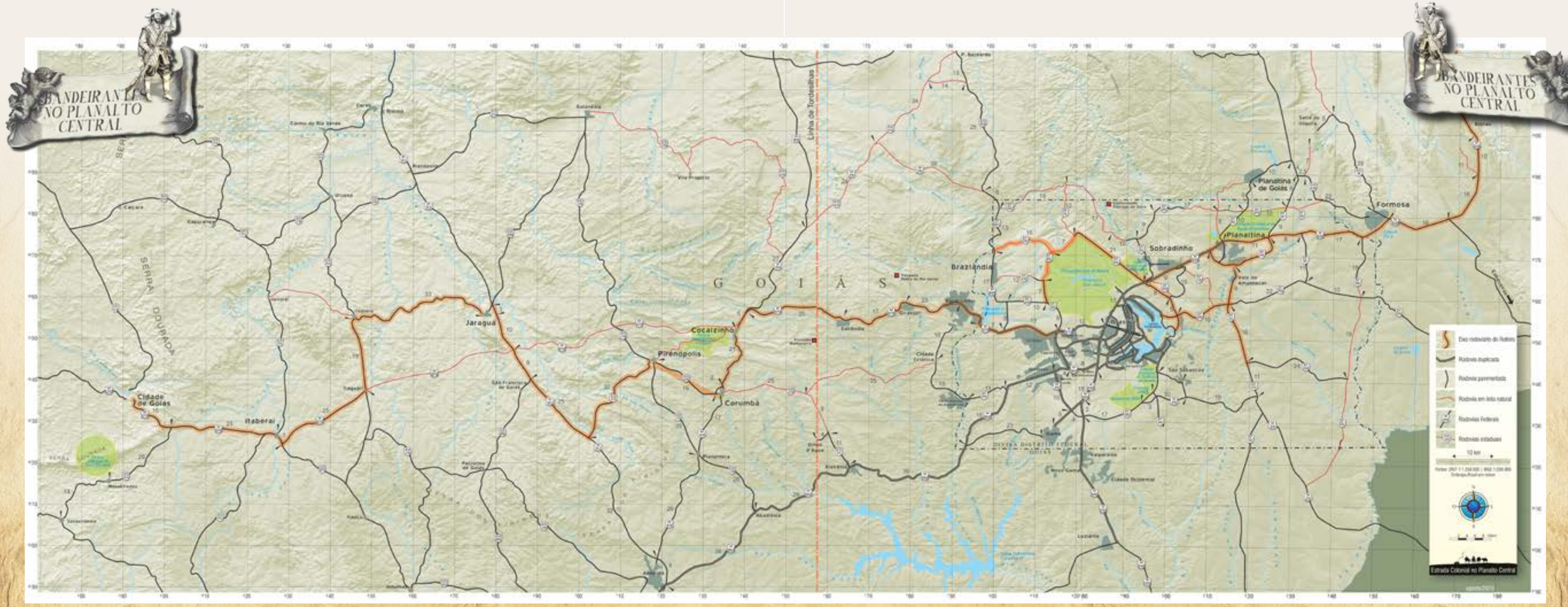
Destaca ainda Victor Leonardi que "os núcleos de povoamento mais estáveis, na fase inicial, foram Cuiabá, Vila Boa de Goiás, Meiaponte (Pirenópolis), Santa Cruz, Pilar e Cavalcante. Mais tarde Vila Bela foi fundada, em 1752, e pedras preciosas foram encontradas em Diamantino, Mato Grosso. Em Goiás, novas descobertas de outro continuaram sendo realizadas em Santa Luzia (atual Luziânia), Traíras (atual Niquelândia), Arraias e Natividade." O historiador resgata e registra que na região de Água Quente, estado de Goiás, foi achada uma pepita de 20 quilos, repetindo outros ricos veios auríferos em vários outros lugares.

A exemplo da Estrada Real – caminho oficial sob controle da coroa portuguesa – criada no século XVII para servir de rota de transporte de ouro, carga, escravos, passagens dos colonos e viajantes pelo sertão, além de controle e arrecadação do dízimo referente ao ouro que era extraído da região das Minas Gerais, a Estrada Colonial do Planalto Central tornou-se, a partir da primeira metade do século XVIII, rota de passagem para os garimpeiros e tropeiros das mais diversas origens que iam em direção às minas de ouro de Mato Grosso, descobertas em 1719, e as do Arraial de Santana, atual Cidade de Goiás, descobertas em 1726. Essa imensa região pertenceu à capitania de São Paulo até o ano de 1748, quando foram criadas as capitanias de Goiás e de Mato Grosso.



Durante longo tempo, as únicas vias autorizadas de acesso à região das reservas auríferas e diamantíferas das capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás foram os denominados caminhos reais. A circulação de pessoas, mercadorias, ouro e diamante era obrigatoriamente feita por eles, constituindo crime de lesa-majestade a abertura de novos caminhos. O interesse fiscal, base da política metropolitana para a região mineradora da colônia, prevalecia sobre qualquer outro: cumpria, antes de tudo, ter as rotas de comunicação com as minas devidamente controladas e fiscalizadas, para que nelas se pudesse extrair





uma quantidade cada vez maior de tributos para o tesouro real. Ao longo dos caminhos reais espalharam-se postos fiscais de controle de diversos tipos: registros do ouro, que fiscalizavam o transporte do metal e cobravam o quinto; registros de entradas, que cobravam pelo tráfego de pessoas, mercadorias e animais; registros da demarcação diamantina, responsáveis pelo severo policiamento do contrabando e pela cobrança dos direitos de entrada na zona diamantífera; e contagens, que tributavam o trânsito de animais. Os prédios dos registros eram instalados em locais estratégicos dos caminhos: passagens entre serras, desfiladeiros, margens de cursos de água.

Servindo como estrada de integração e povoamento da região central do Brasil, a Estrada Colonial do Planalto Central realizava também o escoamento dos metais preciosos até o litoral brasileiro em atendimento às normas da coroa portuguesa. O movimento de pessoas ao longo da estrada propiciou a fundação de vários povoados, inclusive o que ficou denominado de São Sebastião de Mestre d'Armas, atual região administrativa de Planaltina, no Distrito Federal, por volta de 1790. Com o esgotamento das jazidas de metais preciosos no final do século XVIII, o movimento na Estrada Colonial e nos caminhos de acesso à capitania do Rio de Janeiro teve forte redução, e a região onde se situa o Distrito Federal passou a ser uma região escassamente povoada, mantendo um certo padrão de vida razoável apenas a região de Meiaponte (atual Pirenópolis).

A grande distância que separava o Planalto Central das principais cidades do país, como Rio de Janeiro, Salvador e Santos, deixava as viagens extremamente longas, cansativas e muito perigosas. Para se chegar aos arraiais mineradores dessas capitanias, utilizavam-se as tropas que transportavam víveres e outras mercadorias pelas precárias estradas que adentravam o imenso e desconhecido sertão brasileiro. Foi nesse contexto histórico que no decorrer da segunda metade do século XVIII surgiu o Arraial Velho, um antigo pouso de tropa onde hoje se situa o município de Água Fria de Goiás. Da cartografia da Região Centro-Oeste produzida nos séculos dezoito e dezenove, vamos encontrar a denominação Arraial Velho no mapa do militar e historiador luso-brasileiro Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839), comandante das armas de Goiás no período de 1823 a 1826 e membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 24 de fevereiro de 1839. Cunha Mattos visitou os arraiais auríferos goianos e conheceu de forma detalhada a região. É de sua autoria as valiosas obras *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, de 1837, e *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*.

Pelo Arraial Velho passava uma antiga estrada tropeira que saía do Sítio Novo, localizado no trecho denominado Picada da Bahia, que ficava entre Couros (Formosa) e Mestre d'Armas (Planaltina), e seguia para as minas do Tocantins, margeando o rio Maranhão. As minas de ouro mais produtivas próximo ao Arraial Velho eram as minas de São Tomé de Muquém (atualmente distrito do município de Niquelândia, em Goiás), que surgiu por volta de 1740. Posteriormente, Arraial Velho deu nome a um importante rio, tributário do rio Maranhão, e hoje tem um significado especial para os moradores do município de Água Fria de Goiás.

O movimento de mineradores, tropeiros, carreiros e mercadores durou quase duzentos anos, começando a declinar a partir do decênio de 1930, quando começaram efetivamente a abrir estradas de rodagens para o norte do estado de Goiás. Ainda assim, até a década de 1960 era comum transitar por essa rota, principalmente no período de 5 a 15 de agosto, quando os peregrinos se dirigiam para a Romaria de Muquém – festividade religiosa que acontece até os dias atuais.

Para o descanso dos viajantes, que caminhavam em média cinco léguas (aproximadamente trinta quilômetros) por dia, foram surgindo pousos de tropas ao longo da rota que chegava ao sertão do Planalto Central. Os viajantes, naturalistas e cientistas que passaram pelas capitanias de Minas Gerais e de Goiás nos primeiros anos do século XIX deixaram relatos históricos que nos dão uma dimensão das reais condições das estradas e da região.

Sobre a saga bandeirante e tropeira no Planalto Central, os estudos realizados pelo professor, economista e historiador Paulo Bertran Wirth Chaibub (1948-2005) resultaram em várias publicações, principalmente no livro *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*, lançado em 1994, e Notícia geral da capitania de Goiás em 1783, publicado em 1996. Na obra vamos encontrar informações inéditas e valiosíssimas (organizadas e comentadas) abrangendo o Planalto Central, os indígenas, as bandeiras e bandeirantes, os descobrimentos auríferos do século XVIII, arraiais, minas, sesmarias, estradas coloniais, relatos de viajantes e a importância da região demarcada para sediar a capital do Brasil.



De acordo com o historiador, a primeira alusão à saga dos desbravadores pelas imediações do atual território do Distrito Federal foi à bandeira de André Fernandes. Determinada e orientada pelo provedor das minas de São Paulo, Diogo de Quadros, a expedição bandeirante partiu da capitania de São Paulo em novembro de 1613 e foi ao sertão dos goyazes, permanecendo na região até o ano de 1615. A expedição, que deixou para a história do Planalto Central importantíssimas informações geográficas, era composta de 30 homens e teria transposto as bacias São Francisco – Tocantins, pela Lagoa Feia, em Formosa, nascente do rio Preto, atingindo logo adiante a nascente do rio Paranã, que, ao chegar no estado do Tocantins, vai juntar-se ao rio Maranhão.

Dos relatos de viajantes do século XVIII que passaram pelas terras do Distrito Federal, Minas e Goiás, o mais antigo é o do tropeiro José da Costa Diogo, que parte das margens do rio São Francisco à procura do ouro das minas dos goyazes e cruza o território do atual Distrito Federal no ano de 1734. Transcrito e comentado no livro *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes* (Paralelo 15. Brasília, 2006), de autoria dos historiadores Deusdedith Alves Rocha Junior e Wilson Carlos Jardim Vieira Júnior e do geógrafo Rafael Carvalho Cirqueira Cardoso, o tropeiro faz uma transcrição minuciosa, com a localização dos pontos de passagens, que são identificados em mapas antigos e atuais. Menciona, pela primeira vez, os nomes Sobradinho e Três Barras, atuais Região Administrativa de Sobradinho e córrego Três Barras, este localizado no Parque Nacional de Brasília.

O historiador Wilson Carlos Jardim Vieira Júnior nos esclarece que no sertão do goyazes existiam duas estradas principais que conduziam até os portos do Rio de Janeiro e de Salvador, conhecidas como Estrada da Bahia e Estrada de Minas, ambas confluindo na antiga Vila de Meiaponte (atual Pirenópolis), tomando um caminho único até a antiga capital Vila Boa (atual Cidade de Goiás). O caminho de Minas, vindo do sudeste brasileiro, adentrava a capitania por Santa Luzia (Luziânia), seguindo para o rio Ponte Alta (nos arredores do Gama-DF), atingindo Santo Antônio dos Montes Claros (atual Santo Antônio do Descoberto-GO) e tomando o rumo de Meiaponte e Vila Boa. A estrada da Bahia chegava por Mestre D'Armas, passava por Sobradinho em direção à tributação da mercadoria na contagem de São João das Três Barras (posto fiscal da administração portuguesa que localizava-se próximo ao atual posto do Colorado-DF). Após recolhido, o tributo devido tomava viagem passando por alguns povoados de tropeiros, como Vendinha (Brazlândia-DF), e, com mais algumas léguas, atingia Meiaponte e, em seguida, Vila Boa (http://homemdocerrado.blogspot.com.br/2006/01/estrada-real-do-gois_30.html).

Quatro décadas depois, os capitães-generais e governadores da capitania de Goiás, D. José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, Barão de Mossâmedes, que administrou a região dos goyazes no período de 26 de julho de 1772 a 17 de maio de 1778, e seu sucessor, D. Luís da Cunha Pacheco e Menezes, Conde de Lumiares, que administrou a região dos goyazes no período de 1778 a 1783, viajaram pelas principais estradas que cruzavam o Planalto Central, principalmente parte do território do Distrito Federal, deixando registrados em seus diários de viagem descrições valiosas sobre a região.

Um importante registro histórico do século XVIII citado pelo professor Paulo Bertran se refere ao roteiro do bandeirante Urbano do Couto Menezes (1702-1772), que participou da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera Filho, entre 1722 e 1725. Em 1730 conduziu a expedição financiada pelo bandeirante Manoel Rodrigues Tomás, que resultou na descoberta das Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, atual Pirenópolis. Em 1736, Urbano é encontrado abrindo estradas, a serviço da coroa portuguesa, ligando as Minas Gerais às terras dos Goyazes. Ativo desbravador, abriu picadas, cruzou o Planalto Central em várias direções e viveu cerca de 50 anos na região, após o que veio a falecer. Data de 1749 o famoso "Roteiro do Urbano", onde dá conta de riquíssimas minas de ouro no norte do atual Distrito Federal, jamais reveladas, configurando como uma das mais antigas lendas da região e objeto mítico do imaginário popular, até hoje lembrado por moradores das localidades de Formosa, Planaltina, Sobradinho e Brazlândia. Em seu roteiro descreve que "irão os novos bandeirantes dessas minas americanas pela picada da Bahia que vai para Goiás, ao lugar mais alto da terra, de onde emanam quatro ribeirões, dos quais ficarão intituladas as suas cabeceiras, estas as principais dos rios Preto, no arraial de Couros, São Bartolomeu, Paranã e Maranhão."

Sobre essas descrições o professor Bertran nos ensina que "tudo está perfeitamente claro: o mirante de onde se visualizará o roteiro só pode ser o Chapadão do Visconde do Porto Seguro, assim denominado pela Comissão Cruls em 1892 e modernamente Chapadão do Pipiripau, ao pé do qual a Lagoa Formosa escoa no rio Maranhão; o ribeirão Pipiripau vai constituir-se no São Bartolomeu; e o Itiquira despeja-se no Paranã. Um pouco mais a Leste, a Lagoa Feia, junto à atual cidade de Formosa, verte águas para o rio Preto, da bacia são-franciscana. Sendo o Roteiro datado de 1750, esta fica sendo também a mais antiga datação que encontramos para o arraial de Couros, atual Formosa".

O bandeirante Urbano do Couto registra também que "desta altura (da chapada do Pipiripau) verão três lagoas em carreira; em Campinas Claras, verão um poço sem praia e sem alcance de fundo, verde cor de mar, que não seca nem vaza, quer no inverno, quer na calma. (...) desta altura verão um morro do feitio de uma canastra. Depois de passarem quatro ribeirões de matos e rochas ou rochas e montes, verão três pés de buritis. Vão acima deles, não o primeiro, o derradeiro, e verão um morro de feitio de um cuscuzeiro, e, pela parte da serra, cacem e verão ouro bom, e se acharem pela cinta e cabeça, encontrarão grandeza tal que não terão visto em Goiás. Palácio da Ajuda, 30 de julho de 1750. Em nome de S.M., D. Mariana, mulher do Sr. D. João V, mandou para ser arquivado no Palácio da Capitania de Goiás."

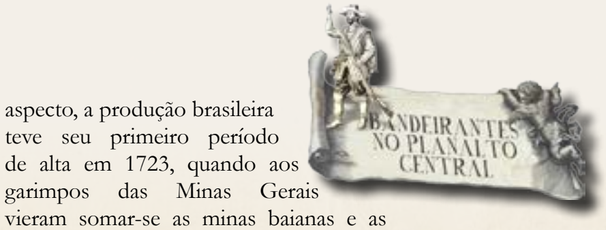
Quanto às três lagoas, o professor Paulo Bertran considera que sejam a lagoa Bonita, ou Mestre d'Armas (próximo a Planaltina-DF), a lagoa Formosa, nas cercanias da cidade de Brasilinha, e, entre as duas, o Lago do Bonsucesso, as três mais ou menos alinhadas de Norte a Sul sobre o límpido vale das primeiras fontes do rio Maranhão, com a extensa Lagoa Formosa mostrando-se plenamente. Quanto aos morros, ele acredita que o guia tenha visualizado e retratado o Morro três Irmãos ao norte da Cafuringa.

O historiador goiano Gelmires Reis (1893-1983), em artigo publicado em 1980 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, cita haver à margem direita do Rio do Sal – tributário do Maranhão – um conjunto de morros iguais com a denominação de Três Irmãos. Uma expedição realizada no tempo da construção de Brasília descobriu na região, a nordeste de Brazlândia, vestígios de mineração, inclusive um acervo de artefatos de ferro nela empregados. Gelmires julgava que ali se situaram as minas do Urbano.

O professor Paulo Bertran comenta que, de qualquer forma, dezenas de pessoas da região foram e ainda vão ao encalço do ouro do Urbano. Existindo no Distrito Federal a "Estrada do Urbano", que, passando em frente à cidade de Taguatinga, vai desde o trevo de Goiânia até ao de Brazlândia, deste último buscando a nordeste as cabeceiras do Ribeirão da Palma, onde, ainda no Distrito Federal, começa a Fazenda Santa Cruz ou Fazenda do Urbano, que no Registro Paroquial de 1857 limitava-se pela serra do Albano, uma das mais belas do Planalto Central, bem nas bordas da Cafuringa. Nesse local, na Cafuringa, em um raio de seis quilômetros em torno da Serra do Urbano, temos o Córrego do Ouro, o córrego Prata, o córrego Lavrinha – afluente do Rio do Sal – e até mesmo o córrego Urbano (afluente do Ribeirão da Palma), configurando uma antiga região de mineração a nordeste de Brazlândia e a não mais de 20 quilômetros, em linha reta, a noroeste de Brasília. A Cafuringa também comporta muitos dos elementos citados no Roteiro do Urbano e é o enclave de uma extensa região de mineração do século XVIII ao lado de Brasília.

O ouro encontrado na região também era contrabandeado, como não poderia deixar de ser, pois era uma prática muito usual nas regiões auríferas e muito combatida pela coroa portuguesa. Segundo o historiador João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927), tudo o que de mais rico produziu o barroco nas capitanias da Bahia e de Pernambuco nutriu-se, generosamente, do comércio do ouro goiano e matogrossense.

A repressão a essa prática só fez aumentar o contrabando de ouro. Por outro lado, os métodos de arrecadação variaram tanto que ficou difícil quantificar a produção do metal no período colonial. Calcula-se que, só na região mineira, cerca de 840 toneladas do metal foram extraídas, sem auxílio mecânico, entre 1700 e 1799. Nesse aspecto, a produção brasileira teve seu primeiro período de alta em 1723, quando aos garimpos das Minas Gerais vieram somar-se as minas baianas e as jazidas descobertas em Mato Grosso, entre 1718 e 1722. Depois de uma década de estabilização, houve um salto espetacular entre 1735 e 1739, com o auge da produção em território matogrossense – cerca de 1500 quilos anuais –, e com as novas áreas descobertas em território dos goyazes e em Vila Bela da Santíssima Trindade, que se tornaria a primeira capital da capitania do Mato Grosso. Além disso, o território das Minas Gerais sozinho produzia uma média de 10.637 quilos por ano. Na capitania de Goiás, a produção chegou ao seu máximo entre os anos de 1750 e 1754, com 5.880 quilos por ano. O mesmo período marcou o auge da produção brasileira, com 15.760 quilos anuais. A partir de então, a produção começou a decair, sem que o fisco metropolitano levasse isso em conta, pois o governo português continuava acreditando que a escassez do metal se devesse ao contrabando e à negligência ao trabalho; por isso aumentar as formas de controle e as pressões sobre os mineradores era a melhor solução.





Igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário | Pirenópolis GO



MONÇÕES

Monções - Bandeiras de Comércio (1700-1850)

A palavra é originária do árabe *mauasin* (época do ano em que se dá determinado fato). Entre os marinheiros de Portugal, passou a designar as estações com ventos propícios para as grandes viagens marítimas. No período colonial, as monções aparecem como um novo tipo de bandeirismo que se relacionava com expedições de caráter comercial e colonizador, em canoas, através de rios das regiões mineradoras, principalmente para realização de trocas de mercadorias de consumo, inclusive por ouro ou simplesmente abastecimento.

Mais do que uma mera versão fluvial das marchas bandeiristas, as monções foram um desdobramento, ou, de certa forma, uma evolução, da expansão bandeirante. Eram grandes caravanas fluviais que partiam do vilarejo de Araritaguaba, hoje denominada de Porto Feliz (SP), na margem esquerda do rio Tietê, a 155 kilômetros da vila de São Paulo, e, por um percurso "de mais de mil léguas de comprido", seguiam até Cuiabá (MT) ou para outras regiões mineradoras.



De início, as monções eram realizadas sem roteiro fixo e sem época determinada. A partir de 1720 as canoas seguiam o rio Tietê até a foz, desciam o rio Paraná até a embocadura do rio Pardo, subiam o rio Pardo até o rio Anhandú, que as levava até o rio Miranda, afluente do Paraguai. O rio Paraguai conduzia o comboio até as minas de Cuiabá, através dos afluentes São Lourenço e Cuiabá. A partir de 1725 os bandeirantes descobrem que era melhor continuar subindo o rio Pardo até certo ponto determinado por eles e, a partir daí, levar as canoas e cargas por terra, por uma distância de aproximadamente quinze quilômetros, seguindo pelos rios Coxim e Taquari. Nesse local se fundou o pouso Camapuã, no qual os viajantes descansavam, e as canoas eram reabastecidas, antes de percorrer mais mil quilômetros, pois o percurso total era de aproximadamente 3.600 quilômetros.

Encontro de Monções no Sertão, 1920. | Oscar Pereira da Silva



Partida da Monção, 1897. José Ferraz de Almeida Júnior

Essas monções surgem, principalmente, depois da denominada Guerra dos Emboabas (1707-1709), na região das Minas Gerais, envolvendo os bandeirantes paulistas e os emboabas (portugueses e imigrantes de outras regiões do Brasil). As expedições bandeiristas a procura do ouro mudam de rota e partem em direção dos territórios de Mato Grosso e de Goiás. A notícia da descoberta do precioso metal em Bom Jesus do Cuiabá (MT), em outubro de 1722, pelo sertanista Miguel Sutil, provoca uma corrida às novas minas. Dizia-se que, ali, o ouro estava à flor da terra, o que, aliás, era verdade. A possibilidade de enriquecimento rápido atrai milhares de pessoas das mais diversas origens e condições sociais para as regiões de mineração. Em busca da riqueza fácil vinham do Rio de Janeiro, da Bahia, São Paulo e de vários outros pontos da colônia e também de Portugal.

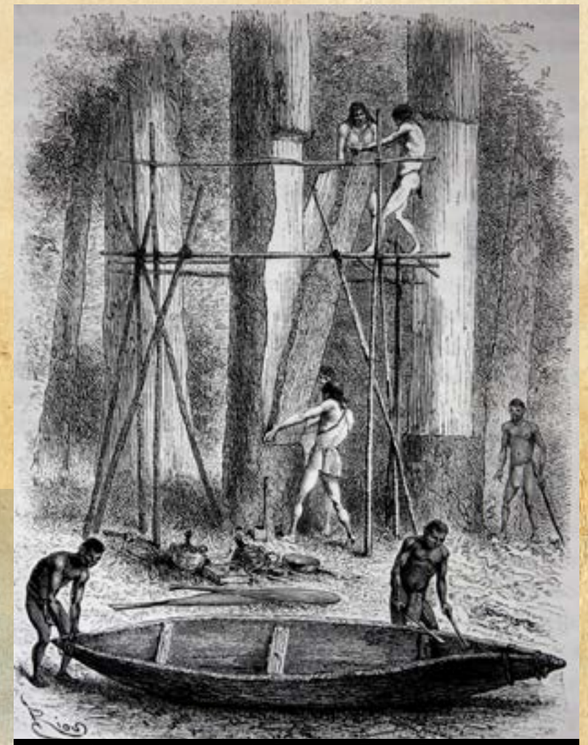
Mas, assim que chegavam à região das minas, os exploradores descobriam uma realidade muito diferente da que havia povoado seus sonhos: não havia o que comer, onde morar, o que vestir. Como inicialmente ninguém se preocupava em plantar ou criar animais para subsistência, a população enfrentou grandes crises de fome, como as de 1698 e 1701, durante as quais as pessoas chegavam a comer animais de todas as espécies.



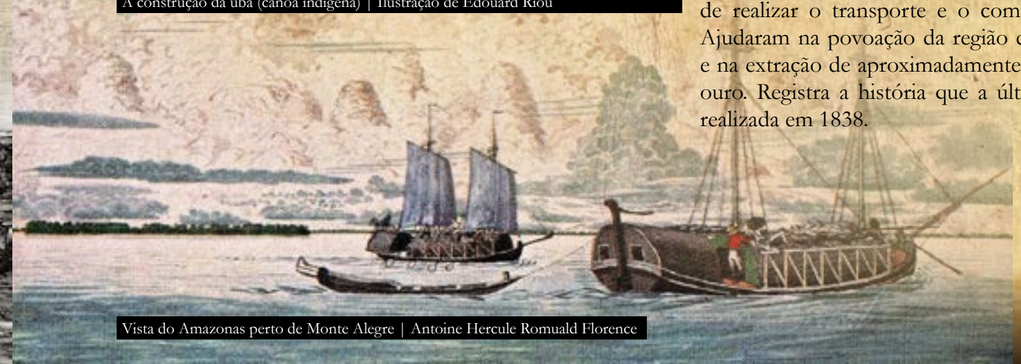
Embarcações dos rios Amazonas, Negro e Madeira | Franz Keller-Leuzinger - engenheiro



Carga de canoas, 1920 | Oscar Pereira da Silva



A construção da ubá (canoa indígena) | Ilustraçao de Edouard Riou



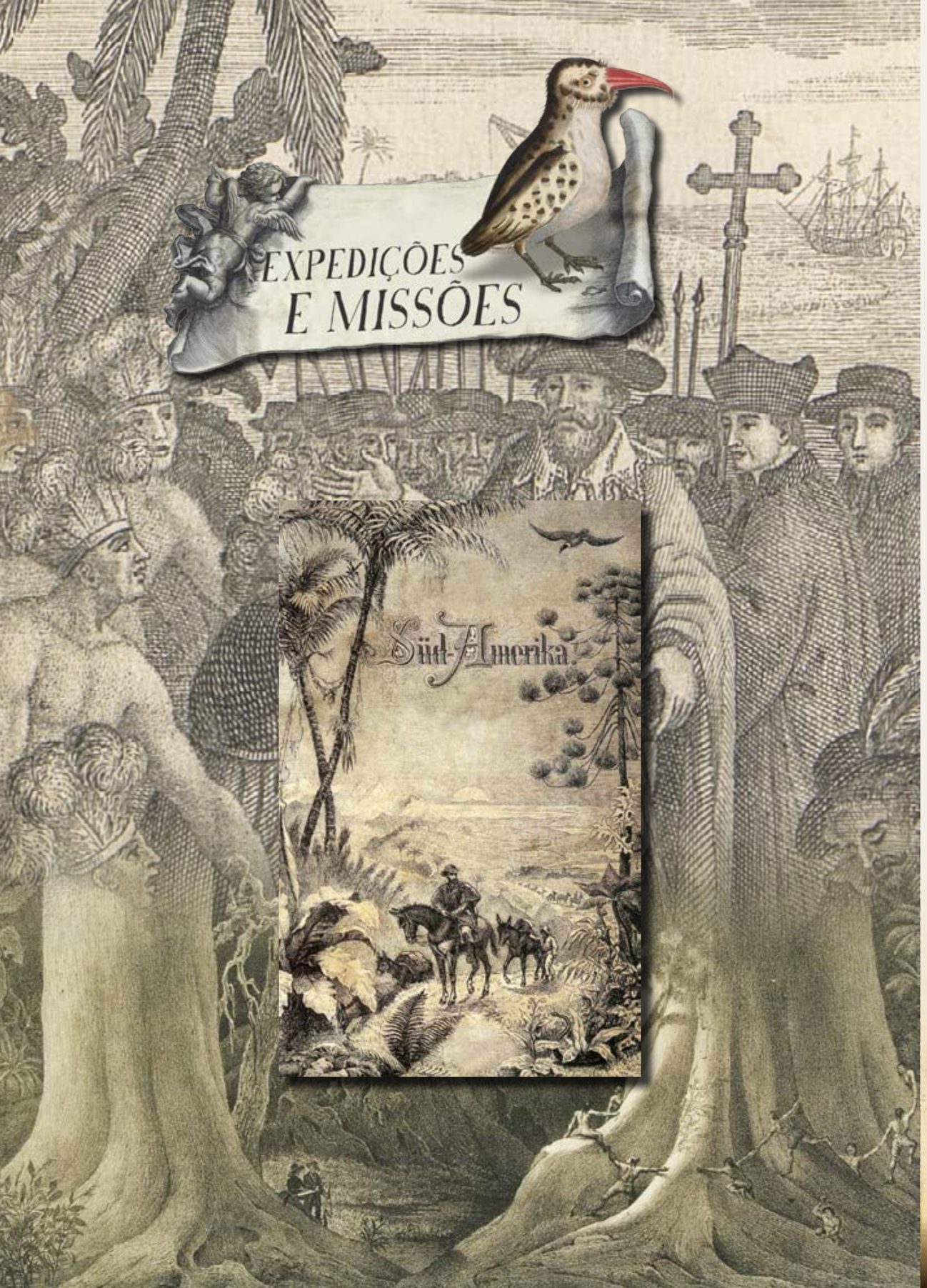
Vista do Amazonas perto de Monte Alegre | Antoine Hercule Romuald Florence

Uma rota de comércio é aberta com o objetivo de atender às necessidades de abastecimento dessas regiões auríferas. São organizadas expedições fluviais comerciais (bandeiras de comércio). denominadas de monções, que, ao se tornar um meio de transporte comum, acabam transformando as margens dos rios em verdadeiros acampamentos e futuras vilas. Com isso, as monções prosperam, pois as jazidas de ouro descobertas encontravam-se em lugares isolados, distantes do litoral. Do Nordeste passaram a ser enviados a carne seca, o couro e a farinha de mandioca; do Rio de Janeiro, as ferramentas, tecidos, louças e vidros; de São Paulo, o milho, trigo, marmelada; e do Sul, cavalos, bois, mulas e charque.

As monções partiam entre março e abril, quando os rios estavam cheios e a duração da jornada era longa, demorando aproximadamente cinco meses para chegar ao seu destino, pois as canoas estavam carregadas com muito peso e as correntes eram contrárias à navegação. Além disso, havia mais de cem cachoeiras, saltos, corredeiras, enfrentamento com os kayapós das margens do rio Paraná, os guaicurus, que eram audazes cavaleiros, e os terríveis paiaguás, grandes canoeiros que ficaram conhecidos como os "piratas do rio Paraguai".

Era formado um comboio com dezenas de canoas, chamadas ubás, com uma média de doze a treze metros de comprimento e um metro e meio de largura, escavadas em um só tronco de árvore (peroba ou timbaúva), à moda indígena, com capacidade de transporte de toneladas de carga e de aproximadamente 30 pessoas. Com uma tripulação composta de seis remeiros, um piloto e um proeiro, partiam carregadas de mercadorias (mantimentos, roupas, ferramentas, armas, munições, tecidos, instrumentos agrícolas, entre outros produtos) para serem comercializadas nos povoados, arraiais e vilas do interior. Na volta demoravam menos, cerca de dois meses, e traziam principalmente ouro, peles de animais, drogas do sertão, especiarias, artesanatos, correspondências e muitas histórias e notícias.

As monções foram muito importantes, pois abasteciam as regiões mineradoras, mantinham a população dos sertões em comunicação com as capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de realizar o transporte e o comércio entre elas. Ajudaram na povoação da região do Mato Grosso e na extração de aproximadamente 75 toneladas de ouro. Registra a história que a última monção foi realizada em 1838.



Expedições, Comissões e Missões Artísticas e Científicas

Contexto Histórico

...os portugueses sempre estiveram decididos a impedir que a riqueza dos recursos minerais e a exuberância da natureza brasileira despertassem a cobiça dos demais povos europeus. Por três séculos (1500-1800) os lusitanos mantiveram o Brasil fechado aos olhos estrangeiros...

As expedições, comissões e missões artísticas e científicas realizadas no Brasil durante os séculos XVII e XIX foram muito importantes para o país e eram em geral organizadas e integradas por estrangeiros. Não eram de todas inocentes – isso ficou bem claro ao longo da história –, tinham um cunho político e estratégico para outras nações, mas muito do que se conhece hoje sobre o nosso passado deve-se ao trabalho dos artistas e cientistas que percorreram o Brasil registrando os costumes da população, pesquisando a fauna e a flora, pintando e desenhando animais, insetos, plantas e cenas do cotidiano. Ao "mapear" a cultura e a natureza brasileira, ajudaram a criar uma identidade para o país perante o mundo.

Ao longo do período colonial brasileiro, a descoberta e a pesquisa científicas realizam-se de modo esporádico, com exceção do governo de Maurício de Nassau (1604-1679), em Pernambuco (1637-1644), que atrai para Recife sábios e artistas estrangeiros, mas no século XIX tem início um processo mais sistemático de estudo e pesquisa da flora, fauna, riqueza mineral, da geografia e da vida social do país.

Se, por um lado, essas missões e expedições compostas de artistas, estudiosos, pesquisadores e cientistas estrangeiros serviam para tornar o Brasil mais conhecido fora de suas fronteiras, por outro lado, serviam, também, para a entrada, no país, de novas ideias e conhecimentos até então sonegados aos brasileiros. O crescente número de estrangeiros que desembarcaram principalmente no Rio de Janeiro a partir de 1808 leva à intensificação dos contatos com os europeus, facilitando a divulgação de ideias liberais e nacionalistas até então cultivadas somente nas sociedades secretas, que aqui se multiplicavam.



Mas cabe lembrar que os portugueses sempre estiveram decididos a impedir que a riqueza dos recursos minerais e a exuberância da natureza brasileira despertassem a cobiça dos demais povos europeus. Por três séculos (1500-1800) os lusitanos mantiveram o Brasil fechado aos olhos estrangeiros e quase conseguiram seu intento quanto à totalidade de informações divulgadas sobre o Brasil Colônia.



Cientistas de renome foram impedidos de estudar a natureza brasileira, entre eles, o capitão James Cook. Em 1768, quando realizava sua grande viagem de circum-navegação, aportou no Rio de Janeiro, mas os botânicos, zoólogos e astrônomos que o acompanhavam foram proibidos de desembarcar. As pesadas restrições sobre os movimentos de estrangeiros na colônia portuguesa no final do século XVIII e início do século XIX dissuadiram grandes exploradores de entrar no território brasileiro. Já em 1800, no limiar do século XIX, as autoridades lusitanas impediram a entrada no Brasil do maior de todos os sábios naturalistas, o barão alemão Alexander von Humboldt, que estava em viagem de estudos na Venezuela e desejava continuar seus estudos em território brasileiro. Os prejuízos dessa política para o desenvolvimento da ciência no Brasil foram imensos e irremediáveis.





S. M. El Rei D. João VI de Portugal, e toda a Familia Real, embarcando para o Brazil, no caes de Belem, em 27 de Novembro de 1807.

Estampa pertence ao 7 tom. da Historia do Brazil, a qual he composta originalmente em Portuguez.



Juri | Spix

Miranha | Spix

A situação começou a mudar a partir do ano de 1808, quando da chegada da família real portuguesa ao Brasil, e da abertura dos portos às nações amigas. De repente, o país foi aberto às missões e expedições estrangeiras, e, a partir daí, uma quantidade considerável de exploradores, estudiosos, curiosos, artistas, cientistas e naturalistas desembarcaram no Brasil.





A situação começou a mudar a partir do ano de 1808, quando da chegada da família real portuguesa ao Brasil, e da abertura dos portos às nações amigas. De repente, o país foi aberto às missões e expedições estrangeiras, e, a partir daí, uma quantidade considerável de exploradores, estudiosos, curiosos, artistas, cientistas e naturalistas desembarcaram no Brasil. Esse ano é considerado um marco na história da investigação científica nacional em função da vinda de D. João VI (1767-1826) e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. A abertura dos portos brasileiros traz a alteração do estatuto colonial, que restringe as viagens de estrangeiros pelo país. Desde então, expedições artísticas e científicas são realizadas para registrar e coletar espécimes naturais e objetos, sendo que parte destes é encaminhada a museus e instituições europeias. Tem início um ciclo de viagens e missões científicas que, ao lado das instituições culturais criadas pelo governo português instalado na colônia (Jardim Botânico, Biblioteca Nacional e Academia Imperial de Belas Artes, entre outras), dão novo impulso ao desenvolvimento artístico e científico no Brasil.

As facilidades de acesso trazem também ao país inúmeros viajantes que descrevem o ambiente natural e a vida social de então. O mais conhecido é o naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882), que participa de uma expedição promovida pela marinha inglesa, cujo objetivo é prospectar dados cartográficos da América do Sul. Darwin, a bordo do navio HMS Beagle, chega a Fernando de Noronha em fevereiro de 1832 e passa quatro meses no Brasil. Entre os viajantes também estão o inglês Henrique Koster (que vive no país entre 1808 e 1819, publicando, em 1816, *Travels in Brazil*), o botânico August de Saint-Hilaire (1779-1853), que, após viagens realizadas entre 1816 e 1822, publica diversos volumes de *Voyages dans l'Intérieur du Brésil*; o alemão Frederico Guilherme Sieber (que realiza estudos geológicos e botânicos na bacia amazônica); os naturalistas Jorge Freyreiss (1789-1825) e Frederico Sellow (1789-1831), que acompanham o príncipe alemão Maximiliano von Wied-Neuwied (ele mesmo um viajante e colecionador de plantas, objetos e pesquisador de línguas indígenas, autor de *Viagem ao Brasil*, 1820 e 1821); João Emanuel Pohl (1782-1834), que viaja pelo país entre 1817 e 1821 registrando a riqueza da fauna e seus minérios; e João Natterer (1787-1843), zoólogo, ornitólogo e entomólogo, que permanece no país entre 1817 e 1835. Boa parte desses pesquisadores liga-se a expedições mais amplas, nas quais se associam ciência e arte para documentação e pesquisa. A cada trabalho publicado na Europa sobre nossas riquezas, novas levas de pessoas interessadas no assunto aqui aportavam.

Uma das primeiras missões foi liderada pelo príncipe alemão Maximiliano von Wied, entre 1815 e 1817. Além de importante legado botânico e linguístico, essa expedição nos deixou um grande acervo etnográfico, tendo registrado diversos aspectos dos índios puris, botocudos e pataxós – obras de autoria de Nicolas-Antoine Taunay. Já a vida dos escravos e o cotidiano foram retratados pelo artista francês Jean-Baptiste Debret, que chegou ao Rio de Janeiro em 1816 integrando a Missão Artística Francesa. Juntamente com ele vieram diversos outros artistas, como o pintor Nicolas-Antoine Taunay. A expedição de Langsdorff, por sua vez, foi organizada pelo cônsul da Rússia no Brasil, o Barão Georg von Langsdorff. Ela saiu do Rio de Janeiro em 1824 com 34 pessoas e retornou três anos e meio depois. O trabalho desse grupo é considerado um dos tesouros científicos do Brasil. Entre seus artistas destacam-se Adrien Taunay, filho de Nicolas-Antonie Taunay, e Hercule Florence. Também fez parte da expedição o pintor Johan Moritz Rugendas, que em 1827 publicou o livro *Viagem pitoresca através do Brasil*, com ilustrações que mostram a opressão sofrida pelos escravos.

Hercules Florence é responsável por aquarelas sobre o ambiente natural e social do Brasil (*Habitação dos Apiacás sobre o Arinos*, 1828); Rugendas registra o périplo da expedição em *Viagem Pitoresca pelo Brasil* (1834); o pintor Adrien Taunay (1803-1828) realiza paisagens e registros da vida social bororo (*Agrupamento dos índios bororo do acampamento chamado Pau-Seco, entre os rios Paraguai e Jauru*, 1827). Há, ainda, a expedição "Rurick", organizada pelo Conde de Romanzov (1754-1826), entre 1815 e 1818, e que deixa registros visuais da ilha de Santa Catarina realizados por Louis Choris (1795-1828), e a Expedição Thayer (1865-1866), chefiada pelo naturalista Louis Agassiz (1807-1873), que se notabiliza pelas paisagens amazônicas, de autoria de Jacques Burckhardt (1808-1867). Entre elas estão *Paisagem Brasileira, Manaus* (1865) e a série *Peixes Brasileiros* (1865).

A Missão Artística Francesa, que chega ao Rio de Janeiro em 1816, embora não seja uma expedição artística e científica como as anteriores, já que o grupo de estrangeiros contratado se fixa institucionalmente no país, pode ser incluída nessa lista devido à obra deixada por alguns de seus integrantes, como Debret (1768-1848). Professor de pintura histórica na Academia Imperial de Belas Artes, ele é responsável por descrições detalhadas da vida social brasileira: a vida na corte, o trabalho escravo, a cidade do Rio de Janeiro, o cotidiano, a família etc. Sua *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil*, de 1834 (1ª edição brasileira, 1840), é dos mais importantes exemplos de pintura de valor documental realizadas sendo amplamente utilizada como fonte iconográfica para o estudo da sociedade brasileira e, mais recentemente, analisada por suas qualidades pictóricas como expressão das dificuldades de aclimatação do modelo neoclássico no país.

O pintor Nicolas Antoine Taunay (1755-1830) é outro integrante da missão contratada para inaugurar a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, futura Academia Imperial de Belas Artes. Nicolas Taunay se torna conhecido pelas paisagens (*Cascatinha da Tijuca* e *Paisagem do Brasil*, entre outras), no que é seguido por seu filho, Félix Taunay (1795-1881), autor de *Vista da Mãe d'Água* e *Mata Reduzida a Carvão*.

Algumas expedições se tornam célebres por seus resultados científicos e artísticos. A missão austríaca de 1817, organizada devido ao casamento, por procuração, da arquiduquesa da Áustria Maria Leopoldina Habsburgo (1797-1826) com o príncipe D. Pedro – futuro D. Pedro I (1798-1834) – filho de D. João VI e Dona Carlota Joaquina, traz um conjunto de sábios e artistas destacados. Compõem o séquito da Arquiduquesa Leopoldina o zoólogo Johann Baptiste Von Spix (1781-1826) e o botânico Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Durante três anos eles percorreram mais de 20 mil quilômetros registrando inúmeras informações sobre a fauna e a flora do Brasil. Eles esboçam imagens da natureza e da sociedade brasileira em sua *Viagem pelo Brasil* (cujos três tomos são editados em 1823, 1828 e 1831, respectivamente, e cuja edição brasileira, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), data de 1938). Integra também a missão austríaca Thomas Ender (1793-1875), responsável por ilustrações para as viagens de Pohl e de Martius. Seus diversos desenhos da região do Rio de Janeiro e da província de São Paulo (por exemplo, *Vista da Tijuca* e *O Catete e o Vale das Laranjeiras*) só são apresentados após sua morte.

Enfim, as viagens do século XVIII inauguram uma era de descobertas no Brasil, e a interiorização torna-se uma meta para manter a conquista do império português. Se, inicialmente, os europeus dedicaram-se ao conhecimento dos contornos do nosso continente, rotas marítimas e ligações entre oceanos, nos Setecentos e Oitocentos partiram para o domínio e controle sobre os recursos naturais localizados no interior da América do Sul. Os naturalistas tiveram participação intensa nesse processo, concebendo textos descritivos especializados que, por vezes, continham nomenclaturas e taxionomias. Os







relatos de viagem tornaram-se aprimorados e dedicados aos diferentes ramos do conhecimento. Os sistemas classificatórios do século XVIII, sobretudo depois de Lineu, tinham a tarefa de localizar as espécies do planeta, extraindo-as de seu nicho original, onde reinava o caos, e enquadrá-las em um sistema ordenado segundo as normas científicas.

Os naturalistas atuavam como homens de ciência, recorrendo à neutralidade para produzir conhecimento, e desempenhavam simultaneamente funções de cientistas e agentes estrangeiros, auxiliando a expansão dos domínios espanhol e português na América do Sul. Por intermédio da história natural, aprendiam-se o valor e a importância das comunidades e regiões percorridas. Desse modo, as memórias, as pranchas e as espécies coletadas demonstravam as potencialidades da exploração comercial. A ciência atuava como "descrição exata de tudo" e funcionava como um espelho rico e multifacetado, no qual toda a Europa pôde projetar a si mesma como construtora de processo planetário em expansão. Em nome da ciência, os naturalistas atenuavam a competição e a violência provocadas pela expansão comercial, política e pelo domínio colonial. A sistematização da natureza e dos povos representava não apenas um discurso sobre os mundos não-europeus, mas um discurso urbano, burguês e letrado sobre os mundos iletrados e rurais que atuavam não somente no além-mar, mas sobre os campos europeus, transformando-os segundo a lógica do capital.

As pranchas da viagem filosófica possuem essa racionalidade. Constituem uma produção artística e científica munida de uma lógica colonial destinada a classificar e transformar a natureza e as comunidades indígenas em bens para manutenção e exploração. A Coroa deveria preservar o patrimônio colonial, incrementar a indústria para atender as demandas do comércio com o Brasil e superar o atraso da agricultura, fosse na metrópole, fosse nas colônias. Essas reformas produziriam uma economia diversificada e capaz de consolidar os laços coloniais em face das ameaças expansionistas dos comerciantes britânicos. Nas estampas da viagem filosófica tornam-se evidentes os vínculos entre interesses comerciais, políticos e científicos sobre o Novo Mundo.

A cada trabalho publicado na Europa sobre nossas riquezas, novas levas de pessoas interessadas no assunto aqui aportavam.

Enfim, as viagens do século XVIII inauguram uma era de descobertas no Brasil, e a interiorização torna-se uma meta para manter a conquista do império português. Se, inicialmente, os europeus dedicaram-se ao conhecimento dos contornos do nosso continente, rotas marítimas e ligações entre oceanos, nos Setecentos e Oitocentos partiram para o domínio e controle sobre os recursos naturais localizados no interior da América do Sul.











Tomada e apreensão de um carregamento de açúcar na baía de Todos os Santos

Missão Artística e Científica de Maurício de Nassau

(1600-1644)

Johan Maurits van Nassau-Siegen, conhecido no Brasil como João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), era natural de Dillenburg, Alemanha, foi conde e, após 1674, príncipe de Nassau-Siegen. Era neto do Conde João VI, por sua vez irmão do príncipe Guilherme de Orange, fundador das Províncias Unidas dos Países Baixos. Pelo lado da mãe, seu bisavô foi Cristiano III, rei da Dinamarca. Embora tenha ingressado precocemente na carreira militar, teve uma formação humanista na Universidade da Basileia. Tornou-se coronel aos 25 anos e lutou na guerra contra a Espanha pela independência de seu país. Em 1636 foi convidado pelos diretores da Companhia das Índias Ocidentais (WIC, West Indische Compagnie) para administrar a colônia holandesa no Brasil, recebendo os títulos de governador-geral, almirante e capitão-general.

Os empresários estavam confiantes na sua capacidade administrativa e militar para reorganizar a colônia e obter maiores lucros para a companhia. Mas, ao contrário do que era costume na época, ele não quis explorar a colônica apenas em benefício da WIC. Em vez disso, fez um governo brilhante. Apoiou os plantadores luso-brasileiros, deu liberdade de culto, tratou bem os nativos, aumentou a produção de açúcar, urbanizou Recife, protegeu e apoiou os artistas e cientistas, apazigou a colônia e promoveu o bem-estar de seus habitantes. Foi uma espécie de príncipe renascentista materializado nos trópicos.

Ao aportar em Recife, província de Pernambuco, em 23 de janeiro de 1637, fazia-se acompanhar de um seleto grupo de quarenta e seis especialistas, entre eles artistas, cientistas, naturalistas, médicos, artífices e artesãos, que haviam sido convidados para um grande projeto de pesquisas, estudos e registros na colônia holandesa. O governador, deslumbrado com o viço e o vigor da natureza tropical, encarregou seus especialistas de pintar, desenhar, catalogar, estudar e preservar as plantas e animais do Novo Mundo, além de passar para o papel e tela a paisagem e a topografia do território e registrar também os feitos militares e a arquitetura civil e militar do Brasil holandês.



Conquista de Porto Calvo após treze dias de cerco | Frans Post



Durante seu governo, a colônia esteve em crescente atividade cultural, tornando evidente seu papel como mecenas das artes e das ciências. O grupo, em menos de uma década de governo (1637-1644), realizou trabalho fantástico em várias áreas do conhecimento humano e que se tornou referência até os nossos dias. A expedição foi um dos episódios mais fascinantes da história da arte e do trabalho científico realizado no Novo Mundo, e o desbravamento realizado por esses pioneiros no século XVII não encontra equivalência em nenhum outro momento em qualquer outro lugar.

Dentro do grupo formado por oito pintores integrantes da comitiva, destacaram-se dois jovens artistas holandeses: Frans Post (1612-1680), de Leiden, Holanda, foi o responsável pelo registro visual da paisagem brasileira, e Albert Eckhout (ca.1610-1666), de Groningen, Países Baixos, foi o responsável pelos desenhos e pinturas da população brasileira e suas etnias, as plantas e os animais. Os dois legaram à posteridade um extraordinário tesouro cultural: a mescla entre a arte e a ciência que eles concretizaram plenamente em seus quadros, desenhos e gravuras, constituindo para a posteridade o primeiro grande registro iconográfico do Brasil.

Tanto quanto a obra artística aqui realizada naquele período, destaca-se também o trabalho científico empreendido por dois pesquisadores holandeses da comitiva de Nassau – Georg Marcgraf (1610-1648), de Leibstad, Alemanha, e Guilielme Pisonis, ou Willem Pies (1611-1678), de Leiden, Holanda, conhecido também como Willem Piso e Guilherme Piso. O trabalho científico realizado por eles culminou na publicação da obra *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), com várias gravuras da natureza brasileira baseadas em desenhos do pintor Albert Eckhout. Essa obra se impõe, ainda hoje, como um dos mais notáveis registros dos anais da nossa história.

Na comitiva vamos encontrar também o capelão, latinista e poeta Franciscus Plante; o médico particular de Nassau, Willem van Milaenen; o soldado, desenhista e aquarelista Caspar Schmalkalden, autor de anotações e desenhos em que retrata os nativos, animais, cidades e mapas – algumas de suas obras ilustram o livro *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*; e o soldado, desenhista e cartógrafo Zacharias Wagener, que produziu centenas de aquarelas e litogravuras de animais, publicadas posteriormente na Europa com o título *Thierbuch*, ou *Livro dos Animais*, uma espécie de versão popular da *Historia Naturalis Brasiliae*, de Marcgraf.

Em pleno século XVII, as classes privilegiadas tinham fome de livros, principalmente os ilustrados, que lhes mostrasse o mundo desconhecido, por isso, a descrição e a iconografia da magnífica obra *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), de autoria de Marcgrave e Piso, e da obra *Rervm per octennivm in Brasilia* (1647), de autoria de Caspar van Baerle, ou Gaspar Barleus, como veio a ser conhecido no Brasil, serviram muito bem para esse momento histórico.

Além disso, Maurício de Nassau, ao retornar para a Holanda, em 1644, leva em sua bagagem um grande número de quadros, pinturas avulsas, estudos e desenhos relativos ao trabalho realizado no Brasil pelos artistas e cientistas de sua comitiva, que posteriormente irão abastecer museus de universidades de boa parte da Europa. Presenteia diversas cortes europeias e homens ilustres de sua época com os livros publicados sob sua responsabilidade e também com tapeçarias, pranchas, quadros etc. Obras de Post foram doadas ao rei Luís XIV, da França, e as de Eckhout, a seu primo Frederico III, rei da Dinamarca. Além de dar prestígio e ascensão social para o Conde Nassau, todo esse material contribuiu imensamente para a formação, no continente europeu, da imagem do Brasil, que, aliás, teve a cara do nordeste brasileiro.

Os seus feitos como administrador no "Mundo Novo" foram registrados por Gaspar Barleus (1584-1648) na belíssima obra *"Rervm per octennivm in Brasilia [...] : [...] Et alibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi comitis I. Mavritii Nassoviae, &c. comitis, nunc Vesaliae gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd*", ou "*O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange"*. Foi publicada em Amsterdã no ano de 1647 por uma das mais importantes tipografias holandesas, a Ioannes Blaeu, com 340 páginas e 56 ilustrações, entre elas o retrato de Nassau feito pelo pintor Theodor Matham (1605-1660), mapas de Georg Marcgrave e gravuras de Frans Post. Essa edição comporia uma das mais suntuosas publicações do século XVII. Em 1660 apareceria uma segunda edição neerlandesa, também em latim, pela tipografia Tobias Silberling, a mesma que havia publicado no ano anterior o texto de Barleus em alemão. A primeira edição em português foi organizada em 1940, em comemoração ao terceiro centenário da ocupação holandesa, com tradução e notas de Cláudio Brandão.

Gaspar Barleus, da Antuérpia, Bélgica, foi um dos mais renomados e respeitados humanistas, professor, escritor e poeta seiscentista. Na obra, em nota introdutória, o autor registrou sua homenagem a Maurício de Nassau com a seguinte expressão:

> *Ao muito ilustre Conde João Maurício de Nassau, ex-Governador supremo do Brasil holandês, etc. Aqui vos ofereço, ilustríssimo conde, o Brasil engrandecido pelas vossas armas. Se ele pudesse falar e firmar convosco um tratado, por si mesmo se entregaria a vós, que, com insigne galhardia, defendestes e exaltastes a Holanda e enchestes a Espanha com a fama e o temor da guerra por vós dirigida. Vingando uma, fostes o terror da outra e o assombro de ambas. (...) Assim, com umas virtudes intimidastes os vossos inimigos e com outras ganhastes os vossos concidadãos, granjeando daqueles uma glória imensa e destes um afeto e benquerença geral. Encontrastes o meio-termo entre os inimigos e os nossos, entre os ferozes e os brandos para honrardes com a doçura batávica aqueles que vencestes com o denodo batávico. Direi em resumo: chegando ao Brasil, reerguestes o que estava derruído, corrigistes o que estava viciado, reavivastes o que estava morto. Tornando para a Pátria – clama-o a realidade –, parece, a um só tempo, ter o Conselho perdido o seu defensor, o povo um pai, a república a ordem, as leis um guarda, a piedade um exemplo, o holandês o respeito, o português a lealdade. Amsterdã, 20 de abril de 1647.*

Fascinante o livro de memórias confiado por Maurício de Nassau a Gaspar Barleus com a tarefa de compor uma obra de caráter laudatório que enaltecesse ou celebrasse os feitos do conde durante os anos que passou no Brasil. Imortalizam essa obra as 27 estampas e mapas gravados em cobre, em página dupla, assinados por Frans Prost e George Marcgrave, respectivamente. Das 56 ilustrações encontradas na obra, temos um magnífico retrato do príncipe Nassau assinado por Theodore Matham (1605-1660).



20 GEORGI MARCGRAVI

paulum incana. in caule quoque multos ramulos surrectos solitarios, cum similibus foliis appositis. Floſculos fert copioſos ad cujuſlibet folii pediculum, vario numero, ſine propriis

pediculis: quilibet autem conſtat quinque foliolis & ſtellam quinquangularem apte repræſentat: in medio habet obtuſum ſtamen, haud elevatum, cum coronula quadam: totus eſt pallide luteus, interius umbratus, inodorus. Hinc provenit fructus oblongus, ovalis, in extremitate acuminatus, magnitudine ovi gallinacei aut anatini, ex viridi ſubflavus, quando maturus, habens corticem craſſiorem aurantiis, exterius multis prominentiis inſtar aculeorum præditum: fundit de ſe ſuccum lacteum, glutinoſum, ita ut glutinis loco fungi poſſit: maturior aperit ſe, ac interius ſemina oblonga, nigra, inſigni ordine diſpoſita habet: quodlibet autem granum ſeminis habet floccum quaſi è pluma, coloris argentei ſplendidiſſimi. Hi flocci in extremitate fructus interius etiam junguntur, & ſuperior pars cavitatis fructus monſtrat ſem[illegible] inferior floccos illos argenteos, jucundo ſpectaculo. Tota planta olet graviter, & co[illegible]dae habet albiſſimum.

CAP.







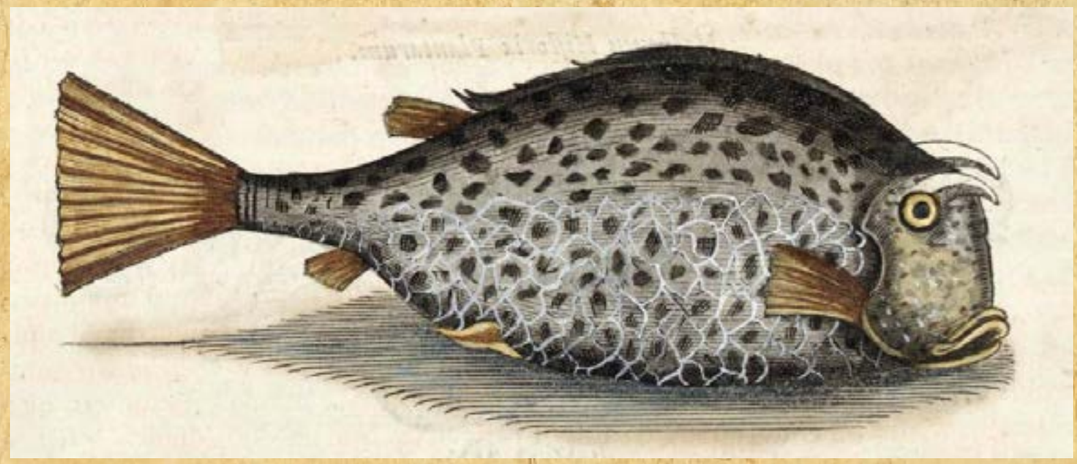


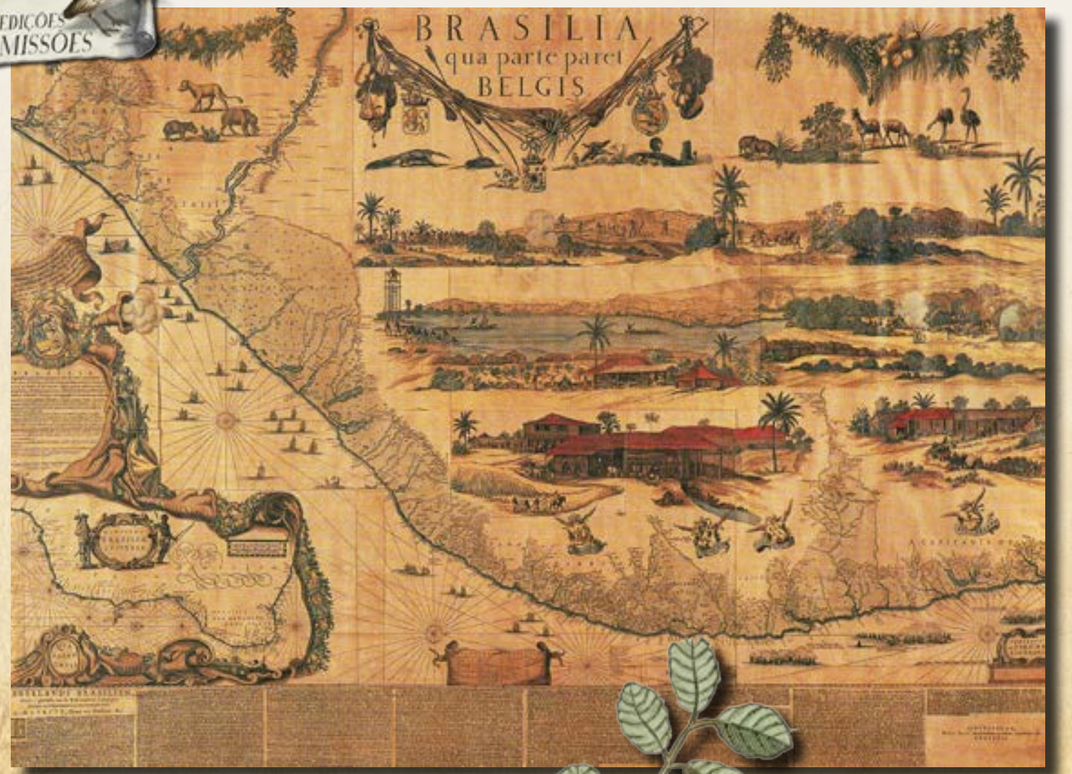
George Marcgraf

Georg Marcgraf (1610-1648) nascido em Liebstadt, na Saxônia, foi naturalista, astrônomo, matemático, agrimensor e cartógrafo. Estudioso e observador criterioso, iniciou uma intensa peregrinação em 1627 que o levou, nos anos seguintes, a frequentar dez dos maiores centros universitários europeus, onde estudou medicina, matemática, astronomia, botânica e zoologia. Willem Piso e Johannes de Laet (1593-1648), que já faziam parte da Companhia das Índias Ocidentais e conhecedores do trabalho de Marcgrave, chamaram a atenção do Conde Nassau para o jovem alemão, detentor de grande saber em diversas áreas do conhecimento científico. Como resultado dessa indicação, em primeiro de janeiro de 1638 embarcou para o Brasil. Acolhido por Nassau, ficou incumbido de recolher exemplares da fauna e da flora do litoral nordestino bem como realizar observações astronômicas e meteorológicas.

Na intensa atividade empreendida estudou, classificou e catalogou centenas de espécies da fauna e da flora brasileira (animais, plantas, vegetais, flores e frutos), memórias sobre os habitantes e seus idiomas, o clima e precisas observações astronômicas, trabalhos cartográficos de grande valor histórico e, ainda, desenhos ilustrativos e textos científicos.

Participou de várias expedições ao interior da colônia durante as quais fez observações e anotações de história natural – estudos da fauna e flora bem como das populações e suas tradições regionais –, astronomia e cartografia. O seu trabalho era tão importante que o conde Maurício de Nassau mandou construir um observatório para ele – considerado o primeiro observatório astronômico do Novo Mundo – e forneceu, ainda, uma guarda militar que acompanhava o estudioso para todos os lugares necessários para realizar seu trabalho.







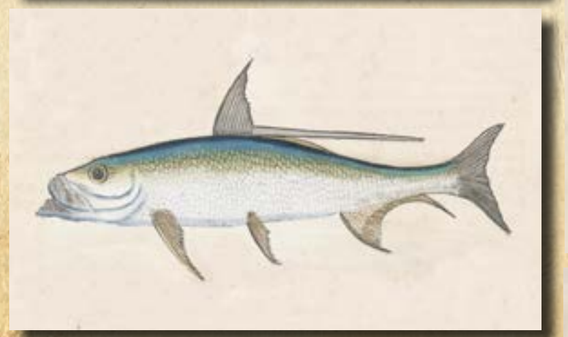
George Marcgraf Willem Pies

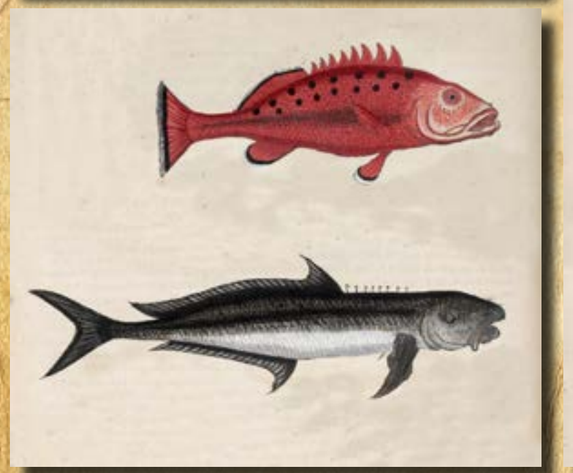
EXPEDIÇÕES E MISSÕES















Em 1638, participou como assistente astrônomo de uma expedição que navegou ao longo da costa brasileira. Interessou-se igualmente pelos peixes e descreveu uma centena de espécies, todas novas para a ciência. A obra torna-se ainda mais interessante, já que se trata do primeiro estudo científico de peixes não provenientes do Mediterrâneo.

Trabalhou sob a supervisão do médico Willem Piso até 1641. A partir daí passou a fazer seu trabalho praticamente sozinho, sob a orientação do Conde de Nassau. Participou de várias expedições ao interior da colônia durante as quais fez observações e anotações de história natural – estudos da fauna e flora bem como das populações e suas tradições regionais –, astronomia e cartografia. O seu trabalho era tão importante que o Conde Maurício de Nassau mandou construir um observatório para ele – considerado o primeiro observatório astronômico do Novo Mundo – e forneceu, ainda, uma guarda militar que acompanhava o estudioso para todos os lugares necessários para realizar seu trabalho. George Marcgrave foi o primeiro europeu a fazer observações astronômicas no hemisfério sul. Além disso, no ano de 1643 elaborou um mapa da colônia holandesa com informações topográficas inéditas que foram coletadas durante suas expedições ao sertão. A belíssima carta *Brasilia qua parte paret Belgis, [...] Brasilia Geographica e Hidrographica Tabula Nova. Contines Praefecturas de Cirii, cum Itapuama de Pernambuca, Itamaraca, Paraiba et Potigi vel Rio Graunde. Quam propriis observationibus ac dimensionibus diuturna peregrinatione a se habitis, fundamentaliter superstruebat et delineabat Georgius Marggraphius Germanus, Anno Christi 1643* foi editada por Iohanes Blaeu, entre 1644 e 1646, e traz 1647 como data de publicação. Esse trabalho permaneceria sendo o mapa mais detalhado e atualizado sobre a região até o século XIX.

Esse belíssimo mapa foi uma das suas principais contribuições à ciência. Riquíssimo material cartográfico que mostra em detalhe a região costeira e alguns rios entre o Rio Grande ao norte e o rio São Francisco ao sul e permaneceu como a carta mais exata da região até o século XIX. Possui detalhes notáveis e mostra, por exemplo, a topografia, os diferentes tipos de engenhos de açúcar, de aldeias nativas – pacificadas ou guerreiras – e de animais e plantas. Várias versões desse mapa foram copiadas e publicadas por diversas vezes, especialmente no século XVIII.

Com o fim do governo Nassau no Brasil, Marcgraf retorna para a Europa em 1644 e embarca logo em seguida para Angola com a incumbência de registrar e desenhar mapas do domínio holandês na África ocidental. Em agosto desse mesmo ano vem a falecer em Luanda antes de ter oportunidade de organizar suas notas e classificar todo o material recolhido no Brasil. A história registra que, antes de partir, teve o cuidado de entregar ao seu mecenas, Maurício de Nassau, todo o trabalho realizado em terras brasileiras. Este confiou o material recebido a Johannes de Laet, diretor e escritor da Companhia das Índias Ocidentais e estudioso de história natural, que também já havia escrito e publicado uma obra sobre o Novo Mundo. Além disso, sua posição privilegiada como diretor da Companhia poderia garantir a Nassau que a obra por ele comissionada sairia com a qualidade e requinte que o conde queria associar a seu nome e, também, que seria organizada e publicada juntamente com as observações de Willem Piso sobre o clima, as moléstias e remédios usados no Brasil.

Essa obra, de autoria de George Margrave e Willem Piso, com o título *Historia Naturalis Brasiliae,* foi publicada em primeira edição em 1648, pela oficina Elsevier em Amsterdam. Volume *in-folio,* dividido em duas partes, com pouco mais de 400 páginas, que teve também a colaboração de Johannes de Laet, conforme desejo de Maurício de Nassau.



fultis ante divinatoribus ſuis & hariolis, quo proximo mane promaturi ſint, & ubi conſeſſuri, atque quid interdiu acturi. Mane antequam iter aggrediantur, fluvium ingrediuntur, & ſe abluunt, & nitidiſſima arena corpora ſua fricant, & rurſus abluunt: atque inde egreſſi artus ſuos



ita extendunt & contorquent, ut articuli ipſis crepitent. Hinc ad focum accedunt, & calefacti, denticulis quorumdam piſcium ita ſe ſcabunt, ut ſanguinem multis locis eliciant, quod ad laſſitudinem in itinerando demendam plurimum putant prodeſſe. Scribit Rabbi ſeſe id ſæpe eſſe expertum utile eſſe.

Ad lapidis jactum à Reguli tabernaculo, duo trunci arborum humi jacent unius paſſus intervallo à ſe invicem diſiti, populus autem univerſus in duas turmas diviſus ex adverſo conſiſtit; hinc unaquæque turma eligit unum è robuſtiſſimis, qui truncos illos ſuccollant & quam poſſunt celerrime portant, ſuccedunt dein alii aliis ex eadem turma; qui autem primi ad locum caſtris deſtinatum pervenerint, tardioribus inſultant, atque illos exſibilant. Operiuntur hic juniores qui arma illorum & ſecures aſſerunt, hinc arbores certatim cædunt & pergulas conſtruunt, ſub quibus æſtum ſolis vitare poſſint, inter ipſos rivulos. Inter ea adveniunt & fœminæ cum reliquis impedimentis: & viri egrediuntur, pro locorum conditione aut ad piſces, aut ad feras capiendum; atque itidem mel ſilveſtre colligendum: vetulæ vero ad radices eruendas, è quibus farina confici poſſit, & panes coqui: domi autem aliæ aliis auxiliantur & parant manibus cibum & potum: qui deinceps tempus terunt haſtilibus certando, luctando, currendo; quibus certaminibus duæ fœminæ ad id ſelectæ præſident, & judicant de ſingulorum virtute & victoribus.



Ubi veſpera advenit, coëunt adoleſcentes in varias cohortes, & caſtra perambulantes cantillant ante tuguria, adoleſcentulæ autem quæ juvenibus delectantur, prodeunt, & cantillantes atque tripudiantes ſequuntur adoleſcentes, & à tergo conſiſtunt eorum quos amant, id enim ipſis amoris eſtimonium eſt. Cum porro juvenes jam ad nuptias aſpirant, venantur feras

CRVSTACEI PISCES

CAP. XIX.

Guaja apara, Cancer maximus, & variæ aliæ Cancrorum ſpecies.

GVAIA APARA Braſilienſibus, Cancer maximus elegantiſſime variegatus. Corporis figura eſt Lunæ biſſectæ ſimilis, in latitudine habens tres digitos, in longitudine duos & ſemis (quamquam & majores reperiantur.) Teſta, ut dixi, lunata eſt, in utroque latere poſterius exſecta, & in acumina deſinens. Anterior pars teſtæ ultra medietatem coloris eſt obſcure brunni & variegata maculis ex albo flaveſcentibus, & quaſi ſolis punctulis conſtantibus, ac in ſui medio maculam brunnam habentibus: poſterior pars ex albo flaveſcit, ſtriis brunnis, ſecundum longitudinem ornata. Pedes habet octo; ſingulos quatuor internodiis conſtantes, ſubrotundos, ex albo flaveſcentes: brachia duo, quodlibet duos & ſemis digitos longum & ſeſquidigitum latum, quodlibet parva forcipe præditum, quibus non ita arcte comprehendere poteſt, ut alii cancri. Eſt autem quodlibet brachium ſuperius armatum & dentatum inſtar criſtæ galli, ita ut quando vivus brachia corpori applicatis ea componit, uti aptiſſime poteſt, criſtas duas galli ſibi invicem appoſitas eſſe appareat. Tenacula repræſentat roſtrum galli, brachium itaque totum roſtrum galli cum ſua criſta. Brachia autem etiam ex albo flaveſcunt & maculis brunnis ſunt variegata. In aquis natans per os aquam exſufflat, quaſi ex fonte exſiliret.



Geſnerus Gallum Marinum vocat & pro Cancro Heracleotico Bellonii habet.

GVAIA alia ſpecies. Corpus rotundum, paulo oblongum, juglandem cum ſuo viridi cortice æquat, octo habet pedes cancrinos: duo brachia, quodlibet fere duos & ſemis digitos longum, at exilia; in parte extrema corporis tres habet aculeos obtuſos, & oculos plane exiles. Color totius corporis, brachiorum & pedum eſt albus; ac tota teſta dorſi egregiis maculis brunnis ordinatim diſtincta, in ſummitate majoribus, at in lateribus, minoribus: Brachia parvulis maculis ex ruſſo-purpureis ſunt variegata: pedes albicant in totum, ut & venter.



GVAIA alia ſpecies quæ rarius capitur. Corpus ellypticæ figuræ, latum, tres digitos & totidem longum aut paulo minus; teſta tectus eſt ellyptica, in ambitu multis corniculis prædita, ſuperius autem convallibus: ocelli parvuli ut aliis: in quolibet latere pedes quatuor cum quatuor juncturis. Crura ſubhirſuta, & in extremitate unguem nigrum corniculi figura habentia. Anterius autem crus tres digitos longum, reliqua ſemper breviora unum altero. Brachiorum cum forcipibus, cujuſlibet longitudo trium digitorum, craſſities humani digiti, forcipe ſeſquidigitum longa & ſatis craſſa. Ipſæ extremitates forcipis paulo plus ſeſquidigitum longæ, roſtratæ & exterius verſus dentatæ, quaſi denticulis humanis, & ita apte ſibi invicem quadrantes complicatæ, quaſi quis roſtrum dentatum clauderet; in una tenacula forcipis, quæ movetur ſcor-

142

GEORGII MARCGRAVII

RERVM NATVRALIVM HISTORIÆ

LIBER QVARTVS,

Qui agit de Piscibus Brasiliæ.

CAPVT PRIMVM.

Guamajacû apé ſpecies utraque. Guacucujâ.

GVAMAIACV APE Braſilienſibus: Piſcis triangularis; duplex eſt, unus cornutus, alter ſine cornibus. Cornutus ab ore ad initium caudæ ſeptem digitos eſt longus, (interdum & longior) à ventre ad dorſi ſummitatem tres digitos latus ſeu altus: venter vix duos digitos latitudine complet: cauda unum digitum lata, deſinens in pinnam duos digitos longam & totidem latam. Os ipſi parvulum & piſi tantum capax: habens in ſuperiori mandibula duodecim denticulos anguſtos, acutos, in inferiori quinque. Caput ab ore ad cornua uſque in gibbum aſſurgit, convexitate ſeſquidigiti; dorſum au-



tem ad eundem modum in gibbum arcuatur: & unicam tantum habet pinnam in poſtica parte verſus caudam, & quidem exilem. Oculos habet ſatis amplos, diametro trientis, ſuperne in capite in fronte poſitos prope cornua, ab ore circiter ſeſquidigiti intervallo: & ante ſingulos oculos foraminulum unum. Pinnas in univerſum obtinet quinque, unam in extremo dorſo, ut jam dixi, & in quolibet latere unam, longe infra oculos verſus poſticam corporis partem paulum vergentes, unum digitum longas; & prope utramque rimam, unam plus ſemidigito longam, branchiarum loco: unam denique pinnam inferius in ventris extremitate prope exortum caudæ, unum pene digitum longam, dimidium latam: quinta facit caudam. Cornua duo directe ante ſe protenſa in fronte gerit prope oculos, magnitudine calcaris galli galinacei; duo itidem æqualis magnitudinis in infimo ventre verſus quartam pinnam. Caret ſquamis, ſed tegitur denſa cute, in ventre quidem alba, reliquo autem corpore fuſca, atque in ventre & lateribus uſque ad altitudinem oculorum figuris trigonis, tetragonis, pentagonis, hexagoniſque mire diſtincta & notata. Vbique autem (excepto infimo ventre) eadem cutis variis maculis nigricantibus eſt inſignita.

Guamaiacu ape ſine cornibus in fronte, paulo minor eſt antecedente, ſed latiore ventre & cauda paulo longiore; & eſt per totum corpus ſexangularibus figuris inſignitus, cum innumeris

Willem Pies (Willem Piso)

Guilielmi Pisonis - Willem Pies ou Willem Piso (1611-1678), nascido em Leiden, Holanda, formou-se em medicina em Caen, na França, no ano de 1633 e, em seguida, retornou à Holanda. Ali residiu e praticou seu ofício em Amsterdam até ser convidado pela Companhia das Índias Ocidentais para ir ao Brasil, com o intuito de substituir o falecido doutor Willem van Milaenen (?-1637), médico particular de Maurício de Nassau. Piso era próximo de Johannes de Laet (1581-1649), um dos diretores da Companhia, que o convenceu a aceitar o posto oferecido. Chegou ao Brasil junto com Georg Marcgraf e, além de suas atividades médicas, ficou também encarregado de estudar a medicina tropical (doenças e tratamentos), as plantas regionais e suas indicações medicinais, as abordagens terapêuticas dos indígenas e seus costumes – trabalho executado com perfeição e apreço e que resultou na primeira parte da obra *Historia Naturalis Brasiliae.*

A primeira parte da obra *Historia Naturalis Brasiliae* é intitulada *De Medicina Brasiliensi*, de autoria do médico Willem Piso. O seu tratado científico é formado por quatro livros sobre medicina tropical. O primeiro livro trata *"Do ar, das águas e dos lugares – De Aëre, Aquis, & Loci"*. O segundo trata *"Das doenças endêmicas – De Morbis Endemis"*, e pode-se dizer que este foi o primeiro relato sobre as doenças que se disseminavam no Brasil bem como seus sintomas específicos. O terceiro livro descreve e trata *"Dos venenos e seus antídotos – De Venenatis & Antidotis"*. E, por fim, o quarto livro descreve e trata *"Das propriedades terapêuticas de árvores, raízes, arbustos frutas e mel – De Facultatibus Simplicium"*. Ressalta-se neste último livro um relato detalhado do trabalho envolvido na feitoria do açúcar e na manipulação da mandioca. Nessa primeira parte da obra, Willem Piso descreve, em detalhes, as endemias reinantes no Brasil e os meios de tratá-las. Observou o tétano, várias paralisias, disenteria, hemeralopia (diminuição da visão) entre outras inúmeras doenças. Mostrou ainda a ação terapêutica de muitas frutas e plantas da Região Nordeste, ocupada pelos holandeses.

A segunda parte da obra *Historia Naturalis Brasiliae* é intitulada *Da Historiae Rerum Naturalium Brasiliae,* de autoria do naturalista Georg Marcgrave. O seu trabalho conta com oito livros sobre botânica, zoologia, além de comentários astronômicos, geográficos e etnográficos. Os três primeiros livros são sobre *"Plantas – Tres priores agunt de Plantis"*. O quarto livro é sobre *"Peixes – De Piscibus"*; o quinto livro é sobre os *"Pássaros – De Avibus"*; o sexto trata dos *"Quadrúpedes e Serpentes – De Quadrupedibus & Serpentibus"*; o sétimo trata dos *"Insetos – De Insectis"*; e o oitavo trata da *"Região e seus habitantes – De Ipsa Regione & illius Incolis"*.

Na composição da obra, uma abundância de materiais e informações sobre os mais variados aspectos da história natural do Novo Mundo – quando os ecossistemas locais apresentavam-se relativamente intactos – colhidos nas diversas expedições pelo litoral e interior do sertão do nordeste brasileiro. Registra a história que o padre Antônio Vieira observou que a obra certamente despertaria cobiça internacional sobre "as terras que tão pouco sabemos estimar". Um tesouro humanista que só com o redescobrimento, em 1786, dos originais em cor que foi permitido render justiça à qualidade da obra de Georg Markgraf, convertendo-se na primeira fonte de informações sobre a fauna e a flora do Brasil.

Por cerca de um século e meio da publicação essa obra histórica e científica foi a melhor fonte de conhecimento sobre centenas de animais e plantas brasileiras, tendo sido suplantada apenas pelos trabalhos de Spix e Martius no século XIX. Dentro do contexto do século XVI, onde a dificuldade para preservação de amostras de espécies era muito grande, as gravuras conquistaram um potencial de circulação muito significativo que fez com que elas, além de ilustrar livros, pudessem ser adquiridas e utilizadas por outros estudiosos e cientistas nos séculos seguintes.

EXPEDIÇÕES E MISSÕES

ioni includebatur, more aliorum animalium, habebat pilos, dentes, un-
rat perfectus. Vasa umbelicalia instar funis erant contorta, ut in reliquis
fœmellæ duas insignes habebat auriculas, cavas. In ventriculo os superius
duos digitos transversos à pyloro seu inferiore ore: eratque in altera parte ventriculi ubi alias
communiter superius os esse solet processus instar intestini spithamæ longitudine, sed nullum
exitum habens. In ventriculo plane viridis materia foliorum arboris comestorum inveniebatur. Papillas duas in pectore habebat, eodem modo & fœtus itur ibi. Corium
illius solidissimum & tenax. Animal sine dubio vivax. exemtis adhuc se
movebat & pedes contrahebat ut vivum sol um se componit.
A junctura pedis cum tibia tres nervi ius intensus tendit,
quibus ungues incurvare



ANNOTATIO. , figura cum Icone satis bene
conveniebat: præter quam dedi in descript. Americæ
pag. 618. sub nomi e *Hay*. lib. xv. cap. v. sed monendum duco, posteri nime quadrare; quanquam eandem Gesnerus expr o, & unguibus magis incurvis,
& caudam habet b e summa tarditate t, quam in vivo cum admiratione obsevavi : eriit, antequam p re. Male autem Gesnerus ipsi Arctop t, nihil enim co cum Simiis.

CAP. II.

Carigueya. Tajibi.

CARIGVEYA Brasilienſibus, aliquibus IVPATIIMA, Petiguaribus Taibi (Lerio *Sarigoy*. Ximeni in N. Hiſpania *Tlaquatzin*) animal eſt catuli ſeu mediocris felis magnitudine:

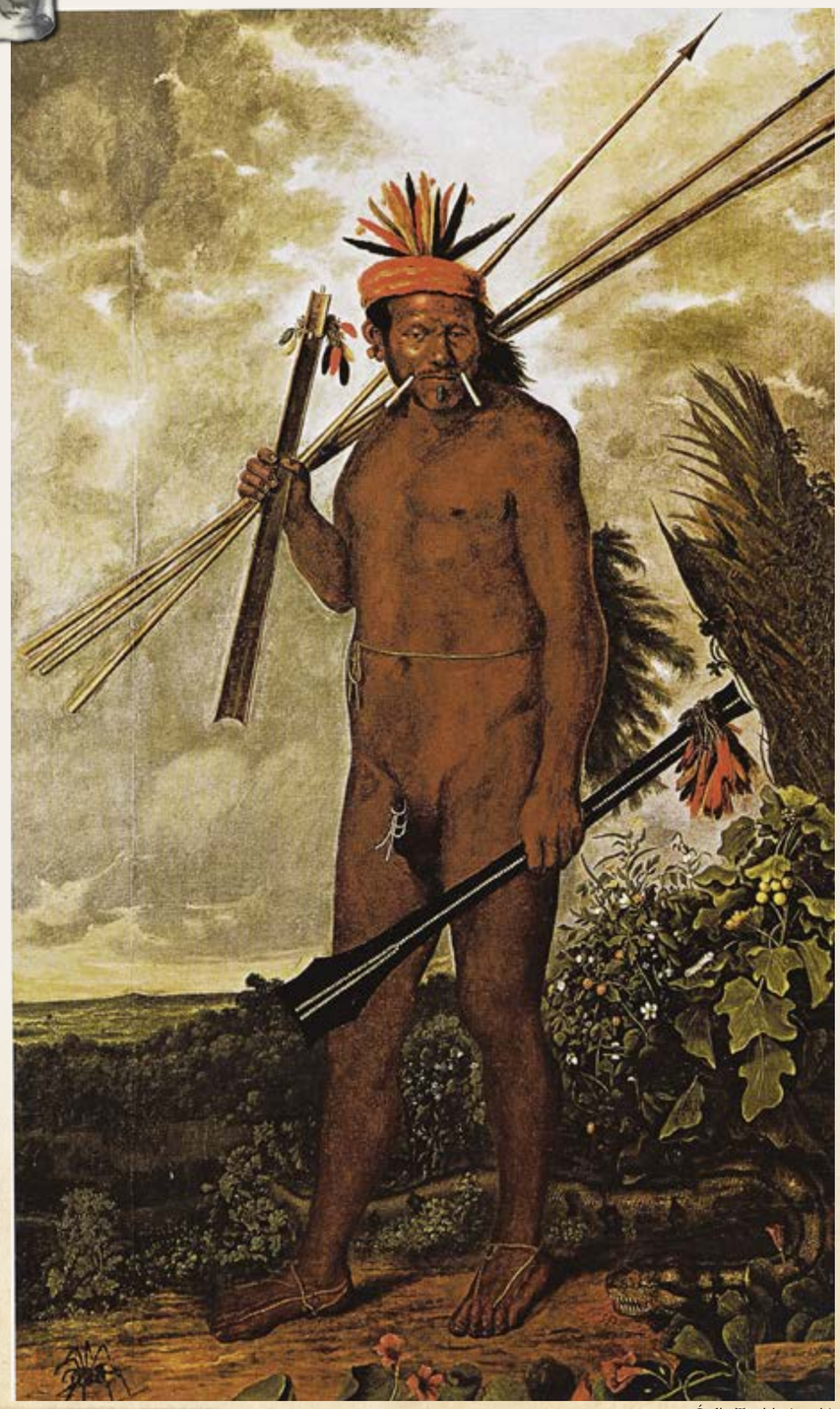


George Marcgraf Willem Pies

EXPEDIÇÕES E MISSÕES







Índio Tarairiu (tapuia)

Albert Eckout

Chegando a Recife, permaneceu durante sete anos como membro do ativo grupo de estudiosos da corte de Nassau, desenvolvendo um trabalho de valor documental e artístico impressionante. Dividindo com Frans Post a tarefa de retratar o Brasil para os europeus, foi o responsável pelo registro (desenhos e pinturas) da população local, dos indígenas e também da fauna e flora da Região Nordeste do Brasil. Retratou com especial atenção e cuidado as três raças, o negro, o índio e o mestiço, com uma grande dose de altivez e dignidade, com o requinte de diferenciar o tapuia do tupinambá e o mameluco do mestiço. As naturezas-mortas mostram cores e formas das frutas e legumes tropicais, e as telas retratam, em tamanho natural, índios tapuias e tupinambás, negros e mamelucos.

Albert Eckhout (ca. 1610-1666), nascido em Groningen, Países Baixos, foi pintor, desenhista e botânico. Morava em Amsterdam e trabalhava como ilustrador quando foi convidado por Maurício de Nassau para integrar a comitiva de artistas e cientistas responsáveis por documentar o Novo Mundo durante a permanência do governador-geral em Pernambuco. Chegando a Recife, permaneceu durante sete anos como membro do ativo grupo de estudiosos da corte de Nassau, desenvolvendo um trabalho de valor documental e artístico impressionante. Dividindo com Frans Post a tarefa de retratar o Brasil para os europeus, foi o responsável pelo registro (desenhos e pinturas) da população local, dos indígenas e também da fauna e flora da Região Nordeste. Retratou com especial atenção e cuidado as três raças, o negro, o índio e o mestiço, com uma grande dose de altivez e dignidade, com o requinte de diferenciar o tapuia do tupinambá e o mameluco do mestiço. As naturezas-mortas mostram cores e formas das frutas e legumes tropicais, e as telas retratam, em tamanho natural, índios tapuias e tupinambás, negros e mamelucos. Fascinado pelo que encontrou na região, as suas telas ganham dimensão, com a maioria delas alcançando mais de dois metros de altura. Pintadas para o Palácio de Friburgo, ou das Torres, a residência de Nassau no Recife, são levadas posteriormente para a Europa quando os holandeses foram expulsos da colônia portuguesa.

Durante sua estada no Brasil, o artista produziu um conjunto de aproximadamente 400 desenhos e esboços a óleo originados da observação direta de espécimes vivos encontrados em suas excursões pelo território brasileiro ou pelo jardim botânico criado por Nassau. Doados por Nassau ao duque de Saxe-Altemburgo, Frederico Guilherme II, em 1652, os estudos foram agrupados por Christian Mentzel em 1660-1664 nos volumes *Theatri Rerum Naturalium Brasiliae* e *Miscellanea Cleyeri*, pertencentes hoje à Biblioteka Jagiellonska, na Cracóvia, Polônia. Esses trabalhos de feitura rápida mas que procuram fixar tanto as características gerais quanto os detalhes específicos dos motivos observados serviram de base para a criação das suas grandes telas a óleo, realizadas posteriormente em ateliê, e também para confecção de tapeçarias.

Mesmo após voltar à Europa, continuou a elaborar imagens sobre material recolhido, ainda patrocinado por Nassau. O príncipe presenteava com obras de Eckhout a nobreza europeia. Seu primo Frederico III, rei da Dinamarca, recebeu, em 1654, quatro pares de retratos etnográficos dos habitantes do Brasil do século XVII: *Homem Tapuia*, 1643, e *Mulher Tapuia*, 1641; *Homem Tupi*, 1643, e *Mulher Tupi*, 1641; *Homem Mulato*, s.d., e *Mulher Mameluca*, 1641; e *Homem Negro* e *Mulher Negra*, ambos de 1641. São oito telas de grandes dimensões (em tamanho natural) e uma série de 12 naturezas-mortas, com frutas e vegetais tropicais, e o grande painel *Dança dos Tapuias*. Essa coleção, que forma um dos mais valiosos grupos de imagens com tema do Novo Mundo, pertence ao Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague, e só foi exposta no Brasil em 2002. A importância desses quadros está na representação das três raças observadas por Eckhout no Brasil: o negro, o índio e o mestiço, com o requinte de diferenciar o tapuia do tupinambá e o mameluco do mestiço.

O imperador D. Pedro II, ao visitar o Museu Nacional da Dinamarca em 1876, encomendou seis cópias, em escala menor, de algumas de suas telas, que foram feitas pelo pintor Niels Aagaard Lützen e se encontram hoje no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Vários quadros de Eckhout foram doados por Nassau como presente ao rei Luís XIV de França em 1679. No fim do século XVIII uma série de trabalhos do artista foi transformada em tapeçaria pelas Oficinas Gobelins. A série de peças denominadas *Les anciennes Indes* tornam-se muito populares no fim do século XVIII e são muito copiadas. O Museu de Arte de São Paulo (Masp) possui cinco dessas tapeçarias da primeira série, chamadas *Petites Indes*.

Em 2002, as obras de Albert Eckhout pertencentes ao Museu Nacional da Dinamarca voltaram pela primeira vez ao Brasil, para a exposição *Retratos do Novo Mundo: o legado de Albert Eckhout,* realizada pelo Instituto Ricardo Brennand, em Recife. Depois passou pelo Conjunto Cultural da Caixa, em Brasília, e pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, em 2003, onde foi realizada a exposição intitulada *Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2002* – coleção composta de 24 quadros que saíram pela primeira vez da Dinamarca e chegaram ao Brasil, seu país de origem.

As obras de arte de Eckhout são uma fonte de informações etnográficas preciosas onde podem ser analisados a aparência da população, as roupas e instrumentos que usavam e como eram manuseados. Entre as telas mais conhecidas estão: *Índio tarairiu* (Tapuia) (266x159cm); *Índia tarairiu* (Tapuia) (264x159cm); *Índio tupi* (269x170cm); *Índia tupi com criança* (265x157cm); *Mulato do Brasil* (268x165cm); *Mulher mameluca* (169x170cm); *Negra com criança* (270x180cm); *Guerreiro negro* (264x162cm); e o grande painel *A dança dos tapuias*, a maior e mais famosa obra do pintor (168x294cm), que retrata um ritual dos índios Tarairius (Tapuias), naturais do Rio Grande do Norte.

Em 1642 Eckhout faz uma viagem ao Chile e em 1644, retorna com Nassau para Groningen, onde ingressa na confraria dos pintores da sua cidade natal.



Frutas brasileiras

Durante sua estada no Brasil, o artista produziu um conjunto de aproximadamente 400 desenhos e esboços a óleo originados da observação direta de espécimes vivos encontrados em suas excursões pelo território brasileiro ou pelo jardim botânico criado por Nassau.

As obras de arte de Eckhout são uma fonte de informações etnográficas preciosas onde podem ser analisados a aparência da população, as roupas e instrumentos que usavam e como eram manuseados.



Homem africano



Mulher africana



Índia Tupinambá



Índio Tupinambá



A Dança dos Tarairiu (tapuia) | 1641 | Albert Eckhout

EXPEDIÇÕES E MISSÕES



Conquista de Porto Calvo após treze dias de cerco



Arredores de Serinhaém

EXPEDIÇÕES E MISSÕES

Frans Jansz Post

Frans Jansz Post (1612 - 1680). De Haarlem, das Províncias Unidas dos Países Baixos, era pintor, desenhista e gravador, filho do pintor de vitrais Jan Jansz Post e irmão mais novo do arquiteto e pintor Pieter Jansz Post (1608-1669), que o indica ao Conde Maurício de Nassau para fazer parte da comitiva que o acompanha ao nordeste do Brasil. Sua missão era retratar em tela a topografia e a paisagem da região, cidades, vilas, povoações, costumes, bem como as campanhas e batalhas militares e as principais edificações construídas ou conquistadas pelos holandeses. Aceitou o desafio com pouco mais de 24 anos de idade, quando desembarcou em terras brasileiras e passou a viver uma aventura extraordinária. Durante sua estada no Brasil, desenvolveria grande atividade, documentando a paisagem e tomando apontamentos de portos e fortificações com o objetivo da montagem de uma grande coleção de desenhos do Brasil holandês, que mais tarde aproveitaria como ilustrações no *Rervm per octennivm in Brasilia* [...], de Barleus. Na realidade, acabou se tornando uma espécie de cronista do que estava acontecendo no território brasileiro.

Sua missão era retratar em tela a topografia e a paisagem da região, cidades, vilas, povoações, costumes, bem como as campanhas e batalhas militares e as principais edificações construídas ou conquistadas pelos holandeses.

Durante sua estada no Brasil, desenvolveria grande atividade, documentando a paisagem e tomando apontamentos de portos e fortificações com o objetivo da montagem de uma grande coleção de desenhos do Brasil holandês, que mais tarde aproveitaria como ilustrações no Rervm per octennivm in Brasilia [...], de Barleus. Na realidade, acabou se tornando uma espécie de cronista do que estava acontecendo no território brasileiro.

Gozando de prestígio junto ao conde (que o mantinha, aliás, de seu bolso), residia no Palácio de Friburgo (das Torres) juntamente com Albert Eckhout e Georg Marcgraf, e dispunham inclusive de criados. Foi o primeiro pintor paisagista a retratar o Novo Mundo com sua paisagem tropical numa versão ao mesmo tempo fiel e poética da região, no momento em que toda a ênfase era concedida à pintura de natureza religiosa. Tem para a arte brasileira uma posição de destaque, permanecendo ainda hoje como o exemplo mais acabado do "olhar distante" exercido pelo artista estrangeiro que descobre nossa paisagem e por ela se encanta. Grande parte de suas obras tem pequeno formato, em contraste com as grandes telas de Eckhout. Seus quadros são em sua maioria paisagens belíssimas com personagens totalmente integrados na composição da tela (casario, habitantes, animais, plantas, coqueiros, mamoeiros etc.). Das suas atividades no Brasil, o mais importante registro é o que está localizado no livro de Gaspar Barleus, para o qual Frans Post desenhou numerosas vistas de portos e fortificações, do Maranhão à Bahia. Embora datados de 1645, ou seja, depois do seu regresso à Europa, mostram tal segurança e exatidão topográfica que deixam bem claro terem sido feitos com base nos desenhos e esboços executados no local, em observação direta da natureza tropical.

Nos séculos XVIII e XIX, as telas de Fransz Post não receberam a atenção que mereciam, mas a partir do século XX o seu trabalho passou a ser reconhecido mundialmente. Como muitos dos seus quadros com o tema Brasil são assinados e datados, não foi difícil para os estudiosos reconstituir sua trajetória – entre 1637, data de *Ilha de Itamaracá*, primeira obra executada no Brasil, e 1669, ano de execução da última pintura: *Paisagem de Pernambuco*, que se encontra no Museu Municipal de Dusseldorf, na Alemanha.



Sacrifício de Manoá | 1648 | Frans Post



Vista de Itamaracá | 1637 | Frans Post



Paisagem de várzea com índios | 1654

EXPEDIÇÕES E MISSÕES



Vista de Olinda | 1662



Detalhes da obra que representa a primeira batalha naval das tropas da Companhia das Índias Ocidentais contra as tropas luso-espanholas, entre Itamaracá e Goiana, a 12 de janeiro de 1640



Engenho

Foi o primeiro pintor paisagista a retratar o Novo Mundo com sua paisagem tropical numa versão ao mesmo tempo fiel e poética da região, no momento em que toda a ênfase era concedida à pintura de natureza religiosa. Tem para a arte brasileira uma posição de destaque, permanecendo ainda hoje como o exemplo mais acabado do "olhar distante" exercido pelo artista estrangeiro que descobre nossa paisagem e por ela se encanta

O país que mais possui quadros de Frans Post é o Brasil, com um total de 71 pinturas assim distribuídas: das coleções públicas, 18 estão no Recife, 16 em São Paulo, 12 no Rio de Janeiro e um em Brasília; das coleções particulares, há 17 quadros em São Paulo e cinco no Rio de Janeiro. Dos vários trabalhos executados durante a sua estada no Brasil e depois na Europa, podemos nomear alguns que compõem o cenário brasiliense, que são: *Rio São Francisco, Carro de Bois, Engenho, Porto Calvo, Casa de lavrador e vilarejo,* no Museu do Louvre, em Paris*; Ilha de Itamaracá,* no Museu Mauritshuis (Casa de Maurício de Nassau), em Haia; *Paisagem de várzea com engenho,* no Rijksmuseum, em Amsterdã; *Engenho,* no Statens Museum for Kunst, em Copenhague; *Vista de Olinda,* da Coleção Rau – Fundação Unicef, Colônia; *Cachoeira de Paulo Afonso,* no Museu de Arte de São Paulo (MASP); *Mocambos e Vista das ruínas de Olinda,* no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro; *Ruínas da Sé de Olinda,* no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro; *Casa de plantador,* no Los Angeles County Museum of Art, nos Estados Unidos. O Instituto Ricardo Brennand, em Recife, possui a maior coleção mundial de pinturas de Post e a única que cobre todas as fases da sua trajetória. Em cada quadro o pintor busca resumir, em alguns centímetros quadrados, toda a suntuosidade da natureza do Brasil com abundantes citações à fauna e à flora, às vargens e rios, ao casario e às montanhas ao longe, aos habitantes e às suas atividades.

Logo após sua partida do Brasil, em 1644, Post trabalhou na execução dos estudos preliminares das gravuras para a obra histórica de Gaspar Barléus, *Rerum per octenium in Brasiliae,* publicada em 1647. Depois disto, volta a trabalhar em Haarlem, onde, em 1646, foi admitido na Corporação de São Lucas (Lucasgilde) – confraria de pintores de sua cidade natal, da qual seria procurador e tesoureiro. Morreu deixando um grande legado histórico. Suas paisagens brasileiras conquistaram um domínio à parte – criava ele um gênero no qual não teria competidores ao longo do tempo.





EXPEDIÇÕES E MISSÕES


MAURITIOPOLIS
A. Aula Comitis.
B. Castrum Ernesti.
C. Curia
D. Templum gallicum.
E. Armamentarium
F. Navium extraordinè aucta.
G. Castrum Fred. Henrici.
H. Scholiles lapideæ regulares transfoss per gallicas angustias.
I. Arcis fossa.
K. Moles extructa subvando Portui solum suum
L. Pons Mauritij
M. Castrum versus Olindam
1. Recifa Olinda Pernambucensis.
2. Curia Supremi Senatus.
3. Nova Ædes Domus.
4. Scholiles lapideæ.
5. Naves intra Recifam lapidem.
6. Castrum aquaticum.
7. Recifa lapidea.
8. Castrum terrestre S. Georgij.
9. Castrum Brasiæ.
10. Domus Brasiæ.
11. Olinda caudet a longe
12. Mare.



Copia do Diario que fez o Dr. Francisco José de La-Cerda e Almeida, sendo mandado por Sua Magestade Fidelissima para as demarcações de Seus Reaes Dominios na America Portugueza, servindo n'ella de Astronomo.

ANNO DE 1780.

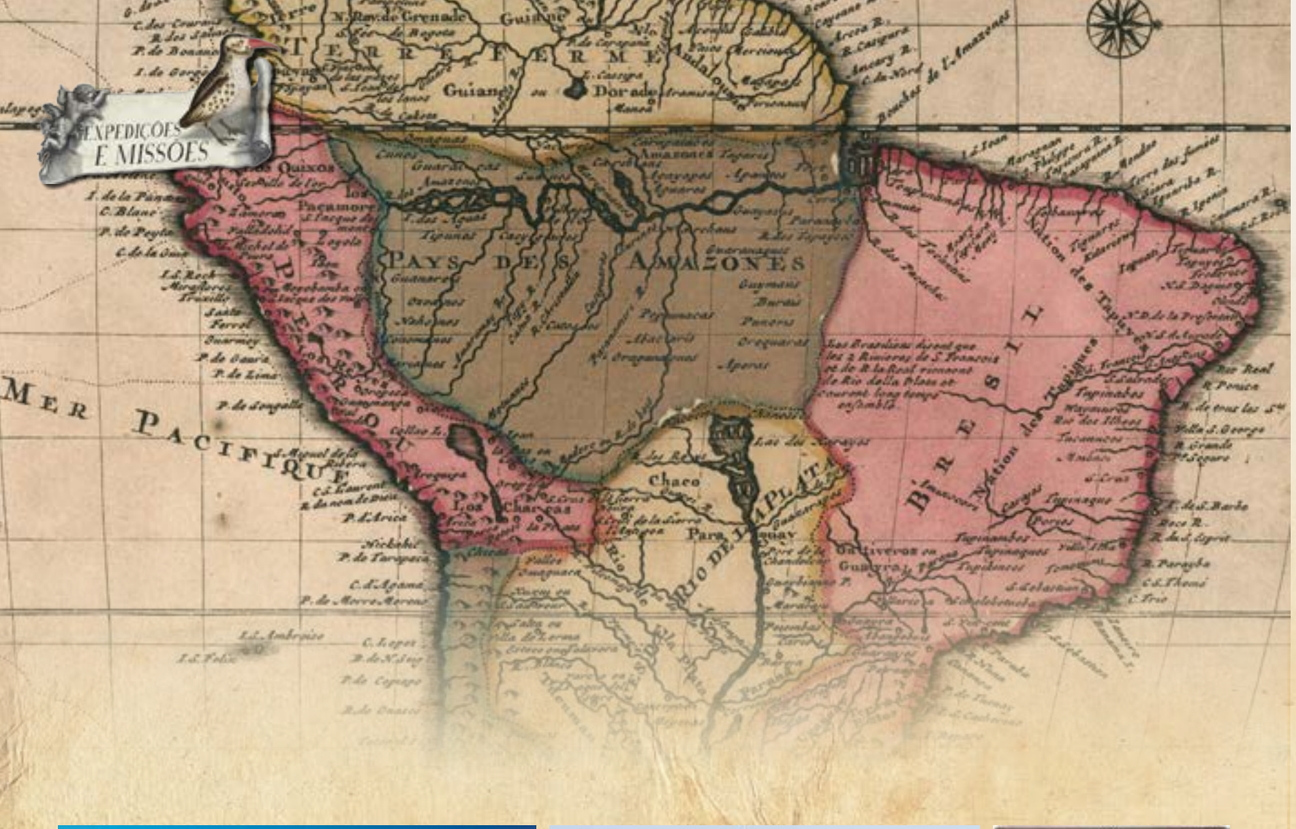
JANEIRO 8. Sahi da Cidade de Lisboa na charrua o Coração de Jesus, e Aguia Real, com todas as pessoas que da dicta Cidade vinhão nomeadas para a dicta diligencia. FEVEREIRO 26. Chegamos felizmente a Cidade do Grão-Pará, onde fomos recebidos com grande agazalho dos seus habitantes.

Expedição de Demarcação dos Limites do Brasil (1780-1790)

(Os limites de fronteira entre as terras de Portugal e Espanha na América do Sul)

No século XVIII, efetuar um reconhecimento seguro de áreas de fronteira entre dois países, principalmente de área pretendida ou em litígio, era fundamental, pois os países ibéricos incorporaram no seu repertório jurídico o princípio de *uti possidetis,* entidade do direito romano que garantia a posse de uma região a quem comprovasse sua efetiva e mais antiga ocupação. Ambos os tratados assinados com a Espanha e referentes às colônias da América do Sul, o de Madrid (1750) e o de Santo Ildefonso (1777), foram baseados nesse princípio. Para checar *in loco* as determinações dos tratados e delimitar a raia fronteiriça, foram formadas comissões bilaterais dirigidas por ministros plenipotenciários denominadas Comissões Demarcadoras de Limites. Como não existiam mapas em escala necessária às demarcações, as comissões deveriam proceder ao levantamento cartográfico da fronteira. Para o bom andamento desse serviço, às comissões eram incorporados engenheiros, matemáticos e "riscadores" (arquitetos e desenhistas, denominados "artistas" no sentido de profissionais da "arte do desenho"), cujas instruções previam, além dos levantamentos geográficos e astronômicos necessários à cartografia, também levantamentos concernentes à história natural, com o registro dos animais, plantas e habitantes.

Nesse contexto, o Tratado de Madrid estabeleceu a organização de três expedições para demarcação de limites territoriais a partir do norte do Brasil. Quando o Tratado de Santo Ildefonso foi negociado, em substituição ao de Madrid, a nova Comissão Demarcadora recuperou as informações acerca dos problemas da demarcação e de quais seriam os melhores limites a defender. A Terceira Partida de Demarcação dos Limites do Brasil, conhecida como Expedição de Demarcação dos Limites do Brasil, esteve sob a chefia e comando do capitão e engenheiro português Ricardo Franco de Almeida Serra (1748-1809), que viria a ser patrono do quadro de engenheiros militares do Exército brasileiro. Tinham como objetivo principal estabelecer os limites entre as terras de Portugal e Espanha na América, em cumprimento às determinações do Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777. Nessa expedição vieram dois brasileiros: Francisco José de Lacerda e Almeida (1753 –1798) e Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1750-1805). O corpo técnico da expedição (saída do território português com destino ao Brasil) era formado também com os cartógrafos Euzébio Antonio de Ribeiros, Pedro Alexandrino Pinto e Souza, Joaquim José Ferreira e Severino Euzébio de Matos; os astrônomos e cartógrafos Francisco de Oliveira Barbosa, José Joaquim Vitório da Costa, Bento Sanches Dorta e José Simões de Carvalho; os cirurgiões Antonio José de Araújo Braga, Francisco de Almeida Gomes; e os engenheiros Theodósio Constantino de Chermont e João Batista Mardel. Ao chegar a Belém do Pará, a equipe da expedição foi reforçada com outros estudiosos, técnicos e militares para prosseguir na longa viagem pelos limites das fronteiras do território brasileiro.









Real Forte Príncipe da Beira (ca. 1775)



Prospecto da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará | Alexandre Rodrigues Ferreira

Tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra



O tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, engenheiro, cartógrafo, geógrafo e astrônomo, nascido no dia 3 de agosto de 1748 na cidade do Porto, Portugal, formou-se em engenharia e infantaria e, em 1780, ainda como capitão, foi indicado por D. Maria I, rainha de Portugal, para viajar ao Brasil e chefiar a Terceira Partida de Demarcação de Limites, em cumprimento às determinações do Tratado de Santo Ildefonso, para resolver as disputas territoriais resultantes da expansão das fronteiras do Brasil.

Já no Brasil, Ricardo Franco desempenhou papel decisivo na consolidação do território brasileiro. Tornou-se responsável pelo levantamento de extensas regiões fronteiriças, explorando mais de 50 rios das bacias do Amazonas e do Prata e mapeando as capitanias do Grão-Pará, de São José do Rio Negro (atual Amazonas) e de Mato Grosso. Suas contribuições foram incontáveis nos campos da construção de fortes e de levantamentos topográficos, cumprindo a missão de desbravar e proporcionar melhores condições de defesa das fronteiras norte e centro-oeste.

Preocupado com a defesa dos limites com os espanhóis, implantou destacamentos, construiu e reconstruiu obras estrategicamente situadas, como o Forte Príncipe da Beira, o Quartel dos Dragões, em Vila Bela, e o Forte de Coimbra e executou obras militares e civis. Em agosto de 1797, assumiu o comando do Forte de Coimbra, na região onde está situada atualmente a cidade de Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul.

A atitude heroica do tenente-coronel Ricardo Franco em 16 de setembro de 1801, à frente de um reduzido efetivo militar com cerca de 50 soldados na defesa do ainda inacabado Forte da Nova Coimbra, repelindo violento e potente ataque da flotilha paraguaia, composta de 600 a 800 soldados ao comando do governador de Assunção, D. Lázaro de la Ribeira, que relutava em reconhecer as demarcações, ficou registrada para sempre nos anais da história do Brasil. Os espanhóis, repelidos no primeiro dia, voltaram sucessivamente ao ataque nos dias seguintes até 24 do mesmo mês, quando se retiraram pelo rio abaixo com feridos e perda de muitas vidas, deixando, porém, a nossa guarnição intacta. Por essa honrosa e valente defesa foi o coronel Serra promovido ao posto imediato com a "mercê do hábito de Aviz". Seu nome é citado no hino do estado de Mato Grosso do Sul como um grande herói e desbravador da época. Combalido por doenças tropicais, faleceu na capitania de Mato Grosso em 21 de janeiro de 1809, aos 61 anos de idade.

Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes Leme

Francisco José de Lacerda e Almeida (1753 –1798), nascido em São Paulo, era filho do capitão português José Antonio de Lacerda (natural de Leiria e que havia emigrado para a capital paulista, onde possuía uma das três farmácias aí existentes em 1765, situada na atual Praça da Sé) e da luso-brasileira de Itu D. Francisca de Almeida Pais. Por parte da mãe, da família Lacerda e Almeida, descendia de alguns dos primeiros povoadores de São Vicente, como Estêvão Gomes da Costa ou Garcia Rodrigues, e de conhecidos sertanistas e bandeirantes, como Lourenço Castanho Taques, o primeiro descobridor das minas de ouro do Brasil, que, "*tendo recebido um convite do príncipe regente Dom Pedro em 1674 para o descobrimento de ouro e prata (...), resolveu-se com seus cabedais e força de armas penetrar o sertão dos gentios Cataguazes (...) e conseguiu o 1º conhecimento das minas, a princípio chamadas de Cataguazes, e mais tarde (...) chamadas Minas Gerais*".

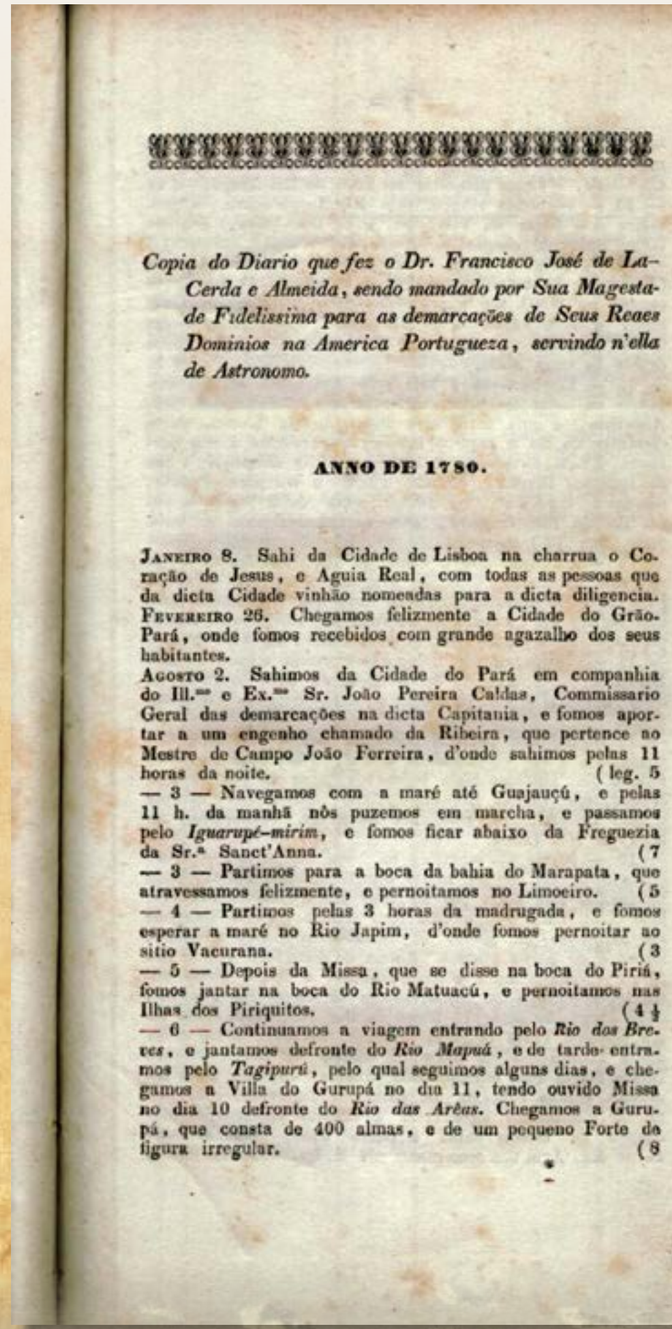
Não se sabe onde Lacerda e Almeida fez seus primeiros estudos e nem a data que terida deixado a casa paterna, mas foi excelente aluno da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra entre os anos de 1772 e 1777, formando-se em matemática, quando obteve também uma sólida formação em astronomia, que mais tarde se revelou bastante útil nos levantamentos geodésicos que levou a cabo no Brasil e na África. Foi também cartógrafo, cavaleiro da Ordem de Cristo, professor da Academia Real dos Guardas-Marinhas, capitão de fragata da Armada Real, governador dos Rios de Sena (Zambézia) e um dos maiores viajantes exploradores do século XVIII.

Francisco José de Lacerda e Almeida retornaria ao Brasil em 1780, pois havia sido designado pela coroa portuguesa, em 1778, para integrar a equipe técnica da Terceira Partida de Demarcação dos Limites do Brasil, conhecida como Expedição de Demarcação dos Limites do Brasil, sob a chefia e comando do capitão e engenheiro português Ricardo Franco de Almeida Serra, resultante da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, entre Portugal e Espanha em 1777. Junto com Lacerda e Almeida veio seu amigo e aparentado Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1750-1805), nascido em Mariana, Minas Gerais, também formado em matemática pela Universidade de Coimbra, astrônomo, cartógrafo, professor da Academia Real da Marinha, depois capitão de fragata da Armada Real e governador da capitania do Espírito Santo (1801-1804), onde dedicou-se com vigor e rapidez a demarcar os limites da capitania.

A expedição partiu de Lisboa com destino à província do Grão-Pará no dia 8 de janeiro de 1780. Chegando a Belém no dia 26 de fevereiro, a equipe é acompanhada pelo comissário geral das demarcações, João Pereira Caldas, e reforçada com outros estudiosos, técnicos, militares e pessoal de apoio. Iniciam a viagem demarcatória no dia 2 de agosto, em vários barcos, navegando pelos rios Negro, Amazonas e Madeira. Depois que percorreram os principais rios da bacia do Amazonas e exploraram os limites ocidentais da Amazônia, tomando as coordenadas geográficas para corrigir e refazer os mapas existentes, partiram para a província do Mato Grosso, chegando à Vila Bela no dia 28 de fevereiro de 1782. Imediatamente começaram as explorações do Guaporé e de outros rios que são seus afluentes. Em 1786, começaram a explorar o rio Paraguai e seus afluentes e lagos, chegando ao distrito de Albuquerque, em Corumbá, no dia 19 de julho. Retornaram para Cuiabá navegando pelos rios São Lourenço e Cuiabá. Fizeram o reconhecimento dos rios Taquari, Coxim, Camapuã, Sanguessuga, Pardo, Paraná e Tietê. Na última etapa dessa jornada e seguindo o curso desses rios pela rota das monções, alcançariam São Paulo no dia 10 de janeiro de 1789. Em algumas etapas da expedição, que durou dez anos, Silva Pontes esteve junto com Lacerda e Almeida. Em outras, viajou em companhia do capitão e engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra.



A cidade de Gurupá (PA), na margem direita do baixo Amazonas | Paul Marcoy



Copia do Diario que fez o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, sendo mandado por Sua Magestade Fidelissima para as demarcações de Seus Reaes Dominios na America Portugueza, servindo n'ella de Astronomo.

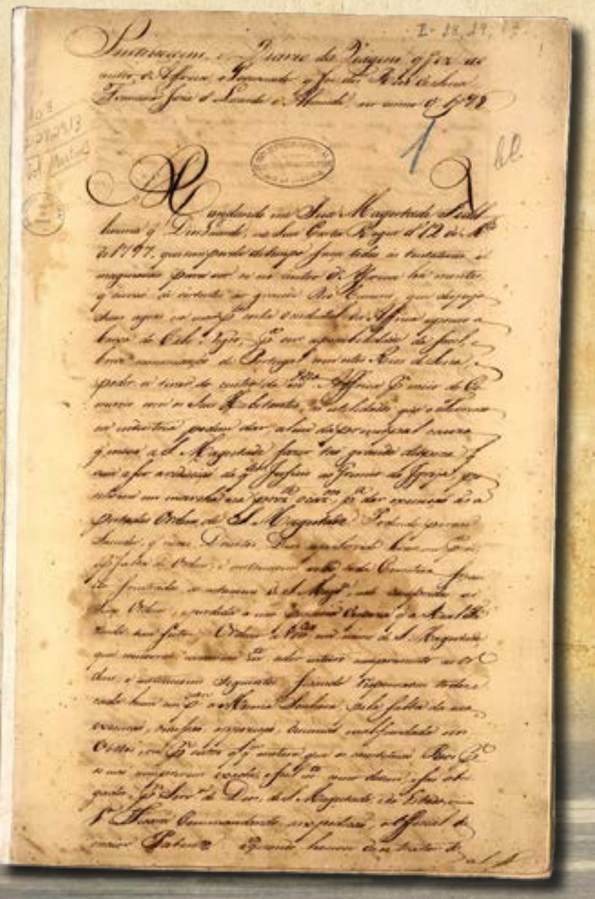
ANNO DE 1780.

Janeiro 8. Sahi da Cidade de Lisboa na charrua o Coração de Jesus, e Aguia Real, com todas as pessoas que da dicta Cidade vinhão nomeadas para a dicta diligencia.
Fevereiro 26. Chegamos felizmente a Cidade do Grão-Pará, onde fomos recebidos com grande agazalho dos seus habitantes.
Agosto 2. Sahimos da Cidade do Pará em companhia do Ill.mo e Ex.mo Sr. João Pereira Caldas, Commissario Geral das demarcações na dicta Capitania, e fomos aportar a um engenho chamado da Ribeira, que pertence ao Mestre de Campo João Ferreira, d'onde sahimos pelas 11 horas da noite. (leg. 5
— 3 — Navegamos com a maré até Guajauçú, e pelas 11 h. da manhã nôs puzemos em marcha, e passamos pelo *Iguarupé-mirim*, e fomos ficar abaixo da Freguezia da Sr.a Sanct'Anna. (7
— 3 — Partimos para a boca da bahia do Marapata, que atravessamos felizmente, e pernoitamos no Limoeiro. (5
— 4 — Partimos pelas 3 horas da madrugada, e fomos esperar a maré no Rio Japim, d'onde fomos pernoitar ao sitio Vacurana. (3
— 5 — Depois da Missa, que se disse na boca do Piriá, fomos jantar na boca do Rio Matuacú, e pernoitamos nas Ilhas dos Piriquitos. (4 ½
— 6 — Continuamos a viagem entrando pelo *Rio dos Breves*, e jantamos defronte do *Rio Mapuá*, e de tarde entramos pelo *Tagipurú*, pelo qual seguimos alguns dias, e chegamos a Villa do Gurupá no dia 11, tendo ouvido Missa no dia 10 defronte do *Rio das Arêas*. Chegamos a Gurupá, que consta de 400 almas, e de um pequeno Forte de figura irregular. (8



A cidade de Tefé, no estado do Amazonas | Paul Marcoy

— Tendo navegado 1 ½ legoa fomos atacados pelo Gentio, que do matto, e sem serem vistos, despedirão immensas flexas sobre a minha canôa, com tal felicidade nossa, que nem-um ferirão, escapando muitos pelas voltas que davão ao corpo, quando as vião em direitura a si: eu escapei de ser atravessado por uma pelo pescoço. Acabado o conflicto, em que esteve a minha canôa em grande perigo, porque os remeiros se deitarão logo n'agoa para se ampararem com a outra borda da canôa, e a não ser soccorrida da canôa do Capitão, e da do Padre Capellão, que não forão atacadas fortemente, alguma desgraça succederia; nos demoramos em uma praia fronteira a este logar, d'onde se mandou sem fructo dar caça ao Gentio; e depois d'esta diligencia continuamos a marcha, e andamos n'este dia 3 ½ legoas. (3 ½





Cidade de Santa Maria de Belém do Pará | Paul Marcoy

pela *Villa do Carvoeiro*, e fizemos alto com 9 legoas de marcha.
— 15 — N'este dia andamos 8 ½ legoas para Poente.
— 16 — Sahimos pelas 3 h. e 12 m. da madrugada com o rumo de Poente, e pelas 6 h. passamos por *Poiares*, pequena povoação, Lat. A. 1º 7' 8".
— 17 — Pelas 11 h. da noite do dia antecedente seguimos viagem, e pelas 5 ½ da madrugada chegamos á Villa de Barcellos, capital da Capitania de S. José do Rio Negro, onde foi S. Ex. recebido com arcos triumphaes. É esta Villa a residencia do Governador da Capitania, tem ordinariamente 200 soldados de guarnição, que estão destacados por varios Fortes pertencentes a mesma Capitania. Tem Ouvidor, Vigario Geral, boas casas, e quarteis para os Officiaes militares, e soldados razos. Lat. 58º 8' Long. 314º 43' Var. NE 7º 16'

Diario da viagem que fiz com o Capitão Joaquim José Pereira de Barcellos, até acima do Forte de S. José de Marabitanas, e tambem pelo Rio Vaupes.

Dezembro 25. Sahimos da Villa de Barcellos pelas 5 h. da tarde, e navegando pelo rumo de NO pernoitamos com uma legoa de andamento. (1
— 26 — Tendo navegado quasi duas legoas encontramos na margem meridional a boca do *Rio Maruri*: 1 legoa adiante o *Rio Canimarú*. Distante d'este quasi 3 legoas está a primeira boca do *Rio Quiuni*, e a quarta dista da primeira quasi legoa e meia. Navegamos pelo mesmo rumo. (8
— 27 — N'este dia andamos 10 legoas pelo rumo de ONO. (10
— 28 — Tendo navegado 1 ½ legoa chegamos ao lugar de *Moreira* que tem 400 almas. Distante d'este logar 4 legoas, e da parte da mesma margem meridional está a boca do *Rio Varirá*. Pouzamos 3 legoas acima d'este rio, tendo desde o dicto rio tomado o rumo de NO. (8 ½
— 29 — Fizemos alto, tendo navegado 9 legoas por uma grande enseada que faz o rio, passando o rio por todos os rumos de NO para SSE. (9
— 30 — Distante do logar da pouzada 3 ½ legoas pelo rumo de SSE está a *Villa de Thomar*, que consta de 400 almas, e fomos pernoitar no logar de Lana Longa 2 ½ legoas acima de Thomar: Lat. A. 0º 18' Var. NE 8 ½º (6
— 31 — Duas legoas distantes de Lana Longa está a foz do *Rio Xibarú*, d'onde principia o rio a rumo de SE, e portamos com o andamento de 7 legoas. (7

ANNO DE 1781.

Janeiro 1. Tendo navegado 4 ½ legoas por duas grandes

Para registro da expedição, os dois exploradores/desbravadores brasileiros mantinham uma série de diários relativos a cada uma das etapas da grande viagem pelo interior do Brasil nos quais anotavam o percurso, os acidentes geográficos do caminho e os acontecimentos cotidianos pelos sertões e rios amazônicos, bem como as jornadas pelos rios mato-grossenses e pelos caminhos de água pantaneiros, além das cartas geográficas e tabelas de latitudes e longitudes. Como a missão dos dois cientistas era, prioritariamente, definir os pontos ideais para fixação dos limites territoriais da América portuguesa, nesse sentido os apontamentos sobre os acidentes geográficos e a precisão cartográfica constituíram a parte mais importante do trabalho, mas também nota-se nos registros realizados muito do olhar do naturalista ilustrado, treinado para observar e inventariar todos os aspectos da natureza à sua volta.

mundo, ao mesmo tempo que estão encerrados nos seus gabinetes, tendo por verdadeiras as noticias dadas pelos emulos e riv aes, os capitulão por barbaros, como se o valor, resolução, e intrepidez dependessem da barbaridade, e não de animos honrados e ambiciosos de gloria.

ANNO DE 1790.

Maio 13. — Sahi de S. Paulo, e cheguei á Villa e Praça de Santos, fundada na margem meridional de uma espaçosa e limpa bahia, em que pode estar uma numerosa armada, e abrigada de todos os ventos: a barra tambem é limpa, e não ha necessidade de pilotos para entrar por ella. Demorei-me até o dia 10 de Junho, em que me fiz á vela para Lisboa, em cujo porto dei fundo a 21 de Setembro com 10 annos e 8 mezes e meio de ausencia.

O Dr. Francisco José de La-Cerda e Almeida.

Longitudes, contadas da ponta mais occidental da Ilha do Ferro, dos logares abaixo declarados pertencentes á Capitania de S. Paulo, e Rio de Janeiro, determinadas por Francisco de Oliveira Barbosa, e Bento Sanches d'Orta.

	Long.	*Lat. A.*	*Var. NE.*
Cidade de S. Paulo.....	331° 25' 0"	— 23° 33' 30"	— 6° 50'
Barra da Villa de Santos na Estacada.....	331° 40' 0"	— 24° 0' 0"	
Villa de Santos.....	331° 39' 30"	— 23° 56' 15"	
Villa da Conceição de Itanhaen.....	331° 20' 0"	— 24° 10' 40"	— 7° 25'
Villa de Iguape.....	330° 30' 0"	— 24° 42' 35"	— 7° 36'
Villa de Cananéa.....	330° 6' 0"	— 25° 0' 35"	— 7° 57'
Villa de Paranaguá....	329° 36' 0"	— 25° 31' 30"	— 8° 8'
Villa de Guaratuba....	329° 30' 0"	— 25° 52' 25"	— 8° 39'
Villa de Ararapira.....		— 25° 14' 30"	
Barra do R. de Una...		— 24° 26' 50"	
Barra da Bertioga.....		— 23° 51' 35"	
Villa de S. Sebastião...	333° 0' 0"	— 23° 47' 40"	— 6° 45'
Villa de Ubatuba.....	333° 30' 0"	— 23° 26' 3"	— 6° 30'
Ponta de N. da Ilha de St.ª Catharina.....		— 27° 22' 30"	
Villa de N. S. do Desterro da dicta Ilha.....	329° 26' 0"	— 27° 35' 36"	— 9° 47'
Rio de Janeiro.....	334° 50' 15"	— 22° 54' 15"	
Cabo Frio.....	336° 2' 15"	— 22° 58' 8"	
Ponta do S da Ilha de St.ª Catharina.....		27° 50' 0"	

Longitudes, Latitudes, e Variações da Bussola, dos logares abaixo declarados, dos quaes se faz menção n'este Diario, suppondo a Ilha do Ferro 20° 30' para o Occidente de Paris.

	Long.	*Lat. A.*	*Var. NE.*
Barra do Rio Guaporé..	312° 58' 30"	— 11° 54' 46"	— 9° 30'
Forte do Principe da Beira	313° 27' 30"	— 12° 26' 0"	— 9° 49'
Destacamento das Pedras	315° 7' 31"	— 12° 52' 35"	— 10°
Villa Bella.....	318° 12' 0"	— 15° 0' 3"	— 10° 30'
Villa Maria.....	320° 32' 0"	— 16° 3' 33"	
Villa do Cuyabá.....	322° 5' 15"	— 15° 35' 59"	— 10°
S. Pedro d'El-Rei.....	321° 32' 15"	— 16° 16' 4"	— 9° 30'
Barra do Rio Cuyabá...	321° 20' 0"	— 17° 19' 43"	— 10°
Alboquerque.....	320° 33' 15"	— 19° 0' 8"	— 10° 30'
Barra do Taquary.....	320° 58' 18"	— 19° 15' 16"	
Coimbra Nova.....	320° 31' 45"	— 19° 55' 0"	— 10° 39'
Barra do Cuxiim.....	323° 7' 18"	— 18° 33' 58"	— 9°
Fazenda de Camapuam..	324° 8' 45"	— 19° 35' 14"	— 9° 27'
Cidade de S. Paulo.....	331° 22' 30"	— 23° 33' 58"	— 7° 15'

Numero de legoas de caminho de terra, e de cada um rio que naveguei.

Desde Villa Bella até o Cuyabá.....	94
Cuyabá até.....	64
Porrudos.....	25
Paraguay.....	39
Taquary.....	90
Cuxiim.....	40
Rio Camapuam.....	17
—— Pardo.....	75
—— Grande.....	29
—— Tietê.....	152
Caminho de terra.....	23½
Somma....	648½

Numero das Cachoeiras de cada um dos rios.

Taquary.....	1
Cuxiim.....	24
Pardo.....	33
Tietê.....	55
Somma....	113

Dr. La-Cerda.

No diário do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida ficou registrado que, depois de outras explorações em território paulista nos anos de 1789 e 1790, veio uma ordem de Lisboa para que ele retornasse àquela cidade. Saiu de São Paulo para o porto de Santos no dia 13 de maio, onde ficou até o dia 10 de junho de 1790, quando então partiu com destino a Lisboa, onde desembarcou no dia 21 de setembro de 1790, depois de dez anos e oito meses de ausência de Portugal.

Nessa epopeia desbravadora, digna de nota, os dois brasileiros navegaram pelos principais rios dos sertões da Amazônia, Pará, Mato Grosso e São Paulo em sucessivas jornadas de reconhecimento, lutando com muitas dificuldades durante todo o percurso da expedição. O resultado dessa empreitada: diários, registros, mapas, cartas hidrográficas, levantamento de latitudes, longitudes, declinações magnéticas e outras informações científicas (fauna e flora, riquezas minerais, dados sobre as populações locais etc.) tinham como destino principal a Secretaria da Marinha e Ultramar, à qual cabiam as decisões estratégicas nos assuntos relativos às colônias. Porém, muitos desses registros de viagem chegariam também à Academia Real de Ciências de Lisboa – núcleo de produção e promoção de estudos e informações de interesse para o desenvolvimento econômico e científico do império português –, que concedeu aos dois cientistas brasileiros a honraria de admiti-los como sócios. Em 1791, foram admitidos como professores da Academia Real dos Guardas-Marinhas. No Brasil, os diários de viagem de Lacerda e Almeida viriam a ser publicados em 1841, por ordem da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, com o título de *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyabá, e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790*.

A partir de 1797, missões semelhantes separariam para sempre os caminhos dos dois brasileiros. Lacerda e Almeida foi nomeado governador dos rios de Sena (Zambézia), na África. Silva Pontes retornou ao Brasil para assumir, em 1801, o governo da província do Espírito Santo. Uma das missões de Lacerda e Almeira era fazer a travessia da África, de costa a costa, partindo de Moçambique até alcançar Angola, naquela que seria, junto com a demarcação das fronteiras na América do Sul, uma das maiores aventuras científicas do século XVIII. A expedição, preparada em Lisboa com bastante rigor científico, pelo interior africano tinha por objetivo descobrir um caminho terrestre ou fluvial que permitisse a ligação continental entre as costas oriental e ocidental da África (Moçambique e Angola). O estabelecimento de um caminho fortificado através do interior apresentava-se como um passo importante para marcar a presença portuguesa em solo africano, bem como a conquista de uma rota alternativa de comércio com o Oriente.

Mas o projeto não se cumpriu de todo. Iniciada a travessia, em 3 de julho de 1798, em condições extremamente adversas, inclusive com a falta de incentivo do governo português, de suprimentos e deserções de carregadores, Lacerda e Almeida percorreu apenas parte do itinerário previsto, poi foi acometido de febres e chegou bastante debilitado à capital do reino Cazembe (atualmente Zâmbia), onde veio a falecer em meados em 18 de outubro de 1798.

No seu diário de viagem havia ordens expressas para que seus subordinados continuassem a missão, caso viesse a falecer. Todavia, o restante da equipe desistiu de prosseguir com a expedição e retornou a Moçambique. O diário de viagem do explorador foi preservado e publicado pela primeira vez em Lisboa entre 1844 e 1845 nos *Anais Marítimos e Coloniais* com o título *Diário da viagem de Moçambique para os rios de Senna* [na Zambézia] *feita pelo governador dos mesmos rios Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida.*

Embora o objetivo principal da viagem tenha malogrado, as informações que o explorador paulista produziu sobre as regiões por onde passou permaneceram, por mais de meio século, sendo as únicas que os europeus dispunham sobre aquela parte da África. Seu diário foi publicado em Londres em 1873 com o título *The Lands of Cazembe: Lacerda´s journey to Cazembe in 1798,* traduzido para o inglês pelo explorador Sir Richard Francis Burton, que escreveu: "*se o Dr. Lacerda não executou o seu projeto, o seu sucesso parcial aumentou, consideravelmente, o nosso conhecimento sobre o interior de África, (...) até que o Dr. Livingstone tenha regressado da sua terceira expedição, os escritos de Lacerda devem continuar a fazer autoridade*".



A cidade de Pontes e Lacerda, no estado do Mato Grosso, foi assim chamada em homenagem aos dois desbravadores, Silva Pontes e Lacerda e Almeida, que passaram pela região em 1784. Outros locais no Brasil, como o rio Lacerda e Almeida, no estado de Rondônia, a ilha Lacerda e Almeida, no rio Paraná, estado de São Paulo, receberam nomes em homenagem ao trabalho realizado pelos brasileiros naquelas regiões. Em Lisboa existe uma rua denominada Dr. Lacerda e Almeida, em homenagem ao matemático que integrou a comissão de delimitação das fronteiras do Brasil com a Bolívia e a Venezuela e, enquanto governador em Moçambique, procedeu a uma exploração onde definiu as primeiras longitudes do continente africano. Na África, uma povoação moçambicana localizada na margem direita do rio Zambeze recebeu em 1893 o nome de Lacerdónia.

Foram publicadas as seguintes obras de Francisco José de Lacerda e Almeida:

1) Francisco José de Lacerda e Almeida, *Diarios da viagem*, q. por ordem do Ill.mo e Ex.mo Snr. Luiz d'Albuq.e de Mello Per.ª e Cáceres Ill.mo e Ex.mo Snr. Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres fis de Vª Bella p.ª a Cid.e de S. Paulo pela ordinária derrota dos rios/ Francisco Jozé de La-Cerda e Alm.da, D.r Astronomo, (s.d., post. 1788), Biblioteca Pública Municipal do Porto, Reservados, Cód. 464, fols. 19-23.

2) Francisco José de Lacerda e Almeida, *Mappa do Leito dos Rios Taquary, Cuxiim, Camapoam, Varador de Camapoam, Pardo, Paraná, Tieté e Cam.º de terra desde a Freguesia d N. S. May dos Homens de Araraytaguaba athe a Cidade de S. Paulo*, que por Ordem do Ill.mo e Ex.mo Snr. Luiz d'Albuq.e de Mello Per.ª e Cáceres do Conselho de S. Mag.e Fidellissima, q. D.s G.e G.or e Cap.m G.al das Capit.as de Matto-Grosso, e Cuyaba, e Plenipotenciario das Reaes Demarcaçoens de Lemites nas mesmas Capitt.as Levantou, e fes no anno de 1788, e 1789 O D.r Astrónomo Fran.co Jozé de Lacerda e Alm.da, 1789, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Reservados, C-M&A – 19 (17).

3) Diário da viagem *do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitanias do Para, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyaba, e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790* – mandado por Sua Majestade Fidelissima para as demarcações de Seus Reais Dominios na America Portuguesa, servindo n'ella de Astronomo. Impresso por ordem da Assembleia Legislativa da Provincia de S. Paulo, Typografia de Costa Silveira, São Paulo, 1841.

4) Francisco José de Lacerda e Almeida, Lacerda's journey to Cazembe in 1798**.** Translated and annotated by Captain R. F. Burton, F.R.G.S. Also journey of Pombeiros P. J. Baptista and Amaro José, across Africa from Angola to tette on the Zambezi. Translated by B. A. Beadle. And a résumé of the journey of MM. Monteiro and Gamitto. By Dr. C. T. Beke. (London: John Murray, Albemarle Street, 1873). [Disponível em: http://purl.pt/17187]

Foram publicadas as seguintes obras de Antonio Pires da Silva Pontes Leme:

1) *Breve diário ou memória do Rio Branco e de outros que nêle desaguam, conseqüente à diligência* (s/data).

2) *Considerações sôbre o manifesto de Portugal aos soberanos e povos da Europa na parte relativa ao reino do Brasil* (s/data).

3) *Plano geographico do Rio Branco e dos rios Uraricapará, Magari, Parimé, Tacutú e Mahu, que nêle desaguam, aonde vai notada a Grande Cordilheira de Montes que medeia entre Orinoco e o Amazonas, de que nascem os mencionados rios* - coautoria Ricardo Franco de Almeida Serra (1781-1782).

4) *Diário da viagem de reconhecimento da cabeceira principal do rio Barbados* (1783)

5) *Relatório de uma parte do rio Paraguai e das lagoas Uberava e Gayva* (1787)

6) *Diário da diligência e reconhecimento das cabeceiras dos rios Sararé, Guaporé, Tapajós e Jauru, que se acham todos debaixo do mesmo paralelo da Serra dos Parecis, em dezembro de 1789* (1789)

7) *Diário da diligência e reconhecimento do rio Paraguai e rio Verde* (1789)

8) *Memoria physico-geographica, acompanhada de um plano das lagoas Gayva, Uberava e Mandiorem* (1790)

9) *Diário das explorações que fez desde o rio Branco e suas cabeceiras na provincia do Pará até as cabeceiras do Sararé, Jurema, Guaporé e Jaurú* (São Paulo - 1841).



A aldeia dos tunantins, na margem esquerda do rio Amazonas | Paul Marcoy



Vista do arraial no rio Ixiê | Joaquim José Codina

Expedição Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira
(1783-1792)

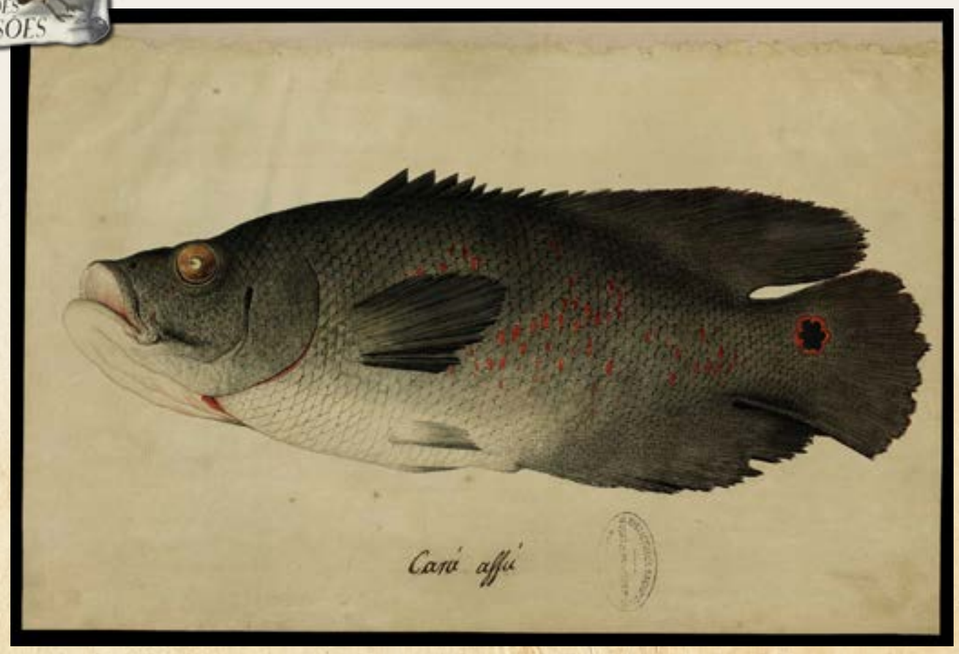
Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) nasceu na Bahia em 27 de abril de 1756. Naturalista, zoólogo, geógrafo, etnólogo e antropólogo, era filho de comerciante e, seguindo a vontade do pai, iniciou seus estudos no Convento das Mercês, que lhe concedeu as suas primeiras ordens em 1768. Ainda muito jovem, aos 14 anos, foi enviado para a Universidade de Coimbra, onde matriculou-se na Faculdade de Medicina e permaneceu por dois anos. Pouco tempo depois desistiu de ser sacerdote e inscreveu-se na Faculdade de Leis, em 1773, e depois na Faculdade de Filosofia Natural, em 1774, onde foi aluno do naturalista italiano Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), fundador do museu e do jardim botânico da mais importante universidade portuguesa. Ferreira também se matriculou na Faculdade de Matemática em 1775 e, em janeiro de 1779, doutorou-se em filosofia natural, habilitando-se na recém criada profissão de naturalista. Apesar de não concluir o curso de medicina, escreveu a monografia *Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso,* contribuindo para a temática médica e conhecimentos sobre as enfermidades que eram comuns na região mato-grossense.

Em 1779, o naturalista Vandelli começa a planejar a Viagem Filosófica ao Brasil, com o apoio de Martinho de Melo e Castro, ministro da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Alexandre Rodrigues Ferreira é escolhido para chefiar a grande expedição que será organizada, dirigida e financiada pelo Estado lusitano. Estava nos planos do mestre italiano envolver nesse projeto toda a equipe que, sob sua orientação, trabalhava no Museu e Jardim Botânico da Ajuda organizando as remessas de produtos naturais que chegavam a Lisboa, vindas das colônias. Além de Ferreira, trabalhavam na Ajuda os naturalistas brasileiros que mais haviam se destacado como alunos de história natural: Manoel Galvão da Silva, João da Silva Feijó e Joaquim José da Silva. Todavia, o projeto acabou sendo alterado, e a equipe foi desmembrada em outras menores, enviadas simultaneamente aos territórios coloniais portugueses. Manuel Galvão da Silva seguiria para Moçambique; João da Silva Feijó, para as ilhas de Cabo Verde; e Joaquim José da Silva, para Angola. Ferreira seguiu imediatamente para Lisboa, entretanto esperou cinco anos para o início da expedição. Nesse intervalo se envolveu em atividades relacionadas à história natural, que lhe renderam a eleição como membro correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 22 de maio de 1780.

Em 1783, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira é nomeado pela rainha D. Maria I para chefiar a expedição científica encarregada de empreender viagem filosófica nos vastos e quase de todo desconhecidos territórios das capitanias do Grão-Pará, São José do Rio Negro (Amazonas), Mato Grosso e Cuiabá. Deixa seu cargo de diretor no Museu da Ajuda e parte de Lisboa em 1º de Setembro de 1783, aos 27 anos, levando, entre outras pessoas, os riscadores (desenhistas) José Joaquim Freire e Joaquim José Codina e o jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo. Ao final da jornada, retornaram a Lisboa apenas um riscador e o naturalista chefe da expedição. Agostinho do Cabo e José Codina não suportaram as adversidades da mata tropical.

Inicialmente planejada para ser composta por matemáticos, químicos, militares, professores e naturalistas, a equipe da Viagem Filosófica ao Brasil ficou resumida a apenas um naturalista, mas, durante o percurso pelo território brasileiro, vai contar com mais de uma centena de pessoas de apoio permanentemente a serviço da pesquisa científica, tendo Alexandre Rodrigues Ferreira recebido da rainha o poder de convocar os serviços de qualquer súdito do reino que fosse necessário para o sucesso do seu projeto.

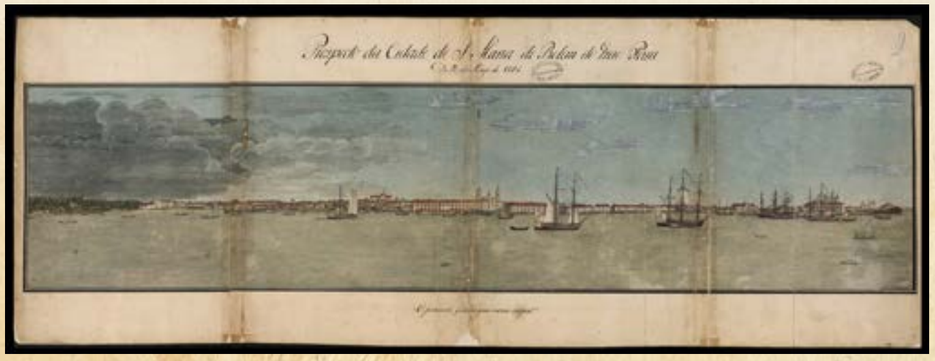






Prospecto da canoa artilheira Nossa Senhora do Pilar | Joaquim José Codina

A equipe chega a Belém do Pará em 31 de Outubro do mesmo ano sob os auspícios da Academia Real das Ciências de Lisboa e do Ministério dos Negócios e Domínios Ultramarinos com o objetivo de proceder aos estudos de etnografia das regiões a serem percorridas, preparação das espécies e dos produtos naturais destinados ao Museu Real de Lisboa e, finalmente, fazer particulares observações filosóficas e políticas acerca dos objetos dessa mesma viagem, como reza o decreto que o nomeou em 1783. Enquanto aguardava apoio logístico para realizar a grande viagem, Ferreira e sua equipe limitaram-se a explorar os arredores da cidade e a Ilha de Marajó. Preparados para o início da expedição, partiram de Belém e levaram cinco meses para subir os rios Amazonas e Negro até chegar a Barcelos, sede da capitania de São José do Rio Negro (Amazonas), transformando a localidade em sua segunda cidade-base. Ali permaneceram até agosto de 1784, preparando espécimes recolhidos no percurso para enviar a Lisboa.

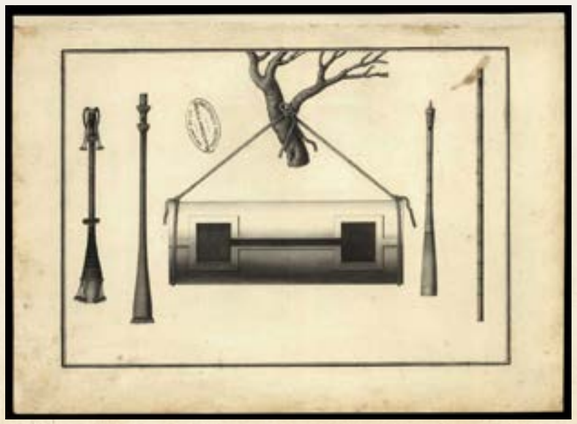


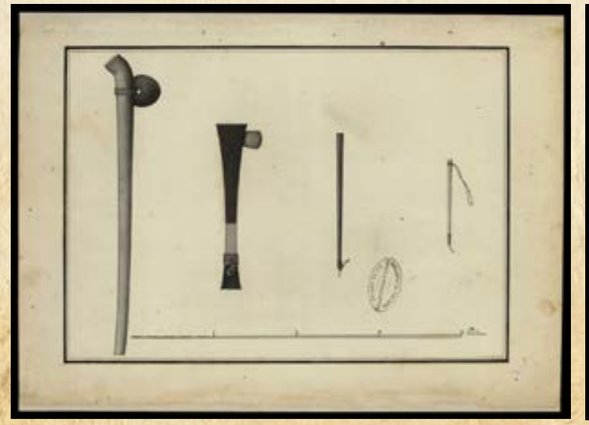
Depois de uma pausa em Barcelos, são realizadas expedições Rio Negro acima, incluindo alguns afluentes, até a fortaleza e povoação de São José de Marabitanas, localizada à margem direita do alto Rio Negro, o limite do controle territorial português. Nos relatórios dessa viagem, Ferreira refere a como as populações indígenas estavam sendo dizimadas por doenças, como o sarampo. Dois meses depois de regressar a Barcelos, Ferreira partiu novamente, desta vez para o Rio Branco. Antes, enviou a Lisboa um grande carregamento de 19 caixas com animais, plantas, minerais e artefatos indígenas, 118 desenhos e vários relatórios. Nessa altura, pediu para regressar a Portugal, mas foi-lhe ordenada outra missão.

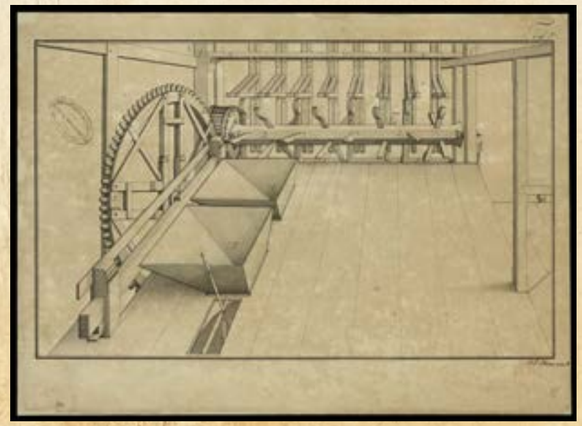


Prospecto da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará | Joaquim José Codina















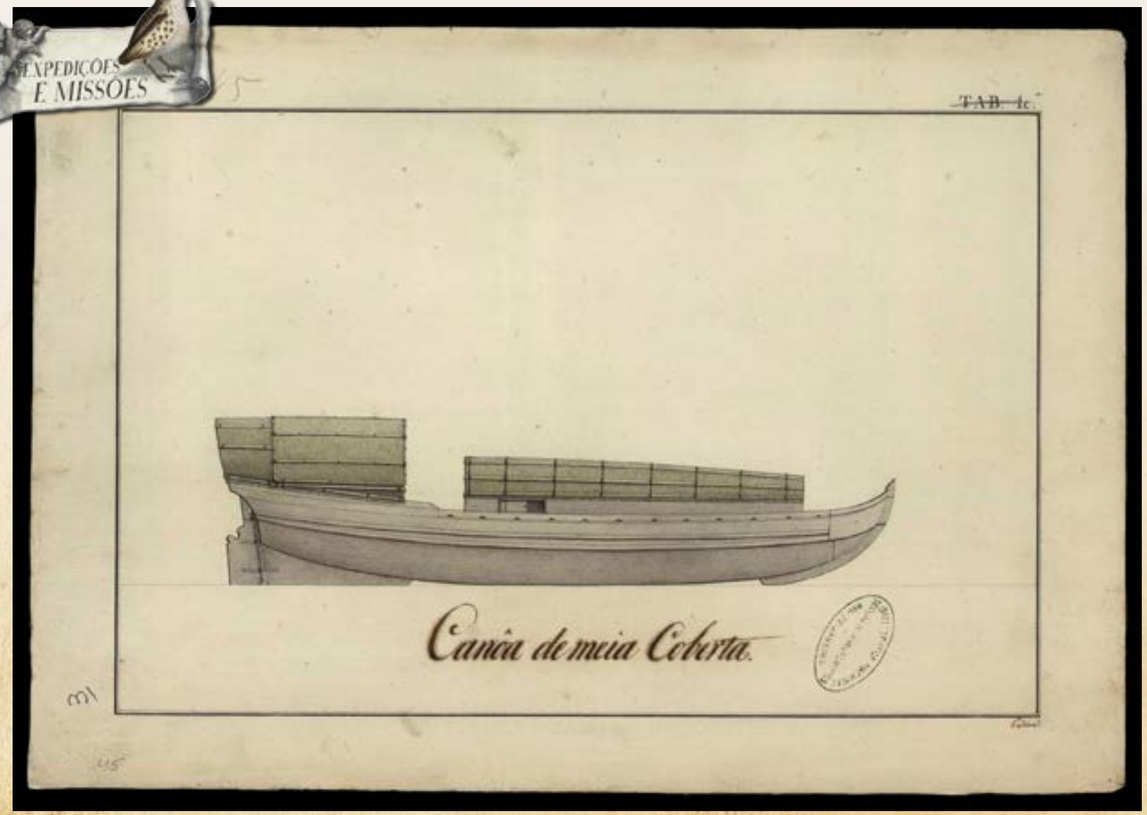


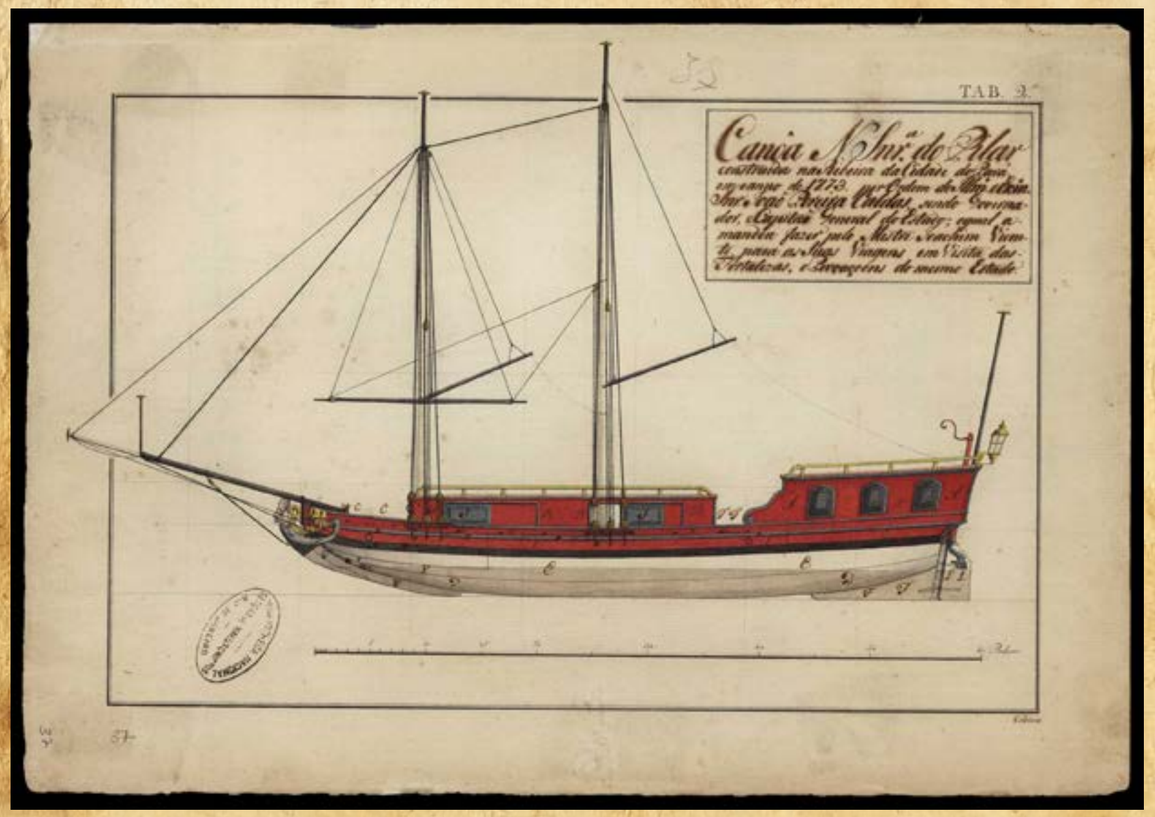
Depois de dois anos parados em Barcelos, a trabalhar sobre o que recolhera durantes os deslocamentos pela região, Ferreira partiu para os rios Madeira e Guaporé, explorando seus afluentes, até chegar a Vila Bela (atual Porto Velho), em 3 de outubro de 1789. Foi uma viagem muito acidentada, que demorou treze meses e dezoito dias, durante a qual foram registradas pelo menos 40 espécies diferentes de palmeiras, e o chefe da missão foi acometido de malária. Nessa cidade, morreu de febre o jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo. No ano seguinte, num prolongamento final da viagem filosófica, Ferreira e seus auxiliares seguiram em direção à vila de Cuiabá, chegando aos rios Cuiabá e Paraguai, já noutra bacia hidrográfica. Instalados na vila, o naturalista e sua equipe exploraram o Pantanal, suas chapadas e toda a bacia do rio Paraguai. Exploraram também a Gruta do Inferno e a Gruta das Onças, já visitada em 1781 pela Expedição de Demarcação de Limites do Brasil. Essas cavernas foram desenhadas e descritas em detalhe. Em junho de 1791, Ferreira retornou a Vila Bela, mas no percurso veio a falecer o desenhista Joaquim José Codina. Três meses depois, o naturalista voltou para Belém numa estirada só, sem desvios nem paragens para recolher espécimes. Na cidade, no dia 16 de setembro de 1792, casou-se com Dona Germana Pereira de Queiroz, filha de um fazendeiro que conhecera logo no início da expedição e que havia custeado o envio de todo o material coletado para a corte portuguesa, em Lisboa, sem conhecimento do naturalista. Em seguida regressou a Portugal numa viagem que durou 89 dias.

Durante a expedição, Alexandre Rodrigues Ferreira tinha produzido relatórios sobre a situação urbana, demográfica, administrativa e econômica de todas as povoações que percorrera, redigido memórias sobre a fauna, a flora e os minerais dessas regiões. Ao mesmo tempo em que coletava e armazenava milhares de espécies animais, vegetais e minerais, descrevia etnias indígenas e recolhia os objetos de maior interesse etnográfico. Os procedimentos de coleta, classificação e remessa de material obedeciam às *Breves Instrucçoens aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa*. O panfleto era resultado do trabalho de vários naturalistas do Jardim d'Ajuda. Na publicação havia instruções para a coleta, preparação e embarque do material, sem contar um detalhado manual para composição do diário de viagem de cada correspondente da Academia. A iniciativa dessa viagem demonstra a grande visão estratégica portuguesa naquele final de século para conhecimento, posse e demarcação de suas fronteiras depois da assinatura dos tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777). Por força desses tratados (que definiam suas fronteiras com base na ocupação efetiva) firmados entre as duas colônias ibéricas, a expedição filosófica tinha o intuito de agregar o interesse científico e econômico ao caráter político-militar das comissões de demarcação e se enquadrava no projeto estatal que visava ao estudo dos três reinos – animal, vegetal e mineral – com vistas à exploração dos territórios coloniais.



Acampamento Guaikurú à beira de rio | Joaquim José Codina

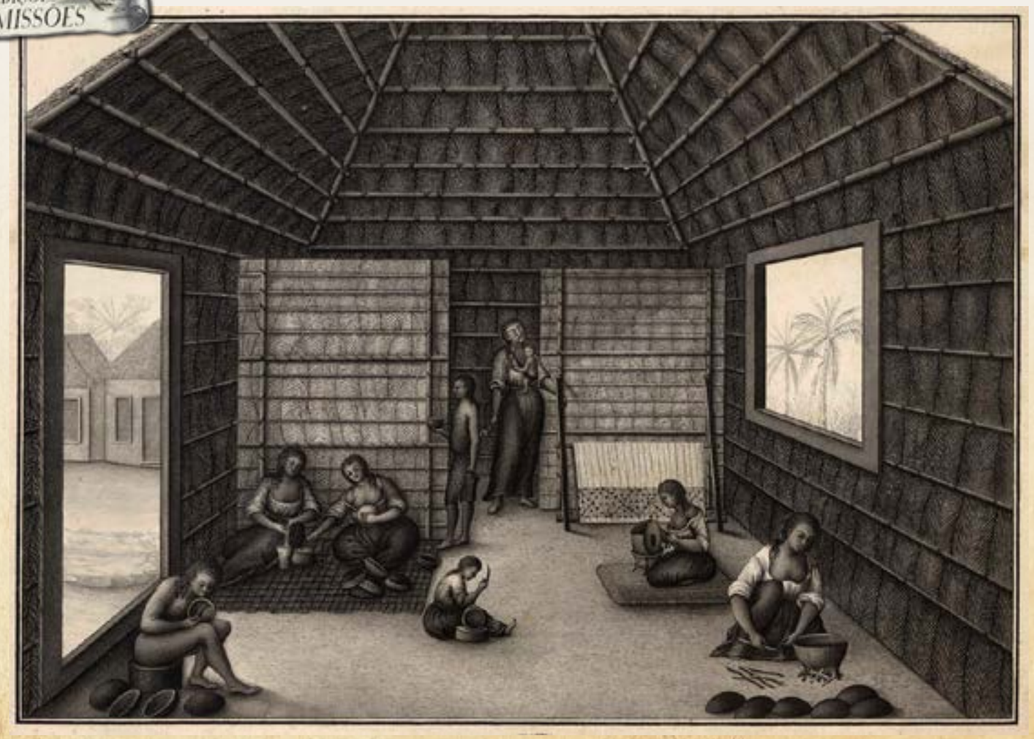




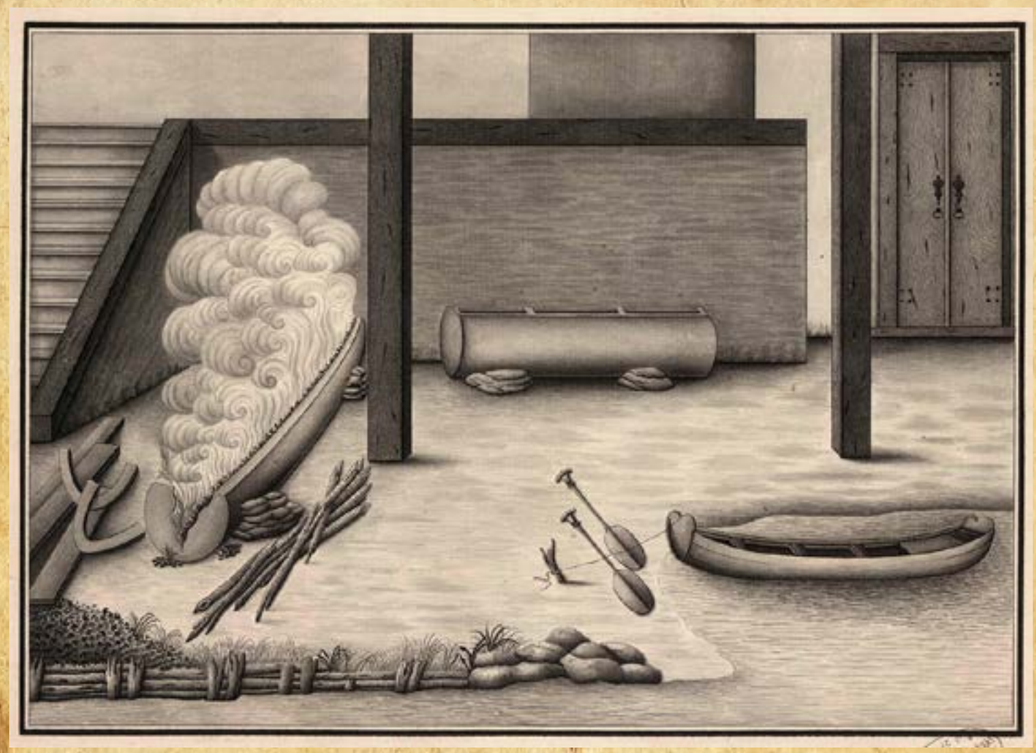
Nos deslocamentos da expedição seguindo o curso dos rios, utilizaram-se de canoas e embarcações à vela, além da orientação dos guias indígenas, requisitados dos aldeamentos ribeirinhos. Partindo do centro-norte do Brasil – ilhas de Marajó, Cametá, Baião, Pederneiras e Alcobaça –, subiram pelos rios Amazonas e Negro até a fronteira com as terras espanholas e navegaram pelo rio Branco até a serra de Cananauaru. Subiram o rio Madeira e o rio Guaporé até Vila Bela da Santíssima Trindade, então capital do Mato Grosso. Depois seguiram para a vila de Cuiabá, transpondo-se da bacia amazônica para os domínios do Pantanal Mato-grossense, já na bacia do Rio da Prata. Navegaram pelos rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai e voltaram a Belém do Pará. Nesse trajeto percorreram os vales dos rios Tocantins, Amazonas, Negro, Madeira, Paraguai e muitos de seus diversos afluentes.

Foram inventariadas a natureza e as comunidades indígenas com seus costumes, avaliadas as potencialidades econômicas e o desempenho dos núcleos populacionais. Cumpriram à risca as instruções pormenorizadas sobre os estudos, pesquisas, descrição textual e visual da fauna, flora, costumes e organização social das comunidades, potencialidades da agricultura, riquezas minerais, capacidade produtiva da população, produtos, bens, objetos, armas, hábitos indígenas, estrutura, fisionomia e figura, coleta de espécies e sua classificação e preparação para embarque rumo a Lisboa, cartografia e confecção dos mapas populacionais. O desempenho de Ferreira à frente da expedição filosófica foi considerada exemplar. Até hoje, o conjunto dos seus relatos reunidos no livro *Viagem filosófica ao Brasil* permanece um modelo de investigação científica. Os méritos, porém, não cabem apenas a ele, mas também aos ilustradores José Freire e Joaquim Codina e ao jardineiro botânico Agostinho do Cabo, que, juntos legaram à posteridade um estudo belíssimo e profundo sobre nossas fronteiras, rios, população e a maior floresta tropical do planeta.





Trabalhos realizados pelos nativos | Joaquim José Codina



Construção das canoas ao modo dos índios | Joaquim José Codina

Ao final da expedição, o resultado é uma quantidade imensa de relatórios, denominados de "*relações*", "*notícias*", "*memórias*" ou "*tratados*", além de uma farta correspondência com centenas de documentos escritos de próprio punho ou encomendados a outros especialistas que a rainha colocou a serviço da expedição; aproximadamente 2.670 desenhos, entre originais e cópias feitos pelos dois riscadores, José Joaquim Codina e Joaquim José Freire, e pelo desenhador, gravador, geógrafo, astrônomo e arquiteto italiano Giuseppe Antônio Landi (1713-1791), membro da primeira comissão de demarcação de fronteiras (1754-1761) e que acompanhou a expedição filosófica na viagem para São José do Rio Negro (Amazonas); amostras de minerais, fósseis, plantas e animais tecnicamente preparados aos milhares e cuidadosamente enviadas para o Gabinete Real de História Natural, para as quais contou principalmente com o trabalho do botânico Agostinho José do Cabo e de dois índios por ele preparados e treinados para realizar o trabalho, Cipriano de Souza e Jose da Silva. Quanto à contribuição de Ferreira à língua portuguesa, acredita-se que ele deve ter contribuído com milhares de novos termos de origem indígena ao nosso vocabulário. As narrativas de Alexandre Rodrigues Ferreira falam de encontros, cenários e personagens. Registram-se dificuldades, sucessos e fracassos, inclusive das constantes deserções pelos soldados e índios que participavam da viagem.

Ao retornar para Lisboa, em janeiro de 1793, depois de quase dez anos percorrendo, desbravando e explorando aproximadamente 40 mil quilômetros pelo interior do Brasil, Ferreira não estava apenas se tornando o primeiro brasileiro a realizar uma grande expedição científica pelo Brasil, estava coroando também o breve ciclo de missões e expedições promovido pelo reino português no fim do século XVIII. A falta de incentivos estatais, o cansaço da viagem, a saúde debilitada e certo desgosto com o ofício de naturalista talvez tenha empurrado o viajante para os afazeres burocráticos e apartaram-no da história natural. Dedicou então sua vida à administração metropolitana: foi nomeado, no ano de 1793, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Em 25 de julho de 1794 foi condecorado com a prestigiosa Ordem de Cristo e, em 7 de setembro, assumiu o cargo de diretor interino do Gabinete Real de História Natural e Jardim Botânico. Passou a vice-diretor da instituição em 11 de setembro de 1795. No mesmo ano foi designado administrador das Quintas Reais e posteriormente deputado da Junta Real do Comércio.



Em 1808, com o objetivo de preparar sua obra para publicação, o naturalista se negou a vir com a família real portuguesa para o Brasil, mas sofreu a decepção de ver essa mesma obra raptada durante a ocupação de Portugal pelas tropas de Napoleão e levada para Paris, em 1808, por ordem do general Jean Andoche Junot (1771-1813), a pedido do naturalista e zoólogo francês Étienne Geoffroy de Saint-Hilaire (1772-1844). A obra só foi devolvida em parte, em 1814, após o fim da ocupação francesa. Desgostoso e apresentando sérios problemas de saúde que o impediam de trabalhar, faleceu em Lisboa no dia 23 de abril de 1815, na semana em que completaria 59 anos. O farto acervo da viagem filosófica – uma tradução iluminista dos saberes locais – ficou sob a guarda da Academia Real de Ciências, permanecendo desconhecido por quase um século, e não foi devidamente estudado. Ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira não foi dado o valor que merecia pelo trabalho realizado em tão grande empreitada pelo interior do Brasil.





EXPEDIÇÕES E MISSÕES

Expedição Científica do Príncipe Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied (1815-1817)


VOYAGE
AU BRÉSIL,
PAR S. A. S. MAXIMILIEN,
PAR J. B. EYRIÈS.
ATLAS.
A PARIS,

O príncipe Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied (1782-1867) nasceu em Neuwid, Alemanha. Era filho, neto, bisneto, tio e irmão de militares. Foi general de divisão do exército alemão, ganhou a Cruz de Ferro em campo de batalha e entrou em Paris, depois da derrota de Napoleão Bonaparte, em companhia de Frederico Guilherme III, da Prússia. Logo em seguida trocou o campo de batalha pelas viagens científicas.

Naturalista, etnólogo e zoólogo, liderou uma das primeiras expedições do século XIX, que tinha como principais integrantes o botânico Friedrich Sellow (1789-1831) e o naturalista e ornitologista Georg Wilhelm Freyreiss (1789-1825). Juntos, durante os anos de 1815 a 1817, realizaram uma proveitosa expedição científica ao Brasil, encorajada e realizada sobre a influência do naturalista Alexander von Humboldt – mentor e amigo do príncipe –, que já havia publicado o primeiro volume do livro *Viagem às regiões equinociais do novo continente*, feita de 1799 a 1804 e composta por 30 fólios e quatro volumes com parceria de Aimé Bonpland. A expedição sob o comando de Maximilian estudou e documentou a flora e a fauna da Mata Atlântica e povos indígenas como botocudos, puris, pataxós, camacãs, coroados, coropós. Dedicado, austero e incansável, realizou um trabalho exemplar, deixando para a posteridade importante legado botânico e linguístico, e nos presenteou com um valioso acervo etnográfico.



Navegando às margens do Rio Doce, Minas Gerais



Luta dos Botocudos em Belmonte, Bahia



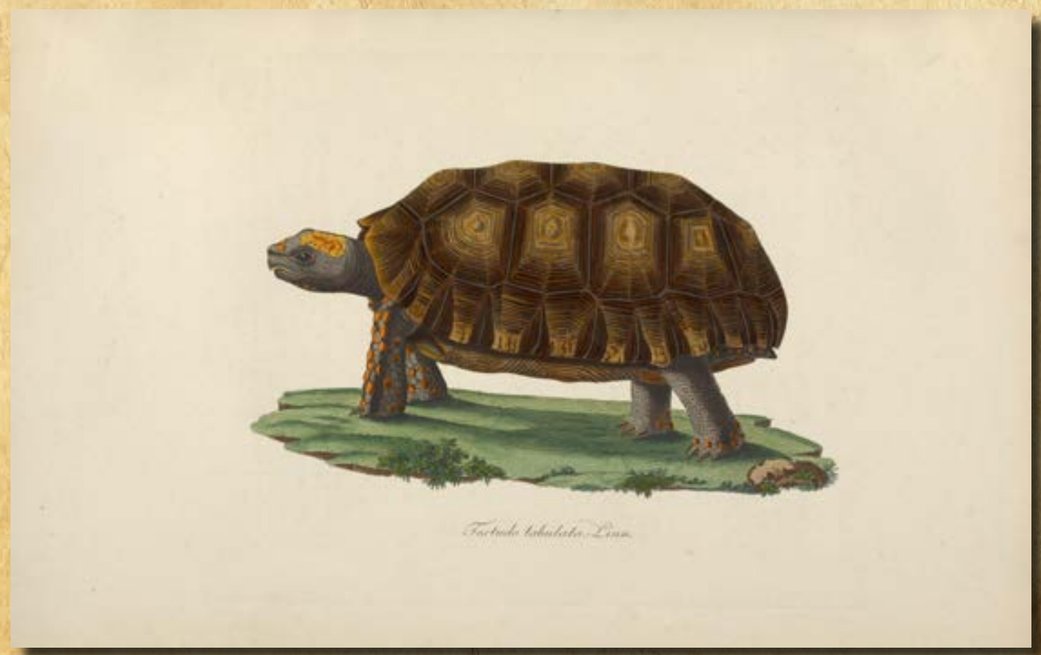
Príncipe Maximilian e o índio Botocudo Joachim Quack
Johann Heinrich Richter



Navegando entre as rochas em Ilhéus, Bahia

No Brasil percorreu a mata costeira do litoral leste do Rio de Janeiro, Espírito Santo, norte de Minas e sul da Bahia. Embora o legado zoológico, botânico e linguístico da expedição de Maximiliano seja grandioso, sua maior contribuição foi etnográfica. Os estudos que o príncipe fez dos povos indígenas (puri, botocudo e pataxó) foram pioneiros e inovadores. Ligou-se aos botocudos de tal maneira, que os imortalizou na aquarela *Luta entre Botocudos*. No seu trabalho de pesquisa, acabou virando grande amigo do botocudo Quack, em 1815, acabando por levá-lo para a Alemanha, onde passou o resto de sua vida, vindo a falecer em 1832, no palácio do príncipe. Quack foi retratado por vários artistas, entre eles o irmão do príncipe Maximiliano.







Encontro com o capitão Bento Lourenço e seus mineiros na floresta do rio Mucuri, Minas Gerais.







Embora sua jornada, terrestre e fluvial, do Rio de Janeiro à Bahia não tenha sido tão duradoura nem tão ampla quando comparada às de outros estudiosos, a quantidade de informações coletadas é impressionante. Ao retornar à Alemanha em 1817, o príncipe Maximiliano dedicou-se à análise de sua experiência brasileira, que culminou na obra *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817 / Viagem ao Brasil nos anos 1815-1817*, publicado em dois volumes, no ano de 1820, em Frankfurt. Escrito em estilo denso e direto, sem as divagações frequentes de muitos viajantes, é de uma riqueza de encher os nossos olhos. A partir de então, o cientista dedicou-se inteiramente aos seus estudos de história natural. Vem a falecer na sua terra natal, Neuwied, em 3 de fevereiro de 1867.

A magnífica obra foi publicada em fascículos, com estampas coloridas gravadas em metal e texto explicativo em alemão e francês. As gravuras representam espécies da fauna brasileira identificadas pelo autor durante a expedição científica. A obra foi admirada por grandes cientistas e teve sucesso editorial comprovado pelas muitas traduções que se seguiram imediatamente na Europa. Várias edições e reedições em alemão, inglês, francês e holandês vêm comprovar nos anos seguintes a importância desse trabalho, que permanece como uma das primeiras e maiores contribuições para o conhecimento do Brasil. A enorme coleção zoológica então reunida, de dezenas de milhares de espécies, foi comprada pelo American Museum of Natural History, de Nova York, em 1870.

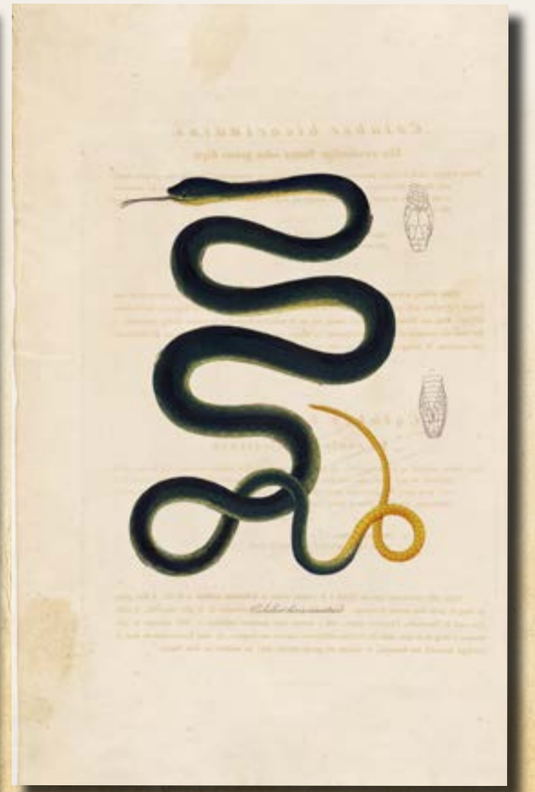
Georg Wilhelm Freyreiss

Georg Wilhelm Freyreiss (1789-1825) nasceu em Frankfurt, Alemanha. Era zoólogo, botânico, naturalista e ornitologista. Em 1813 viajou com destino ao Rio de Janeiro patrocinado pelo cônsul-geral da Rússia, Georg Heinrich von Langsdorff, tendo como objetivo a realização de estudos e pesquisas na área de botânica. Para sua própria surpresa, porém, encontrou tantos outros fatos importantes em nosso país, que não pode deixar de relatá-los.



Em julho de 1814, na companhia do geólogo, metalurgista e geógrafo Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), professor de mineralogia e diretor da Fábrica de Ferro Patriótica de São Julião, de exploração de minérios localizada no distrito de Ouro Preto, empreende viagem ao interior da província de Minas, chegando a Vila Rica em 9 de agosto. Percorre grande parte do sertão mineiro na coleta de objetos, plantas e animais, realiza estudo da população indígena e das atrações naturais da província, voltando depois para o Rio, onde chega no início de janeiro de 1815. Como se trata de um observador minucioso e atento à natureza, à terra e às pessoas, deixa para a história minucioso relatório em que descreve com precisão e consciência suas observações sobre mineralogia, zoologia, botânica e aspectos da vida socioeconômica dos habitantes das poucas vilas que existiam na região e envia ao consulado sueco. Esse relatório é publicado posteriormente como *Viagem ao Interior do Brasil nos anos de 1814-1815* – série de cinco capítulos apresentada pelo sueco-norueguês Lorentiz Westin (1787-1846), cônsul-geral no Rio de Janeiro, que patrocinou o trabalho de Freyreiss. O original se encontra na Biblioteca Real da Suécia. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo obteve uma cópia, fazendo-a traduzir e publicar no ano de 1907.









Após voltar de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, é nomeado para o serviço do governo real. Conhece Friedrich Sellow (1789-1831) na casa de Langsdorff e decidem juntar esforços para realizar uma viagem que já estava sendo planejada. Sellow e Freyreiss recebem cartas de recomendação das autoridades do Banco da Província e o título de "naturalistas financiados", concedido pelo governo brasileiro, com uma pensão anual de quatrocentos mil réis. Tudo estava pronto para a viagem quando, em julho de 1815, o príncipe alemão Maximilian Alexander Philip von Wied-Neuwied, que também era naturalista e estava interessado em empreender uma viagem ao interior do Brasil, chega ao Rio de Janeiro. O príncipe, que era convidado de Langsdorff, decide acompanhar os dois naturalistas, formando então com os dois cientistas a equipe para a tão desejada expedição científica (1815-1817). Acompanha, parcialmente, o príncipe Maximiliano em suas viagens pelas províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia explorando o vale do rio Mucuri. Durante a expedição Freyreiss coleta plantas e aves, acumulando milhares de espécimes, que seguem posteriormente para Moscou, Estocolmo, Frankfurt, Berlim e Leiden, enriquecendo o acervo cultural dessas cidades.

Nesse período, percebe as potencialidades que a região oferecia e uma série de vantagens, tais como a proximidade com o porto de Caravelas, a interligação por canais entre os rios Mucuri e Peruípe, a qualidade do solo – um dos melhores –, além de já existirem cafezais em Vila Viçosa, localizada entre a Vila de Mucuri e a de Caravelas.

Ao voltar da expedição, em 1818, se estabelece na capital, Rio de Janeiro, sendo então nomeado professor de zoologia. Por essa época recebe permissão para estabelecer uma colônia estrangeira na capitania da Bahia, situada às margens do rio Peruípe, na Vila Viçosa, Comarca de Caravelas. Em 1819, junto com um pequeno grupo de colonos alemães e suíços, entre eles engenheiros, naturalistas, pesquisadores e empresários, estabelece uma colônia, que se tornou depois grande exportadora de café, a qual foi batizada de Leopoldina (atual Helvécia) em homenagem à futura imperatriz brasileira, esposa de D. Pedro I. Após sua instalação, passou a se dedicar aos estudos de emigração, publicando em 1824 um livro sobre a Colônia Leopoldina, que dedicou ao ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. A publicação traz um relato da vida nessa região com o título *Contribuições para o conhecimento imediato do Império do Brasil*, juntamente com uma descrição da nova Colônia Leopoldina e do trabalho dos colonos europeus. Esse relato contribuiu para o conhecimento mais aproximado do nosso país. Freyreiss já estava preparando nova viagem expedicionária, desta vez para a Amazônia, quando veio a falecer no sul da Bahia, em 10 de abril de 1825.

Friedrich Sellow



Friedrich Sellow (1789-1831) nasceu em Potsdan, Alemanha. Era jardineiro, botânico e naturalista e foi um dos primeiros exploradores da flora brasileira. Filho mais velho de Carl Julius Samuel Sellow, jardineiro da Corte Real de Potsdam, aprendeu a mesma profissão com seus familiares. Foi trabalhar e estudar no Jardim Botânico de Berlim, sob orientação de seu diretor, Carl Ludwig Willdenow (1765-1812). Em 1810, Sellow iniciou viagens de estudo a Paris, França, onde assistiu a palestras científicas de Georges Cuvier e Jean-Baptiste Lamarck, além de trabalhar no Jardim das Plantas. Teve apoio financeiro e recomendações do naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859) para participar de reuniões com os botânicos mais importantes de seu tempo, na Holanda e na Inglaterra.

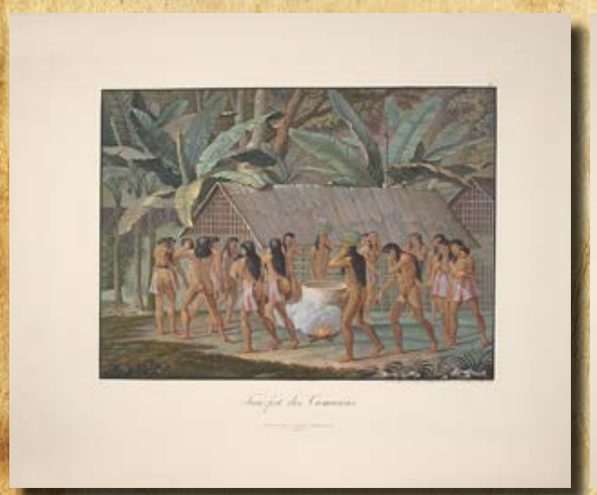
Em decorrência das guerras napoleônicas, foi impedido de retornar ao continente. Diante desse fato, resolveu aceitar convite do Barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro, para participar plenamente de uma expedição científica ao Brasil. Após detalhadas e extensas preparações, financiado por botânicos britânicos, empreendeu viagem para o Rio de Janeiro em 1814, chegando em 12 de março.

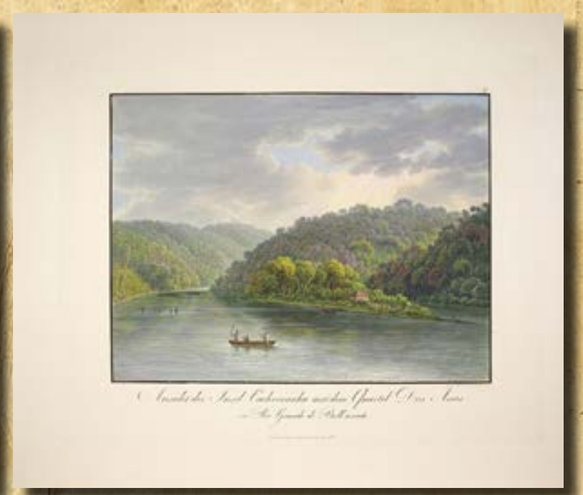












No Rio, ele e seus colegas foram bem recebidos pela corte portuguesa, e logo o governo estipulou para ele um soldo anual como cientista e oficial naturalista. Tratou logo de aprender o idioma português e passou a liderar excursões menores em ambientes naturais próximos ao Rio de Janeiro. De 1815 a 1817 acompanhou a expedição do príncipe alemão Maximilian von Wied-Neuwied (1782-1867), formando equipe com Georg Wilhelm Freyreiss (1789-1825), ocasião em que coletou e enviou para Londres muitas espécies da natureza brasileira. Uma das plantas que ele descobriu foi a Lee's Scarlet Sage (*Salvia splendens Sellow*), que se tornou conhecida como uma flor de verão e se tornou muito popular como flor ornamental na Inglaterra e na Alemanha.

Novos financiamentos da Prússia permitiram a Sellow desenvolver numerosas expedições ao sul do Brasil e Uruguai nos onze anos seguintes para recolher amostras de plantas, sementes, madeiras, insetos e minerais. Entre as plantas nativas da América do Sul enviadas por ele ao exterior, estavam duas novas espécies de begônias (*begonia semperflorens*) e petúnias brancas (*petunia axillaris*), que se tornaram populares na Europa. Em carta datada de janeiro de 1830, informa ao governo que, nas suas pesquisas pela província de Santa Catarina, havia encontrado pedreiras de "belíssimo mármore branco sacharino e coroado compacto".

Nessas expedições, ele viajou para regiões ainda inexploradas do país (vale do Rio Doce/MG e São Leopoldo/RS, entre outros), recolheu milhares de plantas, sementes, madeiras tropicais, insetos e minerais e os enviou para jardins botânicos no Brasil, Portugal, Inglaterra e Alemanha. Aproximadamente 12.000 plantas ou sementes, 5.000 aves, 110.000 insetos e 2.000 amostras geológicas (minerais e rochas) foram recolhidas para estudos e enviadas ao Museu de História Natural de Berlim. O que ele não pôde enviar registrou em seus desenhos, feitos, muitas vezes, estando ele sozinho em plena natureza – paisagens, objetos naturais, retratos de povos indígenas etc. As impressões de sua viagem ele anota em seus diários, recentemente abertos a pesquisa. Em uma de suas expedições etnográficas, Sellow acompanhou o diplomata Ignaz von Olfers (1793-1872), que mais tarde se tornaria o primeiro diretor geral do Museu Real Prussiano. Em outubro de 1831, com apenas 42 anos de idade, morre afogado nas águas do Rio Doce/MG, quando sua canoa acaba se chocando contra as rochas de um local do rio denominado de *Cachoeira Escura.*

Sellow foi um dos naturalistas mais importantes de seu tempo, mas ficou totalmente esquecido. Nunca publicou nada, nem poderia, pois estava em expedição quando veio a falecer, mas por outro lado forneceu uma das maiores coleções sobre o Brasil ao Museu de História Natural de Berlim. Seu talento versátil e sua rica contribuição para o conhecimento botânico da flora brasileira é impressionante. Desde 1954 é publicado em Itajaí/SC o *Sellowia,* um jornal de botânica. No Museu de História Natural de Berlim existe um legado histórico com mais de uma centena de caixas onde se encontram 71 diários de viagem, 26 relatórios de excursão e desenhos, mantidos desde o século XIX. Parte das coleções do espólio de Sellow são exibidas hoje no Museu de História Natural e no Museu Etnológico de Berlim, incluindo diversas montagens zoológicas, desenhos etnográficos e diários originais.

Recentemente, graças ao trabalho e tratamento dado ao acervo de Sellow pelo Museu de História Natural de Berlim, foi lançado o livro *Die Erkundung Brasiliens. Friedrich Sellows unvollendete Reise – A Descoberta do Brasil. A viagem inacabada de Friedrich Sellow*, de Hanns Zischler, Sabine Hackethal e Carsten Eckert (Hrsg.), Galiani, Berlim, 2013. O livro nos mostra Sellow viajando no contexto de outras expedições, traz numerosas cartas históricas, diários e relatórios de viagens que são completados com estudos, textos e imagens raras sobre a flora e fauna e imagens belíssimas do Brasil antigo. O livro é muito especial, pois nos mostra um país muito rico com uma dimensão histórica muito além da científica e natural.



Joaquim Lebreton



S. M. El Rei D. João VI. de Portugal, e toda a Familia Real, embarcando para o Brazil, no caes de Belem, em 27 de Novembro de 1807.

Estampa pertence ao 7 tom. da Historia do Brazil, a qual he composta originalmente em Portuguez.

Missão Artística Francesa
(1816-1926)

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, e a instalação da corte no Rio de Janeiro, começa um período de grandes mudanças na cidade. A abertura dos portos trouxera como consequência imediata um afluxo de mercadorias e de estrangeiros que logo perceberam os benefícios que obteriam da estada da corte no Rio e num país sedento de tudo que a recente industrialização da Europa podia fornecer. Ao mesmo tempo, cientistas que até então não tinham conseguido saciar sua curiosidade de arrolar e descrever sobre as maravilhas botânicas, zoológicas, mineralógicas e etnográficas brasileiras passaram a cortar o país em todos os sentidos em lombo de mulas e cavalos e em embarcações, escrevendo notas e livros de viagens, que formam nos dias de hoje uma grande e valiosa biblioteca brasiliana. No Rio de Janeiro em grandes transformações, as artes plásticas, a boa música e a literatura (em moda nas cortes iluministas) eram escassas e faziam falta à corte portuguesa.



Marquês de Marialva



Conde da Barca

Além das expedições científicas, o príncipe regente D. João (1767 - 1826) passou a incentivar também a música, as letras, as ciências e as artes plásticas, criando museus, bibliotecas, escolas e atraindo intelectuais e curiosos de todas as partes do mundo. Nesse contexto, os franceses começam a chegar em grande quantidade após a derrota de Napoleão Bonaparte, e na sua maioria eram antigos simpatizantes do imperador destronado. No Brasil encontraram apoio e proteção da família real portuguesa, que valorizava o trabalho produzido por eles.

O ministro da pasta dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e dos Negócios Estrangeiros e presidente do Real Erário, Antonio de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca (1754-1817), homem culto, amante das artes e ansioso por incentivar o progresso do Brasil, tinha interesse em contratar um grupo de artistas e artífices na Europa para fundar no Rio de Janeiro uma escola ou instituto teórico-prático de aprendizagem artística e técnico-profissional. Para tornar viável esse projeto, envidou esforços, no ano de 1815, junto a Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, Marquês de Marialva (1775-1823) e ministro plenipotenciário português na nova corte francesa, o qual, por sua vez, consultou sobre o assunto o correspondente estrangeiro do Institut de France e figura de grande destaque no âmbito da política europeia e das artes, o naturalista alemão Alexander Van Humboldt (1769-1850). Este indicou o escritor, professor de retórica e historiador francês Joaquim Lebreton (1760-1819) como possível articulador de um programa didático no Brasil.

Joaquim Lebreton tinha sido um dos organizadores do Museu do Louvre e fora exonerado do cargo de secretário perpétuo e membro da Quarta Classe de Belas-Artes e Literatura Antiga da Académie des Beaux-Arts de l'Institut de France por suas ligações com o antigo regime bonapartista, consequência evidente de sua posição contra a política de repatriação das obras de arte pilhadas durante as campanhas de Napoleão e organizadas por ele no Museu do Louvre. Lebreton, que já havia demonstrado intenção de organizar um projeto sobre o assunto, aceitou a empreitada e seria, desde então, o organizador e chefe da Missão Artística Francesa ao Brasil sob os auspícios do governo português.



Paisagem do Rio | Debret



Vista de uma mata virgem que está se reduzindo a carvão | Félix Émile Taunay



Largo da Carioca, 1816. Nicolas-Antoine Taunay

Os entendimentos para a vinda dos artistas ficaram a cargo do encarregado de negócios português em Paris, Francisco José Maria de Brito, o Chevalier de Brito, como era conhecido, que adiantou ao chefe da Missão a quantia necessária para custear passagens, adquirir e transportar maquinários necessários à empreitada, no sentido de evitar as delongas naturais em negociações de tal natureza e para que a viagem logo se realizasse.

A origem da Missão é motivo de controvérsias entre historiadores. Seria um plano estratégico do príncipe regente D. João e de sua corte ou uma espécie de exílio, um afastamento compulsório de artistas ligados à política napoleônica? Uma das versões afirma que a iniciativa de sua criação partiu do governo português; segundo uma outra versão, porém, teriam sido os próprios artistas franceses que, diante da situação política nada favorável aos seus interesses e sentindo-se desprestigiados em seu próprio país, ofereceram seus serviços à corte portuguesa. As duas versões, na verdade, não são excludentes, e o que parece ter realmente ocorrido foi uma combinação entre o interesse dos artistas franceses de deixarem seu país após o fim da era napoleônica e a intenção do governo português de contratar elementos com sólida formação acadêmica para promover o ensino sistemático de arte e ofícios no Brasil. Ainda que a ideia tenha partido de Lebreton, o governo de D. João VI teria participado, mesmo que indiretamente, da criação do projeto de ensino, uma vez que os franceses chegaram ao Brasil e foram logo contratados pelo governo para dar andamento ao projeto apresentado.

O professor e escritor Joachim Lebreton, ao reunir sua equipe, congrega um núcleo de artistas de sólida formação acadêmica, identificados com os princípios estéticos neoclássicos. Uma missão completa, subdividida em duas partes: **a) Um quadro superior e artístico**, composto por Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830), pintor do Institut de France, especialista em paisagens e cenas históricas, considerado um dos dez grandes das artes francesas, que era o subchefe da Missão e veio ao Brasil com toda a família, que se compunha de sua mulher, Joséphine Rondel, e os cinco filhos – Auguste-Marie Charles (1791-1867), Thomas Marie Hippolyte Taunay (1793-1864), Félix-Émile Taunay (1795-1881), Theodore Marie Taunay (1797-1880) e Aimé-Adrien Taunay (1803-1828); o escultor Auguste-Marie Taunay (1768-1824), irmão de Nicolas Antoine Taunay; o pintor de temas históricos e decoração Jean-Baptiste Debret (1768-1848); o renomado arquiteto Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny (1766-1850); o suíço gravador de medalhas Charles-Simon Pradier (c.a1783-1848); o compositor, organista e mestre de capela Segismund Neukomm; e o engenheiro e professor de mecânica François Ovide; **b) Um quadro complementar, ou de artes mecânicas/artesãos**, que comporia a parte dos ofícios da futura instituição, composto por Jean-Baptiste Level, mestre ferreiro e perito em construção naval; o mestre serralheiro Nicolas Magliori Enout; os peleteiros (surradores e curtidores de peles) Pilité e Fabre; os carpinteiros e fabricantes de carretas e rodas Louis Joseph Roy e seu filho Hypolyte Roy. Completavam o grupo mais três assistentes auxiliares: os arquitetos Charles-Henri Levasseure e Louis-Symphorien Meunié, especialistas em cortes de pedra e materiais de construção, auxiliares de Grandjean de Montigny, e François Bonrepos (escultor), ajudante e auxiliar do escultor Auguste-Marie Taunay. Como secretário da Missão, foi contratado Pierre Dillon. Nessa lista, percebemos que havia um especialista para cada setor de ensino, acompanhado de ajudantes, também especializados. Aproximadamente 46 pessoas se deslocam para o Brasil. Muitos deles trouxeram suas famílias, criados e outros auxiliares.



O porto de Santa Catarina | Debret



VUE DE LA PLACE DU PALAIS, À RIO DE JANEIRO.

VUE GÉNÉRALE DE LA VILLE DU CÔTÉ DE LA MER.



Escola Nacional de Belas Artes

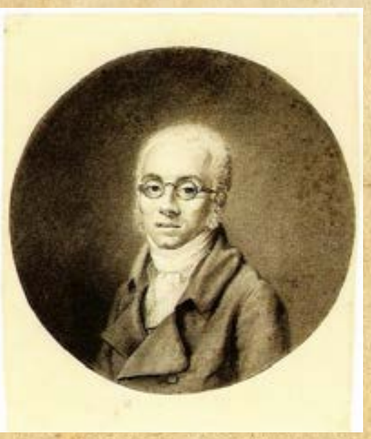
Logo após a assinatura do tratado de paz entre França e Portugal, o grupo empreendeu viagem e desembarcou no Rio de Janeiro, vindo do porto do Havre, em França, pelo brigue *Calpe* no dia 26 de março de 1816, em meio à tristeza pelo falecimento da rainha D. Maria I, no dia 20 do mesmo mês. Com a expedição do decreto de D. João VI no dia 12 de agosto de 1816, foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, e os artistas são contratados com estabelecimento de pensões, pagas pelo governo por um período de seis anos, para que seja introduzido o ensino formal de artes e ofícios no Brasil, aproveitando o serviço de "alguns estrangeiros beneméritos", como declara o príncipe regente em seu decreto, que "têm buscado a sua real e graciosa proteção".

Em 30 de maio chegava o músico, compositor e organista Segismundo Neukomm (1778-1858). Em 1817 incorporam-se à Colônia Francesa (como a Missão era designada anteriormente) os dois irmãos Marc Ferrez (1788-1850) e Zepherin Ferrez (1797-1851); o primeiro, escultor, e o segundo, escultor e gravador de medalhas.

A contratação da Missão Artística Francesa integra os esforços no sentido de dotar o Rio de Janeiro de uma vida cultural compatível com a função assumida pela cidade, a de capital do império lusitano. Com efeito, foi a intenção de constituir uma sociedade culta ao redor da corte portuguesa, transplantada para os trópicos, que motivou a criação, no Rio, de diversas instituições que deixariam marcas na história da cidade, como a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, a Academia Real Militar, o Jardim Botânico, o Museu Real (atual Museu Nacional) e a Imprensa Régia, bem como a transferência para o Rio de uma parte considerável do acervo da Biblioteca Real portuguesa, ponto de partida para a formação da Biblioteca Nacional. Nesse contexto, os artistas franceses que aqui chegaram em 1816 tinham a incumbência de dar vida à Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Como o seu próprio nome indica, a instituição foi concebida originalmente para promover tanto o ensino de belas artes quanto o de ofícios mecânicos. Seus trabalhos só seriam efetivamente iniciados, porém, uma década depois, mais precisamente em novembro de 1826, já então rebatizada como Academia Imperial de Belas Artes.

Ao chegarem ao Rio de Janeiro, porém, os artistas franceses passam a enfrentar enormes dificuldades para colocar em prática seus objetivos. Em que pese o apoio inicial obtido de alguns membros do governo como o Conde da Barca, grande incentivador do projeto, os integrantes da Missão tiveram que enfrentar questões burocráticas, entraves políticos, desconfiança e hostilidade de muitos artistas brasileiros e portugueses, que se viram preteridos com a chegada da Missão Francesa, no que foram apoiados por uma parte da burocracia lusitana aqui instalada. O próprio coronel francês Jean-Baptiste Maler, cônsul geral da França no Brasil desde abril de 1815, manifestava uma nítida má vontade com aquele grupo de artistas que, pouco tempo antes, estivera comprometido com o regime implantado por Napoleão em sua pátria. A situação torna-se muito difícil com a morte do Conde da Barca, em julho de 1817, e seu lugar é ocupado pelo Visconde de São Lourenço, partidário do retorno de D. João VI a Portugal. Em seguida, o falecimento do amargurado e desgostoso Lebreton, em julho de 1819, enfraquece ainda mais a posição dos artistas franceses. As magníficas telas do Louvre que vieram com ele na viagem para o Brasil vão formar um dos núcleos da atual coleção do Museu Nacional de Belas Artes. O escolhido para substituir Lebreton na direção da Academia foi o pintor português Henrique José da Silva (1772-1834), assumidamente hostil aos artistas franceses.

Diante das dificuldades encontradas, não demorou para que a Missão começasse a sofrer suas primeiras baixas. Já em 1818, Charles-Simon Pradier viajou à França para executar gravuras de Debret, que não tinham como ser impressas adequadamente no Rio de Janeiro, e não regressou mais ao Brasil. O sexagenário Nicolas-Antoine Taunay, insatisfeito com os entraves burocráticos criados por Henrique José da Silva ao planejamento didático elaborado pelos franceses, também resolveu retornar ao seu país, em 1821, onde ele espera recuperar o prestígio perdido em 1815, sendo acompanhado da mulher Joséphine Rondele e do filho Thomas Marie Hippolyte Taunay, deixando no Rio de Janeiro os outros quatro filhos.



Nicolas-Antoine Taunay | c. 1830



Estudo para Desembarque de Dona Leopoldina no Brasil | Debret



Cerimônia de coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil | Debret

Enquanto esperavam pela instalação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, alguns membros da Missão recebem encomendas oficiais. Em 1817, por exemplo, Jean-Baptiste Debret tomou parte nos preparativos das comemorações pela chegada da futura imperatriz, Dona Leopoldina, ao Brasil. Em fevereiro do ano seguinte, Debret, Grandjean de Montigny e Nicolas-Antoine Taunay participam da confecção dos elementos cenográficos de inspiração neoclássica utilizados nos festejos pela coroação de D. João VI, ocorridos no Largo do Paço (atual Praça XV), no centro da cidade. Em 1821 Debret e Grandjean de Montigny tomaram a iniciativa de alugar uma casa no centro da cidade, onde começaram a lecionar pintura e arquitetura, respectivamente. Posteriormente, Debret se tornaria uma espécie de pintor oficial do governo brasileiro, tomando parte nas comemorações pela coroação de D. Pedro I, realizando projetos para a bandeira e brasões do Império, produzindo telas para o governo e a família real e, durante anos, exercendo a função de cenógrafo do Real Teatro São João.

Contudo, foi preciso esperar até cinco de novembro de 1826 para que a Academia Imperial de Belas Artes – um nome claramente distinto do projeto da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios inicialmente previsto – fosse realmente instalada e inaugurada em seu próprio prédio (concebido por Grandjean de Montigny), com a presença do imperador D. Pedro I.

Muitos dos integrantes da Missão Francesa terminaram por criar família no Brasil e deixaram descendentes e discípulos de seus trabalhos. É o caso, claro, da família de Nicolas-Antoine Taunay. Alguns de seus filhos e seu irmão, o escultor Auguste-Marie Taunay, permaneceram no Rio de Janeiro. O pintor Félix-Émile Taunay será o substituto do pai na cátedra de pintura de paisagem da Academia e preceptor do futuro D. Pedro II, antes de ser nomeado diretor da Academia brasileira de 1834 a 1851. Ele terá como filho Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (1843-1899), engenheiro militar que vai participar da guerra contra o Paraguai e se tornar ilustre escritor; e como neto Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958), historiador e biógrafo de seu bisavô e historiador da Missão Francesa. Marc Ferrez (1843-1923), o filho de Zepherin Ferrez, vai se destacar como fotógrafo, arte pela qual o imperador demonstrará um grande interesse. Finalmente, o grande aluno de Debret, Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo (1806-1879), assume a direção da Academia no período de 1854 a 1857, depois da aposentadoria de Félix-Émile Taunay, dando continuidade ao planejamento traçado por seus mestres e fazendo uma ampla e decisiva contribuição à vida cultural brasileira desse período.

O legado da Missão Artística Francesa é motivo de muitas controvérsias entre historiadores e estudiosos do tema. Por um lado, não resta dúvida de que ela cumpriu papel decisivo na atualização da arte e da arquitetura brasileiras, que até as primeiras décadas do século XIX só haviam sido tocadas muito timidamente pelos princípios estéticos do neoclassicismo, difundidos na Europa desde meados do século anterior. Por outro lado, seus artistas disseminaram no Brasil a influência neoclássica, a nova estética da época, em contrapartida à decadência do barroco e do rococó, e se transformaram em desbravadores e cronistas da época ao retratar o nascimento de vilas e cidades, caminhos, paisagens, a vida cultural e social do século XIX.

Artistas que, ansiosos e curiosos, entraram também pelo interior do Brasil para pesquisa de campo, desbravaram e desenharam um país ainda desconhecido. Participaram de uma missão civilizatória e, como todas as demais, incompreendida pelos nativos, mas que deixou marcas permanentes na arquitetura e nas artes plásticas brasileiras, além de levar a beleza tropical ao estrangeiro, em pranchas, telas e aquarelas. Tinham por objetivo "mapear" a cultura e a natureza brasileira e, com isso, ajudaram a criar uma identidade para o país perante o mundo.

Historicamente, além da importância da Missão Artística Francesa como fundadora do ensino formal de artes no Brasil, pode-se dizer que durante o tempo em que esses artistas permaneceram no país, dentro ou não da Academia, ajudaram a fixar a imagem do artista como homem livre numa sociedade de cunho burguês e da arte como ação cultural leiga no lugar da figura do artista-artesão, submetido à Igreja e seus temas – posição predominante nos séculos anteriores. O principal fruto deixado pela Missão, a Academia Imperial de Belas Artes, permitiu a formação, entre os brasileiros, de um grande número de pintores, escultores, gravadores e arquitetos com sólida base acadêmica e possibilitou a profissionalização em grande escala de inúmeras gerações de artistas brasileiros do século XIX.

Na listagem de grandes artistas formados pela Academia nas décadas seguintes destacam-se Victor Meirelles (1832-1903), Almeida Júnior (1850-1899), Rodolfo Amoedo (1857-1941), Henrique Bernardelli (1858-1936), Pedro Américo (1843-1905), Eliseu Visconti (1866-1944), Arthur Timótheo da Costa (1882-1922), Belmiro de Almeida (1858-1935) e tantos outros que conseguiram, graças à sólida formação recebida na escola, retratar o Brasil em grande estilo, chegando a criar obras que se tornaram ícones nacionais. A intensa atividade exercida na Academia atraiu a presença de um bom número de estrangeiros, como Johann Georg Grimm (1846-1887), Giovanni Battista Felice Castagneto (1851-1900), François-René Moreaux (1807-1860) e Edoardo de Martino (1838-1912), que deram sua contribuição à cultura brasileira.



Sapataria | Debret



Carga de cavalaria Guaicuru | Debret

Jean-Baptiste Debret

Jean-Baptiste Debret (1768-1848) nascido em Paris, França, era pintor, desenhista, gravador, decorador, cenógrafo e professor. Filho de Jacques Debret, escrivão do Parlamento de Paris, sobrinho-neto do pintor e gravador rococó François Boucher (1703-1770) e irmão do arquiteto e membro do Institut de France, François Debret (1777-1850), autor do projeto para as fundações do Palais de l'Ecole des Beaux-Arts.

Debret frequentou a Academia de Belas Artes em Paris entre 1785 e 1789 e foi aluno de Jacques-Louis David (1748-1825), líder do neoclassicismo francês, seu primo e seu primeiro mestre. O estilo de David, marcado pela preocupação de formar um caráter nacional, estará presente nas telas de Debret. Por determinação governamental, estuda fortificações na École de Ponts et Chaussée (Escola de Pontes e Rodovias, futura escola politécnica), onde se forma como engenheiro e se torna, em 1792, professor de desenho. Em 1798 é premiado no Salão de Paris com obras sobre as campanhas de Napoleão, de quem era admirador. Colabora com os conceituados arquitetos Charles Percier (1764-1838) e Pierre François Léonard Fontaine (1762-1853) na ornamentação de edifícios públicos e residências particulares de Paris. Por volta de 1806 faz parte do séquito de pintores na corte de Napoleão Bonaparte (1769-1821). Desgostoso com a queda do imperador, em 1814, e a perda de seu único filho por volta de 1815, aceita com alívio e alegria o convite de Lebreton para deixar Paris e cruzar o Oceano Atlântico, integrando a Missão Artística Francesa com destino ao Brasil.

Debret chegou ao Rio de Janeiro junto com a Missão Francesa, em março de 1816, mas encontrou um ambiente totalmente desfavorável ao planejamento didático elaborado para implantação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Embora tendo sido nomeado pintor da Casa Imperial, a muralha de ignorância, os entraves burocráticos e a inveja erguida por artistas e políticos locais das pretensões dos integrantes da Missão quase inviabilizam o trabalho a ser realizado. Decidido a não regressar para a França, aluga uma casa no bairro do Catumbi, monta seu ateliê e passa a viver, a partir de 1817, de aulas particulares, quando tem como alunos, entre outros, Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo (1806-1879) – pintor, escritor, historiador de arte, jornalista, político, arquiteto, diretor da Academia Imperial de Belas Artes e patrono da Academia Brasileira de Letras; August Müller (1815-ca.1883), pintor alemão radicado no Brasil e professor da Academia; e Simplício Rodrigues de Sá (1785-1839), mestre de desenho de D. Pedro II e de suas irmãs, autor do último retrato de D. Pedro I, de 1830, e professor da Academia.

Trabalha como cenógrafo do Real Teatro São João (hoje João Caetano), registra em telas acontecimentos ilustres e cenas oficiais. O percurso realizado pela imperatriz Leopoldina quando desembarcou no Brasil, no dia 6 de novembro de 1817, estava enfeitado com arcos construídos pelo arquiteto Grandjean de Montigny e decorados por Debret. O mesmo acontece depois, em 1818, para a aclamação do rei D. João VI. Com o processo de Independência do Brasil, seu trabalho retrata o cotidiano dos primeiros anos do governo do imperador D. Pedro I (1798-1834) e também a sua coroação. De 1823 a 1831, trabalhou infatigavelmente como professor de pintura histórica e de paisagem na Academia Imperial de Belas Artes.

Em 1827 toma mais uma grande decisão de sua vida e parte rumo à província do Rio Grande do Sul, acompanhado de um grupo de tropeiros. Ao retornar ao Rio de Janeiro, depois de passar por Rio Grande do Sul, Florianópolis, Curitiba, Sorocaba e São Paulo, traz material suficiente para sua obra definitiva. Em 1829 organiza a Exposição da Classe de Pintura Histórica da Imperial Academia de Belas Artes, primeira mostra pública de arte no Brasil, dando origem às exposições gerais, com entrega de prêmios oficiais.

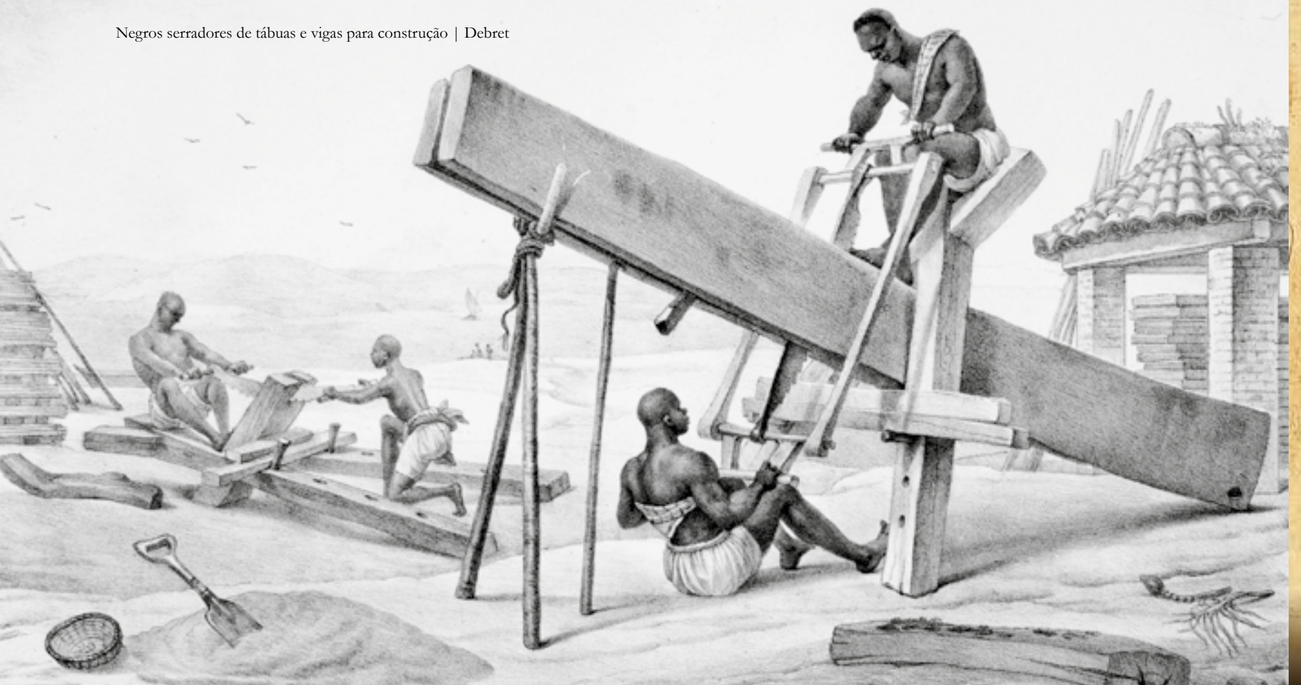
Era um artista atento e deslumbrado com tudo que encontrou no Brasil e tudo registrou de forma brilhante. Percorria calçadas, cascatas, matas, morros, cais e caminhos que partiam da capital para outros destinos. Entrava em fazendas e cortiços e ao mesmo tempo frequentava palácios e paços. Após viver cerca de quinze anos no Brasil, explorando e desbravando novos caminhos para registrar suas impressões em telas e gravuras, Debret retornaria à França em 1831, levando consigo seu aluno predileto, Manuel de Araújo Porto-Alegre, que mais tarde, de volta ao Brasil, realizaria trabalho de vulto como diretor da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro.

Durante os anos de 1834, 1835 e 1839, edita e publica em Paris, pela editora Firmin Didot Frères, 26 fascículos, que formam o livro clássico de nossa iconografia *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* ou *Séjour d'um Artiste Français au Brésil* (*Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil ou Estada de um Artista Francês no Brasil*), formando uma obra monumental em três volumes que reúnem textos valiosos pela quantidade de informações sobre o Brasil e por sua sofisticação literária. Mas o ponto alto são as maravilhosas estampas litografadas, feitas a partir dos desenhos aquarelados do autor. Ao todo são mais de 140 pranchas coloridas (153 gravuras), um mapa e duas plantas da cidade do Rio de Janeiro. Os desenhos são de Debret e as litogravuras, de C. Motte e Thierry Frères. Os três mapas foram realizados por Charles Walter. Foram reproduzidas, além das gravuras, as três páginas de rosto com autógrafo do autor, o retrato de Debret e o fac-símile da carta de despedida de D. Pedro I.



Cena do cotidiano brasileiro | Debret

Negros serradores de tábuas e vigas para construção | Debret



Dedicado à Academia de Belas Artes do Institut France, a viagem pitoresca evidencia o gênio artístico do pintor e desenhista, cuja característica marcante é o fato de revelar em imagens a história da vida urbana e rural brasileira do início do século XIX, da vida na corte do Rio de Janeiro e também de São Paulo e de províncias do sul, as quais visitou a partir de 1827. O primeiro volume é todo dedicado à descrição de informações variadas sobre grupos indígenas, sobretudo das províncias do sul do país, e à natureza (diversas formações vegetais). O segundo volume registra as situações do cotidiano da escravidão e dos artesãos no Rio de Janeiro, descrições sobre os hábitos das famílias ricas, além de figuras e estabelecimentos dedicados ao comércio na cidade, ora acentuando o lado mais expansivo das relações sociais, ora expondo serviços extenuantes, como os de carregadores e trabalhadores das moendas. Mostra o trabalho dos escravos de ganho que percorrem as ruas da cidade prestando vários tipos de serviços, práticas agrícolas, acontecimentos políticos e cenas históricas; No terceiro volume permanecem os temas tratados no volume anterior acrescidos de alguns usos e costumes religiosos católicos e informações sobre instituições oficiais da corte e sobre a família real e outros aspectos das manifestações culturais, como as festas e as tradições populares.

Debret e o governo têm consciência da importância da circulação das gravuras para a divulgação da imagem do Estado. Por esse motivo sua pintura é, em parte, descrição atenta do cerimonial da corte, em formato apropriado para fácil compreensão, como ocorre, por exemplo, com os quadros *D. João VI em trajes de sua aclamação* (1817), *Desembarque da Imperatriz Leopoldina* (ca.1818) – onde ele enquadra a chegada da imperatriz com uma arcada arquitetônica e cercada por uma multidão de pessoas, entre aristocracia e militares. No quadro *Coroação de Dom Pedro I,* datado de 1828, o artista confere à obra um caráter cívico e preocupa-se com a necessidade de criação de um imaginário político.

Na maior parte do conjunto de sua obra há um texto descritivo que quase sempre parte da explicação de uma prancha para comentar de forma mais geral sobre as cenas ou personagens representados nas gravuras. A linguagem é simples e direta. O autor faz, muitas vezes, comparações dos usos e costumes observados aqui com os da Europa, sobretudo de Portugal e França. A preocupação documental do artista é evidente nas páginas da publicação e em outros trabalhos produzidos por ele.

Com um colorido harmonioso, sua obra tem um enfoque historiográfico e procura traçar um painel social do que encontrou e observou no Brasil. As imagens são consideradas verdadeiras fotografias, do mais alto valor documental nos dias de hoje. São gravuras coloridas a mão, com dedicatória e autógrafo do autor. Trata-se de um dos poucos registros dos usos e costumes do Brasil nos primeiros anos do século XIX. Com sua bagagem neoclássica, Debret eternizou as cenas de uma sociedade barroca e injusta – os avanços e as mazelas, os horrores e as maravilhas, a rudeza e os encantos do país com o rigor de um historiador e a *finesse* de um artista inspirado. Desenhista atento às questões sociais, o artista conferiu também dignidade aos índios que retratou. Afasta-se do neoclassicismo ao esforçar-se para realizar uma arte que incorporasse certos traços da vida social brasileira. Identifica-se com seu papel de ilustrador e documentarista dos acontecimentos contemporâneos. Deixa-se encantar pelas paisagens exuberantes e inéditas e pelos costumes. Nas horas em que não lecionava, registrou-os em uma sucessão de desenhos e aquarelas que os retratam. Original e elegantemente, esboçou um retrato fiel da sociedade brasileira das décadas iniciais do século XIX. Tais imagens são uma inestimável documentação visual e fonte básica para o estudo da cultura e paisagem brasileiras de então.

Ele foi, sem dúvida, o integrante da Missão Francesa que mais deixou marcas no país; não tanto, certamente, pelos trabalhos que lhe foram encomendados pelo governo e pela família real, mas por seu envolvimento com o ensino da pintura e, principalmente, pelas aquarelas em que retratou a paisagem natural, a vida social e as tradições da corte portuguesa e dos primeiros anos do império no Brasil. Com uma pintura vibrante e nunca monótona, acabou sendo um cronista fiel ao tempo em que passou em território brasileiro. Sem as cerca de duzentas gravuras que realizou, é difícil supor que imagem faríamos do país durante um período tão efervescente da vida nacional.

Em 1940, em São Paulo, é publicada a primeira edição brasileira do livro *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (*Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*), pela Livraria Martins. Em 1954, em Paris, Raimundo Otonni de Castro Maya edita 100 aquarelas e desenhos de Debret: *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil,* e, em 1978, também em Paris, é fundada a Galeria Debret no Centro Cultural do Brasil em Paris. Muitas outras publicações e exposições foram realizadas tratando da Missão Francesa e das obras produzidas pelos seus integrantes. O pintor vem a falecer no dia 28 de junho de 1848, aos oitenta anos de idade, em sua terra natal.



Escravas negras de diferentes nações | Debret



Retrato da marquesa de Belas | 1816 | Nicolas-Antoine Taunay



Entrada da Baía e da Cidade do Rio de Janeiro, a partir do Terraço do Convento de Santo Antônio
1816 | Nicolas-Antoine Taunay

Nicolas-Antoine Taunay

Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830) nasceu em Paris, França, no dia 10 de fevereiro de 1755. Pintor, ilustrador e professor, era filho do artista decorador Pierre Antoine Henri Taunay (1728-1787) e irmão do escultor Auguste-Marie Taunay (1768-1824). Membro de uma família nobre e de grandes artistas, foi preparado desde jovem para seguir a mesma carreira do pai, e a ela se dedicou como pintor de paisagem, retratos e cenas históricas. Iniciou seus estudos em ateliês dos melhores artistas parisienses, inclusive o de Nicolas Guy Brenet (1728-1802), muito conhecido na época por suas composições históricas. Também foi discípulo de Francesco Giuseppe Casanova (1728-1802), pintor de cenas de batalhas e paisagens. Dedica-se ao estudo direto da natureza, pintando os arredores de Paris ou empreendendo viagens de estudo da natureza a países vizinhos.

Em 1777 inicia carreira de artista, participando de exposições não oficiais, como as denominadas *Jeunesse,* ou o *Salon de la Correspondance*. Em 1784 é aceito como agregado (contratado) na Academia Real de Pintura e Escultura (antecessora da École des Beaux-Arts de Paris). Esse título possibilita sua participação nos eventos oficiais, bem como sua indicação como pensionista por três anos do Palácio Mancini, em Roma, sede da Academia francesa na Itália. Na capital italiana tem contato com o pintor Jacques-Louis David (1784-1825). Em 1787 retorna à França e expõe nos salões parisienses. No ano de 1793, com o ambiente atribulado, a extinção das instituições monárquicas e com o desdobramento da Revolução Francesa, retira-se de Paris e refugia-se com seus filhos e a esposa na vila de Montmorency, França, na casa que pertenceu ao filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau (1712-1778), a quem conheceu pessoalmente e admirou por toda a vida. Volta a Paris em 1796 para integrar como sócio fundador o recém-criado Institut de France, que depois assume como vice-presidente em 1813 e presidente em 1814.

Em 1798, a pintura *Exterior de um Hospital Militar* (1798), sobre a campanha vitoriosa de Napoleão Bonaparte na Itália, é adquirida pelo governo para o Museu do Louvre. Reintegrado ao novo regime, Nicolas Taunay torna-se um dos pintores favoritos do futuro imperador. Durante o império napoleônico executa decorações para a residência real e principalmente quadros históricos e de guerra com os feitos de Napoleão I e seu exército, sendo convidado em 1805 para retratar a campanha na Alemanha. A obra *Entrée à Munich de Napoléon 1er à latête de l'armée française* (*Entrada de Napoleão I em Munique, à frente do exército francês*), de 1806, em grande formato, faz a exaltação do corso. Contudo, os reveses históricos, com a queda do imperador francês e o fim do império napoleônico, em 1814, colocam Taunay novamente em perigo.

Por não se sentirem seguros na França com a volta da monarquia ao poder, participa das tratativas de Lebreton com o governo português para que sejam contratados e aceitos na equipe que se deslocará para o Brasil com o objetivo de fundar no Rio de Janeiro uma escola ou instituto teórico-prático de aprendizagem artística e técnico-profissional. Nesse período escreve ao príncipe regente D. João, no Brasil, pedindo proteção e apresentando-se como artista e a quem se descreveu como um velho pintor (60 anos e cabelos brancos), julgando não existir perigo em um possível emprego – como preceptor das princesas – e também por sua antiga filiação política.

Chega ao Rio de Janeiro em 1816 e torna-se pintor pensionista do rei D. João VI. Integra o grupo de pintores fundadores da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, depois Academia Imperial de Belas Artes em 1826. No ano seguinte adquire do Conde de Gestas, cônsul-geral da França no Brasil, uma pequena chácara na Floresta da Tijuca, erguendo bela residência próxima à Cascatinha, que hoje leva seu nome. O local, imortalizado em pinturas, desenhos, fotografias e cantado em prosa e verso, despertou interesse nos viajantes em particular e nos artistas em geral, entre eles, Jacques Etienne Victor Arago (1790-1854), Edmond Bigot de La Touanne (1796-1863), Marc Ferrez (1843-1923), José Martiniano de Alencar (1829-1877) e Johann Moritz Rugendas (1802-1858) – descrito por este como "agradável residência onde moram dois de seus filhos (de Taunay) numa solidão e sossego dignos de inveja, gozando da abundância de maravilhas de que a natureza foi pródiga aí". Era o local onde recebia membros da corte e outros cidadãos franceses, que também passaram a adquirir terras vizinhas, a partir de 1818, promovendo a cultura do café. Ali, na Floresta da Tijuca, a imperatriz Leopoldina fazia suas pesquisas de botânica.

É nomeado professor da cadeira de pintura de paisagem da Academia em 1820. Enquanto aguardava a construção da escola, atuou como pintor oficial da corte realizando retratos dos herdeiros do trono. Entre todas as telas pintadas por ele no Brasil, destaca-se, pelo tamanho, a tela representando *D. João e D. Carlota Joaquina passeando na Quinta da Boa Vista perto do Palácio de São Cristovão.* A paisagem carioca encanta o artista, que realiza uma sequência de vistas do Rio de Janeiro e uma expressiva série de retratos de sua família. Mesmo tendo uma produção relativamente pequena, devido a sua curta permanência no Rio de Janeiro (1816 a 1821), produziu uma sequência de vistas de grande importância iconográfica e de sofisticada elegância formal. As cenas urbanas produzidas por ele, além de sua beleza intrínseca, são memoráveis pela fidelidade com que representam alguns dos lugares mais peculiares da cidade, capital do império português na América.

Em 1821, após seguidos desentendimentos e controvérsias com os intelectuais brasileiros e portugueses locais, e descontente com a nomeação de Henrique José da Silva para ocupar a direção da Escola no lugar de Lebreton, que havia falecido em 1819, Nicolas-Antoine Taunay resolveu retornar à França, sendo acompanhado da mulher, Joséphine Rondele, e do filho Thomas Marie Hippolyte Taunay, deixando no Rio de Janeiro os outros quatro filhos. O mais velho, Auguste-Marie Charles, serviu como oficial do Exército e participou das campanhas de independência na Bahia, Piauí e Maranhão, exercendo também o ofício de escritor, tradutor e jornalista, deixando escrito, entre outros, o *Manual do Agricultor Brasileiro*. Theodore Marie Taunay, latinista, tradutor, poeta e abolicionista, foi cônsul da França e fundador da Sociedade Auxiliar da Indústria Nacional. Félix-Émile Taunay, pintor, professor, poeta, tradutor e escritor, foi sucessor do pai na cadeira de pintura de paisagem da Academia Imperial de Belas Artes, da qual seria mais tarde diretor e responsável pelo início da consolidação do ensino artístico no Brasil, segundo as normas e planejamento idealizados pelos artistas da Missão Francesa. Aimé-Adrien Taunay, que, após ter participado como desenhista da expedição científica comandada por Louis Claude de Saulces de Freycinet (1779-1842), acaba por morrer afogado, em 1828, nas tormentosas águas do rio Guaporé, em Mato Grosso, durante a expedição do Barão Georg Henrich von Langsdorff (1774-1852), deixando importantes registros visuais do interior do Brasil. O único filho que seguiu com o pai para a França, Thomas Marie Hippolyte Taunay, foi tradutor, desenhista, escritor e bibliotecário. Da sua estada no Brasil, resultou um livro, escrito em coautoria com Ferdinand Denis, com o título *Le Brésil ou Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume (1822),* que se transformou em importante registro para a compreensão da história do Brasil daquela época, além de fornecer uma versão familiar da história do pai, Nicolas-Antoine Taunay.

O pintor, que chegou ao Brasil com cerca de 60 anos, jamais se adaptou completamente ao contexto local, mas realizou bela documentação da paisagem em suas telas, deixando um legado artístico que cresce em importância com o caminhar do tempo. Embora seu principal interesse era a pintura de paisagem histórica, Nicolas-Antoine Taunay também era especializado em retratos e cenas de batalha. Seu estilo reflete influências francesas, holandesas e clássicas. Em 1826 torna-se membro do Instituto de Belas Artes em Paris. Faleceu na capital francesa no dia 20 de março de 1830. Depois de sua morte, foi quase esquecido, mas o seu trabalho passou por uma revitalização em popularidade no decênio de 1870, organizada pelos dois irmãos escritores Edmond de Goncourt (1822-1896) e Jules de Goncourt (1830-1870).

No Museu Nacional de Belas Artes encontra-se uma coleção Taunay composta de quadros e desenhos, sendo a maior coleção de um só estrangeiro na instituição (www.mnva.gov.br), na sua maioria adquiridos de herdeiros do artista ou de particulares, existindo também algumas doações. Seus trabalhos integraram, na II Bienal de São Paulo, em 1953, com a mostra *A Paisagem Brasileira até 1900*, a sala especial organizada por Rodrigo M. F. de Andrade. Em 1982, tela de sua autoria integrou a exposição *150 Anos de Pintura de Marinha na História da Arte Brasileira*, no Museu Nacional de Belas Artes. Em 1992, uma paisagem sua pertencente ao acervo do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro (óleo s/tela, entre 1816 e 1821) figurou na mostra *Natureza: Quatro Séculos de Arte no Brasil*, no Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro. A exposição *Nicolas-Antoine Taunay no Brasil: uma leitura dos trópicos*, realizada pelo Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro reuniu as produções europeia e brasileira do artista. Pela primeira vez, o público conheceu as obras de sua primeira formação, ainda em Paris (1755-1784), de sua passagem por Roma (1784-1787), além das obras criadas em sua estada de cinco anos no Rio de Janeiro (1816- 1821) e as que nascem após seu retorno a Paris, em 1821. Inúmeras publicações e exposições são realizadas ao longo do tempo em homenagem ao artista.





Auguste-Marie Taunay

Auguste-Marie Taunay (1768-1824), irmão de Nicolas-Antoine Taunay, nascido em Paris, França, em 1768, foi escultor e professor. Realizou seus estudos artísticos na Escola de Belas Artes de Paris com o escultor Jean Guillaume Moitte (1746-1810) entre os anos de 1769 e 1785. Em 1792 conquistou o prestigioso Prêmio de Roma, bolsa de estudos pela qual o governo francês financiava a estada por três anos na capital italiana de artistas que se destacavam em suas áreas, mas não viaja para a capital italiana por causa da conturbada situação política então vivida depois da Revolução Francesa. Em 1799 realiza, em Paris, reproduções de estátuas da antiguidade. Em 1802 ingressa na Manufatura Nacional de Sèvres, França, como escultor extranumerário e tem alguns de seus trabalhos reproduzidos em porcelana. Ali permaneceu até 1807, quando foi contratado para decorar a escadaria do Palácio do Louvre e do Arco do Triunfo do Carroussel, produzindo para este último a escultura *Couraceiro* e o alto-relevo *Famas*, que no ano seguinte (1808) foram exibidos no Salão de Paris, onde participa de várias edições entre os anos de 1808 e 1814. Nesse período produziu também a famosa estátua do imperador Napoleão Bonaparte, com os braços cruzados sobre o peito, a estátua do general francês Antoine Charles Louis de La Salle (1775-1809) e o busto, em mármore, do major de cavalaria Jean-Baptiste Muiron (1774-1796), que se encontra no Museu de Versalhes.

Em 1816 integra a Missão Artística Francesa e segue rumo ao Brasil com seu irmão Nicolas-Antoine Taunay, do qual era muito ligado desde a morte do pai, quando ainda era muito jovem. Chega em março e já em agosto de 1816 é admitido como pensionário da cadeira de escultura da recém-criada Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que, no entanto, só seria de fato instalada após a sua morte, já com o nome de Academia Imperial de Belas Artes. Em 1817 trabalhou junto com Debret e Grandjean de Montigny para realização da ornamentação de logradouros públicos para os festejos pela chegada da princesa austríaca D. Leopoldina, futura imperatriz do Brasil, que havia se casado, por procuração, em Viena, com o príncipe D. Pedro. No ano seguinte colaborou novamente com Debret e Grandjean de Montigny para realizar a ornamentação do largo do Paço para as festas comemorativas da aclamação do rei D. João VI (1767-1826), no Rio de Janeiro, quando executa a figura de *Minerva Protegendo com a Égide o Busto do Monarca*. Por volta de 1820, com a demora da abertura da Escola de Belas Artes, abre cursos livres de escultura no Rio de Janeiro, estratégia também seguida por outros membros da Missão Francesa.

Em 1821, apesar do retorno de seu irmão à França, optou por permanecer no Brasil junto com os seus quatro sobrinhos. Entre as obras que produziu no Brasil, marcadas pelo rigor formal e o linearismo típicos do neoclassicismo, estão também os bustos do rei João VI (em terracota) e do escritor Luís de Camões (em gesso, sem data), que hoje se encontra no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, e o *Desenho Alegórico da Revolução Constitucionalista de 1821 na Bahia*, que integra o acervo do Museu Imperial de Petrópolis. Nomeado primeiro professor de estatuária da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro, não chegou a exercer o cargo, em virtude de sua morte em 24 de abril de 1824. Indicações sobre sua obra são encontradas no livro *A Missão Artística de 1816*, publicada em 1912 por Afonso de Escragnolle Taunay e também na obra *A Missão Artística Francesa de 1816*, de Gean Maria Bittencourt, publicada em 1967.

Charles-Simon Pradier



Charles-Simon Pradier (c.a 1786-1848) nasceu em Genebra, Suíça. Foi um artista reconhecido mundialmente como um dos principais e ilustres gravadores de seu tempo. Era irmão do escultor Jean-Jacques Pradier (1790-1852). Integrou a Missão Artística Francesa, que chegou ao Rio de Janeiro em 1816. Fez uma das melhores gravações de retratos oficiais de D. João VI, do Conde da Barca e do Marquês de Marialva e também de outros membros da corte portuguesa, inclusive a gravação do *Desembarque de Dona Leopoldina*. Em 1818 partiu para Paris, de onde não mais regressaria, para executar gravuras de Debret, com o pretexto de que no Brasil não existia papel adequado para a impressão das obras que pretendia fazer. Na cidade-luz continuou com seu trabalho e posteriormente foi condecorado com a Cruz da Legião de Honra. Faleceu no dia 21 de julho de 1847 em Mornex, França.

Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny

Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny (1766-1850) nasceu em 15 de julho de 1776, em Paris, França. Foi arquiteto e urbanista. Estudou na École d'Architetucture de Paris durante os conturbados anos da Revolução Francesa (1789-1799). Notável estudante, vence, em 1799, o Grand Prix de Roma e ganha uma bolsa de estudo na Academia de França, em Roma, entre 1801 e 1805, período em que investiga a arquitetura da antiguidade e do Renascimento. Essa pesquisa contribui para a realização da obra *Architecture Toscane, ou Palais, Maisons, et Autres Édifices de la Toscane,* composta de dezoito fascículos, publicados entre 1806 e 1815, em Paris, os doze primeiros em colaboração com o arquiteto Auguste Pierre Sainte Marie Famim (1776-1859). Realizou vários projetos na Itália, incluindo a remodelação da Villa Medicis em 1803, futura sede da Academia de França. Com esse projeto, recebeu autorização para retornar à França em 1805, antes mesmo de concluir seus estudos.

Em 1807, por indicação do Institut de France e de seus professores Charles Percier (1764-1838) e Pierre-François-Léonard Fontaine (1762-1853), arquitetos do imperador Napoleão Bonaparte (1769-1821), é convidado a trabalhar para o rei de Vestfália, Jerôme Bonaparte (1784-1860), irmão do imperador francês, para quem projeta um balneário e o teatro, além da reforma do Palácio Bellevue, em Kassel, Alemanha.

Em 1815, após a derrota de Napoleão, suas atividades como arquiteto da corte são interrompidas. Diante desse quadro adverso, aceita o pedido para integrar a Missão Artística Francesa, que vem para o Brasil. Em agosto de 1816 é nomeado professor de arquitetura da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, designada em 1826 como Academia Imperial de Belas Artes, onde permanece até sua morte.

No Brasil, trabalhou para transformar a paisagem urbana da capital do reino português na América. Mas em virtude das limitações materiais e técnicas da corte no Brasil, das agitações políticas que marcaram o reinado de D. João VI e, depois, no governo imperial, das disputas entre os artistas franceses e portugueses pela direção da Academia e, mais do que isso, por um ideal de arte e arquitetura, Montigny acaba construindo muito pouco no país, e muito do seu trabalho foi destruído mais tarde. Das obras de arquitetura e urbanismo idealizadas no Rio de Janeiro, destacam-se as decorações para eventos comemorativos da corte, chafarizes, a Praça Monumental do Campo de Santana (1827 – não construída), o edifício da Praça do Comércio (sede da Alfândega – 1819/1820), atual Casa França-Brasil, o Solar da Baronesa, o da própria Academia Imperial de Belas Artes (1816-1826), da qual infelizmente só resta o magnífico pórtico, instalado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro após a demolição da Academia, em 1938, e diversas outras obras de saneamento e urbanização.

Também planejou várias outras construções na cidade do Rio de Janeiro, como a adaptação do Seminário São Joaquim para o Colégio D. Pedro II e a praça do Rocio (atual Praça Tiradentes). Concebeu ainda projetos que nunca foram realizados, como uma Biblioteca Imperial (1841) e o Senado Imperial (1848), ambos no acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Projetou e construiu residências particulares nas ruas do Passeio, Mariz e Barros, Haddock Lobo e Catumbi, no Rio de Janeiro.



É considerado o primeiro urbanista do Rio de Janeiro, e a ele é atribuído o início do neoclassicismo arquitetônico no Brasil. Mas foi na Casa do Arquiteto (1819/1828), atual Solar Grandjean de Montigny, no bairro da Gávea, hoje instalado nas dependências da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), que a simplicidade de seu estilo neoclássico fica mais evidente. Não se sabe ao certo quando o palacete de dois andares foi erguido, pois todas as plantas foram perdidas, mas é certo que foi lá que Grandjean viveu durante todo o tempo em que esteve na cidade. Faleceu no Rio de Janeiro em 2 de março de 1850, quando contava com 74 anos.

A influência de Grandjean de Montigny foi considerável na arquitetura brasileira, mas, no início de seus trabalhos no Brasil, sofreu resistência às mudanças implantadas inclusive com intensa campanha contra o refinamento de Montigny e seus novos princípios de aeração e higiene, que exigiam a modificação radical das plantas de arquitetura usadas na época.

Ao longo de seu período como professor da Academia, formou vários arquitetos, entre outros, José Maria Jacinto Rebelo (1821-1871), Joaquim Cândido Guilhobel (1787-1859), José Domingos Monteiro (1765-1857) e Francisco Joaquim Béthencourt da Silva (1831-1911). Era sogro do pintor Arnaud-Julien Pallière (1784-1862) e avô do também pintor Jean Leon Pallière Grandjean Ferreira (1823-1887).

Em 1941 o arquiteto e historiador Adolfo Morales de los Rios Filho lança o livro *Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira*, obra de referência ainda hoje sobre a vida e obra de Montigny. Em 1980 e 2003 são realizadas duas exposições sobre o arquiteto: a primeira, intitulada Uma Cidade em Questão I: Grandjean de Montigny e a Arquitetura do Rio de Janeiro; e a segunda, Grandjean de Montigny. Seu trabalho já foi objeto de outras publicações e exposições ao longo do tempo.

Marc Ferrez

Marc Ferrez (1788-1850) nasceu em Saint-Laurent, na França, foi escultor, gravador e professor. Formou-se em arte na École des Beaux-Arts de Paris, sendo aluno de Philippe-Laurent Roland (1746-1816) e Pierre-Nicolas Beauvallet (1750-1818). Após breve passagem por Nova York, em 1817, seguiu para o Rio de Janeiro juntamente com seu irmão Zépherin Ferrez, também escultor e gravador, e juntaram-se à Missão Artística Francesa, a qual já estava no Brasil desde março de 1816. Em parceria com Zépherin, Debret, Auguste Taunay e Grandjean de Montigny, participou dos preparativos e ornamentação da cidade do Rio de Janeiro para as cerimônias de chegada da imperatriz D. Leopoldina (1797-1826) e de seu casamento com o príncipe D. Pedro (1798-1834).

Sua trajetória na Real Academia começou em 1820, quando foi nomeado professor pensionista substituto de escultura. Com a morte de Auguste-Marie Taunay, em 1824, ocupou o cargo de segundo-professor na instituição. Depois foi catedrático de escultura em 1837, quando então assumiu a cadeira de professor titular. Em 1842 fez a decoração escultórica dos aposentos da imperatriz, D. Teresa Cristina de Bourbon (1822-1889), esposa de D. Pedro II (1825-1891), na fragata *Constituição*.

Marc Ferrez destacou-se pela realização de bustos de personalidades, principalmente em relação à qualidade técnica das obras e à preocupação realista no tratamento da figura. Junto com seu irmão, gravou a primeira moeda brasileira e foram responsáveis pela formação de novas gerações de escultores e gravadores no Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro em 1850.





Zépherin Ferrez

Zépherin Ferrez (1797-1851) nasceu em Saint-Laurent, em França. Foi medalhista, gravador, escultor e professor. Em 1810 inicia seus estudos de gravura e escultura em Paris. Ingressou na Escola Nacional de Belas Artes da França em 1810, estudando escultura sob orientação de Philippe-Laurent Roland e gravura com Pierre Nicolas Beauvallet. Após breve passagem por Nova York, em 1817, seguiu para o Rio de Janeiro juntamente com seu irmão Marc Ferrez, também escultor e gravador, e juntaram-se à Missão Artística Francesa, a qual já estava no Brasil desde março de 1816. Em parceria com Marc Ferrez, Debret, Auguste Taunay e Grandjean de Montigny, participou dos preparativos e ornamentação da cidade do Rio de Janeiro para as cerimônias de chegada da imperatriz D. Leopoldina (1797-1826) e de seu casamento com o príncipe D. Pedro (1798-1834), realizando outros trabalhos para a Casa Real.

Em 1818 confecciona, com seu irmão Marc Ferrez, um berço esculpido e ornado especialmente para a primogênita do príncipe D. Pedro, a princesa Maria da Glória (1819-1853). No ano de 1820 Zépherin prestou homenagem ao rei D. João VI (1767-1826), coroado em 1818, com a gravação da medalha *Senatus Fluminensis*. Confecciona também as da inauguração da Academia Imperial de Belas Artes (1826); da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838); e a comemorativa do casamento de D. Pedro II com Dona Teresa Cristina (1843), entre outras. É também o autor dos primeiros botões de farda do Brasil confeccionados após a independência.

Em 1826 realizou, com seu irmão Marc, uma série de esculturas e baixos-relevos para a fachada do edifício da Academia Imperial de Belas Artes, projetado por Grandjean de Montigny. Nas décadas seguintes assumiu a cátedra de gravura de medalhas na Academia, onde participou das exposições gerais ali ocorridas. Foi condecorado com a Ordem da Rosa no grau de Cavaleiro, em 1842. Era pai do fotógrafo Marc Ferrez (1843-1923). Faleceu no Rio de Janeiro em 22 de julho de 1851.

Fachada do Palácio Imperial do Rio de Janeiro | 1848 | Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny





Missão Científica de História Natural - Missão Austríaca
(1817-1820)

O início do século XIX, e principalmente o ano de 1808, foi muito importante para o Brasil no que diz respeito às pesquisas na área de ciências naturais e à produção artística. A partir dele assistimos ao que podemos chamar de redescobrimento da fauna e da flora e também da população e da sociedade brasileira. Com a chegada da corte de D. João VI ao Rio de Janeiro e a abertura dos portos às nações amigas, as restrições à entrada e permanência de estrangeiros na colônia foram revogadas, e, com isso, cientistas, naturalistas, artistas e viajantes tiveram acesso às belezas naturais do nosso país, à sua riqueza mineral e cultural e à grandiosidade do território brasileiro.

No dia 6 de novembro de 1817, aportou no Rio de Janeiro, com grandes festividades, os navios procedentes de Viena que traziam a arquiduquesa da Áustria, Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda Beatriz de Habsburgo-Lorena (1797-1826), filha de Francisco I (1768-1835), último imperador do Sacro Império Romano-Germânico, o qual em 1804 fundou o Império Austríaco, tornando-se o primeiro imperador da Áustria, governando entre 1804-1835. A princesa havia se casado no dia 13 de maio de 1817, por procuração, com o príncipe do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Pedro de Alcântara – herdeiro da coroa portuguesa e futuro imperador do Brasil, D. Pedro I (1798-1834).

A viagem da princesa Leopoldina para o Brasil foi acompanhada de naturalistas, botânicos, etnógrafos, zoólogos e artistas europeus que integravam a denominada Missão Científica de História Natural (Missão Austríaca). Essa ação muito se deve à vontade da própria imperatriz, que mostrava grande interesse pelas ciências naturais e também pelas artes. A missão foi organizada sob os auspícios e participação direta do imperador Francisco I e também com o apoio do chanceler do império austríaco, o príncipe Klemens Wenzel Lothar Nepomuk von Metternich (1773-1859). O objetivo principal da missão era percorrer o território realizando estudos e pesquisas sobre a fauna e flora e sobre a população brasileira e também fazer coletas de material de história natural.



Desembarque da Princesa Leopoldina no Rio de Janeiro | Debret

Em 9 de abril de 1817, depois de concluídos os longos preparativos, um grupo de cientistas embarcou em Trieste, rumo ao Rio de Janeiro, nas fragatas Áustria e Augusta.

Na fragata Áustria encontravam-se Mikan e sua esposa, Thomas Ender, Spix e von Martius. Na fragata Augusta embarcaram, em Trieste, Natterer, Schott e Sochor.

Pela primeira vez, navios da marinha de guerra austríaca zarpariam para além-mar; primeiro tiveram de adquirir em Paris os mapas e as instruções de navegação.

Faltavam instrumentos de navegação. Em todo o arsenal da Marinha Real e Imperial em Veneza havia apenas um cronômetro, e estava com defeito. Então, durante a viagem, tiveram de adquirir um cronômetro em Gibraltar. O comandante da Marinha emprestou um sextante de sua propriedade.



A bordo da Fragata Áustria, por Thomas Ender



Navio Príncipe Real com outros navios da Armada Portuguesa com a Corte e comitiva na chegada ao Rio de Janeiro

A Missão Austríaca – uma das mais grandiosas e produtivas expedições desse período – compunha-se de vários especialistas, entre eles Johann Christian Mikan (1769-1844), doutor em medicina, naturalista, botânico, zoólogo e entomologista, professor de história natural da Universidade de Praga e chefe da missão; Johann Emmanuel Pohl (1782-1834), médico, mineralogista, botânico e professor de história natural; Johann Natterer (1787-1843), zoólogo e responsável pelo Gabinete de História Natural de Viena e subchefe da expedição; Johann Jacob Steinmann (1804-1844), desenhista e litógrafo; Thomas Ender (1793-1875), pintor, aquarelista, gravador, desenhista e encarregado de fazer mapas e vistas do Brasil; Johann Buchberger (?-1821), pintor, desenhista de plantas e professor de pintura de D. Leopoldina; Franz Joseph Frühbeck (1795-?), pintor e desenhista; G. K. Frick (?-?), pintor, desenhista e antigo professor de pintura da princesa Leopoldina; Benjamim Mary (1792-1846), gravador; Rochus Schüch (1788-1844), mineralogista e matemático que assumira a função de bibliotecário pessoal de D. Leopoldina; Henrich Wilhelm Schott (1794-1865), botânico e jardineiro real na corte dos Habsburgos; e Ferdinand Dominik Sochor (?-?), responsável pela caça e preparação de animais (taxidermista).

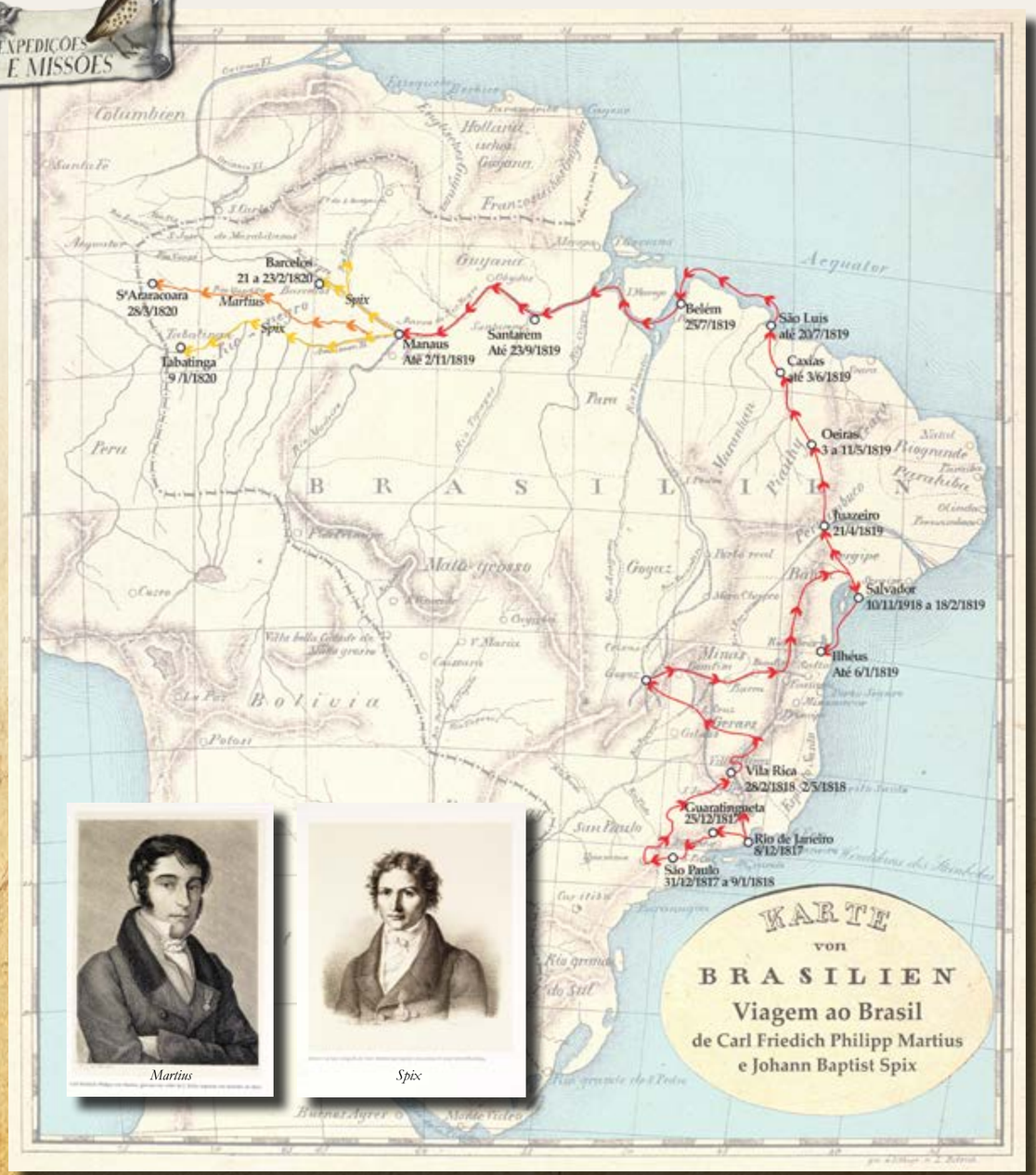
A pedido do rei Maximiliam Joseph I da Baviera, o médico, naturalista, etnógrafo e botânico Carl Philipp von Martius (1794-1868) e o naturalista, botânico e zoólogo Johann Baptist von Spix (1781-1826) se juntaram ao grupo da Missão Austríaca. O Grão-Duque da Toscana Fernando III (1769-1824), tio de D. Leopoldina, enviou o naturalista e botânico florentino Giuseppe Raddi (1770-1829). A vinda dessa equipe multidisciplinar deixa claro que o levantamento de conhecimentos sobre o mundo natural das regiões brasileiras caracterizou-se, nesse caso, como um empreendimento que unia, sob um mesmo objetivo, diferentes cortes europeias.

A comitiva da princesa se dividiu entre as duas fragatas Áustria e Augusta e as duas naus São Sebastião e D. João VI, da Marinha de Guerra Real de Portugal. Na fragata Áustria seguiram, já em abril, o chefe da expedição, Johann Christian Mikan e sua esposa, o pintor Thomas Ender, os naturalistas Carl Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix e diversos diplomatas. Uma tempestade logo nos primeiros dias de viagem, após a saída do porto de Trieste, na Itália, separou a fragata Austria da Augusta, fazendo com que a tripulação da primeira chegasse antes ao Rio de Janeiro, ainda em meados de julho de 1817, enquanto a outra esperou pela frota portuguesa em Gibraltar e só alcançou o porto do Rio de Janeiro em 6 de novembro. Na fragata Augusta viajaram o zoólogo Johann Natterer, o botânico Heinrich Wilhelm Schott e o taxidermista Ferdinand Dominik Sochor.

Na nau portuguesa São Sebastião seguiram o embaixador Emmerick Johann Nepomuk, Conde Eltz; o pintor Johann Buchberger; o botânico Johann Emanuel Pohl e o naturalista Joseph Raddi. A viagem nesse navio foi narrada por Pohl em seu livro *Viagem ao interior do Brasil* e retratada por Armand Julien Pallière (1784-1862), capitão do Corpo de Engenheiros Militares e professor de desenho da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro, que vinha se juntar a seus compatriotas franceses já instalados na corte. O álbum da travessia, intitulado *Viagem de Sua Alteza Real à Corte do Rio de Janeiro desenhada, segundo a natureza, a bordo da Nau São Sebastião que acompanhava S.A*R., contém trinta aquarelas. Na nau D. João VI viajava a comitiva pessoal da princesa Leopoldina, da qual faziam parte o pintor G.K.Frick; seu médico particular e ornitólogo, o dr. Kammerlacher; e o mineralogista Rochus Schüch.



Vista do cume do Corcovado | Thomas Ender



Em 15 de julho de 1817 desembarca no Rio de Janeiro, acompanhado de Spix, Martius, jovem naturalista alemão, aos 19 anos de idade. Foi escolhido pelo seu rei, Maximiliano José I, para compor a Missão Científica organizada pelo Imperador Francisco I, da Áustria, por ocasião da vinda de sua filha, Maria Leopoldina ao Brasil. Do Rio percorrem as terras brasileiras desde o Trópico de Capricórnio até o Equador, passando pelos estados do Rio, São Paulo, Minas, Goiás, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas.

Chegam ao fim de sua viagem em 26 de março de 1820, após os últimos 9 meses de excursão pela imensa Amazônia. Cansados e mal sarados, preparam-se para a volta à pátria distante. Enciclopédicos que eram, acumularam vastos conhecimentos de todas as matérias: geologia, botânica, sociologia, climatologia, etnologia, economia, técnica e condições sociais.

Chegam à capital da Baviera após quase 4 anos de ausência, aos 10 de dezembro de 1820. Martius, bem jovem ainda, logo recuperou a saúde e viveria até quase 75 anos. Mas Spix, menos robusto e de alguns janeiros mais, faleceria em 1826.

De 1823 a 1831, Martius faz publicar em Munique a sua valiosa obra "Reise in Brasilien", acrescida da um atlas contendo valiosas, belas e inúmeras ilustrações, além de um feixe de canções primitivas. A longa vida de Martius permitiu-lhe lançar vários outros trabalhos sôbre o Brasil, que êle tanto amou, inclusive "Flora Brasiliensis", obra monumental, continuada por Eichler e outros.



Lagoa dos pássaros, no Rio São Francisco, perto de Januária, Minas Gerais | Spix e Martius

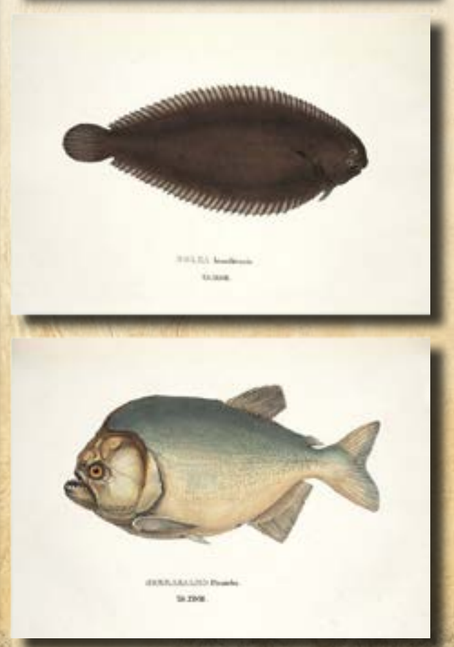


Catarata de Arara coara, no Rio Japurá, Amazonas | Spix e Martius



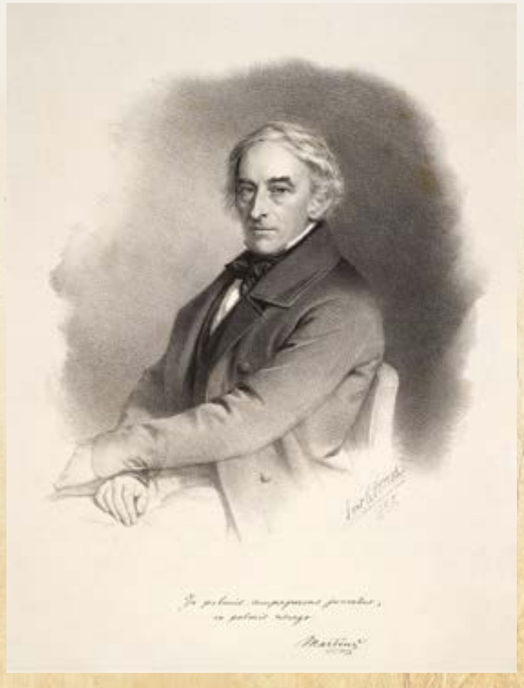








Às margens do Rio Itaipe na província da Bahia | Spix e Martius





Cachoeirinha de Cupati | Spix e Martius

Karl Friedrich Philipp von Martius

Karl Friedrich Philip von Martius (1794–1868) nasceu em Erlangen, Baviera/Alemanha. Iniciou os estudos de medicina na Universidade de Erlangen e, no último ano do curso, descobriu a botânica, sua grande paixão. Transferido para a Universidade de Munique, já em 1814 era adjunto do botânico Franz von Paula Schranck (1747-1835), inspetor do Jardim Botânico, e realizava excursões científicas pelos arredores, sendo nomeado membro adjunto da Academia Real de Ciências em outubro de 1816. Essas expedições renderam-lhe as primeiras publicações acadêmicas sobre botânica.

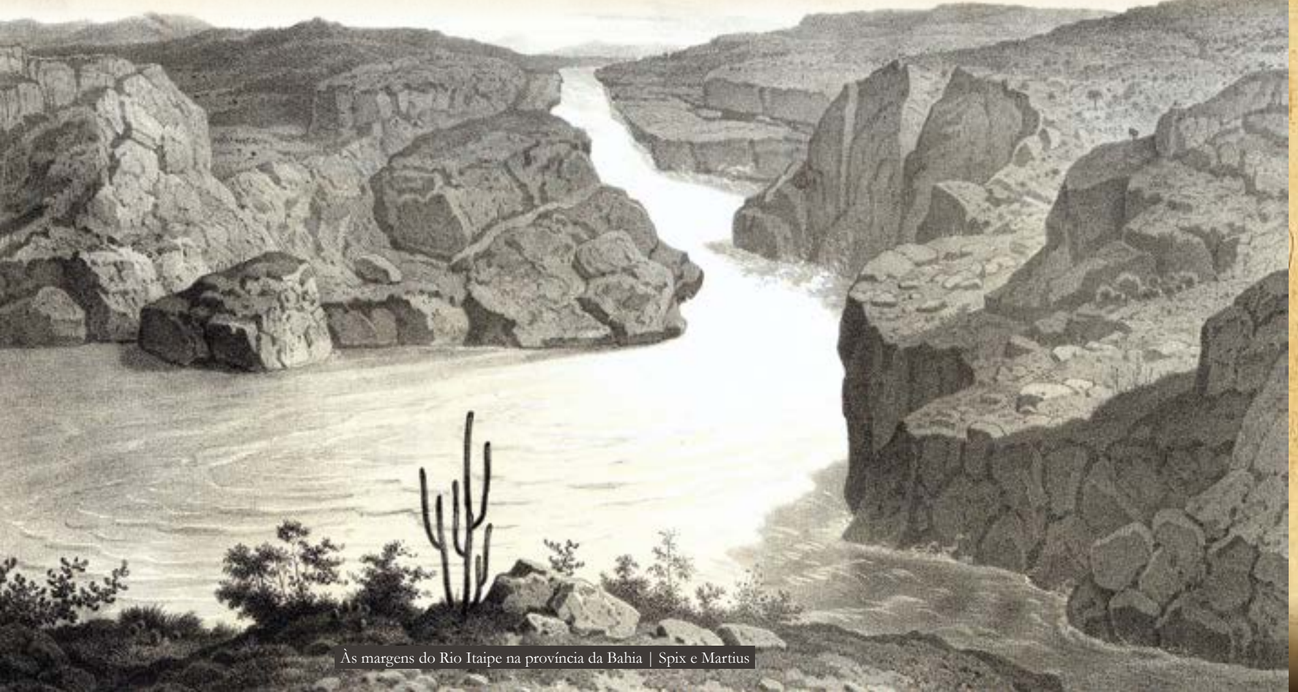
Por solicitação do Governo da Baviera, Martius e Spix foram incorporados à *Missão Austríaca*, que iria acompanhar a princesa D. Leopoldina em sua viagem ao Brasil, com o objetivo de estudar o povo, a flora e a fauna do país. Martius, que viajou em companhia de Mikan, Ender e Spix, chegou ao Rio de Janeiro, antes da princesa, no dia 15 de julho de 1817. Os dois cientistas bávaros iniciaram imediatamente expedições científicas nos arredores da corte pesquisando e estudando a natureza durante alguns meses e, em 1818, partiram para uma longa expedição dirigindo-se primeiramente para São Paulo, de onde seguiram viagem para Minas Gerais. Estiveram em Vila Rica (Ouro Preto), Mariana e Sabará, onde realizaram várias pesquisas geológicas. Cruzaram o sudoeste da Bahia até Goiás e, daí, subindo pelo vale do rio São Francisco, seguiram até Salvador. Depois de uma excursão a Ilhéus, voltaram a Salvador. Desse ponto embrenharam-se pelo sertão baiano, seguindo para Juazeiro, cruzando os sertões de Pernambuco e do Piauí até o Maranhão. De São Luís, seguiram por mar até Belém do Pará, de onde subiram o Amazonas até Manaus, chegando lá em meados de 1819, onde Spix e Martius se separaram. Spix seguiu viagem pelo Solimões até os limites do Peru, enquanto Martius seguiu o rio Japurá até os Andes na fronteira com a Colômbia.

Ao se embrenhar pelas selvas da Amazônia, tinham ido mais longe do que qualquer outro viajante pelo interior do Brasil. Durante quase dois anos e meio percorreram partes do centro, leste, nordeste e norte do Brasil, chegando à fronteira do Peru e da Colômbia. Explorando a maior parte do território brasileiro e percorrendo seus diversos biomas, a expedição conseguiu apresentar a primeira divisão fitogeográfica do Brasil organizada por Martius, que dividia o território em cinco regiões florísticas: Nayades (flora amazônica), Hamadryades (flora nordestina), Oreades (flora centro-oeste), Dryades (flora da costa atlântica) e Napeias (flora subtropical) – *Flora brasiliensis*, vol. XXI.

Catarata de Arara coara, no Rio Japurá, Amazonas | Spix e Martius



Festa da bebida entre os Coroados | Spix e Martius



Às margens do Rio Itaipe na província da Bahia | Spix e Martius

Em março de 1820, depois de muitos riscos de vida e das incertezas características da viagem, os dois cientistas se reencontraram em Manaus e retornaram ao Rio de Janeiro trazendo na bagagem informações das mais variadas sobre a flora, fauna, a população brasileira e o resultado de abundantes pesquisas e inúmeras descobertas científicas. Três meses depois, partiram para a Europa com um dos maiores acervos já reunidos sobre o Brasil, chegando em Munique, Alemanha, no mês de dezembro do mesmo ano, quando, então, os dois cientistas deram início à catalogação e classificação do material botânico, zoológico e etnográfico coletado durante toda a viagem pelo Brasil. Material que requereria trabalho de uma vida inteira. Ambos se dedicaram até o fim da vida – sem poder concluí-lo.

Nessa viagem de cerca de 1.400 milhas geográficas – mais de 20 mil quilômetros –, conseguiram reunir material relativo a 6.500 espécies de plantas, 85 espécies de mamíferos, 350 de aves, 130 de anfíbios, 116 de peixes, 80 de aracnídeos e crustáceos e 2.700 de insetos. De todas as expedições científicas, esta é considerada como a de mais amplos e profícuos resultados.

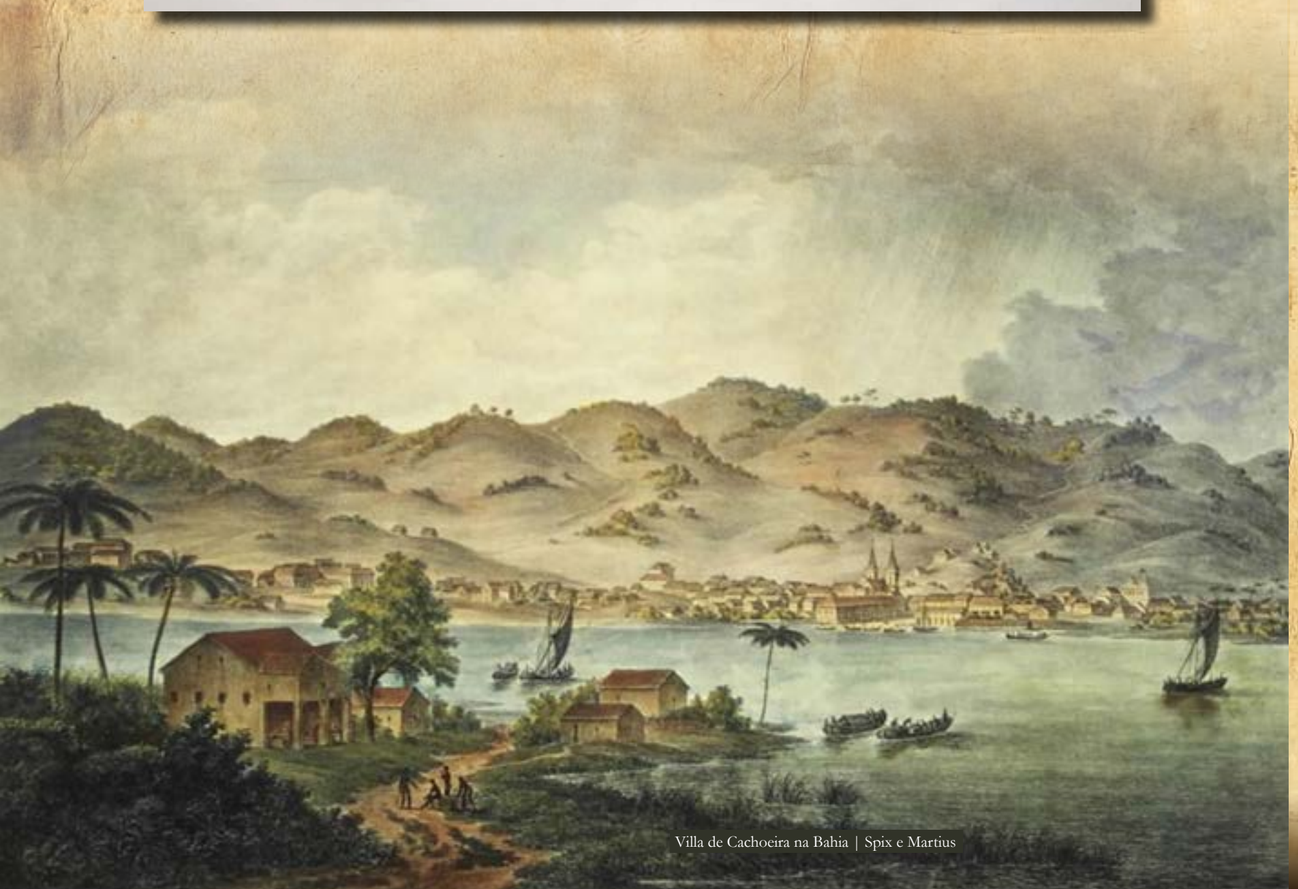
Chegando a Munique em 1821, Martius começou a sistematizar os resultados dessa expedição. Publica as obras: *Nova genera et species plantarum, quas in itinere per Brasiliam – Novos gêneros e espécies de plantas do Brasil*; (1824, 1826, 1829) em 3 volumes; *Icones selectae plantarum cryptogamicarum per Brasiliam – Desenhos selecionados das plantas criptogâmicas do Brasil* (1828-1834); *Historia naturalis palmarum - História Natural das Palmeiras* (1823-1850) em 3 volumes com 135 ilustrações; *Systema materiae medicae vegetabilis brasiliensis – Sistema de matéria médica vegetal brasileira – contendo o catálogo e classificação de todas as plantas brasileiras conhecidas* (1843 e 1854); e *Beiträge Die Physiognomie des Pflanzenreiches in Brasilien* (1824).

Após a morte repentina de Spix, em 1827, Martius prosseguiu com os trabalhos para finalizar a publicação dos diários de bordo dos dois cientistas, que resultaram na obra *Reise in Brasilien – Viagem pelo Brasil (1823, 1828, 1831)*, dedicada ao rei da Baviera, Maximilian Joseph I. Publicada em três volumes, acompanhados pelo *Atlas zur Reise in Brasilien*, impresso sem indicação de local ou data de publicação, com 41 gravuras e 12 mapas. A obra apresenta numerosíssimas observações botânicas, zoológicas, geográficas, etnográficas, psicológicas e históricas. É uma fonte de referência essencial para o conhecimento da natureza e de outros aspectos do Brasil no século XIX. Os estudos sobre a fauna brasileira – em especial os primatas – é exemplar. Resultou numa obra clássica e completa que analisa tanto a natureza como a sociedade brasileira na era pré-independência, com estudos que vão da fauna e flora à música e à política. No mesmo período foi publicada ainda, de autoria dos dois cientistas, as obras *Selecta genera et species piscium quos in itinere per brasiliam – Categorias selecionadas e espécies de peixes do Brasil* (1829) e que contou com a colaboração de Jean Louis Rudolphe Agassiz (1807-1873); e *Delectus animalium articulatorum***,** *quae in itinere per Brasiliam* (1830-1833), com 40 gravuras coloridas.

Nada, porém, se compara à monumental *Flora brasiliensis,* editada por von Martius, August Wilhelm Eichler e Itnatz Urban. É uma das maiores obras escritas sobre as coisas brasileiras e levou 66 anos para ser completada. Iniciada em 1840, Martius trabalhou nela até 1868 entregando-se de corpo e alma à tarefa de catalogar, classificar e desenhar magníficos exemplares da vegetação brasileira. Ela foi patrocinada por três monarcas: o imperador do Brasil, D. Pedro II, o rei da Baviera, Luís 1º, e o imperador da Áustria, Fernando 1º. Depois do falecimento de Martius, a finalização da obra ficou por conta de colaboradores de vários países, sendo concluída somente em 1906. Foi organizada em 15 volumes, compostos de 40 tomos e subdivididos em 140 fascículos, 20.773 páginas, 3.811 gravuras, descrevendo 22.767 espécies da flora brasileira, das quais 5.689 eram novas para a ciência. Além das descrições são incluídas 3.811 pranchas que ilustram características de 6.246 espécies. Uma descrição da obra e suas estampas digitalizadas encontra-se em www.florabrasiliensis.cria.org.br. A obra é considerada fonte de referência obrigatória para os estudos das ciências naturais do Brasil e permanece como uma das obras mais completas sobre a flora brasileira e base para a sistematização da botânica atual. Martius foi o cientista que mais contribuiu com as descrições taxonômicas de diversas espécies brasileiras, utilizando litografias de altíssima qualidade que são de grande valia para sua identificação.







Villa de Cachoeira na Bahia | Spix e Martius

Outros livros de Martius mostram sua preocupação também com os estudos etnográficos, sociológicos e linguísticos brasileiros, como aparece nas seguintes obras: *Como se deve escrever a história do Brasil (1843)* – oferecida e publicada na *Revista Trimensal de História e Geografia,* ou *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 24, janeiro de 1845, tomo 6, págs. 381-403; *Von dem Rechtszustande unter den Ureinwohnern Brasiliens – Das leis estabelecidas entre os povos indígenas do Brasil (1832); Beiträge Zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens – Contribuições para a etnografia e a linguística da América, especialmente do Brasil* com o *glossário das diversas línguas e dialetos que falam os índios do imperio do Brasil (1863-1867),* em dois volumes, reunindo os vocabulários de vários povos indígenas colhidos por Spix. No acervo de iconografia do IMS existem aproximadamente duzentas obras de von Martius, entre elas as *Tabulae Physiognomicae* – pranchas integrantes do primeiro volume da *Flora Brasiliensis* –, uma edição completa de sua *Reise in Bresilien*, e um álbum de desenhos atribuído ao autor, intitulado *Vues du Brésil,* ilustrado com 78 imagens da paisagem e da flora brasileira. Martius faleceu em Munique, Alemanha, no ano de 1868.

Johann Baptiste von Spix



Johann Baptiste von Spix (1781–1826), Zoólogo, naturalista e paleontólogo, nasceu na Baviera, Alemanha. Oriundo de família de poucos recursos, perdeu o pai precocemente. Ingressou na escola episcopal de Bamberg aos onze anos, tendo se transferido em 1793 para o seminário episcopal dessa mesma cidade. Dotado de uma inteligência excepcional, logo se destacou como o melhor aluno. Em 1800, aos 19 anos, doutorou-se em filosofia. No ano seguinte ingressou no Seminário Episcopal para Preparação de Sacerdotes, em Würzburg, mas três anos depois abandonou o estudo da teologia para se dedicar à medicina e às ciências naturais. Em 1804 iniciou os estudos em medicina e ciências naturais, quando foi aluno de Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling, importante filósofo da natureza que teve papel importante em sua formação. Doutorando-se em medicina no ano de 1807, começou em seguida a exercer a profissão em Bamberg.

Em 1808 o governo da Baviera o convidou para instalar o Gabinete de Zoologia da Academia Real de Ciências, em Munique, organizado por Schelling. Recebeu patrocínio real para um curso de dois anos em zoologia, em Paris, antes de assumir seu posto, convivendo com renomados cientistas como Georges Cuvier, Henri-Marie Ducrotay de Blainville, Jean Baptiste Lamarck e Auguste de Saint-Hilaire. Retornou a Munique em 1810, assumindo sua função na Academia Real de Ciências, onde desenvolveu importantes estudos sobre zoologia, anatomia comparada e morfologia, biologia evolutiva e história natural. Em correspondência mantida com Alexander von Humboldt, demonstra o desejo de montar uma expedição científica, que logo se concretiza quando, em 1817, é convidado para, junto a Carl Friedrich von Martius, participar de uma expedição científica ao Brasil, que seria realizada por ocasião da viagem da arquiduquesa austríaca Leopoldina, que havia se casado com o príncipe Dom Pedro. Participou do planejamento e coordenação da viagem de estudos ao Brasil, que ficou conhecida como *Missão Austríaca* e era integrada por um grupo de grandes cientistas e artistas de renome. A expedição percorreu o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas com o objetivo de estudar o povo, a flora e a fauna do país.

Retornou a Munique em 1820, com a saúde bastante fragilizada, tendo contraído moléstias tropicais na Amazônia, mas, mesmo assim, trabalhou incansavelmente analisando suas coleções zoológicas e descrições realizadas sobre as muitas espécies novas para a ciência europeia – mamíferos, anfíbios, répteis e aves do Brasil. Ao lado de Martius, iniciou a produção da obra *Reise in Brasilien – Viagem pelo Brasil (1823)*. Após a morte repentina de Spix, em 1827, Martius prosseguiu com os trabalhos para finalizar a publicação dos diários de bordo dos dois cientistas, que resultaram nos outros três volumes da *Reise in Brasilien – Viagem pelo Brasil (1828, 1831)*, dedicada ao rei da Baviera, Maximilian Joseph I. No mesmo período foi publicada ainda, de autoria dos dois cientistas, as obras *Selecta genera et species piscium quos in itinere per brasiliam – Categorias selecionadas e espécies de peixes do Brasil* (1829), que contou com a colaboração de Jean Louis Rudolphe Agassiz (1807-1873), e *Delectus animalium articulatorum – insetos* (1830), com colaboração de Maximilian Perty.

Com o material coletado, base da coleção do Museu de História Natural de Munique, Spix deu início à publicação de tratados sobre macacos e morcegos – *Simiarum et vespertilionum Brasiliensium species novae ou Historie Naturelle* – macacos e morcegos (1823); *Animalia Nova sive species novae Lacertarum* – lagartos (1825); *Animalia Nova sive Espécies Novae testudinum et ranarum* – tartarugas e rãs (1824); *Serpentum Brasiliensium Espécies Novae* – serpentes (1824), por Johann Georg Wagler, a partir de notas de Spix; *Testacea Fluviatilia* – moluscos de água doce (1827), por A.J. Wagner; e duas obras sobre aves – *Avium species novae, quas in itinere per Brasiliam* (1824-1825), por Johann Georg Wagler. Todos esses trabalhos foram publicados originalmente em Munique. Outros trabalhos póstumos foram publicados tendo por base suas observações zoológicas, constituindo um conhecimento pormenorizado da história natural brasileira. Spix faleceu em Munique, na Alemanha, em 1826.



Fábrica de pólvora | Thomas Ender



São Cristovão | Thomas Ender



Thomas Ender

Thomas Ender (1793-1875) nasceu em St. Ulrich, próximo a Viena. Foi pintor aquarelista, gravador e desenhista. Em 1806, aos 13 anos, juntamente com seu irmão gêmeo, Johann Ender (1793-1854), matricula-se na Academia de Belas Artes de Viena. Enquanto Johann demonstra interesse pela pintura histórica, Thomas envereda-se pela pintura de paisagens e aquarela. Em 1815 recebe da Academia de Belas Artes de Viena uma bolsa de estudos que lhe possibilita realizar longas viagens. Percorre a região montanhosa de Salzburg, no Tirol, e realiza grande número de aquarelas. Começa a ser reconhecido e recebe, em 1817, o Grande Prêmio de Pintura da academia relativo à pintura de paisagem. O quadro premiado é adquirido pelo príncipe Metternich, que se torna seu principal patrocinador. Nesse ano, por ocasião do casamento da Arquiduquesa Leopoldina com o príncipe D. Pedro de Alcântara, foi convidado para integrar a Expedição Científica de História Natural (Missão Austríaca) com a tarefa de documentar o país, fornecendo dados que mostrassem para os austríacos e, sobretudo, para o imperador Francisco I que tipo de país era esse que se encontrava na América e que se tornaria o novo lar de sua filha.

Thomas Ender, Johann Christian Mikan, Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius chegaram ao Rio de Janeiro, antes da princesa, em meados de julho de 1817. A equipe iniciou imediatamente expedições científicas nos arredores da corte pesquisando e estudando a natureza durante alguns meses quando, em 1818, partiram para uma longa expedição, dirigindo-se primeiramente para São Paulo, de onde seguiriam viagem para Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Já em terras paulistas, Thomas Ender adoeceu e não pode continuar a viagem. Mas na sua curta estada de dez meses no Brasil, produziu obra de valor inestimável, revelando um amplo retrato de São Paulo e do Rio de Janeiro do início do século XIX: panoramas do litoral e cenas urbanas, igrejas, palácios, bairros, edifícios e praças públicas. São cerca de 766 trabalhos, entre desenhos e aquarelas, dos quais destaca-se uma aquarela pintada em 1817 que retrata o início da viagem de seu grupo pelo Brasil, intitulada "*Cientistas da Missão Austríaca e tropa atravessando a floresta da Serra do Mar a caminho de São Paulo*". Seu trabalho preza pela fidelidade absoluta àquilo que observa, pela originalidade e o ineditismo dos ângulos escolhidos revelando seus dotes de colorista e contribuindo para a abundância de sua produção.

Antes de retornar para Viena no final do ano de 1818, o relator oficial da Missão Austríaca viajou pelo interior do Brasil, deixando uma documentação visual muito importante de Campinho, Santíssimo, Santa Cruz, Itaguaí, João Marcos, Retiro, Piraí, Bananal, Areias, Tacassava, Lorena, Guaratinguetá, Aparecida, Pindamonhangaba, Taubaté, São Jorge, São Miguel e, finalmente São Paulo – o mesmo caminho feito por D. Pedro I durante o processo de independência do Brasil.



São Cristovão | Thomas Ender



Vista tomada do Corcovado, em direção ao Catumbi e à Serra dos Órgãos | Thomas Ender



Rio Maranhão e Serra das Figuras | Thomas Ender

EXPEDIÇÕES E MISSÕES

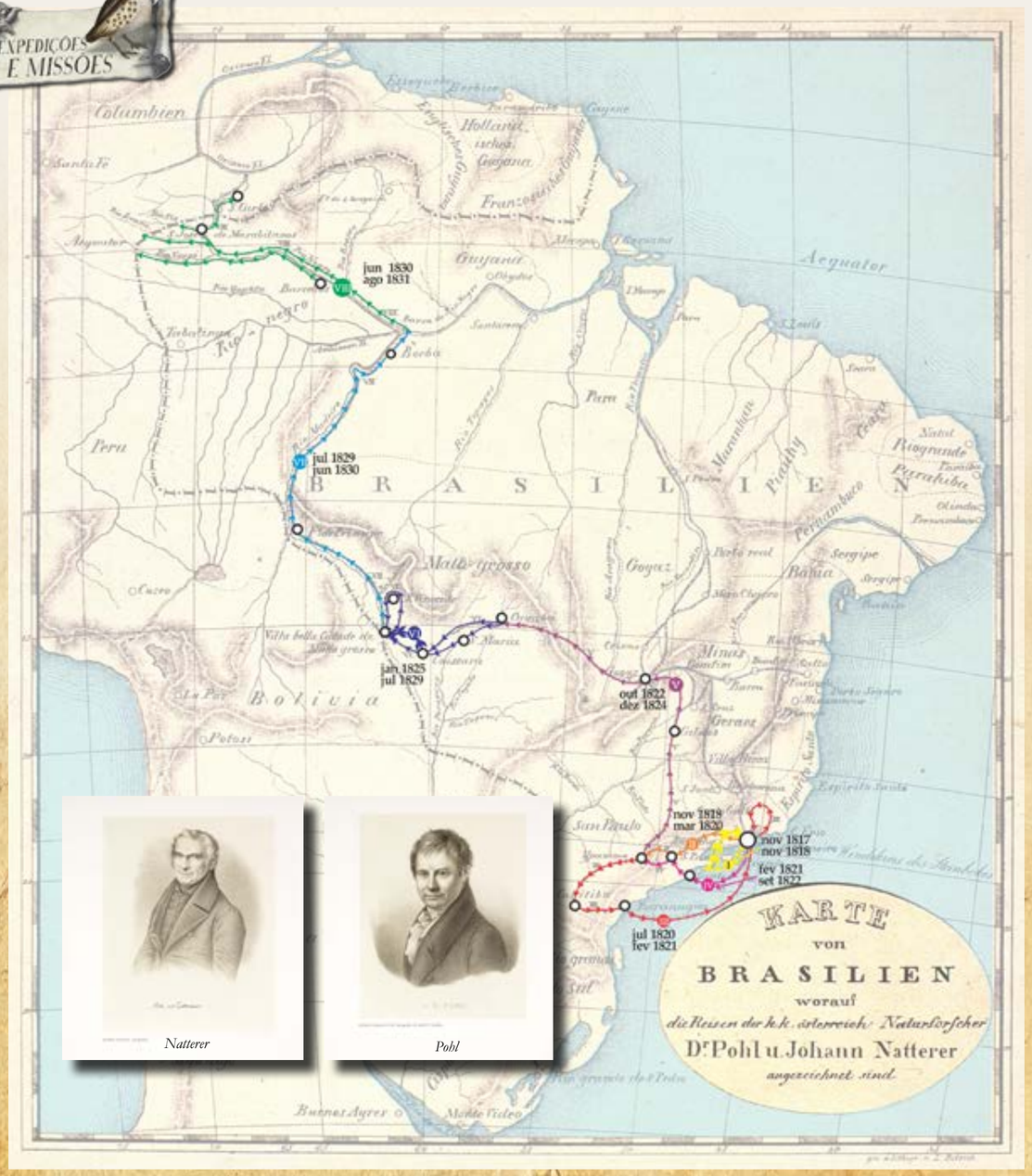
Em 1819 acompanha o imperador Francisco I (1768-1835) em uma viagem à Itália, recebendo, em seguida, uma bolsa de estudos em Roma. Em 1824 é nomeado professor de pintura de paisagens na Academia de Belas Artes de Viena. A partir de 1829, paralelamente às atribuições da Academia, torna-se pintor oficial de câmara a serviço do Arquiduque Johann Baptist von Österreich (1782 - 1859), irmão do imperador Francisco I. Nessa atribuição, pinta as paisagens dos Alpes austríacos e das viagens do arquiduque. Em 1832 é publicado o raríssimo atlas ilustrado *zur Beschreibung der Reise in Brasilien*, com nove gravuras, a maioria de autoria de Thomas Ender. Cinco são do Rio de Janeiro (vistas, aqueduto, cidade, pessoas); uma sobre Minas Gerais (Vila Rica); duas sobre Goiás e uma de insetos, que acompanham o texto da obra de Johann Emanuel Pohl (1782-1834), *Reise im Innern von Brasilien. Auf Allerhöchsten Befehl. Seiner Majestät des Kaisers von Österreich, Franz Des Ersten. In den jahren 1817-1821 Unternommen Und Herausgegeben: von Johann Emanuel Pohl* (*Viajem no interior do Brasil, em mais alto comando de Sua Majestade o Imperador da Áustria, Franz I, nos anos 1817-1821, realizado e editado por Johann Emanuel Pohl*), em dois volumes. Várias de suas obras aparecem em livros de cientistas e naturalistas da época. Esse conjunto de obras está conservado na Academia de Belas Artes em Viena. Thomas Ender faleceu em Viena no dia 28 de novembro de 1875.



Paisagem | Thomas Ender



Vila Rica | Thomas Ender


Columbien
Hollandisches Guyana
Französisches Guyana
Aequator
Guyana
Peru
Para
Maranhão
Piauhy
Ceará
Natal
Pernambuco
Sergipe
Bahia
Goyaz
Matto-grosso
Minas Geraes
Bolivia
Potosi
Cusco
Rio negro
Rio Madeira
Rio Tapajos
Rio Tocantins
Rio Parnahiba
Rio Grande
Rio Doce
Rio Pardo
Rio Mucury
Rio Jequitinhonha
Rio de S. Francisco
Rio Paraguay
Rio Paraguay
Rio Tieté
Rio Grande
Rio Pardo
Rio Jacuhy
Rio Uruguay
Rio Negro
Rio Colorado
Buenos Ayres
Monte Video
San Paulo
Espirito Santo
Villa Boa
Villa Rica
Villa Real
Villa Bella
Barra
Barra
Barra





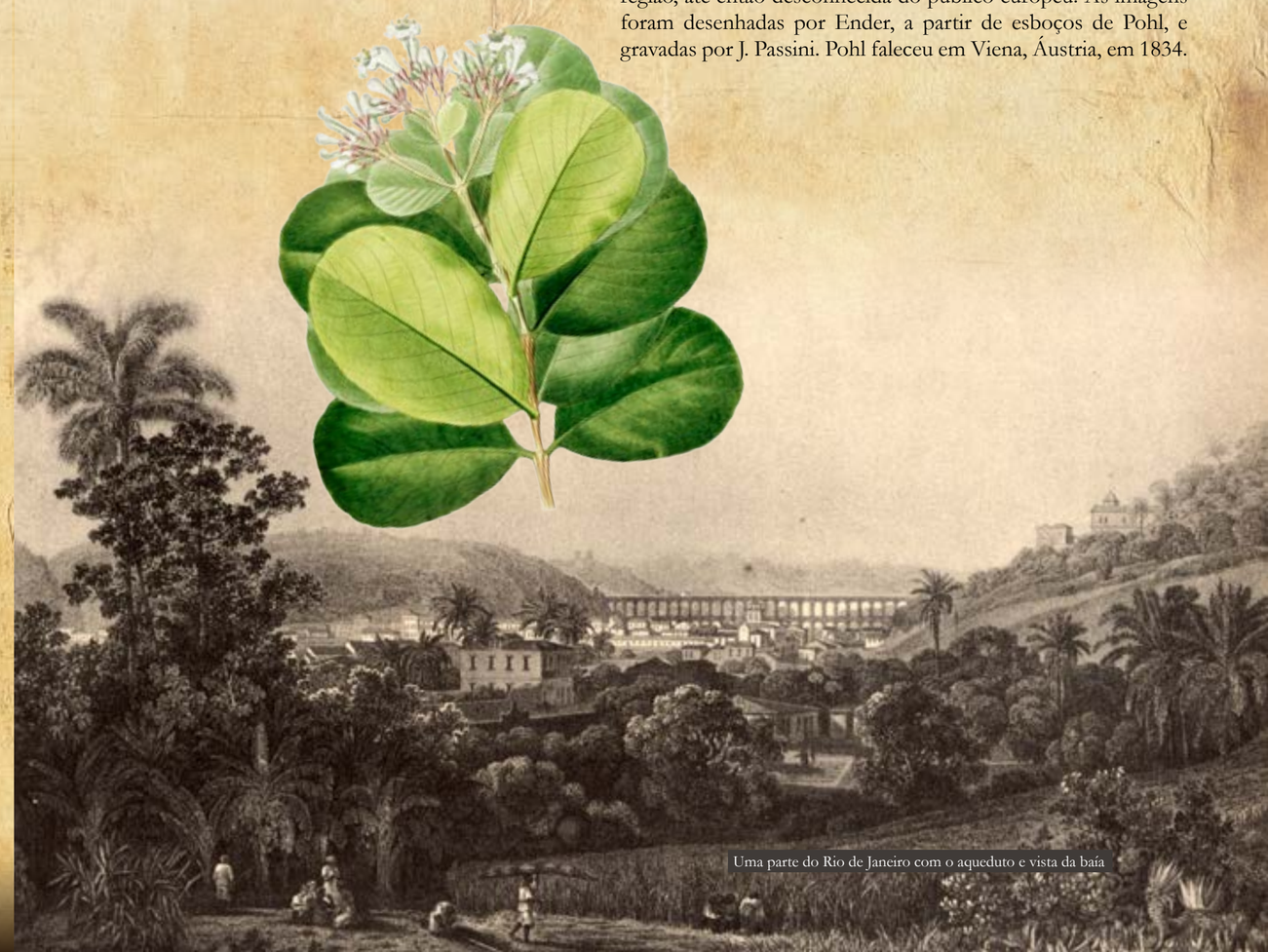
Arraia | Natterer



Johann Baptist Emanuel Pohl

Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834) era médico, mineralogista e botânico. Nasceu em Kanitz, na Boêmia. Dedicou-se com paixão à botânica, tornando-se professor dessa disciplina na Universidade de Praga. Foi conservador do Real e Imperial Gabinete de História Natural do Imperial Museu do Brasil, em Viena. Integrou a missão austríaca que veio ao Brasil em 1817 por ocasião do casamento da Princesa Leopoldina com D. Pedro I. Antes de chegar ao Brasil em novembro de 1817 e no decorrer da viagem marítima de três meses, o navio que trazia a princesa Leopoldina passou pela Ilha da Madeira e pelas águas do Cabo Verde. Pohl descreve na sua obra a recepção dada a D. Leopoldina em Funchal.

Veio como encarregado da parte de mineralogia, assumindo depois a de botânica. Desligou-se da expedição e empreendeu uma viagem de quatro anos pelo interior do Brasil, atravessando o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. De sua viagem publicou *"Viagem no Interior do Brasil. Empreendida nos Anos de 1817 a 1821 e Publicada por Ordem de Sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro"* e uma obra botânica, *"Plantarum Brasiliae icones et descriptiones hactenus ineditae – Ícones e descrições de plantas do Brasil até agora inéditos"*, sendo o primeiro viajante a descrever essa região, até então desconhecida do público europeu. As imagens foram desenhadas por Ender, a partir de esboços de Pohl, e gravadas por J. Passini. Pohl faleceu em Viena, Áustria, em 1834.



Uma parte do Rio de Janeiro com o aqueduto e vista da baía







Palácio de São Cristóvão

EXPEDIÇÕES E MISSÕES



Styrax camporum



Gaylussacia pulchra



Buxus laxiuscula



Helmeyera microphylla



Johann Christian Mikan

Johann Christian Mikan (1769-1844) nasceu em Teplitz, Bohemia. Ele era médico, botânico, zoólogo, entomologista e professor de história natural da Universidade de Praga. Empreendeu frequentes passeios entomológicos e botânicos às montanhas tchecas, fez uma viagem de estudos para Malta, Ilhas Baleares e Espanha em 1811. Foi o diretor científico da missão austríaca que veio ao Brasil em 1817 por ocasião do casamento da Princesa Leopoldina com D. Pedro I. Do seu trabalho realizado no Brasil resultou a publicação *Delectus florae et faunae Brasiliensis: jussu et auspiciis Francisci I, Áustria imperatoris investigata (1820 e 1825)*. Mikan faleceu em 1844.











Heinrich Wilhelm Schott



Heinrich Wilhelm Schott (1794-1865) nasceu em Brünn (Brno), Moravia (hoje República Theca). Viveu em Viena, onde seu pai era o chefe jardineiro do jardim botânico da Universidade de Viena. Nessa universidade ele estudou botânica, agricultura, química e foi aluno do botânico Joseph Franz von Jacquin (1766-1839), que recomendou o jovem Schott para participar da Missão Austríaca (1817-1821). Chegando ao Rio de Janeiro, iniciou pesquisas de campo e deixou registradas inúmeras notas sobre as plantas e animais que observara.

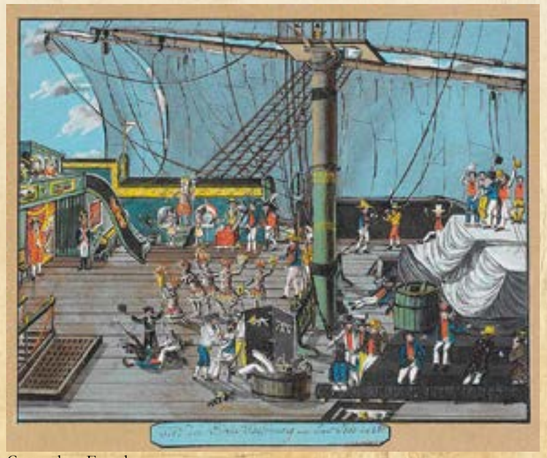
Em 1821 retornou a Viena, onde trabalhou como jardineiro novamente. Em 1828 foi nomeado diretor dos jardins do Palácio de Schönbrunn, nos arredores de Viena, passando a exercer as funções de jardineiro da corte dos Habsburgos. A partir de 1845, Schott é o diretor responsável dos jardins imperiais no Palácio de Schönbrunn, em Viena, sucedendo seu professor Joseph Franz von Jacquin, que havia acumulado uma grande coleção de plantas tropicais. Nesse período introduziu nos jardins de Viena diversas plantas brasileiras, as quais depois ganharam aceitação na Europa como plantas decorativas. Ganhou renome como especialista da família de plantas *Araceae* (aráceas) – muito utilizadas como plantas ornamentais, em jardinagem e paisagismo –, sendo-lhe devida a descrição de vários gêneros e espécies de *aroideas*, entre as quais se incluem algumas das mais conhecidas e mais importantes plantas daquela família. O papel de Schott com as *Araceae* seria difícil de superar. Ao todo, ele descreveu e nomeou 587 espécies novas para a ciência. Vários artigos e pinturas de coleções sobre o assunto foram publicados por ele a partir de 1820 até seu falecimento, em Schönbrunn, Viena, no dia 5 de março de 1865.







Baía de Botafogo e o Corcovado no Rio de Janeiro



Cruzando o Equador



Igreja mais antiga de São Sebastião no Rio de Janeiro



Nau D. João VI

Franz Josef Frühbeck

Franz Josef Frühbeck (1790-1830) era desenhista e pintor. Nasceu em Viena, Áustria. Veio ao Brasil muito jovem, com apenas 17 anos, como ajudante-bibliotecário e membro da missão austríaca que acompanhou a princesa Leopoldina na sua viagem para o Rio de Janeiro. Permaneceu no país durante sete meses. Os desenhos e aquarelas produzidas por Frühbeck retratam cenas a bordo da fragata portuguesa D. João VI, desde o embarque em Livorno, Itália, até o Rio de Janeiro. Por meio delas é possível observar o cotidiano dos viajantes no interior da embarcação, destacando-se também vistas tomadas a bordo do navio, inclusive da princesa Leopoldina, e imagens que evidenciam aspectos do Rio de Janeiro da época – arquitetura e habitantes. Ricas em detalhes, as cenas desenhadas pelo austríaco relatam com minúcia os eventos observados durante a viagem.

Logo após a chegada ao Rio de Janeiro, Frühbeck assumiu seus deveres como assistente de Rochus Schüch, bibliotecário de D. Leopoldina, supervisionando o desembarque das caixas que continham seus livros, em sua maioria obras de ciências naturais, e, depois, ajudando-o na organização do gabinete de estudos da princesa no Palácio de São Cristovão.

Durante o pouco tempo que passou no Brasil – ele não quis se estabelecer no Rio de Janeiro –, ficou aguardando o retorno da comitiva que viera trazendo D. Leopoldina. A volta, prevista inicialmente para janeiro de 1818, foi adiada tendo em vista a aclamação de D. João VI, que ocorreria em em 13 de maio, aniversário do rei. Assim, o pintor acabou morando na cidade por seis meses e meio. Nesse período se dedicou a desenhar e retratar o Rio de Janeiro. De volta a Viena, em 1818, viveu até 1830 da exposição de desenhos de vistas e acontecimentos ocorridos durante sua permanência no Brasil. Escreveu dois livros, raríssimos: *Skizze meiner reise nach Brasilien in Süd-amerika im Jahre 1817*, publicado em 1830, em que descreve suas pinturas, e *Mein Aufenthalt in Paris im Jahre 1832*, publicado em 1832, um guia dos principais edifícios públicos e religiosos de Paris, ilustrado com desenhos de sua autoria.

Frühbeck deixou mais de cinquenta imagens entre desenhos e aquarelas. Existe um álbum que pertence à coleção de iconografia do Instituto Moreira Sales (IMS) com 30 desenhos, aquarelas e colagens; outros trabalhos seus integram as coleções da Sociedade Hispânica da América, em Nova York, e a coleção Itaú, em São Paulo. A parte da obra de Frühbeck que integra o acervo de iconografia do IMS pode ser consultada no endereço eletrônico: http://ims.com.br/ims/explore/artista/franz-joseph-fruhbeck. Em 1965, dois de seus trabalhos foram reproduzidos na obra *A Muito Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, editada nessa data para comemorar o 4º centenário da fundação da cidade. Faleceu em Krieglach, Áustria, em data desconhecida.

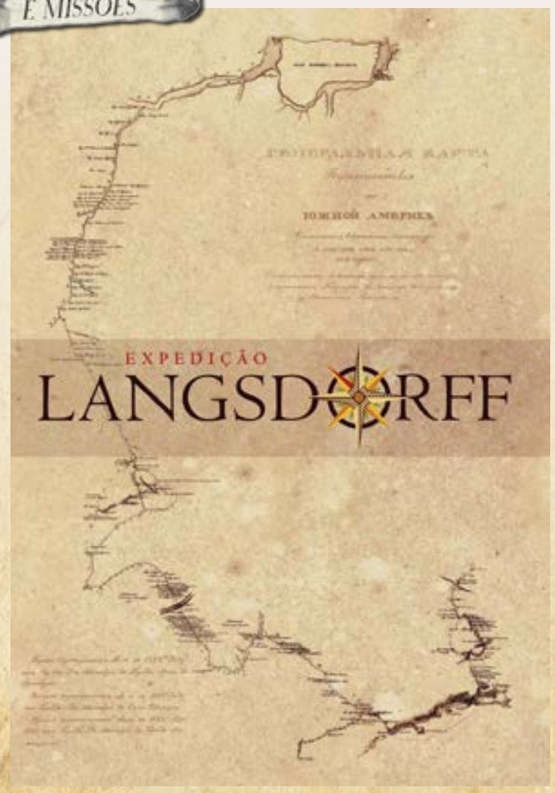
Expedição Langsdorff (1821-1829)



Georg Heinrich Freiherr von Langsdorff, Barão de Langsdorff

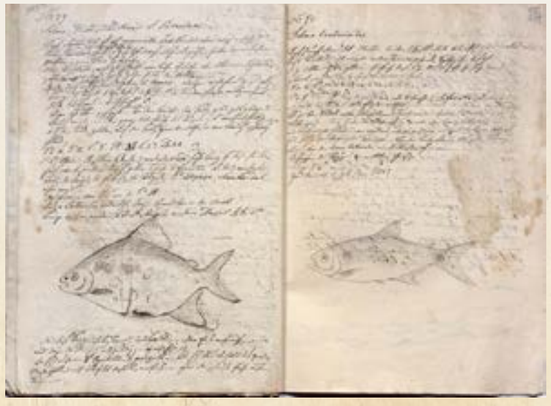
O Barão de Langsdorff (Georg Heinrich Freiherr von Langsdorff – *1774-1852*) nasceu na localidade de Wöllstein, no antigo Ducado de Nassau-Usingen, reino de Hessen, atual Alemanha, em 18 de fevereiro de 1774, filho de Johann Gottlieb Emilius von Langsdorff e de sua primeira mulher, Anna Katherine Friederike Koch. Seu pai foi intendente-mor (prefeito) de Wollstein e depois vice-chanceler do Supremo Tribunal de Kalrsruhe, no Grão-Ducado de Baden. O Barão de Langsdorff era médico, naturalista, explorador, etnógrafo, membro da Academia Imperial de Ciências de São Petersburgo e de várias sociedades científicas em outros países, diplomata e chefe da expedição científica russa que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX. Entrou para a história por sua heroica expedição, que percorreu o Rio de Janeiro, depois Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Amazonas e Pará em toscas canoas pelos rios dessas regiões.

Após a graduação em medicina pela Universidade de Göttingen em 1797, aos 23 anos, Georg Heinrich partiu para Lisboa, Portugal, como médico particular do príncipe Christian Auguste von Waldeck quando este assumiu o comando das tropas portuguesas. Com a morte do príncipe, em 1798, estabeleceu-se em Lisboa e rapidamente formou uma respeitável clientela, o que garantiu sua subsistência e tempo livre para dedicar-se aos estudos e às pesquisas no campo das ciências naturais e para familiarizar-se com a língua e a cultura portuguesas. Nesse período introduziu a vacina contra a varíola na capital portuguesa. Também viveu na Espanha entre os anos de 1801 e 1802, quando retorna para seu país. Em 1803 foi nomeado membro da Academia Imperial de Ciências de São Petersburgo. Mantinha correspondência com cientistas franceses, como Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, André Marie Constante Duméril, entre outros, e também com seus colegas da Academia Imperial de Ciências de São Petersburgo



Quando tomou conhecimento da preparação da primeira expedição científica de circum-navegação do globo (1803-1808) por ordem do czar Alexandre I, sob o comando do capitão Adam Johann von Krusenstern (1770-1846), solicitou sua candidatura para integrar a equipe de cientistas, sendo aceito na função de ictiólogo e mineralogista. A expedição chegou ao Brasil, na Ilha de Santa Catarina, em 20 de dezembro de 1803 para conserto de avarias e reabastecimento do navio, tendo aí permanecido um mês e poucos dias. Nessa região Langsdorff pôde fazer uma série de observações científicas, colecionando espécies e estudando a natureza. No ano de 1804 descreveu suas impressões que tivera da ilha no artigo intitulado Fernere Reisenachrichten von Hrrn. D. Langsdorff von der Insel St. Catarina an der Küste von Brasilien, den 15. Januar 1804, *Magazin für den neuesten Zustand der Naturkunde 9,* Weimar 1805, 220-23.

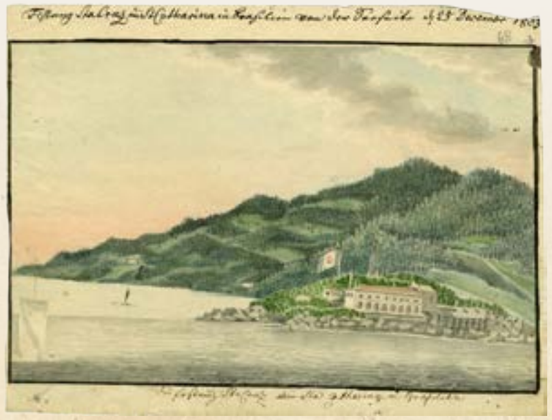
Com o fim de sua permanência na viagem ao redor do mundo, em 1804, foi enviado ao Japão em missão diplomática. Posteriormente, em 1805, como naturalista, realizou viagem aos domínios da "Companhia Russo-Americana", às ilhas Aleutas e ao noroeste da América do Norte. Ali dedicou-se ao estudo da cultura dos nativos. Em 1806, na Califórnia, coletou dados a respeito da vida dos índios americanos na região.



Em 1808 foi nomeado assistente de botânica na Academia de Ciências de São Petersburgo, onde permaneceu por quatro anos. Naturalizou-se russo e foi nomeado conselheiro da corte, motivo pelo qual também é conhecido pelo nome de Grigóri Ivanovitch Langsdorff. Em 1812 foi nomeado cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro pelo czar Alexandre I, tendo também como encargo auxiliar os mercadores russos e providenciar abastecimento para os navios da Companhia Russo-Americana. Em 5 de abril de 1813 chegou ao Rio de Janeiro, onde levou uma vida intensa e ativa, dedicando-se à pesquisa de história natural, etnografia e geografia na região fluminense, tendo como companheiro de pesquisas Georg Wilhelm Freyreiss (1789-1825), zoólogo, botânico, naturalista e ornitologista.

Nesse período, além de outras publicações sobre botânica, preparou o lançamento de sua descrição da viagem que realizara em torno do mundo com o título *Plantes recueillies pendant le voyage des Russes autour du Monde - expédition dirigée par M. DE Krusenstern. (Plantas coletadas durante a viagem dos russos ao redor do mundo).* Publiées par G. Lansdorff et F. Fischer. Editora A Tubingue, Chez j. G. Cotta, Libraire. 1810. Expedição liderada pelo Sr. Krusenstern; publicado por Friedrich Ernst Ludwig Fischer e Georg Heinrich Freiherr von Langsdorff.

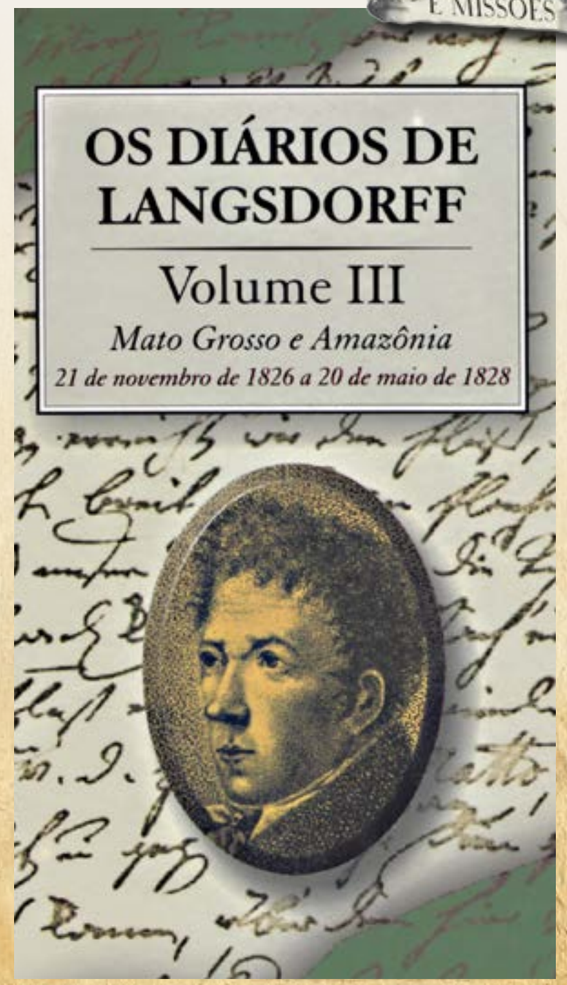
Em 1812 foram publicados em alemão os dois volumes da obra *Bemerkungen auf einer Reise um die Welt in den Jahren 1803 bis 1807 (Notas sobre uma viagem ao redor do mundo nos anos 1803-1807)* - volume 01. Local de Publicação: Frankfurt am Main : In Verlag bei Friedrich Wilmans. Ano de Publicação: 1812. Descrição Física: 2 v., v. 1: il., retr. como front., ded., pref., introd., 13 f. sem numeração, 303 p., 27 il. / *Bemerkungen auf einer Reise um die Welt in den Jahren 1803 bis 1807 (Notas sobre uma viagem ao redor do mundo nos anos 1803-1807)* - volume 02. Local de Publicação: Frankfurt am Main : In Verlag bei Friedrich Wilmans. Ano de Publicação: 1812. Descrição Física: 2 v., v. 02: retr. como front., 335 p., 16 il.



No ano de 1816 adquiriu a Fazenda da Mandioca, na província do Rio de Janeiro, nas proximidades do Porto Estrela, que logo se tornou local de pesquisas agrícolas. O local foi estada obrigatória para diversos cientistas e naturalistas europeus que estiveram no Brasil e que, dali, organizaram diversas expedições, entre os quais, Spix e Martius, John Luccock, Emmanuel Pohl, Maximilian von Wied-Neuwied, Saint-Hilaire e Friedrich Sellow. Seu trabalho de pesquisas incluía museus e bibliotecas do Rio de Janeiro, tendo enviado à Academia de Ciências de São Petersburgo materiais sobre os índios brasileiros e informações a respeito do trabalho de outros viajantes. Ainda em 1816 realizou uma viagem pela província de Minas Gerais (Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Congonhas e outras cidades).

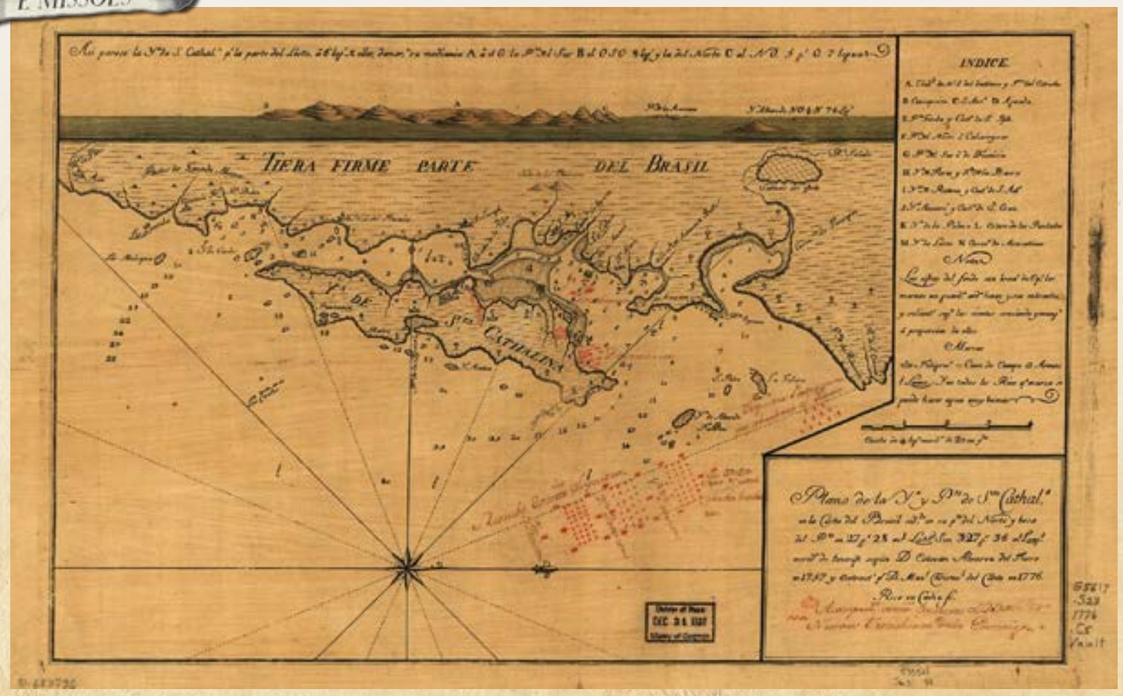
O seu grande plano, entretanto, era organizar uma expedição científica russa ao interior do Brasil. No final do ano de 1820 Langsdorff voltou para a Europa com o objetivo de obter financiamento para realização da empreitada. Em meados de 1821, em São Petersburgo, foi nomeado barão. Nessa ocasião tratou com as autoridades sobre o grande número de cientistas europeus que trabalhavam no Brasil e ressaltou a importância de a Rússia não ficar atrás das outras potências nesse interesse por um país de tantas riquezas naturais. Apresentou o projeto da expedição, objetivando descobertas científicas, geográficas, estatísticas e outras pesquisas, inclusive estudos sobre produtos não conhecidos no mercado e coleção de objetos de todo o reino natural. Sua solicitação foi aprovada e financiada pelo czar Alexandre I. Retornou ao Brasil para dar andamento ao seu projeto, acompanhado de futuros participantes da expedição e de quase duas dezenas de famílias de artesãos alemães.

Ainda em 1821 foi publicada na Europa sua obra *Bemerkungen über Brasilien: Mit gewissenhaster Belehrung fur auswandernde Deutsche, von /.../ Kaiserlich Russischen General-Consul in Brasilien und mehrerer Orden Ritter (Observações sobre o Brasil: com doutrinação meticulosa para emigrantes alemães).* Publicada por Heidelberg: Verlag von Karl Gross: 1821, 107 p. Traduzida para o português por A. M. de Sampaio



e publicada como *Memórias sobre o Brasil para servir de guia àquelles que nelle se desejão estabelecer* (Rio, Silva Porto, 1822).

A cidade do Rio de Janeiro foi o ponto de partida da Expedição Langsdorff, como ficou conhecida, que percorreria aproximadamente 17 mil quilômetros entre os anos de 1821 e 1829. Dessa expedição participaram, entre outros, o médico e zoólogo Cristian Hasse, o botânico Ludwig Riedel, o naturalista Eugéne Ménétriès (1802-1861), o astrônomo e cartógrafo da marinha russa Nestor Rubtsov, que desenhou mapas tão precisos que ainda hoje surpreendem os estudiosos, apesar dos instrumentos rudimentares de que dispunha. A expedição contou ainda com os pintores franceses Johann Moritz Rugendas (1802-1859), Aimé-Adrien Taunay (1803-1828) e Hercule Romuald Florence (1804-1879), além de escravos, guias e remadores, somando 39 pessoas. Pelo seu equipamento e pelo número de participantes, a expedição despertou grande interesse em meios europeus e brasileiros.



Na primeira parte da expedição, de fevereiro de 1822 a novembro de 1824, os estudiosos (artistas, botânicos, naturalistas e cientistas) exploraram a região do Rio de Janeiro, estudando inclusive a colonização suíça em Nova Friburgo, fundada em 1819. Devido aos constantes adiamentos que por mais de dois anos retardaram o início das viagens, a maior parte do trabalho do artista Johann Moritz Rugendas foi desenvolvida na Fazenda da Mandioca e arredores.

Em meados de 1824 partem rumo à província de Minas Gerais. No final desse ano, quando estavam acampados em uma fazenda mineira, o artista austríaco Johann Moritz Rugendas deixa a expedição, após uma série de desentendimentos com Langsdorff, que o demite do grupo e ordena que entregue à expedição todos os desenhos feitos até então, conforme contrato que assinara. Mas o pintor se recusa a cumprir o contrato, segue trajetória própria e retorna depois ao Rio de Janeiro. Em 1825, parte para a Europa levando a maior parte dos seus desenhos feitos no Brasil. Rugendas é então substituído por Aimé-Adrien Taunay, jovem desenhista, filho de Nicolas Taunay, que foi integrante da Missão Artística Francesa. Para evitar o risco de ficar novamente sem esses profissionais da arte para acompanhar sua expedição, Langsdorff contrata, junto com Taunay (primeiro desenhista), Antoine Hercule Romuald Florence, um jovem natural de Nice (França), amante das artes e das ciências, recém-chegado ao Rio de Janeiro e que foi fundamental para a equipe nos últimos dias, antes do término da viagem, no Pará.

Na segunda parte da expedição, a partir do ano de 1825, os membros da equipe seguem por São Paulo, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Pará. Em território paulista, após consulta de pessoas de sua confiança, especialmente da família Engler, da cidade de Itu, o barão decidiu que a segunda etapa da viagem seria feita por rios, iniciando então a organização e os preparativos da viagem com a participação do médico e político dessa cidade, dr. Francisco Álvares Machado. A partida acontece no dia 22 de junho de 1826, saindo de Porto Feliz, no rio Tietê, com destino ao Mato Grosso via rios Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, alcançando a cidade de Corumbá e, a seguir, a cidade de Cuiabá. Descem depois ao Amazonas pelos afluentes do Tapajós. Durante o deslocamento, visitam aldeias indígenas de várias nações, onde coletam abundante material que irá compor o acervo da expedição.

Por todo o trajeto da expedição, a equipe enfrentou inúmeras adversidades, principalmente com a malária, a morte de Adrien Taunay, que acabou se afogando em janeiro de 1828, na província de Mato Grosso, ao tentar atravessar a nado o rio Guaporé, e a perda da memória do Barão de Langsdorff no Amazonas, em virtude de febre tropical, que o deixou impossibilitado de prosseguir com as pesquisas. A expedição encerrou-se em 1829, em Belém do Pará, de onde a equipe retornou pela costa brasileira, chegando ao Rio de Janeiro no dia 10 de março de 1829.

O diário de bordo estava sob a responsabilidade do Barão de Langsdorff, que o escreveu até o dia 20 de maio de 1828, quando a expedição encontrava-se em Mato Grosso, na região do Tocarizal, à margem do rio Juruena. Sentindo-se com grandes problemas de saúde, deixou escrito que todos que estavam com ele tinha adoecidos e que apenas Hercule Florence estava em condições de continuar a escrever o diário, que seria incorporado ao dele. E assim aconteceu. O pintor Antoine Hercule Romuald Florence, que ficou para sempre no Brasil, continuou com a narrativa do diário de bordo, que foi publicado em 1875 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro com o título *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas – 1825-1829*, no qual relatou que o barão enlouqueceu quando percorriam o rio Juruena no ano de 1828. A viagem se tornara a mais trágica das muitas missões e expedições científicas que penetraram nas florestas e rios brasileiros. Dos 39 integrantes da expedição, somente 12 retornaram ao Rio de Janeiro.

Apesar de todos os problemas enfrentados, o legado etnológico, botânico e iconográfico da expedição Langsdorff é um dos maiores tesouros científicos do Brasil que conta com reproduções da flora, da fauna e da população nativa, que impressionam a todos pelo rigor descritivo e pela beleza representada. Material científico fundamental para a história natural, possui valor singular para os brasileiros, sobretudo do ponto de vista da etnografia. Através dos relatos, registros e desenhos nos aproximamos dos costumes e da linguística de várias tribos indígenas contatadas.

De volta à Europa, em abril de 1830, Langsdorff, ainda adoentado, aposentou-se e veio a falecer em Freiburg, Breisgau, Alemanha, em 29 de junho de 1852. O barão que amava o Brasil e planejava viver aqui até o fim de seus dias deixou uma carta datada de 1827, onde escreveu que "no Rio de Janeiro eu gostaria de encontrar, nos anos que me restam, uma ocupação permanente para deixar esta vida de cigano e viver e morrer em paz".

As pesquisas realizadas durante a expedição e grande parte do material coletado e produzido por esses desbravadores foram enviados à Rússia e ali permaneceram por volta de cem anos em uma sala do Jardim Botânico de São Petersburgo. Esse acervo era constituído de espécies minerais, herbários, diversos animais empalhados, desenhos, aquarelas, croquis, mapas, vocabulários de línguas indígenas, material etnográfico, correspondências diversas, textos e manuscritos de membros da expedição, inclusive os 26 cadernos que compõem os diários de Langsdorff, onde foram registradas sistematicamente suas impressões de viagem. Muitas das espécies de plantas coletadas por Riedel foram expostas pela primeira vez na publicação *Flora Brasiliensis*, de autoria do botânico Carl Friedrich Philipp von Martius.

O acervo de Langsdorff foi redescoberto em 1930, mas só 40 anos depois (1973) publicou-se o catálogo da coleção. Até essa época, as únicas informações sobre a expedição tinham como base o diário publicado por Hercules Florence. Já na década de 1960, quatro reportagens publicadas na revista *O Cruzeiro* nos dão a dimensão do valor histórico desse acervo: "Chateaubriand em Moscou, as portas da amizade", publicada em 16.10.1965; "Chateaubriand em Moscou, a arte é arte de conquistar os russos", publicada em 23.10.1965; "Chateaubriand na Rússia, a descoberta do tesouro", publicada em 6.11.1966; e "Os russos arquivam o Brasil", publicada em 19.12.1963.

Nos anos de 1988 e 1989, parte do acervo Langsdorff pôde ser visto na exposição *Langsdorff de volta,* ocasião em que foi aberta à visitação pública em quatro capitais brasileiras. Com a criação da Associação Internacional de Estudos Langsdorff (AIEL), fundada em Brasília no ano de 1990, houve esforço para trazer cópia da documentação da expedição para o Brasil, que agora está disponível para consulta na Casa de Oswaldo Cruz, da Fiocruz, no Rio de Janeiro, e no Centro de Memória da Unicamp (CMU), em Campinas, São Paulo. Já os diários de Langsdorff, após intenso trabalho de pesquisadores e cientistas, foram publicados em três volumes, pela Editora Fiocruz, em 1997, com o apoio de diversas empresas.





Aimé-Adrien Taunay

Aimé-Adrien Taunay (1803-1828), nascido em Paris, França, era filho e aluno do pintor Nicolas Antoine Taunay (1755-1830). Desde muito jovem Adrien Taunay dedica-se ao desenho e à pintura. Vem ao Brasil em 1816 acompanhando o pai, membro da Missão Artística Francesa. Já no Brasil e ainda adolescente – com apenas 15 anos –, embarca na corveta Uranie numa longa viagem de circum-navegação (1818-1820) com o naturalista Louis Claude de Saulces de Freycinet (1779-1842) durante sua passagem pelo Rio de Janeiro. Foi contratado como desenhista e ilustrador da expedição. A viagem dura dois anos e visita a África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e arquipélagos do Pacífico. Depois de enfrentar um naufrágio no cabo Horn, ponto mais meridional da América do Sul e que pertence ao Chile, volta ao Rio de Janeiro, chegando a tempo de ver a partida de seu pai para a França. Permanece, contudo, no Brasil e dedica-se ao estudo de línguas e também às artes com a tarefa de pintar cenas mitológicas relativas ao Triunfo de Baco nas paredes da sala de visita da casa de seu pai, próxima à Cascatinha da Tijuca. Em 1824, em longa viagem por terras fluminenses, passando por Nova Friburgo e Cantagalo, faz anotações diárias acompanhadas de desenhos.

Em 1825 foi contratado como primeiro-desenhista para integrar a expedição que estava sob o comando do Barão de Langsdorff (Georg Heinrich von Langsdorff), cônsul-geral da Rússia no Brasil, substituindo Rugendas, que se desentendera com o barão. A expedição parte nesse ano, e a rota, dirigida ao interior do país, inclui São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rondônia, Amazônia e Pará, tendo como companheiro Hercule Florence, então segundo-desenhista.

Aimé-Adrien Taunay registra a expedição em belíssimas aquarelas, mas a empreitada foi repleta de conflitos internos e desastres. Após dois anos de viagem, chegam a Cuiabá, onde permanecem por aproximadamente um ano. Em agosto de 1827, o Barão de Langsdorff divide a expedição em dois grupos para percorrer caminhos diferentes. Coube ao grupo formado por Adrien Taunay e pelo botânico Ludwig Riedel (1791-1861) seguir viagem de Cuiabá ao Amazonas pelos rios Guaporé (Mato Grosso), Mamoré e Madeira (Amazonas). Juntos passam pela aldeia dos índios bororos, atingem a divisa com a Bolívia e depois Vila Bela de Mato Grosso, em dezembro de 1827, onde as duas equipes acabam se desencontrando. Depois de algumas incursões pelos arredores do vilarejo e tendo se afastado de Riedel, Adrien Taunay se perde nas matas. No dia 5 de janeiro de 1828 finalmente consegue localizar a margem do rio Guaporé e, ao tentar atravessá-lo a nado, acaba se afogando. Foi enterrado na pequena Vila Bela. De todas as tragédias ocorridas durante a expedição, nenhuma foi mais dolorosa e marcante do que a morte do jovem e talentoso pintor.

A obra do artista no Brasil só recentemente tornou-se conhecida, principalmente pela publicação do grande conjunto de aquarelas realizadas no período em que participa da expedição Langsdorff e conservadas atualmente na Academia de Ciências da Rússia, em São Petersburgo. Adrien Taunay destaca-se como excepcional pintor de paisagens e pelas cenas ricas em movimento. Suas aquarelas também apresentam interesse como fonte de informação histórica, enfocando os costumes da época, como em *Rico Habitante de São Paulo que Conduz suas Mulas Carregadas de Cana-de-Açúcar* (1825); *Lavadeiras do Rio Quilombo* e *Vestimentas de São Paulo* ou ainda o aspecto das vilas e cidades em *O Convento dos Capuchinhos em Santos* e *Vista da Vila dos Guimarães*. Deixou preciosa documentação visual da região por onde passou, mas, além do simples retrato da paisagem, preocupou-se em incluir elementos que registrassem aspectos socioculturais, como os habitantes do local e seus costumes. Algumas aquarelas são de grande interesse etnológico, como o registro da vida tribal dos bororos e daqueles que viviam na missão jesuítica da Chapada dos Guimarães. Realiza, em suas aquarelas, um comovente retrato artístico do índio brasileiro.

Sobre a morte de Taunay, o barão de Langsdorff registra em seu diário, volume 3 – *Mato Grosso e Amazônia* –, que foi "uma notícia muito dolorosa para mim, embora eu tivesse muitos e muitos motivos justos para estar descontente com o comportamento do falecido. Taunay tinha muitos talentos natos: era um verdadeiro artista, um gênio em todos os sentidos; tinha imaginação aguçada, talento para a música, mecânica, pintura, mas, ao mesmo tempo, era de uma imprudência e audácia sem limites. Graças à sua grande facilidade para desenhar, à sua imaginação fértil e à sua displicência, ele esboçava croquis que só ele, e ninguém mais, era capaz de finalizar. Por isso, eu, às vezes, o advertia amistosamente. Quando ele realmente queria trabalhar, o que era raro, ele conseguia produzir em uma hora mais do que qualquer outro artista em meio dia. A genialidade de seu talento se revelava na capacidade de representar graficamente o que via sem precisar fazer correções no desenho nem limpar o pincel. Ele se tornou pintor praticamente sozinho, sem ter estudado para isso, mas gostava muito de ler e tinha uma memória muito aguçada, o que estava diretamente relacionado com o seu grande potencial imaginativo. Ele conseguiu retratar de memória, e com muita fidelidade, seu pai e seu irmão. Pintou também o imperador D. Pedro I e fez caricaturas fidelíssimas de pessoas com traços marcantes de fisionomia que ele só vira uma ou duas vezes na rua, de passagem".



Rio Cubatão perto de Santos, província de São Paulo | 1815 | Aimé-Adrien Taunay

















Villa Ricca (Ouro Preto) | Johann Moritz Rugendas

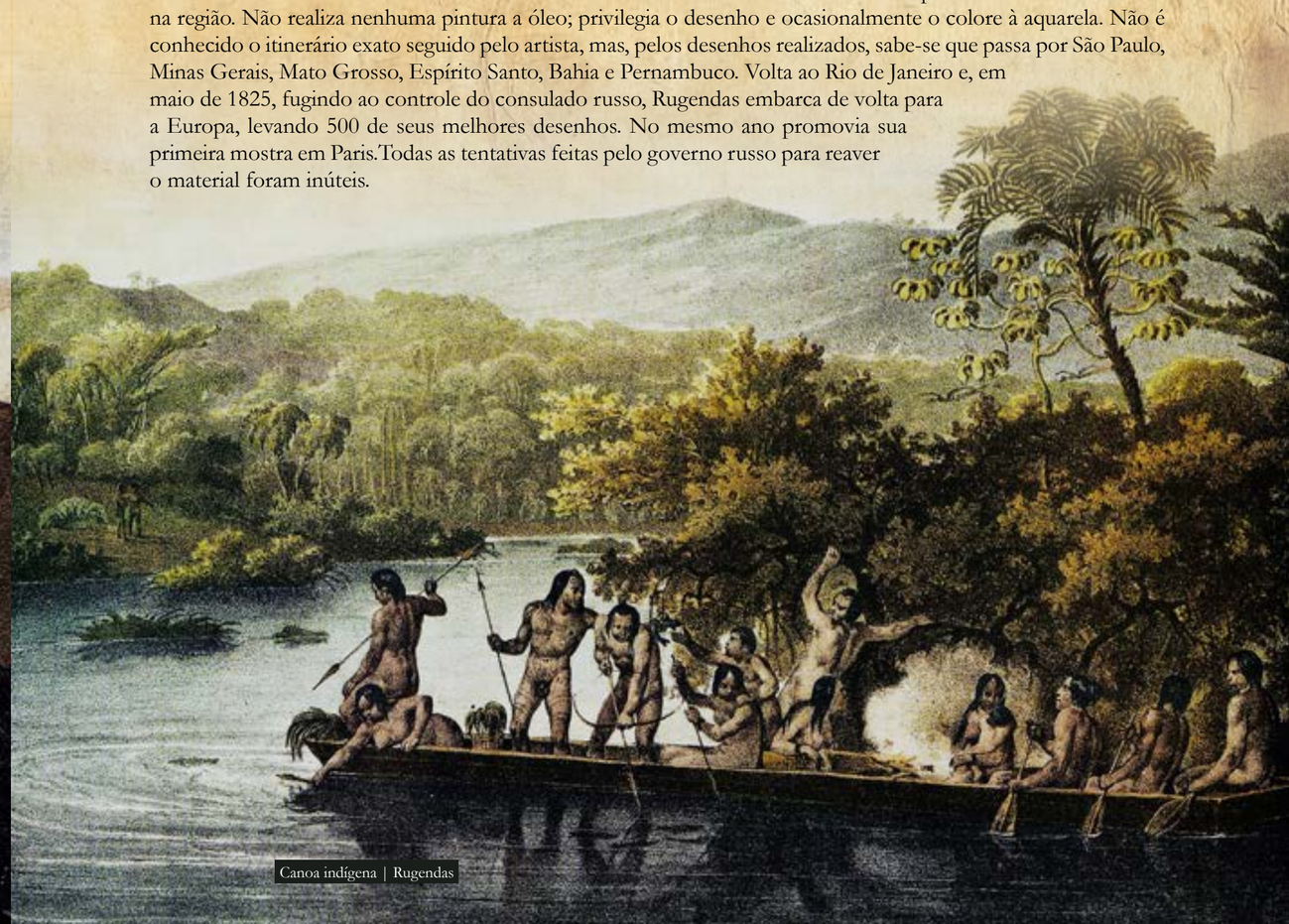
EXPEDIÇÕES E MISSÕES



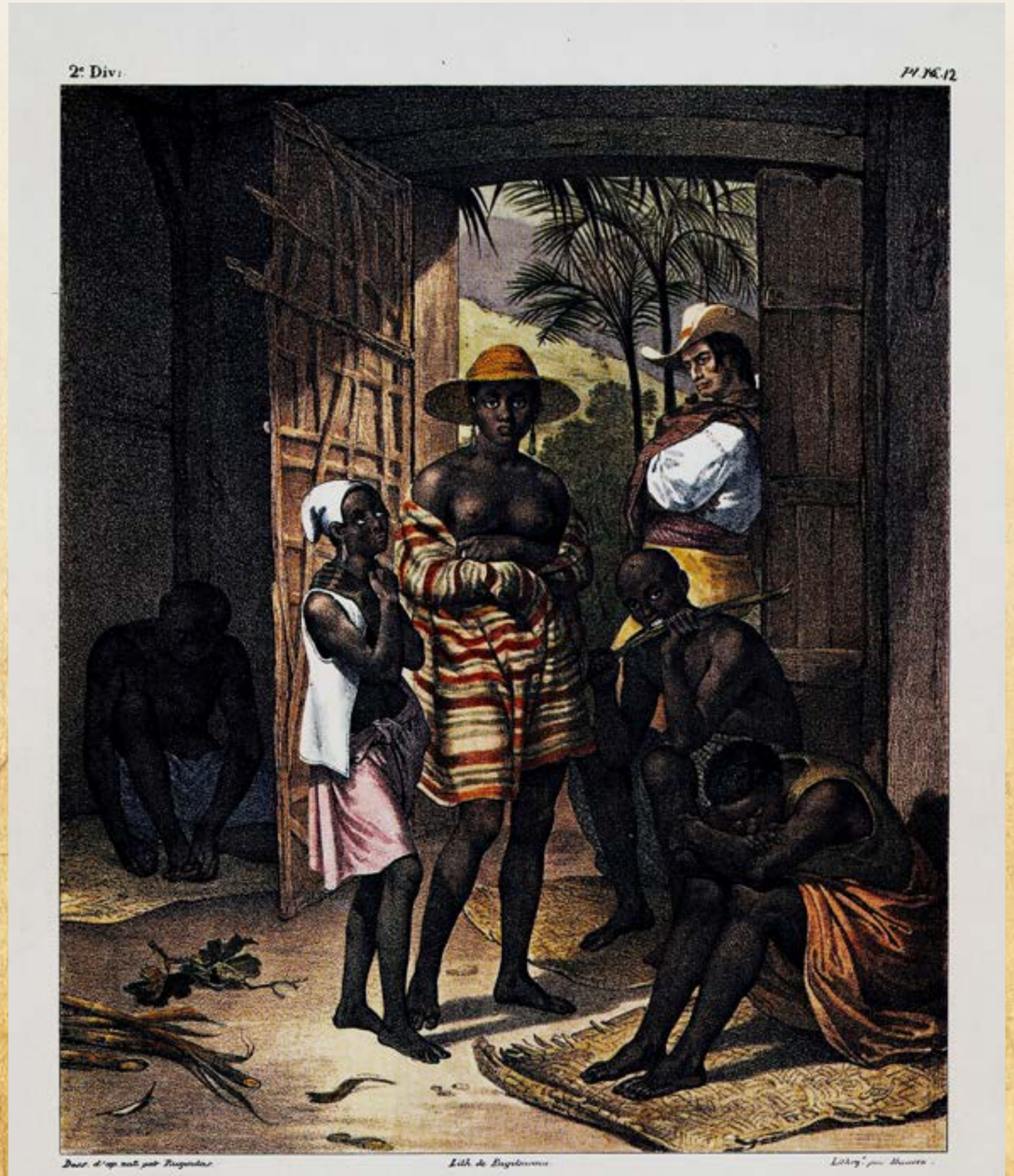
Johann Moritz Rugendas

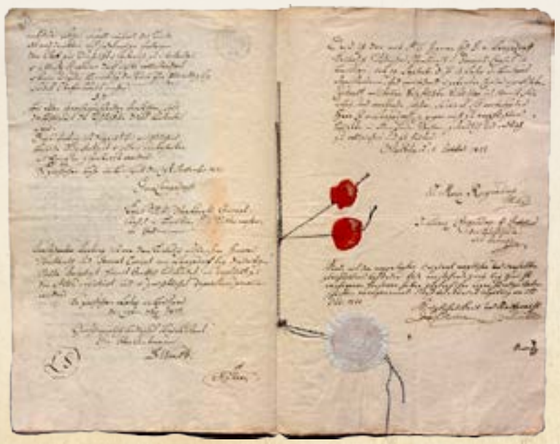
Johann Moritz Rugendas (1802-1858), nascido em Augsburgo, ou Ausburgo, cidade localizada no sul do estado alemão da Baviera, era pintor, desenhista e gravador. Pertenceu à sétima geração de uma família de desenhistas, pintores, gravadores e impressores e desde criança já exercitava o desenho e a gravura com o pai, Johann Lorenz, Rugendas II (1775-1826), que foi diretor e professor da escola de desenhos de Augsburg. Frequenta o ateliê do pintor acadêmico de batalhas e cavalos Albrecht Adam (1786-1862) de 1815 até 1817, quando então ingressa na Academia de Belas Artes de Munique, onde foi aluno de Lorenzo Quaglio II (1793-1869), litógrafo e professor de pintura de paisagem e cenas domésticas. Incentivado pelos relatos de viagens ao Brasil dos naturalistas Johann Baptiste von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e pela obra de Thomas Ender (1793-1875) exposta em Viena, o jovem artista assina contrato com o Barão de Langsdorff para tomar parte em uma expedição científica pelo Brasil como desenhista ilustrador de cenas urbanas e da natureza. Viaja com destino ao Brasil e chega ao Rio de Janeiro em março de 1822, em pleno momento de efervescência política com o processo de independência do país. Problemas de várias ordens retardam por dois anos o início das viagens exploratórias pelo continente brasileiro. Nesse período morou por dois anos na casa do Barão Marschall, encarregado de negócios da Áustria, indo constantemente até a Fazenda da Mandioca, de propriedade do Barão de Langsdorff. Faz amizade com os artistas da Missão Artística Francesa e retrata a paisagem natural, a fauna, a flora, os tipos físicos e as vistas da cidade do Rio de Janeiro e arredores.

Em meados de 1824 partem finalmente em direção à província de Minas Gerais, passando por São Paulo. Nesse ano, em território mineiro, Rugendas deixa a expedição após uma série de desentendimentos com Langsdorff, seguindo trajetória própria com o registro de tipos, cenas cotidianas, costumes, paisagens, fauna e flora brasileiros, sempre fazendo anotações sobre o que encontrava, compondo assim um importante cenário sobre o Brasil do início do século XIX. Retrata inúmeras cidades de Minas Gerais e a prática do trabalho escravo na região. Não realiza nenhuma pintura a óleo; privilegia o desenho e ocasionalmente o colore à aquarela. Não é conhecido o itinerário exato seguido pelo artista, mas, pelos desenhos realizados, sabe-se que passa por São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco. Volta ao Rio de Janeiro e, em maio de 1825, fugindo ao controle do consulado russo, Rugendas embarca de volta para a Europa, levando 500 de seus melhores desenhos. No mesmo ano promovia sua primeira mostra em Paris.Todas as tentativas feitas pelo governo russo para reaver o material foram inúteis.



Canoa indígena | Rugendas





Contrato de Langsdorf com Rugendas sobre sua participação na expedição

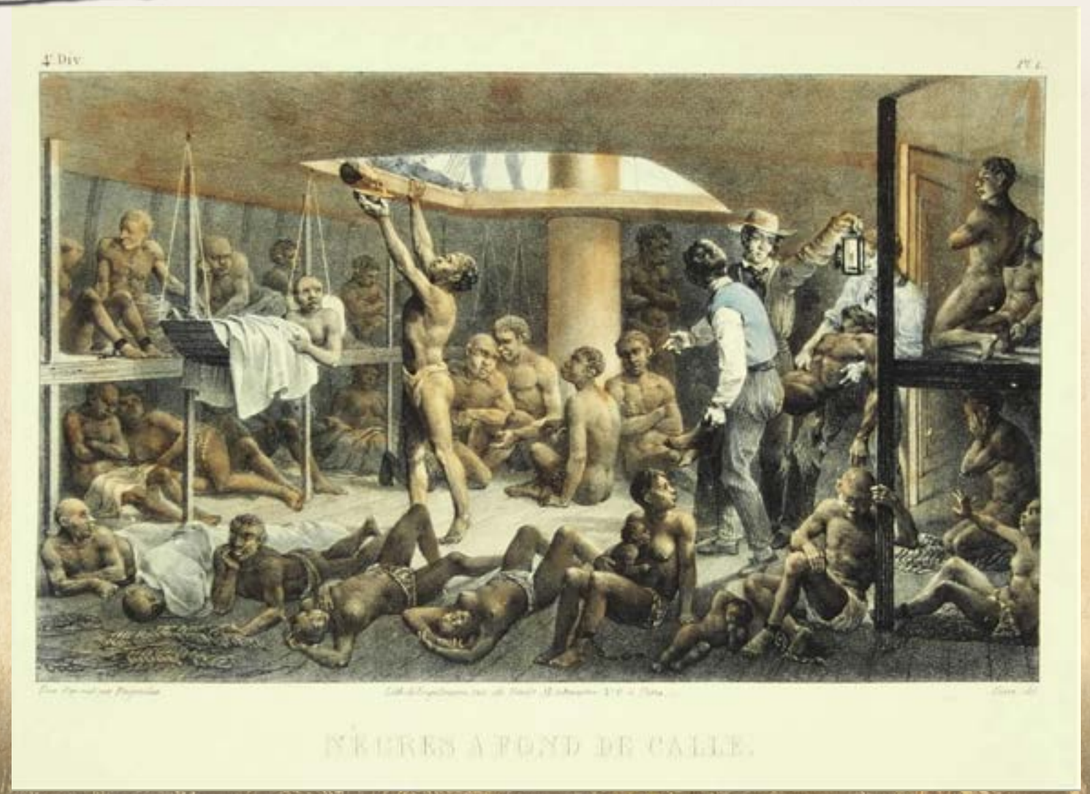


Árvore gigantesca na selva tropical brasileira | Rugendas

De 1825 a 1828 vive entre Paris, Augsburg e Munique. Vai para a Itália em 1828, onde observa novas técnicas de pintura. O uso de cores e o esboço a óleo chamam sua atenção. Encontra-se com o naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859), que o apresenta ao proprietário da famosa editora Casa Engelmann & Cie, de Paris. O editor se compromete em publicar seu diário de bordo – e assim foi feito. Cem litografias coloridas à mão por 22 litógrafos, com base nos desenhos brasileiros de Rugendas, acompanhadas por textos explicativos de autoria de Victor Aimé Huber (1800-1869), a partir de cartas enviadas por Rugendas, que não estava presente durante a publicação, são reunidas e publicadas em fascículos sob o título *Malerisches Reise in Brasilien* ou *Voyage Pittoresque dans le Brésil* (*Viagem pitoresca através do Brasil)*, em edição bilíngue – francês e alemão – (1827-1835).

Pensado como livro de viagem dirigido ao grande público, é considerado até os dias atuais um dos mais importantes documentos iconográficos sobre o Brasil do século XIX. Apesar das imagens serem mais artísticas do que científicas, são da maior importância para o estudo da vida social brasileira do século XIX. O autor dá grande ênfase à discussão sobre a escravidão e sua extinção. Ocupa-se também em descrever e discutir a situação dos escravos no Brasil, o tratamento que recebem e seus usos e costumes. Interessa-se, de maneira geral, em tratar de aspectos raciais e sociais da população brasileira, descrevendo, portanto, costumes dos índios e da vida dos habitantes das cidades. O livro contém as seguintes subdivisões: paisagens, tipos e costumes, usos e costumes dos índios, a vida dos europeus, europeus na Bahia e em Pernambuco, usos e costumes dos negros. A obra só seria publicada no Brasil mais de um século depois, em 1940, pela Livraria Martins Editora S/A. Depois são reproduzidas outras edições ao longo do século XX.

Em 1928 um valioso acervo dos desenhos de Rugendas conservados na Coleção de Arte Gráfica de Munique foi colocado à venda. Os compradores foram Clóvis Ribeiro e Wasth Rodrigues, que tentaram, sem sucesso, revender a coleção ao governo brasileiro. O conjunto foi então fragmentado e vendido a diversas coleções públicas e particulares. O acervo de Iconografia do Instituto Moreira Sales (IMS), em São Paulo, além de contar com algumas ilustrações da *Voyage Pittoresque dans le Brésil,* guarda alguns desses desenhos dispersos, que retratam índios brasileiros, além de paisagens e aspectos da flora do Brasil. Podem ser encontrados no endereço eletrônico: http://fotografia.ims.com.br/Iconografia/#1492527941288_13.





Dança dos Puris | Rugendas

EXPEDIÇÕES E MISSÕES

Rugendas permanece na Europa até o ano de 1831. O naturalista Alexander von Humboldt, seu apoiador e de quem recebeu grande influência, o incentiva a tornar-se "o ilustrador dos novos territórios do mundo". O pintor decide então viajar para o México, com projeto de uma missão se estendendo pela América e tendo como objetivo a reunião de material para uma nova publicação. No México começa a utilizar a pintura a óleo, valendo-se das técnicas assimiladas na Itália, tendo produzido cerca de quinhentos desenhos e mais de trezentas pinturas a óleo de grande valor como obra de arte e como registro histórico de uma época. A partir de 1834 excursiona pela América do Sul. Entre 1838 e meados da década de 1840, mora no Chile, onde publicou o álbum de trajes chilenos, com cinco litografias, editado em Santiago. Percorreu ainda o Peru, Uruguai, Argentina, chegando ao Rio de Janeiro em 1845. Nessa segunda passagem pela cidade, encontra uma extraordinária acolhida por parte da coroa brasileira, que lhe encomenda diversos retratos de membros da família imperial. Retrata ainda outras personalidades brasileiras, realiza algumas vistas panorâmicas da cidade tomadas a partir da baía de Guanabara e recebe convite de Félix Taunay para participar da Exposição Geral da Academia Imperial de Belas Artes – uma grandiosa epopeia, refletida em cerca de três mil e quinhentas obras. Recebeu por esse motivo o título de "Pintor das Américas" do grande geógrafo Domingos Sarmiento. Em 1846, com 40 anos de idade, volta definitivamente para a Europa. Em troca de uma pensão anual e vitalícia, cede sua coleção de desenhos e aquarelas ao Rei Maximiliano II, da Baviera. Vem a falecer, em Württemberg, Alemanha, em maio de 1858.



Cidade Imperial de Ouro Preto | 1824 | Rugendas



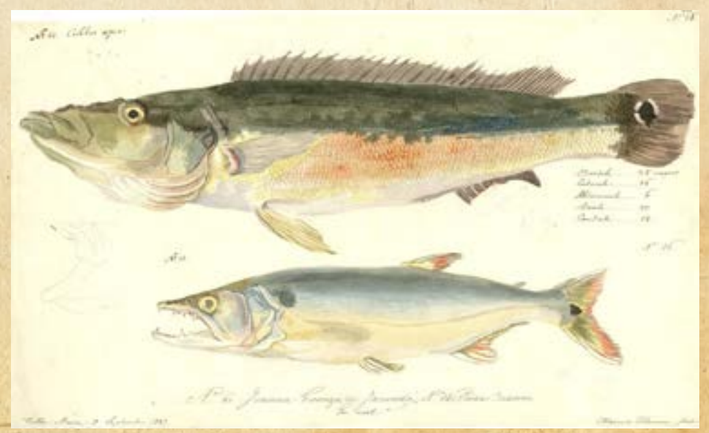
Vista de Barbacena | 1824 | Rugendas



Escravos negros de várias nações | Rugendas









Antoine Hercule Romuald Florence



Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879) nasceu em Nice, França. Filho de médico militar e uma nobre francesa, desde cedo demonstra interesse por desenho, ciências e pelas famosas expedições de viajantes europeus ao Novo Mundo. Foi desenhista, ilustrador, pintor, fotógrafo, tipógrafo, litógrafo, inventor, polígrafo e pioneiro da fotografia franco-brasileira. Chegou ao Brasil em 1824 como tripulante de um navio francês, aportando no Rio de Janeiro, onde se fixaria definitivamente. Trabalha inicialmente no comércio, na loja de modas do francês Dillon, e depois na livraria do senhor Plancer. Um dia toma conhecimento do seguinte anúncio: "Naturalista preparando-se para viagem através do Brasil procura um pintor. Às pessoas que preencham as condições necessárias, roga-se que se dirijam ao consulado da Rússia". Publicado em 1825 num jornal do Rio de Janeiro, esse anúncio foi o passaporte para que ele mudasse sua vida e assegurasse sua entrada na história da iconografia brasileira. Acaba por ser contratado na condição de segundo-desenhista, junto com Taunay (primeiro-desenhista), e passa a ser pessoa fundamental para a equipe, principalmente nos últimos dias, antes do término da viagem no Pará.

O grupo vai para a cidade de Santos, de navio, com o objetivo de atingir a Amazônia, navegando pelos rios do interior do país. Durante a viagem, Florence realiza uma série de desenhos e aquarelas nos quais retrata a fauna, a flora, a paisagem e a população dos locais visitados, que, com os trabalhos de Rugendas (1802-1858) e do desenhista Adrien Taunay, constituem a documentação visual dessa aventura. Nos trabalhos realizados por Florence, conservados na Academia de Ciências de Moscou, revela-se seu olhar objetivo e minucioso na tarefa de representação da natureza. Meticuloso, o artista assinala as condições de observação de cada registro feito: data e local da coleta, dimensões e proporções do exemplar documentado, se são imagens elaboradas com plantas secas ou animais empalhados etc. Sua visão analítica apreende o objeto em seu todo e nos detalhes. As plantas e animais são mostrados de diversos pontos de vista, por dentro e por fora, com ênfase nas características de cada gênero.
No caso dos retratos etnográficos, apresenta as figuras de frente e de perfil, esforçando-se em reproduzir suas particularidades (por exemplo, cor da pele, pinturas corporais, adereços e vestimentas). Nota-se que Hercule Florence procura individualizar as fisionomias e afirmar a diversidade étnica sem recorrer a padronizações. Nas paisagens, além da topografia de cada região, interessa-se em registrar a luminosidade do céu e das nuvens. Na viagem concebe um método para a transcrição do canto dos pássaros que conhece durante a viagem denominado de zoophonia.

Quando a expedição encontrava-se em Mato Grosso, na região do Tocarizal, à margem do rio Juruena, o Barão de Langsdorff, sentindo-se com grandes problemas de saúde, deixou escrito que todos que estavam com ele tinham adoecido e que apenas Hercule Florence estava em condições de continuar a escrever o diário, que seria incorporado ao dele. E assim aconteceu. O pintor Antoine Hercule Romuald Florence, que ficou para sempre no Brasil, continuou com a narrativa do diário de bordo, que foi publicado em 1875 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro com o título *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, no qual relatou que o barão enlouqueceu quando percorriam o rio Juruena no ano de 1828. Durante a viagem Florence produziu cerca de duzentas gravuras sobre a expedição. Posteriormente, entre 1875 e 1876, Alfredo D'Escragnolle Taunay, devidamente autorizado pelo artista, realizou a tradução e publicação do seu diário de bordo, o que foi feito em duas partes: *Esboço da viagem feita pelo Sr. Langsdorff pelo interior do Brasil, de setembro de 1825 a março de 1829* e também *De Porto Feliz a Cuiabá (1826-1827): Diário de viagem de um naturalista da expedição do Barão Langsdorff*. Só em 1849 Hercule Florence retoma suas anotações e começa a escrever o diário completo sobre a viagem científica. Esse diário, de valor inestimável para os estudos antropológicos e etnográficos sobre o Brasil do século XX, encontra-se atualmente em posse de seus descendentes. Em 1977 foi publicado no Brasil com o título *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas pelas Províncias Brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará (1825-1829)*.

Suas narrativas são muito objetivas, baseadas em testemunho direto, com ênfase nas situações e dificuldades da expedição, rápidas descrições das cidades visitadas, grupos indígenas, seus costumes, trajes e rituais. As vicissitudes encontradas na viagem, as dificuldades de deslocamento e as condições de navegação formam as partes mais ricas e numerosas desse relato. Quanto às frequentes descrições sobre grupos indígenas, o autor costuma diferenciá-los entre si, além de seus costumes, por sua "índole" e "caráter". Os temas mais encontrados são as paisagens das regiões visitadas, pontos de pouso de viajantes e grupos indígenas, inclusive uma relação de produtos que em 1827 haviam passado pelo porto aduaneiro de Gurupá.





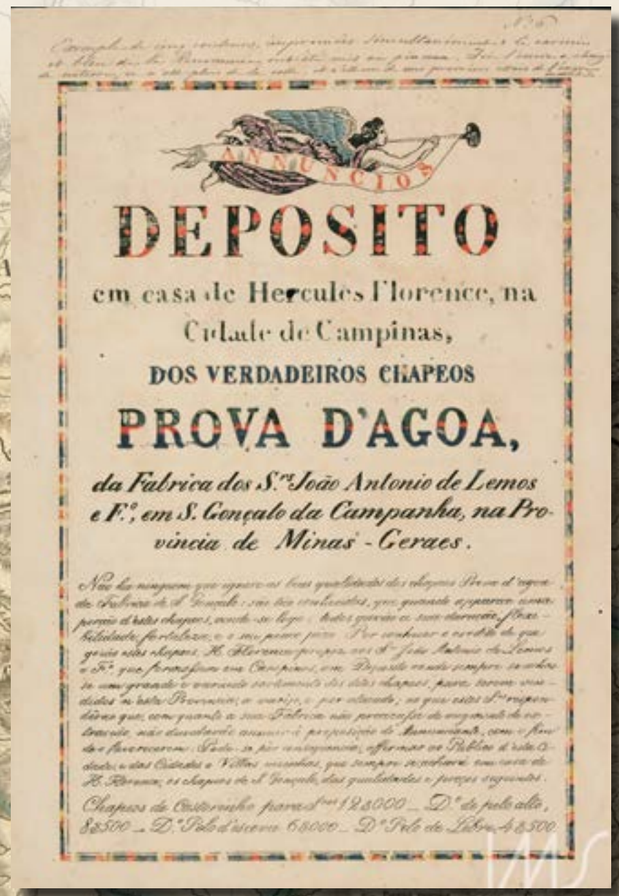
Depois da expedição, Florence se estabeleceu na Vila São Carlos (atual Campinas), São Paulo, onde constitui família e torna-se fazendeiro, porém sem deixar a arte e as pesquisas científicas. Continua registrando a paisagem e as transformações pelas quais passa a região no decorrer do século XIX. Documenta o incremento da lavoura de cana-de-açúcar e café, o trabalho escravo nos engenhos, as queimadas e a derrubada das matas para plantio e, em menor número, a capital paulista. É também autor de um dos poucos desenhos existentes do interior da antiga Igreja da Sé (s.d) de São Paulo; por isso é reconhecido como um dos pioneiros da iconografia paulista.

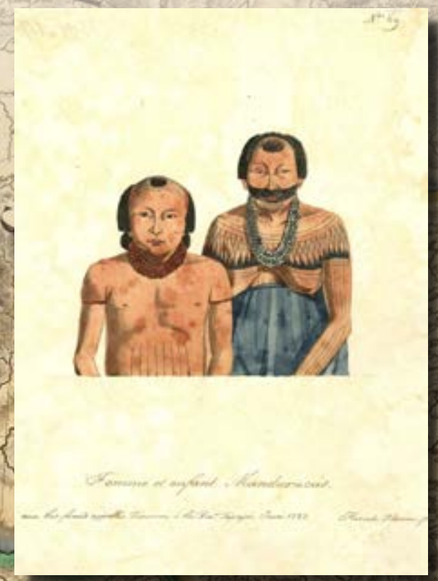
Foi precursor também dos processos químicos de reprodução de imagens. Em busca da simplificação dos procedimentos comuns na época (restritos aos diferentes tipos de gravura como, por exemplo, a litografia e a xilogravura), inventa, em 1830, o que chama de *polygraphie*, um sistema de impressão simultânea de todas as cores primárias semelhante ao mimeógrafo da década de 1960. A partir de 1832 começa a investigar as possibilidades de fixação da imagem utilizando a câmera escura por meio de um elemento que mude de cor pela ação da luz solar. Com a ajuda do boticário Joaquim Correa de Mello, realiza experiências fotoquímicas, sob condições adversas, que darão origem a imagens batizadas de *photographie* em 1833, anos antes da data oficial do nascimento da fotografia (1839) na Europa. Florence produz cópias fotográficas de desenhos em Campinas, dentre as quais restam hoje as impressões fotográficas do "Diploma da Maçonaria" (ca.1833) e de rótulos de farmácia (s.d). Sobre sua invenção, deixou escrito que "a fotografia é a maravilha do século. Eu também já havia estabelecido os fundamentos, previsto esta arte em sua plenitude. Realizei-a antes do processo de Daguerre, mas trabalhei no exílio. Imprimi por meio do sol sete anos antes de se falar em fotografia. Já tinha lhe dado esse nome. Entretanto, a Daguerre todas as honras". Apud: MONTEIRO, Salvador (org.), KAZ, Leonel (org.). *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829:* Rugendas, Taunay, Florence. Rio de Janeiro: Alumbramento : Livro arte, 1998. p. 360.

Como proprietário de uma gráfica, fundou, em 1842, *O Paulista* – primeiro jornal do interior da província de São Paulo – e, em 1858, imprime em sua litografia o *Aurora Campineira*, o primeiro jornal de Campinas. Seu talento múltiplo atrai a atenção do imperador dom Pedro II (1825-1891), que o visita em Campinas em 1876. Como reconhecimento de seu trabalho iconográfico, é declarado Membro Correspondente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil em 1877. Vem a falecer em 1879 na cidade que o adotou.



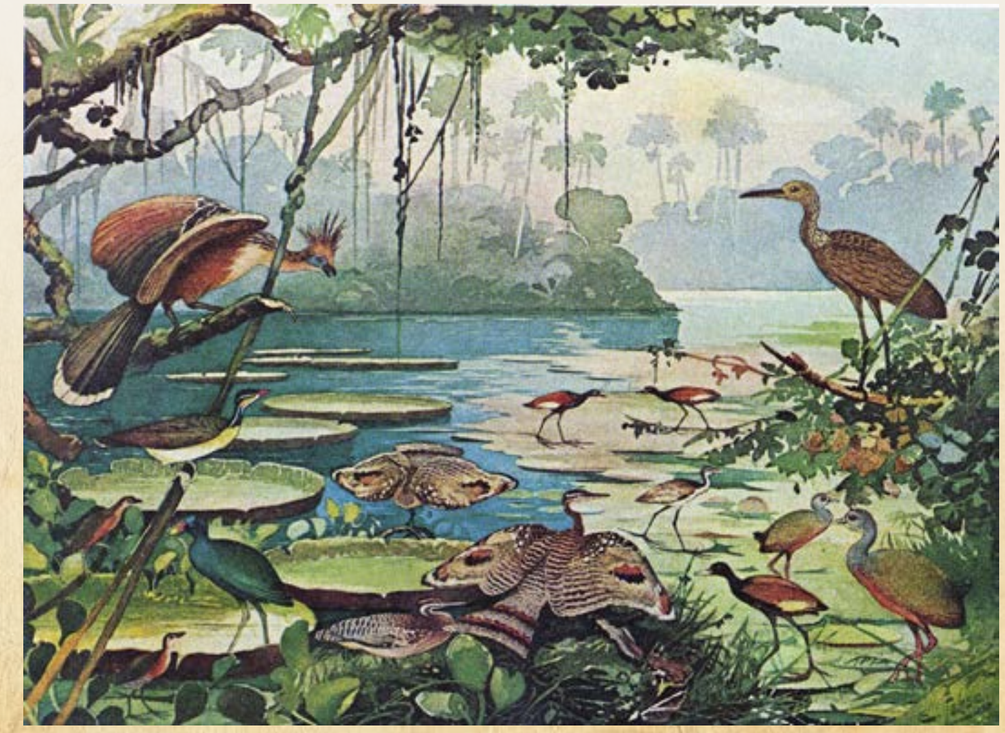














Missão Científica Emílio Goeldi
(1884-1907)



Prédio da Biblioteca do Museu Paraense

Emílio Augusto Goeldi (1859-1917) nasceu em Ennetbühl, Suíça, foi naturalista e zoólogo cujos estudos e pesquisas sobre a fauna brasileira, especialmente da região amazônica, atraíram a atenção do mundo científico e da sociedade brasileira. Era filho único de Johannes Göldi e de Margaretha Kuntz. Cursou idiomas clássicos e científicos em 1875, na escola Untergymmasium, e em 1877 foi admitido na escola superior de Schaffhausen, ambas no Cantão de Schaffhausen (Suíça). Desejando adquirir mais conhecimentos e ao mesmo tempo aprender o italiano, radicou-se em Nápoles (1880). No ano seguinte ingressou na Stazione Zoológica Anton Dohrn, onde fez estudos ornitológicos e ictiológicos. Em outubro de 1881 foi concluir seus estudos nas universidades de Leipzig e de Jena, Alemanha, no curso de zoologia e anatomia. Frequentou curso e foi assistente do naturalista Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834-1919) na Friedrich Schiller Universität, em Jena. Também frequentou curso do zoólogo Karl Georg Friedrich Rudolph Leuckart (1822-1898) na Universität Leipzig. Posteriormente retornou ao Cantão de Schaffhausen, onde lecionou. Em 1884 defendeu sua tese de doutoramento em Jena, onde lecionou na Universidade local, e continuou com seus estudos sobre a fauna da América do Sul. Em meados do ano de 1884, recebeu um convite do Imperador D. Pedro II, através de Ladislau de Souza Mello Netto (1839-1894), então diretor do Museu Real (Nacional) do Rio de Janeiro, para trabalhar nessa instituição. Em 1889 casa-se com Adelina Meyer Goeldi, com quem teve sete filhos.

Convite aceito, desembarcou na cidade do Rio de Janeiro em novembro de 1884. Inicialmente foi subdiretor da seção de zoologia do Museu Nacional, logo assumindo efetivamente a direção. Permaneceu na instituição por cinco anos durante os quais publicou diversos artigos científicos, notas de pesquisa sobre répteis, mamíferos, aves, insetos, aranhas e crustáceos. Em 1886 recebeu do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a incumbência de estudar uma praga que atacava os cafezais do Vale do Paraíba, entre a província do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ele já havia publicado um livro sobre o pulgão, inseto temido pelos agricultores, e essa experiência o ajudou a estudar a praga que se alojava na raiz dos cafeeiros e destruía a planta. Por um ano e meio, ele pesquisou o tema e, em 1892, descreveu o ciclo de vida da praga e os efeitos dela nas plantações. Seus trabalhos obtiveram grande repercussão, tendo sido, então, convidado a colaborar com a *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, onde publicou vários artigos. Posteriormente também foi incumbido de propor medidas para o controle da praga filoxera, que atacava folhas e raízes da videira, causando estragos nos vinhedos do estado de São Paulo. Atraído também pela história da ciência, Goeldi elaborou amplo estudo sobre o assunto a partir de minuciosa investigação de manuscritos, livros e acervos formados por naturalistas que percorreram o Brasil nos séculos XVIII e XIX. Compôs, juntamente com o geólogo e geógrafo Orville Adelbert Derby (1851-1915) e com o médico Amaro Ferreira das Neves Armond (1854-1944), a comissão incumbida da organização das coleções que integrariam a mostra preparatória para a Exposição Universal, de 1889, em Paris.

Porém, com a proclamação da República, em 1889, o Museu Nacional passou por uma reforma administrativa que incluía um novo regulamento para a instituição. Disputas internas por recursos, espaço e privilégios levaram o cientista a se desligar da instituição em maio de 1890. Junto com ele saíram também, entre outros, Orville Adelbert Derby (1851-1915), geólogo e geógrafo estadunidense; Hermann von Ihering (1850-1930), zoólogo alemão; e Carl August Wilhelm Schwacke (1848-1904), botânico e naturalista alemão. Goeldi ainda permaneceu no Rio de Janeiro por um tempo, mas, sem renda para sustentar a família, no ano seguinte associou-se a seu sogro, Carl Eugen Meyer, em um projeto de colonização na Serra dos Órgãos, em Teresópolis, Rio de Janeiro. A direção da Colônia Alpina













ficou sob sua responsabilidade, e no ano de 1891 o cientista e sua família se estabeleceram no local, que passou a receber em seguida inúmeros imigrantes. Durante o período em que viveu na Colônia, realizou várias pesquisas e coletas de pássaros e outros animais, manteve contato com cientistas e instituições europeias e escreveu trabalhos sobre a fauna da Mata Atlântica. Nessa época estabeleceu importantes intercâmbios com a Zoological Society of London e com a British Ornitholgists' Union e escreveu duas de suas mais conhecidas obras, *Os Mamíferos do Brasil* (1893) e o primeiro de dois volumes de *As Aves do Brasil* (1894-1900). Posteriormente, a ocorrência de conflitos com os imigrantes e de reclamações referentes às condições de moradia e à qualidade das terras acabou ocasionando, em 1892, o cancelamento da permissão concedida para o funcionamento do empreendimento suíço e consequentemente mudanças no seu projeto de trabalho.

Em 1893 foi convidado por Lauro Sodré (1858-1944), governador do estado do Pará (1891-1897), para a direção do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, fundado em 1871 na cidade de Belém. Embarcou com destino ao Pará em 12 de maio de 1894. Desembarcou em Belém em sete de junho do mesmo ano e assumiu a direção no dia 9 de junho. Sua missão seria a de transformar o museu em um grande centro de pesquisa nacional e internacional sobre a região amazônica. Assumindo o desafio, começou promovendo uma ampla mudança na estrutura da instituição, para enquadrá-la às normas tradicionais de museus de história natural e dar projeção científica ao museu. Além de criar quatro seções centrais – zoologia, botânica, geologia e etnografia –, contratou uma equipe de especialistas estrangeiros para assumirem essas seções científicas, entre os quais **Jacques** Hüber (1867-1914), botânico suíço que assumiu a direção do museu depois de Goeldi; Max Tanner (1870-1895), taxidermista suíço; Hermann Meerwarth (1870-1943), zoólogo alemão; e Friedrich Katzer (1861-1925), geólogo e mineralogista austríaco. Depois, Adolpho Ducke (1876-1959), botânico, entomólogo e etnólogo de origem austro-húngara; Alexander Karl von Kraatz-Koschlau (1867-1900), geólogo alemão; e Max Käech (1875-1904), geólogo suíço. Em 1905 contratou a primeira mulher cientista em uma instituição no Brasil: Marie Emilie Snethlage (1868-1929), naturalista e ornitóloga alemã que, posteriormente, assumiu a direção do museu.

O cientista teve a sorte de assumir o museu justamente na época de prosperidade e valorização dos estudos e pesquisas museológicas e da extração da borracha na Amazônia. Ambos os fatores proporcionaram mais verbas para aquela instituição e consequentemente o desenvolvimento de um trabalho científico fundamental para a consolidação do museu no final do século XIX. A instituição, durante sua gestão, alcançou grande repercussão nacional e internacional, apresentando a história natural da região por meio de coleções classificadas e organizadas, de conferências públicas, além de publicações da própria instituição que condensavam seus estudos sobre a fauna da região amazônica. A publicação do *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, lançado a partir do ano de 1896, foi uma das alternativas encontradas por Goeldi para divulgar o acervo das seções de zoologia, botânica, geologia, etnologia, antropologia e arqueologia da instituição. Outras publicações também foram destaques tais como a coleção seriada *Memórias do Museu Paraense de História Natural e Etnografia,* em quatro volumes; *Arboretum Amazonicum – iconografia dos mais importantes vegetais espontâneos e cultivados da região amazônica*, álbuns impressos em Zurich, em 1901, organizados pelo botânico Jacques Hüber e com estampas monocromáticas e breve texto; *Álbum de Aves Amazônicas*, suplemento ilustrativo à obra *Aves do Brasil,* organizado por Emílio Augusto Goeldi, em três fascículos (1900-1906), e ilustrados por Ernesto Löhse (1873-1930), fotógrafo, desenhista e litógrafo alemão, funcionário da instituição e profundo conhecedor do ambiente amazônico, tendo concebido belas e apuradas imagens, sempre em associação com os pesquisadores do Museu Paraense; *Sertum palmarum brasilensium - relations des palmiers nouveaux du brésil découverts, décrits et dessinés d'après nature,* em dois volumes, publicados em 1903, trazendo 382 espécies de palmeiras do Brasil até então conhecidas e 174 magníficas estampas aquareladas pelo próprio autor João Barbosa Rodrigues (1842-1909), brasileiro, estudioso de renome em botânica, etnografia e antropologia.

O museu patrocinou outros estudos sobre aranhas e vermes; descrição de peixes, macacos, aves e insetos existentes no acervo museológico; estudos biológicos sobre mamíferos, aves, anfíbios, répteis e artrópodes; pesquisas sobre entomologia médica, entre outras. Integrou-se à luta nacional contra a febre amarela, que voltava a atingir duramente a população, e os mosquitos foram encarados como uma calamidade pública. Mobilizou os especialistas da instituição para identificar as principais espécies de mosquitos da Amazônia, e por quatro anos foi estudado o ciclo reprodutivo dos insetos que transmitem a malária e a febre amarela, assim como a forma que é transmitida para outras pessoas. As pesquisas intensificaram-se a partir de 1902, quando foi publicado no diário do governo um trabalho sobre profilaxia e combate à febre amarela, à malária e à filariose. São realizados estudos sobre entomologia médica, compreendendo a classificação, biologia e ecologia de insetos considerados nocivos à saúde humana, e a etiologia de doenças transmitidas por mosquitos hematófagos. Desse período destaca-se a publicação da obra de autoria de Emilio Augusto Goeldi *Os Mosquitos no Pará* (1905) – reunião de quatro trabalhos sobre os mosquitos amazônicos, principalmente as espécies que mais molestam o homem, ilustrado com 100 figuras e 5 estampas.



Ninhal de Guarás | Álbum de Aves Amazônicas | Emílio Goeldi

EXPEDIÇÕES E MISSÕES

Durante sua gestão, com a colaboração de servidores e de outros pesquisadores estrangeiros, foram intensificadas as excursões científicas para coleta de material da flora, fauna e minerais, dentro e fora do estado do Pará. Nesse trabalho de desbravamento e pesquisa em uma região inóspita, o cientista e sua equipe percorreram aldeias indígenas, realizaram escavações (1895) e encontraram objetos antigos – como cerâmicas e machados de pedra – que podiam contar um pouco da história do povo que vivera ali no passado.

Nesse incessante trabalho, Goeldi estabelece intercâmbios com outras instituições nacionais e estrangeiras, incentiva o desenvolvimento de pesquisas geográficas, geológicas, climatológicas, agrícolas, faunísticas, florísticas, arqueológicas, etnológicas e museológicas. Publica, em inglês, alemão e português, inúmeros trabalhos sobre os vários ramos da zoologia, geografia, geologia, flora, fauna, arqueologia e etnografia. Nessa perspectiva, o museu ganha respeito nacional e internacional.

Quando Goeldi assumiu a direção da instituição, constatou que a instituição estava situada em um espaço impróprio para seu funcionamento e requisitou uma outra área, mais adequada ao governo do estado. Uma vez tendo sido atendida sua solicitação, a instituição, e todo seu acervo, foi transferida para o novo terreno, local onde se encontra ainda hoje. O Museu Paraense de História Natural e Etnografia, já no novo espaço, passou a contar também com um jardim zoológico e um horto botânico – mostra da fauna e da flora amazônicas para educação, pesquisa e lazer da população.

Em fins de 1898, Goeldi fez uma viagem à Europa para resolver questões científicas relacionadas ao museu e também para tratar de assuntos diplomáticos referentes a uma questão entre Brasil e França (contestado franco-brasileiro), em função da disputa com relação aos limites no norte do Pará, mais especificamente às terras entre o rio Oiapoque e o rio Araguari, no Amapá. De volta ao Brasil, o cientista, acompanhado de um grupo de pesquisadores, realizou duas expedições à Guiana Brasileira, tendo sido a primeira em outubro de 1895 e a segunda em julho de 1896. Nessas expedições, a equipe sob o comando de Goeldi realizou um minucioso levantamento científico da área sobre a geologia, a geografia, a fauna, a flora, a arqueologia e a população, recolhendo informações sobre os brasileiros e os imigrantes franceses e suas condições de vida na região. Sua atuação não ficou restrita somente à elaboração de relatórios sigilosos para as autoridades brasileiras, pois também foi conselheiro do governo do Pará, das instâncias diplomáticas brasileiras e assessor informal do governo suíço, então indicado como árbitro da questão. Em 1897 foi assinado o Tratado de Arbitramento, entre o Brasil e a França, segundo o qual ambos os países concordavam com a decisão arbitral a ser tomada pelo Conselho da Confederação Helvética sobre os limites dos territórios. Os estudos do cientista sobre a região foram decisivos para fundamentar a defesa dos interesses brasileiros, representada pelo Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), e para o encaminhamento das definições daquela questão. Em 1900 retornou à Europa ainda em função de questões diplomáticas e em decorrência de sua participação bem-sucedida no Tratado de Arbitramento entre o Brasil e a França. Em 1º de dezembro de 1900, pelo Laudo Arbitral Suíço, tornado público em Genebra, o Amapá foi definitivamente incorporado ao Brasil.

Em 31 de dezembro de 1900 recebeu uma homenagem do governo do estado do Pará, que através de decreto mudou o nome do Museu Paraense de História Natural e Etnografia para Museu Paraense Emílio Goeldi. Em 1907, após 13 anos de atividades incessantes em Belém, Emílio Augusto Goeldi retirou-se definitivamente da frente do museu alegando motivos de saúde e preocupações relacionadas à educação de seus filhos. Embarcou com destino a Berna, na Suíça, onde fixaria residência a partir de 21 de março de 1907. Antes da viagem, porém, foi nomeado pelo governador do estado do Pará diretor honorário do Museu Paraense Emílio Goeldi. Na Suíça assumiu a cadeira de professor de zoologia, na Cantonal University, e também de zoogeografia e biologia animal na Universidade de Berna, função que exerceu até o dia de seu falecimento, em 5 de julho de 1917, aos 58 anos de idade. Sua esposa e seus filhos retornam ao Brasil em 1919, fixando residência no Rio de Janeiro.





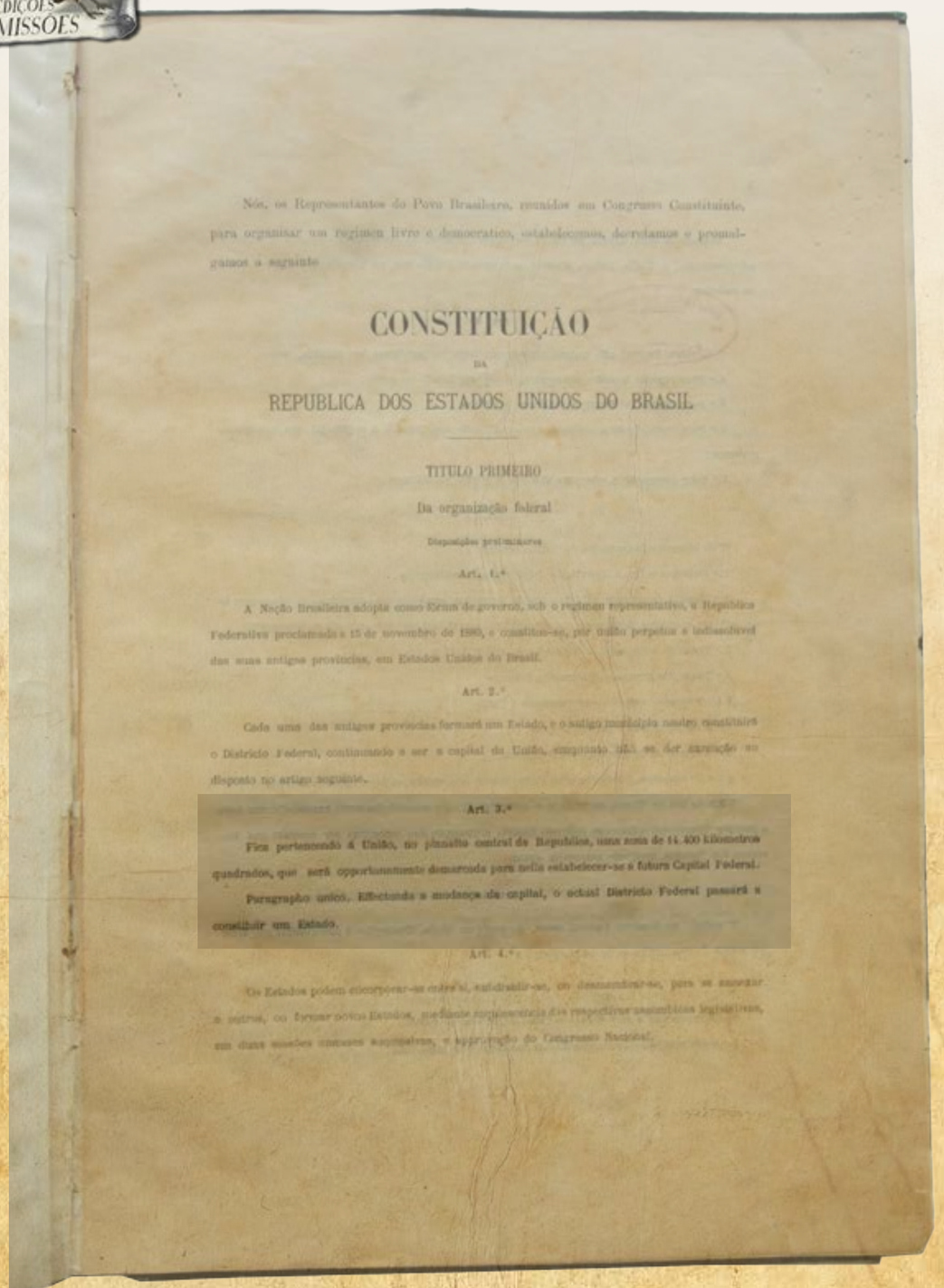
Comissão Exploradora do Planalto Central e a Comissão de Estudos da Nova Capital da União
Missão Cruls (1892-1896)

Surgidas no período colonial, as ideias de interiorização da capital brasileira foram difundidas durante o Império e ganharam força com a Proclamação da República. Nesse contexto, no período de 15 de novembro de 1890 a 24 de fevereiro de 1891, durante os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte, o assunto da interiorização da capital federal é amplamente discutido por vários deputados e senadores. São apresentadas várias emendas sugerindo a transferência da capital do Brasil para o interior do país. No dia 15 de dezembro, o constituinte Virgílio Clímaco Damásio (BA) faz longo discurso em defesa da mudança da capital federal, que teria o nome de Cidade de Tiradentes e ficaria localizada na vila Formosa da Imperatriz, província de Goiás. No dia 20 de dezembro, o deputado Lauro Severiano Müller (SC) apresenta uma emenda subscrita por mais 87 constituintes, relativa ao artigo terceiro do projeto nº 1, de 15 de dezembro de 1890 (Projeto de Constituição). A emenda declara que *"Fica pertencendo à União uma zona de 400 léguas quadradas, situadas no Planalto Central da República, a qual será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal"*. No dia 24 de fevereiro de 1891 é promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que estabelece em seu artigo terceiro que *"Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal"*.

No dia 15 de junho de 1891, por ocasião da Sessão de Abertura da Primeira Sessão Legislativa da Vigésima Segunda Legislatura no Congresso Nacional, é feita a leitura da mensagem do presidente da República, Manuel Deodoro da Fonseca. Em um dos trechos aborda a mudança da capital federal, esclarecendo que *"a Constituição estabeleceu que ficaria pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados para ser nela fundada a futura capital federal"* e que para *"encaminhar à sua execução esse útil projeto, que tanto se recomenda por sábia consideração de altas conveniências políticas e sociais, faz-se necessário que vos digneis de conceder os meios precisos à escolha e demarcação do terreno onde terá de ser assentada a nova cidade, sede do Governo Federal"*.



Pessoal da Comissão no quintal do casarão da rua Direita, em Pirenópolis



Nós, os Representantes do Povo Brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organisar um regimen livre e democratico, estabelecemos, decretamos e promulgamos o seguinte

CONSTITUIÇÃO

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TITULO PRIMEIRO

Da organização federal

Disposições preliminares

Art. 1.º

A Nação Brasileira adopta como fórma de governo, sob o regimen representativo, a Republica Federativa proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitue-se, por união perpetua e indissoluvel das suas antigas provincias, em Estados Unidos do Brasil.

Art. 2.º

Cada uma das antigas provincias formará um Estado, e o antigo municipio neutro constituirá o Districto Federal, continuando a ser a capital da União, emquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

Art. 3.º

Fica pertencendo á União, no planalto central da Republica, uma zona de 14.400 kilometros quadrados, que será opportunamente demarcada para nella estabelecer-se a futura Capital Federal.

Paragrapho unico. Effectuada a mudança da capital, o actual Districto Federal passará a constituir um Estado.

Art. 4.º

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se, ou desmembrar-se, para se annexar a outros, ou formar novos Estados, mediante consentimento das respectivas assembléas legislativas, em duas sessões annuaes successivas, e approvação do Congresso Nacional.

Nesse mesmo ano, no dia 30 de julho, já é apresentado à mesa da Câmara dos Deputados o Projeto de lei nº 71, de autoria do deputado Joaquim Nogueira Paranaguá (PI) e subscrito por outros parlamentares, que *"autoriza as despesas necessárias para exploração e demarcação da superfície de 14.400 quilômetros quadrados no Planalto Central do território da República, de acordo com o artigo terceiro da Constituição Federal"*. No ano seguinte, no dia 12 de maio de 1892, por ocasião da sessão de abertura da Segunda Sessão Legislativa da Vigésima Segunda Legislatura, é feita a leitura da mensagem do vice-presidente da República, marechal Floriano Vieira Peixoto (1839-1895), da qual se destaca o trecho onde ele diz que *"(...) reputando de necessidade inadiável a mudança da capital da União, o Governo trata de fazer seguir para o Planalto Central a comissão que deve proceder à demarcação da área e fazer sobre a zona os indispensáveis estudos"*. Para dar andamento ao cumprimento do artigo constitucional, no dia 17 de maio de 1892 é expedida a Portaria nº 119-A, do ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antão Gonçalves de Faria, que organiza a "*Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, em observância à disposição do art. 3º da Constituição Federal, e, para dar cumprimento à resolução do Congresso Nacional que consignou na lei do orçamento em vigor a verba destinada à exploração do Planalto Central da República e demarcação da área, que tem de ser ocupada pela futura capital dos Estados Unidos do Brazil, é n'esta data nomeada a comissão encarregada de taes trabalhos, cuja direção é confiada ao vosso conhecido zelo e provada competência"*.

O engenheiro e astrônomo Dr. Luiz Ferdinando Cruls, diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro e professor de Astronomia e Geodésia da Escola Superior Militar e da Escola Militar do Brasil, é escolhido para chefiar a comissão que tem como objetivo *"proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar, da orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade e qualidade das águas, que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc. da região explorada e tudo o mais que diretamente se ligue ao assunto que constitui o objeto da missão"*. A referida comissão é então constituída por 22 homens, escolhidos entre servidores do Observatório Astronômico e engenheiros militares, em geral seus ex-alunos na Escola Superior de Guerra. Para auxiliar, dar cobertura e proteção aos membros da comissão, foi designado um contingente de militares do Exército. No dia 9 de junho de 1892 a comissão parte do Rio de Janeiro para Uberaba, ponto final da estrada de ferro da Companhia Mogiana. Desse ponto em diante, a equipe segue até o Planalto Central com o auxílio de animais cargueiros e a pé, levando pesado material, que incluía instrumentos científicos, barracas, armas e mantimentos, ocupando 206 caixas e fardos, cujo peso era aproximadamente de 10 toneladas.

Ao final da missão desbravadora e exploradora, as equipes realizam levantamento minucioso sobre a topografia, hidrografia, fontes de energia, clima, caracterização do solo, geologia, fauna, flora e os recursos materiais da região do Planalto Central. Luis Cruls conclui seus trabalhos trazendo, da região escolhida, os apontamentos indispensáveis e necessários ao relatório, que foi apresentado posteriormente ao governo. Foi demarcada uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que passou a ser conhecida como "quadrilátero Cruls" e que os brasileiros se acostumaram a ver, daí em diante, nos mapas – um pequeno retângulo de cor com a inscrição "Futuro Distrito Federal". A equipe retorna ao Rio de Janeiro em meados do ano de 1893.



COMMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL

RELATORIO

APRESENTADO A

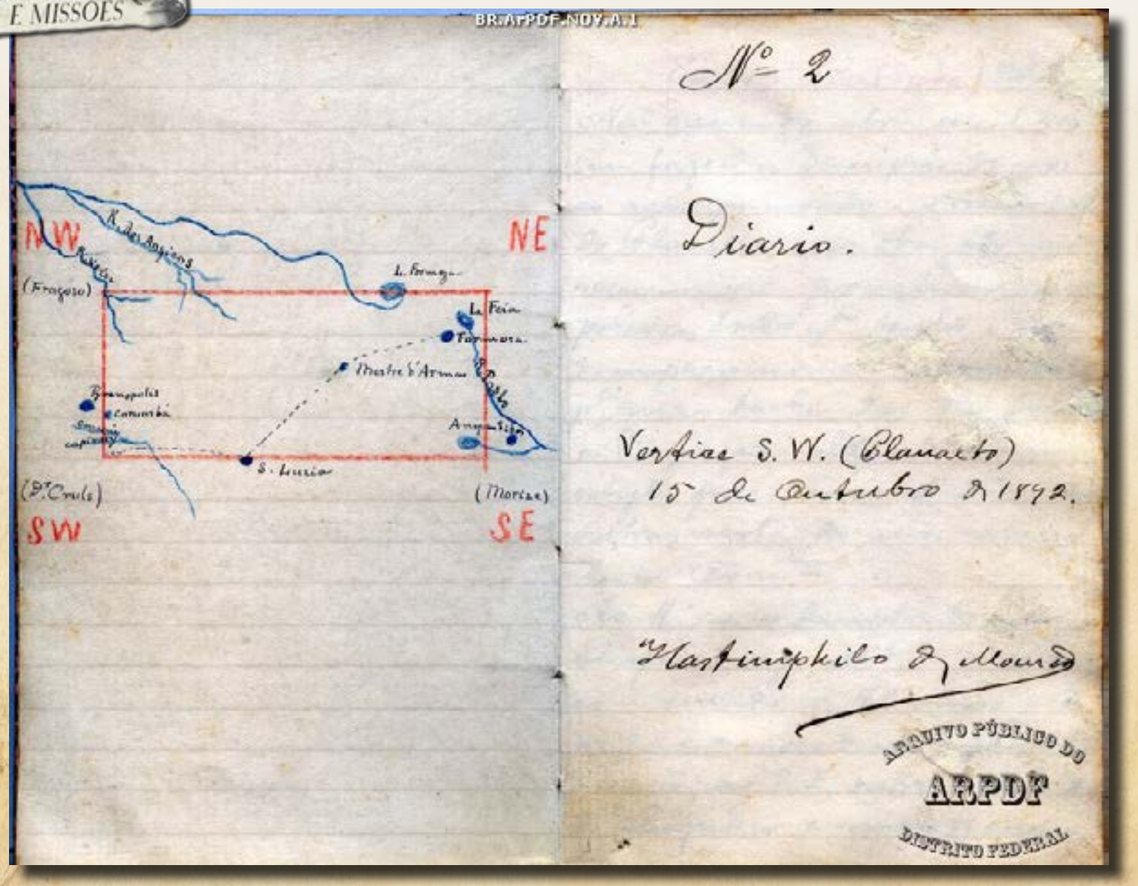
S. Ex. o Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas

POR

L. CRULS

Chefe da Commissão

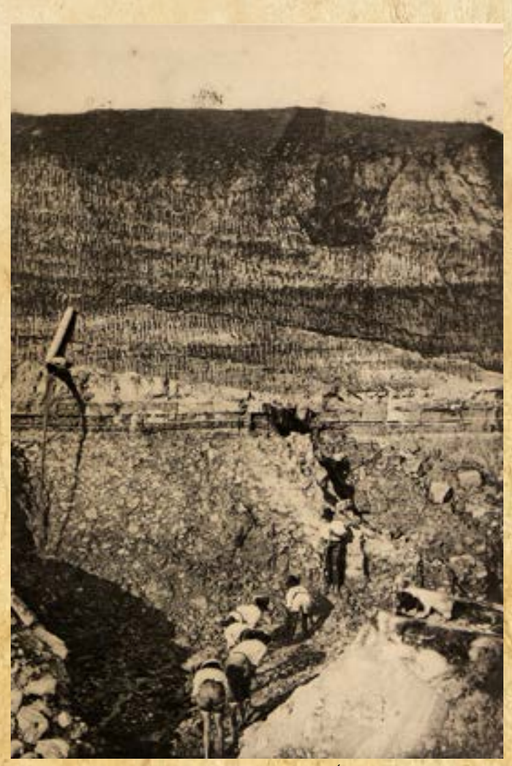
No dia 7 de maio de 1894, o engenheiro e astrônomo Dr. Luís Cruls apresenta ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas o relatório geral da Comissão Exploradora do Planalto Central, que indicava a região ideal para localização e construção da capital brasileira. Tanto no relatório parcial, publicado no *Diário Oficial da União* em junho de 1893, quanto no definitivo, apresentado no dia 7 de maio de 1894 ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (Cruls, Luis. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil / Rapport de la Commission d'Exploration du Plateau Central du Brésil*. H. Lombaerts & Co: Rio de Janeiro, 1894. 365 páginas, 27 fotogravuras, 2 mapas e 3 tabelas. 1ª edição. 22 x 32 cm), Luis Cruls segue a orientação já anteriormente defendida pelo Visconde de Porto Seguro, chegando mesmo a transcrevê-lo, declarando que o melhor local para se edificar uma nova capital seria a área compreendida entre os rios Torto e Gama e o vale do rio Descoberto, em pleno Planalto Central, no estado de Goiás. É publicado junto com esse relatório o *Atlas dos itinerários, perfis longitudinais e da zona demarcada*. H. Lombaerts & Co: Rio de Janeiro, 1894. 30 x 45 cm, que traz um mapa dos itinerários levantados, com a indicação da zona demarcada no Planalto Central e da constituição geológica da região explorada, assim como os itinerários realizados durante a exploração, cuja extensão total excede a quatro mil quilômetros percorridos.





Vila Boa de Goiás. Largo do Chafariz

A chefia da Comissão foi confiada ao próprio Dr. Luís Cruls, que tinha como missão escolher, dentro do quadrilátero, um sítio que oferecesse as melhores condições para localização e edificação da nova capital



Corte de uma barranca nas minas de diamante de Água Suja

A Comissão faz um excelente e definitivo trabalho. Nele se basearam todas as comissões que a sucederam. Seus relatórios, parcial e geral, dão testemunho do esforço realizado, da probidade intelectual e da alta reputação dos membros da comissão: o próprio Dr. Luiz Cruls; os astrônomos Dr. Julião de Oliveira Lacaille (1851-1926) e Dr. Henrique Carlos Morize (1860-1930), professor de física experimental, fundador e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Ciências e fotógrafo da expedição; o geólogo Dr. Eugênio Hussak (? -1911); o botânico Dr. Ernesto Ule (1854-1915); o médico higienista Antônio Martins de Azevedo Pimentel (? -1928); o médico Pedro Gouveia e o farmacêutico Alfredo José Abrantes. Para a manutenção dos equipamentos científicos, escolheu dois mecânicos também do observatório: Eduardo Chartier e Francisco Souto. Entre seus ex-alunos da Escola Superior de Guerra, Cruls destacou os engenheiros Augusto Tasso Fragoso (1869-1945), Celestino Alves Bastos, Hastímphilo de Moura (1865-1956), Alípio Gama (1863-1935) e Antônio Cavalcanti de Albuquerque. Para cobertura e proteção dos membros da comissão, um contingente de militares foi destacado. Além da tropa, o comandante Pedro Carolino Pinto de Almeida tinha, à sua disposição, dois alferes: Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim e Henrique Silva. Para os serviços gerais, foram recrutados servidores da região: Felicíssimo do Espírito Santo, Antônio Jacinto de Araújo Costa, João de Azevedo Peres Cuiabá e José Paulo de Melo.

O sucesso da primeira missão resulta na criação da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, em 1º de junho de 1894, pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, general de brigada Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat (1845-1905). A chefia da Comissão foi confiada ao próprio Dr. Luís Cruls, que tinha como missão escolher, dentro do quadrilátero, um sítio que oferecesse as melhores condições para localização e edificação da nova capital, instalar uma estação meteorológica no local, providenciar ligação telegráfica à rede mais próxima, proceder ao reconhecimento da ligação férrea ou férreo-fluvial e aprofundar levantamentos sobre o clima, abastecimento de água, topografia e natureza do terreno. Os trabalhos da segunda missão Cruls são desenvolvidos até o final de 1895, quando os trabalhos de campo foram interrompidos por falta de verba consignada no orçamento da União. Desta segunda comissão foi apresentado um relatório parcial pelo Dr. Luis Cruz ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas em janeiro de 1896 (Cruls, Luis. *Comissão de Estudos da Nova Capital da União*: relatório parcial apresentado ao Exmo. Sr. Antônio Olyntho dos Santos Pires, digníssimo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas por Luis Cruls, Rio de Janeiro, Typo lith. Carlos Schimdt – sucessor de H., Lombaerts & Comp. Rio de Janeiro, 1896, III + 163 páginas, 4 mapas e diversas tabelas. Trata-se de um documento de extrema importância, pois além dos relatórios dos demais membros da comissão, encontram-se o relatório do engenheiro, botânico e paisagista francês Auguste François Marie Glaziou (1833-1906), que não havia participado da primeira missão e destacou, entre outros estudos, as condições favoráveis para criação do lago Paranoá.

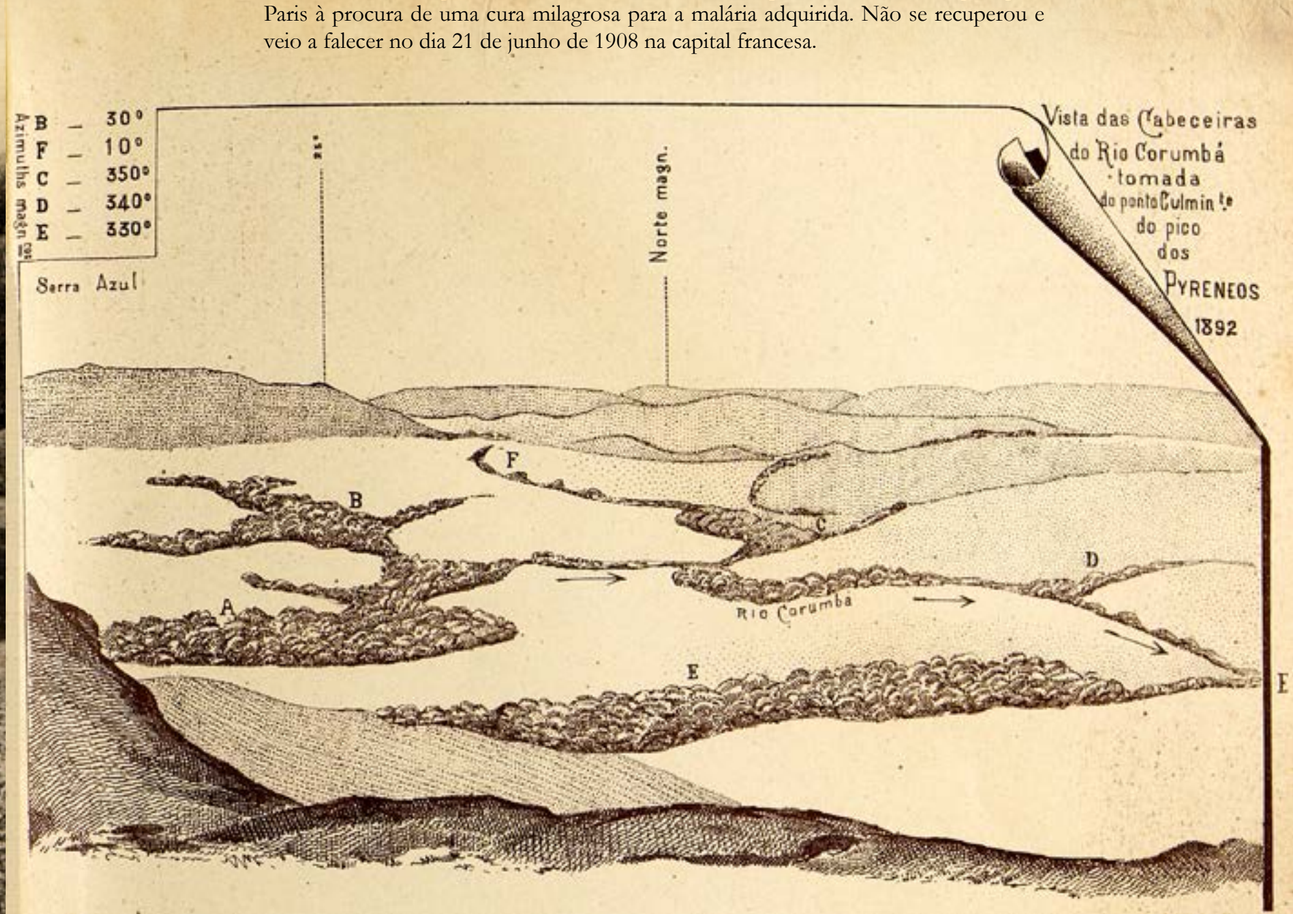


Luiz Ferdinando Cruls

Luiz Ferdinando Cruls (1848-1908), nascido em Diest, província de Brabante, na Bélgica, foi engenheiro civil, cientista e astrônomo. Viajou para o Brasil em 1874. Logo seus conhecimentos científicos são reconhecidos, e ele passa a ser requisitado pelo governo imperial para diversas missões. A primeira delas foi a "Comissão da Carta Geral do Império e Levantamento do Município Neutro", de 1874 a 1876. Em 1876 é nomeado astrônomo adjunto do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, onde viria a fazer várias descobertas científicas (existem crateras na Lua e em Marte com seu nome, além de um Cometa Cruls). Em 1881, após sua naturalização, assinada pessoalmente pelo imperador, torna-se o primeiro astrônomo e diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro e depois professor de Astronomia e Geodésia da Escola Superior Militar e da Escola Militar do Brasil, onde lecionou por 19 anos. Chefia a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (1892-1894) e a Comissão de Estudos da Nova Capital da União (1894-1896). No início do ano de 1901 foi designado para chefiar a Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia, de acordo com o protocolo assinado entre os dois países em 1º de agosto de 1900. No dia 4 de janeiro de 1901 embarcam no Rio de Janeiro com destino a Belém do Pará e dali partem para a realização dos trabalhos consignados na missão. Encerram seus trabalhos quando retornam para a cidade de Belém, no dia 7 de outubro, e embarcam de volta ao Rio de Janeiro. A missão foi penosa e cheia de imprevistos. Luis Cruls foi atacado de beribéri e ficou muito adoentado, tendo inclusive de ser carregado em seus deslocamentos para realização do seu trabalho, mas mesmo assim terminou sua missão e, em 15 de fevereiro de 1902, apresentou ao ministro das Relações Exteriores, Dr. Olyntho de Magalhães, seu relatório, que foi publicado pela Imprensa Nacional em meados desse mesmo ano, juntamente com as atas das conferências realizadas pela Comissão Mixta Brazilio-Boliviana (1901). Em 17 de janeiro de 1908, o governo brasileiro lhe concedeu um ano de licença para tratamento da saúde. Em companhia da família, seguiu para Paris à procura de uma cura milagrosa para a malária adquirida. Não se recuperou e veio a falecer no dia 21 de junho de 1908 na capital francesa.



Ponte sobre o rio das Almas, Pirenópolis





Comissão Rondon (1890-1915)

O Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), militar, sertanista, naturalista e etnógrafo, recebeu todas as patentes da carreira de oficial do Exército brasileiro. Era Filho de Cândido Mariano Silva e Claudina Lucas Evangelista. De origem indígena – sua mãe era neta de índios bororos, nasceu na Sesmaria do Morro Redondo, campos de Mimoso, no distrito de Santo Antônio de Leverger, em Mato Grosso. Tornou-se órfão precocemente e foi criado pelo tio Manuel Rodrigues da Silva Rondon, capitão da Guarda Nacional, que o levou para Cuiabá. Fez as primeiras letras na região onde nasceu, mas completou o ensino primário em Cuiabá (1873-1878). O Curso Normal foi realizado no Liceu Cuiabano (1879-1881), onde também foi professor do ensino primário. Em seguida alista-se no Exército e é transferido para o Rio de Janeiro para ingressar na Escola Militar da Praia Vermelha.

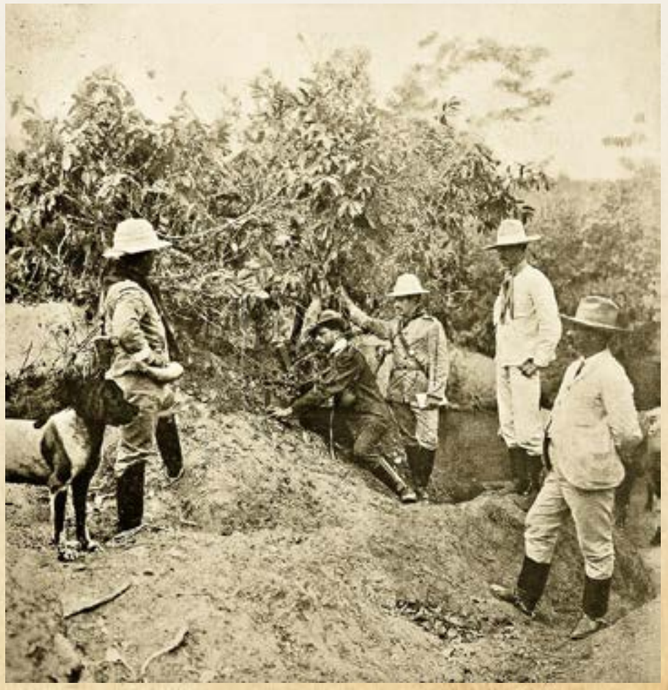


Durante o curso se destaca pela extraordinária dedicação aos estudos, apesar das severas dificuldades econômicas e materiais, o que tempera seu caráter e espírito de luta. Vive sob austera privação. Sua alimentação é precária e caminha quilômetros de São Cristóvão, onde ficava sua pensão, até a Praia Vermelha, na Zona Sul do Rio. Estenografava as aulas, pois não tinha condições de comprar livros. Em 1885 conhece a doutrina positivista por intermédio de Benjamin Constant, grande liderança também das ideias republicanas que agitavam o período. Em 1887 faz o terceiro ano da Escola Militar. Em 4 de julho de 1888 é promovido a alferes-aluno e matricula-se na recém-criada Escola Superior de Guerra, para onde é transferido em 1889, e assume papel ativo no movimento da Proclamação da República.

No dia 23 de dezembro de 1889 é nomeado ajudante do major Antonio Ernesto Gomes Carneiro (que desejava um militar nascido em terras mato-grossenses) para trabalhar junto à Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Registro, no Araguaia (1890-1898). No início do ano de 1890 é desligado da Escola Superior de Guerra com o título de Engenheiro Militar e o diploma de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Promovido a segundo-tenente e em seguida a primeiro-tenente por serviços prestados durante a proclamação da República, viaja para Mato Grosso em 6 de março de 1890, quando então tem início o caminho que mudaria radicalmente a sua vida. Já com a patente de capitão, em 1892 é nomeado chefe do 16º Distrito Telegráfico e inspetor geral dos destacamentos do sertão, em Mato Grosso, chefiando a reconstrução das linhas telegráficas de Cuiabá ao Araguaia.

A ação do major Gomes Carneiro em defesa dos povos indígenas marca Rondon para sempre. Com esse "mestre do mato", Rondon dá os primeiros passos na trilha que definirá sua vida. Entre longas caminhadas, instalação de postes e múltiplas tarefas da primeira missão, Rondon reencontra as suas próprias origens e o despertar para a extrema riqueza de vida da população indígena, vistos ainda como estranhos e ameaçadores pela sociedade brasileira. É aí que cresce o seu comprometimento com as tarefas estratégicas (para uso militar), desenvolvimentistas (com a exploração de novas regiões do Brasil, integradas e produtivas), científicas (por meio da coleta, pesquisa, catalogação de espécies e elaboração de mapas) e humanitárias (visando à proteção de povos indígenas ameaçados pelos invasores de suas terras que buscam apenas o lucro no desmatamento e na coleta de matérias-primas).





Trabalhos de campo da Comissão Estratégia Telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas | 1913



Índios contactados pela Comissão Rondon | 1913

Influenciado pelo viés científico das grandes expedições do século XIX e do início do século XX, as missões para implantação de linhas telegráficas, sob o comando de Rondon, além de fazer o levantamento topográfico e geográfico, contavam também com botânicos, zoólogos, pesquisadores e outros cientistas para realizar estudos dos mais diversos, principalmente sobre botânica, antropologia, etnografia, geologia e medicina. No início pouco se sabia sobre os cursos dos rios, as riquezas naturais, as populações que viviam no norte de Mato Grosso e também sobre os aspectos epidemiológicos locais. Além de inventariar o território percorrido, esses estudos prescreviam medidas que poderiam ser adotadas em médio e longo prazos pelo governo federal para tornar efetivo o desenvolvimento local. Por isso, a política implantada revestiu-se da maior relevância para o país em termos de patrimônio nacional como também em relação às ciências, enriquecendo-as com o acervo adquirido pelas descobertas, pesquisas, coletas e informações, que são enviadas para o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

O trabalho é feito sob condições árduas de campo, materiais e de subsistência, com o agravante de lidar com uma tropa instável e indisciplinada, pois muitos soldados foram convocados compulsoriamente para trabalhar no projeto. A lida diária é pesada e o território desconhecido e hostil. Os grandes fazendeiros e donos de seringais pressionavam as deserções dos trabalhadores, pois pagavam melhor que o governo. Além disso, desprezavam os povos indígenas, pois diziam que atrapalhavam seus negócios. Daí a permanente tensão. Mas Rondon era um homem incansável e indomável na vastidão das terras pantaneiras e da Amazônia. Disciplinado, esperava essa mesma disciplina de seus homens. Levantava pelas 4 horas da manhã, nadava, fazia a barba sem espelho e tomava um desjejum simples. Não usava bebidas alcoólicas e nem permitia que seus homens o fizessem, conseguindo com essas medidas e com seu exemplo manter a ordem e a disciplina de sua equipe.

O avanço da civilização pelo interior do país traz um cenário marcadamente de extermínio para os povos indígenas no Brasil, mas o sertanista consegue transformar as relações mais hostis (já marcadas por invasores) em uma convivência pacífica. Defendia tenazmente os índios, chegando a não deixar seus homens revidarem quando ameaçados ou atacados. Ordenava que nunca atirassem e acreditava que a missão de proteger e pacificar os índios era maior que sua própria vida e a de seus comandados. A relação que ele passa a estabelecer como mediador demonstra um interesse sentimental e emocional pelas nações indígenas, e apresenta-se como um árbitro que corrige as injustiças praticadas pelos "brancos". Durante os trabalhos das equipes são mantidos contatos pacíficos com várias tribos e realizada coleta de grande volume de material etnográfico e iconográfico, riquíssimo, que traz como efeito o estímulo às primeiras políticas indigenistas no Brasil.

COMISSÕES E EXPEDIÇÕES

No início do século XX, o governo federal busca ampliar sua autoridade sobre os confins ainda inexplorados do território nacional. Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental exercido pela construção de ferrovias e de linhas telegráficas, pois enquanto o trem facilitava o trânsito de tropas, pessoas e mercadorias, o telégrafo garantiria a comunicação rápida entre as diversas regiões do país e a capital federal, no Rio de Janeiro. Nesse contexto, a nova Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso (1900-1906), sob o comando do então capitão Rondon, dá prosseguimento aos trabalhos que tinham como objetivo principal levar o telégrafo às fronteiras do Paraguai e Bolívia, além de reconstruir a linha de Cuiabá, até então bastante precária. Nesse trabalho também é realizado o mapeamento da região, e o sertanista procura garantir e proteger as populações indígenas e o direito às suas terras. Muitos desses grupos indígenas contatados integram-se como aliados fundamentais no trabalho de campo da comissão ao ajudá-los a abrir picadas e revelar os mistérios da mata aos desbravadores. Os trabalhos foram concluídos em 1906 após a construção dos últimos quilômetros da linha que ligava Cuiabá a Cáceres, consolidando a presença do Estado brasileiro na região de fronteira.

Com a intenção de ampliar ainda mais o alcance das linhas telegráficas federais, Afonso Augusto Moreira Penna (1847-1909), presidente da República entre os anos de 1906 e 1909, cria a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas – a célebre Comissão Rondon (1907-1915). Para chefiar a equipe é nomeado o então major Rondon. O objetivo mais imediato da comissão era estender uma linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá, ao sul, e, como ponto final, o povoado de Santo Antônio do rio Madeira (hoje um bairro de Porto Velho, capital de Rondônia), ao norte e às margens do rio Madeira, para que se concretizasse a ligação do Rio de Janeiro aos territórios do Amazonas, Acre, alto Purus e alto Juruá, através da capital de Mato Grosso. Para isso, havia necessidade de mapear a região, realizar levantamentos, tanto topográficos, geológicos e geográficos como botânicos, zoológicos e antropológicos, colher dados etnográficos e fazer contatos pacíficos com os povos indígenas.



Índios Coroados



A comissão foi constituída por engenheiros militares, oficiais e praças especializados, funcionários dos telégrafos e trabalhadores civis. Contavam com o apoio do 5º Batalhão de Engenharia do Exército a servir como núcleo principal da Comissão para serviços de construção, transporte e vigilância. Com essa constituição, têm início os deslocamentos através das regiões descobertas do noroeste brasileiro, de Cuiabá/MT ao rio Juruena (1907), daí ao Gy-Paraná - Serra do Norte (1908) e, por fim, até Santo Antônio do Alto Madeira, na margem direita do rio Madeira (1909). A comissão inicia seus trabalhos em meados de 1907. O trabalho teve que ser desenvolvido sob disciplina férrea, privações, luta por recursos orçamentários, imensas distâncias percorridas, muitas dificuldades nos deslocamentos mata adentro, escassez de alimentos, nações indígenas hostis, calor forte, chuvas constantes, a malária castigando boa parte dos integrantes da expedição – que foram sendo dispensados ao longo do caminho –, deserções e interrupções do projeto.

No dia 1º de janeiro de 1915, Rondon inaugura a linha-tronco de Cuiabá a Santo Antônio do Alto Madeira, já com suas várias estações telegráficas implantadas, em cerimônia realizada na Câmara Municipal do município de Santo Antonio do Rio Madeira. Isso permitiu abrir a região ao desenvolvimento, melhorar a comunicação e contribuir para a vigilância das fronteiras e também permitir uma maior presença do governo central nas áreas inabitadas e distantes do resto do país – "ligar os dois Brasis", como se dizia na época.

Fazendo um resumo geral dos trabalhos executados pela Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, Amílcar Armando Botelho de Magalhães (1880-1959), oficial do Exército, diretor do Escritório Central do Projeto Rondon e autor das obras *Pelos sertões do Brasil* e *Impressões da Comissão Rondon*, entre outras, registra a construção de aproximadamente 4.500km de linhas telegráficas e a construção de 55 estações. Além disso, é relatado o reconhecimento geográfico de cerca de 5.650 quilômetros lineares, percorridos somente nas três expedições exploratórias nos anos de 1907, 1908 e 1909. Também são citadas: a construção de estradas, pontes e outras obras de infraestrutura; a elaboração de mapas; a pacificação de populações indígenas e observações de seus traços culturais; a produção de relatórios científicos sobre a fauna e a flora e levantamentos mineralógicos, geológicos e climatológicos.

A partir do início do ano de 1914, a equipe da Comissão Rondon começa a produzir também a documentação visual, com auxílio do fotógrafo e cinegrafista, também chefe da Seção de Fotografia e Cinematografia do Escritório Central da Comissão, tenente Luiz Thomaz Reis, pois sabiam da importância dos registros para a sociedade brasileira. O trabalho tinha como objetivo exibir às populações urbanas um Brasil grande e seu interior inexplorado, divulgando as ações da Comissão e seu projeto de integração nacional. Todo o conjunto do trabalho (relatórios, mapeamento, cadernetas e diários de campo, imagens, filmes, estudos científicos e conferências públicas) resulta em inúmeras publicações sobre o assunto, que revela ao país uma região bela e riquíssima até então desconhecida.

Entre 11 de dezembro de 1913 a 7 de maio de 1914, o coronel Rondon participa da Expedição Científica Rondon-Roosevelt, que sobe o rio Paraguai e adentra pelos estados de Mato Grosso e Amazonas para realizar pesquisas, coleta de espécies da fauna brasileira, explorar e mapear o enigmático Rio da Dúvida até chegar à cidade de Belém do Pará, de onde a equipe americana retorna aos Estados Unidos.

Após retornar da Expedição Científica empreendida ao lado de Roosevelt e inaugurar o sistema telegráfico que construiu, Rondon retorna às atividades no sertão. Entre 1915 e 1919 efetua importantes explorações em outras áreas remotas de Mato Grosso, Goiás e Pará. Em 13 de abril de 1923, foi realizada a exposição dos mostruários da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas Mato Grosso-Amazonas durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, no Rio de Janeiro, ocasião em que o sertanista fez um balanço de todo o trabalho executado pela Comissão Rondon.

A partir de 1919 até 1924, já general de brigada, foi nomeado diretor de engenharia do Exército. Entre os anos de 1927 e 1930, Rondon participa da Comissão de Inspeção das Linhas Telegráficas de Fronteiras. Na primeira campanha, os trabalhos são realizados nas Guianas Francesa e Inglesa e no sul da Venezuela. Na segunda campanha, incorpora ao acervo da Inspeção de Fronteiras aquele pertencente à antiga Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Na terceira campanha, inspeciona as fronteiras com Venezuela, Colômbia, Bolívia, sul do Paraguai, Argentina e Uruguai, passando pelo interior do Brasil até chegar a Manaus. Retornando dessa inspeção, Rondon recusa-se a apoiar a Revolução de 30 e é preso em Porto Alegre. Rondon requer a reforma do serviço militar, sendo então libertado da prisão e autorizado a retornar aos trabalhos com os mapas e relatórios da Comissão de Inspeção de Fronteiras, que realiza entre 1931 e 1934.

De 1934 a 1938, preside a Comissão Mista Internacional Peru-Colômbia-Brasil (Comissão Mista de Letícia), criada de acordo com a Liga das Nações, para velar pela execução do Protocolo de 24 de maio de 1934. Com a assinatura do Pacto de Amizade e Cooperação, restabelece a paz entre Peru e Colômbia, que estavam em estado de beligerância pela posse da região de Letícia. Durante essa época, Rondon perde a visão de um olho, tomado por um glaucoma.

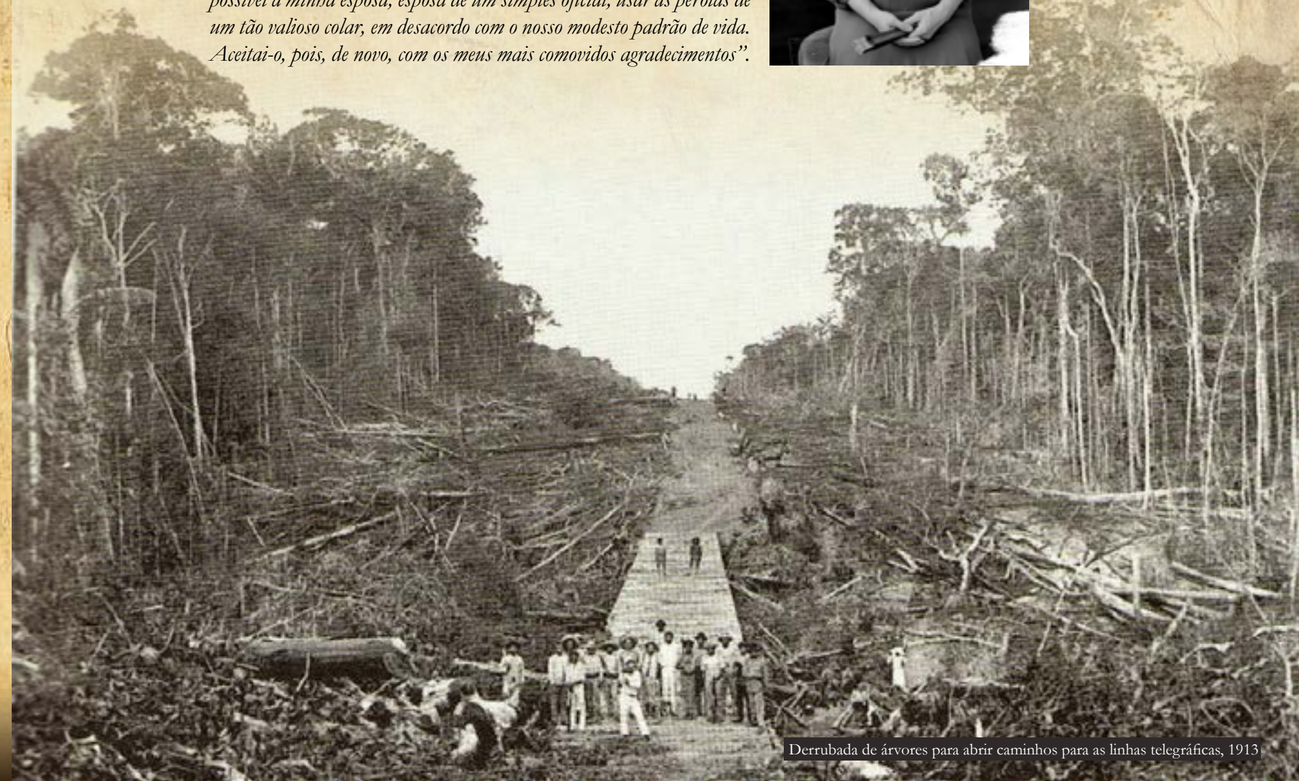
No Rio de Janeiro, o abrigo generoso e as relações de carinho da família exercem um impacto positivo de gratidão e afeto na vida de Rondon. Ali ele se encanta com os momentos vividos com sua esposa Francisca Xavier, com quem se casou, em 1º de fevereiro de 1892, e teve sete filhos. É ela quem o aprimora e o incentiva no senso de dever, resignação e comprometido sacrifício. Dona Chiquita (como era conhecida carinhosamente) chega a aprender a comunicação em Morse para atenuar as longas ausências de Rondon em correspondência diária entre os sertões e o litoral. *"Era ela a fonte onde eu ia buscar energias para suportar minhas rudes tarefas"*, escreveu Rondon. Em um telegrama de aniversário, de 1906, ele cita a sua gratidão pela esposa ao reconhecer sua dedicação *"à felicidade do humilde órfão mato-grossense"*. No início, o mesmo telegrama diz: *"Da solidão em que me encontro – longe de ti estou sempre só"*. Dona Francisca veio a falecer em 1949, fato que tem forte repercussão na vida de Rondon.





Francisca Xavier, esposa de Rondon

Rondon deixou provas da sua radical vida de servidor público e da sua austeridade. Uma delas está no episódio, sempre lembrado, em que Rondon, depois de atingir o rio Madeira, recebe homenagem na Associação Comercial de Manaus. Na ocasião, tentam oferecer um colar de pérolas a sua esposa. Rondon recusa dizendo que *"não é, entretanto, possível à minha esposa, esposa de um simples oficial, usar as pérolas de um tão valioso colar, em desacordo com o nosso modesto padrão de vida. Aceitai-o, pois, de novo, com os meus mais comovidos agradecimentos"*.



Derrubada de árvores para abrir caminhos para as linhas telegráficas, 1913











Várias homenagens são feitas ao grande sertanista e grande desbravador ao longo de sua vida. Em 2 de março de 1910, no governo de Nilo Procópio Peçanha (1867-1924), é nomeado o primeiro diretor do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios. O reconhecimento da obra do sertanista extrapolou as fronteiras do Brasil. Em 1914, a Sociedade de Geografia de Nova Iorque confere a Rondon o Prêmio Livingstone, quando tem seu nome escrito no livro da instituição ao lado de outros imortais. Em 1916, organizou e presidiu a instalação do Ciclo de Conferências sobre a Comissão Rondon, no Museu Nacional, onde o conferencista Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), médico, escritor, antropólogo e etnólogo, no início dos trabalhos propôs a designação de *Rondônia* ao território compreendido entre os rios Juruena e Madeira, atravessado pela linha telegráfica Mato Grosso-Amazonas, para homenagear, com um preito de gratidão e justiça, aquele emérito sertanista, levando em conta os originais e numerosos elementos geológicos, geográficos, botânicos, zoológicos, antropológicos e etnológicos identificados naquela área. No ano seguinte, a ideia é encaminhada ao governo federal. Participavam também dessa conferência Alberto José de Sampaio (1881-1946), botânico, e o prof. Alípio de Miranda Ribeiro (1874-1939), naturalista da Comissão Rondon e do Museu Nacional. Eles testemunham a gratidão àquele que mais contribuiu para o enriquecimento das coleções de botânica, zoologia, etnografia e mineralogia do Museu Nacional em mais de um século de existência da instituição. Em 1918 a cidade de Pedra Preta foi renomeada de Rondonópolis. No ano de 1925 foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz, cujo propositor foi Albert Einstein. O Congresso Internacional de História das Ciências (Lisboa, 1938) deu nome do sertanista a um meridiano terrestre, o de número 52, que passou a se chamar Meridiano Rondon. Em 1939 é nomeado presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios e no ano de 1952, aos 87 anos, encaminha ao presidente da República o projeto para criação do Parque Nacional do Xingu, elaborado em parceria com antropólogos e indigenistas. Em 1953 participa ativamente, junto com o professor Darcy Ribeiro, da criação do Museu Nacional do Índio. Em 5 de maio de 1955, data de seu aniversário de 90 anos, recebe o título de Marechal do Exército Brasileiro, concedido pelo Congresso Nacional. Em 17 de fevereiro de 1956, o Território Federal do Guaporé teve seu nome alterado para Território Federal de Rondônia. Rondon aproveita a homenagem que lhe foi prestada pelo presidente da República na inauguração do XVII Congresso Internacional de Geografia, realizado em agosto de 1956, no Rio de Janeiro, e apela para salvar o órgão que foi o melhor fruto dos esforços de sua vida, o Serviço de Proteção aos Índios, ameaçado de desmoralização e descaracterização por interesses político-partidários. Seu trabalho em prol da defesa de direitos indígenas e seu trabalho pacificador lhe rendem, outra vez, a indicação ao Prêmio Nobel da Paz, pelo Explorer's Club, de Nova Iorque, em 1957. O município de Marechal Cândido Rondon foi criado em 1960. Seu rosto foi estampado na nota de mil cruzeiros, que circulou entre 1990 e 1994. O Marechal Rondon é também homenageado quando são nomeados diversos bairros, escolas e logradouros no Brasil, como a Rodovia Marechal Rondon e a Escola Marechal Rondon, em Recife, PE. Rondon é o "Patrono das Telecomunicações no Brasil", e o dia 5 de maio é o Dia Nacional das Comunicações, criado em sua homenagem. Em 1963, o Marechal Rondon foi homenageado com a designação de "Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro". Os mato-grossenses o homenageiam com o Aeroporto Internacional Marechal Rondon, na região metropolitana de Cuiabá. Em 1º de julho de 2015, o Governo Federal determinou a inscrição do nome de Rondon no Livro de Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria, em Brasília.

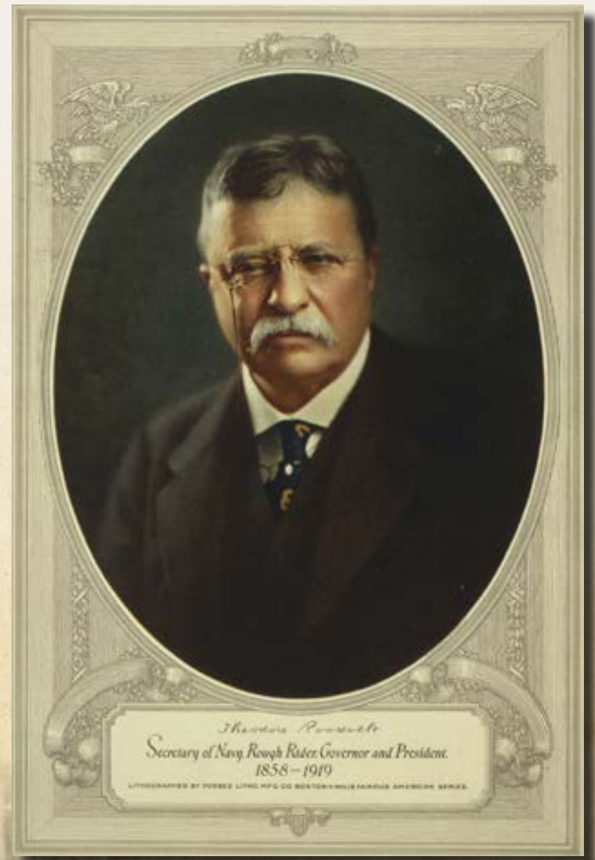
Rondon, um herói nacional, foi muito além do que foi previsto na sua missão, da implantação de linhas telegráficas e das questões de fronteiras, dos estudos dos três reinos naturais – a fauna, a flora e o mineral – e das tentativas de integração dos povos indígenas. Ele carregava a missão de integrar um território e suas gentes ao restante do Brasil, representou os valores de sua pátria, inaugurou a política indigenista no país e apresentou ao mundo uma nova forma de estudar o sertão brasileiro. No dia 19 de janeiro de 1958, faleceu em sua residência no Rio de Janeiro, com 92 anos de idade. Foi sepultado com honras de chefe de Estado no Cemitério São João Batista, onde foi saudado por Darcy Ribeiro.

"Somente pela paz e jamais pela guerra deveremos penetrar pelos sertões!" – "Morrer, se preciso for, Matar, nunca!" Rondon

"Nós podemos apontar Rondon para o mundo e gritar: Este é o nosso herói!" – Darcy Ribeiro (antropólogo)

"Quem vive ao longo da Linha Rondon facilmente se julgará na Lua. Imagine-se um território do tamanho da França, três quartos inexplorados; percorrido somente por pequenos bandos de indígenas nômades que estão entre os mais primitivos que se possam encontrar no mundo; e atravessado de ponta a ponta por uma linha telegráfica". (Claude Levi Strauss – ao visitar, em 1938, o trecho da linha construído pela Comissão Rondon no Mato Grosso).







Expedição Científica Roosevelt-Rondon

(1913-1914)

Em meados do mês de outubro de 1913, o coronel Rondon, ao chegar na estação telegráfica de Barão de Melgaço, nas imediações de Pimenta Bueno (RO), vindo de levantamentos geográficos e topográficos que estavam sendo efetuados pela equipe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, nas margens do rio Ji-Paraná e em alguns de seus afluentes, recebe telegrama do governo federal determinando sua ida ao Rio de Janeiro. O texto lhe informa que havia sido indicado como emissário do governo brasileiro para acompanhar o ex-presidente americano Theodore Roosevelt Jr. (1858-1919) e sua comitiva em uma expedição científica conjunta através do sertão do Brasil. Rondon viaja de Manaus para a capital federal, onde chega no dia 11 de novembro de 1913.

Embora a indicação tenha sido feita pelo presidente da República, Rondon a recebeu com ressalvas, deixando claro a seus superiores que só faria parte da equipe se a natureza da expedição fosse alterada para um empreendimento científico mais sério, não desejando que fosse apenas uma simples incursão venatória, e só confirmou a sua participação quando ficou convencido de sua finalidade científica. Receava desempenhar o papel de um simples guia turístico ou ser integrante de um safári de caça ao lado de Roosevelt. Por isso propôs que a expedição adotasse a rota inicial de explorações através dos rios Arinos e Juruena e do enigmático Rio da Dúvida para exploração e mapeamento do seu curso. O rio havia sido descoberto por ele e sua equipe por ocasião dos trabalhos da Comissão Rondon (1907-1915) e já se sabia onde nascia, mas se desconhecia o seu curso e onde desaguava: no rio Ji-Paraná (afluente do rio Madeira), no próprio Madeira, no Guaporé, no Amazonas, ou no Tapajós?

Apesar do plano inicial da expedição de navegar em rios já conhecidos até o Amazonas, todo planejamento foi modificado quando a comissão americana desembarcou no Brasil pela primeira vez, na cidade de Salvador, Bahia, no dia 18 de outubro de 1913. Nessa ocasião, o governo brasileiro confirmou apoio material e pessoal à equipe americana, sob o comando do coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, que os acompanharia nos deslocamentos pelo interior do território brasileiro, de acordo com a proposta apresentada pelo sertanista. A mudança de rota tinha sido repassada a Roosevelt, que havia aceitado de imediato. Essa era o tipo de viagem que ele mais desejava desde que havia deixado a presidência de seu país, participando de mais um grande desafio para concretizar seu sonho de explorador e desbravador de lugares ainda desconhecidos. Assim, tal expedição, de caráter científico e exploratório, foi denominada de *Expedição Científica Roosevelt-Rondon.*

Antes de viajar para o Brasil, o ex-presidente Theodore Roosevelt, entusiasta da história natural, havia participado, em junho de 1913, de uma reunião no *American Museum of Natural History de Nova Iorque*, junto de diretores e naturalistas vinculados àquela instituição, com o objetivo de planejar uma expedição científica de coleta de exemplares da fauna, com itinerário previsto para subir o rio Paraguai em direção à bacia amazônica, abrangendo boa parte do extremo, e ainda não desbravado, oeste brasileiro. O seu plano equivalia, assim, a atravessar as regiões das florestas do norte do Mato Grosso e do Amazonas, ligando as bacias do Prata e do Amazonas. Esse seria também o trajeto que, em grandes linhas, a expedição científica realizaria.

Dentre os participantes dessa reunião que iriam compor a expedição incluíam-se dois importantes naturalistas coletores: George Kruck Cherrie (1865-1946), naturalista e especialista em aves, e Leo Edward Miller (1887-1952), naturalista com interesse em mamíferos. Ambos eram verdadeiros veteranos das selvas tropicais e estavam bem habituados às enormes adversidades encontradas nessas regiões. A comitiva contava ainda com Anthony Fiala (1869-1950), explorador americano do ártico; Padre John Augustine Zahm (1851-1921), cientista, professor na Universidade de Notre Dame e explorador que já havia realizado uma viagem pelos Andes, tendo descido o rio Amazonas; Jacob Sigg, do serviço de enfermaria e alimentação; e Frank Harper, secretário de Roosevelt.

Na Bahia, foi incorporado à equipe americana o filho do ex-presidente Sr. Kermit Roosevelt (1889-1943), que trabalhava no Brasil desde 1912 na supervisão de construção de pontes e ferrovias. Chegaram ao Rio de Janeiro no dia 22 de outubro e lá permaneceram por alguns dias. Em seguida, tendo alguns compromissos programados em diversos pontos no sul do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai, antes da expedição propriamente dita, Roosevelt e sua comitiva foram para São Paulo e depois para as repúblicas do Prata e do Chile. No dia 4 de dezembro partiram de Buenos Aires para Assunção, de onde a expedição deveria prosseguir, subindo o rio Paraguai e adentrando pelo interior do Brasil. Em Assunção, o governo paraguaio coloca à disposição da comitiva de Roosevelt a canhoneira Adolpho Requielme para o deslocamento até o local de encontro com a equipe do coronel Rondon. Começam a navegar com destino ao local de encontro com a comissão brasileira no entardecer do dia 9 de dezembro de 1913.

Quanto à comissão brasileira, alguns membros embarcaram no Rio de Janeiro com destino a Corumbá, no Mato Grosso, no dia 25 de novembro. Outra parte da comissão, incluindo o coronel Rondon, fazem a viagem por terra, partindo no dia 2 de dezembro do Rio de Janeiro com destino ao rio Paraguai utilizando as vias férreas Central do Brasil, Sorocabana e Noroeste e também do transporte a cavalos, chegando ao destino no início da tarde do dia 11 de dezembro.

A equipe brasileira estava composta de especialistas (civis e militares), entre eles o capitão de engenharia Amílcar Armando Botelho de Magalhães, ajudante do coronel Rondon; os tenentes João Salustiano Lyra, Joaquim Manoel Vieira de Mello Filho, Alcides Lauriodo de Sant'Anna e Antônio Pyrineus de Sousa; o capitão médico Dr. José Antonio Cajazeira; o engenheiro e geólogo Euzébio Paulo de Oliveira; os taxidermistas Henrique Reinisch e Arnaldo Brake de Sant'anna, encarregados do serviço de zoologia; o médico de saúde pública e responsável pela coleta de insetos Dr. Fernando Soledade; o botânico Frederico Carlos Hoehne; o tenente Thomaz Reis (fotógrafo e cinematografista); o agrimensor Joaquim Valladão Horta; o farmacêutico prático José Sant'Anna; e o inspetor de telégrafos João de Deus e Silva, além do pessoal de apoio civil e militar, inclusive caboclos e índios da nação parecis, conhecedores profundo da região.

O encontro entre Rondon e Roosevelt acontece logo que a comissão americana adentra a fronteira brasileira, defronte à embocadura do rio Apa, na manhã do dia 12 de dezembro. Depois do encontro de Rondon com Roosevelt e a tomada de decisões inerentes ao deslocamento das duas comissões, as equipes viajam subindo o rio Paraguai até a cidade de Corumbá, onde desembarcam no dia 15. No dia 17 seguem rio Paraguai abaixo e exploram vários pontos do pantanal brasileiro, chegando até a Fazenda das Palmeiras, onde permanecem de 18 a 23 de dezembro, ocasião em que as comissões americana e brasileira coletam vários exemplares da fauna mato-grossense para os museus respectivos de Nova York e Rio de Janeiro. Regressam em seguida ao rio Paraguai, passando depois pelos rios São Lourenço e Cuiabá com destino à Fazenda São João, onde se encontrava o presidente do estado do Mato Grosso. Permanecem na fazenda do dia 28 a 30 de dezembro. Em 3 de janeiro sobem o rio Paraguai em direção à cidade de São Luiz de Cáceres, onde chegam no dia 5 e também onde termina a primeira e mais fácil das etapas do percurso. De Cáceres em diante, território definido por Roosevelt como o "cenário de atuação do coronel Rondon", o trajeto seria feito a pé ou em canoas. No dia 6 subiram o rio Paraguai pegando o curso do rio Sepotuba (ou Rio das Antas), passando pela Fazenda do Porto Campo no dia 7, onde pela primeira vez foram armadas as barracas de campanha e hasteadas as bandeiras americana e brasileira. No dia 13 levantam acampamento, fazendo o transbordo dos passageiros, cargas e equipamentos para embarcações menores. No dia 16 de janeiro acontece a chegada da expedição ao porto de Tapirapuã, onde se achava instalado o serviço de abastecimento da Comissão Rondon e onde o material zoológico coletado até então (cerca de 1.000 exemplares de aves e 250 de mamíferos) é enviado por Frank Harper ao Museu de História Natural de Nova York.

Entre os dias 18 e 22 de janeiro, as equipes da expedição partem por terra na direção norte através do divisor das bacias do Paraguai e do Amazonas – a Chapada dos Parecis –, área habitada pelos índios parecis e nambiquaras, atingindo o rio Sacre em 28 de janeiro. São utilizados bois cargueiros e uma tropa de burros para conduzir toda a bagagem das equipes, barracas de campanha, tabuletas designativas e gêneros alimentícios. Nessa ocasião, em Salto da Felicidade, alguns membros da comissão brasileira participantes da equipe do capitão Amilcar – Dr. Fernando Soledade, médico; tenente Luiz Thomaz Reis, cinematografista e desenhista; Arnaldo Blake de Sant'Anna, taxidermista; e Frederico Carlos Hoehne, botânico – solicitam desligamento da expedição alegando, entre outras reclamações, a falta de recursos em suas especialidades para continuar a missão. São exonerados da função pelo coronel Rondon, mas o gesto desses técnicos causa irritação nos oficiais brasileiros encarregados das equipes da expedição, e muitos os consideram desertores. Salto Belo foi alcançado no dia 29, onde Roosevelt, impressionado com o trabalho realizado pela equipe da Comissão Rondon, faz calorosos elogios à obra iniciada e continuada com tanto patriotismo pelo coronel Rondon e à preocupação do sertanista com os povos indígenas na luta contra a opressão dos conquistadores e espoliadores de suas terras. Em outros momentos, durante a viagem, elogia também o esforço e a capacidade de resistência dos oficiais, praças, especialistas e caboclos brasileiros que se achavam empenhados num trabalho penoso e exaustivo durante o deslocamento dos expedicionários.

No dia 15 de fevereiro chegam à estação telegráfica de Campos Novos, na região de Vilhena, hoje município de Campo Novo do Parecis, onde as montarias da expedição são substituídas. De Vilhena, o corpo principal da expedição seguiu em direção ao Norte. Cavalgando pela chapada divisora de águas, passam por uma aldeia de índios da nação nambiquara com destino à estação telegráfica de José Bonifácio, próximo do Rio da Dúvida, no ponto em que se deveria iniciar a navegação de exploração. A comitiva encontra com o capitão Amilcar em 24 de fevereiro em um acampamento às margens de um riacho afluente do Rio da Dúvida. A partir desse local, a expedição científica dividiu-se, novamente, da seguinte forma: a primeira equipe, composta de Amilcar, Miller, Melo e Oliveira, viajariam até o rio Ji-Paraná, descendo-o até o rio Madeira, com destino final em Manaus; a segunda equipe, com Rondon, Roosevelt, tenente Lyra, Dr. Cajazeira, Cherrie e Kermit, desceria o Rio da Dúvida com dezoito canoeiros, todos em sete canoas. No dia 25 de fevereiro estacionam na margem direita do Rio da Dúvida, atravessado pela linha telegráfica. A partida para exploração do Rio da Dúvida é iniciada no dia 27. Os obstáculos encontrados são muitos. Enfrentam corredeiras perigosíssimas, cachoeiras, estreitos, pedras e quedas d'água. Isso os obrigava a estafantes e demoradas operações para descarregar os barcos cheios de bagagens, utensílios, equipamentos e gêneros alimentícios, que eram levados por terra pelos membros da expedição e, depois da travessia, voltavam novamente para os barcos. Havia as difíceis manobras dos barcos vazios, com a ajuda de cordas, e as cansativas caminhadas dos expedicionários pelas margens íngremes e rochosas. Com isso o ritmo da viagem caía muito, o que ocasionava grande atraso da expedição.

Serão gastos cerca de dois meses de viagem de canoa, perfazendo aproximadamente 850km, castigados por muito sofrimento, fome, sede, calor escaldante, frio, doenças tropicais, animais selvagens, nuvens de mosquitos, formigas, insetos, animais peçonhentos, homens feridos e privações na selva desconhecida. Nesse trajeto, ocorreu pelo menos um encontro tenso com índios pouco amigáveis. Embora nunca avistados, eles mataram com flecha o cachorro da expedição, que era de muita estima do coronel Rondon. Houve acidentes, canoas avariadas e equipamentos perdidos. Num desses momentos críticos, o caboclo Simplício desaparece nas águas revoltas do rio, causando consternação aos membros da expedição.

O coronel Rondon e o naturalista Cherrie, muitas vezes, ao saírem dos acampamentos de pernoite, seguindo também pela margem, acompanhavam o trânsito das embarcações onde Roosevelt e os enfermos se encontravam. Ao atravessarem a confluência de um rio caudaloso, Rondon o denominou de Kermit, já convicto de que aquele curso era o coletor principal de uma grande bacia hidrográfica. E esta certeza ele manifestou em solenidade realizada na manhã do dia 18 de março, com a leitura de uma "ordem do dia", cientificando à Comissão Brasileira e comunicando à dos Estados Unidos da América que, daquela data em diante, se chamaria Roosevelt o estuário identificado em 1909 e, até então, denominado Rio da Dúvida. Na mesma ocasião inaugurou o marco com a inscrição Kermit: 11º, 27', 20" lat. N. 17º, 17' 12" long. 0. do Rio de Janeiro.

No dia 2 de abril, pela manhã, ocorreu um grave acidente. O cabo Paixão, depois sargento por relevantes serviços prestados ao exército nacional, foi assassinado pelo soldado Julio, que se evadiu após ter sido flagrado roubando gêneros do rancho da comissão, diante do desespero, fome e da constante iminência da morte no "inferno verde". Os expedicionários, naqueles dias, já apresentavam sinais de estafa devido ao trabalho pesado na condução das canoas por terra para evitar as frequentes cachoeiras de diversas extensões, as correntezas traiçoeiras e os remoinhos perigosos. A excessiva umidade amazônica no auge da estação chuvosa e a horda de insetos sugadores de sangue deixam vários expedicionários das equipes brasileira e americana prostrados com malária e acessos de febre terríveis. Queixam-se também de diarreias e vômitos que, além de constrangimentos, diminuíam as atividades deles nos encargos que lhes eram atribuídos. Roosevelt não escapou e também foi acometido de gravíssimo ataque de febre palustre e desidratação. Além disso, em outro momento, quando ajudava a recolocar sua canoa nas águas do Rio das Dúvidas, machucou uma das pernas gravemente em uma pedra, causando-lhe uma infecção.


Col. Roosevelt's Exploration 513

Manáos Amazon Rio Madeira Rio Ji-Paraná Rio da Dúvida Rio São Manoel Rio Gy-Paraná Rio Machados Rio Sepotuba Rio Paraguay Cordilheira do Norte? Gy-Paraná Tapirapoan Guyaba Luiz de Cáceres

approximate route of the Roosevelt-Rondon expedition

www.history-map.com

and the approximate route of the Roosevelt-Rondon expedition). Scale, 1:12,750,000.

The inset shows the location and extent of the main map.

The drainage of the region between the headwaters of the Paraguay and the upper Madeira is based on the surveys of Col. Rondon's expedition of 1909 (see footnote 2).
In the north, only the surveyed portions of the Canumá, Aripuanã and Maué-assú are shown.

O médico da expedição, Dr. José Antonio Cajazeira, quase não conseguia mais atender os adoentados, pois ninguém gozava de boa saúde. Após a diminuição das crises, a viagem continuou, com Roosevelt acomodado em uma canoa coberta, sendo carregado, quando preciso, numa maca improvisada, sob constante assistência do médico brasileiro. A essa altura, o moral das equipes estava muito baixo, especialmente com o precário estado de saúde do ex-presidente americano, agravado com feridas que apareceram em sua perna direita. Mas apesar de todas as dificuldades encontradas diante desse árduo processo de descida do Rio da Dúvida, Cherrie continuou a coletar e preparar espécimes de aves amazônicas, sendo inclusive muito elogiado por Roosevelt, que também elaborava seu diário de bordo.

Durante o deslocamento da expedição, o aparecimento de uma placa na margem do rio, assinalando os limites de um seringal, e mais adiante o aparecimento da barraca de um seringueiro no meio do estirão animou a equipe. O morador, admirado com o aparecimento dos expedicionários em seu tapiri, explicou que há tempos saíra com outros companheiros pelo rio Madeira; depois entraram no rio Aripuanã e subiram por aquele afluente, denominado de rio Castanho (Castanha ou Castanhas, dependendo da fonte), situando-se naquela colocação, que, além de ter seringueiras de boa produção, tinha muita caça e igarapés piscosos. Essa informação ajuda Rondon e sua equipe a concluir que o rio descoberto no alto sertão do noroeste mato-grossense no ano de 1909 e que recebera o nome de Dúvida era o mesmo conhecido pelos seringueiros pelo nome de Castanho.

Finalmente, no dia 20 de abril, após descerem as corredeiras mais perigosas do Rio da Dúvida, os expedicionários encontraram a primeira casa de comércio, onde a expedição se abasteceu, e, no dia 26, transpuseram a última cachoeira do rio Roosevelt, até encontrar, na embocadura do rio Aripuanã com o rio Castanho, o acampamento da equipe de socorro, chefiada pelo tenente Antonio Pyrineus de Sousa, que estava acompanhado pelo taxidermista Emil Stolle, os quais haviam se deslocado de Manaus, de acordo com o planejamento do coronel Rondon, e os aguardavam ali com o barco a vapor *Cidade de Manaus*. No dia seguinte, 27 de abril, a expedição reuniu-se para assistir a leitura da Ordem do Dia e a inauguração de uma placa. Rondon salientou, na ocasião, que aquele estuário, cuja parte superior fora assinalada em mapas com a denominação de Rio da Dúvida, e a sua parte desconhecida, que a expedição percorrera, chamado Castanho pelos seringueiros, e o baixo Aripuanã eram todos um só e grande rio, com nascente no planalto do município de Vilhena e foz na margem direita do rio Madeira, e que, por ordem do governo brasileiro, ficou determinado que aquele maior afluente do rio Madeira, inteiramente desconhecido dos cartógrafos e até, em grande parte, das próprias tribos locais, estava doravante denominado rio Roosevelt em toda a sua extensão.



Roosevelt e Rondon

Ao encerrar o embarque e a acomodação dos expedicionários no confortável barco fluvial que ali os aguardava, a viagem continuou na manhã do dia imediato rumo à capital do Amazonas. O ex-presidente americano Theodore Roosevelt, após alguns dias, já não apresentava mais os sintomas das doenças acometidas, pois os calafrios e febres haviam cessado; porém, as infecções de pele ainda o incomodavam. Devido a essa situação e para evitar constrangimentos, Rondon decidiu então que a expedição deveria desembarcar em Manaus na madrugada do dia 30 de abril. Expediu mensagem ao governador do Amazonas, Jonathas Pedrosa, recomendando que a chegada de Roosevelt fosse sigilosa e cômoda, o que de fato ocorreu, pois ele foi recepcionado discretamente e hospedado com honras especiais no palácio governamental, onde permaneceu depois de passar por uma intervenção cirúrgica.

No dia 1º de maio, as duas equipes da expedição embarcam com destino a Belém do Pará. Finalmente, desta cidade, onde chegou no dia 5, o ex-presidente americano segue no dia 7, ainda adoentado, para Nova Iorque, onde chegou 12 dias depois. Rondon levou-o a bordo, acompanhado pelo tenente João Salustiano Lyra e também pelo médico da expedição, Dr. José Antonio Cajazeira. Roosevelt despediu-se de todos, comovido, manifestando, constantemente, com gestos e palavras, que se sentia muito agradecido.

A missão estava cumprida. A aventura em busca do perigoso Rio da Dúvida ficara para trás. A equipe americana partiu, levando na bagagem um riquíssimo acervo, composto por mais de 2.500 aves e cerca de 450 mamíferos, além de répteis, anfíbios e peixes, destinado ao Museu de História Natural de Nova York. Mas, antes do embarque, George Kruck Cherrie e Leo Edward Miller tiveram a satisfação de visitar o Museu Paraense (atual Museu Paraense Emílio Goeldi) e conhecer a eminente ornitóloga alemã Dra. Maria Elisabeth Emilie Snethlage (1868-1929), grande exploradora e coletora da região amazônica.

Após passar alguns dias com sua família no Rio de Janeiro, o sertanista retorna em 14 de maio aos seus trabalhos na Comissão Rondon. A convivência entre Rondon e Roosevelt originou uma sólida amizade, fruto da admiração e do respeito que passaram a ter um pelo outro durante os cinco meses (de dezembro de 1913 até maio de 1914) que estiveram percorrendo uma das regiões mais desconhecidas, perigosas e selvagens da região Amazônica.

Ao longo de mais de mil quilômetros do trajeto percorrido, além de inúmeras coletas realizadas e da produção de relatórios de história natural, cujos estudos foram confiados aos especialistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro e ao Museu de História Natural de Nova York, foram realizados também levantamentos de ribeirões e rios da Bacia Amazônica. A experiência da expedição foi descrita por Theodore Roosevelt em seu livro *Nas Selvas do Brasil*, publicado nos Estados Unidos em 1914. A obra foi reconhecida pelo coronel Amilcar Botelho de Magalhães como fiel *"à verdade dos fatos e que revela da parte do autor qualidades de justa observação dos homens e das coisas"*.



Inauguração do marco do rio Roosevelt, antigo rio da Dúvida. Da esquerda para a direita, George Cherrie, naturalista americano, Ten. Lyra, Cap. Médico Dr. Cajazeira, Roosevelt, Rondon e o engenheiro Kermit, filho de Roosevelt

Emprestar seu nome a um rio brasileiro, entretanto, cobraria de Roosevelt um preço muito alto. Ao retornar para os Estados Unidos, levou muito mais do que a memória das aventuras amazônicas: levou também a malária. Em carta escrita a um amigo, falando sobre sua saúde, disse que a selva havia *"roubado dez anos"* de sua vida. A doença tropical indubitavelmente contribuiu para a morte de Roosevelt, ocorrida no dia 6 de janeiro de 1919, enquanto dormia, aos 60 anos de idade, em sua casa, na cidade de Nova York.

O relatório da Expedição Científica Roosevelt-Rondon, que durou quase cinco meses – de 11 de dezembro de 1913 a 7 de maio de 1914 –, foi apresentado posteriormente ao governo federal. Nesse relatório, os estudos realizados durante a expedição revelaram um novo panorama dos rios e ribeirões da Bacia Amazônica. O rio Aripuanã, por exemplo, passou a ser identificado como afluente do Rio da Dúvida pela margem direita, e não como rio principal, como vinha figurando nos mapas anteriormente. O próprio Rio da Dúvida, cujo nome deve-se à confusão com o baixo Aripuanã, foi renomeado rio Roosevelt com a exata definição de sua situação geográfica e passou a constar nos mapas do Brasil.

Após a publicação do livro *Nas Selvas do Brasil*, Roosevelt realiza conferências sobre o tema na Sociedade de Geografia de Nova York, onde recebeu o Prêmio Livingstone em nome de Rondon. Na cerimônia da premiação, Roosevelt declarou que a *"América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclópicas: ao norte, a abertura do canal do Panamá; ao sul, o trabalho de Rondon – científico, prático e humanitário"*. O prêmio foi concedido não só pela participação do sertanista na expedição Roosevelt-Rondon, mas, especialmente, por considerá-lo o que mais explorou regiões tropicais no mundo, incluindo o seu nome numa placa de ouro maciço, dividindo a honraria com os americanos Robert Peary e Richard Byrd (exploradores do Polo Norte e da Antártida, respectivamente), o norueguês Roald Amundsen (primeiro a atingir o Polo Sul) e o francês Jean-Baptiste Charcot (que mapeou a Península Antártica). Roosevelt também divulgou sua experiência no Brasil em conferências pela Europa.

Entre outubro de 1915 e março de 1916, o filme *Os Sertões de Mato Grosso* (cenas editadas durante os trabalhos da Comissão Rondon pelo tenente e cineasta Luiz Thomaz Reis) circulou pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. No Rio, o filme chegou a cinco cidades. Na capital foi exibido para cerca de vinte mil espectadores. Na capital da República merecem destaque as exibições realizadas no Teatro Fênix, nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915, após conferência de Rondon em evento promovido pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Nessa ocasião o público pôde também assistir ao filme *Expedição Roosevelt*. Ainda na cidade do Rio de Janeiro, *Os Sertões* foi exibido em outra sessão, de grande relevância, oferecida ao presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes. No estado de São Paulo foi visto em 43 cidades. Na capital paulista entrou em cartaz em nove cinemas da cidade, onde foi exibido para 15.360 pessoas. Em Minas chegou a três cidades. Ao todo, o filme atingiu um público de 65.788 espectadores, conforme relatório do tenente Thomaz Reis datado de 1916. Depois, os filmes foram levados para outros estados da Federação e para os Estados Unidos da América. No dia 15 de maio de 1918, no Carnegie Hall, em Nova York, após conferência proferida pelo ex-presidente americano Theodore Roosevelt Jr, patrocinada pela Sociedade Americana de Geografia, com casa lotada (2.800 lugares), é exibido pelo tenente Thomaz Reis um programa cinematográfico intitulado *Wilderness (região selvagem)*, composto de seis partes, que incluía os filmes *Os Sertões de Mato Grosso* e *Expedição Roosevelt*.

Rondon era acompanhado por equipes de filmagens desde 1907. As cenas captadas pelo cinegrafista provocavam debates e críticas apaixonadas do grande público, principalmente quanto ao apelo sobre o lado exótico da "pacificação de selvagens" e pela surpresa ao se depararem com cenas de corpos nus, inerentes à cultura indígena. Thomaz Reis chegou a redigir um aviso para "atender os reclamos das pessoas de muitas suscetibilidades" com um alerta de modo a permitir a saída "de quem não desejar ver os índios nus" e conclamava: "rogamos o não comparecimento de meninas e crianças". Essa estratégia de divulgação dos trabalhos da Expedição Científica e da Comissão Rondon despertou, em 1919, o rei Alberto da Bélgica, que, inspirado pelos feitos realizados, propôs uma expedição no Brasil para realização de pesquisas científicas destinadas ao Instituto Real de Ciências Naturais de Bruxelas.



A Expedição Científica Roosevelt-Rondon foi fartamente noticiada, suscitando inclusive uma polêmica nacional antes, durante e depois de sua realização, envolvendo críticas, publicadas na imprensa, questionando as reais intenções da presença do ex-presidente americano em território brasileiro. A expedição também foi notícia no exterior e certamente contribuiu para que a figura e os feitos de Rondon passassem a ser conhecidos também internacionalmente, fundamental para a construção da imagem heroica do marechal Rondon. Podemos afirmar, ainda hoje, que a repercussão da expedição muito contribuiu não só para a divulgação das atividades da Comissão Rondon no noroeste do país, mas também para mostrar a preocupação do governo brasileiro com suas fronteiras, suas riquezas e sua gente.

"A América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclópicas: ao norte, o Canal do Panamá; ao sul, o trabalho de Rondon – científico, prático, humanitário". Theodore Roosevelt Jr.











Pouso na Serra do Cachimbo | 3 de setembro de 1950

COMISSÕES E EXPEDIÇÕES

Marcha Para o Oeste e Expedição Roncador-Xingu

Irmãos Villas-Bôas (1937-1967)

A campanha "A Marcha Para o Oeste" foi lançada pelo presidente Getulio Vargas (1882-1954) no discurso de saudação aos brasileiros, pronunciado no Palácio Guanabara (RJ), e irradiada para todo o país à meia-noite do dia 31 de dezembro de 1937. Na ocasião disse que "retomando a trilha dos pioneiros [...], precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste. [...] E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial". Em visita a Goiânia no dia 7 de agosto de 1940, o presidente reforça sua campanha da Marcha Para o Oeste e declara que o Planalto Central "é o miradouro do Brasil, e os seus rios correm em todas as direções. [...] Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão, amanhã, os grandes celeiros do país, deverá descer a onda civilizatória para as planícies do oeste e do noroeste".

Para dar prosseguimento à política de ocupação, colonização e integração do centro-oeste brasileiro, conforme sintetizado na campanha "Marcha para o Oeste", ao restante do país, foi baixada a Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, pelo ministro extraordinário da Coordenação de Mobilização Econômica, João Alberto Lins de Barros, pela qual ficava determinada a organização da Expedição Roncador-Xingu, entidade logo depois tomada como de interesse militar pelo Decreto nº 5.801, de 8 de setembro de 1943. O nome da expedição foi dada em referência à Serra do Roncador, divisor de águas entre o Rio das Mortes, na Bacia do Araguaia, e o rio Xingu, no leste do Mato Grosso.

A expedição, tendo como tarefa o estabelecimento de uma rota terrestre, aérea e de radiotelégrafo entre as cidades do Rio de Janeiro e Manaus (AM), passando por Porto Velho, em Rondônia, constituída de aproximadamente 100 homens, atravessaria parte dos territórios mineiro, mato-grossense, goiano e paraense. Essa decisão foi motivada também em decorrência da circunstância de o Brasil encontrar-se em estado de guerra e, em consequência disso, acharem-se as suas regiões litorâneas, assim como a navegação costeira, vulneráveis a ataques inimigos. Na época, a navegação marítimo-fluvial era o único modo possível de se alcançar a região norte do país, bem como grandes porções da região centro-oeste.

Os objetivos da campanha e da expedição eram desbravar, explorar, conquistar, mapear e povoar a região central do Brasil para o desenvolvimento e a integração nacional, consolidar as linhas de comunicação, abrir novos caminhos que a ligassem ao restante do país, realizar o reconhecimento das áreas ocupadas pelas nações indígenas, povoar e colonizar as áreas percorridas e explorar o potencial mineral da região.

O plano a ser executado pela expedição consistia em, a partir de uma base de apoio instalada em Uberlândia (MG), então ponto final da estrada de ferro Mogiana, construir uma rota terrestre composta de um trecho de rodovia e outro de estrada carroçável para o trânsito de caminhões e veículos de tração animal entre a cidade mineira e a margem direita do rio Tapajós, a partir de onde, por via fluvial, se alcançaria Manaus. Ao longo dessa rota, a expedição deveria instalar inúmeros postos de apoio à aviação, dotados de campo de pouso, instalações para funcionamento de serviço de radiocomunicação e um conjunto de edificações para abrigar as equipes administrativas e de serviços gerais.

O Ministério de Coordenação da Mobilização Econômica iniciou o recrutamento de recursos humanos, em grande número de indivíduos, que contemplava pessoal técnico em construção de estradas, pontes e outras obras, médicos, topógrafos, sertanistas, pilotos de avião, trabalhadores braçais, caçadores, cozinheiros etc. Para comandar a expedição, foi nomeado o tenente-coronel Flaviano de Matos Vanique, até então chefe da guarda pessoal do presidente da República.

Em 11 de agosto daquele ano de 1943, os membros da expedição já se encontravam reunidos em Uberlândia, onde havia sido estabelecida a base de apoio, cuja função inicial era a de prover o abastecimento dos grupos expedicionários, tanto os que iriam atuar no primeiro trecho da rota, entre Uberlândia e a região do alto rio Araguaia, onde a este se junta o Rio das Garças, em Goiás, como os que, a partir daí, atuariam como vanguarda da expedição, realizando reconhecimento de terreno e abrindo picadas em uma região até então desconhecida no estado de Mato Grosso. No dia 14 de agosto de 1943 foi realizada uma missa campal em ação de graças no povoado de Barra Goiana, que passou a se chamar Aragarças – nome que assinala a confluência dos rios Araguaia e Garças –, com a presença do ministro João Alberto e de vários jornalistas. Na ocasião, ali se erigiu um monumento na forma de uma cruz esculpido em madeira, que seria inaugurado a seguir, mediante cerimônia solene, a fim de que viesse a representar o "marco zero" da rota a ser aberta até a margem direita do rio Tapajós, a oeste do estado do Pará.



Contrução da Vila Residencial Presidente Vargas em Aragarças GO

No dia 4 de outubro de 1943 foi expedido o Decreto-lei nº 5.878, pelo governo Vargas (1930-1945), criando a Fundação Brasil Central (FBC) para atuar na zona a ser percorrida pela Expedição Roncador-Xingu. A instituição tomava para si a missão antes atribuída à expedição, que a partir de então seria seu braço operacional, e tinha por objetivo, segundo seus estatutos, aprovados pelo Decreto nº 17.274, de 30 de novembro de 1944, o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil central e ocidental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingu. A presidência do novo órgão coube ao ministro João Alberto Lins de Barros.

A notícia da expedição chegou ao interior de São Paulo. Os irmãos Orlando, Leonardo e Cláudio Villas-Bôas deixam o conforto da cidade e se apresentam para trabalhar no projeto. Foram procurar o coronel Vanique no Hotel Esplanada, na capital paulista, e ele lhes disse que o governo só pretendia contratar trabalhadores braçais, pois tinham eles mais resistência para o serviço a ser executado. Mas, insistentes e desejosos de participar da grande empreitada, viajam para Barra do Garças (MT), onde estava sendo montada a base da expedição. Já com barbas crescidas, vestem roupas simples, procurando meios de se passarem por sertanejos e analfabetos. A ideia, por mais improvável que parecesse, deu certo, e o trio enfim se integrou à grande marcha pelo interior do país. Orlando (1914-2002) foi contratado como auxiliar de pedreiro; Cláudio (1916-1998) e Leonardo (1918-1961) foram trabalhar na enxada, na abertura do campo de aviação de Aragarças. Em pouco tempo, com o conhecimento apresentado no trabalho diário e os desafios enfrentados, assumem importante papel de liderança e administração na vanguarda da expedição. Transcenderam a missão empenhada e viveram mais de 30 anos nas matas que vão do Xingu ao Tapajós convivendo com povos indígenas, que eles souberam cativar, amar e respeitar.

A expedição era de caráter militar, e a orientação institucional não mencionava questões de preservação da população indígena, apenas colonização. A descoberta de que as terras por onde passaria a expedição eram ocupadas por várias nações indígenas mudou a vida dos irmãos Villas-Bôas. Assim que foi reportada a presença de índios hostis na região, o oficial militar chefe da expedição entrou em contato com o governo de Goiás para ajudar na abertura dos caminhos a serem percorridos. Isso significava tirar o índio como um obstáculo ao avanço dos expedicionários. O marechal Cândido Rondon, ao tomar conhecimento, pelos irmãos indigenistas, do que estava acontecendo, tratou de mudar a concepção inicialmente proposta e, com esse providencial apoio, evitou que o primeiro contato com as nações indígenas se desse de forma violenta e desagregadora. A partir daí, a convite do ministro João Alberto, os irmãos Villas-Bôas assumem a vanguarda da expedição. Então, com extrema paciência e capacidade de observação, os sertanistas passaram a conquistar a confiança da comunidade indígena. Foi uma opção acertadíssima, que garantiu a entrada dos trabalhadores na região sem grandes choques civilizatórios, sem a grande quantidade de mortos que marcaram muitos contatos entre colonizadores e nativos na história mundial.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos da Expedição Roncador-Xingu, os irmãos Villas-Bôas procuram manter contatos com estudiosos, antropólogos e principalmente com o marechal Rondon para tratativas sobre a execução da política a ser adotada no contato com os povos indígenas. O código de comportamento legado por Rondon (que lançou as linhas telegráficas através da Amazônia nas primeiras décadas do século XX) – "Morrer, se for necessário; matar, nunca!" – era o alicerce dos indigenistas. Não reagiam nunca com armas de fogo durante o ataque de índios. Com essas premissas passaram por cima de interesses religiosos e comerciais e ainda formaram uma

COMISSÕES E EXPEDIÇÕES

geração de líderes indígenas. Consolidaram a política que basicamente consiste na defesa dos valores culturais das nações indígenas como único meio de evitar a marginalização e o desaparecimento dos grupos tribais. A partir da máxima segundo a qual "o índio só sobrevive na sua própria cultura", os Villas-Bôas mostraram que a antiga visão que a sociedade nacional tinha acerca dos grupos indígenas era absolutamente equivocada e que eles não podiam ser vistos como gente primitiva. Em vez disso, mostrou um universo cultural riquíssimo, de saberes e valores sofisticados para nossos padrões.

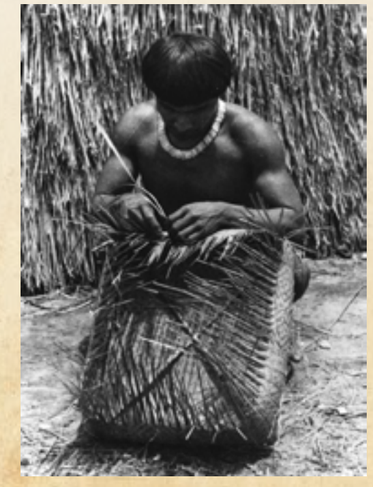
Orlando Villas-Bôas admirava o modo de viver dos povos indígenas, exaltando seu convívio harmonioso com a natureza, o enorme respeito à criança e ao idoso, à vida solidária. Chegou a dizer que os índios "nos dão uma lição de comportamento social que já perdemos e não vamos conquistar mais". Não se tratava, portanto, de sociedades selvagens, sem regras e sem estrutura social como se narrava na época do descobrimento do Brasil. A nova imagem do índio trazida aos brasileiros era a de uma sociedade equilibrada, estável, erguida sobre sólidos princípios morais e com um comportamento ético que sustentava uma organização tribal harmônica.

Durante a implantação do projeto foram realizadas obras de infraestrutura para permitir a ocupação da região e integrar economicamente o centro-oeste ao norte e ao sul do país. Os trabalhos realizados possibilitaram que fosse vencida a grande e difícil etapa entre o Rio das Mortes e o alto Xingu. O presidente Getulio Vargas, o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e o ministro João Alberto Lins de Barros visitam a cidade de Aragarças e a base principal da expedição no Rio das Mortes, na localidade denominada Xavantina, entre os dias 23 e 25 de junho de 1945. Nesse mesmo ano, o grupo atravessa o Rio das Mortes, e seus integrantes constroem o primeiro campo de pouso na área Xavante, o "Campo dos Índios". A segunda etapa, ainda mais longa (Xingu - Serra do Cachimbo - Tapajós), também foi alcançada com pleno êxito, apesar de todos os desafios enfrentados.

No roteiro da Expedição Roncador-Xingu, em toda a sua extensão, entre os rios Araguaia e das Mortes, Rio das Mortes e Kuluene (região da Serra do Roncador), Kuluene-Xingu (abrangendo extenso vale), Xingu-Mauritsauá (cobrindo ampla região do rio Teles Pires, ou São Manuel, alcançando, ainda, a encosta e o alto da Serra do Cachimbo, foram percorridos aproximadamente 1.500km em picadas abertas na mata virgem, cerca de mil quilômetros de rios navegados e explorados, incluindo alguns que ainda não tinham sido mapeados; foram implantados marcos de coordenadas e feito levantamento cartográfico. Além disso, diversos grupos indígenas foram contatados pela primeira vez e pacificados; mais de 40 vilas e cidades surgiram na região; foram construídas 19 pistas de pouso, principalmente em Aragarças, Barra do Garças, Nova Xavantina, Xingu, Cachimbo e Jacareacanga. Quatro bases de proteção de voo do Ministério da Aeronáutica se tornaram importantes pontos estratégicos de apoio e segurança de rotas aéreas nacionais e internacionais, e pistas de pouso intermediárias se transformaram depois em postos de assistência aos povos indígenas. Atendendo a um pedido do marechal Rondon, no final do ano de 1960, os irmãos Villas-Bôas (Orlando e Cláudio) fincam o marco do Centro Geográfico do Brasil, no ponto médio mais extremo do país, no rio Xingu.


Arredores de Caiponia, rumo a vila Cuiabana/MT

Os diários da expedição mostram a dureza da vida na selva, a rotina repetitiva de abrir picadas na floresta, remar canoas dias inteiros, caçar e pescar para alimentar os homens, se encharcar de chuva, enfrentar o sol inclemente, ser picado por todo tipo de insetos, sofrer de malária, padecer de diarreia, lamentar dor de dente, encontrar onças e outros animais selvagens, localizar os grupos indígenas e fazer contatos, abrir pistas e campos de pouso para aviação, vencer rios e florestas para não morrer de fome ou de doenças tropicais ou cair no esquecimento absoluto.



A Expedição Roncador-Xingu foi acompanhada pela população brasileira em ritmo de um filme seriado. Na época, a Associated Press e a revista *O Cruzeiro* enviaram repórteres e recebiam informes regulares dos irmãos Villas Bôas sobre as ocorrências da expedição, principalmente as relacionadas ao contato com os índios xinguanos. Nesse período, a imprensa ajudou a divulgar a ideia da criação de um parque nacional, e o público acompanhou as invasões de terras na região, os contratos de colonização e as brigas com a Fundação Brasil Central, além das visitas ilustres e a presença de expedições científicas na região.

Os irmãos Villas-Bôas perceberam desde o início que a população indígena não tinha qualquer proteção contra o contingente de pessoas que iriam avançar ao longo das trilhas abertas pela expedição. Então, a partir daí, dedicaram-se à luta para que fosse reservada uma grande área onde as nações indígenas do Xingu fossem preservadas. Buscaram sugestões com os índios e participaram, juntamente com o antropólogo Darcy Ribeiro e do médico sanitarista Noel Nutels, de um grupo de estudos de alto nível para criação da reserva com o objetivo de preservar a fauna e a flora, ainda intocadas da região, assim como resguardar as culturas indígenas da área. Em 14 de abril de 1961 o presidente Jânio Quadros assina o Decreto nº 50.455, que cria o Parque Nacional do Xingu, uma "Sociedade de Nações", como disseram os irmãos indigenistas, um polígono irregular com área aproximada de 22 mil quilômetros quadrados localizado praticamente no centro geográfico brasileiro, sob a responsabilidade da Fundação Brasil Central, representada na época pelos irmãos Villas-Bôas e que fez muita diferença para o destino dos silvícolas.



Rumo a Vila de garinpeiros denominada Vila Cuiabana

COMISSÕES E EXPEDIÇÕES



Aldeia no rio Xingu



Fechamento da Barragem do Paranoa em 12 de setembro de 1959 em Brasília





O primeiro barco a vapor na Amazônia | 1873 | Journey Across South America por Paul Marcoy

No que tange à fauna e à flora, o parque procuraria guardar para o futuro um registro do Brasil do século XVI, ainda não explorado pelo homem – ao sul da reserva, os últimos descampados e cerrados do Brasil central, e ao Norte, toda a exuberância da Hileia Amazônica, caracterizada pelas seringueiras, cachoeiras, castanheiras e as gigantescas samaumeiras.

A reserva, hoje denominada de Parque Indígena do Xingu (PIX), está localizada na região nordeste do estado do Mato Grosso, na parte sul da Amazônia, encravada na zona de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, os dois maiores biomas brasileiros. A região, toda ela plana, onde predominam as matas altas entremeadas de cerrados e campos, é cortada pelos formadores do Xingu e pelos seus primeiros afluentes da direita e da esquerda. É uma das mais importantes reservas indígenas das Américas, com uma área de 26,4 mil quilômetros quadrados – equivalente ao tamanho do estado de Alagoas. Na região se encontram 16 nações indígenas que viviam em permanentes conflitos ao longo das margens do rio Xingu, pertencentes às grandes famílias linguísticas indígenas do Brasil, e ali aprenderam a conviver pacificamente. Em toda a área da reserva vivem aproximadamente seis mil índios falando dez idiomas diferentes. Nas aldeias localizadas no parque são abrigados índios das nações Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nafukuá, Naruvôtu, Waurá, Yawalapiti, Kawaiweté (Kaiabi), Kisêdje (Suiá), Ikpeng, Yudjá (Juruna), Trumai e Tapayuna, os quais, não fosse a área de proteção, muito provavelmente estariam extintas ou totalmente aculturadas.

Orlando Villas-Bôas ocupa a direção do Parque Indígena do Xingu (PIX) de 1961 a 1967 e toma parte nas negociações para convivência pacífica das nações indígenas lá instaladas. Depois, assumem a direção do PIX o antropólogo Olympio Serra, o sertanista Apoena Meirelles, o indigenista Francisco Assis da Silva e o antropólogo Claudio Romero. O índio Megaron Txucaramãe tornou-se, em 1984, o primeiro índio a ocupar a direção do PIX. Depois dele, várias lideranças indígenas assumiram chefias de postos indígenas e administrações do Parque.

Orlando foi também um dos idealizadores da Fundação Nacional do Índio (Funai), com um grupo de sertanistas em 1965, tendo por princípio a promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas em todo o território nacional. A Funai, vinculada ao Ministério da Justiça, foi criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, para ser a coordenadora e principal executora da política indigenista no Brasil, cabendo-lhe promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas, cabendo-lhe também a coordenação e implementação das políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados.

O posicionamento dos irmãos Villas-Bôas acerca da política indigenista brasileira foi exemplar. Sempre se opuseram à absorção dos indígenas pela cultura "branca", mas cuidaram para que eles aprendessem a interagir com essa cultura para defenderem seus interesses. Orlando se orgulhava do que conseguiu e citava como exemplo índios que conheciam política e falavam bem a língua portuguesa, mas que mantinham seus hábitos e sua língua no dia a dia. Nesse sentido, mostrou-se pautado por uma intensa preocupação protecionista e preservacionista relativamente aos povos indígenas, procurando, contudo, interferir o mínimo possível na vida e na organização social desses povos e não entrar em choque com os índios. Para levar o trabalho a bom termo, aprenderam a falar mais de uma dezena de línguas indígenas e vários dialetos.

Os irmãos Villas-Bôas, sertanistas e indigenistas, ficaram marcados nos anais dos grandes conquistadores pela coragem com que, arriscando suas vidas, atraíram diversos povos indígenas à civilização, mas sempre com a preocupação de defendê-los, garantindo-lhes a sobrevivência em sua própria cultura, pois os processos integrativos ocorridos historicamente no Brasil tinham, via de regra, conduzido à desagregação das comunidades indígenas e não à sua efetiva participação na sociedade. Foram gigantes no conhecimento e na defesa dos índios e de sua cultura e deixaram uma fantástica história de vida. Nela combinaram determinação, como na travessia de regiões desconhecidas; sábia paciência, no contato não violento com os povos indígenas; humildade e mente aberta, na compreensão e aceitação dos hábitos e valores das nações indígenas; brilhantismo, na tradução de parte de sua experiência para nossa cultura; e persistência, na criação e consolidação do Parque Indígena do Xingu – uma dentre muitas ações decisivas para os índios preservarem seu mundo e de se defenderem do mundo do homem dito civilizado.



Foi com base nessas premissas que eles conduziram pacificamente o contato com todas as tribos indígenas da região do Xingu e implantaram a reserva indígena. Trata-se de um posicionamento que, em linhas gerais, caminha no sentido da orientação pacifista rondoniana, mas que, entretanto, não se restringe a ela, pois a perspectiva dos Villas-Bôas não visava mais à pacificação dos índios com vistas a transformá-los em trabalhadores rurais. Ao contrário, a partir dos contatos e das relações privilegiadas que tiveram com as populações indígenas do Xingu, os irmãos indigenistas puderam apreender toda a riqueza cultural da região, o que os levou a defender não apenas a integridade física das comunidades silvícolas, mas também sua integridade cultural.

Leonardo Villas-Bôas vem a falecer precocemente em 1961, na cidade de São Paulo. Na década de 1970, Orlando e Cláudio encerraram suas atividades no Parque Indígena do Xingu, mas continuaram atuando como assessores da Presidência da Funai, onde continuaram a defender o direito dos índios a seu espaço e cultura. Cláudio Villas-Bôas vem a falecer em São Paulo no dia 1º de março de 1998. Orlando Villas-Bôas faleceu na capital paulista no dia 12 de dezembro de 2002, aos 88 anos de idade. Em 2003, o maior Kuarup de que se tem notícia é feito em homenagem a Orlando Villas-Bôas. O irmão mais novo, Álvaro (1926-1995), também um importante indigenista, nasceu em São Paulo e trabalhou com a equipe na área do Xingu entre 1961 e 1962, mas fixou-se na capital paulista, onde se dedicou a dar apoio logístico às missões realizadas pelos irmãos pelo interior do país. Assumiu a presidência da Funai por um curto período de tempo, entre 1984 e 1985. Veio a falecer no dia 22 de agosto de 1995 em Bauru (SP).

O trabalho realizado pelos irmãos Villas-Bôas resultou em inúmeras conferênciaqs e várias obras: 1) Villas-Bôas, Claudio e Orlando. *Xingu: the indians, their myths* - Nova York: Farrar/Straus/Giroux, 1973; 2) Villas Bôas, Claudio e Orlando. *Os náufragos do rios das mortes e outras histórias* - Porto Alegre: editora kuarup, 1988; 3) Villas-Bôas, Claudio e Orlando. *Xingu: o velho káia* - Porto Alegre: Kuarup, 1989; 4) Villas-Bôas, Claudio e Orlando. *Xingu: os kayabí do rio São Manuel* - Porto Alegre: kuarup, 1989; 5) Villas-Bôas, Claudio e Orlando. *Xingu: os índios, seus mitos* - Porto alegre: Kuarup, 1990; 6) Villas- Bôas, Claudio e Orlando. *Xingu: os contos do tamoin* - Porto Alegre: Kuarup, 1990; 7) Villas-Bôas, Claudio e Orlando. *Xingu: histórias de índios e sertanejos* - Porto Alegre: kuarup, 1992; 8) Villas-Bôas, Claudio e Orlando. *Xingu: pueblos indios y sus mitos* - Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 1994; 9) Villas-Bôas, Claudio e Orlando. *A marcha para o oeste* - São Paulo: Editora Globo, 1995 - um relato de tudo o que foi vivido pela Expedição Roncador-Xingu; 10) Villas-Bôas, Claudio e Orlando. *Almanaque do sertão* - São Paulo: Editora Globo, 1997 – são narrados 45 anos de andanças pelas matas brasileiras; 11) Villas-Bôas, Orlando. *A arte dos pajés: impressões sobre o universo espiritual do índio xinguano* - São Paulo: Editora Globo, 2000; 12) Villas-Bôas, Claudio e Orlando. *Xingu: território tribal* - São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990. (fotos de Maureen Bisiliat); 13) Villas-Bôas, Orlando. *História e causos*. São Paulo: FTD, 2005.

Por esse belíssimo e importante trabalho, receberam diversas homenagens, inclusive muitas outras láureas a título póstumo. Destacam-se entre elas quatro comendas estrangeiras, onze nacionais, seis títulos e diplomas de honra ao mérito. Em 1971, o nome dos irmãos Claudio e Orlando Villas-Bôas foi proposto pela Sociedade dos Povos Primitivos, de Londres, para o Prêmio Nobel da Paz, pelo trabalho que desenvolveram pela pacificação dos índios no Brasil. A ideia do lançamento da candidatura surgiu do sertanista britânico Adrian Cowell, que em 1969 esteve no Xingu realizando um filme sobre a atividade dos dois irmãos. A indicação foi apoiada pela Escola de Medicina de São Paulo, que enviara carta à Real Academia Sueca. Também lhes foi concedida a medalha de ouro dos fundadores da Royal Geographical Society of London e as mais altas condecorações brasileiras, como a da medalha da Ordem do Rio Branco e da Ordem Nacional do Mérito. Foram nomeados como membros do The Explorers Club of New York e receberam, ainda, títulos *Doutor Honoris Causa* de universidades estaduais e federais brasileiras e algumas dezenas de títulos de cidadãos honorários de todo o território brasileiro. Os três irmãos sobreviveram a centenas de episódios de malárias.



Construção da ponte sobre os rios Araguaia e Garças | 1953



A Estrada de Ferro Tocantins (EFT) foi uma ferrovia brasileira localizada no estado do Pará. Foi construída para complementar a navegação fluvial, ao longo das cachoeiras da região entre Tucuruí e Marabá, ligando as seções navegáveis do rio Tocantins. Foi planejada inicialmente para dar suporte a navegação, cobrindo todos os trechos com corredeiras e cachoeiras ao longo dos rios Tocantins, Araguaia e das Almas. Com aproximadamente 120 km de extensão a ferrovia tinha seis estações: Alcobaça, Mestre Leopoldino, Breu Branco, Pucuruí, Remansão e Jatobal. Em processo de decadência coube à Fundação Brasil Central reativa-la.



Orlando Villas e um índio Txikao (Ikpeng) | 1967

"Desde o descobrimento, o homem branco destrói a cultura indígena. Primeiro, foi para salvar sua alma; depois, para roubar sua terra." Orlando Villas-Bôas.

"Se achamos que nosso objetivo aqui, na nossa rápida passagem pela Terra, é acumular riquezas, então não temos nada a aprender com os índios. Mas se acreditamos que o ideal é o equilíbrio do homem dentro de sua família e dentro de sua comunidade, então os índios têm lições extraordinárias para nos dar." Cláudio Villas-Bôas.

"Em nossa opinião modesta, a verdadeira defesa do índio é respeitá-lo e garantir sua existência de acordo com seus próprios valores. Até nós, os "civilizados", criamos as condições adequadas entre nós para a futura integração dos índios. Qualquer tentativa de integrá-los é o mesmo que apresentar um plano para a sua destruição. Ainda não estamos suficientemente preparados". Prefácio do livro Xingu: os índios, seus mitos, de Orlando e Cláudio Villas-Bôas.

"Orlando, Cláudio e Leonardo compuseram as vidas mais extraordinárias e belas de que tenho notícia. Pequeno-burgueses paulistas, condenados a vidinhas burocráticas medíocres, saltaram delas para aventuras tão ousadas e generosas que seriam impensáveis se eles não as tivessem vivido. Só se compara à de Rondon a façanha desses três irmãos que se meteram pelo Brasil adentro por matas e campos indevassados ao encontro de índios intocados pela civilização". Darcy Ribeiro, antropólogo.

"Os Villas-Bôas dedicaram todas as suas vidas a conduzir os índios xinguanos do isolamento original em que os encontraram até o choque com as fronteiras da civilização. Aprenderam a respeitá-los e perceberam a necessidade imperiosa de lhes assegurar algum isolamento para que sobrevivessem. Tinham uma consciência aguda de que, se os fazendeiros penetrassem naquele imenso território, isolando os grupos indígenas uns dos outros, acabariam com eles em pouco tempo. Não só matando, mas liquidando as suas condições ecológicas de sobrevivência." Darcy Ribeiro, antropólogo.

Glossário

Abaulada – Arqueada, curvada, bojudo, boleado, que apresenta a forma convexa da tampa de baú.

Abóbada – Todo o teto côncavo, cobertura encurvada, cuja forma é obtida pela rotação de um arco em torno do eixo vertical. Tudo que se assemelha a uma cobertura côncava. Cobertura arqueada geralmente formada por pedras sobrepostas de forma a distribuir a carga. Tetos de catedrais católicas da idade média são em forma de abóbada.

Abobadilha – Abóbada em forma de semicilindro, construída geralmente de tijolos ou gesso e usada na edificação de sobrados.

Acanto – Na Botânica é o nome usual de muitas plantas cultivadas como ornamentais, pertencentes à família das acantáceas, do gênero Acanthus, e oriundas da região mediterrânica. Na arquitetura é adorno cujo aspecto se assemelha à folha de algumas espécies de acanto, geralmente utilizado em decorações dos mais variados estilos arquitetônicos. Está presente em capitel, que representa a folha de acanto espinhoso. O uso do motivo em acanto foi generalizado em ornamentação na talha no período barroco.

Adamascado – Tecido lavrado à maneira do damasco na feição de ornatos.

Adobe – Grandes tijolos de barro secados ao sol, utilizados na elaboração de paredes estruturadas. Para maior resistência, era costume adicionar palha, cinza ou mesmo esterco de gado à massa de argila.

Adro – Espaço, aberto ou fechado, que fica diante do portal de uma igreja. Nome pelo qual é chamada a área externa, em geral cercada, das igrejas.

Água forte – Expressão antiga, não existe mais. Atualmente, na mineralogia, existe o vocábulo água régia, que é uma solução usada para dissolver o minério e assim retirar a parte que interessa.

Alavanca – Barra inflexível, fixa num ponto da sua extensão, chamado ponto de apoio, e destinada a mover, elevar ou sustentar qualquer corpo.

Aluviões – Depósitos de cascalho, areia e argila.

Alcantilado – Despenhadeiro longo, elevado, escarpado, íngreme; precipício

Alcova – Quarto de dormir sem passagens ou aberturas para o exterior do edifício, com iluminação e ventilação estabelecidas de forma indireta.

Altar-mor - Altar principal de uma igreja, localizado em ponto oposto à porta de entrada.

Alvenaria de pedra – Muro ou parede de larga espessura construído em pedra, podendo ser de pedra seca (dispensando argamassa), de pedra e barro com argamassa de terra ou ainda de pedra e cal, com argamassa de cal e areia.

Almocafre – Sacho (pequena enxada) terminado em ponta, muito usado no garimpo manual das minas de ouro. Espécie de arado para limpeza de ervas. O almocafre foi introduzido pelos árabes na Península Ibérica para uso na agricultura, em especial a espanhola. De lá migrou e foi adaptada para uso na mineração de ouro e, posteriormente, na lavra de diamantes, com vista a remover o cascalho do leito dos rios e encostas no processo de separação do ouro. A palavra é de origem árabe, de "Al muhaffer", que significa "o cavador" (Alves, Adalberto. Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda SA, 2013). A primeira citação na língua portuguesa remete a 1624 (Toniolo, Ênio José. Sobre a Datação do Léxico Português. In: *Revista Acta*, Assis. 1:1-11, 2011). Seu uso na mineração brasileira foi pioneiramente descrito em 1711 pelo historiador André João Antonil (Cultura e Opulência do Brazil, por suas drogas e minas. Lisboa: Officina Real. 1711 (1ª edição). Nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira,* Vol. 6, páginas 60 a 75, a palavra é citada várias vezes.

Ancorote – Tonel ou barril pequeno usado para guardar e para transportar aguardente ou água. Também conhecido como corote**.**

Ânfora – Vaso grande de cerâmica, com duas asas simétricas e fundo pontiagudo muito usado na antiguidade e que servia para a conservação e o transporte de líquidos (azeite, vinho etc.) e de sementes.

Antropomorfia – Elementos semelhantes ao homem presentes nos retábulos barrocos, tais como Atlantes e Cariátides.

Apear – Fazer descer; colocar no chão; descer da montaria.

Arabescos – Ornatos, pintados ou esculpidos, inspirados nas artes árabe e muçulmana, nos quais se entrelaçam linhas, ramagens, frutos e flores.

Arcada – Fila de arcos sustentados por pilares ou colunas. Sequência de arcos próximos ou construção em forma de arco. O empuxo exterior de cada arco encontra o empuxo do arco próximo da série, e ambos se compensam. Existe geralmente uma passagem atrás da arcada e um teto que a recobre. Nos antigos mosteiros, os monges costumavam passear nas arcadas. Às vezes as paredes eram construídas tão perto das colunas, que não havia espaço para caminhar. Noutros casos, a arcada era cega, com as colunas embutidas na parede. Em Minas Gerais, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, temos essas arcadas de separação entre a nave central e as naves laterais trabalhadas em talha, característica da primeira fase do barroco mineiro.

Arco abatido – Arco em que o centro de curvatura se encontra abaixo de sua linha de base, muito utilizado na parte superior do enquadramento de portas e janelas no período colonial.

Arco-cruzeiro – Arco de entrada da capela-mor. Arco que faz a separação entre a nave e a capela-mor em um edifício religioso. Peça de desenho monumental que nas igrejas marca o lugar do transepto (cruzamento entre a nave principal e as secundárias). Mesmo que a maioria das nossas igrejas coloniais não apresente o transepto, o arco permaneceu com este nome "cruzeiro", alusão à planta cruciforme onde aparece o transepto. Trata-se, em resumo, de um elemento arquitetônico-compositivo comum em igrejas do período colonial, geralmente arrematado em arco romano, seja em madeira ou pedra. Costuma ser arrematado por brasão com insígnias.

Arco pleno – Arco em que o centro de curvatura se encontra sobre a sua própria linha de base.

Arco trilobulado – Arco característico de arquitetura árabe, decomposto internamente em três outros menores.

Arquivolta – Peças de madeira, na disposição de um arco, tendo o mesmo centro ou eixo ao alto, em trabalho de talha ornamental, que forma o remate dos retábulos. Os arcos são continuações de colunas a cujo número geralmente correspondem. Elemento arquitetônico decorativo utilizado em conjunto (várias arquivoltas) a emoldurar uma abertura em arco, referindo-se geralmente à sua aplicação em portais de entrada de igrejas ou catedrais em estilo românico ou gótico.

Arranchar – Pousar, alojar, acomodar, hospedar, albergar, pernoitar, descansar no rancho.

Arreio – Conjunto de peças/apetrechos com que se aparelha o animal para a montaria, cavalgada, hipismo ou carga; sela.

Arrieiro – Condutor de bestas de carga; aquele que inspeciona e cura os animais da tropa; peão que acompanha uma cavalgada; arreeiro; arreador; tropeiro.

Associações religiosas leigas (irmandades, confrarias e ordens terceiras) – A elas cabia a coordenação da vida religiosa na Capitania de Minas do Ouro. A coroa portuguesa proibiu a entrada das grandes congregações religiosas regulares na capitania sob a alegação de que "eram prejudiciais à ordem pública". Desta forma, apenas padres seculares tiveram permissão para entrar na colônia. Enquanto no litoral as construções eram orientadas pelos padrões rígidos das congregações regulares, em Minas a população ganhou a liberdade para organizar suas próprias irmandades. Assim, os templos religiosos foram erguidos com recursos próprios. Essa liberdade não se faz sentir apenas pelo número de construções, mas também, e principalmente, na livre criação. Novas soluções foram elaboradas e as construções se adaptaram à realidade da região. A construção da igreja, sua ornamentação e a contratação dos artistas eram discutidas pelos membros da irmandade. Obra de leigos para leigos.

Atividades mecânicas, artesanais e artísticas no barroco luso-brasileiro – Eram regulamentadas pelo Senado da Câmara, que emitia cartas de exame. No âmbito das oficinas havia uma hierarquia que correspondia aos direitos, às atribuições e obrigações de cada membro: aprendizes, oficiais e um mestre. Numa sociedade escravista foi notória a presença de auxiliares escravos. O caráter urbano da Capitania das Minas do Ouro e a diversidade de irmandades acabaram por atrair um grande número de profissionais e artesãos necessários à construção dos templos religiosos. Entres eles, destacam-se carpinteiros, marceneiros, entalhadores, escultores, canteiros, carapinas e santeiros.

Atlante – Figura (ou meia figura) de homem, em escultura, que sustenta coluna, pilastra, coro, entablamento, cornija. São notáveis em Minas Gerais os atlantes do coro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Sabará, de autoria do mestre Aleijadinho. Atlantes podem ser vistos com a mesma função de sustentação na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Congonhas.

Atributo – Símbolo, insígnia ou qualquer elemento que, numa escultura, pintura ou gravura, serve para identificar determinado santo.

Azougue – O mesmo que mercúrio

Balaustrada – Série de balaústres encimada de uma laje; grade de apoio, proteção, com ou sem a presença de balaústres. Grade de pequena altura.

Balaústre – Peça de madeira utilizada geralmente como vedação de janelas rasgadas ou em guarda-corpo de escadas, podendo se apresentar como peça torneada ou apenas tábua recortada no formato da torneada. Elemento vertical, em forma de coluna ou pilar, para sustentação de corrimão, peitoril etc. Pequeno pilar empregado geralmente com outros e unido a eles por uma laje ou corrimão para formar um apoio ou uma grade.

Balcão entalado – Guarda-corpo preso à parte interna das ombreiras da janela.

Baldaquino – Peça acessória sustentada por colunas ou pendentes junto à parede e que aparece como proteção superior em alguns retábulos. Espécie de pálio ou dossel. Obra de arquitetura ou de marcenaria que serve de coroa a um trono, a um altar.

Banqueta – Primeiro degrau acima da mesa do altar, onde se colocam castiçais com velas de cera, tendo ao centro uma cruz.

Barroco – Período artístico que corresponde ao momento de maior expansão colonizadora luso-espanhola, ocorrido na Europa principalmente durante o século XVII. Floresceu no Brasil no século XVIII, tendo como seu maior expoente, na arte esculórica, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Bateia – Vaso ou gamela de madeira em forma de alguidar (cone), que serve para a lavagem de areias auríferas ou cascalho diamantífero. Recipiente de madeira ou metal, de fundo cônico, onde cascalho, minério ou aluvião são revolvidos em busca de pedras e metais preciosos.

Beiral encachorrado – Prolongamento do telhado para além das paredes exteriores do edifício, onde os cachorros (peças de sustentação feitas em madeira e apoiadas no frechal) ficam à mostra.

Bolinete – Tipo de vaso ou pequena caixa de madeira para lavagem de areias auríferas. Instrumento com grossas tábuas dispostas transversalmente ao fluxo da água, semelhante à canoa, usado no processo de concentração do ouro; bateia.

Borla – Extremidade de uma superfície, beirada, margem etc. Enfeite feito com fita, franja, bordados, cuja base possui franjas dependuradas.

Bruaca – Bolsões de couro cru usados para transporte de objetos, víveres ou mercadorias no lombo de animais e que se prendiam de cada lado nas suas cangalhas ou iam atravessados na traseira da sela.

Cachorro – Peça, geralmente de madeira, que se apoia no frechal, em balanço para sustentar o beiral do telhado. Peça de madeira ou de pedra, igualmente em balanço, para apoiar a bacia de sacada ou de balcão. Peça saliente de madeira ou pedra para sustentação de cimalha ou sacada.

Caixão de mineração – Caixa alongada e ligeiramente inclinada para lavagem de minérios.

Canoa – Condutos abertos e inclinados para lavagem de ouro.

Camarim – Vão, por cima ou na parte interna do altar-mor ou dos altares laterais ou do arco-cruzeiro onde se arma o trono para exposição do Santíssimo ou de imagens de santos.

Canelura – Ranhura cavada, sulco aberto, como meia-cana, verticalmente, no fuste das colunas, pilastras etc.

Cangalha – Conjunto de peças de madeira e couro, geralmente acolchoado, colocado sobre o lombo dos animais para acomodação de carga em ambos os lados.

Capela-mor – Principal capela em uma igreja. Ponto de convergência do interior de uma igreja; local onde se encontra o altar-mor.

Capitel – Extremidade superior de uma coluna, de um pilar ou de uma pilastra, cuja função mecânica é transmitir os esforços para o fuste. Cobertura que coroa o fuste de uma coluna e suporta o entablamento.

Capitel compósito – Constituído de adornos utilizados nas ordens jônica ou coríntia (folhas de acanto e volutas); fuste com caneluras e base. Capitel de ordem romana que possui ábaco estreito e é composto de elementos do capitel coríntio(folhas de acanto) e elementos do capitel jônico (volutas).

Capoeiras – Terreno onde o mato foi roçado; espécie de clareira.

Cariátide – Figura de mulher (estátua), de corpo inteiro ou meio corpo, sobre a qual assenta uma cornija ou arquitrave. Pode-se falar em cariátides com relação às figuras das sereias ou sílfides que ornamentam os púlpitos de algumas igrejas.

Carnação – Pintura cor de carne aplicada na parte desnuda do corpo das imagens. Representação do corpo humano (ou de parte dele) nu e na cor natural. Pode-se falar em carnação do Cristo crucificado, São Sebastião etc. Nesse processo, a pintura era geralmente feita a óleo e polida. Opõe-se ao estofamento a têmpera, técnica empregada para pintura dos demais elementos da imagem, como vestuário, barbas, cabelos etc.

Carrasquenho, carrasco ou carrascal – Caminho pedregoso; formação vegetal rala e áspera.

Casa de Câmara e Cadeia – Edifício no período do Brasil colônia e parte do período imperial onde estavam instalados os órgãos da administração pública municipal. Abrigava em geral a câmara municipal e os órgãos a ela ligados, como a câmara dos vereadores, o juiz de fora, o presidente da câmara, o procurador, o juiz de direito e o tribunal, a guarda policial (milícia) e a cadeia pública. Os edifícios da Casa da Câmara e Cadeia ficavam no centro da vila ou cidade, no largo do pelourinho, ou no chamado "rossio". O prédio continha, na maioria das vezes, dois pavimentos, várias salas e um plenário para reuniões dos vereadores e para julgamentos (sempre no segundo andar), sendo que no primeiro pavimento ficava a cadeia e a guarda. Em vários casos, as Casas de Câmara e Cadeia eram a única edificação pública na vila, funcionando assim como símbolo do poder público.

Cartela – Superfície lisa, geralmente à imitação de um pergaminho colocado no meio de um friso, para se gravar uma inscrição ou para ornamentação. Superfície lisa, colocada num pedestal ou friso, como ornato ou para receber uma inscrição.

Ciculateira – Cafeteira, chocolateira ou ainda esculateira, geralmente de cobre ou de alumínio.

Chinesice – Trabalho ornamental, geralmente pintado em dourado sobre fundo vermelho ou azul, à imitação oriental, e presente na primeira fase do Barroco (influência de Macau – colônia portuguesa oriental). Painéis e portas existentes em algumas igrejas mineiras, a exemplo da Igreja de Nossa Senhora do Ó e da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. A Catedral da Sé, de Mariana, possui um belo painel na capela-mor, onde as figuras de fortíssima influência oriental, douradas, aparecem sobre um fundo vermelho.

Cimalha – Tipo de arremate das paredes em relação ao telhado. Elemento alternativo ao uso do beiral encachorrado. Arremate superior da parede que faz concordância entre esta e o plano do forro. A parte mais alta da cornija. Molduras que terminam o capitel; arquitrave. Alto das paredes de um edifício que faz sacada onde assentam os beirais do telhado.

Coifa – Chaminé em forma de campânula, usada em certos fogões, a exemplo do existente na Casa dos Contos, em Ouro Preto, onde a peça aparece em balanço, apoiada sobre vigas.

Coluna torsa – Pilar cilíndrico, dividido em base, fuste e capitel, que serve de estrutura e ornato dos retábulos. É lavrada em espiral e muito utilizada na primeira fase do barroco em Minas Gerais. Coluna em forma helicoidal, característica da arquitetura barroca.

Côngrua – Pensão concedida aos eclesiásticos para o seu sustento.

Consistório – Sala de reuniões das irmandades.

Contraforte – Elemento maciço que serve de reforço para paredes ou muros sujeitos a empuxos laterais.

Cordeiro – Na simbologia cristã, representa o Salvador, desde que seja figurado com resplendores ou colocado em uma mesa junto da cruz. Se carregado ao ombro do pastor passa a indicar os fiéis.

Cornija – Ornamento saliente que acompanha a parte superior de parede, porta, pedestal. Ornato que assenta sobre o friso duma obra arquitetônica. No retábulo, é a parte superior do entablamento que, em ornato sobre o friso, aparece em forma saliente com relação ao plano geral. A cornija aparece também na composição do frontispício de algumas igrejas. Moldura que remata o entablamento de uma coluna.

Cornucópia – Vaso em forma de corno, cheio de flores e frutos, que antigamente era o símbolo mitológico da fortuna, ou abundância, e hoje simboliza a agricultura e o comércio; corno da abundância, corno de Amalteia. Qualquer fonte de riqueza ou felicidade.

Coruchéu – Arremate pontiagudo que encima as partes elevadas de uma edificação, uma torre ou campanário.

Cunhais – Ângulo externo saliente formado por duas paredes emergentes, geralmente apresentado em relevo em relação às paredes que o formam.

Dar com os burros n'água – Expressão de origem tropeira. Quando os tropeiros que escoavam a produção da riqueza do Brasil chegavam a um rio que estava cheio demais e impedia a travessia, diziam que "haviam dado com os burros n'água" e optavam por esperar a água baixar, para seguirem com segurança. Por vezes, também na tentativa de atravessar o rio, perdiam-se as mercadorias e os animais.

Ecletismo – Período representativo da arquitetura, situado em fins do século XIX e início do XX, caracterizado por uma forte preocupação decorativa.

Elementos decorativos – São inúmeros os elementos necessários para a pompa e o luxo do espetáculo barroco dentro de um templo religioso: colunas torsas, ou salomônicas, pilastras, anjos, quartelões, lambrequins, dosséis, peanhas, flores, guirlandas, conchas, rocalhas, santos, púlpitos, abaixa-vozes, elementos zoomorfos e fitomorfos, andores, altares, anjos tocheiros, oratórios, baldaquins, balaustradas, bustos-relicários, crucifixos, frontais de altares, sacrários, pias de água benta, pias batismais, relicários e tarjas.

Elementos fitomorfos – Ornatos tais como cachos de uva, folhas de parreira, folha de acanto. Que tem estrutura semelhante à das plantas.

Elementos zoomorfos – Peça trabalhada que apresenta estrutura semelhante ao animal. No barroco temos as aves, geralmente o fênix ou pelicano eucarístico.

Emolumento – rendimento de cargo administrativo; gratificação.

Empena – Nome que se dá à parte superior das paredes cegas dos edifícios e telhados de duas águas, geralmente de forma triangular.

Enervar – Armar o couro com taquaras para mantê-lo bem esticado.

Entablamento – Parte dos edifícios acima das pilastras ou das colunas. É um dos elementos caracterizadores das ordens clássicas da arquitetura; no retábulo é a parte superior das colunas. Conjunto composto (entre a coluna e o frontão) da arquitrave, do friso e da cornija.

Entalhar/Entalhada – Abrir cortes na madeira a fim de criar uma escultura; esculpir, gravar na madeira. A que se fez obra de talha; gravada, cinzelada, esculpida.

Enxovia – cárcere ou cela do primeiro pavimento; porão de uma construção penitenciária.

Epístola – Parte da igreja situada à direita do observador que se coloca de frente para a capela-mor.

Escalvadas – Sem vegetação.

Esgrafiado – Pintura feita sobre o douramento utilizando-se, em seguida, uma ponta de bambu para feitura de linhas ou desenhos. Técnica de decoração que consiste em fazer desenhos superpondo camadas de cores diferentes ou raspando a superfície de modo que a inferior seja vista.

Estilo Brito – Referência ao excepcional entalhador e escultor português Francisco Xavier de Brito, que exerceu ativamente seu trabalho no Rio de Janeiro e Minas Gerais no período de 1735 a 1751.

Evangelho – Lado oposto da epístola, dentro de um edifício religioso.

Ex-Voto – O termo "ex-voto" é uma expressão latina que significa "em consequência de um voto". Constitui-se em objetos e atitudes que testemunharam a crença no milagre e o sentimento de gratidão ao sagrado. Os devotos manifestam o agradecimento à Santíssima Trindade, à Nossa Senhora e aos santos intercessores de formas variadas, ou seja, promovendo edificação de capelas, fazendo romarias, encomendando tábuas votivas, doando alfaias para o culto, joias para ornamentação de imagens e até objetos pessoais, tais como vestido de noiva, roupas de bebês, muletas, óculos etc. Dentre esse universo de objetos devocionais, destacam-se os "quadros votivos" – dotados de linguagem bidimensional, pictórica e linguística. Basicamente o pintor divide uma superfície em dois planos: na parte superior, à esquerda, ele representa o enfermo ou acidentado acamado; o lado direito é reservado para a divindade intercessora envolta em nuvens (que expressam o maravilhoso, a experiência religiosa); e a parte inferior é destinada ao registro escrito que esclarece quem é o devoto, qual foi a graça alcançada e em que data ocorreu. A maior coleção de ex-votos de Minas Gerais encontra-se no Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, da cidade de Congonhas.

Faisqueira – Local onde se bateia o ouro em "faíscas".

Faldas – O mesmo que fraldas: as abas, a raiz, a parte baixa do monte.

Finta – Tributo proporcional aos rendimentos de cada cidadão; derrama; imposto; pagamento.

Forro apainelado – Tipo de forração de salas ou quartos de edifícios em que a colocação plana das peças é substituída por painéis dispostos, principalmente, na forma de gamelas (tronco de pirâmide) com emprego de elementos decorativos.

Forro – Escravo liberto, alforriado.

Forros de caixotão – Foi o sistema utilizado pelas capelas e igrejas mineiras da primeira metade do século XVIII para a forração e decoração dos tetos. Esses forros eram formados por painéis emoldurados. A princípio, as molduras eram simples e retas; depois, foram se tornando mais elaboradas em ótimos trabalhos de carpintaria.

Frisos – Parte do entablamento compreendida entre a arquitrave e a cornija. Superfície plana que forma uma faixa contínua. Banda ou tira pintada em parede. Faixa com representação de cenas. Faixa estreita decorada.

Freme – Espécie de canivete-suíço dos tropeiros. Suas lâminas e pontas eram usadas principalmente para "sangrar" cavalos e burros.

Frontão – Peça arquitetônica que adorna a parte superior de portas ou janelas ou que coroa a entrada principal de um edifício. Ornato arquitetônico na face principal de um edifício. Provém da arquitetura greco-romana. O mesmo que empena, muito encontrado na fachada de edifícios religiosos.

Fuste – A parede ou corpo da coluna entre a base o capitel.

Frontispício – Fachada da frente de um edifício; fachada principal; do mesmo significado de frontaria; fachada principal de um monumento. É constituído de elementos que enquadram e decoram a porta central ou principal de um edifício.

Galerias – Escavações horizontais.

Gomos – Na arquitetura, uma das oito partes em que se divide a cúpula de um octógono. Por extensão, qualquer ornato em forma de gomo.

Guapiaras – O mesmo que gupiaras ou grupiaras: depósito de cascalho na encosta do morro.

Guampa – Chifre talhado em forma de copo; vasilha de chifre para guardar líquidos. Recipiente produzido a partir do chifre do boi, usado para se tomar água e tereré; guampo.

Guilhochê – Ornato composto de linhas ou traços ondulados que se entrecruzam simetricamente.

Guirlandas – Ornato em forma de arranjos de flores, frutos ou ramagens dispostos verticalmente ou em ligeira curva. Arranjo ou coroa de folhas ou flores que são entrelaçadas para ornamentação, enfeite.

Guisamento – Utensílio e alfaias necessários ao culto, ao serviço divino.

Holofote – Lanterna do tropeiro, composta de um gomo de taquara ou bambu, cheio de querosene e com uma torcida de pano velho de algodão.

Imaginária religiosa – Compreende as representações a) de Jesus Cristo, da sua cruz, de Nossa Senhora, dos santos; b) de mártires, eremitas, doutores, evangelistas, fundadores de ordens etc.; c) dos anjos e dos mistérios. Representações que são veneradas e honradas pelos católicos. A imagem é uma representação sensível – com forma, suporte, materiais e técnica – da realidade invisível, ou seja, do sagrado. Ela apresenta atributos e adereços para explicitar uma invocação específica. A concepção da imagem é feita considerando a sua função e localização. Quanto à confecção, ela pode ser esculpida de corpo inteiro ou de roca. Pelo trabalho técnico envolvido, requeria a participação de vários artistas e o emprego de variados materiais e suprimentos.

Intercolúnio – Vão, intervalo ou espaço entre duas colunas consecutivas.

Instrumentos do artesão – Os mais utilizados para o trabalho em madeira são: buril – instrumento com a extremidade chata, com o qual se trabalha uma superfície lisa; cinzel – instrumento com a extremidade cortante com o qual se faz estrias; formão – instrumento

com uma extremidade chata e cortante; goiva – instrumento similar a um formão em forma de semicírculo, tendo o chanfro do corte na parte inferior, isto é, do lado côncavo; e o ponteiro – instrumento com a extremidade pontuda com o qual se faz sulcos.

Jacá – Grande cesto sem tampa, medindo cerca de meio metro de diâmetro e setenta centímetros de altura. Poderia ser trançado com taquaras, cipós ou couro de tatu. Preso no lombo dos animais, servia para transportar aves, carnes, queijo, ovos etc.

Janela abalcoada – tipo de janela com as dimensões de uma porta e vedada em sua parte inferior por um balcão, geralmente entalado, também conhecida como porta-sacada.

Largo – Espaço público correspondente à praça, que aparece na malha urbana mais como um alargamento da via (daí o nome) do que de algo definido ou planejado previamente.

Latão – Liga de cobre e zinco.

Linha cônica – Trave ou barrote horizontal, em forma de cone, da parte inferior das vigas que se apoiam nas paredes.

Madeira - A mais utilizada pelos artífices que trabalharam em Minas Gerais foi o cedro-rosa. De odor agradável, é ideal para o trabalho de talha e escultura, além de ser muito resistente. O jacarandá claro foi pouco utilizado. As imagens de maior porte eram escavadas na parte traseira para evitar rachaduras no final do trabalho e também ficavam mais leves param serem manuseadas durante sua confecção e para serem transportadas nos andores durante procissões.

Madrinha – Mula ou égua líder, que podia ser a mais velha e conhecida de todos os muares, que no deslocamento da tropa seguia à frente, tendo a fila de cargueiros à sua retaguarda. Portando o guinzo, ou cincerro, adornada de fitas e chapadas de metal, ia sinalizando a passagem ou a chegada da tropa. Por ser mais hábil, ela identificava o melhor percurso, orientava e disciplinava os demais animais, impedindo que debandassem ou ultrapassassem a coluna de deslocamento, e ainda ajudava na reunião dos animais após a parada para descanso ou pouso.

Maneirismo – Período artístico intermediário entre o Renascimento e o Barroco. Com forte influência clássica, comparece com certa frequência em edifícios oficiais do período colonial no Brasil.

Meia cana – Moldura côncava

Mezanela – Tijolo de barro cozido, geralmente enquadrado, utilizado como revestimento para piso.

Mísula – Ornato em talha de madeira ou cantaria, estreito na parte inferior e largo na parte superior, que ressalta de uma superfície, geralmente vertical, para sustentação de uma imagem ou outras peças. Suporte sobre o qual se coloca um objeto de arte.

Muares – As mulas e burros são animais híbridos. A mula é resultante do cruzamento de um jumento com uma égua. O macho resultante desse cruzamento é chamado burro. Ambos pertencem à espécie denominada muar. Em algumas regiões do Brasil os muares recebem, ainda, nomes diferentes, tais como mulo, mu, besta, burro, macho e jerico e são de grande importância rural graças a sua resistência e docilidade. Os muares consomem, para viver, em torno de 25% das necessidades calóricas de um cavalo e menos água. Sob trabalho pesado, os muares controlam seu suor mantendo estável sua temperatura interna. Têm capacidade de arrasto de até 50% do peso de seu próprio corpo, enquanto os equinos não ultrapassam 30%. A dureza de seus cascos é comparável ao marfim, e para trabalhos em terrenos planos não necessitam ser ferrados. Ao enfrentarem trilhas montanhosas, comportam-se como cabras, subindo passo a passo sem esgotar seus dotes físicos e progredindo por horas a fio sem descanso. Sua longevidade permite-lhes trabalhar por mais de 35 anos. São praticamente imunes a aguamentos e apresentam reações de inteligência superiores aos cavalos. Um exemplo flagrante disso é o espírito aguçado de sobrevivência que se nota nesses animais. Quando estão nos limites de resistência, simplesmente param ou deitam ao solo para descansarem, ao contrário dos equinos, que andam até morrerem. O muar é tido como animal nobre, amigo, fiel ao homem e muito hábil. A inteligência é uma das características principais dos muares, que são imbatíveis e eficazes na condução de seus cavaleiros em trilhas sinuosas, pedregosas, íngremes e montanhosas. Sua percepção aguçada faz com que dificilmente se coloquem em situação de risco, além de apresentarem muito menos reação a sustos ou barulhos. São animais prudentes e que não manifestam reações afoitas, características que, aliadas a disciplina e obediência, fazem do muar o companheiro ideal de cavalgadas e trilhas, onde é exigida uma grande resistência com percursos de aproximadamente 40km diários.

Nave – Parte da igreja que se situa entre o átrio e o altar, ou entre as colunas sustentadoras da abóbada.

Nicho – Cavidade ou vão na parede, muro ou retábulo para colocação de imagens ou objetos ornamentais. Divisão que, geralmente presa à parede, pode ser usada para colocar imagens, estátuas ou quaisquer outros objetos.

Nimbo – Disco ou círculo luminoso que cinge a cabeça das imagens de Cristo e dos santose que, na Antiguidade, cingia a cabeça dos imperadores romanos deificados. Auréola, resplendor.

Óculo – Abertura circular que existe nas paredes de alguns edifícios, principalmente na parte superior das fachadas das igrejas com a função de facilitar a entrada de ar e de luz, chamada também de olho de boi.

Ouro de Aluvião – Aquele encontrado nos depósitos de areia, argila e cascalho que se formam nas margens dos rios ou em seus leitos, acumulado pela erosão.

Orago – O santo que dá nome a uma capela, um templo ou uma freguesia. Invocação. É um santo a quem é dedicada uma localidade, povoado ou templo (capela, igreja etc.).

Oratório – Do latim *oratorium*, é uma edificação de pequenas dimensões destinada ao culto divino. O direito canônico define três categorias: 1 - Oratório público – erigido para atender uma comunidade ou mesmo particulares. Deve ser sagrado e disponível à veneração de todos os fiéis, servindo, inclusive, para a realização de ofícios divinos; 2 - Oratório Semipúblico – erigido para a comodidade de uma agremiação religiosa. Pode ser bento, contudo não é aberto a todos os fiéis; e 3 – Oratório privado – instalado em recinto doméstico para atender ao culto familiar ou particular. Há uma variedade de oratórios cujos tipos são definidos conforme o formato, os materiais e as técnicas utilizadas na confecção dos mesmos. Temos, portanto, oratório de algibeira, em forma de livro (para levar sacramento ao enfermo ou encarcerado), em forma de bala de cartucheira (para proteção pessoal do devoto), de pingente, entre outros. Em terras mineiras, os oratórios chegaram no lombo de animais com as primeiras expedições dos bandeirantes, em meados do século XVII. Para o devoto desbravador dos sertões inóspitos, tais oratórios conferiam proteção contra enfermidades, aflições afetivas, infortúnios pessoais e sucesso durante as longas jornadas. Com o surgimento dos primeiros núcleos urbanos, alguns desses pequenos altares itinerantes foram sendo alojados em capelas primitivas ou conservados em recinto doméstico.

Ordem Arquitetônica – Dentro do contexto da arquitetura clássica, é um sistema arquitetônico que afeta o projeto de um edifício dotando-o de características próprias e associando-o a uma determinada linguagem e a um determinado estilo histórico. Compreende o conjunto de elementos previamente definidos e padronizados que, relacionando-se entre si e com o todo de um modo coerente, conferem harmonia, unidade e proporção a um edifício segundo os preceitos clássicos de beleza. As diferentes ordens arquitetônicas foram criadas na Antiguidade Clássica, embora elas tenham eventualmente sido alteradas quando de sua reinterpretação em períodos como o do Renascimento.

As Ordens Gregas são: 1) Ordem Dórica – surge nas costas do Peloponeso, ao sul, e apresenta-se no auge no século V a.C. É principalmente empregada no exterior de templos dedicados a divindades masculinas e é a mais simples das três ordens gregas, definindo um edifício, em geral, baixo e de carácter sólido. A coluna não tem base, tem entre quatro a oito módulos de altura, o fuste é raramente monolítico e apresenta vinte estrias, ou sulcos verticais denominados de caneluras. O capitel é formado pelo équino, ou coxim, que se assemelha a uma almofada, e por um elemento quadrangular, o ábaco. O friso é intercalado por módulos compostos de três estrias verticais, os tríglifos, com dois painéis consecutivos lisos ou decorados, as métopas; **2) Ordem Jônica** – Surge a leste, na Grécia oriental, e seria, por volta de 450 a.C., adotada também por Atenas. Desenvolvendo-se paralelamente ao dórico, apresenta, no entanto, formas mais fluidas e uma leveza geral, sendo mais utilizada em templos dedicados a divindades femininas. A coluna possui uma base larga, geralmente com nove módulos de altura; o fuste é mais elegante e apresenta vinte e quatro caneluras. O capitel acentua a analogia vegetal da coluna pela criação de um elemento novo, de carácter fitomórfico, entre o coxim e o ábaco. Este elemento dispõe de dois "rolos" consideravelmente projetados para os lados, as volutas. O friso passa a ter elemento único decorado em continuidade; e **3) Ordem Coríntia** – Também denominado de capitel coríntio, é característico do final do século V a.C. e, utilizado inicialmente só no interior, é um estilo notoriamente mais decorativo e trabalhado. A coluna possui geralmente dez módulos de altura, e o fuste é composto por vinte e quatro caneluras afiadas. O capitel apresenta uma profusão decorativa de rebentos e folhas de acanto, tendo-se tornado o capitel de uso generalizado na época romana. O teto passa a ser horizontal. É a mais ornamentada das três ordens arquitetônicas gregas e romanas. As colunas de ordem coríntia têm de 9 a 11 vezes a medida do diâmetro.

As Ordens Romanas são: 1) Ordem Toscana – Trata-se de uma simplificação de mesmas proporções do dórico. A coluna dispõe de base e apresenta sete módulos de altura. O fuste é liso, sem caneluras, e o capitel, simples; **2) Ordem Compósita** – Até o renascimento foi considerada uma versão tardia do coríntio. Trata-se de um estilo misto em que se inserem no capitel as volutas do jónico e as folhas de acanto do coríntio. A coluna tem dez módulos de altura; **3) Ornato** - Aquilo que compõe uma ornamentação; ornamento ou adereço; **4) Palma** – Na simbologia cristã pode representar o martírio, porém igualmente a festa, a ressurreição, o triunfo. Assim também a coroa de louros.

Parietal – Relativa a parede. Pintura parietal, figura gravada ou pintada nas paredes e abóbadas das cavernas pré-históricas; pintura rupestre.

Pau a pique – Técnica construtiva, também conhecida como taipa de mão ou taipa de sopapo, que consiste na elaboração de paredes a partir de treliças de madeira cujos vazios são preenchidos com argila, que é aplicada manualmente.

Peanha – Espécie de pequena peça saliente de parede e retábulos sobre a qual são colocados imagens, crucifixos etc. Pequeno pedestal de base redonda ou quadrada e que serve de suporte a um busto.

Pedra-sabão – Variedade de esteatita. A espécie mais conhecida no Brasil, sobretudo em Minas Gerais, também chamadas aponito, é uma rocha de cor verde ou cinza-escuro, formada essencialmente de talco e clorita, e muito macia. Constitui a matéria-prima da estatuária barroca (Aleijadinho e outros) com variada possibilidade de uso. Foi utilizada, em estado natural, tanto para fazer peças como umbrais e arcos quanto para os relevos de portadas e imagens em nichos exteriores nos frontispícios das igrejas. Ainda hoje é usada na fabricação de certos utensílios domésticos (panelas, cinzeiros, estatuetas etc.).

Peixe – O peixe é um símbolo cristão que representa a vida. A palavra peixe em grego, *Ichthys,* é um ideograma baseado nas letras iniciais da frase grega *Iesous Christos, Theou Yios Soter,* que significa "Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador", por isso passou a ser utilizada como sinal secreto pelos primeiros cristãos com o objetivo de os proteger da perseguição, visto que eles se reuniam em segredo nas catacumbas marcadas com esse sinal. Sua representação mais comum é o da sobreposição de dois arcos (ou duas luas crescentes) que se assemelham ao seu perfil. O peixe é mencionado diversas vezes nos evangelhos e tem destaque no episódio milagroso da multiplicação dos cinco pães e dos dois peixes, que foram capazes de alimentar uma multidão de cinco mil pessoas. Acresce ainda que vários dos 12 apóstolos, a quem Jesus costumava chamar de "pescadores de homens", tinham a pesca como ofício.

Pelicano – Ave palmípede cujo bico possui uma bolsa ventral extensível, onde ficam armazenados os peixes destinados à alimentação dos filhotes. Na simbologia ornamental representa, por analogia, a instituição da eucaristia.

Pelourinho – Símbolo da autoridade real, tronco colocado no centro da praça principal para castigar escravos e malfeitores.

Perizônio – Pano que recobre a cintura de Cristo.

Picar a mula – Bater as esporas no animal para fazê-lo andar mais rápido. Sair, fugir, ir embora, desaparecer. É outra expressão da época que designava a divisão das centenas de animais vindos dos caminhos do sul em grupos menores para venda em Sorocaba.

Pilaretes – Dimensão irregular de pilar.

Pilastra – Pilar de quatro faces que se alterna com as colunas na escultura dos retábulos. Saliência retangular presa a uma edificação ou parede com a mesma disposição da coluna.

Pilastra misulada – Pilastra com relevo em forma de mísula, também chamada quartelão.

Pináculo – Ornamento, geralmente de pedra, que coroa fachadas, torres ou frontões; o mesmo que coruchéu.

Pinha ou Pinhão – Ornato imitando o fruto do pinheiro.

Pisadura – Ferida no lombo dos animais de sela causada pelo roçar de arreios.

Piçarra – argila aluvionar.

Pito – Instrumento de ferro usado para apertar o focinho do burro. Usado no animal a ser ferrado, especialmente se fosse bravo ou inquieto.

Policromia – Trabalho de revestimento em pintura ou douramento de talha; imagem onde aparecem duas ou mais cores.

Pomba – Na simbologia cristã, quando leva no bico um ramo

de oliveira, significa a expressãolatina “In pace”, que se vê nas inscrições. Quando bebe, costuma representar as fontes do Salvador. A pomba sagrada de asas abertas, cercada de resplendores, é o símbolo conhecido do Divino Espírito Santo. Nesta forma, comumente completa o grupo representativo da Santíssima Trindade.

Portada – Elemento arquitetônico que adorna as fachadas principais de edifícios suntuosos.Porta grande com ornatos.

Púlpito – Elemento colocado a meia-parede, no interior das igrejas, de onde o sacerdote faz as pregações e sermões. Tribuna, na igreja, da qual o sacerdote prega aos fiéis. Local dentro de uma igreja onde são proferidas as leituras da Sagrada Escritura. Local elevado de onde fala um orador, geralmente dentro de um templo religioso.

Puxavante – Instrumento de ferro usado para aparar o casco do animal antes de receber a ferradura.

Platibanda – Continuação da parede com o objetivo de esconder o telhado.

Prebendas – Rendas eclesiásticas.

Quartelão – Pilastra com relevo em talha trabalhada.

Queimar o alho – Expressão surgida na época como uma brincadeira das esposas de tropeiros, que queriam saber quem iria cozinhar nas viagens, uma vez que peão não sabia cozinhar, e sim queimar o alho. A expressão se perpetuou e deu nome a um evento gastronômico atual que acontece em diversas festas de municípios e feiras agropecuárias pelo Brasil afora.

Raiação – Peças que cruzam vertical ou diagonalmente os arcos no coroamento, ligando e estruturando suas aduelas, ou peças encurvadas.

Ralado – Animal que manca. Sem ferradura, gasta o casco e fere o talão.

Relho – Artefato feito de tiras de couro trançadas, ou uma tira torcida, destinado a infligir estímulo doloroso a um animal; reio, rebenque; chicote de couro cru.

Rendidura – Hérnia na região da virilha nos animais de carga.

Retábulo – Estrutura ornamental, em pedra ou talha de madeira, que se eleva na parte posterior do altar. Construção de madeira ou de pedra, em forma de painel e com lavores, que se coloca na parte posterior dos altares e que é geralmente decorada com temas da história sagrada ou retratos de santos. Nas igrejas mineiras do século XVIII, os retábulos obedecem genericamente à seguinte classificação tipológica ou estilística: **1) Retábulo – Primeira fase em Minas Gerais (Estilo Nacional Português).** Nas primeiras igrejas e capelas mineiras, os retábulos obedeceram ao modelo mais tradicional de linhas barrocas, que Robert Smith denominou de “estilo nacional português”. Esse tipo de retábulo, que apareceu em Portugal ainda no século XVII, prevaleceu em Minas Gerais até o final do terceiro decênio do século XVIII, época em que começou a evolução para um novo gosto ornamental. Características principais: colunas torsas (ou retorcidas) profusamente ornamentadas com motivos fitomorfos (folhas de acanto, cachos de uvas, por exemplo) e zoomorfos (aves, geralmente um pelicâno); coroamento formado por arcos concêntricos; revestimento em talha dourada e policromia em azul e vermelho) - Exemplo: Capela de Santana, Ouro Preto, 1720; **2) Retábulo – Segunda fase em Minas Gerais (Estilo D. João V).** O retábulo de estilo D. João V corresponde à segunda fase do barroco de Minas, onde é introduzido no final do decênio de 1720, prevalecendo até cerca de 1760. Durante esse período, o retábulo D. João V experimenta algumas alterações, especialmente depois que Francisco Xavier de Brito realiza o Altar-Mor da Matriz do Pilar, em Ouro Preto (1746-1751). Características principais: excesso de motivos ornamentais, com predominância de elementos escultóricos; coroamento com sanefas e falsos cortinados com anjos; revestimento com policromia em branco e dourado. Exemplo: Matriz de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Preto; **3) Retábulo – Terceira fase em Minas Gerais (Estilo Rococó).** O retábulo em estilo rococó, introduzido na capitania por volta de 1760, é também chamado, para efeitos meramente didáticos, de retábulo da terceira fase do barroco em Minas Gerais. Suas principais características são as seguintes: coroamento encimado por grande composição escultórica; elementos ornamentais baseados no estilo rococó francês (conchas, laços, guirlandas e flores); revestimento com fundos brancos e douramentos nas partes principais da decoração. Sofre influência do estilo francês dominante na Europa a partir da segunda metade do século XVIII. No Brasil, o rococó é uma das fases do barroco, por ter se desenvolvido paralelamente à sobrevivência desse estilo; maior dignidade arquitetônica do que escultórica ou simplesmente ornamental; simplificação da estrutura e revalorização, no altar-mor, do arco-pleno do coroamento, ou remate, encimado, às vezes, por uma grande composição escultórica; abandono da coluna torsa, em favor da coluna direita (reta); em vez do antigo douramento integral, o uso de uma policromia com os ornamentos de ouro em leves cinzeladuras sobre um fundo branco ou azul e vermelho; abandono praticamente geral de toda a decoração antropomórfica, zoomórfica ou fitomórfica dos retábulos das fases anteriores; concentração, no uso do ornamento rococó, de uma estilização mais abstrata (rocailles ou conchas estilizadas em desenhos esgarçados, laços, flores, folhagens etc.); composição assimétrica dos desenhos ornamentais. Os principais representantes da talha de retábulo em estilo rococó são Aleijadinho (Altar-mor da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, e o da capela da Jaguara, hoje na Matriz de Nova Lima) e Francisco Vieira Servas (Igreja do Carmo, em Sabará). As mais notórias diferenças entre os dois entalhadores residem no coroamento dos retábulos, de caráter mais complexo e escultórico nos exemplos de Aleijadinho. Exemplo: Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto; e **4) Retábulo – Quarta fase em Minas Gerais (Estilo Neoclássico).** O retábulo de estilo neoclássico aparece em Minas Gerais durante o século XIX. Suas principais características são a absoluta simplificação das linhas de pilastra e colunas e o abandono dos elementos de ornamentação tradicionais na talha mineira do século XVIII. Exemplo: altares da Matriz do Espírito Santo, em Datas/MG).

Rocalha – Elemento ornamental em formato de concha.

Rococó – Estilo artístico surgido no século XVIII, adotado principalmente na decoração de interiores de igrejas.

Sacristica – Cômodo do edifício religioso destinado à guarda dos paramentos utilizados na realização do culto. Casa anexa a uma igreja, ou que faz parte dela, em que se guardam os paramentos e outros objetos do culto e onde os padres oficiantes tomam as vestes do culto.

Sacro Monte – Templos, no topo de uma colina, que faziam parte dos locais que tinham como objetivo a “peregrinação de substituição”. Uma tipologia arquitetônica ou urbanística que buscava reproduzir o caminho de Jesus em seus últimos dias, desde a Santa Ceia até sua morte, na cruz. Foi desenvolvida a partir da conquista de Constantinopla pelos mouros, em 1453, que dificultaram o acesso dos cristãos à Terra Santa. Surgiu, então, na Europa, durante o Renascimento, a solução dos sacros montes, organizados de forma a proporcionar ao fiel a sensação de que estavam visitando os lugares santos, principalmente a Via Dolorosa. Nesses montes, estátuas em tamanho natural facilitavam a imitação da realidade e a identificação dos devotos com os eventos descritos. Esse modelo conheceu grande impulso durante o período barroco, em que se enfatizavam os aspectos da fé por meio de cenografias impactantes, dramáticas e luxuosas, destinadas a seduzir e arrebatar os devotos e levá-los, por esses meios físicos, à contemplação das glórias espirituais, tendo um propósito eminentemente didático e doutrinal. Um exemplo no Brasil é o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos.

Saia e camisa – Tipo de forro com tábuas de largura uniforme, colocadas sobrepostas, sendo as de ressalto as saias.

Sala forte – Sala encontrada em determinados edifícios de caráter público, com revestimento interno especial, geralmente em pranchas de madeira, para proteção de valores.

Santo ou Estátua de Roca – Imagem, de grande ocorrência nas velhas igrejas mineiras, que apresentam somente as partes descobertas do corpo – rosto, braços, mãos ou meio corpo – ficando o restante da figura revestido de roupagem em pano natural. Imagem religiosa de vestir, cuja cabeça e busto se apoiam numa estrutura de madeira, dita roca, e cujos braços são articulados, para facilitar ter o seu traje trocado. Designa a tipologia de imagens sacras que se destinam a ser levadas em procissão e que são vestidas com trajes de tecido. Esse gênero de imagens adquiriu considerável importância no culto católico especialmente durante o período barroco, estendendo-se até meados do século XIX.

Santo do Pau Oco – Segundo o imaginário popular, as imagens de santos esculpidas em madeira oca eram usadas para esconder o ouro e pedras preciosas da fiscalização da Coroa portuguesa e, assim, evitar o pagamento de impostos – o quinto. Na realidade, muitas dessas imagens eram ocas por uma técnica de escultura que tinha como função não deixar a escultura rachar no final do trabalho, pois a escultura em um só bloco corre um risco muito grande de se fender, e também tornar as imagens mais leves para serem carregadas nas viagens e nas procissões.

Seixo rolado – Tipo de pavimentação que consiste no assentamento de pedras de rio (redondas) sobre barro ou argamassa.

Sezão – Febre intermitente ou periódica, como, por exemplo, malária.

Sobreverga – Trabalho ornamental, geralmente em relevo, que se destaca sobre as vergas de janelas e portas.

Socavão – Buraco, escavação utilizada na mineração.

Soco – Base de forma quadrangular e chata sobre a qual assenta um pedestal de coluna.

Sotaina – Veste usada pelos padres.

Suador – Almofada de paina ou palha colocada debaixo da cangalha para não ferir o lombo do animal.

Supedâneo – Estrado de madeira existente nas igrejas, junto ao altar, onde o sacerdote coloca os pés nas cerimônias religiosas. Banco pequeno utilizado para apoiar os pés. Tipo de estrutura plana (de madeira) sobre a qual o padre fica de pé ao rezar missa, podendo ser utilizado como suporte. Pedestal.

Taipa de Pilão – Técnica construtiva, de origem árabe, na qual são utilizados fôrmas e pilões para compactar (socar) uma massa espessa de barro, cascalho e outros materiais diversos, formando-se paredes externas maciças com cerca de 50cm de espessura.

Talha – Trabalho de ornamentação, geralmente esculpido em madeira, que compõe a decoração dos altares. Trabalho ornamental, em alto ou baixo relevo, feito geralmente em madeira. Conjunto de obras de talha de uma época, uma região, um autor, uma igreja.

Talho (a talho aberto) – A céu aberto. A mina mais famosa desse tipo no Brasil é a de Gongo Soco, em Minas Gerais.

Tarja – Peça de pintura, escultura ou talha, quase sempre com ornamentos em forma de ramos, flores, festões, cercando um claro escudo, símbolo ou inscrição. Desenho, pintura ou escultura feito no contorno de algum objeto. Orla, guarnição.

Telha vã – Telhado sem forro.

Torneada – Diz-se de peças trabalhadas no torno. Era de largo uso ornamental em balaústres e grades de igrejas coloniais mineiras.

Tralha – Bagagem que acompanha o viajante, o tropeiro; conjunto de peças de montaria.

Tranca-fio – Correias de couro torcido usadas para unir os jacás e evitar que balancem na viagem.

Tribuna – Local situado praticamente em segundo pavimento e reservado para determinadas pessoas para que pudessem assistir às cerimônias religiosas.

Tropa – Reunião de um número de animais de monta ou transporte, equinos, muares e asininos tocados pelos tropeiros.

Verga – Peça de madeira que se apoia nas ombreiras, em portas e janelas, para sustentar a parede acima do vão. Peça de pedra ou de madeira que se coloca atravessada por cima de porta ou de janela. Peça superior da estrutura de vedação das aberturas de portas e janelas.

Volutas – Ornato enrolado em forma de espiral, em trabalho de talha ou escultura de pedra, bastante usado na ornamentação externa e interna das igrejas mineiras do século XVIII. Ornamento espiralado que remata os ângulos do capitel jônico, coríntio e compósito.

Zangar – Estragar a carga de carne de porco por falta de sal ou atraso na viagem.

REFERÊNCIAS

Entradas, Bandeiras, Monções e Bandeirantes

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de; REIS, Arthur Cézar Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de. *Atlas histórico escolar*. 7ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Fename, 1977. 160 p. il.

ANCHIETA, J. de. Carta de 8 de janeiro de 1565. In: ALMEIDA, J. M. de.. Cartas: 1554-1559. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1931.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. Rio de Janeiro: [s.n.]. 1999-20015. 252 p.

BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás in: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty, RJ. https://www.ufmg.br/.../crch/.../BARBO_LENORA_C_E_SCHLEE_ANDREY_R.pdf

BELMONTE. *No Tempo dos Bandeirantes*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 4ª edição. 19--?, 232 p.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Editora Verano, 2000.

BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. *Cidade de Goiás*: Patrimônio da Humanidade: origens. Brasília: Editora Verano; São Paulo: Takano, 2002.

BEZERRA, José Augusto. *Uma história do Brasil em manuscritos*: 1500-1889. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011. 240 p. il.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *Coleção história*: sociedade & cidadania. São Paulo: FTD, 2004. 272 p. Il.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *Bandeirantes e índios em São Paulo de Piratininga*. São Paulo: FTD, 1999. 32 p. il.

BORBA. *Ensaios paulistas*. São Paulo: Editora Anhembi, 1958.

BUENO, Eduardo. *Brasil*: uma história. 2ª edição revista. São Paulo: Ática, 2003. 447 p. il.

BRASIL, Antônio Americano do. *Pela terra goyana*: discursos parlamentares - 1922. 2 v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

BRASIL, Antônio Americano do. *Súmula de história de Goiás*. 2ª Edição. Goiás: Departamento Estadual de Cultura. 1961. 123 p.

BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil: geral e regional*. 2º edição, volume 4. São Paulo: Editora Cultrix, 1967.

CARDOSO, Augusto de Siqueira. Notas genealógicas sobre os ascendentes e descendentes de Pedro Taques de Almeida Paes Leme. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. X, Typographia do Diário Official, São Paulo, 1906, pág. 66.

CARDOSO, Oldimar. *Tudo é história*. São Paulo: Editora Ática. 304 p. il.

CHAIBUB, Paulo Bertran Wirth. *História da Terra e do Homem no Planalto Central* - Eco-história do Distrito Federal. Brasília: Solo Editora, 1994.

COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Trilhar Urbana, 2001. V. 1, 116 p. il.

COELHO, Gustavo Neiva. *Iconografia Vila-Boense*. Goiânia: Editora UFG, 2013. 160 p.

COSTA MATOSO. *Códice Matoso*: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Belo Horizonte: Edição da Fundação João Pinheiro, 1999.

COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2006.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1993.

COTRIN, Gilberto. *História global*: Brasil e geral. São Paulo: Editora Saraiva - Livreiros Editores, 2008. 688 p. il.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*: Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1934.

FAQUINI, Rui; LEONARD, Victor; VILLA REAL, Bismarque *Estrada Colonial no Planalto Central*: uma viagem em baixa velocidade. Brasília: Instituto Paidéia, 2006, 92 p.

FERNANDES, Luis Henrique Menezes. *Um governo de engonços*: metrópole e sertanistas na expansão dos domínios portugueses aos sertões do Cuiabá (1721-1728). Curitiba: Editora Prismas. 2015. 191 p.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios*. Maringá, PR: Memória Brasileira, 1996.

FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro*: povoamento e conquista de. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Bloch, 1940. 177 p.

LORENÇANO, Paulo Camilher. *O brasão e bandeira de Taubaté*. 2ª edição revista e ampliada com o Hino de Taubaté. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 2004.76 p. il.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada - Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

FRANCO, Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1940. 340 p.

FREITAS NETO, José Alves de; TASINATO, Célio Ricardo. *História geral e do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Harbra, 2011. 996 p. il.

GAENSLY, Guilherme. Guilherme Gaensly: textos de Boris Kossoy, Rubens Fernandes Junior, Hugo Segawa. São Paulo: Cosac Naify, 2011. 216 p. 201 ils.

GALLI, Ubirajara. *Os anhangueras em Goiás e outras histórias da família*. Goiânia: Kelps, 2007. 128 p. il.

GODOY, Silvana Alves de. *A Vila de Itu e os negros da terra:* séculos XVII e XVIII. Texto apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo RS. https://historiadeindaiatuba.blogspot.com.br/2009/07/vila-de-itu-e-os-negros-da-terra.html

GODOY, José Eduardo Pimentel. *As alfândegas de Pernambuco Brasília*: ESAF, 2002.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 332 p.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4ª edição. Brasília: Editora da UnB, 1963.

LEITE, Mario. *Paulistas e mineiros*: plantadores de cidades. São Paulo: Edart, 1961.

LUÍS, Washington. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 410 p.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.

MAGALHÃES, B. *Expansão geographica do Brasil colonial*: memória apresentada no Primeiro Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: Companhia editora nacional, 1935. p.52.

MARQUES, Manuel. *Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo* (2 v.). São Paulo: 1978.

MELLO, Raul Silveira (gal). *Para além dos bandeirantes*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército. 1968. 308 p.

MONTEIRO, John. *Negros da terra*: indios e bandeirantes nas origens de São Paulo, no séc.XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NAVARRO, E. A. *Método moderno de tupi antigo*: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 3ª edição. São Paulo. Global. 2005. 463 p.

NÓBREGA. "Esclarecimentos". In: Cartas do Brasil (1549-1560). pg. 250. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1931.

PARANHOS, Paulo. Primeiros núcleos populacionais no sul das Minas Gerais. In: *História* (revista eletrônica do Arquivo do Estado), nº 7, dezembro de 2005.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. 3 volumes. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada - Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *História da capitania de São Vicente*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 150 p.

PARANHOS, Paulo. Primeiros núcleos populacionais no sul das Minas Gerais. In: *História* (revista eletrônica do Arquivo do Estado), nº 7, dezembro de 2005

PASSOS, Elder Camargo de. *Veiga Valle*: seu ciclo criativo. Goiás: Museu de Arte Sacra, 1997. 314 p. il.

PEREIRA, Claudio Nunes (Org.). *Genealogia tropeira*: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Séculos XVII, XVIII e XIX. Coletânea de Material Histórico e Genealógico, 2006., Vol. I.

PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (Orgs.). *O diário de viagem do Barão de Mossâmedes*: 1771-1773. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

PORCHAT, E. *Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação*. São Paulo: Iluminuras, 1993. Pub. original em 1956

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1995. 477 p.

RIBEIRO, Laerte M. Magno. *20 gerações de João Ramalho e Bartyra*. Gráfica Editora Ltda. São Paulo, 1989.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. Viagem pela Estrada Real dos Goyazes. Brasília: Paralelo 15, 2006.

SALVADOR, Vicente, Frei. *História do Brasil*. Edição revista por Capistrano de Abreu. Brasília: Editora do Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. 582 p;

SILVA, Riograndino da Costa e. *Notas à margem da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1968.

SANTOS, F. M. dos. *História de Santos*: 1532-1936. Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1937. Tomo I, pg. 184. apud PORCHAT.

SILVA LEME, Luís Gonzaga da. *Genealogia paulistana*. 9 volumes: São Paulo, Editora Duprat e Cia. 1903.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e (1995). *Ata de fundação de Cuiabá*: uma análise crítica. Cuiabá: Editora do IHGMT.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas. 2002.

SILVEIRA, Carlos Pedroso da. *R.I.H.G.S.P.* Vol. XXX. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1935.

SOUSA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Fernanda Trindade Luciani (org.). São Paulo: Hedra, 2010.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de (2001). *A conquista do Sertão da Ressaca*: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. 234 p.: il.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, Typ. Ideal, 11 volumes, 1924-1950.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *São Paulo nos primeiros anos*: 1554-1601. Editora Paz e Terra, 2003. 460 p.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemmert. 2a edição. 2 v. il.1870.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 376 p.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1904.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio*: história geral do Brasil. São Paulo: Scipione, 2005. 616 p. il.

Zanettini, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro*: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista. Universidade de São Paulo, 2006.

_____*Brasil 500 Anos*. Editora Abril. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1999. 12 fascículos. 768 p. il.

_____*Isto É*: Brasil, 500 anos. São Paulo: Empresa de Comunicação Três Editorial Ltda. 1998. 314 p. il.

BERTRAN, Paulo (Org., Ed.). *Notícia geral da capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. 2 volumes. il.

_____*O tesouro dos mapas*: a cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. 344 p. il.

_____Prefeitura do Município de São Paulo. IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. São Paulo: Gráfica Municipal, 1954. 468 p.

Sítios eletrônicos relacionados aos assuntos:

http://buratto.org/paulistana/

http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0380c27.htm - Livro e descrição das imagens do livro No tempo dos bandeirantes, de Belmonte

http://estradasecaminhos.blogspot.com.br/2014/07/santana-de-parnaiba-o-caminho-dos.html

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300653320_ARQUIVO_Anpuh2011textocompleto2.pdf

http://docplayer.com.br/33692086-Identidade-etnia-e-autoridade-nas-minas-gerais-do-seculo-xviii-leituras-do-codice-costa-matoso.html

https://archive.org/details/bandeirantesepio00moog

https://terrabrasilis.revues.org/375

http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/1718/1/Texto%20integral%20%28PDF%29

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/EMB-

https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295

http://www.novomilenio.inf.br/sv/svh072.htm

https://www.geni.com/projects/Os-Bandeirantes/8058

https://www.academia.edu/23155128/Um_Governo_de_Engon%C3%A7os_Metr%C3%B3pole_e_Sertanistas_na_Expans%C3%A3o_dos_Dom%C3%ADnios_Portugueses_aos_Sert%C3%B5es_do_Cuiab%C3%A1_1721-1728_

http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S23.R.pdf

https://pt.scribd.com/document/358146001/Joao-Da-Silva-Guimaraes-Entre-as-Montanhas-e-o-Mar-Trabalho-Conquista-e-Aventura-Nos-Sertoes-Mineiro-Isnara-Pereira-Ivo

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/guaraquecaba.pdf

http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26

http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/colaboradores/

http://fotostrada.com.br/blog/tag/igreja-de-sao-joao-batista-ferreiro/

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09072010-133900/pt-br.php

http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptazercout.htm

Tropeiros

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações no Brasil*: resumo histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368 p.

CAVALCANTE, Messias Soares. *A verdadeira história da cachaça*. São Paulo: Sá Editora, 2011. 608 P.

GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. Separata do Vol. III dos *Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

PACHECO, Renato José Costa. Primeira notícia sobre tropeiros. In: *Cadernos de etnografia e folclore*. Vitória, Comissão Espírito-Santense de Folclore, 1975.

ROCHA JUNIOR, Deusdedith; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho. *Viagem pela estrada real dos goyazes*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

SANTOS, Márcio. *Estradas reais*: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e dos diamantes no Brasil. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SOUSA, Augusto Fausto de. *Fortificações no Brazil*. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.

_____*Revista história viva - temas brasileiros*: estrada real. Edição especial temática nº 4. Editora Duetto. Brasil. 2006.

Sitios eletrônicos relacionados ao assunto:

https://www.suapesquisa.com/colonia/tropeiros.htm

http://www.tropeirosdasgerais.com.br/historia.htm

http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=496

http://www.debatesculturais.com.br/os-tropeiros-e-sua-historia/

http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/os-tropeiros.htm

https://pt.wikipedia.org/wiki/Feira_de_muares_de_Sorocaba

https://pt.wikipedia.org/wiki/Caminho_das_Tropas

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html

http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-ultimo-dos-tropeiros-efuegy2r4ubr2kge7ivlp8wge

http://zemarcartelas.blogspot.com.br/search/label/Debret

http://www.qualviagem.com.br/rota-dos-tropeiros-oferece-historias-festas-religiosas-e-cultura-no-parana/

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Prints_in_the_Pinacoteca_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo

https://www.passeidireto.com/arquivo/21398838/historia-dos-tropeiros--de-goias

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

Mascates e Caixeiros Viajantes

ALENCAR, José de. *Guerra dos mascates*: crônicas dos tempos coloniais. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.

ALMEIDA, Mário de. *O comércio no Brasil*: iluminando a memória. Rio de Janeiro. Confederação Nacional do Comércio, 1995. 202 p.

ALMEIDA, Alvaro Marins de. *O aprendiz de mascate*. Rio de Janeiro: Edições Em Aberto, 1985.

BASTANI, Tanus Jorge. *Memórias de um mascate*: O soldado errante da civilização. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp. Distribuidores, Rio de Janeiro, 1949. 329 p.

BASTANI, Tanus Jorge. *O Líbano e os libaneses no Brasil*. Rio de janeiro: Est. de Artes Graf. C: Mendes Junior, 1945. 180 p.

BACKHEUSER, Everaldo. Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro. *Revista brasileira de geografia*, Vol.1 - 1944.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico*: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910 -1940). Vitória, Instituto Jones Santos Neves, 1987.

CHALLITA, Mansour. *Este é o Líbano*. Associação Cultural Internacional Gibran, Rio de Janeiro, 1976.

DEFFONTAINES, Pierre. *Os mascates ou mercadores ambulantes do Brasil*. Boletim Geográfico, V.55, 1947.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 3 volumes.

FAUSTO, Boris. *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina, Edusp, 1999.

FERREIRA, Jerusa Pires. Os ofícios tradicionais. In: *Revista Usp*, São Paulo n. 29, março-maio, 1996.

GOULART, José Alípio. *O mascate no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1967.

GOULART, José Alípio. *O regatão*: mascate fluvial da Amazônia. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

HERLEIN, Natalio. *Baú de mascate*: causos e anedotas. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

KHATLAB, Roberto. *Mahjar:* saga libanesa no Brasil. Ed. Mokhtarat (português/árabe), Beirute, Líbano, 2002.

KUCINSKI, Meir. *Imigrantes, mascates & doutores*. São Paulo, Ateliê Editorial, s/d.

LESSER, Jeffrey. *Negociando a identidade nacional*: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LUBATTI, Maria Rita da Silva. *Vendedor ambulante, profissão folclórica*: pesquisas nas ruas, parques e jardins de São Paulo. São Paulo: Escola de Folclore, Secretaria de Estado da Cultura, 1982.

MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos nobres contra mascates*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Nobres e mascates na Câmara de Recife*: 1713-1738. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, c. 1993.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Um mascate e o Recife*: a vida de Antonio Fernandes de Matos no período de 1671-1701. Recife: Fundação Cultura Cidade do Recife, 1981.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O regatão*: notícia histórica. Manaus: Sergio Cardoso & Cia., 1958.

PEARSON, Michael. *Os mascates*. Rio de Janeiro: Record, c. 1983.

QUEIROZ, Julio de. *Baú de mascate*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

RATTO, Gianni. *A mochila do mascate*: fragmentos do diário de bordo de um anônimo do século XX. S/l.: s/e., s/d.

SAFADY, Jamil. Panorama da imigração árabe. In "*Obras completas*" - V. 1 ed, Comercial Safady Ltda. São Paulo, 1972

SOUZA, Liêdo Maranhão de. *O mercado, sua praça e a cultura popular do Nordeste*: homenagem ao centenário do Mercado de São José (1875-1975). Recife, Prefeitura Municipal do Recife, 1977.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) *História da vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

TRUZZI, Oswaldo. *Sírios e libaneses*: narrativas de história e cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores*: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

XAVIER, W. S.; BARROS, A. N.; CRUZ, R. C.; CARRIERI, A. P. O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais na formação do lugar, do não lugar e do entrelugar. *Revista de Administração*, v. 47, 2012.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, HUCITEC e Ed. USP, 1990.

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/index.htm

http://zemarcartelas.blogspot.com.br/search/label/Debret

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Prints_in_the_Pinacoteca_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

Holandeses no Brasil - Governo e Missão Artística e Científica do Conde João Maurício de Nassau-Siegen

ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever*: a arte holandesa no século XVII. São Paulo: Edusp, 1999.

BARLAEI, Casparis. Rerum Per Octenium in Brasilia Et alibi nuper gestarum, sub Praefectura Illustrissimi Comitis I. Mavritii, Nassoviae, &c. Comitis, nunc vesaliae Gubernatoris & Equittatus Foederatorum Belgii Ordd, sub Auriaco Ductoris, Historia. Amsterdam: Joannis Blaev, 1647. 46x29cm. 340 p., 56 gravuras desdobráveis. Retrato de João Maurício Conde de Nassau, gravado por Th. Matham.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*: imaginário do novo mundo. São Paulo: Metalivros, 1994. v. 1, 156 p., il. color.

BERLOWICZ, Barbara. Pinturas de Alberto Eckhout: Interpretação de Conteúdo e Técnica. In: VRIES, Elly de (org.), DOURADO; Guilherme Mazza (org.). *Albert Eckhout volta ao Brasil*: 1644-2002. Copenhagen: National Museum of Denmark, 2002. p. 206-207.

CÂMARA, João. Albert Eckhout ou a conquista óptica. In: VRIES, Elly de (org.); DOURADO, Guilherme Mazza (org.). *Albert Eckhout volta ao Brasil*: 1644-2002. Copenhagen: National Museum of Denmark, 2002. p. 220-221.

ECKHOUT, Albert. *Albert Eckhout e seu tempo*: Brasil holandês 1637-1644. Tradução Renata Olesen. São Paulo: MASP, 1991. 43 p., il. p&b color.

ECKHOUT, Albert. *Albert Eckhout*: pintor de Mauricio de Nassau no Brasil: 1637/1644. Tradução Marina Cunha Brenner; texto Luiz Emygdio de Mello Filho. Rio de Janeiro: Livroarte, 1981. 141 p., il. color.

GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

LAET, Johannes de; Marcgrave, George. *História natural do Brasil*. 1942 [1648]. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Tradução de José Procópio de Magalhães. Citado por Françozo, op. cit.

LAGO, Pedro Corrêa do. Albert Eckhout. In: *Mostra do Redescobrimento, 2000, São Paulo*: o olhar distante. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo: Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000. p. 110.

LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post 1612-1680*: obra completa. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2006. 1ª edição. 430 p. il.

LARSEN, Erick. *Frans Post*: um intérprete do Brasil. Amsterdam & Rio de Janeiro: Colibris Ed., 1962, citado por Roberto Pontual, in Dicionário das artes plásticas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

LEITE, José Roberto Teixeira. *A pintura no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: GRD, 1967. 124 p.

LEITE, José Roberto Teixeira. *Dicionário crítico da pintura no Brasil*. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988. 555 p.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Prefácio de Gilberto Freyre. 2. ed. Recife: SEC, Departamento de Cultura, 1978. (Coleção pernambucana; 1ª fase, v. 15). Inclui bibliografia e índice onomástico. p. 105, nota 242.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau*: governador do Brasil holandês. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

PONTUAL, Roberto. *Dicionário das artes plásticas no Brasil*. Apresentação Antonio Houaiss; Texto Mário Barata, Lourival Gomes Machado, Carlos Cavalcanti et al. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. 559 p.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SILVA, Leonardo Dantas. *Albert Eckhout*, retratista de Maurício de Nassau. Notícia Bibliográfica e Histórica, Campinas, SP, ano 35, n. 189, p. 179-194, abr./jun. 2003.

SOUSA-LEÃO. Joaquim. *Frans Post 1612-1680*. Amsterdam: A. L. Gendt & Co., 1973. 141 quadros, 64 desenhos, 1 retrato de F. Post. 176 p.

SCHAEFFER, Enrico. *Um pintor holandês no Brasil*: 1637-1644. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 20, p. 17-84, 1968.

STOLS, Eddy. *A iconografia do Brasil nos Países Baixos do século XVI ao século XX*. Revista USP, Dossiê Brasil dos Viajantes, 1996, pp. 20-31.

VALLADARES, Clarival do Prado; MELLO FILHO, Luiz Emygdio. *Albert Eckhout*: pintor de Maurício de Nassau no Brasil, 1637-1644. Rio de Janeiro: Livroarte, 1981.

VRIES, Elly de (org.); DOURADO, Guilherme Mazza (org.). *Albert Eckhout volta ao Brasil*: 1644-2002. Texto Jens Olesen, Peter Pentz, Barbara Berlowicz, Leonardo Dantas Silva, Rebecca Parker Brienen, Soeren Mentz, Bente Gundestrup, Ernst van den Boogaart, Inge Schjellerup, Peter Mason, Elly de Vries, Dante Martins Teixeira, Berete Due, Peter Wagner, Mads Chr. Christensen, João Câmara; tradução Carlos Caminada, Philip Davies, Márcia Regina Appa, Raquel Rosenblum, Shirley Gabay, William Leslie Overal, Jane Rowley, Tim Padfield, Yvonne Shashoua, Izabel Murat Burbridge. Copenhagen: National Museum of Denmark, 2002. 228 p., il. p&b color.

WHITEHEAD, Peter James Palmer; BOESEMAN, Martin. Albert Eckhout. In *Um retrato do Brasil holandês do século XVII*: animais, plantas e gente, pelos artistas de Johan Maurits de Nassau. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989. 358 p., il. color.

ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil - I*. São Paulo: Fundação Djalma Guimarães: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. 490 p., il. color.

_____*História natural do Brasil* - edição brasileira. Guilherme Piso (trad. Prof. Alexandre Correia, seguido do texto original, da biografia do autor e de comentários) (1948). História Natural do Brasil Ilustrada edição comemorativa do primeiro cinquentenário do Museu Paulista ed. Companhia Editora Nacional [S.l.] pp. 431 p.

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

https://archive.org/stream/casparisbarlirer01baer#page/n589/mode/2up e https://archive.org/details/casparisbarlaeir00baer

https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1

http://zemarcartelas.blogspot.com.br/search/label/Debret

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html

http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/index.htm

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Prints_in_the_Pinacoteca_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

Expedição de Demarcação dos Limites do Brasil

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diários de viagem de Francisco José de Almeida*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1944

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diário de viagem pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyabá e S. Paulo nos anos de 1780 a 1790*. Typ. de Costa Silveira, São Paulo 1841.

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diários de viagem*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1944. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda.

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. *Diário da viagem de Moçambique para os Rios de Senna*. Imprensa Nacional, Lisboa 1889.

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. Travessia da África. Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1936. Prefácio de Manuel Múrias

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: questões e debates*, n. 36, 2002.

EÇA, Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida de. *Lacerda e Almeida*: escravo do dever e mártir da ciência, 1753-1798: apontamentos históricos, biográficos e genealógicos com algumas notícias e documentos inéditos acerca do insigne explorador das selvas brasileiras e dos sertões africanos. Lisboa: Tipografia Freitas Mega, 1951. 222 p.

FONSECA, Quirino da. Um drama no sertão: tentativa da travessia de África em 1798. Tipografia Minerva. Lisboa 1936. Prefácio do Almirante Gago Coutinho.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. *Francisco José de Lacerda e Almeida*: um astrônomo paulista no sertão africano. Editora Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. 803 p. (O livro traz a obra completa de Lacerda e Almeida, bem como sua correspondência).

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro. *Francisco José de Lacerda e Almeida*; travessias científicas e povos da África central, 1797-1884. Lisboa: Universidade de Lisboa: 1997.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Brasileiros a serviço do Império: a África vista por naturais do Brasil no século XVIII. *Revista portuguesa de história*, Coimbra, v.33, 1999. p. 153-190.

PONTES, Antônio Pires da Silva. Diário de viagem. 1781. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai*, primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

TAQUES, Pedro; LEME, Luis Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. Tit. Taques Pompeus Vol. IV, pág. 232 e 233.

_____. *Diário da viagem de Moçambique para os Rios de Senna*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

_____. *Diário de viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo, nos anos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. de Costa Silveira, 1841.

_____. *Travessia da África*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1936.

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

http://www.fcsh.unl.pt/ceh/p_up_ferr_fontes_prim_expansao.html

https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1

http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/index.htm

http://zemarcartelas.blogspot.com.br/search/label/Debret

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Prints_in_the_Pinacoteca_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

http://www.ponteselacerda.mt.gov.br/Institucional/Historia/

Expedição Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira

ALMAÇA, Carlos. A expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira no contexto histórico-natural da sua época. In: *Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa: Academia de Marinha, 1992, p. 3-15.

ANTUNES, Miguel Telles. Alexandre Rodrigues Ferreira, D. Vandelli & E.

Geoffroy Saint-Hilaire: aspectos da história, novos dados e interpretação. In: FERRÃO, Cristina & SOARES; José Paulo Monteiro (orgs.). Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira. [s/l.]: Kapa Editorial, [2003], vol. I, p. 11-21

AREIA, Manuel Laranjeira Rodrigues de; MIRANDA, Maria Arminda Pereira; HARTMANN, Thekla. *Memória da Amazónia*: Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosophica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. 1783-1792. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade, 1991.

CARVALHO, José Candido de Mello. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793)*: uma síntese do seu bicentenário. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Belém: Museu Emílio Goeldi, [s/d.].

CARVALHO, J. C. M. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

COELHO, Mauro Cezar. As viagens filosóficas de Charles-Marie de la Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira: ensaio comparativo. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte*: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária / UFPA, 1999, p. 97-127.

CORREA FILHO, Virgílio. *Alexandre Rodrigues Ferreira*: vida e obra do grande naturalista brasileiro. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

COSTA, M. de F. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso*: imagens do interior. História, ciências, saúde — Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 993-1014, 2001.

CUISIN, Jaques. No encalço de Alexandre Rodrigues Ferreira. **In:** FERRÃO; Cristina & SOARES; José Paulo Monteiro (orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira II*. [s/l.]: Kapa Editorial, [2003], vol. II, p. 13-35.

CUNHA Osvaldo Rodrigues da. *O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira:* Uma análise comparativa de sua viagem filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991.

FALCÃO, E. C. *Viagem filosófica às capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Gráfica Brunner, 1970.

FARIA, Miguel. Os estabelecimentos artísticos do Museu de História Natural do Palácio Real da Ajuda e a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. In: *Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Ciclo de conferências, Lisboa: Academia de Marinha, 1992, p. 33-71.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*: 1783-1792 (2 vols.). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. il.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem philosophica pela capitania de São-José do Rio-Negro. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil*, tomos XLVIII-LI, 1886-87-88.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem philosophica pela capitania do Rio Negro*. RIHGB, 1885, 1886, 1887 e 1888.

FONTES, Glória Marly Duarte Nunes de Carvalho. *Alexandre Rodrigues Ferreira*: aspectos de sua vida e obra. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1966.

FRANÇA, Carlos; Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). *História de uma missão scientifica ao Brasil no século XVIII*. Boletin da Sociedade Broteriana, vol. I, 2ª serie, 1922, p. 65-123.

GOELDI, Emílio. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília: EdUnB, 1982.

MARTINELLI, Gustavo. Aspectos botânicos da viagem filosófica (1792-1991). In: *Viagem filosófica*: uma redescoberta da Amazônia. 1992. Rio de Janeiro, Index.

MENDES, João Ribeiro. Instruções à viagem philosophica effectuada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira nos anos de 1783-1792. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, t. LIII, 1946.

MITTERMEIER, Russel et alii. Viagem philosophica: uma redescoberta da Amazônia – 1972-1992. Rio de Janeiro, Index, 1992.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues. In: *Tempo: revista do Departamento de História da UFF*, Vol. 3, n° 6 - Dezembro 1998, p. 6-10.

RAMINELLI, Ronald. *Do conhecimento físico e moral dos povos*: iconografia e taxionomia na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE, v.8. (suplemento), 2001. p. 969-992.

REIS, Artur Cesar Ferreira. *Amazônia vista pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira*. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1957, p. 323-336.

SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. *A viagem philosophica*: o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e a paisagem brasileira do século XVIII. Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Maringá em 2001.

SILVA D. A. Tavares da. *O cientista luso-brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira*: notas para o seu estudo. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, mar.-abr. 1947, p. 117-88 e maio-jun.,1947, p. 279-357.

SILVA, José Pereira da. Notícia sobre Alexandre Rodrigues Ferreira e sua obra conservada na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: FERRÃO, Cristina & SOARES; José Paulo Monteiro (orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. [s/l.]: Kapa Editorial, [2002], vol. I, p. 24-32.

VANDELLI, Domenico. *Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que os filósofos naturalistas nas suas peregrinações devem principalmente observar*. Lisboa, Academia das Ciências, 1779, manuscrito 405, série vermelha, p. 9

——— et alii. *Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Ciclo de conferências. Lisboa: Academia de Marinha, 1992.

——— DOMINGUES A; FARIA, M. *Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa: Academia de Marinha, 1993.

———. Um conhecimento sobre o homem: os indígenas do Rio Negro nas reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Anais do Arquivo Público do Estado do Pará*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1998, 3(2): 215-237.

———. Um novo conceito de ciência ao serviço da razão de estado: a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao norte brasileiro. In: *Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa: Academia de Marinha, 1992, p.17-33.

———. Enfermidades endêmicas da capitania de Mato Grosso. In: FONTES, Glória Marly Duarte de Carvalho. *Alexandre Rodrigues Ferreira*: aspectos de sua vida e obra. Belém: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, [s/d.].

———. Roteiro das viagens que fez pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. *Boletim do Museu Nacional*, vol. IX, 1933, p. 103-118.

———. Textos sobre os gentios e seus artefatos de Alexandre Rodrigues Ferreira. Transcrição e comentários de.... In: FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo Monteiro (orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Coleção Etnográfica. [s/l.]: Kapa Editorial, [2005], vol. III.

_____. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Ciuabá*: memórias de zoologia e botânica. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1972.

_____. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Ciuabá*: observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios, Amazonas, Negro e da Madeira. Memórias. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972b. v.2, p. 67-204

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

http://static.publico.pt/homepage/infografia/sociedade/ViagensFilosoficas/ViagensFilosoficas.swf

http://www.fcsh.unl.pt/ceh/p_up_ferr_fontes_prim_expansao.html

https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1

http://zemarcartelas.blogspot.com.br/search/label/Debret

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html

http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/index.htm

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Prints_in_the_Pinacoteca_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

Expedição Científica do Príncipe Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied, Príncipe de Wied-Neuwied

BERGER, M. Über *Maximilian zu Wied's ornihologische Forschungen in Südost-Brasilien und die* Änderungen *der Avifauna der Mata Atlantica*. Fauna Flora Rhld-Pf. Beiheft 17:281-312. 1995.

BOKERMANN, W. C. A. *Atualização do itinerário da viagem do príncipe de Wied ao Brasil:* (1815-1817). Arq. Zool. S. Paulo 10(3):209-251. 1957.

FERREZ, Gilberto. *A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*: quatro séculos de expansão e evolução. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro : Museu Castro Maya, 2015. 282 p. il.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino*: antologia de textos (1809-1818). Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013. 166 p.

GOMES, Laurentino. *1808*: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 414 p. il.

MAXIMILIANO, *Príncipe de Wied-Neuwied*; viagem ao Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP. 1989.

MAXIMILIAN, Alexander Philipp, Príncipe de Wied-Neuwied, 1782-1867 (Weimar : Im Verlage des Grossherzogl. Sächs. priv. Industrie, Comptoirs, 1822-1831. Obras raras do acervo da biblioteca da Câmara dos Deputados.

PINTO, O. M. O. *A ornitologia do Brasil através das idades*: século XVI a século XIX. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais. Brasiliensia Documenta XIII.1979.

ROCHA, L. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: Editora de Brasília. 1971.

ROCHA, L. Wied. *Freyress e Sellow no Espírito Santo*. Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras. 297(1972):56-67.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil*: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 412 p. il.

WIED [-Neuwied], M. Prinz zu. *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817*. Frankfurt [am Main]: Heinrich Ludwig Brönner. 1820-1821

WIED [-Neuwied], M. Prinz zu. *Beiträge zur Naturgeschichte von Brasilien*, 3-4. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs. 1830-1833.

WIED [-Neuwied], M. Prinz zu. *Nachräge, Berichtigungen und Zusätze zu Beschreibung meiner Reise im östlichen Brasilien*. Frankfurt [am Main]: Heinrich Ludwig Brönner. 1850.

WIED [-Neuwied], M. Príncipe de. *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgard Süssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo, refundida e anotada por Olivério Mário de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Ed. Nacional. [Brasiliana, Série 5ª. Grande Formato, Vol. 1]. 1940.

WIED [-Neuwied], M. Príncipe de. *Viagem ao Brasil*. 2a edição. Tradução de Edgard Süssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo, refundida e anotada por Olivério Mário de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Ed. Nacional. [Brasiliana, Série 5a, Grande Formato, Vol. 1]. 1958.

_____Biblioteca Nacional. *Brasiliana da Biblioteca Nacional*: guia das fontes sobre o Brasil / Organização Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Nova Fronteira. 637p. : il. col. 2001

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

https://www.biodiversitylibrary.org/page/2782733#page/25/mode/1up

http://www.revistacidade.com.br/colunas/arthur-soffiati/448-o-bicentenario-da-expedicao-cientifica-de-maximiliano-de-wied-neuwied-introducao

http://www.wikiwand.com/es/Maximilian_zu_Wied-Neuwied

https://pt.wikipedia.org/wiki/Maximilian_zu_Wied-Neuwied

http://www.ao.com.br/ao99_6.htm

www.teses.usp.br/teses/.../8/8138/.../CHRISTINA_ROSTWOROWSKI_DA_COSTA.pd

Missão Artística Francesa

BARATA, Mário. O século XIX: transição e início do século XX. In: ZANINI, Walter (org.). *História geral da arte no Brasil - I*. Apresentação Walther Moreira Salles. São Paulo: Fundação Djalma Guimarães: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. 490 p., il. Color.

BARATA, Mário. As artes plásticas de 1808 a 1889. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História geral da civilização brasileira* - v.3. São Paulo: Difel, 1982. pp. 409-424.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes:* um lugar no Universo. Vol.II.

CARDOSO, Rafael. A Academia Imperial de Belas Artes e o Ensino Técnico. In: *19&20:* a revista eletrônica de DezenoveVinte. Volume III, n. 1, janeiro de 2008.

DIAS, Elaine. *Paisagem e academia: Félix-Emile Taunay e o Brasil (1824-1851)*. Exposições Coletivas.

DUQUE, Gonzaga. *A arte brasileira*. Introdução Tadeu Chiarelli. Campinas: Mercado de Letras, 1995. 270 p.

CAMPOFIORITO, Quirino. *A missão artística Francesa e seus discípulos*: 1816 - 1840. Prefácio Carlos Roberto Maciel Levy. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1983. 64 p., il. color.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Millet. Tomo I (volume I e II) e Tomo II (volume III) 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora S.A.

RIBEIRO, Monike Garcia. *As duas facetas do artista Francês Jean Baptiste Debret*: o pintor e o desenhista. In: R.I.H.G.B, Rio de Janeiro: a.166, n.29, pp.9-392, out./dez.2005.

FERREZ, Gilberto. *A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*: quatro séculos de expansão e evolução. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro : Museu Castro Maya, 2015. 282 p. il.

FREIRE, Laudelino de Oliveira. *Um século de pintura*: apontamentos para a história da pintura no Brasil (1816-1916). Fontana. Rio de Janeiro, 1983.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino*: antologia de textos (1809-1818). Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013. 166 p.

GOMES, Laurentino. *1808*: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 414 p. il.

LEBRETON, Joachim. *Memória do cavaleiro Joachim Lebreton para o estabelecimento da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1816.

LEITE, José Roberto Teixeira. *Dicionário crítico da pintura no Brasil*. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988. pp.327-329).

LUZ, Ângela Âncora. A Missão Artística Francesa: novos rumos para a Arte no Brasil. Rio de Janeiro: *Revista Da Cultura*, Ano IV, n° 7, Dezembro de 2004. p. 16-22.

MARTINS, Alexandre. *Histórias de uma invasão cultural*: ensaios avaliam o papel da Missão Francesa no Brasil no século XIX. Resenha de Bandeira, Xexéo & Conduru. A missão francesa. Memória Viva.

NAVES, Rodrigo. Debret, o neoclassicismo e a escravidão. In: _____. *A forma difícil*: ensaios sobre arte brasileira. São Paulo: Ática, 1996. 285 p. il. color.

PEDROSA, Mário. Da Missão Francesa: seus obstáculos políticos. In: _____. *Acadêmicos e modernos*: textos escolhidos III. Organização Otília Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: Edusp, 1998. 429 p., il. p&b.

PONTUAL, Roberto. *Dicionário das artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

RIBEIRO, Monike Garcia. As duas facetas do artista Francês Jean Baptiste Debret: o pintor e o desenhista. In: *R.I.H.G.B*, Rio de Janeiro: a.166, n.29, pp.9-392, out./dez.2005.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Empresa A Noite, 1941.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil*: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. Companhia das Letras, 2008, pp. 176-188

TAUNAY, Afonso de Escragnolle. *A missão artística de 1816*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

XEXÉO, Pedro Martins Caldas; ABREU, Laura Maria Neves de; DIAS, Mariza Guimarães. *A Missão Artística Francesa*: Coleção Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, 2007. 140 p. il.

_____*Nicolas Antoine Taunay no Brasil*: uma leitura dos trópicos. Catálogo da Exposição realizada no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro entre maio e julho de 2008 e na Pinacoteca de São Paulo no período de julho a setembro de 2008. Organização e textos de Lilia Moritz Schwarcz com Elaine Dias. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. il.

_____*Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil* depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avénement et de l'abdication de S.M.D. Pedro 1er., fondateur de l'Empire bréesilien. (Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil ou Estadia dum Artista Francês no Brasil). Paris, Firmin Didot Frère, 1834, 3 vols: 56, 162 e 252p. (Paris, 1834 - local e data primeira edição/ 1839?)

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

http://bndigital.bn.br/redememoria/missfrancesa.html

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_ biografia&cd_verbete=1188&cd_item=1&cd_idioma=28555>

http://www.fcsh.unl.pt/ceh/p_up_ferr_fontes_prim_expansao.html

https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1

http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/index.htm

http://zemarcartelas.blogspot.com.br/search/label/Debret

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html

http://www.britannica.com/www.conhecimentosgerais.com.br/www.itaucultural.org.br

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Prints_in_the_Pinacoteca_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

Missão Científica de História Natural - Missão Austríaca

BANDEIRA, Júlio e Wagner, Robert. *Viagem nas aquarelas de Thomas Ender*: 1817-1818. Vol.III, ed. Kapa,1ª edição, 2000.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*: um lugar no Universo. Vol.II.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. In: *História*: Questões & Debates. Curitiba, N° 36, 2002. p. 61-98.

FERREZ, Gilberto. *O Velho Rio de Janeiro das gravuras de Thomas Ender*. São Paulo, melhoramentos; 1970.

FERREZ, Gilberto. *A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*: quatro séculos de expansão e evolução. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2015. 282 p. il.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil de Thomas Ender:** 1817. Rio de Janeiro, Fund. João Moreira Salles, 1976.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino*: antologia de textos (1809-1818). Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013. 166 p.

GASPAR, Lúcia. *Viajantes em terras brasileiras*: documentos existentes no acervo da Biblioteca Central Blanche Knopf. Fundação Joaquim Nabuco. Recife.

GOMES, Laurentino. *1808*: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 414 p. il.

KURY, Lorelai. Naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: História, ciências, saúde: Manguinhos, Vol. VIII, 2001. p. 863-880.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *A viagem de von Martius:* flora brasiliensis. Rio de Janeiro, 1996.

POHL, Johann E. *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de1817 a 1821*. Rio de Janeiro; 1951.

OBERACKER Junior, Carlos H. Franz. Josef Frühbeck. *Revista Humboldt*, nº 7, 1963.

PONTUAL, Roberto. *Dicionário das artes plásticas no Brasil*. Civilização Brasileira, 1969.

WAGNER, Robert. *Thomas Ender in Brasilein*. Viena: Adeva, 1994.

VASQUEZ, Pedro Karp (2000). *Fotógrafos alemães no Brasil do século XIX*. Metalivros [S.l.].

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

https://books.google.com.br/books?id=80F-dM3CHEIC&pg=PA351&lpg=PA351&dq=Johann+Buchberger+(?-1821)+-+pintor+e+desenhista+de+plantas&source=bl&ots=It5GwejDv4&sig=2Tv6l3ImN8vI8tIzN5HjA1SCows&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiEyoe_-dPTAhVGmJAKHWmvA_MQ6AEIIzAA#v=onepage&q=Johann%20Buchberger%20(%3F-1821)%20-%20pintor%20e%20desenhista%20de%20plantas&f=false

https://books.google.com.br/books?id=P7-QDgAAQBAJ&pg=PT366&lpg=PT366&dq=Johann+Christian+Mikan&source=bl&ots=JVurVbi5uM&sig=BzcuFezB7W0UXduj17p__8C6nOM&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahdqPCUc4ChDoAQg3MAM#v=onepage&q=Johann%20Christian%20Mikan&f=true

http://www.pintoresdorio.com/index.php?area=artistas&artista=4

http://www.fcsh.unl.pt/ceh/p_up_ferr_fontes_prim_expansao.html

https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1

http://florabrasiliensis.cria.org.br

http://zemarcartelas.blogspot.com.br/search/label/Debret

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html

http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/index.htm

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Prints_in_the_Pinacoteca_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

Expedição Langsdorff

DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. *Rugendas e o Brasil*. São Paulo: Capivara Editora, 2002.

FERREZ, Gilberto. *A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*: quatro séculos de expansão e evolução. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2015. 282 p. il.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino*: antologia de textos (1809-1818). Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013. 166 p.

GOMES, Laurentino. *1808*: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 414 p. il.

MANIZER, Guenrikh Guenrikhovitch. A Expedição do Acadêmico G.I. Langsdorff ao Brasil (1821-1828). In: *Brasiliana eletrônica*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1967.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

http://www.fcsh.unl.pt/ceh/p_up_ferr_fontes_prim_expansao.html

http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/index.htm

http://zemarcartelas.blogspot.com.br/search/label/Debret

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html

https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1

https://www.bbm.usp.br/node/80

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Prints_in_the_Pinacoteca_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo

https://pt.wikipedia.org/wiki/Expedi%C3%A7%C3%A3o_Langsdorff

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

http://guia.folha.uol.com.br/exposicoes/ult10048u692990.shtml

http://www.educacional.com.br/reportagens/missoes/langsdorff.asp

http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf

Missão Científica de Emílio Augusto Goeldi

_____*Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.* Ciências Humanas, 2009. Belém: MPEG, 2009. V. 4 n. 3. pp: 489-503.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *Talento e atitude*: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi, V. I. Belém: MPEG, 1989.

JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868-1929): uma naturalista alemã na Amazônia. In: *Revista história, ciências, saúde:* Manguinhos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, V.15, suplemento, p. 243-255, Jun. 2008.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Emílio Goeldi (1859-1917)*: a ventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2009.

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/ http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/search?updated-min=2014-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2015-01-01T00:00:00-08:00&max-results=50

http://www.biodiversitylibrary.org/item/49021#page/69/mode/1up

http://dx.doi.org/10.5962/bhl.title.13945

http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/index.htm

http://zemarcartelas.blogspot.com.br/search/label/Debret

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html

https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Prints_in_the_Pinacoteca_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

https://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlio_Augusto_Goeldi

http://www.museu-goeldi.br/portal/

http://biografias.netsaber.com.br/biografia-1949/biografia-de-emil-august-goldi--ou--aport---emilio-augusto-goeldi

Comissão Rondon

BASTOS, A. de Niras. *Rondon*: último bandeirante. Ed. América – Rio de Janeiro –1964.

BIGGIO, Elias dos Santos Brito. *Cândido Rondon*: a integração nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, Petrobrás, 2000.

DUARTE, Bandeira. *Rondon*: o bandeirante do século XX. São Paulo: Livraria Martins, s/d.

DIACON, Todd A. *Rondon*: o marechal da floresta. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

FILHO, Gal Lobato. *Avançai para o Jamarí*: a comissão nas selvas do alto Madeira. S/Ed. Rio de Janeiro – 1957.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Rondon*: a construção do Brasil e a causa indígena. Abravídeo, 2009.

FREIRE, Carlos Augusto. *Indigenismo e antropologia*: o Conselho Nacional de Proteção ao Índio na gestão Rondon (1939/1955). Rio de Janeiro:UFRJ, 1990.

FREITAS, Sebastião Costa Teixeira de. Marechal Rondon. *Coleção a vida dos grandes brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Três, 2001.

LASMAR, Denise Portugal. *O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio*: 1890 - 1938. 2ª ed. Rio de Janeiro: Museu do índio, 2001.

LIMA, Abnael Machado de. *Comissão Rondon*: cem anos de sua criação. Conferência, 2007.

MAGALHÃES, Amilcar A. *Pelos sertões do Brasil*. Cia.Ed. Nacional – São Paulo–1941.

MARTINS, Carlos Júnior. *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH - USP, São Paulo, 2001.

PINTO, Roquete E. *Rondônia*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1919.

RANGEL, Alberto. *Inferno verde*: cenas e cenários do Amazonas. Manaus, Editora Valer, 2008.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Índios do Brasil do *centro-nordeste e sul de Mato Grosso*. Min. da Agricultura/CNPI, Rio de Janeiro,1946.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil do centro ao noroeste e sul de Mato-Grosso*. Volume I. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, CNPI, 194

TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon*. Campinas: Papirus, 2001

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

_____. *Missão Rondon*: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. 284 p. – (Edições do Senado Federal); v. 8

_____. *Índios do Brasil*: cabeceiras do Xingu/rio Araguaia e Oiapoque. Volume II. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura / CNPI, 1953

_____. *Índios do Brasil*: norte do rio Amazonas. Volume III. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura / CNPI, 1953

_____ *As estratégias políticas de Rondon*: linhas telegráficas e integração dos povos indígenas. Brasília: CGDOC-FUNAI, 2003.

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/cr/comissao_rondon/comissao_rondon/index.html .Imagens originais da Comissão Rondon

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

Comissão Exploradora do Planalto Central e Comissão de Estudos da Nova Capital da União – Missão Cruls

CRULS, Luiz. *Relatório apresentado a s. ex. o sr. ministro da indústria, viação e obras públicas*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C. Impressores do Observatório. 1894. 365 p. il.

CRULS, Luiz. *Relatório parcial apresentado ao exm. sr. dr. Antônio Olyntho dos Santos Pires*. Rio de Janeiro. C. Schmidt. 1896. il.

CRULS, Luiz. *Relatório parcial apresentado ao ministro da indústria, viação e obras públicas*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts. 1893. 140 p. il.

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

http://www.brasiliana.com.br/pop/pop_resenha/3/aa6abc0e7f9e34c-8033333fbe38b838e

http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Cruls.shtml

http://www.pirenopolis.tur.br/cultura/historia/comissao-cruls

http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not02.asp

https://terrabrasilis.revues.org/368

Expedição Científica Roosevelt-Rondon

BAKER, Daniel B. *Explorers and discoverers of the world*. Editora Detroit: Gale Research. 1993.

DIACON, Todd. *Stringing together a nation*: Cândido Mariano da Silva Rondon and the construction of a modern Brazil, 1906-1930 (Durham, Duke University Press, 2004), editado no Brasil com o título Rondon: perfis brasileiros (São Paulo, Companhia das Letras, 2006).

JEFFERS, Paul. *Roosevelt the explorer*. Taylor Trade Publishing, 2003.

MILLARD, Candice. *The river of doubt*: Theodore Roosevelt's darkest journey. USA. Doubleday, 2005. Editado em português com o título O rio da *dúvida*: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia. São Paulo, Companhia da Letras, 2007; tradução de José Geraldo Couto. Prefácio de Marta Amoroso.

ROOSEVELT, Theodore. *Through the brazilian wilderness*. New York, Capo Paperback, 1914. Editado em português com o título Nas selvas do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976; tradução de Luiz Guimarães Junior.

ROOSEVELT, Theodore. *Através do sertão do Brasil*, trad. de C. Erichsen, São Paulo: Cia. Editora Nacional 1944, Coleção Brasiliana, 232.

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-expedicao-roosevelt-rondon.jsp

http://www.rondonriodaduvida.com/historia/

https://pt.wikipedia.org/wiki/Expedi%C3%A7%C3%A3o_Cient%C3%ADfica_Rondon-Roosevelt

http://www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/viewFile/3904/3112

http://historiografiamatogrossense.blogspot.com.br/2011/10/conheca-expedicao-roosevelt-rondon.html

Marcha Para o Oeste e a Expedição Roncador-Xingú - Irmãos Villas Boas

BORGES, Durval Rosa Sarmento. Rio Araguaia: corpo e alma. Volume 16 de *Biblioteca "Estudos brasileiros"*. [S.l.]: IBRASA. p. 245. 403 páginas. 1987.

MEIRELES, Silo. *Brasil central*: notas e impressões. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHIAVINI, Fernando. *De longe toda serra é azul:* histórias de um indigenista. Brasília: Edição do autor, 2006.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *O renascer dos povos indígenas para o direito*. Curitiba: Editora Juruá, 1998.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Claudio. *A marcha para o oeste*: a epopeia da Expedição Roncador–Xingu. São Paulo: Globo, 1994.

VILLAS BÔAS, Orlando. *Orlando Villas Bôas*: história e causos. São Paulo: FTD, 2005.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. *Orlando Villas Bôas*: expedições, reflexões e registros. São Paulo: Metalivros, 2006.

Sítios eletrônicos relacionados ao assunto:

http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/53/entrevistados/orlando_villas_boas_1999.htm

www.funai.gov.br;

www.indiosonline.org.br;

www.socioambiental.org;

www.yikatuxingu.org.br;

www.cimi.org.br;

www.fumdham.org.br

www.museudoindio.org.br.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Expedi%C3%A7%C3%A3o_Roncador-Xingu

https://pt.wikipedia.org/wiki/Irm%C3%A3os_Villas-B%C3%B4as

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Destino&pesq=

http://www.projetomemoria.art.br/rondon/marcas-expedicao-roncador.jsp

http://revistaepoca.globo.com/Mente-aberta/noticia/2012/03/villas-boas-os-herois-do-xingu.html

CRÉDITO DAS IMAGENS

Capa da publicação
Detalhes de várias imagens contidas no livro Desbravadores do Brasil
Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges e Casimiro Neto.

Páginas de abertura

Img01-página2e3-MapadaAméricadoSul.Feitoentreosanosde1771e1806,comobservações astronômicas de 1810. https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~306208~90076592:Composite=--Sheets1-4---South-Americ?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:-south%2Bamerica;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=1&trs=3827

Img 02 - Página 4 - Mapa do Império do Brasil apresentando mapa estatístico das vinte províncias e do município neutro, dos municípios e da população brasileira. Apresenta também o mapa do Oceano Atlântico com indicações aproximada dos roteiros das viagens dos descobridores do Brasil. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Apresentações e comentários

Img 01 - Página 06 - Carregamento das mulas da expedição. Expedição Científica do Príncipe Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied (1815-1817). Imagem retirada do livro Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817, publicado em dois volumes, no ano de 1820, em Frankfurt, Alemanha. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f35.image.

Img 02 - Página 08 e 09 - Tropa em deslocamento. Expedição Científica do Príncipe Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied (1815-1817). Retirada do livro Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817, publicado em dois volumes, no ano de 1820, em Frankfurt, Alemanha. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f35.image.

Img 03 - **Fundo das páginas 8 e 9** - Mapa de Minas Gerais, 1865. Mittheilungen.3. Band. Gotha, 1865. Petermann. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Minas_Geraes._Gotha,_1865.jpg

Img 04 - Página 09 - Mascate. Imagem recortada da capa do livro Memórias de um mascate: o soldado errante da civilização, de autoria do escritor Tanus Jorge Bastani. Rio de Janeiro: 1949, Editora F. Briguiet & Cia. Acervo de José Roberto Sfair Macedo. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges e Casimiro Neto.

Img 05 - Página 09 – Ornamentos usados pela tribo dos camacans. Voyage au Brésil, dans lés années 1815, 1816 et 1817. Maximiliano Alexander Phillip, Prinz von Wied-Neuwied. Paris: Chez Arthus Bertrand, Libraire Éditeur, 1821-1822, 3 v., il. e atlas. Zierrathën und Gerätschaften der Camacans (Ornamentos e utensílios Kamakãs). Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.

Img 06 – Página 09 - Nochysia divergens. Ilustração 111. Plantarum Brasiliae icones et descriptiones: Hactenus Ineditae. Iussu et auspiciis Francisci Primi, imperatoris et regis augustissimi. Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834). Missão Artística e Científica Austro-Alemã / Missão Austríaca (1817-1820) - Contributed by Missouri Botanical Garden, Peter H. Raven Library. https://www.biodiversitylibrary.org/item/9623#page/229/mode/1up

Img 06 - Página 10 e 11 - Arara-Coara. Desenhista: F. Papst (Catarata de Araraquara, no Rio Japurá, Amazonas). Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826?. 43 gravuras, 6 mapas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes. Arara-Coara - corredeiras do Amazonas, Japurá. Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Johann Baptist von Spix (1781-1826). Brasil - Obras ilustradas. Litografa em preto e branco de autoria de F. W. Couven. 46x59 cm. Biblioteca Digital Luso-Brasileira: http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/33735.

Img 07 - Página 11 – Carana iba, ilustração da página 130, capítulo XVII, da obra de Willem Pies e George Marcgraf in Historia Naturalis Brasiliae… in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur. Dedicado a Johann Moritz Fürst von Nassau-Siegen. 1648. Lugdun. Batavorum, apud Franciscus Hackium et Amstelodami apud Lud. Elzevirium. Organizado por Joannes de Laet. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Historia_Naturalis_Brasiliae.

Img 08 - Página 11 - Início do decênio de 1960. O mercador José Casimiro da Silva em deslocamento para os sítios e fazendas da região de Gastão Vidigal, Oeste do estado de São Paulo. Detalhe do jacá de taquara que servia para depósito de produtos da cidade e da roça. Devido a raridade de espécies em papel moeda para a compra e venda de mercadorias, o escambo era muito praticado na região. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 09 - Páginas 12 e 13 - Vila de Queluz (Conselheiro Lafaiete/MG). Na imagem, destaca-se a capela de Santo Antonio e a Casa da Câmara e Cadeia / 1842 / Litografia de Heaton & Rensburg. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 10 - Página 13 – Os Lusíadas no sertão (Detalhes de um bandeirante fazendo sua leitura de obras clássicas, de correspondências e notícias do litoral e das terras além-mar). Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto - 1896-1947) in No tempo dos bandeirantes. Desenhos do autor, página 105. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Sumário

Img 01 - Páginas14 e 15 - Vista do rio Vaupés, o qual deságua no rio Negro. Desenho de Joaquim José Codina. Aquarela colorida, 40,0 x 20,0 cm. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira

Entradas e Bandeiras / Contexto Histórico

Img 01 - Página 16 - Mapa: Americae pars meridionalis. Author: Hondius, Hendrik Publisher: Hondius & Jansson Date: 1638 Location: South America. Dimensions: 45 x 53 cm. Scale: [ca. 1:13,800,000] Call Number: G1007 .A75 1638. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Americae_pars_meridionalis (8429936123).jpg.

Img 02 - Página 17 - Encontro de índios com viajantes europeus. Prancha 1 / 3ª Div. 1835. Johann Moritz Rugendas). Imagem retirada da obra Malerisches Reise in Brasilien ou Voyage Pittoresque dans le Brésil (Viagem pitoresca através do Brasil), em edição bilíngue – francês e alemão – (1827-1835). Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 03 - Página 18 - Mapa de Luís Teixeira (c. 1574) com a divisão da América portuguesa em capitanias. A linha de Tordesilhas está deslocada dez graus mais a oeste. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capitanias.jpg

Img 04 - Página 18 - Tropa a caminho da província de São Paulo, 1827. Obra de Jean Baptiste.Debret retirada do livro O Brasil de Debret. Voyage Pittoresque et Historique au Brésil ou Séjour d'um Artiste Français au Brésil (Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil ou Estada de um Artista Francês no Brasil). Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 05 - Página 19 - Rico habitante de São Paulo acompanhando suas mulas com uma carga de açucar, 1825. Aquarela e tinta (caneta), 21.50 x 17.50 cm. Photographic Reproduction: Claus Meyerhttp://enciclopedia.itaucultural.org.br/en/pessoa22167/adrien-taunay. http://www.ras.ru/langsdorff/3575440e-7512-46d6-ad35-d29aad9f778b.aspx?hidetoc=0

Img 06 - Página 19 - O cientista e naturalista Biard posa para uma fotografia. Auguste François Biard (1798-1882). Imagem retirada da obra Deux années au Brésil. Paris : Librairie de L. Hachette et C, 1862. Ilustraçao de Edouard Riou (1833-1900). Gravura em madeira, dimensões da grav.: 11,0 x 9,5 cm em f. 24,0 x 15,0 cm. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3249.

Img 07 - Página 20 - Lavagem do ouro perto da montanha do Itacolomi na província de Minas Gerais - prancha 22 / 3ª Div. 1835. Johann Moritz Rugendas.). Imagem retirada da obra Malerisches Reise in Brasilien ou Voyage Pittoresque dans le Brésil (Viagem pitoresca através do Brasil), em edição bilíngue – francês e alemão – (1827-1835). Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 08 - Página 20 e 21 - Serra de Itambé. Minas Gerais (1823-1831). Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Spix, Johann Baptist von Spix (1781-1826). Brasil - Obras ilustradas. Litografa em preto e branco de autoria de F. W. Couven. 46x59 cm. Biblioteca Digital Luso-Brasileira:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_10.jpg

Entradas

Img 01 - Página 22 -Américo Vespucci.

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/60/Amerigo_Vespucci_2.jpg

Img 02 - Página 22 - Pianta di S. Vincenzo, 1698. Hubert vincent (ca1680-1730) e Andrea Antonio Orazi (ca 1670-1749). Gravado em metal. 38,5x50cm. Esta obra está inserida no livro "Istoria delle guerre del regno del Brasile...". O exemplar 2 faz parte do volume "Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas" Organizados por Diogo Barbosa Machado. https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/43470.

Img 03 - Página 23 - Detalhe de um mapa de Ortelius: Navio Vitória de Magalhães, 1590. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Detail_from_a_map_of_Ortelius_-_Magellan%27s_ship_Victoria.png

Img 04 - Página 24 - Accuratissima Brasiliae Tabula, 1690. Obra de autoria de Johannes Jansson (1588-1664). David Rumsey Historical Map Collection. Amsterdan. Atlas do século XVII produzido por Nicholas Visscher (1649-1702). Com página de título alegórica gravada em folha 51x31 cm, impressa em cores, seguida de uma metade da página de título da tipografia. O livro traz 127 mapas gravados, coloridos à mão em esboço e cheios, com cartouche em título elegante. A Visscher é conhecida pela profundidade de precisão dentro de seus mapas, e por enriquecer ainda mais a beleza dos mapas com pequenos detalhes. Este trabalho é conhecido pela alta qualidade da gravura, ornamentos excepcionalmente finos e informações geográficas precisas. Sua verdadeira inovação reside em sua representação do Novo Mundo, onde foi adicionado pequenas variações para os locais e litorais ainda muito desconhecidos naquela época. XVII.https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/workspace/handleMediaPlayer?lunaMediaId=RUMSEY~8~1~301303~90072252

Img 05 - Página 26 - Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, Brasil, no ano de1500 (1900). Obra de Oscar Pereira da silva, (1865-1939). Óleo sobre canvas. 330 x 190 cm. Acervo do Museu Paulista Universidade de São Paulo. Coleção Fundo Museu Paulista. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oscar_Pereira_da_Silva_-_Desembarque_de_Pedro_%C3%81lvares_Cabral_em_Porto_Seguro,_1500,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg.

Img 06 - Página 26 - Estado do Brasil em 1549. Publicado no ano de 1922. Recenseamento do Brasil. Volume 2. J. M. de Araripe Macedo. BRASIL, Ministério da Agricultura, Industria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Estado_do_Brazil_1549.jpg

Img 07 - Página 27. Chegada ao Novo Mundo do primeiro governador geral do Brasil Tomé de Souza, em 1549. Retirada da obra Historia do Brazil: desde seu descobrimento em 1500 até 1810. Tomo I. Lisboa, 1817. Oficina de J. F. M. de Campos. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 8 - Página 27. Detalhe do livro Istoria delle guerre del regno del Brasile.Composta, Ed Offerta Alla Sagra Reale Maesda Di Pietro Secondo Re Di Portogallo &c. Dal P. F. Gio: Gioseppe di S. Teresa Carmelitano Scalzo. Parte Prima. Anno MDCXCVIII. In Roma, nella Stamperia degl' Eredi del Corbelletti. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 9 - Página 28 - Província de Pernambuco. Imagem retirada da Istoria delle guerre del regno del Brasile.Composta, Ed Offerta Alla Sagra Reale Maesda Di Pietro Secondo Re Di Portogallo &c. Dal P. F. Gio: Gioseppe di S. Teresa Carmelitano Scalzo. Parte Prima. Anno MDCXCVIII. In Roma, nella Stamperia degl' Eredi del Corbelletti. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 10 - Página 28 - Prospecto della fortezza di Rio Grande. Imagem retirada da Istoria delle guerre del regno del Brasile, Ed Offerta Alla Sagra Reale Maesda Di Pietro Secondo Re Di Portogallo &c. Dal P. F. Gio: Gioseppe di S. Teresa Carmelitano Scalzo. Parte Prima. Anno MDCXCVIII. In Roma, nella Stamperia degl' Eredi del Corbelletti. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

IMG 11 - Página 28 - Prospectto della citta Maurizea capitale della provincia di Pernambuco. Imagem retirada da Istoria delle guerre del regno del Brasile. Composta, Ed Offerta Alla Sagra Reale Maesda Di Pietro Secondo Re Di Portogallo &c. Dal P. F. Gio: Gioseppe di S. Teresa Carmelitano Scalzo. Parte Prima. Anno MDCXCVIII. In Roma, nella Stamperia degl' Eredi del Corbelletti. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Tropeiros

Img 01 - Página 30 - Detalhe de deslocamento de tropa. https://getuliodelphimeditorial.wordpress.com/2010/08/08/tropeiros/ https://www.portaldorancho.com.br/portal/tropeirismo-patrimonio-da-humanidade. http://decioadams.netspa.com.br/tag/feira-de-sorocaba/

https://www.google.com.br/search?q=feira-de-sorocaba-tropeiro-getulio-delphim-4&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiNipCTy-vYAhXDiZAKHTjqCRcQ_AUICygC&biw=1536&bih=712#imgrc=7WekYcXl-3d2lM:

Img 02 - Página 30 - Deslocamento de tropa. Imagem retirada da obra Voyage au Brésil, dans les années 1815, 1816 et 1817, par S. A. S. Maximilien, Prince de Wied-Neuwied. Traduit de L' Allemand. Par J. B. Eyriès., 1822. Chez Arthus Bertrand, Libraire Éditeur, Rue Hautefeuille, n. 23. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f31.image

Img 03 - Página 31. Pauvres de Saint-Paul (Tropeiros de São Paulo). Debret indica que estes tropeiros estão numa área de descanso, onde passarão a noite, após verificar a ferradura dos animais. Os cestos de palha verde carregam fumo em corda; o saco de couro é usado para levar grãos, queijos, etc. Viagem pitoresca e historica ao Brasil: aquarelas e desenhos que não foram reproduzidos na edição de Firmin Didot, 1834. Paris: R[aymundo] de Castro Maya, editor, 1954 [i.e. 1953-1955]. 23 p.; 100 pranchas coloridas [140 gravuras], com 1 planta. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1152&Pesq=Viajantes.

Img 04 - Página 32 - Rancho de tropeiros. Obra de autoria de Charles Landseer (1799-1879). Óleo sobre madeira - http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21025/charles-landseer

Img 05 - Página 32 - Rotas Tropeiras. Os tropeiros e o povoamento do Brasil. http://www.jacareitempoememoria.com.br/2013/11/os-tropeiros-e--opovoamento-do-brasil-da.html. https://i.ytimg.com/vi/Fd6X-WYEZuw/maxresdefault.jpg

Img 06 - Página 32 - Tropeiros no Rio de Janeiro. Gravura em água-tinta, 1822. Henry Chamberlain (1796-1844) - Coleção Particular CPSN. http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23319/henry

Img 07 - Página 33 - Rota tropeira.; https://www.youtube.com/watch?v=Fd6X-WYEZuwhttps://www.google.com.br/search?q=tropeiros&tbm=isch&tbs=rimg:Cc3cJsDguzaXIjg0DypWcW2HOLTKnFIXd3U0xqDXtGUxckctL-JIQ55Tmiw5hJYirFQ9KLii_1zAU-By6ithNTjDoDEioSCTQPKlZxbYc4EVp-QJEfGGChIKhIJtMqcUhd3dTQRMOpLdhv8ev8qEgnGoNe0ZTFyRxEXB-c_10FfaV_1SoSCS0skhDnIOaLEQ3xKlkNjtL6KhIJDmEliKsVD0oRruR-vngneehoqEgkuKL_1MBT4HLhH0GVSjOuvoAyoSCaK2E1OMOgMSEag-v6L-OTeMz&tbo=u&sa=X&ved=0ahUKEwixxKfw1-vYAhWDlJAKHdvhBX-8Q9C8IHw&biw=1536&bih=712&dpr=1.25#imgrc=zdwmwOC7Npc8MM:

Img 08 - Página 33 - Rota tropeira. https://www.pinterest.co.uk/pin/553309504209682520/

http://www.editoradobrasil.com.br/jimboe/galeria/imagens/index.aspx?-d=historia&a=4&u=4&t=mapa.

Img 09 - Página 33 - Descanso de tropeiros (ca1820-1825). Obra de autoria de Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendas_-_Repos_d%27une_Caravanne.jpg?uselang=pt

Img 10 - Página 34 - Detalhe de deslocamento de tropa.

https://getuliodelphimeditorial.wordpress.com/2010/08/08/tropeiros/ https://www.portaldorancho.com.br/portal/tropeirismo-patrimonio-da-humanidade. http://decioadams.netspa.com.br/tag/feira-de-sorocaba/

https://www.google.com.br/search?q=feira-de-sorocaba-tropeiro-getulio-delphim-4&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiNipCTy-vYAhXDiZAKHTjqCRcQ_AUICygC&biw=1536&bih=712#imgrc=7WekYcXl-3d2lMImg 11

Img 11 - Página 34. Tropeiros na Feira de Sorocaba/SP.

https://getuliodelphimeditorial.wordpress.com/2010/08/08/tropeiros/ https://www.portaldorancho.com.br/portal/tropeirismo-patrimonio-da-humanidade. http://decioadams.netspa.com.br/tag/feira-de-sorocaba/ https://getuliodelphimeditorial.files.wordpress.com/2010/08/2-feira-de-sorocaba-tropeiro.jpg

https://www.google.com.br/search?q=feira-de-sorocaba-tropeiro-getulio-delphim-4&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiNipCTy-vYAhXDiZAKHTjqCRcQ_AUICygC&biw=1536&bih=712&imgrc=7WekYcXl-3d2lM

Img 12 - Página 35 - Berrante tropeiro. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto, https://www.selariacavaloecia.com.br/berrante-profissional-5-crifres

Img 13 - Página 36 - Descanso dos tropeiros na floresta. Voyage au Brésil, dans les années 1815, 1816 et 1817, par S. A. S. Maximilien, Prince de Wied-Neuwied. Traduit de L' Allemand. Par J. B. Eyriès., 1822. Chez Arthus Bertrand, Libraire Éditeur, Rue Hautefeuille, n. 23 http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30.image

Img 14 - Página 36 - Rancho - Pouso de tropas. Thomas Ender. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://chc.org.br/aquarelas-do-brasil/

Img 15 - Página 38. Detalhe do Caminho pela Serra dos Órgãos (1834). Johann Jacob Steinmann. Água-tinta colorida à mão. 22x30cm Souvenirs de Rio de Janeiro. Gravador Friedrich Salathé.

Img 16 - Página 39 - Tropeiro numa barraca de comerciantes negros livres no Rio de Janeiro (1821). Aquarela.Obra aAtribuída a Henry Chamberlain. Acervo da Coleção Brasiliana da Pinacoteca do Estado de São Paulo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Henry_Chamberlain_-_Barraca_de_negra_livre_no_Rio_de_Janeiro.JPG

Img 17 - Página 39. Deslocamento de tropeiros. Obra de Joaquim Cândido Guillhobel. Aquarela. Acervo Particular (CPSN). http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra65353/tres-bestas-um-molecote-e-tropeiro-montado-num-dos-animais

Img 18 - Páinga 39 - Tropeiro e animais no distrito da Chapada dos Guimarães, no Mato-Grosso.Aimé-Adrien Taunay Aquarela e tinta. 31,6 x 41,7 cm, 30 de junho de 1827. http://www.ras.ru/langsdorff/b6997800-d878-4042-802a-48c6156e9d0b.aspx?hidetoc=0#

Img 19 - Página 40 - O tropeiro com sua bruaca de couro amarrada em uma mula. Acervo digital e fotográfico Particular (CPSN). https://liboriocosta.blogspot.com.br/2012/04/

Img 20 - Página 40 - O tropeiro Antonio Francisco dos Santos (Toronha), da cidade de Turiúba/SP, no início dos anos de 1980, preparado para o desfile das comemorações de aniversário do município paulista. Uma mula está carregada com a bruaca e todos os acessórios usados pelos tropeiros durante os deslocamentos pelos sertões dos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 21 - Página 40 - Tropeiros reunidos na rua principal da cidade de Turiúba, no início dos anos de 1980, para o desfile das comemorações do aniversário do município paulista. Destaca-se na foto - sem autoria, da esquerda para a direita, os tropeiros Gervázio Moura Vasconcelos (Gervazinho) e Antônio Francisco dos Santos (Toronha). Logo atrás, o tropeiro Sebastião Divino de Souza (Tião Fubá) com o tradicional berrante da comitiva. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 22 - Página 41 - Travessia de rio a caminho de Curitiba.Obra de Jean Baptiste Debret. 1827. Retirada do livro de Jean-Baptiste Debret Voyage Pittoresque et Historique au Brésil ou Séjour d'um Artiste Français au Brésil (Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil ou Estada de um Artista Francês no Brasil). Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 23 - Página 41 - Travessia de tropas pelo rio Paraíba do Sul (ca1820-1825). Obra de Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Imagem localizada no Malerisches Reise in Brasilien ou Voyage Pittoresque dans le Brésil (Viagem pitoresca através do Brasil), em edição bilíngue – francês e alemão – (1827-1835). Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Mascates, Mercadores e Caixeiros-Viajantes -

Img 01 - Página 42. Mercado na praia dos mineiros. Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Retirada da obra Malerisches Reise in Brasilien ou Voyage Pittoresque dans le Brésil (Viagem pitoresca através do Brasil), em edição bilíngue – francês e alemão – (1827-1835). Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 02 - Página 44. Carregamento das mulas para a viagem para a Expedição Científica do Príncipe Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied (1815-1817). Imagem localizada na obra Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817, publicado em dois volumes, no ano de 1820, em Frankfurt, Alemanha. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f35.image.

Img 03 - Página 44 - Regatão no rio Amazonas e outros rios da região. Desenhos de Percy Lau. http://desenhospretoebranco.blogspot.com.br/2011/03/42-desenhos-dayana-henriques-fonseca-41.html

Img 04 - Página 45 - Lavagem do minério do ouro junto à montanha do Itacolumi. Imagem localizada na obra História da América Portuguesa: desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Oferecida à Magestade Augusta Del-Rei D. João V,

Nosso Senhor. Segunda Edição. Lisboa. Editor Francisco Arthur da Silva. MDCCCXXX.

Img 05 - Página 45 - Vila de Serpa, na região amazônica, Obra do viajante François-Auguste Biard (1799-1882). Deux années au Brésil (1862), um relato ilustrado do período em que Biard viajou pelo Brasil, entre 1858 e 1860. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 06 - Página 46 - Mercado da rua Direita no Rio de Janeiro. Obra de autoria de Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Retirada do livro Malerisches Reise in Brasilien ou Voyage Pittoresque dans le Brésil (Viagem pitoresca através do Brasil), em edição bilíngue – francês e alemão – (1827-1835). Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 07 - Página 46 - Regatão no rio Amazonas. Obra de Oskar Canstatt (1842-1912). Página 159. Retirada do livro Brasilien : Land und Leute - Brasil: a terra e a gente, 1877. Editora E.S. Mittler und Sohn. Berlim, Alemanha. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 08 - Página 47 - Comércio dos fenícios na arte egípcia.

https://istoe.com.br/1877_A+HERANCA+GENETICA+DOS+FENICIOS/

Img 09 - Página 48 - Família libanesa no Brasil. Imagem do acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_008_001_038_001.jpg

Img 10 - Página 48 - Livro Memórias de um Mascate: o soldado errante da civilização, de Tanus Jorge Bastani. Rio de Janeiro: F Briguiet & Comp. Distribuidores, Rio de Janeiro: 1949. Acervo José Roberto Sfair Macedo.

Img 11 - Página 48 - Livro O Líbano e os Libaneses no Brasil in Tanus Jorge Bastani. Rio de Janeiro: Est. de Artes Graf. C: Mendes Júnior, 1945. Acervo José Roberto Sfair Macedo.

Img 12 - Página 48 - Praça do Comércio -Rua Direita, 1856. Pieter Godfred Bertichem (1796-ca.1866). Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg. O Rio de Janeiro e seus arrebaldes. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1976. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 13 - Página 49 - Vendedores no Largo da Glória, 1821. Obra de Henry Chamberlain (1796-1844). Aquarela de 19.9 × 27.6 cm, Rio de Janeiro. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23319/henry. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Henry_Chamberlain_-_Largo_da_Gl%C3%B3ria.JPG?uselang=pt

Img 14 - Página 49 - Um mascate e seu escravo, 1822.Obra de Henry Chamberlain (1796-1844). Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23319/henry - https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Um_mascate_e_seu_escravo,_1822.jpg?uselang=pt

Img 15 - Página 50 - Mercado Ver o Peso em Belém do Pará - Primeira década do século XX. O Comércio e suas profissões: Imagens Brasil 1500/1946. Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional. Rio de Janeiro, 1983. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 16 - Página 50 - Uma barraca de mercardo, 1821.Obra de Henry Chamberlain (1796-1844). Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23319/henry - https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Um_mascate_e_seu_escravo,_1822.jpg?uselang=pt

Img 17- Página 50 - Mercado da cidade do Rio de Janeiro visto do mar. Fotografia de Marc Ferrez. Última década do século XIX. O Comércio e suas profissões : Imagens Brasil 1500/1946. Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional. Rio de Janeiro, 1983. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 18 - Página 50 - Vendedor de Guarda-Chuvas. O Comércio e suas profissões : Imagens Brasil 1500/1946. Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional. Rio de Janeiro, 1983. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 19 - Página 50 - Vendedor de mocotó e sua corneta de chifre. Última década do século XIX. O Comércio e suas profissões : Imagens Brasil 1500/1946. Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional. Rio de Janeiro, 1983. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 20 - Página 50 - Doceiro de caixa. O Comércio e suas profissões : Imagens Brasil 1500/1946. Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional. Rio de Janeiro, 1983. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 21 - Página 50 - Vendedora de miudezas. O Comércio e suas profissões : Imagens Brasil 1500/1946. Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional. Rio de Janeiro, 1983. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 22 - Página 51 - Propaganda da Casa Albano, 1912. Memória do comércio Cearense. Cláudia Sousa Leitão. Rio de Janeiro, Editora Senac Nacional, 2001. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 23 - Página 51 - Propaganda da Casa Ribeiro, 1912. Memória do comércio Cearense. Cláudia Sousa Leitão. Rio de Janeiro, Editora Senac Nacional, 2001. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 24 - Página 52 - Anúncio da empresa Kalil Otoch no Álbum de Fortaleza publicado em 1931. Loja Esplanada e José Abraão Otch. Memória do comércio Cearense. Cláudia Sousa Leitão. Rio de Janeiro, Editora Senac Nacional, 2001. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 25 - Página 52 - Trabalhadoras em uma fábrica. Revista Nosso Século - 1910-1930 pg 136. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 26 - Página 53 - Anúncio da Casa Libanesa Anis Chehab & Cia no Álbum de Fortaleza publicado em 1931. Memória do comércio Cearense. Cláudia Sousa Leitão. Rio de Janeiro, Editora Senac Nacional, 2001. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 27 - Página 52 - Anúncio da Casa Salim. Casa comercial com esse mesmo nome presente em muitas cidades do Brasil. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 28 - Página 54 - Várias imagens de trabalhadores publicadas na revista Nosso Século, da Abril Cultural e no livro O Comércio e suas profissões : Imagens Brasil 1500/1946. Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional. Rio de Janeiro, 1983. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 29 - Página 54 - Homenagem do SENAC ao pioneiro do comércio no Brasil - O Mascate. Bronze, SENAC/RJ - Centro Politécnico, Riachuelo, Rio de Janeiro. Reprodução do original de Honório Peçanha (1964). Fotografia de Carlos Luis M C da Cruz https://commons.wikimedia.org/wiki/File:O_mascate.jpg

Img 30 - Página 55 - Propaganda da loja Estrela do Oriente, 1912. Memória do comércio Cearense. Cláudia Sousa Leitão. Rio de Janeiro, Editora Senac Nacional, 2001. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 31 - Página 55 - Propaganda da Fábrica Modelo - Ceará e Fortaleza, 1912. Memória do comércio Cearense. Cláudia Sousa Leitão. Rio de Janeiro, Editora Senac Nacional, 2001. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges e Casimiro Neto.

Img 32 e 33 - Páginas 56 e 57 - Detalhes do comércio da rua 25 de Março, São Paulo, Capital. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges e Casimiro Neto.

Bandeiras

Img 01 - Página 58 - Mapa do Brasil com a rota das principais bandeiras (séculos XVII e XVIII). Arte e criação Ely Borges. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 02 - Página 60 - Combate aos Botocudos em Mogi das Cruzes. Oscar Pereira da Silva (1865-1939). Óleo sobre tela. 100 x 150 cm. Acervo do Museu Paulista Universidade de São Paulo. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 03 - Página 60 - Combate na selva, Prancha 7 / 3ª Div. 1835. Johann Moritz Rugendas. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 04 - Página 61 - A caça. Expedição Científica do Príncipe Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied (1815-1817). Imagem retirada do livro Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817, publicado em dois volumes, no ano de 1820, em Frankfurt, Alemanha. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f35.image. http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19752

Img 05 - Página 61 - Detalhes de uma bandeira em deslocamento e acampamento. Renato Guedes in Mundo Estranho. https://mundoestranho.abril.com.br/historia/como-era-uma-expedicao-dos-bandeirantes/ https://noseahistoria.wordpress.com/os-alunos-e-a-historia-2/os-bandeirantes/

Img 06 - Página 62 - Porto de São Vicente. Voyages and Travels into Brasil and the East-Indies. John Jacob Nieuhoff (1618-1672). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 07 - Página 63 – As cruzes simbólicas (bandeirante durante o sepultamento e oração pelos mortos da expedição bandeirista). Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto - 1896-1947) in No tempo dos bandeirantes. Desenhos do autor, página 185. São Paulo : Departamento de Cultura, 1939. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

As Principais Bandeiras

Img 01 - Página 64 - Folha de rosto do livro Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas : com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da ao reino de Portugal com estes, e outros gêneros e contratos reais. André João Antonil (1650-1721). Oferecida aos que desejam ver glorificado nos altares ao venerável padre José de Anchieta. Impresso em Lisboa no ano de 1711. https://archive.org/details/culturaeopulenci00anto http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222266

Img 02 - Página 65 - Desenho, croquis e resumo da vida do bandeirante Afonso Sardinha, o velho.

http://3.bp.blogspot.com/-tE8T4I_AoGM/VWdFncK2GoI/AAAAAAAAAF8/5_AKauhJUzw/s1600/AS.jpg

Img 03 - Página 65 – Bandeirante com gualteira de couro de anta, gibão de armas, rodela, espada, arcabuz e forquilha. Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto - 1896-1947) in No tempo dos bandeirantes. Desenhos do autor, página 175. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 04 - Página 67 - Carta Corográfica da capitania de São Paulo, 1766. Acervo Waldir Rueda. https://mescla.com/formacao=-do-territorio/#&gid-1&pid=1

Img 05 - Página 68 - Bandeirante Aleixo Garcia. Desenho. Acervo digital e fotográfico particular (CPSN)https://stravaganzastravaganza.blogspot.com.br/2011/11/aleixo-garcia-e-os-incas.html

Img 06 - Página 68 - Marcos das rota do Pampas para Arequipa (Landmarks of the route across the Pampas to Arequipa). Illustration for Travels in South America por Paul Marcoy (Blackie, 1875). https://www.lookandlearn.com/history-images/M174249/Landmarks-of-the-route-across-the-Pampas-to-Arequipa?img=7&search=pampas&bool=phrase. https://www.flickr.com/photos/135039079@N07/20788933040/

Img 07 - Página 68 - Traçado do caminho de Peaberu. http://filosofiaimortal.blogspot.com.br/2016/09/o-caminho-do-peabiru-estrada-inca-que.html.

Img 08 - Página 69 - Representação do bandeirante A**mador Bueno.** Retrato realizado pelo artista Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto - 1896-1947), publicado com o texto na obra do IHGSP. http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0355d.htm

Img 09 - Página 69 - Aclamação de Amador Bueno e sua renúncia de ser rei. Obra de Oscar Pereira da Silva (1865-1939). Óleo sobre tela, 1931. 170 x 225 cm. Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. Versão da pintura, no tamanho 65 x 87 cm, está depositada no Museu de Arte de São Paulo.

Img 10 - Página 70 - Mapa de D. Luis de Céspedes Xeria - Este governador espanhol do Paraguai viajou por terra de São Paulo a Assunção e traçou o primeiro mapa da região. O original se encontra no Arquivo de Índias, em Sevilha. Atlas histórico escolar por Manoel Maurício de Albuquerque, Arthur Cézar Reis e Carlos Delgado de Carvalho. Rio de Janeiro: FENAME, 1977. 160 p. ilust. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 11 - Página 72 - Representação do bandeirante Capitão Dias Adorno. Óleo sobre tela, 154,7 x 240 cm. Antonio Diogo da Silva Parreiras (1860-1937). Acervo do Museu Antônio Parreiras de Niterói, Rio de Janeiro.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ant%C3%B4nio_Parreiras_-_Capit%C3%A3o_Dias_Adorno.jpg

Img 12 - Página 74 - Frontispício da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, Ouro Preto, MG. Acervo digital e fotográfico do Sesc DF. Fotógrafo Armando Salmito, julho de 2015.

Img 13 - Página 75 - Representação do bandeirante Antonio Raposo Tavares. HOLANDA, Sergio Buarque de; CIVITA, Victor (Organizadores). Grandes Personagens da Nossa História. Coleção enciclopédica sobre a história do Brasil composta por 4 volumes. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1972. Imagem da página 157. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 14 - Página 75 - A partida dos bandeirantes. De Clóvis Graciano. Salão Nobre da CMSP. Acervo Câmara Municipal de São Paulo. http://www.camara.sp.gov.br/memoria/especial/a-partida-dos-bandeirantes/

Img 15 - Página 76 – O roteiro das expedições do bandeirante Antonio Raposo Tavares. HOLANDA, Sergio Buarque de; CIVITA, Victor (Organizadores). Grandes Personagens da Nossa História. Coleção enciclopédica sobre a história do Brasil composta por 4 volumes. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1972. Imagem da página 159. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 16 - Página 78 - Combate aos Botocudos em Mogi das Cruzes. Oscar Pereira da Silva (1865-1939). Óleo sobre tela. 100 x 150 cm. Acervo do Museu Paulista Universidade de São Paulo. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 17 - Página 78 - Barras de ouro da província de Minas Gerais. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 18 - Página 81 - A região de Minas Gerais no início do século XVIII. BETHELL, Leslie (org). História da América Latina, vol. 2. São Paulo: Edusp, 1999, p. 474. http://www.klepsidra.net/klepsidra22/minas-sec18.htm

Img 19 - Página 82 - Fundação de Sorocaba, 1950. Óleo sobre tela de Ettore Marangoni (1907-1992). http://prof-tathy.blogspot.com.br/2012/09/bandeirantes.htmlhttp://www.ettoremarangoni.com.br/

Img 20 - Página 82 - Medalhão de bronze instalado na fachada da base da estátua do fundador de Sorocaba, o bandeirante Baltasar Fernandes. A base do monumento possui outras sete peças de bronze que retratam passagens históricas da fundação de Sorocaba. https://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/614449/medalhao-furtado-da-estatua-de-baltasar-sera-reinstalado.

Img 21 - Página 83 - Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (pai). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 22 - Página 84 - Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (filho). Obra de Calmon Barreto (1909-1994). Acervo do Museu Calmon Barreto - Araxá/MG. http://museu-calmonbarreto.blogspot.com.br/ https://pt.foursquare.com/v/museu-calmon-barreto/4ed013c19a52262b826043ac?openPhotoId=52d4203411d2d8cd5065002f.

Img 23 - Página 86 - Detalhe do quadro onde se destaca os bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (pai) e Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (filho). Obra de Calmon Barreto (1909-1994). Acervo do Museu Calmon Barreto - Araxá/MG. http://museucalmonbarreto.blogspot.com.br/. https://pt.foursquare.com/v/museu-calmon-barreto/4ed013c19a52262b826043ac?openPhotoId=52d4203411d2d8cd5065002f.

Img 24 - Página 87 - Cruz do Anhanguera. Centro Histórico da Cidade de Goiás/Go. http://historiacomgosto.blogspot.com.br/2017/05/historia-da-cidade-de-goias.html

Img 25 - Página 88 - Bandeirante Brás Cubas, 1903. Obra de Benedito Calixto. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:BeneditoCalixto-BrasCubas.jpg

Img 26 - Página 89 - Bandeirante Carlos Pedroso da Silveira. http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixt78b.htm

Img 27 - Página 91 – Bandeirantes, 1957. Aldo Daniele Locatelli (1915-1962). Encomendado para a sede do Banco Auxiliar de São Paulo. Templo Cultural Delfos. http://www.elfikurten.com.br/2014/12/centenarios-2015-personagens-e-obras.html. http://4.bp.blogspot.com/-7Gpor0PDlmc/VJh4NN5L4jI/AAAAAAAAQ2o/_Z2_kwJgCNU/s1600/Locatelli%2BBandeirantes%2B-%2Bpainel%2B(1957)%2C%2Bpara%2Ba%2Bsede%2Bdo%2BBanco%2BAuxiliar%2Bde%2BS%C3%A3o%2BPaulo%2B(CICA).jpg

Img 28 - Página 92 - Bandeirante Fernão Dias Paes. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 29 - Página 93 - Turmalinas. http://feninjer.com.br/fernao-dias-paes-lemes-e-suas-falsas-esmeraldas/ Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 30 - Página 94 - A morte do bandeirante Fernão Dias Paes. Antônio Parreiras. Óleo sobre tela, 1920. 110,9 x 144,2 cm. Pinacoteca do Estado de São Paulo. BARROS, Stella Teixeira de. Pinacoteca Municipal. São Paulo: Banco Safra, 2005. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ant%C3%B4nio_Parreiras_-_Morte_de_Fern%C3%A3o_Dias_Paes_Leme.JPG

Img 31 - Página 94 - Bandeirante Francisco de Brito Peixoto. Acervo digital e fotográfico particular (CPSN). https://gw.geneanet.org/jlamas?lang=es&p=capitan+francisco&n=de+brito+peixoto

Img 32 - Página 96 - Trecho do Litoral de Santa Catarina em 1640. Mapa extraído das Cartas de João Teixeira Albernaz, de 1640: Descrição de Todo o Marítimo da Terra de Santa Cruz Chamado Vulgarmente de Brasil. Inclui parte da costa do Rio Grande do Sul e a maior parte do litoral de Santa Catarina. http://www.santa-catarina.co/historia/mapa-antigo.htm

Img 33 - Página 97 - Vila de Nossa Senhora do Desterro. Em 1823, já conhecida como Desterro, foi elevada à categoria de cidade e tornou-se Capital da Província de Santa Catarina. http://nossahercilioluz.com.br/de-desterro-a-florianopolis-como-tudo-comecou

Img 34 - Página 99 - Fundação de Curitiba Obra de do Pintor Paranaense Theodoro de Bona. Acervo da Pinacoteca do Colégio Estadual do Paraná. Nos detalhes da obra podemos ver um dos Portugueses com a Santa Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (Conforme lenda sobre a fundação de Curitiba). http://culturadematinhos.blogspot.com.br/2011/07/quem-foi-gabriel-de-lara.html. http://patrimoniohistoricoescolar.blogspot.com.br/2014/08/.

Img 35 - Página 99 - Detalhes da obra Combate aos Botocudos em Mogi das Cruzes. Oscar Pereira da Silva (1865-1939). Óleo sobre tela. 100 x 150 cm. Acervo do Museu Paulista Universidade de São Paulo. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 36 - Página 101 - Bandeirante Capitão João Leite da Silva Ortiz, o primeiro que se fixou, no ano de 1701, nas terras que hoje constituem o município de Belo Horizonte, antigo Curral Del Rei. Reprodução fotográfica do desenho em 39 x 49 cm. Acima da imagem está escrito Depino M. Filho - 1947.

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31318

Imag 37 - Página 100 e 101 - Detalhes das serra do Curral. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 38 - Página 102 - Estrada Geral do Sertão - de Salvador/BA a Vila Bela/MT. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 39 - Página 105 - Dois Bandeirantes. Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto - 1896-1947) in No tempo dos bandeirantes. Desenhos do autor, página 129. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 40 - Página 106 - Detalhe do monumento em homenagem ao bandeirante Borba Gato localizado na Avenida Santo Amaro, do bairro Santo Amaro/SP. Obra do artista Júlio Guerra inaugurada em 1962. 10 metros de altura e 20 toneladas. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 41 - Página 108 - Detalhe do mapa geográfico da capitania do Mato Grosso. Notas importantes, no lado direito do mapa, fornecem informações sobre dois tratados entre os dois reinos: o Tratado de Madri (1750) e o Primeiro Tratado de Santo Ildefonso (1777), ambos os quais definiram a extensão dos respectivos territórios da Espanha e de Portugal na América do Sul. Acervo da Biblioteca Digital Mundial. https://www.wdl.org/pt/item/910/

Img 42 - Página 109 - Bandeirante Manoel Preto. Estátua de autoria de Adrien Henri Vital van Emelen. Acervo do Museu Paulista Universidade de São Paulo. http://www.belgianclub.com.br/pt-br/heritage/museu-paulista-s%C3%A3o-paulo-est%C3%A1tua-do-bandeirante-manuel-preto

Img 43 - Página 111 - Vista do frontispício da Capela do Padre Faria, Ouro Preto, MG (cruz pontifical, frontispício da capela e torre do campanário). Acervo digital e fotográfico do Sesc-DF. Fotografia: Armando Salmito. Julho 2015.

Img 44 - Página 113 - História do Mato Grosso. Autor não identificado. http://www.mt.gov.br/historia.

Img 45 - Página 115 - Serra de Itambé. Minas Gerais (1823-1831). Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Spix, Johann Baptist von Spix (1781-1826). Brasil - Obras ilustradas. Litografa em preto e branco de autoria de F. W. Couven. 46x59 cm. Biblioteca Digital Luso-Brasileira: http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/17/discover

Img 46 - Página 116. Deslocamento de uma bandeira pelos sertões do Brasil. Imagem da página 73 do livro Colecao história: Sociedade & cidadania. 8º ano, 7ª série. Alfredo Boulos Júnior. Ilustradores Mozart Couto e Rigo do Rosário Jr. São Paulo: FTD, 2004. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 47 - Página 119 - Vista da serra e cidade de São João Del Rei. Notices of Brazil in 1828 and 1829. By the Rev. R. Walsh, LL. D. M.R.I.A. Author of “A Journey from Constantinople”. In two volumes. Vol. II. London : Frederick Westley and A. H. Davis. Stationers’ Hall Court, 1830, p. 132-A. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Bandeirantes em São Paulo - Contexto Histórico

Img 01 - Página 120 - Detalhes do mapa L’Amérique Meridionale, do editor polonês Chez Pierre Vander A.A. (1659-1733). Editor muito conhecido no século XVII e XVIII por editar mapas e atlas. Nesse mapa vemos as capitanias, as principais cidades localizadas no litoral e algumas nações indígenas no Brasil do século XVII. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 02 - Página 120 - Os bandeirantes - Henrique Bernardelli (1857-1936). Óleo sobre tela, 1889. 400 x 290 cm. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Henrique_Bernardelli_-_Os_Bandeirantes,_1889.jpg

Img 03 e 04 - Página 121 – Escudo feiltos com arco de metal e couro de anta para proteção contra flechas e outros objetos lançados pelos indígenas. Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto - 1896-1947) in No tempo dos bandeirantes. Desenhos do autor, página 176. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 05 - Página 121 – Gibão de armas. Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto - 1896-1947) in No tempo dos bandeirantes. Desenhos do autor, página 170. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 06 - Página 121 - Ilustração representando diferentes vestimentas utilizadas pelos bandeirantes.

http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/03/os-bandeirantes.html

Img 07 - Página 122 - Detalhes da obra Périplo máximo do bandeirante Antonio Raposo Tavares. Teodoro José da Silva Braga (1872-1953). http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/band_apres.html#imagem-5-14-amp.html

Img 08 -Página 122 – Arca seiscentista, com ferragens e gavetas (Baú da época bandeirante). Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto - 1896-1947) in No tempo dos bandeirantes. Desenhos do autor, página 39. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 09 - Página 122 - Detalhes de uma bandeira em deslocamento e acampamento. Renato Guedes in Mundo Estranho. https://mundoestranho.abril.com.br/historia/como-era-uma-expedicao-dos-bandeirantes/ https://noseahistoria.wordpress.com/os-alunos-e-a-historia-2/os-bandeirantes/

Img 10 - Página 123 - O ciclo da caça ao índio - Henrique Bernardelli (1857-1936). Óleo sobre tela, 1923. 231 x 158 cm. Acervo do Museu Paulista Universidade de São Paulo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Henrique_Bernardelli_-_O_ciclo_de_ca%C3%A7a_ao_%C3%ADndio.jpg

Img 11 - Página 123 – Pichel para vinho. Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto - 1896-1947) in No tempo dos bandeirantes. Desenhos do autor, página 29. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 12 - Página 124 – O filho do bandeirante. Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto - 1896-1947) in No tempo dos bandeirantes. Desenhos do autor, página 191. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 13 - Página 125 - Queda do Paraná, chamado de Salto do Urubupungá,

duas léguas acima da foz do Tietê. No primeiro plano um grupo de pessoas. Aguarela preta. 60,9 x 44,2 cm. Agosto 1826. http://www.ras.ru/langsdorff/ddb8072b-4aa8-45fe-9b11-e70aa760e5d9.aspx?hidetoc=0#

Img 14 - Página 126 - Detalhes do mapa L'Amérique Meridionale, do editor polonês Chez Pierre Vander A.A. (1659-1733), muito conhecido no século XVII e XVIII por editar mapas e atlas. Nesse mapa vemos as capitanias, as principais cidades localizadas no litoral e algumas nações indígenas no Brasil do século XVII. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 15 - Página 126 - Carta geográfica da capitania de Minas Gerais, 1804. Luis Caetano de Miranda. Acervo da Biblioteca do Exército Brasileiro, 5ª. Sessão, Rio de Janeiro.Os diversos caminhos interligando várias localidades da Comarca de Villa Rica, Comarca do Rio das Mortes com a Comarca de Sabará, onde se localizava a passagem do Piraquara, comprovando a existência de várias picadas de Goiás. http://retratosdefamiliabh.blogspot.com.br/2013/05/a-picada-de-goias.html

Img 16 - Página 128 - Catas Altas, província de Minas Gerais (1827-1835). Prancha 24 / 1ª Div. Johann Moritz Rugendas. Litografia sobre papel. 35 x 53 cm. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 17 - Página 129 - Arraial de Bom Jesus de Matosinhos, atualmente bairro de Matosinhos, em São João del Rei, Minas Gerais. Johann Moritz Rugendas. Litografia sobre papel. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 18 - Página 130 - Planta da imperial cidade de São Paulo (1810-1841). Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa. Cópia depositada no Museu Paulista Universidade de São Paulo. 43,4 x 54,2 cm. Nanquim sobre papel vegetal. Original pertence à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1841a.htm

Img 19 - Página 130 - Palácio do Governo em São Paulo, 1827. Jean Baptiste Debret. Aquarela sobre papel. 11 x 21 cm. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 20 - Página 131 - Planta da cidade de São Paulo, 1810. Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa. 59,5 x 64,5 cm. Nanquim e aquarela sobre papel. Original pertecente ao Museu Paulista Universidade de São Paulo. http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1810.htm

Img 21 - Página 131 - Entrada de São Paulo, 1827. Jean Baptiste Debret. Aquarela sobre papel. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 22 - Página 132 - Várias imagens representando a história das casas bandeiristas no estado de São Paulo. Acervo digital e fotográfico particular (CPSN). Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens de 23 a 26 - página 135 - - Casa do Sítio da Ressaca, Município de São Paulo/SP. Casa antiga. Detalhes internos e externos da casa restaurada e planta. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 27 a 31 - páginas 136 e 137 - Casa do Sítio do Tatuapé, Município de São Paulo/SP. Casa antiga e detalhes internos e externos da casa restaurada. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 31 a 36 - páginas 138 e 139 - Casa do Bandeirante / Casa do Butantã, Município de São Paulo/SP. Detalhes da casa antiga e da casa restaurada, área externa e planta. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagem 37 - página 140 - Casa do Caxingui / Casa do Sertanista, Município de São Paulo/SP. Detalhes da casa restaurada. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 38 e 39 - páginas 141 e 142 - Casa do Sítio Morrinhos, Município de São Paulo/SP. Detalhes da casa restaurada e do croquis localizando algumas casas bandeiristas. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 40 a 43 - páginas 143 e 144 - Casa do Itaim, Município de São Paulo/SP. Detalhes da casa restaurada -. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagem 44 - página 144 - Casa restaurada - Casa do Capão / Casa do Regente Feijó, Município de São Paulo/SP. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 45 e 46 - páginas 145 e 146 - capela - Casa do Sítio Santo Antônio, Município de São Roque/SP. Detalhes da casa restaurada e detalhes da porta e alpendre. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 47 e 48 - página 147 - Casa de Mauá, Município de Mauá/SP. Detalhes da casa restaurada. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 49 e 50 - página 148 - Casa do Sítio do Padre Inácio, Município de Cotia/SP. Detalhes da casa restaurada e do alpendre. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 51 e 52 - página 149 - Casa do Sítio do Mandu, Município de Cotia/SP. Detalhes da planta e da casa restaurada. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 53 a 55 - páginas 150 e 151 - Casa do Quinzinho, Município de Sorocaba/SP. Detalhes da casa restaurada, do alpendre e da Planta - Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/. http://cultura.sorocaba.sp.gov.br/mhs/contato/

Imagens 56 e 57 - página 152 - Casa da Fazenda Capoava, Município de Itu/SP. Detalhes da casa e da capela restauradas. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 58 a 60 - página 153 - Casa do Pau d'Alho, Município de Itu/SP. Detalhes da casa antiga e da casa restaurada. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Imagens 61 a 64 - página 154 - Casa da Chácara do Rosário, Município de Itu/SP. Detalhes da casa restaurada. Pintura 1 - Salto de Itu, 1886. Almeida Jr. Óleo sobre tela. 1,35 x 1,99 cm. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Pintura 2 - Salto de Itu no Tietê, 1845. Miguel Dutra. Aquarela sobre papel 16, 7 x 20,8 cm. Fonte: http://goo.gl/feRWg1. Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/brasil-sao-paulo-itu-rosario/

Imagens 65 e 66 - página 155 - Casa de Parnaíba/Museu do Anhanguera, Município de Santana de Parnaíba/SP. Detalhes da janela e da casa restaurada - Fotografia: Casimiro Neto. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. Dalton Sala in http://www.casasbandeiristas.com.br/. http://www.museudacidade.sp.gov.br/. http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/.

Img 67 - página 156 - Festa escolar no Museu do Ipiranga, 1912 - Augustin Salinas y Teruel (1861-1915). Óleo sobre tela. 99 x 150 cm. Acervo da Pinacoteca do estado de São Paulo. Fotografia: Isabella Matheus. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Augustin_Salinas_y_Teruel_-_Museu_do_Ipiranga,_1912.jpg

Img 68 - página 157 - Panorama da escadaria do edifício-monumento (Museu Paulista Universidade de São Paulo), ladeado pelas ânforas com águas dos rios brasileiros. http://www.mp.usp.br/acervo.

Img 69 - página 157 - Galeria superior do edifício-monumento (Museu Paulista Universidade de São Paulo) com vista para o parque da independência. http://www.mp.usp.br/acervo.

Img 70 - Página 158 - Vista aérea do Museu Paulista Universidade de São Paulo, 2012. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu_Ipiranga.jpg

Img 71 - Página 158 - Quadro Grito do Ipiranga no Salão Nobre do Museu Paulista Universidade de São Paulo. https://obarquinhocultural.files.wordpress.com/2013/08/5d20e-museu1.jpg. http://visitaipiranga.blogspot.com.br/

Img 67 - Página 159 - Frontispício do Museu Paulista Universidade de São Paulo. Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 72 - Página 160 - Edifício Monumento visto da entrada do Parque da Independência. http://www.mp.usp.br/museu-do-ipiranga.

Img 73 - Página 161 - Escultura representando o bandeirante Fernão Dias Pais localizada a direita do saguão do Museu Paulista Universidade de São Paulo. Autoria de Luiz Brizzolara (1868-1937). https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fernao_Dias_Pais.jpg

Img 74 - Página 161 - Escultura representando o bandeirante Raposo Tavares localizada a esquerda do saguão do Museu Paulista Universidade de São Paulo. Autoria de Luiz Brizzolara (1868-1937). https://pt.wikipedia.org/wiki/Luigi_Brizzolara#/media/File:Raposo_Tavares.jpg

Imagens 75 a 78 - Página 162 - Monumento ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera localizado na entrada do parque Trianon/Avenida Paulista/Bairro Cerqueira Cesar/São Paulo. Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 79 - Página 163 - Antiga casa de descendentes do bandeirante Borba Gato localizada no Bairro de Santo Amaro/SP. Autoria desconhecida. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 80 - Página 163 - Monumento ao bandeirante Manuel da Borba Gato localizado na Praça Borba Gato, no bairro de Santo Amaro/SP. Escultor Júlio Guerra (1912-2001). Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 81 - Página 163 - Conjunto com 4 painéis em mosaico com cenas históricas do bairro de Santo Amaro. Escultor Júlio Guerra (1912-2001). Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Imagens 82 a 87 - Páginas 164 e 165 - Monumento às Bandeiras localizado no Bairro da Vila Mariana/Praça Armando Salles de Oliveira/SP. Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Imagens 88 e 89 - Página 166 - Painéis localizados na Avenida Rubem Berta. Obra composta de um conjunto com quatro murais que mostram a trajetória do desenvolvimento de São Paulo. Painel de Clóvis Graciano (1907-1988). Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 70 - Página 166 - Painel em homenagem aos bandeirantes. Clóvis Graciano. Obra está em exposição permanente no lobby do Novotel São Paulo Jaraguá Conventions, localizado na Rua Martins Fontes, 71, Centro - São Paulo. Imagem gentilmente cedida pelo Sr. Guilherme Reis Correia, analista de comunicação de marketing do hotel. http://www.novotel.com/pt-br/hotel-6224-novotel-sao-paulo-jaragua-conventions/index.shtml.

Img 71 - Página 167 - Colonizadores da Cidade de São Paulo. Clóvis Graciano. O artista apresenta um quadro com figuras históricas da colonização da vila São Paulo: padre Manuel da Nóbrega, Caiubi, João Ramalho, Bartira, Fernão Dias Paes, padre Anchieta, Antonio Raposo Tavares, padre Paiva, Tibiriçá e Martim Afonso de Souza. A obra está em exposição permanente na Câmara Municipal de São Paulo, localizada no Palácio Anchieta, Viaduto do Jacareí, 100, bairro Bela Vista. http://www.camara.sp.gov.br/memoria/especial/colonizadores-da-cidade-de-sao-paulo/.

Img 72 - Página 168 - Palácio dos Bandeirantes localizado no bairro do Morumbi/SP. Detalhes das árvores plantadas nos jardins do palácio por secretários e governadores. Foto de Alexandre Carvalho. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pal%C3%A1cio_dos_Bandeirantes.jpg

Imagens 73 a 77 - Páginas 170 e 171 - Imagens, croquis e mapas das rodovias em homenagem aos bandeirantes no estado de São Paulo. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Bandeirantes em Taubaté/SP

Img 01 - Página 172 - Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas abrangendo os séculos XVI a XVIII. Organizada pelo historiador Affonso D'Escragnolle Taunay em 1922. Acervo do Museu Histórico Professor Paulo Camilher Florençano (1913-1988), onde encontra-se a exposição permanente "Taubaté na história do Brasil". Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 02 - Página 172 - Croquis com o roteiro do historiador Antonil para as Minas Gerais dos Cataguás, 171, em interpretação parcial e pessoal do professor Paulo Camilher. Florençano (1913-1988). Acervo do Museu Histórico Professor Paulo Camilher Florençano (1913-1988), onde encontra-se a exposição permanente "Taubaté na história do Brasil". Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 03 - Página 172 - Família de plantador (agricultor) em deslocamento. 3ª div. Pl 17. Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Img 04 - Página 174 - Edifício da Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico Municipal de Taubaté/SP. http://arteref.com/locais/brasil-1/taubate-1/museu-publico/museu-da-imagem-e-do-som-de-taubate/

Imagens 05 e 06 - Página 175 - Monumento ao bandeirante Taubateano localizado na entrada da cidade, na rotatória da Rodovia Oswaldo Cruz e entroncamento com a Rodovia dos Bandeirantes. Obra do escultor José Demétrio da Silva. Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 07 - Página 176 - Bandeira do município de Taubaté/SP, criada pelo jornalista Emílio Amadei Beringhs e adotada pelo município em 14 de julho de 1972. https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_de_Taubat%C3%A9

Img 08 - Página 177 - Esquema de penetração bandeirista no território mineiro nos séculos XVII e XVIII, através da Serra da Mantiqueira segundo Gentil de Moura. Acervo do Museu Histórico Professor Paulo Camilher Florençano (1913-1988), onde encontra-se a exposição permanente "Taubaté na história do Brasil". Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Bandeirantes no Paraná

Img 01 - Página 178 - Mapa L'Amerique Meridionale (1782), de Jean Janvier, publicado em Paris por Lattre & Delalain. L'Amerique Meridionale divisee en ses principaux etats, par le Sr. Janvier Geographe. A Paris, Chez Lattre Graveur, Rue S. Jacq., a la Ville de Bordeaux, avec priv. du Roy. 1782. Marillier, inv. Berthault, sculpsit. https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~20505~540103:L-Amerique-Meridionale-divisee-en-s

Img 02 - Página 180 - Mural em granito Monumento ao Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1953, de Erbo Stenzel (1911-1980). 3m x 30m. Praça 19 de dezembro. Curitiba/PR. http://www.fotografandocuritiba.com.br/2015/09/painel-de-stenzel-e-cozzo-na-praca-19.html

Img 03 - Página 181 - Mural em azulejos Monumento ao Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1953, de Poty Lazzarotto (1924-1998). 3m x 30m. Praça 19 de dezembro. Curitiba/PR. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 04 - Página 182 - Várias imagens com detalhes do Mural em azulejos Monumento ao Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1953, de Poty Lazzarotto (1924-1998). 3m x 30m. Praça 19 de dezembro. Curitiba/PR. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Bandeirantes em Mato Grosso

Img 01 - Página 183 - Plano da capital Vila Bela do Mato Grosso, atual Vila Bela da Santíssima Trindade/MT. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Plano_da_capital_de_Vila_Bela_do_Mato_Grosso.jpg

Img 02 - Página 184 - Configuração da Chapada das Vilas e minas de ouro, na região de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT. Século XVIII.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Configura%C3%A7%C3%A3o_da_chapada_das_minas_do_Mato_Grosso.jpg

Img 03 - Página 185 - Índios apiaka no rio Arinos, no Mato Grosso, 1827. Hércule Florence (1804-1879). Acervo da Russian Academy of Sciences. Rússia. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Indios_apiaka_no_rio_Arinos.jpg

Img 04 - Página 186 - Monumento aos bandeirantes localizado na Avenida Coronel Escolástico, frente ao Bandeirantes Hotel, no Bairro Bandeirantes, Cuiabá/MT. Fotografia de Fábio de Paula - fotógrafo de Cuiabá/MT e gentileza de Simone Maria Potrich de Souza, proprietária e gerente do Bandeirantes Hotel, para obtenção das imagens.

Imagens de 05 a 07 - Página 187 - Centro Histórico de Cuiabá. http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/03/obras-de-revitalizacao-dos-casaroes-historicos-de-cuiaba-estao-paradas.html; http://www.culturadecuiaba.com.br/site/2016/10/23/centro-historico-cuiaba/ http://akinomatogrosso.blogspot.com.br/

Img 08 - Página 187 - Palácio da Instrução. Cuiabá/MT. http://www.portalmatogrosso.com.br/politica-gestao/estado-apresenta-acoes-de-revitalizacao-do-centro-historico-de-cuiaba/33747

Img 09 - Página 188 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Benedito.Cuiabá/MT. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Igreja_do_Ros%C3%A1rio_e_S%C3%A3o_Benedito_(Cuiab%C3%A1).jpg

Img 10 - Página 189 - Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e da Capela de São Benedito, com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, em Cuiabá/MT. Fotógrafo: Mateus Hidalgo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nossa_Senhora_do_Rosario2.jpg

Img 11 - Página 189 - Detalhe do Prospecto da Villa do Bom Jesus de Cuyabá [...] feito durante a passagem da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) por Cuiabá, Mato Grosso, tendo em destaque a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Benedito, 1789-1792. Acervo do Museu Bocage de Lisboa, Portugal.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Igreja_do_Rosario_(Prospecto_da_Villa_do_Bom_Jesus_de_Cuyaba).jpg

Img 12 - Página 190 - Nave, com piso de madeira, da igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Benedito, Cuiabá/MT. Fotógrafo: Mateus Hidalgo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nave_-_igreja_do_Rosario_(Cuiaba).jpg

Img 13 - Página 190 - Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Benedito, com as imagens de Nossa Senhora do Rosário (ao centro), São Francisco de Paula (à esquerda) e São José (à direita), Cuiabá/MT. Fotógrafo: Mateus Hidalgo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Altar-mor_da_Igreja_de_Nossa_Senhora_do_Rosario_e_S%C3%A3o_Benedito.jpg

Bandeirantes em Goiás

Img 01 - Página 192 - Carta Corográfica Plana da Província de Goiás e dos julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Gerais, mostrando o estado da navegação dos rios que cortavam a região. Organizado pelo brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, Governador das Armas de Goiás, para acompanhar os seus itineráriso escritos em 1826 e publicados em 1836. https://capitaodomingos.com/0-0-0-mapas-historicos/. https://capitaodomingos.files.wordpress.com/2011/01/goias.jpg.

Img 02 - Página 193 - Perspectiva de Villa Boa de Goyas (1803), mandado tirar pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. João Manoel de Menezes. Autor: Joaquim Cardozo Xavier.fonte: Original manuscrito da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo.Vista da antiga capital de Goiás. Ao centro, na parte mais alta, vemos a Casa de Câmara e Cadeia, sede do governo municipal, em uma grande praça. O Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa guarda o projeto desse edifício, de cerca de 1776. Essa imagem, vista do alto, se completa com o exame dos desenhos de William Burchell, traçados em 1827-1828, que nos mostram a já então cidade de Goiás, cinco anos após a Independência. Mais abaixo, à esquerda, destaca-se, no meio do casario, a igreja Matriz. Do outro lado da praça, as casas térreas, onde se instalava a residência do governador. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-goias/674/

Img 03 - Página 194 - Vista da vila de Catalão - Cliche de H. Morize e heliografia Dujardim. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, por Luiz Cruls. Chefe da Comissão. RJ, 1894. Cliche de H. Morize e heliografia Dujardim. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 04 - Página 195 - Centro Histórico da Cidade de Goiás/GO. Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 05 - Página 196 - Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Sul para o Norte no ano de 175. Autor: não identificado. Fonte: Original manuscrito pertencente à família Albuquerque, que integra o acervo da Casa da Ínsua, em Castendo, Portugal. Parte de um conjunto que mostra Vila Boa em 1751. Mostra uma área tipicamente residencial, na qual as casas apresentam apenas uma porta voltada para a rua e janelas protegidas com rótulas de formas variadas. Ao longe a igreja Matriz, indicada com o número 1 e, a meio caminho, a Rua Direita do Negócio, isto é, a rua comercial. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-goias/674/.

Img 06 - Página 197 - Detalhes da Villa boa de Goyas (1803), mandado tirar pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. João Manoel de Menezes. Autor: Joaquim Cardozo Xavier.fonte: Original manuscrito da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo.Vista da antiga capital de Goiás. Ao centro, na parte mais alta, vemos a Casa de Câmara e Cadeia, sede do governo municipal, em uma grande praça. O Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa guarda o projeto desse edifício, de cerca de 1776. Essa imagem, vista do alto, se completa com o exame dos desenhos de William Burchell, traçados em 1827-1828, que nos mostram a já então cidade de Goiás, cinco anos após a Independência. Mais abaixo, à esquerda, destaca-se, no meio do casario, a igreja Matriz. Do outro lado da praça, as casas térreas, onde se instalava a residência do governador. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-goias/674/

Img 07 - Página 198 - Cidade de Goiás, 1832, anteriomente Vila Boa de Goiás. Thomas Ender, gravador Johann Ignatiz Anton Axmann, a partir de Johann Emanuel Pohl. Água-forte e buril sobre papel. Gravura. 45,2 x 56,9 cm. Acervo Coleção Brasiliana da Pinacoteca do Estado de São Paulo. http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/20033/cidade-de-goyaz-fruher-villa-boa-hauptstadt-der-gleichnahmigen-capitanie.

Img 08 - Página 199 - Documentos históricos do acervo do Museu das Bandeiras, antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa de Goiás. Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 09 - Página 199 - Planta de Vila Boa, capital da capitania de Goiás levantada no ano de 1782, Ilmo e Exmo Sr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da mesma Capitania, e copiada pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guimarães. Informações dão conta de 554 casas, habitadas por 3.000 pessoas. Cópia do acervo do Museu das Bandeiras e original manuscrito depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 10 - Página 200 - Móveis históricos em exposição permanente no Museu das Bandeiras, antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa de Goiás. Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 11 - Página 200 - Detalhes dos uniformes usados pelos militares do 1º Regimento de Cavalaria Auxiliar. Imagens retiradas da Planta de Vila Boa, capital da capitania de Goiás levantada no ano de 1782, Ilmo e Exmo Sr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da mesma Capitania, e copiada pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guimarães. Cópia do acervo do Museu das Bandeiras e original manuscrito depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 12 - Página 201 - Casa de Câmara e Cadeia, 1996. Divino Di Magalhães. Pintura depositada no acervo do Palácio do Conde dos Arcos, Cidade de Goiás/GO. Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Imagens 13 a 16 - Página 202 - Detalhes internos (cela dos presos, Cruz do Anhanguera, encaixe de construção, escada e corrimão) do Museu das Bandeiras da Cidade de Goiás (antiga Casa de Câmara e Cadeia). Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 17 - Página 202 - Praça histórica (Praça Brasil Caiado) onde estão localizados o Museu das Bandeiras (antiga Casa de Câmara e Cadeia) e o Chafariz de Cauda. Fotografia de Casimiro Neto, 2017.

Img 18 - Página 203 - Cruz do Anhanguera localizada às margens do Rio Vermelho. Fotografia Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 19 - Página 204 - Frontispício do Chafariz de Cauda da Boa Morte localizado na praça histórica (Praça Brasil Caiado) ao lado do Museu das Bandeiras (antiga Casa de Câmara e Cadeia). Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 20 - Página 204 - Detalhes da cauda na parte posterior do Chafariz da Boa Morte localizado na praça histórica (Praça Brasil Caiado) ao lado do Museu das Bandeiras (antiga Casa de Câmara e Cadeia). Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 21 - Página 205 - Detalhes do escudo entalhado em pedra-sabão no frontispício do Chafariz de Cauda da Boa Morte. Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 22 - Página 205 - Frontispício do Palácio do Conde dos Arcos (Palácio dos Governadores) na Cidade de Goiás/Go. Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 23 - Página 206 - Detalhes do jardim interno e outras construções existente no fundo do Palácio do Conde dos Arcos (Palácio dos Governadores) na Cidade de Goiás/Go. Fotografia de Casimiro Neto, 2017.

Img 24 - Página 206 - Foto panorâmica mostrando o Palácio do Conde dos Arcos e a Igreja da Boa Morte. Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 25 - Página 207 - Acervo do Palácio do Conde dos Arcos. Fotografia de Casimiro Neto, 2017.

Imagens de 26 a 31- Páginas 208 a 210 - Ruas e edifícios históricos ladeando a igreja da Boa Morte e detalhes da parte interna e externa da Igreja localizada no centro histórico na Cidade de Goiás/Go. Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 32 - Página 211 - Frontispício da Igreja de Santa Bárbara da Cidade de Goiás/Go e a cruz de madeira existente no local. http://historiacomgosto.blogspot.com.br/2017/05/historia-da-cidade-de-goias.html

Img 33 - Página 212 - Frontispício da Igreja de São Francisco de Paula da Cidade de Goiás/GO com os detalhes do sino e da cruz de madeira na área externa. http://biapo.com.br/site/portfolio/igreja-de-sao-francisco-de-paula/

Imagens de 34 a 36 - Página 212 - Detalhes das pinturas da nave da igreja de São Francisco de Paula da Cidade de Goiás/GO. http://biapo.com.br/site/portfolio/igreja-sao-francisco-de-paula-2o-restauro/

Img 37 e 38 - Página 213 - Igreja de São João Batista do Arraial do Ferreiro/Go e detalhes do altar. http://fotostrada.com.br/blog/tag/igreja-de-sao-joao-batista-ferreiro/

Img 39 - Página 213 - Igreja Matriz de Santana da Cidade de Goiás/Go. https://4.bp.blogspot.com/-ItiHN4NzE6g/UJ_uzUEVxLI/AAAAAAAA4ZQ/Xaq0XM1RrHU/s1600/39+IGREJA+DE+SANTANA+-+NELIO+OLIVEIRA.jpg

Img 40 - Página 214 - Quartel do XX localizado na Cidade de Goiás/GO - Fotografia José Umberto de Almeida, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 41 - Página 215 - Casa do Anhanguera localizada na Cidade de Goiás/Go. Fotografia de Casimiro Neto, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 42 - Página 216 - Chafariz do Largo da Carioca localizado na Cidade de Goiás/Go.

http://www.prefeituradegoias.go.gov.br/2016/07/29/edital-de-concorrencia-publica-parque-da-carioca/.

Img 43 - Página 217 - Casa de Cora Coralina localizada na Cidade de Goiás/Go - Fotografia de José Umberto de Almeida, 2017. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 44 - Página 218 - Placa de sinalização na entrada da cidade de Anhanguera/GO. Fotografia de Igor Rezende. http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/38758052.jpg

Img 45 - Página 219 - Carta da capitania de Goiás levantada pelo sargento mor Thomas de Souza em 1778. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. https://capitaodomingos.com/0-0-0-mapas-historicos/ https://capitaodomingos.files.wordpress.com/2011/01/cart325610.jpg

Img 46 - Página 219 - Mapa da Capitania de Goiás - Seção de Desenho da Comissão Rondon, agosto de 1910. Atlas Universal - círculo do livro. Editora Melhoramentos, 1980. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 47 - Página 219 - Monumento ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhaguera, de autoria do Escultor Armando Zago, está localizado na Praça Attílio Corrêa Lima (Praça do Bandeirante). Imagem de Aroldo Costa Oliveira in Bandeirantes, Desbravador de Goiás no site http://mapio.net/pic/p-23482037/

Bandeirantes no Planalto Central

Img 01 - Página 220 e 221 - Detalhes da Estrada Geral do Sertão - Roteiro de Integração Nacional. Arte e criação Ely Borges. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 02 - Páginas 222 e 223 - Detalhes da Estrada Colonial no Planalto Central. Arte e criação Ely Borges. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 03 - Página 225 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Pirenópolis/GO. Arte e criação Ely Borges. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges

Monções - Bandeiras de Comércio

Img 01 - Página 226 - Detalhes do mapa mostra a rota das canoas monçoneiras que seguiam da capitania de São Paulo a Cuiabá, capital da capitania do Mato Grosso. Eduardo Bueno. Brasil: uma história – a incrível saga de um país. São Paul: Ática, 2003. Arte e criação Ely Borges. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 02 - Páginas 226 e 227 - Encontro de Monções no Sertão, 1920. Oscar Pereira da Silva (1865-1939). Óleo sobre tela. 95,5 x 173 cm. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oscar_Pereira_da_Silva_-_9%C2%BA_Encontro_de_Mon%C3%A7%C3%B5es_no_Sert%C3%A3o,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg

Img 03 - Página 227 - Descendo uma corredeira na Amazônia. Karl von den Steinen (1855-1929). O médico, explorador, etnólogo e antropólogo alemão, publicou seus trabalhos resultados de suas duas expedições à região do Xingú, em território brasileiro, nos anos de 1884 e 1887-1888: Durch Central-Brasilien: Expedition zur Erforschung des Schingú im J. 1884 (Through Central-Brazil: expedition to explore the Xingú in the year 1884). Brockhaus, Leipzig 1886; Reprint: Fines Mundi, Saarbrücken 2006, e Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens (Among the primitive peoples of Central Brazil) Reiseschilderungen und Ergebnisse der zweiten Schingú-Expedition 1887–1888 (Travel accounts and results of the second Schingú Expedition 1887-1888). Geographic Verlagsbuchhandlung von Dietrich Reimer, Berlin 1894, Reprint: Fines Mundi, Saarbrücken 2006. Imagem retirada do endereço eletrônico http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013/

Img 04 - Página 228 - Partida da Monção, 1897. José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899). Óleo sobre tela. 664 x 390 cm. Acervo do Museu Paulista Universidade de São Paulo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Almeida_J%C3%BAnior_-_Partida_da_Mon%C3%A7%C3%A3o,_1897.jpg

Img 05 - Página 228 - Embarcações dos rios Amazonas, Negro e Madeira. Franz Keller-Leuzinger - engenheiro. The Amazon and Madeira Rivers: sketches and descriptions from the notebook of an explorer. Philadelphia: J. B. Lippincott and Co., 1875. London: printed by Virtue and Co., City Road. Ilustração da página 32. html/10.11648.j.history.20150305.11.html

https://www.biodiversitylibrary.org/item/188678#page/56/mode/1uphttp://article.sciencepublishinggroup.com/ **Img 06 - Página 229** - Carga de canoas, 1920. Oscar Pereira da Silva (1865-1939). Óleo sobre tela. 140 x 100 cm. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oscar_Pereira_da_Silva_-_Carga_de_canoas.jpg

Img 07 - Página 229 - A construção da ubá (canoa indígena). Jules Crevaux (médico explorador francês) in Voyages dans L´Amérique du Sud em 1880 e 1881, publicado em 1883. Ilustraçao de Edouard Riou. http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013/

Img 08 - Página 229 - Vista do Amazonas perto de Monte Alegre. Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879) / Expedição Langsdorf (1821-1829). Em maio de 1835, na Vila de São Carlos (Campinas), Hercule Florence refez e coloriu a ilustração da Ilha de Monte Alegre. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas. 2.ed. 1948. Acervo da Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna (Museu Goeldi). http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2016/04/as-furias-de-um-furacao-equatorial.html

Expedições, Comissões e Missões Artísticas e Científicas / Contexto Histórico

Img 01 - Página 230 - Detalhes da chegada ao Novo Mundo do primeiro governador geral do Brasil Tomé de Souza, em 1549. Imagem retirada da obra Historia do Brasil desde o seu descobrimento em 1500 até 1810, vertida do francês, e acrescentada de muitas notas do tradutor, oferecida

a S.A.R. o sereníssimo senhor Dom Pedro de Alcântara, príncipe do Brasil. Tomo I - Livro 1. Afonso de Beauchamp. Lisboa, 1817. Oficina de J. F. M. de Campos. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 02 -Página 230 – Árvores gigantes na Floresta Amazônica. Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Physiognomicae in Flora Brasiliensis. 1850. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://olimpia-reisresque.blogspot.com.br/2014/10/viajantes-uma-arvore-colossal.html

Botânico Karl Friedrich Philipp von Martius (1794- 1868).

Img 03 – Página 230 - Capa da obra Reisen durch Südamerika. Johann Jakob von Tschudi (1818-1889). Obra publicada em cinco volumes entre os anos de 1866 e 1869 pela editora F.A. Brockhaus.

Imagens 04 a 06 - Página 231 – Retiradas das páginas 146, 95 e 231, respectivamente, da obra de Willem Pies e George Marcgraf in Historia Naturalis Brasiliae… in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur. Dedicado a Johann Moritz Fürst von Nassau-Siegen. 1648. Lugdun. Batavorum, apud Franciscus Hackium et Amstelodami apud Lud. Elzevirium. Organizado por Joannes de Laet. Acervo Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Historia_Naturalis_Brasiliae.

Img 07 - Página 232 - O príncipe regente D. João e toda a família real embarcando para o Brasil no cais de Belém, Portugal, em 27 de novembro de 1807. Imagem retirada da obra Historia do Brasil desde o seu descobrimento em 1500 até 1810, vertida do francês, e acrescentada de muitas notas do tradutor, oferecida a S.A.R. o sereníssimo senhor Dom Pedro de Alcântara, príncipe do Brasil. Tomo VII - Livro 1. Alphonse de Beaucham (1767-1832). Lisboa, 1817. Oficina de J. F. M. de Campos. http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/520906. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 08- Página 232 - Juri. Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes.

Img 09 - Página 232 - Miranha. Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes.

Img 10 – Página 233 - Peixes dos rios brasileiros. Johann Natterer (1787-1843). Expedição Artística e Científica Austro-alemã - Missão Austríaca (1817-1820). Museum of Ethnology, Vienna, Brazil in the 19th century, Exhibitions in 2012, Johann Natterer, Maria Leopoldina of Austria, Artifacts and houses of the indigenous peoples of Brazil. https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Johann_Natterer?uselang=de

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Beyond_Brazil_-_Exhibition_2012?uselang=de

Img 11 -Página 233 – Macacos. Expedição Científica do Príncipe Maximilian Alexander Philipp von Wied-Neuwied (1815-1817). Bradypus Tridactylus Linn. Fem. Abbildungen zur naturgeschichte brasiliens, herausgegeben von Maximilian, Prinzen von Wied-Neuwied. Zweite Lieferung. Weimar, im Verlage des Grofsherzogl. Sächs. priv. landes - Industrie - Comptoirs, 1823. Acervo digital da Seção de Coleções Especiais, Coordenação de Biblioteca, Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados.

Img 12 - Página 234 - Princesa Leopoldina, arquiduquesa d' Áustria, princesa real de Portugal, do Brasil e de Algarves. Duquesa de Bragança, Imperatriz do Brasil (1797-1826). Natale Schiavoni. Gravura de Artaria et Comp., Biblioteca Nacional, Viena. Imagem cedida pela Embaixada da Áustria para exposição na Câmara dos Deputados no ano de 2017. Outra imagem de Dona Leopoldina aos 20 anos de idade, citada em livros destaca uma fravura de Jean François Badoureau, segundo pintura de Jules Antoine Vautier, 1817 (detalhe). Acervo do Museu Imperial de Petrópolis. http://www.monarquia.org.br/imperatrizleopoldina.html.

https://br.pinterest.com/pin/784752303789066548/. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 13 - Página 234 - Retrato de Tomas Ender do ano de 1834. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges. http://www.pintoresdorio.com/index.php?area=artistas&artista=4.

Img 14 - Página 234 - O botânico alemão Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Desenho datado de 1850. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Carl_Friedrich_Philipp_von_Martius00.jpg

Img 15 - Página 235 - Residência e moradores. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) in Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 16 - Página 235 - O trabalho dos nativos. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) in Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 17 - Página 235 - Pato do Marajó. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) in Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Missão Artística e Científica de Maurício de Nassau

Img 01 - Página 236 - Retrato do conde Maurício de Nassau. Gaspar Barleus (1584-1648) - "Rervm per octennivm in Brasilia [...] : [...] Et alibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi comitis I. Mavritii Nassoviae, &c. comitis, nunc Vesaliae gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd", ou "O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange". Amsterdã, 1647, tipografias Ioannes Blaeu, com 340 páginas e 56 ilustrações, entre elas o retrato de Nassau feito pelo pintor Theodor Matham (1605-1660), mapas de Georg Marcgrave e gravuras de Frans Post. O livro foi colorido à mão na época. Essa edição comporia uma das mais suntuosas publicações do século XVII. Em 1660 apareceria uma segunda edição neerlandesa, também em latim, pela tipografia Tobias Silberling, a mesma que havia publicado no ano anterior o texto de Barleus em alemão. A primeira edição em português foi organizada em 1940, em comemoração ao terceiro centenário da ocupação holandesa, com tradução e notas de Cláudio Brandão. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 02 - Página 236 – Tomada e apreensão de um carregamento de açúcar na Bahia de Todos os Santos,1629. Imagem digitalizada da página 191 da obra Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia de fontes sobre o Brasil. Organização Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Nova Fronteira, 2001. 656 p. : il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 03 - Página 237 – Desidio et Expugnatio Portus Calvi. Franz Post. Representação do sítio e da conquista de Porto Calvo após treze dias de cerco. Foi a primeira conquista do Conde Maurício de Nassau no Brasil. Rervm per octennivm in Brasilia [...]. Post, Frans Jansz, 1612-1680 (il.). Amstelodami: Typographeio Ioannis Blaev, 1645. Gravura, 38,7 x 52,0 cm. A imagem ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647), estampa nº 8. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Há um quadro muito semelhante no Museu do Louvre, com data de 1639 (LARSEN - 1962, pág. 186) e um desenho quase idêntico no British Museum. Franz Post (1612-1680: Obra completa. Pedro & Bia Corrêa do Lago. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 446 p.: il. https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3605. http://academiaportocalvenseaphla.blogspot.com.br/2013/09/colecao-imagens-periodo-colonial-alagoas.html.

Img 04 - Páginas 238 e 239 - ilustração do livro de Gaspar Barleus (1584-1648) - "Rervm per octennivm in Brasilia [...] : [...] Et alibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi comitis I. Mavritii Nassoviae, &c. comitis, nunc Vesaliae gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd", ou "O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange". Amsterdã, 1647 tipografias Ioannes Blaeu, com 340 páginas e 56 ilustrações, entre elas o retrato de Nassau feito pelo pintor Theodor Matham (1605-1660), mapas de Georg Marcgrave e gravuras de Frans Post. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 05 -Página 238 - Capa do livro Historia Naturalis Brasiliae (1648). De autoria de Georg Marcgraf (1610-1648), de Leibstad, Alemanha, e Guilielme Pisonis, ou Willem Pies (1611-1678), de Leiden, Holanda, O trabalho científico realizado por eles culminou na publicação da obra ilustrada por várias gravuras da natureza brasileira e de trabalhos realizados na região. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 06 - Páginas 240 e 241 - ilustração do livro de Gaspar Barleus (1584-1648) - "Rervm per octennivm in Brasilia [...] : [...] Et alibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi comitis I. Mavritii Nassoviae, &c. comitis, nunc Vesaliae gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd", ou "O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange". Amsterdã, 1647 tipografias Ioannes Blaeu, com 340 páginas e 56 ilustrações, entre elas o retrato de Nassau feito pelo pintor Theodor Matham (1605-1660), mapas de Georg Marcgrave e gravuras de Frans Post. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Imagens de 07 a 26 - Páginas 242 a 253 – As imagens foram retiradas da obra Historia Naturalis Brasiliae (1648). De autoria de Georg Marcgraf (1610-1648), de Leibstad, Alemanha, e Guilielme Pisonis, ou Willem Pies (1611-1678), de Leiden, Holanda, O trabalho científico realizado por eles culminou na publicação da obra ilustrada por várias gravuras da natureza brasileira e de trabalhos realizados na região. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 27 - Página 254 - Índio Tarairiu (tapuia), 1641. Albert Eckhout (ca.1610-1666). Óleo sobre tela, 272 x 161 cm. Acervo do Museu Nacional da Dinamarca. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Albert_Eckhout_-_Tarairiu_Man_-_Google_Art_Project.jpg?uselang=pt

Mapa da Página 244 - Brasilia quae parte paret Belgis, 1647. Joan Blaeu, a partir de Georg Marcgraf e Frans Post. Gravura. Água-forte, aquarela e buril e tipografia sobre papel, 124,6 x 169,0 cm. Acervo da Fundação Estudar, em comodato com a Pinacoteca do estado de São Paulo. http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19545/brasilia-qua-parte-paret-belgis.

Img 28 - Página 256 - Abacaxi, melancias e outras Frutas (Frutas brasileiras). Albert Eckhout (ca.1610-1666). Óleo sobre tela. 91 x 91 cm. Acervo do Museu Nacional da Dinamarca. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Albert_Eckhout_1610-1666_Brazilian_fruits.jpg.

Img 29 - Página 257 - Homem Africano, 1641. Albert Eckhout (ca.1610-1666). Óleo sobre tela. 273 x 167 cm. Acervo do Museu Nacional da Dinamarca. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Albert_Eckhout_painting.jpg

Img 30 - Página 257 - Mulher Africana, 1641. Albert Eckhout (ca.1610-1666). Óleo sobre tela. 267 x 178 cm. Acervo do Museu Nacional da Dinamarca. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mulher_Africana.jpg

Img 31 - Página 257 - Índia Tupinambá, 1641. Albert Eckhout (ca.1610-1666). Óleo sobre tela. 274 x 163 cm. Acervo do Museu Nacional da Dinamarca. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:India_tupi.jpg

Img 32 - Página 257 - Índio Tupinambá, 1643. Albert Eckhout (ca.1610-1666). Óleo sobre tela. 272 x 163 cm. Acervo do Museu Nacional da Dinamarca. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Homtupinamba.jpg

Img 33 - Páginas 258 e 259. Dança dos Tapuias. Albert Eckhout (ca.1610-1666). Óleo sobre tela. 172 x 195 cm. Acervo do Museu Nacional da Dinamarca. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dan%C3%A7a_dos_Tapuias.jpg

Img 34 - Página 260 – Arredores de Serinhaém, 1653. Frans Jansz Post (1612-1680). Óleo sobre tela, 47 x 55 cm. Acervo digitalizado e fotográfico particular (CPSN). Franz Post (1612-1680): Obra completa. Pedro & Bia Corrêa do Lago. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 446 p. : il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 35 - Página 260 - Desidio et Expugnatio Portus Calvi. Frans Jansz Post (1612-1680). Representação do sítio e da conquista de Porto Calvo após treze dias de cerco. Foi a primeira conquista do Conde Maurício de Nassau no Brasil. Rervm per octennivm in Brasilia [...]. Post, Frans Jansz, 1612-1680 (il.). Amstelodami: Typographeio Ioannis Blaev, 1645. Gravura, 38,7 x 52,0 cm. A imagem ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647), estampa nº 8. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Há um quadro muito semelhante no Museu do Louvre, com data de 1639 (LARSEN - 1962, pág. 186) e um desenho quase idêntico no British Museum. Franz Post (1612-1680: Obra completa. Pedro & Bia Corrêa do Lago. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 446 p.: il. https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3605. http://academiaportocalvenseaphla.blogspot.com.br/2013/09/colecao-imagens-periodo-colonial-alagoas.html..

Img 36 - Página 261 – Sacrifício de Manoá, 1648. Frans Jansz Post (1612-1680). Óleo sobre tela, 191,5 x 166 cm. Acervo digitalizado e fotográfico particular (CPSN). Franz Post (1612-1680): Obra completa. Pedro & Bia Corrêa do Lago. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 446 p. : il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 37 - Página 261 – Vista de Itamaracá, 1637. Frans Jansz Post (1612-1680). Óleo sobre tela, 63,5 x 88,5 cm. Acervo digitalizado e fotográfico particular (CPSN). Franz Post (1612-1680): Obra completa. Pedro & Bia Corrêa do Lago. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 446 p. : il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 38 - Páginas 262 e 263 - Primu Praelium Navale Inter I. Tamaracam et Goianam XII Ianuar. Detalhes da obra que representa a primeira batalha naval das tropas da Companhia das Índias Ocidentais contra as tropas luso-espanholas, entre Itamaracá e Goiana, a 12 de janeiro de 1640. Rervm per octennivm in Brasilia [...].Frans Jansz Post (1612-1680). il. Amstelodami : Typographeio Ioannis Blaev, 1647. Gravura em preto e branco, 39,5 x 51,0 cm. https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3644

Img 39 - Página 262 – Paisagem de Várzea com índios, 1654. Frans Jansz Post (1612-1680). Óleo sobre madeira, 50 x 70 cm. Acervo digitalizado e fotográfico particular (CPSN). Franz Post (1612-1680): Obra completa. Pedro & Bia Corrêa do Lago. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 446 p. : il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 40 - Página 263 – Vista de Olinda, 1662. Frans Jansz Post (1612-1680). Óleo sobre madeira, 34,5 x 47 cm. Acervo digitalizado e fotográfico particular (CPSN). Franz Post (1612-1680): Obra completa. Pedro & Bia Corrêa do Lago. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 446 p. : il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 41 - Página 264 e 265 - Classis navium qua hinc discessit comes Mavritivs Praefectvs. Detalhes da obra que representa a esquadra que acompanhou Maurício de Nassau e outros funcionários da Companhia das Índias Ocidentais na viagem ao Brasil e que aportou em Pernambuco em janeiro de 1637. Estão representados na gravura alguns dos navios com seus respectivos nomes na legenda. Gravura em preto e branco, 43,2 x 53 cm. Rervm per octennivm in Brasilia [...]. Frans Jansz Post (1612-1680). (il.). Amstelodami: Typographeio Ioannis Blaev, 1645. https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3602

Img 42 - Página 264 – Engenho. Frans Jansz Post (1612-1680). Óleo sobre madeira, 50 x 80 cm. Acervo digitalizado e fotográfico particular (CPSN). Franz Post (1612-1680): Obra completa. Pedro & Bia Corrêa do Lago. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. 446 p. il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 43 - Página 266 e 267 - Vista da Vila de Serinhaém, ao fundo, com indicação da igreja e do convento, da sede do governo e do rio. No primeiro plano, representa-se o transporte de pessoas e de carga por bois. Gravura em preto e branco, 39,5 x 52,0 cm. Rervm per octennivm in Brasilia [...]. Post, Frans Jansz, 1612-1680 (il). Amstelodami : Typographeio Ioannis Blaev, 1645. https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3611

Img 44 - Página 268 e 269 - Vista de Mauriciópolis, na ilha de Antônio Vaz, e do Recife, ambos na Capitania de Pernambuco. Estão representados a ponte Maurício e os fortes Ernesto, Wardenburch, Frederich Henrich, São Jorge, do Brum e do Mar. Ao fundo, à direita, observa-se ainda Olinda. Gravura em preto e branco, 39,0 x 101,5 cm. Rervm per octennivm in Brasilia [...]. Post, Frans Jansz, 1612-1680 il. Amstelodami: Typographeio Ioannis Blaev, 1645. https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3636.

Expedição Demarcação dos Limites do Brasil

Img 01 - Página 270 – Mapa da América do Sul. Mapas das páginas 190 a 195 do Grande Atlas Universal Ilustrado Reader's Digest. Tradução Helena Mollo. Rio de Janeiro. Reader's Digest Brasil, 1999. il, mapas. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 02 - Páginas 270 e 271 - Detalhes do mapa do Brasil com as linhas demarcatórias do Tratado de Tordesilhas (1494) e do Tratado de Madri (1750). Arte e design Ely Borges. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 03 - Página 270 - Trecho do diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1798) pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo, nos anos de 1780 a 1790. Impresso por ordem da Assembleia Legislativa da Província de são Paulo.São Paulo: Tipografia de Costa Silveira, 1841. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 04 - Página 272 - Detalhes do mapa L'Amérique Meridionale, do editor polonês Chez Pierre Vander A.A. (1659-1733). Editor muito conhecido no século XVII e XVIII por editar mapas e atlas. Nesse mapa vemos as capitanias, as principais cidades localizadas no litoral e algumas nações indígenas no Brasil do século XVII. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 05 - Página 272 - Detalhes do Real Forte Príncipe da Beira. Localizado anteriormente na capitania e depois província do Mato Grosso, atualmente está situado na margem direita do rio Guaporé, município de Costa Marques, no estado de Rondônia. https://archive.li/vO6lJ/26d86018772ece2e099b836fbeae679484def4fc.jpg

Img 06 - Página 272 - Detalhes do Real Forte Príncipe da Beira. Localizado anteriormente na capitania e depois província do Mato Grosso, atualmente está situado na margem direita do rio Guaporé, município de Costa Marques, no estado de Rondônia. http://oportalro.com/pt-real-forte-principel-da-beira.php

Img 07 - Página 272 - Plano que deve executar para edificação do novo Real Forte Príncipe da Beira (ca. 1775). Localizado anteriormente na capitania e depois província do Mato Grosso, atualmente está situado na margem direita do rio Guaporé, município de Costa Marques, no estado de Rondônia. Cartografia do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. http://www.brasil-turismo.com/rondonia/principe-beira.htm. http://www2.iict.pt/index.php?idc=84&idi=15504

Img 08 - Página 272 e 273 - Prospecto da cidade de Santa maria de Belém do Grão Pará. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 09 - Página 273 - Tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra (1748-1809). Noticiário do Exército Ano LII nº 10.495. https://www.slideshare.net/MinisteriodaDefesa/coronel-ricardo-franco-de-almeida-serra.

Img 10 - Página 274 - A cidade de Gurupá (PA), na margem direita do baixo Amazonas. Travels in South America: from the Pacific Ocean to the Atlantic Ocean. Paul Marcoy (1815-1888), Ilustração **Édouard Riou** (1833 - 1900). London: Blackie & Son, Paternoster Buildings, E.C., Glasgow and Edinburgh, 1875. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 11 - Página 275 - A cidade de Tefé, no estado do Amazonas. Travels in South America: from the Pacific Ocean to the Atlantic Ocean. Paul Marcoy (1815-1888), Ilustração **Édouard Riou** (1833 - 1900). London: Blackie & Son, Paternoster Buildings, E.C., Glasgow and Edinburgh, 1875. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 12 - Página 275 - Trecho do diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1798) pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo, nos anos de 1780 a 1790. Impresso por ordem da Assembleia Legislativa da Província de são Paulo.São Paulo: Tipografia de Costa Silveira, 1841 Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 13 - Página 276 - Cidade de Santa Maria de Belém do Pará. Travels in South America: from the Pacific Ocean to the Atlantic Ocean. Paul Marcoy (1815-1888), Ilustração **Édouard Riou** (1833 - 1900). London: Blackie & Son, Paternoster Buildings, E.C., Glasgow and Edinburgh, 1875. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Imagens 14 a 18 - Páginas 276 a 279 - Trechos do diário de viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1798) pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo, nos anos de 1780 a 1790. Impresso por ordem da Assembleia Legislativa da Província de são Paulo.São Paulo: Tipografia de Costa Silveira, 1841. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 19 - Página 280 - Placa indicativa da cidade de Pontes e Lacerda, no estado de Mato Grosso. https://www.ferias.tur.br/cidade/4442/pontes-e-lacerda-mt.html

Img 20 - Página 281 - A aldeia dos tunantins, na margem esquerda do rio Amazônas. Travels in South America: from the Pacific Ocean to the Atlantic Ocean. Paul Marcoy (1815-1888), Ilustração **Édouard Riou** (1833 - 1900). London: Blackie & Son, Paternoster Buildings, E.C., Glasgow and Edinburgh, 1875. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Expedição Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira

Img 01 - Página 282 - Rota completa de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Arquivo Histórico/Museu Nacional de História Natural e Ciência (Foto: José M. Soares/Revista Aula Magna). http://jardinseparquesdeportugal.blogspot.com.br/2012/03/expedicao-cientifica-ao-brasil-1783.html

Img 02 - Página 282 - Vista do arrayal no Rio Ixiê, junto à cachoeira do mesmo Ixiê. Desenho de Joaquim José Codina. Aquarela colorida, 47,5 x 18,0 cm. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular (CPSN). http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira

Img 03 - Página 283 - Indígena da Amazônia. Desenho de Joaquim José Codina. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira

Img 04 - Página 284 - Peixe dos rios da Amazônia. Desenho de Joaquim José Codina. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira

Img 05 - Página 284 - Prospecto da canoa artilheira Nossa Senhora do Pilar, São Batista. Desenho de Joaquim José Codina. Aquarela colorida, 29,0 x 19,0 cm. Acervo da Biblioteca Nacional. Alexandre Rodrigues Ferreira(1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira

Img 06 - Página 285 - Prospecto da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará. Desenho de Joaquim José Codina. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira.

Img 07 - Página 285 - Prospecto da nova praça do Pelourinho, mandada fazer pelo governador e capitão general D. Francisco de Souza Coutinho. Detalhes da saída do novo bergantim de guerra, que o mesmo governador fez construir. Desenho de Joaquim José Codina. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira.

Img 08 - Página 286 - Detalhes de imagens de construções, ferramentas, máquinas, indígenas, frutas e peixes. Desenhos de Joaquim José Codina. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira

Img 09 - Página 287 - Acampamento Guaikurú à beira de rio. Desenho de Joaquim José Codina. Nanquim sobre papel, 19,2 x 30,5 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira.

Img 10 - Página 288 - Canoa de meia coberta. Desenho de Joaquim José Codina, Aquarela colorida, 29,0 x 19,0 cm. Acervo da Biblioteca Nacional. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira

Img 11 - Página 288 - Canoa Nossa Senhora do Pilar, construída na ribeira da cidade do Pará, no ano de 1773. Desenho de Joaquim José Codina. Aquarela colorida, 30,0 x 19,0 cm. Acervo da Biblioteca nacional. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira.

Imagens 12 e 13 - Página 289 - Detalhes de peixe e plantas da região amazônica. Desenho de Joaquim José Codina. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira.

Imagens 14 - Página 290 - Detalhes de trabalhos realizados pelos nativos. Desenho de Joaquim José Codina, 1784. Aquarela. Acervo da Biblioteca Nacional. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira.

Imagem 15 - Página 290 - Construção das canoas ao modo dos índios. Desenho de Joaquim José Codina, 1784. Aquarela, colorida, 32,5 x 19,0 cm. Acervo da Biblioteca Nacional. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira.

Img 16 - Página 291 - Detalhes de uma fruta da região amazônica. Desenho de Joaquim José Codina. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2.v., il. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20106/colecao-alexandre-rodrigues-ferreira.

Expedição Científica do Príncipe de Wied-Neuwied

Img 01 - Página 292 - Carte de la Côte de L'Ouest du Brésil (Mapa da Costa Oeste do Brasil). Voyage au Brésil dans les années 1815, 1816 et 1817, par S. A. Maximilien, Prince de Wied-Weuwied. Atlas. A Paris, Chez Arthus Bertrand, Libraire Éditeur, 1822. Bibliothèque Nationale et universitaire de Strasburg e acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, Brasil. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k. http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19695/p/1

Img 02 - Página 292 - Canis brasiliensis (Graxaim). Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens. Weimar: im Verlag des Grofsherzogol. Sächs. priv. Landes-Insdustrie-Comptoire, 1827-1831. 94 f.; 90 gravuras coloridas.http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817.https://www.flickr.com/photos/biodivlibrary/albums/72157627363746136/with/6011866459/

Img 03 - Página 293 - Capa do livro Voyage au Brésil dans les années 1815, 1816 et 1817, par S. A. Maximilien, Prince de Wied-Weuwied. Atlas. A Paris, Chez Arthus Bertrand, Libraire Éditeur, 1822. Bibliothèque Nationale et universitaire de Strasburg e acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, Brasil. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k

Img 04 - Página 293 - Schiffahrt auf einem Seitenarm des Rio Doçe (Navegando às margens do Rio Doce, Minas Gerais). Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. Navigation sur un bras du rio Doce (navegação em um braço do Rio Doce). Voyage au Brésil dans les années 1815, 1816 et 1817, par S. A. Maximilien, Prince de Wied-Weuwied. Atlas. A Paris, Chez Arthus Bertrand, Libraire Éditeur, 1822. Bibliothèque Nationale et universitaire de Strasburg e acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, Brasil.

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817.http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30.image.http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19695/p/1

Img 05 - Página 294 - Zweikaempfe der Botocudos, am Rio Grande de Bellmonte (Lutas dos Botocudos em Belmonte, Bahia). Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30.image.http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19695/p/1

Img 06 - Página 294 - Príncipe Maximilian e o índio Botocudo Joachim Quack. Óleo sobre tela, 210 x 128 cm, 1828, de autoria Johann Heinrich Richter (1803-1845). Brasil Biblioteca da Robert Bosch GmbH, Stuttgart. Nota: Joaquim, nascido provavelmente por volta de 1800, no estado de Minas Gerais e falecido em 01 de junho de 1834 em Neuwied. Quack foi para Maximilian a guia de turismo local que lhe deu o conhecimento necessário para a sua pesquisa. Maximilian o levou para a Europa, chegando em Neuwied no dia 12 de fevereiro de 1818, onde passa a trabalhar para Maximilian como seu criado pessoal. Quack morreu com a idade de 34 anos no dia 01 de junho de 1834, às 9h, com inflamação do fígado e foi enterrado provavelmente no antigo cemitério de Neuwied no dia 03 de junho de 1834.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Prinz_Maximilian_zu_Wied-Neuwied_mit_Joachim_Qu%C3%A4ck_auf_der_Jagd_im_brasilianischen_Urwald.jpg.

Img 07 - Página 294 - Navigation par dessus les roches d'Ilhéos (Navegando entre as rochas em Ilhéus, Bahia). Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes. http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos. http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30.image.

http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19695/p/1

Img 08 - Página 295 - Teius Ameiva Merr. Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens. Weimar: im Verlag des Grofsherzogol. Sächs. priv. Landes-Insdustrie-Comptoire, 1827-1831. 94 f.; 90 gravuras coloridas.http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817.

Img 09 - Página 295 - Testuto tabulata Linn (Jabuti). Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens. Weimar: im Verlag des Grofsherzogol. Sächs. priv. Landes-Insdustrie-Comptoire, 1827-1831. 94 f.; 90 gravuras coloridas.http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817.

Img 10 - Página 296 – Zusammenkunft mit Capitam Bento Lourenzo und seinen Mineiros in den Urwäldern am Mucuri (Encontro com o Capitão Bento Lourenço e seus mineiros nas florestas do Rio Mucuri, Minas Gerais).

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.

http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos

http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817

Img 11 - Página 296 - Bradypus Tridactylus Linn. Fem. Abbildungen zur naturgeschichte brasiliens, herausgegeben von Maximilian, Prinzen von Wied-Neuwied. Zweite Lieferung. Weimar, im Verlage des Grofsherzogl. Sächs. priv. landes - Industrie - Comptoirs, 1823.http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.

aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817.

Img 12 - Página 296 - Cavia rupestris. 2. Cavia Aperea Linn (1. Mocó, atualmente Kerodon rupestris. 2. Preá). Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens. Weimar: im Verlag des Grofsherzogol. Sächs. priv. Landes-Insdustrie-Comptoire, 1827-1831. 94 f.; 90 gravuras coloridas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes. http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. https://www.flickr.com/photos/biodivlibrary/albums/72157627363746136/with/6011866459/

Img 13 - Página 297 - Folha de rosto - Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. Voyage au Brésil, dans les années 1815, 1816 et 1817, par S. A. S. Maximilien, Prince de Wied-Neuwied. Traduit de L'Allemand, par J. B. Eyriès. Atlhas, A Paris, chez Arthus Bertrande, libraire Éditeur, Rue Hautefeuille, n. 23, 1822. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30.image

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes. http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos. http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817.

Img 14 - Página 297 - Callithrix melanochix (Sagüi). Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens. Weimar: im Verlag des Grofsherzogol. Sächs. priv. Landes-Insdustrie-Comptoire, 1827-1831. 94 f.; 90 gravuras coloridas.http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. https://www.flickr.com/photos/biodivlibrary/albums/72157627363746136/with/6011866459/

Img 15 - Página 298 - Muscicapa leucocephala (Lavadeira ou Viuvinha, atualmente Arundinicola leucocephala). Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens. Weimar: im Verlag des Grofsherzogol. Sächs. priv. Landes-Insdustrie-Comptoire, 1827-1831. 94 f.; 90 gravuras coloridas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes. http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. https://www.flickr.com/photos/biodivlibrary/albums/72157627363746136/with/6011866459/.

Img 16 - Página 298 - Coluber bicarinatus - Abbildungen zur naturgeschichte brasiliens, herausgegeben von Maximilian, Prinzen von Wied. Weimar, im Verlage des Grofsherzogl. Sächs. priv. landes - Industrie - Comptoirs, 1824.

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. https://www.flickr.com/photos/biodivlibrary/albums/72157627363746136/with/6011866459/.

Img 17 - Página 298 - Felis macroura. Abbildungen zur naturgeschichte brasiliens, herausgegeben von Maximilian, Prinzen von Wied. Weimar, im Verlage des Grofsherzogl. Sächs. priv. landes - Industrie - Comptoirs, 1824.

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. https://www.flickr.com/photos/biodivlibrary/albums/72157627363746136/with/6011866459/.

Img 18 - Página 298 - Hyla elegans, Hyla luteola, Hyla aurata. Abbildungen zur naturgeschichte brasiliens, herausgegeben von Maximilian, Prinzen von Wied. Weimar, im Verlage des Grofsherzogl. Sächs. priv. landes - Industrie - Comptoirs, 1824.

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. https://www.flickr.com/photos/biodivlibrary/albums/72157627363746136/with/6011866459/.

Img 19 - Página 299 - Diários e anotações de Friedrich Sellow. https://www.berlinda.org/magazine-hans-zischler-entrevista.

Img 20 - Página 300 - Ansicht der Villa und des Hafens von Ilhéos (Vista da Vila e do porto de Ilhéus, Bahia). Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30.image.http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19695/p/1

Img 21 - Página 300 - Schiffahrt auf einem Seitenarm des Rio Doçe (Navegando às margens do Rio Doce, Minas Gerais). Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30.image.http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19695/p/1

Img 22 - Página 300 - Ansicht des Felsens Iucutucoara am Flusse Espirito Santo unweit Villa de Victoria (Vista da Pedra de Iucutucoara e Rio Espírito Santo, perto da cidade de Vitória). Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30.image. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes. http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos. http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19695/p/1

Img 23 - Página 300 - Les cabanes des Puris (Cabanas dos Puris). Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19695/p/1 http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30.image.http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817.

Img 24 - Página 300 - Tanzfest der Camacans (Dança festiva dos Kamakãs). Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817. http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19695/p/1

Img 25 - Página 300 - Ansicht der Insel Cachoeirinha mit dem Quartel Dos Arcos im Rio Grande de Bell'monte (Vista da Ilha Cachoeirinha com o Quartel dos Arcos, no Rio Jequitinhonha, em Belmonte, Bahia). Kupfer und Karten, zur 1-2 Band der Reise S. Durchl. des Prinzen Maximilian von Neuwied nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817. Frankfurt: H. L. Brönner, 1821]. 41 gravuras. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/19695/p/1.http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=quinta%20boa%20vista%2Bmelhoramentos.http://www.bobins.splrarebooks.com/collection/view/reis-nach-brasilien-in-den-jarhren-1815-bis-1817.http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9400447k/f30.image.

Missão Artística Francesa

Img 01 - Página 302 - Retrato de Joachim Lebreton (c.1795). In Adélaïde Labille-Guiard. Óleo sobre tela, 73,3 x 59,69 cm, Nelson-Atkins Museum of Art, Kansas City, Missouri, Usa. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portrait_of_Joachim_Le_Breton,_Adelaide_Labille-Guiard,_1795_-_Nelson-Atkins_Museum_of_Art_-_DSC08949.JPG

Img 02 - Página 302 - O príncipe regente D. João e toda a família real embarcando para o Brasil no cais de Belém, Portugal, em 27 de novembro de 1807. Imagem retirada da obra Historia do Brasil desde o seu descobrimento em 1500 até 1810, vertida do francês, e acrescentada de muitas notas do tradutor, oferecida a S.A.R. o sereníssimo senhor Dom Pedro de Alcântara, príncipe do Brasil. Tomo VII - Livro 1. Afonso de Beauchamp. Lisboa, 1817. Oficina de J. F. M. de Campos. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 03 - Página 303 - D. Pedro Joaquim Vito de Menezes Coutinho, 8º Conde de Cantanhede; 6º Marquês de Marialva (c.1819). Gravação de Charles Simon Pradier. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:D._Pedro_Jos%C3%A9_Joaquim_Vito_de_Meneses_Coutinho_by_Charles_Simon_Pradier_circa_1819.jpg?uselang=pt

Img 04 - Página 303 - Antonio de Araújo de Azevedo (1752-1817), conde da Barca. Gravação de Charles Simon Pradier. http://sterlingnumismatic.blogspot.com.br/2010/12/tipografia-no-brasil-parte-iv-imprensa.html. http://naofoinogrito.blogspot.com.br/2014/07/nao-foi-no-grito-096.html

Img 05 - Página 303 – Paisagem do Rio de Janeiro Jean Baptiste Debret (1768-1848). Litogravura sobre papela, 41,65 cm. https://www.leilaodearte.com/leilao/2017/novembro/45/jean-baptiste-debret-paisagem-do-rio-9481/

Img 06 - Página 304 - Vista de uma Mata virgem que está se reduzindo a carvão - View of a virgin Forest that is being reduced to coal, 1843. Félix Émile Taunay. http://warburg.chaa-unicamp.com.br/artistas/view/1843.

Img 07 - Página 304 – Vista da baía do Rio de Janeiro e da praça do Largo da Carioca tomadas do jardim do convento de Santo Antônio), ca. 1816. Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830). Óleo sobre tela, 46,5 x 57,4 cm. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, Brasil. Pedro Corrêa do Lago in Taunay e o Brasil: obra completa, 1816-1821. Rio de Janeiro: Capivara, 2008. O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. Lilia Moritz Scwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas-Antoine_Taunay_02.jpg.

Img 08 - Página 305 - Le Port de Sainte-Catherine (O porto de Santa Catarina). Jean Baptiste Debret (1768-1848). Viagem pitoresca e historica ao Brasil: aquarelas e desenhos que não foram reproduzidos na edição de Firmin Didot, 1834. Paris: R[aymundo] de Castro Maya, editor, 1954 [i.e. 1953-1955]. 23 p.; 100 pranchas coloridas [140 gravuras], com 1 planta. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1152&Pesq=Viajantes.

Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 09 - Página 306 - Vue de la place du palais, à Rio de Janeiro. Vue générale de la ville, du côté de la mer (Vista do Largo do Palácio, no Rio de Janeiro. Vista geral da cidade, tomada do lado do mar). Jean Baptiste Debret (1768-1848). Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou, Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot, 1834-1839. 3 v. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1978&Pesq=Viajantes.

Img 10 - Página 306 - Escola Nacional de Belas Artes - Atual Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. https://br.pinterest.com/pin/447123069238408539/.

Img 11 - Página 307 - Nicolas-Antoine Taunay (c.1830) - Autorretrato. Crayon sobre papel, 25,5 x 21 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, Brasil. . Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, Brasil. A Missão Artística Francesa: Coleção Museu Nacional de Belas Artes. Pedro Martins Caldas Xéxeo, Laura Maria Neves de Abreu e Mariza Guimarães Dias. Rio de Janeiro, 2007. 140 págs. Il. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas-Antoine_Taunay_Auto-retrato.jpg. https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Nicolas-Antoine_Taunay#/media/File:Nicolas-Antoine_Taunay_-_Auto-retrato.jpg

Img 12 - Página 308 - Estudo para Desembarque de Dona Leopoldina no Brasil - Study for the Landing of Dona Leopoldina in Brazil, ca 1817. Jean Baptiste Debret (1768-1848). Óleo sobre tela, 44,5 x 69,5 cm Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, Brasil. A Missão Artística Francesa: Coleção Museu Nacional de Belas Artes. Pedro Martins Caldas Xéxeo, Laura Maria Neves de Abreu e Mariza Guimarães Dias. Rio de Janeiro, 2007. 140 pág. Il. http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/11127.

Img 13 - Página 308 - Cérémonie de sacre de D. Pedro Ier empereur du Brèsil, à Rio de Janeiro, le Ier decembre 1822 (Cerimônia de coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1 de dezembro de 1822). Jean Baptiste Debret (1768-1848). Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou, Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot, 1834-1839. 3 v. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1978&Pesq=Viajantes.

Img 14 - Página 310 - Boutique de cordonnier (Sapataria). Imagem onde se destacam a cena de castigo de escravo com palmatória, observado pela mulher do patrão. Jean Baptiste Debret (1768-1848). Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou, Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot, 1834-1839. 3 v.; 140 pranchas coloridas [153 gravuras]; 1 mapa, 2 plantas. [v. 1, localizado nas p.1-39; v.2, nas p.40-94]. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1978&Pesq=Viajantes.

Img 15 - Página 310 - Charge de cavalerie Gouaycourous (Carga de cavalaria Guaicuru). Jean Baptiste Debret (1768-1848). Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou, Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot, 1834-1839. 3 v.; 140 pranchas coloridas [153 gravuras]; 1 mapa, 2 plantas. [v. 1, localizado nas p.1-39; v.2, nas p.40-94]. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1978&Pesq=Viajantes.

Img 16 - Página 312 – Cena do cotidiano brasileiro. Jean Baptiste Debret (1768-1848). Acervo da exposição 200 Anos da Missão Artísica Francesa no Brasil. Museu Castros Maya, Rio de Janeiro.http://www.museus.gov.br/tag/200-anos-da-missao-artistica-francesa/

Img 17 - Página 312 - Nègres scieurs de long (Negros serradores de tábuas e vigas para construção). Jean Baptiste Debret (1768-1848). Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou, Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot, 1834-1839. 3 v.; 140 pranchas coloridas [153 gravuras]; 1 mapa, 2 plantas. [v. 1, localizado nas p.1-39; v.2, nas p.40-94]. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1978&Pesq=Viajantes.

Img 18 - Página 313 - Armes offensives (Armas ofensivas). Jean Baptiste Debret (1768-1848). Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou, Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot, 1834-1839. 3 v.; 140 pranchas coloridas [153 gravuras]; 1 mapa, 2 plantas. [v. 1, localizado nas p.1-39; v.2, nas p.40-94]. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1978&Pesq=Viajantes.

Img 19 - Página 313 - Esclaves nègres, de différents nations (Escravas negras, de diferentes nações - entre elas Congo, Cabinda, Benguela e Mina). Jean Baptiste Debret (1768-1848). Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou, Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot, 1834-1839. 3 v.; 140 pranchas coloridas [153 gravuras]; 1 mapa, 2 plantas. [v. 1, localizado nas p.1-39; v.2, nas p.40-94]. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1978&Pesq=Viajantes.

Img 20 - Página 314 - Retrato da marquesa de Belas, 1816. Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830). Óleo sobre tela, 63,8 x 51, 2 cm. Acervo da Pinacoteca do estado de São Paulo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas-Antoine_Taunay_-_Retrato_da_Marquesa_de_Belas_-_1816.jpg.

Img 21 - Página 314 - Entrada da Baía e da Cidade do Rio de Janeiro, a partir do Terraço do Convento de Santo Antônio, 1816. Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830). Óleo sobre tela, 45,0 x 56,5 cm. Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, Brasil. A Missão Artística Francesa: Coleção Museu Nacional de Belas Artes. Pedro Martins Caldas Xéxeo, Laura Maria Neves de Abreu e Mariza Guimarães Dias. Rio de Janeiro, 2007. 140 págs. Il. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas-Antoine_Taunay.jpg. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas-Antoine_Taunay.jpg#/media/File:Nicolas_antoine_taunay,_entrata_della_baia_e_della_citt%C3%A0_di_rio_dalla_terrazza_del_convento_di_s._antonio,_1816.JPG

Img 22 - Página 316 - Vista do Outeiro, Praia e Igreja da Glória (c. 1817). Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830). Óleo sobre tela, 37 x 48,5 cm. Museu do Açude, Rio de Janeiro, Brasil. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas-Antoine_Taunay_01.jpg.

Img 23 - Página 316 - Vista da baía do Rio de Janeiro tirada das montanhas da Tijuca (c.1820). Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830). Óleo sobre tela, 53 x 64 cm. Museu do Açude, Rio de Janeiro, Brasil. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas_Antoine_Taunay_-_Vista_da_ba%C3%ADa_do_Rio_de_Janeiro_tirada_das_montanhas_da_Tijuca.JPG

Img 24 - Página 317 - Desembarque de Sua Alteza Real, a Arquiduquesa D. Carolina Leopoldina no Rio de Janeiro, Brasil (c.1818). Gravação (buril) depois de Jean-Baptiste Debret, 52,5 x 71 cm. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charles_Simon_Pradier_-_Desembarque_de_Da._Leopoldina.JPG?uselang=pt.

Img 25 - Página 318 – Plano urbanístico na cidade do Rio de Janeiro. Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776-1850). – http://www.ensba.fr/ow2/catzarts/images/M5051_PRA372_01_p-43415.JPG

Img 26 - Página 318 e 319. Projeto arquitetonico para o Palácio Imperial do Rio de Janeiro: [Fachada], 1848. Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776-1850). Desenho arquitetônico a nanquim, bico de pena e aquarela colorida, 91,5 x 29 cm.

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon354202/icon354202.jpg

Img 27 - Página 319 - Retrato de Zepherin Ferrez (1797-1851). August Muller. Reprodução fotográfica Iara Venanzi/Itaú Cultural. http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22142/zepherin-ferrez.

Missão Científica Austríaca

Img 01 - Página 320 - Princesa Leopoldina, arquiduquesa d' Áustria, princesa real de Portugal, do Brasil e de Algarves. Duquesa de Bragança, Imperatriz do Brasil (1797-1826). Natale Schiavoni. Gravura de Artaria et Comp., Biblioteca Nacional, Viena. Imagem cedida pela Embaixada da Áustria para exposição na Câmara dos Deputados no ano de 2017. Outra imagem de Dona Leopoldina aos 20 anos de idade, citada em livros destaca uma fravura de Jean François Badoureau, segundo pintura de Jules Antoine Vautier, 1817 (detalhe). Acervo do Museu Imperial de Petrópolis. http://www.monarquia.org.br/imperatrizleopoldina.html.

https://br.pinterest.com/pin/784752303789066548/. Acervo digital e fotográfico Ely Borges.

Img 02 - Página 320 - Embarque da princesa Leopoldina em Liorne, indo na esquadra portuguesa para o Rio de Janeiro a fim de se casar com o príncipe D. Pedro de Alcântara. Imagem retirada da obra Historia do Brasil desde o seu descobrimento em 1500 até 1810, vertida do francês, e acrescentada de muitas notas do tradutor, oferecida a S.A.R. o sereníssimo senhor Dom Pedro de Alcântara, príncipe do Brasil. Tomo VII - Livro 1. Alphonse de Beaucham (1767-1832). Lisboa, 1817. Oficina de J. F. M. de Campos. http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/520906 . Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 03 - Página 321 - Déparquement de la princesse Léopoldine à Rio de Janeiro (Desembarque da Princesa Leopoldina no Rio de Janeiro). Jean Baptiste Debret (1768-1848). Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou, Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot, 1834-1839. 3 v.

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1978&Pesq=Viajantes.

Img 04 - Página 322 - Aspecto tirado a bordo da fragata Áustria em sua viagem para o Rio de Janeiro em 9 de abril de 1817 vendo-se entre outros passageiros, Spix e Martius. Desenho aquarelado de Thomas Ender (1793-1875), 28 x 19,5 cm.

Img 05 - Página 322 - Navio Príncipe Real com outros navios da Armada Portuguesa que zarpou do Tejo, Portugal, com a corte real e a sua numerosa comitiva rumo ao Brasil.

http://marinhadeguerraportuguesa.blogspot.com.br/2013/02/

Img 06 - Página 323 - Vista do cume do Corcovado, a 1.500 pés de altura, sobre o oceano, ca 1817-1818. Thomas Ender. Lápis e aquarela sobre papel, 32,1 x 94,8 cm. Academy of Fine Arts Vienna. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Ender_-_Vista_do_cume_do_Corcovado,_a_1500_p%C3%A9s_de_altura.jpg?uselang=pt

Img 07 - Página 324 – Karte von Brasilien. Mapa da América do Sul com destaque para o Brasil e a rota percorrida pelos cientistas Carl Friedich Phillipp Von Martius (1794-1868) e Johann Baptist von Spix (1781-1826). Adaptacão e arte final de Ely Borges. Acervo digital e fotográfico particular (Ely Borges).

Img 08 - Página 324 - Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Gravura em cobre de J.Kuhn segundo um desenho de Merz. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CFPhVonMartius.jpg

Img 09 - Página 324 - Joann Baptist von Spix (1781-1826). Litografia de Franz Hanfstaengl segundo uma pintura de Josef Anton Rhomberg. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Spix_Stich.jpg

Img 10 - Página 325 - Vögel-Teich am Rio de S. Francisco. Desenhista: Martius. Litógrafo: C. Heinzmann (Lagoa dos pássaros, no Rio São Francisco, perto de Januária, Minas Gerais). Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes.

http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2015/12/c-fr-von-martius-e-as-aves.html.

Img 11 - Página 325 - Arara-Coara. Desenhista: F. Papst (Catarata de Araraquara, no Rio Japurá, Amazonas). Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes. Arara-Coara - corredeiras do Amazonas, Japurá. Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Johann Baptist von Spix (1781-1826). Brasil - Obras ilustradas. Litografa em preto e branco de autoria de F. W. Couven. 46x59 cm. Biblioteca Digital Luso-Brasileira: http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/33735.

Img 12 - Página 326 - Ripae fluvii Itahype, Prov. Bahiensis. As margens do Rio Itaipe na província da Bahia, Litografia sobre papel, 1840. Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas. Brasil - Obras ilustradas. Litografa em preto e branco de autoria de F. W. Couven. 46x59 cm. Biblioteca Digital Luso-Brasileira: http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/33735.

https://i.pinimg.com/originals/be/24/69/be2469193abf50fcb79998aa901ed5e5.jpg

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes. Kar.

http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12406-200-anos-da-miss%C3%A3o-austr%C3%ADaca-no-brasill

Img 13 - Página 326 - Pica-paus (Picus albirostris). Johann Baptist von Spix (1781-1826). Avium Species Novae, 1825. Acervo Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna - Museu Goeldi. http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2016/03/pica-paus-lentos-de-cabeca-rubra.html

Img 14 - Página 326 - Pica-pau de cabeça vermelha. Avium species novae, 1824. Johann Baptist von Spix (1781-1826). http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2014/07/viajantes-pica-pau-de-crista-vermelha.html

Imagens 15 a 17 - Página 326 - Peixes. Spix, Johann Baptist von, 1781-1826 e Martius, Karl Friedrich Philipp von, 1794-1868. Selecta genera et species piscium quos in itinere per brasiliam annis mdcccxvii - mdcccxx. Abaixo do título: quos in itinere per Brasiliam, annis MDCCCXVII-MDCCCXX. Jussu et Auspiciis Maximiliani Josephi I. Bavariae Regis Augustissimi. Peracto collegit et pingendos curavit Dr. J.B. de Spix, Quondam [...] Digessit, descripsit et observationibus anatomicis illustravit Dr. L. Agassiz, Praefatus est et edidit itineris, Soeius Dr. F.C.Ph. Martius. Encadernado com: Testacea fluviatilia quae in itinere per Brasiliam annis MDCCXVII-MDCCXX. Monachii: Typis Wolf, 1827. Colaboração: Agassiz, Jean Louis Rudolphe, 1807-1873 (observações). https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4274

Img 18 - Página 327 - Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), German botanist and explorer, 1850.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Carl_Friedrich_Philipp_von_Martius00.jpg

Img 19 - Página 327 - Cachoeirinha de Cupati; no primeiro plano, uma paxiúba-barriguda. Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Genera et species palmarium). http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/2013/08/paxiuba-barriguda.html

Img 20 - Página 327 e 328 – Catarata de Arara coara. Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes.

Img 21 - Página 328 - Trinkfest der Coroados. Desenhista: E. Meyer (Festa da bebida entre os Coroados). Existe uma cópia desta imagem na p.31. Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas.http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes

Img 22 = Página 329 - Juri. Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes.

Img 23 - Página 329 - Miranha. Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes.

Img 24 - Página 330 - Maxuruna. Desenhista: Philipp Schmid. Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes.

Img 25 - Página 330 - Villa de Cachoeira. Desenhista: F. Couven (Cidade de Cachoeira, Bahia). Existe uma cópia desta imagem na p.25. Atlas zur Reise in Brasilien. Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1826? 43 gravuras, 6 mapas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1979&Pesq=Viajantes.

Img 26 - Página 331 - Joann Baptist von Spix (1781-1826). Litografia de Franz Hanfstaengl segundo uma pintura de Josef Anton Rhomberg. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Spix_Stich.jpg

Img 27 - Página 332 – Fábrica de pólvora (ca. 1817-1818). Thomas Ender (1793-1875). Acervo digital e fotográfico Ely Borges

Img 28 - Página 332 – São Cristovão, ca 1817-1818. Thomas Ender (1793-1875). Acervo digital e fotográfico Ely Borges

Img 29 - Página 333 - Retrato de Tomas Ender do ano de 1834. Acervo digital e fotográfico particular (Ely Borges). http://www.pintoresdorio.com/index.php?area=artistas&artista=4.

Img 30 - Página 333 – São Cristovão, ca 1817-1818. Thomas Ender (1793-1875). Aquarela sobre papel, 19,7 x 28,4 cm. Acervo Kupferstichkabinett der Akademie der bildenden Künste Wien (Áustria). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra60939/s-christoph-sao-cristovao>. http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12406-200-anos-da-miss%C3%A3o-austr%C3%ADaca-no-brasil.

Img 31 - Página 334 - Vista tomada do Corcovado, em direção ao Catumbi e à Serra dos Órgãos, ca 1817-1818. Thomas Ender (1793-1875). Aquarela sobre papel, 22,30 x 33,00 cm. Acervo Kupferstichkabinett der Akademie der bildenden Künste Wien (Áustria). http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra60911/ansicht-vom-corcovado-nach-catumbi-und-der-serra-dos-orgaos-vista-tomada-do-corcovado-em-direcao-ao-catumbi-e-a-serra-dos-orgaos. https://br.pinterest.com/pin/458804280773204396/?autologin=true.

Img 32 - Página 334 - Rlo de Maranhão und Serra das Figuras - Rio Maranhão e Serra das Figuras, ca 1817-1818. Thomas Ender (1793-1875). Aquarela sobre papel, 22,0 x 32,5 cm. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Acervo Kupferstichkabinett der Akademie der bildenden Künste Wien (Áustria). Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra60919/rio-de-maranhao-und-serra-das-figuras-rio-maranhao-e-serra-das-figuras>.

Img 33 - Página 335 - Paisagem, 1818. Thomas Ender (1793-1875). Aquarela, 29 x 43 cm. Acervo do Museu Castro Maya, Rio de Janeiro. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Ender_-_Paisagem,_1818.jpg?uselang=pt

Img 34 - Página 335 – Vila Rica (Ouro Preto), ca 1817-1818. Thomas Ender (1793-1875). Aquarela sobre papel, 21,80 x 32,60 cm. Acervo Kupferstichkabinett der Akademie der bildenden Künste Wien (Áustria) In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra60929/villa-rica-vila-rica-hoje-ouro-preto>. https://br.pinterest.com/pin/80994493277072105/

Img 35 – Página 336 – Karte von Brasilien - Mapa da América do Sul com destaque para o Brasil e a rota percorrida no país pelos cientistas Johann Bapstit Emanuel Pohl (1782-1834) e Johann Natterer (1787-1843). Adaptacão, criação e arte final Ely Borges. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 36 - Página 336 - Johann Natterer (1787-1843). Litografia. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_natterer.jpg

Img 37 - Página 336 - Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834). Litografia de Adolph Friedrich Kunike, ca. 1830. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_Baptist_Emanuel_Pohl_Litho.jpg.

Img 38 - Página 337 - Johann Natterer (1787-1843). Litografia - https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_natterer.jpg

Img 39 – Página 337 – Objetos da coleção Johann Natterer (1787-1843). Expedição Artística e Científica Austro-alemã - Missão Austríaca (1817-1820). Museum of Ethnology, Vienna, Brazil in the 19th century, Exhibitions in 2012, Johann Natterer, Maria Leopoldina of Austria, Artifacts and houses of the indigenous peoples of Brazil. https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Johann_Natterer?uselang=de

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Beyond_Brazil_-_Exhibition_2012?uselang=de

Img 40 – Página 338 - Peixes dos rios brasileiros. Johann Natterer (1787-1843). Expedição Artística e Científica Austro-alemã - Missão Austríaca (1817-1820). Museum of Ethnology, Vienna, Brazil in the 19th century, Exhibitions in 2012, Johann Natterer, Maria Leopoldina of Austria, Artifacts and houses of the indigenous peoples of Brazil. https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Johann_Natterer?uselang=de

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Beyond_Brazil_-_Exhibition_2012?uselang=de

Img 41 – Página 338 - Desenho de uma arraia-grande (Paratrygon motoro), por Johann Natterer (1787-1843), parte da missão ao Brasil de naturalistas do imperador austríaco Francisco I, de 1817 a 1835.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_Natterer_-_arraia-grande_(Paratrygon_motoro).jpg?uselang=de

Img 42 – Página 339 - Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834). Litografia de Adolph Friedrich Kunike, ca. 1830. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_Baptist_Emanuel_Pohl_Litho.jpg.

Img 43 – Página – 339 – Ferdinandus`a elliptica. Ilustração 106. Plantarum Brasiliae icones et descriptiones: Hactenus Ineditae: Iussu et auspiciis Francisci Primi, imperatoris et regis augustissimi. Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834). Missão Artística e Científica Austro-Alemã / Missão Austríaca (1817-1820) - https://www.biodiversitylibrary.org/item/9623#page/229/mode/1up.

Img 44 – Página 339 - Ein Theil von Rio de Janeiro mit der Wasserleitung und Aussicht gegen die Bay. (Uma parte do Rio de Janeiro com o aqueduto e vista da baía). Atlas zur Beschreibung der Reise in Brasilien. Wien, 1832. 9 gravuras. Notas: Raro atlas ilustrado, desenhado por Thomas Ender, que acompanha o texto da obra de Pohl, Reise im Inner von Brasilien, em dois volumes. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1509&Pesq=Viajantes.

Img 45 – Página 340 - Die vorzüglichen laestigen Insecten Brasiliens (Os insetos irritantes do Brasil). Atlas zur Beschreibung der Reise in Brasilien. Wien, 1832. 9 gravuras. Notas: Raro atlas ilustrado, desenhado por Thomas Ender, que acompanha o texto da obra de Pohl, Reise im Inner von Brasilien, em dois volumes.

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1509&Pesq=Viajantes.

Img 46 – Página 340 - Nochysia divergens. Ilustração 111. Plantarum Brasiliae icones et descriptiones: Hactenus Ineditae. Iussu et auspiciis Francisci Primi, imperatoris et regis augustissimi. Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834). Missão Artística e Científica Austro-Alemã / Missão Austríaca (1817-1820) - Contributed by Missouri Botanical Garden, Peter H. Raven Library. https://www.biodiversitylibrary.org/item/9623#page/229/mode/1up

Img 47 – Página 341 - Königlicher Sommerpalast, Boa vista, bey S.

Christovão, in der Nähe von Rio de Janeiro (Palácio Real de verão, Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, nas proximidades do Rio de Janeiro). Atlas zur Beschreibung der Reise in Brasilien. Wien, 1832. 9 gravuras. Notas: Raro atlas ilustrado, desenhado por Thomas Ender, que acompanha o texto da obra de Pohl, Reise im Inner von Brasilien, em dois volumes.

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1509&Pesq=Viajantes.

Img 48 – Página 341 – Styrax camporum. Plantarum Brasiliae icones et descriptiones: Hactenus Ineditae. Iussu et auspiciis Francisci Primi, imperatoris et regis augustissimi. Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834). Missão Artística e Científica Austro-Alemã / Missão Austríaca (1817-1820) - Contributed by Missouri Botanical Garden, Peter H. Raven Library. https://www.biodiversitylibrary.org/item/9623#page/229/mode/1up

Img 49 – Página 341 – Gaylupsacia pulchra. Ilustração 126. Plantarum Brasiliae icones et descriptiones: Hactenus Ineditae. Iussu et auspiciis Francisci Primi, imperatoris et regis augustissimi. Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834). Missão Artística e Científica Austro-Alemã / Missão Austríaca (1817-1820) - Contributed by Missouri Botanical Garden, Peter H. Raven Library. https://www.biodiversitylibrary.org/item/9623#page/229/mode/1up

Img 50 – Página 341 - Buena hexandra. Ilustração 08. Plantarum Brasiliae icones et descriptiones: Hactenus Ineditae. Iussu et auspiciis Francisci Primi, imperatoris et regis augustissimi. Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834). Missão Artística e Científica Austro-Alemã / Missão Austríaca (1817-1820) - Contributed by Missouri Botanical Garden, Peter H. Raven Library. https://www.biodiversitylibrary.org/item/9623#page/229/mode/1up

Img 51 – Página 341 – Kilmeyera microphylla. Plantarum Brasiliae icones et descriptiones: Hactenus Ineditae. Iussu et auspiciis Francisci Primi, imperatoris et regis augustissimi. Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834). Missão Artística e Científica Austro-Alemã / Missão Austríaca (1817-1820) - Contributed by Missouri Botanical Garden, Peter H. Raven Library. https://www.biodiversitylibrary.org/item/9623#page/229/mode/1up

Img 52 – Página 342 - Johann Christian Mikan (1769-1844) - Data desconhecida, publicada antes de 1900. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_Christian_Mikan.jpg

Img 53 – Página 342 - Tanagra Diademata. Delectus florae et faunae jussu et auspiciis Francisci I, austriae Imperatoris investigatae.Autore: J. C. Mikan, M.D. Botanices in Universitate Pragensi, Professore. Vindobonae: Sumtibus Auctoris, Typis Antonii Straus. 1820. Acervo do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 54 – Página 342 - Morpho Reinnardti. Delectus florae et faunae jussu et auspiciis Francisci I, austriae Imperatoris investigatae.Autore: J. C. Mikan, M.D. Botanices in Universitate Pragensi, Professore. Vindobonae: Sumtibus Auctoris, Typis Antonii Straus. 1820. Acervo do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 55 – Página 343 - Sacchus Chrysopygus Natterere. Delectus florae et faunae jussu et auspiciis Francisci I, austriae Imperatoris investigatae. Autore: J. C. Mikan, M.D. Botanices in Universitate Pragensi, Professore. Vindobonae: Sumtibus Auctoris, Typis Antonii Straus. 1820. Acervo do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 56 – Página 343 - Gloxinia Schottii. Delectus florae et faunae jussu et auspiciis Francisci I, austriae Imperatoris investigatae.Autore: J. C. Mikan, M.D. Botanices in Universitate Pragensi, Professore. Vindobonae: Sumtibus Auctoris, Typis Antonii Straus. 1820. Acervo do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 57 – Página 343 - Emys Radiolata. Delectus florae et faunae jussu et auspiciis Francisci I, austriae Imperatoris investigatae.Autore: J. C. Mikan, M.D. Botanices in Universitate Pragensi, Professore. Vindobonae: Sumtibus Auctoris, Typis Antonii Straus. 1820. Acervo do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 58 – Página 344 - Heinrich Wilhelm Schott (1794-1865). https://alchetron.com/Heinrich-Wilhelm-Schott

Img 59 – Página 344 – Da coleção de desenhos de Heinrich Wilhelm Schott (1794-1865). Sua coleção, principalmente da família Araceae inclui aproximadamente 3400 pranchas. https://botanicalillustration.blogspot.com.br/2016/05/

Img 60 – Página 344 - Da coleção de desenhos de Heinrich Wilhelm Schott (1794-1865). Sua coleção, principalmente da família Araceae inclui aproximadamente 3400 pranchas. https://fog.ccsf.edu/irazumov/lectures/illustration/botanical/19thcentury.html

Img 61 – Página 345 - Botafogo Bay looking across to the Corcovado, Rio de Janeiro (Baía de Botafogo e o Corcovado no Rio de Janeiro) **Lápis tempera em papel, 14 x 21,**3 cm. https://www.mutualart.com/Artwork/Botafogo-Bay-looking-across-to-the-Corco/90A1092445CB4A0B

Img 62 – Página 345 - Crossing of the Equator (cruzando o Equador). Franz Josef Frühbeck (ca 1790–1830) Guache, 17 x 21 cm.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Franz_Josef_Fr%C3%BChbeck_Equator_Io%C3%A2o.jpg

Img 63 – Página 345 - *Älteste Kirche San Sebastian in Rio de Janeiro* (Igreja mais antiga de São Sebastião no Rio de Janeiro). Franz Josef Frühbeck (ca 1790–1830). Guache, 24 x 37 cm. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Franz_Josef_Fr%C3%BChbeck_Rio_de_Janeiro_San_Sebastian.jpg

Img 64 – Página 345 – Nau D. João VI. O navio que levou a Imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro I, ao Brasil, ca. 1817. Franz Josef Frühbeck (ca 1790–1830). Nanquim e aquarela sobre papel, 14,4 x 17,2 cm. Album de Franz Joseph Frühbeck. Coleção Martha e Erico Stickel/ Acervo IMS. http://fotografia.ims.com.br/Iconografia/#1517709894331_7

Expedição Langsdorff

Img 01 – Página 346 - Páginas do diário de Langsdorff (Barão de Langsdorff - Georg Heinrich Freiherr von Langsdorff – 1774-1852) com registros e desenhos de açude de pesca no rio em Jequitibá. 5 de novembro de 1824. Expedição Langsdorff (1821-1829). http://www.ras.ru/langsdorff/6372fbc7-d7e4-4c02-9675-7eecc6c0d90e.aspx?hidetoc=0#

Img 02 – Página 346 - Ilha de Santa Catarina. Veleiro e tipo de bateria. Expedição Langsdorff (1821-1829). Aquarela. 18,5 x 30,2 cm. Dezembro 1803. http://www.ras.ru/langsdorff/bbfb619f-246d-417f-8c1b-9ce3263104d0.aspx?hidetoc=0

Img 03 – Página 347 - Retrato de Georg Heinrich von Langsdorff, ca 1809. Gravura, 5,7 x 7,1 cm. http://www.ras.ru/langsdorff/fc7bd7cc-89f8-4296-82b6-56d21765fd06.aspx#

Img 04 – Página 347 – Retrato de Georg Heinrich von Langsdorff, ca 1809. Gravura, 5,7 x 7,1 cm. http://www.ras.ru/langsdorff/fc7bd7cc-89f8-4296-82b6-56d21765fd06.aspx#

Img 05 – Página 348 - Rota da Expedição Langsdorff (Barão de Langsdorff - Georg Heinrich Freiherr von Langsdorff – 1774-1852). Expedição Langsdorff (1821-1829). http://i.calameoassets.com/150327193403-bd-8c41da8df2dd7fff65dfb2c33cf0fc/large.jpg / http://pt.calameo.com/read/002389038342e54a008b2

Img 06 – Página 348 - Páginas do diário de Langsdorff (Barão de Langsdorff - Georg Heinrich Freiherr von Langsdorff – 1774-1852) com descrição de peixes. Outubro de 1825 a 14 Maio de 1826. Expedição Langsdorff (1821-1829). http://www.ras.ru/langsdorff/5b566b19-2f89-41ee-ba0b-a6ac6a7b8733.aspx?hidetoc=0#

Img 07 – Página **349** – Fortaleza de Santa Cruz em Santa Catherine. Aquarela, 15,5 x 24,5cm. 25 de dezembro de 1803. Expedição Langsdorff (1821-1829). http://www.ras.ru/langsdorff/7d36d453-ad3f-435e-afba-67d640d77698.aspx?hidetoc=0#

Img 08 – Página 3**49** – Folha de rosto – Publicação de Georg Heinrich von Langsdorff. Acervo digital e fotográfico Ely Borges.

Img 09 – Página 350 – Mapa espanhol (Manl. Christovl. del Canto), 1776. Plano da Ilha e Porto de Santa Catarina, situada na costa do Brasil, situado em sua ponta norte e entrada do porto em 27º28' latitude sul, 327º36' longitude do meridiano de Tenerife segundo D. Estevan Alvarez del Fierro em 1757 e extraído por D. Man. Christov. del Canto em 1776. http://ilhasc.blogspot.com.br/2012/08/mapas-historicos-da-ilha-de-santa.html / http://graciosafloripa.blogspot.com.br/

Img 10 – Página 351 - Notas e esboços de zoologia durante a partida do Rio de Janeiro em 1825, antes de sair de Camapuana em novembro 1826). de 1825 a novembro 1826. http://www.ras.ru/langsdorff/920e6cfc-73ec-4fe1-af50-199188671501.aspx?hidetoc=0

Img 11 – Página 352 - Lagosta havaiana, 1819. Aquarela sobre papel. Aimé-Adrien Taunay (1803-1828). Expedição Langsdorff (1821-1829). https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Adrien_Taunay_the_Younger,_'Hawaiian_Lobster',_1819,_HAA.jpg?uselang=pt

Img 12 – *Página* **354 -** Vista da Villa de Guimarães. Aguarela preta e tinta, 3,8 x 27,7cm, junho de1827. http://www.ras.ru/langsdorff/fedc8ee6-7fd0-460a-87f5-a46e4576e083.aspx?hidetoc=0#

Img 13 – *Página 354* - Pessoas, animais e aves na estrada cercada de cactus e bananeiras da terra, na entrada da Vila Guimarães, no Mato-Grosso. Aquarela, lápis. 31,6 x 40,8 cm, maio de 1827. http://www.ras.ru/langsdorff/94f7a9c7-c5a2-4725-9c19-ebdab7dbcc98.aspx?hidetoc=0

Img 14 – Página 354 - Rio Cubatão perto de Santos, província de São Paulo, 1815. Aimé-Adrien Taunay (1803-1828). Aquarela preta e tinta. 21,5 x 17,3 cm. http://www.ras.ru/langsdorff/e5dcbee3-4437-438d-bab9-57a92fab0596.aspx?hidetoc=0#

Img 15 – *Página 354* - Cutia. Aquarela. 39,8 x 31,5 cm, dezembro de 1825. http://www.ras.ru/langsdorff/f532d5f6-69dd-4193-a53a-00649de3cecf.aspx?hidetoc=0

Img 16 – Página 355 - Tatú-aiva. Aimé-Adrien Taunay (1803-1828). Aquarela e tinta. 35,8 x 21,9 cm, fevereiro de 1826. http://www.ras.ru/langsdorff/811d364f-9edc-4528-b416-46807985e97b.aspx?hidetoc=0

Img 17 – Página 355 - Tucano (ramphastos magnirostris). Aquarela, tinta. 31,3 x 23,3 cm, setembro de 1825 a dezembro de 1827. http://www.ras.ru/langsdorff/7c1d1e4e-004b-490e-a190-2d70e01e2979.aspx?hidetoc=0#

Img 18 – Página 355 - Ricos habitantes de São Paulo acompanhando as mulas com uma carga de açucar, 1825. Aimé-Adrien Taunay (1803-1828). Aquarela e tinta (caneta), 21.50 x 17.50 cm. Photographic Reproduction: Claus Meyerhttp://enciclopedia.itaucultural.org.br/en/pessoa22167/adrien-taunay

http://www.ras.ru/langsdorff/3575440e-7512-46d6-ad35-d29aad9f778b.aspx?hidetoc=0

Img 19 – Página 355 - Homem e mulher da tribo dos índios Bororós (1827). Aimé-Adrien Taunay (1803-1828). Aquarela, 21.90 x 28.40 cm, Dezembro de 1827. Photographic Reproduction: Claus Meyer. http://enciclopedia.itaucultural.org.br/en/pessoa22167/adrien-taunay

http://www.ras.ru/langsdorff/15756ba7-d9c0-4ba3-a78c-efeb19153a86.aspx?hidetoc=0#

Img 20 – Página 355 - Sebastiana, neta da mestiça Francisca de Sales e de um branco (Guimarães) - Menina mestiça, 1827. Aimé-Adrien Taunay (1803-1828). Aquarela, tinta, 18,9 x 23,2 cm. http://www.ras.ru/langsdorff/c001bb87-3215-4752-ab15-aa3de05c5149.aspx?hidetoc=0#

Img 21 – Página 355 - Índios (dois homens e uma menina) da tribo dos índios Bororos na entrada da casa de Luiz Riedel e de Aimé-Adrien Taunay. Aimé-Adrien Taunay (1803-1828). Aquarela e tinta. 22.20 x 27,5 cm, dezembro de 1827. Photographic Reproduction: Claus Meyer. http://enciclopedia.itaucultural.org.br/en/pessoa22167/adrien-taunay

Img 22 – Página 356 - Indiens dans une plantation (índios visitando uma fazenda). Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Litógrafo: Victor Adam. Malerisches Reise in Brasilien. Paris: Herausgegeben von Engelmann & Cie, 1827-1835. [4], 50, 38, 56, 32 p.; 100 gravuras coloridas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.

Img 23 – Página 356 - Villa Ricca (Vila Rica, Ouro Preto). Johann Moritz Rugendas (1802-1858) Litógrafos: Jules Villeneuve e J. David. Malerisches Reise in Brasilien. Paris: Herausgegeben von Engelmann & Cie, 1827-1835. Gravuras coloridas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.

Img 24 – Página 357 – Retrato de Johann Moritz Rugendas (1802-1858). https://jogodavidaweb.wordpress.com/2017/03/29/johann-moritz-rugendas/ https://www.goodreads.com/book/show/152809.An_Episode_in_the_Life_of_a_Landscape_Painter

Img 25 – Página 357 - Canot indien (Canoa indígena). Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Litógrafo: Dupressoir. Malerisches Reise in Brasilien. Paris: Herausgegeben von Engelmann & Cie, 1827-1835. Gravuras coloridas.

http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.

Img 26 – Página 358 - Negros novos. Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Litógrafo: N. Maurin. Malerisches Reise in Brasilien. Paris: Herausgegeben von Engelmann & Cie, 1827-1835. Gravuras coloridas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.

Img 27 – Página 359 – Contrato de Langsdorf com o artista Rugendas sobre sua participação na expedição. Fragmento. 19 de setembro de 1821. http://www.ras.ru/langsdorff/47e2576c-f08e-42d8-84a2-15a1a3482430.aspx?hidetoc=0#

Img 28 – Página 359 - Paisagem na selva tropical brasileira (Árvore gigantesca na selva tropical brasileira), 1830. Ilustração de Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Óleo sobre tela, 62,0 x 49,50 cm. Acervo Staatliche Schlösser und Gärten (Potsdam, Alamanha). https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_Moritz_Rugendas_-_%C3%81rvore_gigantesca_na_selva_tropical_brasileira,_1830.jpg?uselang=pt http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2988/paisagem-na-selva-tropical-brasileirahttp://www.dezenovevinte.net/uah2/vbs.htm

Img 29 – Página 360 - Nègres a fond de calle (Negros no porão). Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Litógrafo: Laurent Deroy. Para esta litografia de escravos no porão de navio negreiro, das mais conhecidas e reproduzidas do álbum, foram utilizados vários desenhos, um dos quais pertence hoje ao acervo da Biblioteca Mário de Andrade, digitalizado na Pasta 10, p.68. Robert Slenes analisa a imagem, mostrando que Rugendas associa o negro morto, sendo carregado, à imagem de Cristo. O próprio mastro e o piso do navio formam o desenho de uma cruz. As barras verticais à direita dão a impressão de uma prisão, mostrando a condição do escravo. Malerisches Reise in Brasilien. Paris: Herausgegeben von Engelmann & Cie, 1827-1835. Gravuras coloridas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.

Img 30 – Página 360 - Danse des Purys (Dança dos Puris). Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Litógrafos: Victor Adam e V. Lecamus. Também para esta cena, que não presenciou, Rugendas se aproveita de outras imagens que fizera anteriormente de índios Botocudos, misturando as tribos para compor uma gravura baseada na narrativa de Spix e Martius, segundo Pablo Diener. Malerisches Reise in Brasilien. Paris: Herausgegeben von Engelmann & Cie, 1827-1835. [4], 50, 38, 56, 32 p.; 100 gravuras coloridas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.

Img 31 – Página 361 – Cidade Imperial de Ouro Preto, província de Minas Gerais, 1824. Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Aquarela, 25,0 x 32,50 cm. Acervo da Academia de Ciências de São Petersburgo, Rússia. http://profciriosimon.blogspot.com.br/2014/11/ / http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra5761/cidade-imperial-de-ouro-preto

Img 32 – Página 361 – Vista de Barbacena, província de Minas Gerais, 1824. Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Acervo da Academia de Ciências de São Petersburgo, Rússia. Ahttp://barbacena.mg.gov.br/2/noticias/?id=4676

Img 33 – Página 361 - Cabinda. Quiloa. Rebolla. Mina. Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Litógrafo: P. Vigneron. Malerisches Reise in Brasilien. Paris: Herausgegeben von Engelmann & Cie, 1827-1835. [4], 50, 38, 56, 32 p.; 100 gravuras coloridas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.

Img 34 – Página 361 - Benguela. Angola. Congo. Monjolo. Litógrafo: P. Vigneron. Malerisches Reise in Brasilien. Paris: Herausgegeben von Engelmann & Cie, 1827-1835. [4], 50, 38, 56, 32 p.; 100 gravuras coloridas. http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&PagFis=1538&Pesq=Viajantes.

Img 35 – Página 362 - Índios da tribo Kuang, na região de Cuiabá, no Mato-Grosso. Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879). Aquarela. 27,7 x 21,8 cm, novembro de 1827. Acervo digital e fotográfico particular (CPSN). http://www.ras.ru/langsdorff/15756ba7-d9c0-4ba3-a78c-efeb19153a86.aspx?hidetoc=0#

Img 36 – Página 362 - Peixe cachorro (Microlipis Acestrorhynchus). Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879). Aquarela e tinta. 35,9 x 21,6 cm, setembro de 1827. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto. http://www.ras.ru/langsdorff/5b566b19-2f89-41ee-ba0b-a6ac6a7b8733.aspx?hidetoc=0

Img 37 – Página 362 - Jararaca. Tamanho completo. Rio Pardo. Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879). Acervo digital e fotográfico particular (CPSN). Aguarela e tinta. 36 x 24,4 cm. 06 de setembro de 1826. http://www.ras.ru/langsdorff/920e6cfc-73ec-4fe1-af50-199188671501.aspx?hidetoc=0#

Img 38 – Página 363 – Retrato de Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879). Oscar Pereira da Silva (1865-1939). Óleo sobre tela, 1922, 71,0 x 60,5 cm. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oscar_Pereira_da_Silva_-_H%C3%A9rcules_Florence,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg / http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/indios-apiaka-de-hercules-florence-um-olhar-sobre-a-cultura-indigena/

Img 39 – Página 364 – Maloca (habitação) dos Apiakas, na margem esquerda do rio Arinos (MT). Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879). Aquarela, 51,0 x 40,8 cm, abril de 1828. Acervo digital e fotográfico particular (CPSN). http://www.ras.ru/langsdorff/b44ad339-bdc0-495a-a797-632f91befcfe.aspx?hidetoc=0 / https://www.bbm.usp.br/node/149

Img 40 – Página 364 – Samambaya e guaytivoca (em primeiro plano a montaria de um boi). Cocais (hoje Nossa Senhora do Livramento, MT). Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879). Aquarela e tinta. 22,0 x 31,7 cm, abril de 1827. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

http://www.ras.ru/langsdorff/4b783e88-842f-46bd-bcd4-fb87d86ee1ec.aspx?hidetoc=0#

Img 41 – Página 364 – Índio da tribo Mandurucu no ponto mais raso do rio Tapajós denominado de Tiakoron, junho de 1828. Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879). Aquarela. 21,3 x 31,3 cm. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

https://zupi.com.br/hercule-florence-o-homem-que-documentou-os-indios-brasileiros-no-seculo-xix/

Img 42 – Página 364 – Acauã (Herpetotheres cachinnans). Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879). Acervo digital e fotográfico particular (CPSN).

Img 43 – Página 365 – Anúncio de Antoine Hercule Romuald Florence (1804-1879). Acervo digital e fotográfico Casimiro Neto.

Img 43 - Página 365 – Mulher e criança Manduruku, no ponto mais raso do rio Tapajós, chamado Tiakoron). Aquarela, tinta. 20,5 x 27,6 cm, junho de 1828.
Imagem: arquivo 2010 Academia de Ciências de São Petersburgo - Rússia

http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0132.htm

http://www.ras.ru/langsdorff/15756ba7-d9c0-4ba3-a78c-efeb19153a86.aspx?hidetoc=0

Img 44 – Página 365 - Famílla de Nação Guató - (Pais e dois filhos em casa). Aguarela preta, tinta. 26,6 x 34,5 cm. Dezembro de 1826. http://www.ras.ru/langsdorff/a41051c8-9c56-4cbf-abb3-54f6185f446c.aspx?hidetoc=0#

Img 45 – Página 365 - Índio da região da Chapada dos Guimarães, no Mato-Grosso, filho de Paresis e Bororó. Aquarela, tinta (caneta). 19,1 x 23,4 cm. Maio de 1827. http://www.ras.ru/langsdorff/5eff723d-057b--4338-a84f-749a902aab35.aspx?hidetoc=0#

Missão Científica Emílio Augusto Goeldi

Img 01 – Página 366 – Cigana, Pavão do Pará, Carão, Piaçoca, Saracura, Açanã, Ipequy. Album de Aves Amazônicas. Organizado pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnoggraphia, e publicado por ordem de S. Exª, o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado do Pará. Desenhos do Sr. Ernesto Lohse, desenhista-lithographo do Museu Paraense. Suplemento Illustrativo à obra “Aves do Brasil” pelo Dr. Emilio A. Goeldi. Rio de Janeiro: Livaria Clássica de Alves & Cia, 1894-1900 (2 volumes). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 02 – Página 366 – Garças. Album de Aves Amazônicas. Organizado pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnoggraphia, e publicado por ordem de S. Exª, o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado do Pará. Desenhos do Sr. Ernesto Lohse, desenhista-lithographo do Museu Paraense. Suplemento Illustrativo à obra “Aves do Brasil” pelo Dr. Emilio A. Goeldi. Rio de Janeiro: Livaria Clássica de Alves & Cia, 1894-1900 (2 volumes). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 03 – Página 367 - Prédio da Biblioteca do Museu Paraense até a década de 80. Atual Biblioteca Clara Maria Galvão (Museu Goeldi), situada à Av. Magalhães Barata em Belém-Pará. Ilustração em aquarela de Eron Teixeira (2014). http://olimpiareisresque.blogspot.com.br/search?q=biblioteca+do+museu+goeldi

Img 04 – Página 368 – Uirá-purús, Rendeiras e Sahys. Album de Aves Amazônicas. Organizado pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnoggraphia, e publicado por ordem de S. Exª, o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado do Pará. Desenhos do Sr. Ernesto Lohse, desenhista-lithographo do Museu Paraense. Suplemento Illustrativo à obra “Aves do Brasil” pelo Dr. Emilio A. Goeldi. Rio de Janeiro: Livaria Clássica de Alves & Cia, 1894-1900 (2 volumes). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 05 – Página 368 – Chócas, Mbatarás, Papa-formigas e Vira-folhas. Album de Aves Amazônicas. Organizado pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnoggraphia, e publicado por ordem de S. Exª, o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado do Pará. Desenhos do Sr. Ernesto Lohse, desenhista-lithographo do Museu Paraense. Suplemento Illustrativo à obra “Aves do Brasil” pelo Dr. Emilio A. Goeldi. Rio de Janeiro: Livaria Clássica de Alves & Cia, 1894-1900 (2 volumes). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 06 – Página 368 – Mutúms e Urumutúm. Album de Aves Amazônicas. Organizado pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnoggraphia, e publicado por ordem de S. Exª, o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado do Pará. Desenhos do Sr. Ernesto Lohse, desenhista-lithographo do Museu Paraense. Suplemento Illustrativo à obra “Aves do Brasil” pelo Dr. Emilio A. Goeldi. Rio de Janeiro: Livaria Clássica de Alves & Cia, 1894-1900 (2 volumes). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 07 – Página 368 – Socós (Arapapá, Taquiry e Socó-boi). Album de Aves Amazônicas. Organizado pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnoggraphia, e publicado por ordem de S. Exª, o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado do Pará. Desenhos do Sr. Ernesto Lohse, desenhista-lithographo do Museu Paraense. Suplemento Illustrativo à obra “Aves do Brasil” pelo Dr. Emilio A. Goeldi. Rio de Janeiro: Livaria Clássica de Alves & Cia, 1894-1900 (2 volumes). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 08 – Página 368 – Beija-flores. Album de Aves Amazônicas. Organizado pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnoggraphia, e publicado por ordem de S. Exª, o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado do Pará. Desenhos do Sr. Ernesto Lohse, desenhista-lithographo do Museu Paraense. Suplemento Illustrativo à obra “Aves do Brasil” pelo Dr. Emilio A. Goeldi. Rio de Janeiro: Livaria Clássica de Alves & Cia, 1894-1900 (2 volumes). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 09 – Página 368 – Cigana, Pavão do Pará, Carão, Piaçoca, Saracura, Açanã e Ipequy. Album de Aves Amazônicas. Organizado pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnoggraphia, e publicado por ordem de S. Exª, o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado do Pará. Desenhos do Sr. Ernesto Lohse, desenhista-lithographo do Museu Paraense. Suplemento Illustrativo à obra “Aves do Brasil” pelo Dr. Emilio A. Goeldi. Rio de Janeiro: Livaria Clássica de Alves & Cia, 1894-1900 (2 volumes). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 10 – Página 370 – Imagens de aves compondo uma paisagem. Arte e criação Ely Borges. Acervo digital e fotográfico particular Ely Borges.

Img 11 – Página 370 – Cena de um ninhal de Guarás (Ibis rubra) na costa atlântica da Ilha de Marajó. (Photografia instantânea 1900). Album de Aves Amazônicas. Organizado pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnoggraphia, e publicado por ordem de S. Exª, o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado do Pará. Desenhos do Sr. Ernesto Lohse, desenhista-lithographo do Museu Paraense. Suplemento Illustrativo à obra “Aves do Brasil” pelo Dr. Emilio A. Goeldi. Rio de Janeiro: Livaria Clássica de Alves & Cia, 1894-1900 (2 volumes). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 12 – Página 371 – Corujas (Murucútutú, Suinará e Caburé). Album de Aves Amazônicas. Organizado pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense de História Natural e Ethnoggraphia, e publicado por ordem de S. Exª, o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado do Pará. Desenhos do Sr. Ernesto Lohse, desenhista-lithographo do Museu Paraense. Suplemento Illustrativo à obra “Aves do Brasil” pelo Dr. Emilio A. Goeldi. Rio de Janeiro: Livaria Clássica de Alves & Cia, 1894-1900 (2 volumes). Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Missão Cruls

Img 01 – Página 372 - Mapa dos Itinerários Levantados. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Atlas dos Itinerários, perfis longitudinais e da zona demarcada. Publicado por L. Cruls, chefe da Comissão. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., Impressores do Observatório, 1894. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 02 – Página 373 - Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Pessoal da Comissão no quintal do casarão da rua Direita, em Pirenópolis. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas por L. Cruls, chefe da Comissão. Cliche de H. Morize e heliografia Dujardim. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., Impressores do Observatório, 1894. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 03 – Página 374 - Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil com destaque para o seu Art. 3º e a escolha das terras no Planalto Central para estabelecimento da futura Capital Federal. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 04 – Página 375 – Folha de rosto do Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas por L. Cruls, chefe da Comissão. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 05 – Página 376 – Folha nº 2 do diário do engenheiro Hastímphilo de Moura (1865-1956), parte do Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas por L. Cruls, chefe da Comissão. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., Impressores do Observatório, 1894. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 06 – Página 376 – Vila Boa de Goiás. Largo do Chafariz. Place de la Fontaine publique. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas por L. Cruls, chefe da Comissão. Cliche de H. Morize e heliografia Dujardim. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., Impressores do Observatório, 1894. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 07 – Página 377 – Corte de uma barranca nas minas de diamante de Água Suja. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas por L. Cruls, chefe da Comissão. Cliche de H. Morize e heliografia Dujardim. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., Impressores do Observatório, 1894. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 08 – Página 378 – Luiz Cruls. Chefe da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Fotografia de Marc Ferrez, ca. 1890. Rio de Janeiro. Acervo do Instituto Moreira Salles. http://brasilianafotografica.bn.br/?p=6305. Cópia no acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Cópia no acervo digital e fotográfico particular (CPSN). http://www.pirenopolis.tur.br/cultura/historia/comissao-cruls.

Img 09 – Página 378 – Ponte sobre o rio das Almas, Pirenópolis. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas por L. Cruls, chefe da Comissão. Cliche de H. Morize e heliografia Dujardim. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., Impressores do Observatório, 1894. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 10 – Página 379 – Vista das cabeceiras do rio Corumbá tomada do ponto culminante do pico dos Pireneus, 1892. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas por L. Cruls, chefe da Comissão. Cliche de H. Morize e heliografia Dujardim. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., Impressores do Observatório, 1894. Acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Comissão Rondon

Img 01 – Página 380 - Itinerário percorrido pela Comissão Rondon no período de 02 de junho a 31 de dezembro de 1909. http://www.gentedeopiniao.com.br/noticia/cem-anos-da-comissao-rondon-19092009-2/55145 Rondon (1865-1958), http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm

Img 02 - Página 380 - Comissão Rondon. https://www.slideshare.net/100002015595120/comisso-rondon-e-a-linha-telegrfica. http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm

Img 03 - Página 381 - Rio das Garças na foz do rio Barreiro. Comissão Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia. http://newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362; http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/. http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm / Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 04 - Página 381 - Levantamento de postes. Comissão Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia. http://newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362; http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm; http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 05 - Página 381 - Material empregado para os trabalhos da Comissão Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia. http://newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362; http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/. http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm; Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 06 - Página 382 - Trabalhos de campo da Comissão Estratégia Telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas. http://alekspalitot.blogspot.com.br/2015/01/centenario-nas-linhas-telegraficas-em.html. http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm; Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 07 - Página 382 - Índios contactados pela Comissão Rondon, 1913. http://alekspalitot.blogspot.com.br/2015/01/centenario-nas-linhas-telegraficas-em.html. http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm; Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 08 - Página 383 - Índios Coroados. Comissão Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia. http://newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362; http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm; http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm; Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 09 - Página 384 - Abertura do pique 1º tempo. http://newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362; http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htmhttp://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm; Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 10 - Página 385 - Cândido Mariano da Silva Rondon em 1930. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marechal_Rondon.jpg. http://newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362; http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm . Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 11 - Página 385 - Francisca Xavier, esposa de Rondon. Museu do Índio / Funai. http://www.projetomemoria.art.br/rondon/vida-familia-a-base-e-a-inspiracao.jsp.

Francisca Xavier, esposa de Rondon. Museu do Índio / Funai. http://newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362; http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm. Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

IMG 12 - Página 385 e 386 - Derrubada de árvores para abrir caminhos para as linhas telegráficas, 1913. http://newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362. http://www.projetomemoria.art.br/rondon/vida-familia-a-base-e-a-inspiracao.jsp. http://newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362; http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/Relatorio%20Rondon%2002_1919/index.htm . Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 13 - Página 386 - Cartaz de divulgação do governo do estado de Rondônia em comemoração ao dia 5 de maio - Dia do Marechal Rondon. https://rodneipaes.wordpress.com/2015/05/05/patrono-de-rondonia-marechal-rondon-completa-150-anos/ - Acervo digital e fotográfico particular Casimiro Neto.

Img 14 - Página 386 - Reprodução de esquema projetado durante conferências de Rondon, em 1915, mostrando o traçado da linha telegráfica (de Cuiabá a Guajará-Mirim, a estrada de rodagem construída (tracejada) e alguns dos principais rios descobertos ou explorados pela Comissão. Reproduzida de Rondon, Cândido. Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo (1922, acervo da Biblioteca Mário de Andrade, SP). http://lachesisbrasil.blogspot.com.br/2011/03/marchando-para-oeste.html

Img 15 - Página 386 - Cândido Rondon apresenta um relógio aos índios Kahiana em cena do documentário Parimã (sem data). Luiz Thomaz Reis. Museu do Índio / Funai. http://www.projetomemoria.art.br/rondon/missoes-

-veras-que-um-filho-teu.jsp

Img 16 - Página 386 - Estátua em bronze do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Eugênio Hansen. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:C%C3%A2ndido_Mariano_da_Silva_Rondon.JPG?uselang=bg

Img 17 - Página 386 - Picada aberta para instalação da linha telegráfica. Museu do Índio / Funai. http://www.projetomemoria.art.br/rondon/vida-o-mestre-do-mato.

Img 18 - Página 387 Estampa (selo) do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1958), lançado pelos Correios do Brasil em homenagem ao marechal. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:C%C3%A2ndido_Rondon_1958_Brazil_stamp.jpg?uselang=bg

http://lorenafilatelia.blogspot.com.br/2016/04/dia-do-indio.html / http://lorenafilatelia.blogspot.com.br/2015/01/marechal-candido-mariano-da-silva-rondon.html

Expedição Científica Roosevelt-Rondon

Img 01 – Página 388 – Theodore Roosevelt, President of the United States of America (c. 1920-1940). Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Theodore_Roosevelt,_color_painting_circa_1920-1940.jpg

Img 02 – Página 388 - Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) em sua barraca (escritório de trabalho) do acampamento em plena selva brasileira. Fotograma de documentário da comissão, sem data. Acervo do Museu do Índio. https://tokdehistoria.com.br/tag/comissao-de-linhas-telegraficas-estrategicas-de-mato-grosso-ao-amazonas-cltemta/; http://newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362. https://alekspalitot.blogspot.com.br/2014/12/rondon-e-rondonia100-anos-das-linhas.html?m=1

Img 03 - Página 391 - Map of Roosevelt Rondon Expedtion. Col. Roosevelt's Exploration. http://www.history-map.com/picture/000/Roosevelt-expedtion-Rondon-Map.htm

Img 04 - Página 392 - Roosevelt ao centro da imagem, conversando com Rondon durante a expedição. http://guiadoestudante.abril.com.br/blogs/curiosidades-historicas/tag/marechal-rondon/

Img 05 - Página 393 - Inauguração do marco do rio Roosevelt, antigo rio da Dúvida. Da esquerda para a direita, George Cherrie, naturalista americano, Ten. Lyra, Cap. Médico Dr. Cajazeira, Roosevelt, Rondon e o engenheiro Kermit, filho de Roosevelt | João Salustiano Lyra/ Museu do Índio/Funai. http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-pesquisa-ou-cacada.jsp

Img 06 - Página 394 - Mapa da América do Sul indicando o itinerário da expedição Roosevelt-Rondon. Serviço de Informação Agrícola / Ministério da Agricultura, 1948. http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-expedicao-roosevelt-rondon.jsp.

Img 07 - Página 395 - Retrato oficial do Presidente Theodore Roosevelt, feito por John Singer Sargent, Óleo sobre tela, 147,6 x 101,6 cm. 1903. White House, Washington, D.C., United States. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Theodore_Roosevelt_by_John_Singer_Sargent,_1903.jpg

Img 08 - Página 395 - Onça pintada camuflada e descançando num galho de árvore. https://curiosidadeanimalbrasil.wordpress.com/2012/08/

Missão Irmãos Villas Boas

Img 01 – Página 396 – Os irmãos Vilas Boas (Orlando, Leonardo e Cláudio). Década de 1950. Arquivo da família Villas Bôas. Autor: J.P. http://jornalggn.com.br/fora-pauta/orlando-o-cacique-branco-do-xingu; https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Orlando_Leonardo_e_Cl%C3%A1udio.jpg;

Img 02 – Página 396 –O presidente Getúlio Dornelles Vargas com os irmãos Villas Bôas no Xingú, em 1953. https://www.google.ih=711&source=Inms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwjcvfee_a7MAhUMH5AKHdxQCXwQ_AUIBygC&dpr=1#imgrc=nhicCOCbthVVnM%3A

Img 03 - Página 396 - No dia 3 de setembro de 1950, pousaram em uma clareira arenosa na Serra do Cachimbo, dando início ao desbravamento daquela região, um Fairchild, de prefixo PP-FBC, pilotado pelo Comandante Olavo Cavalcanti, tendo como passageiros os irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

Img 04 - Página 398 - Construção da Vila Residencial Presidente Vargas em Aragarças - Responsabilidade: Fundação Brasil Central. Vila residencial Presidente Vargas e URBS Engenharia. Acervo da Fundação Brasil Central. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

Img 05 - Página 399 - A expedição roncador-xingu rumo ao rio araguaia. Arredores-de-Caiponia-rumo-a-vila-Cuiabana/MT. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

Img 06 - Página 400 - Xingu,1945. Índio tecendo trama de palha, nação Ianahuqua. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

Img 07 - Página 400 - Rumo a Vila de garinpeiros denominada Vila Cuiabana. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

Img 08 - Página 401 - Aldeia no rio Xingu. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

Img 09 - Página 401 - Fechamento da Barragem do Paranoa - represamento do Rio Paranoá em 12 de setembro de 1959 em Brasília, capital de todos os brasileiros, que seria inaugurada em 21 de abril de 1960. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

Img 10 - Página 401 - Os caciques e o presidente da República Juscelino Kubtscheck de Oliveira na Ilha do Bananal/MT no dia 4 de junho de 1960. O presidente pensou em grandioso projeto turístico de forma a integra o interior do Brasil. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

Img 11 - Página 402 - The First Steam-boat on the Amazon (O primeiro barco a vapor na Amazônia), 1873. Journey Across South America por Paul Marcoy (1815-1888), Ilustração Édouard Riou (1833 - 1900), volume 2, página/ilustração 121. Óleo sobre tela de Edouard Riou. http://www.wikigallery.org/wiki/painting_231239/Edouard-Riou/The-First-Steam-boat-on-the-Amazon%2C-page-491-from-Vol.2-of-Journey-Across-South-America-by-P.-Marcoy%2C-1873

Img 12 - Página 403 - Fundação da Vila de Xavantina pela Expedição Roncador-Xingu no dia 14 de abril de 1944. Inicio da urbanização de xavantina. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

Img 13 - Página 404 - Construção da ponte sobre os Rios Araguaia e Garças, 1953. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

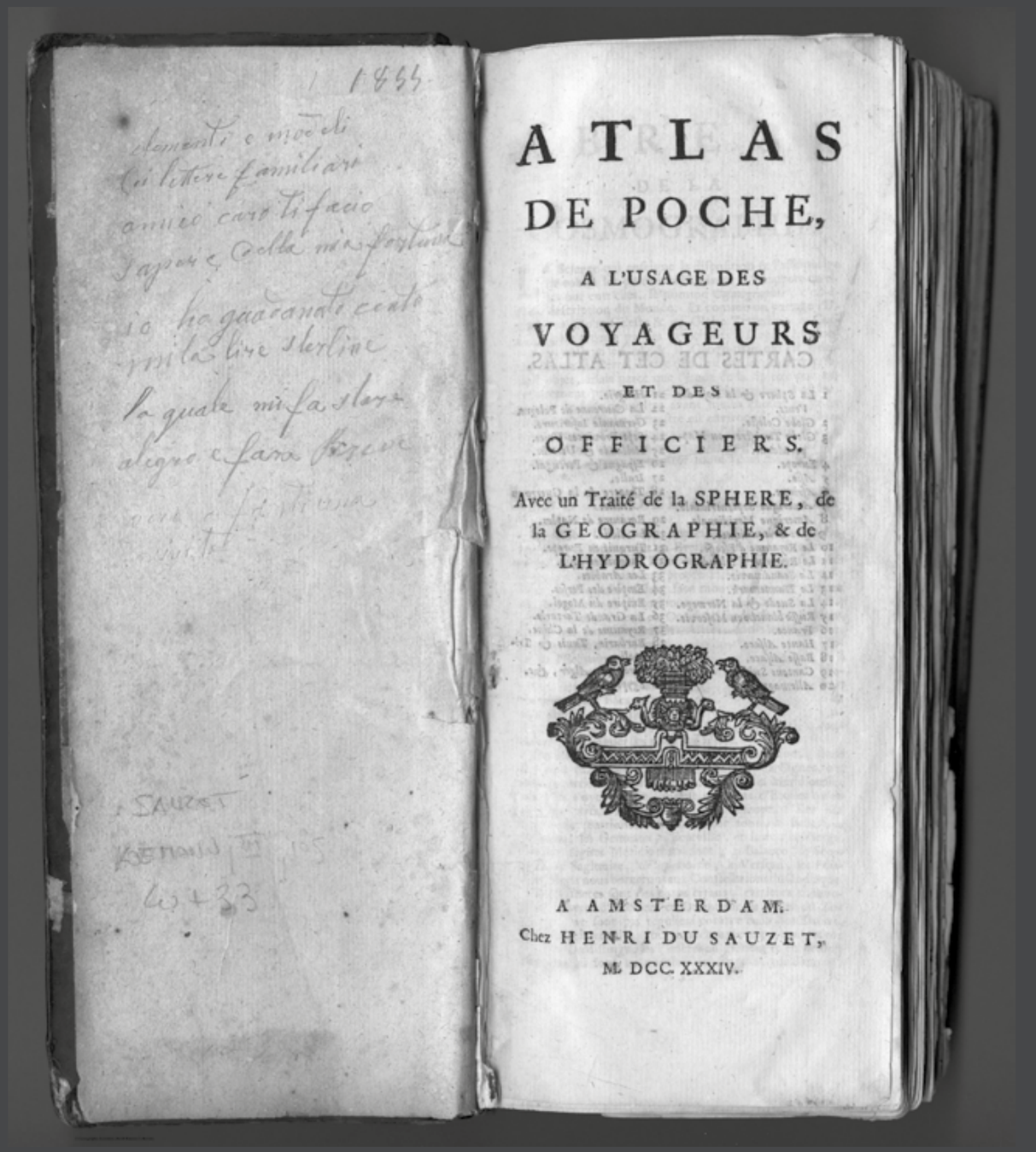
Img 14 - Página 404 - A Estrada de Ferro Tocantins (EFT) foi uma ferrovia brasileira localizada no estado do Pará. Foi construída para complementar a navegação fluvial, ao longo das cachoeiras da região entre Tucuruí e Marabá, ligando as seções navegáveis do rio Tocantins. Foi planejada inicialmente para dar suporte a navegação, cobrindo todos os trechos com corredeiras e cachoeiras ao longo dos rios Tocantins, Araguaia e das Almas. Com aproximadamente 120 km de extensão a ferrovia tinha seis estações: Alcobaça, Mestre Leopoldino, Breu Branco, Pucuruí, Remansão e Jatobal. Em processo de decadência coube a Fundação Brasil Central, reativa-la. http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/

Img 15 - Página 405 - Orlando Villas Bôas e um índio Txikao (Ikpeng) 1967 (segundo contato) foto: J.P. arquivo da família Villas Bôas.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Orlando_Villas_Boas_e_um_%C3%ADndio_Txic%C3%A3o.jpg

Mapa - https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~31163~1150192:Hemisphere-Occidental-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:hemisphere%2Boccidental;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=4&trs=112

Imagens da quarta capa - Várias imagens do cientista Auguste François Biard (1798-1882), retiradas de sua obra Deux années au Brésil. Paris : Librairie de L. Hachette et C, 1862. Ilustrações de Edouard Riou (1833-1900). Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3249.





Equipe da expedição “Pelos Caminhos dos Desbravadores”



José Roberto Sfair Macedo
Diretor Regional do Sesc-DF



Casimiro Pedro da Silva Neto
Historiador, curador do projeto e assessor da Direção Regional do Sesc-DF



Liliam Roberta dos Santos Silva
Professora e pesquisadora



José Umberto de Almeida
Pesquisador, curador de arte, antropólogo e colaborador do Sesc-DF



Agnaldo Teodorio Vieira
Motorista do Sesc-DF



Rodrigo Manente Danucalov
Motorista da equipe em São Paulo e colaborador do Sesc







Desbravadores do Brasil

Realização
Serviço Social do Comércio
Administração Regional no Distrito Federal – Sesc-DF

Adelmir Santana
Presidente do Conselho Regional

José Roberto Sfair Macedo
Diretor Regional

Guilherme Reinecken de Araújo
Chefe de Divisão de Desenvolvimento Humano

Coordenação do Projeto/Curadoria/Pesquisa Histórica e Iconográfica/Fotografia/Elaboração de textos
Casimiro Pedro da Silva Neto
Historiador e Assessor da Direção Regional

APOIO TÉCNICO
José Umberto de Almeida
Pesquisador, curador de arte e antropólogo
Liliam Roberta dos Santos Silva
Professora e pesquisadora
Agnaldo Teodorio Vieira
Motorista do Sesc DF
Rodrigo Manente Danucalov
Motorista da equipe do Sesc DF em São Paulo

PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO
Ely Borges

CAPA
Israel Cerqueira

REVISÃO
Ronaldo Santiago

Impressão:
Gráfica Cidade

Agradecimento especial aos órgãos públicos federais e estaduais, associações, fundações, institutos, servidores públicos e funcionários de empresas privadas, pela disponibilidade, parceria, colaboração e solidariedade ao projeto histórico, gráfico e expográfico Desbravadores do Brasil.

Estado de São Paulo/São Paulo/Capital
Museu da Cidade de São Paulo
Equipe do Educativo Museu da Cidade
Casa do Bandeirante
Casa do Sítio da Ressaca
Casa do Tatuapé

Novotel SP Jaraguá Conventions
Guilherme Reis Correia
Analista de comunicação de marketing

Taubaté
Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico Municipal de Taubaté
Arquivo Histórico Municipal Dr. Félix Guisard Filho
Museu Histórico Professor Paulo Camilher Florençano
Professor e Historiógrafo Antonio Carlos Argolo de Andrade

Estado do Mato Grosso/Cuiabá
Bandeirantes Hotel/Simone Maria Potrich de Souza - proprietária e gerente
Fábio de Paula - fotógrafo

Estado de Goiás/Cidade de Goiás
Museu das Bandeiras/Ibram/Minc
Stélia Braga Castro
Diretora/Museus de Goiás/Ibram/Minc
Rone Carlos Bernardo Soares
Chefe de Serviço/Museus de Goiás/Ibram/Minc
Tatielle Brito Nepomuceno
Arquivista/Museu das Bandeiras/Ibram/Minc
Milena Bastos Tavares
Recepcionista/Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras/Ibram/Minc

Palácio Conde dos Arcos
José Filho Costa Pereira Amâncio
Diretor do Centro Cultural

Brasília
Câmara dos Deputados / Centro de Documentação e Informação / Biblioteca / Seção de Coleções Especiais
Bismarque Villa Real, engenheiro e coordenador geral do projeto “Estrada Colonial no Planalto Central”
David Facioli Borges - Digitalização e tratamento de Imagens


MARE PA-
OCEANVS ATLANTICVS
Tropicus Cancri
Circulus Æquinoctialis
OCCIDENS
ORIENS
MARE
DEL
NORT
TERRAE AVSTRA
MERI DIES
Tropicus Capricorni
Prima ego velivolis ambiui cursibus Orbem,
Magellane nouo te duce duc ta freto.
Ambiui, meritoque vocor Victoria; sunt mi
Vela, alæ, pretium, gloria, pugna, mare
PERVVIA
id est,
Noui Orbis pars
Meridionalis à præ-
stantissima eius in Occidē-
tem regione sic appellata.
1598.
Coloniæ excudit Johan Busse mecher.

HEMISPHERE OCCIDENTAL

Dressé en 1720 pour l'usage particulier du Roy

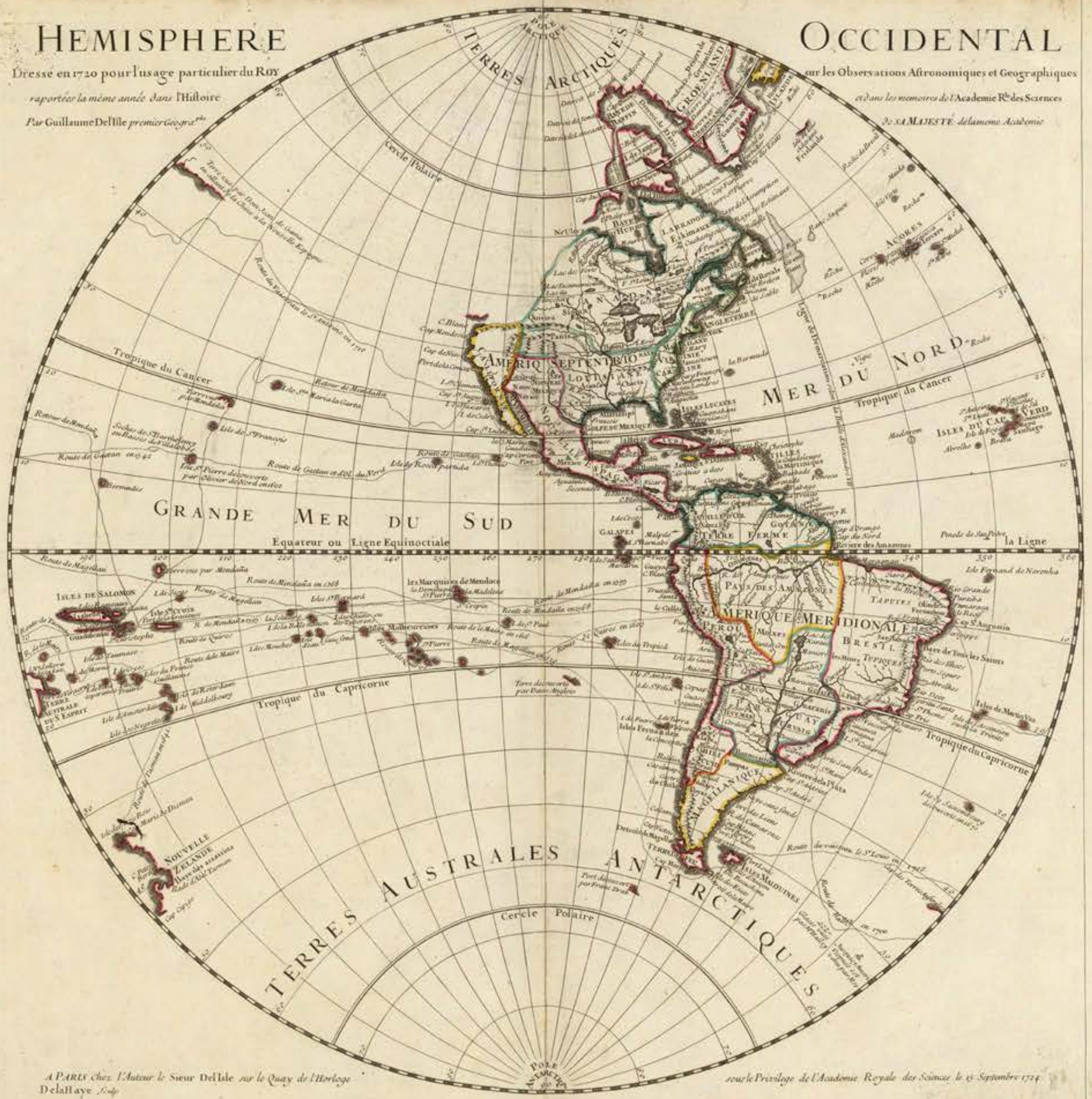
rapportées la même année dans l'Histoire

Par Guillaume Delisle *premier Geogra.phe*

sur les Observations Astronomiques et Geographiques

et dans les memoires de l'Academie R.le des Sciences

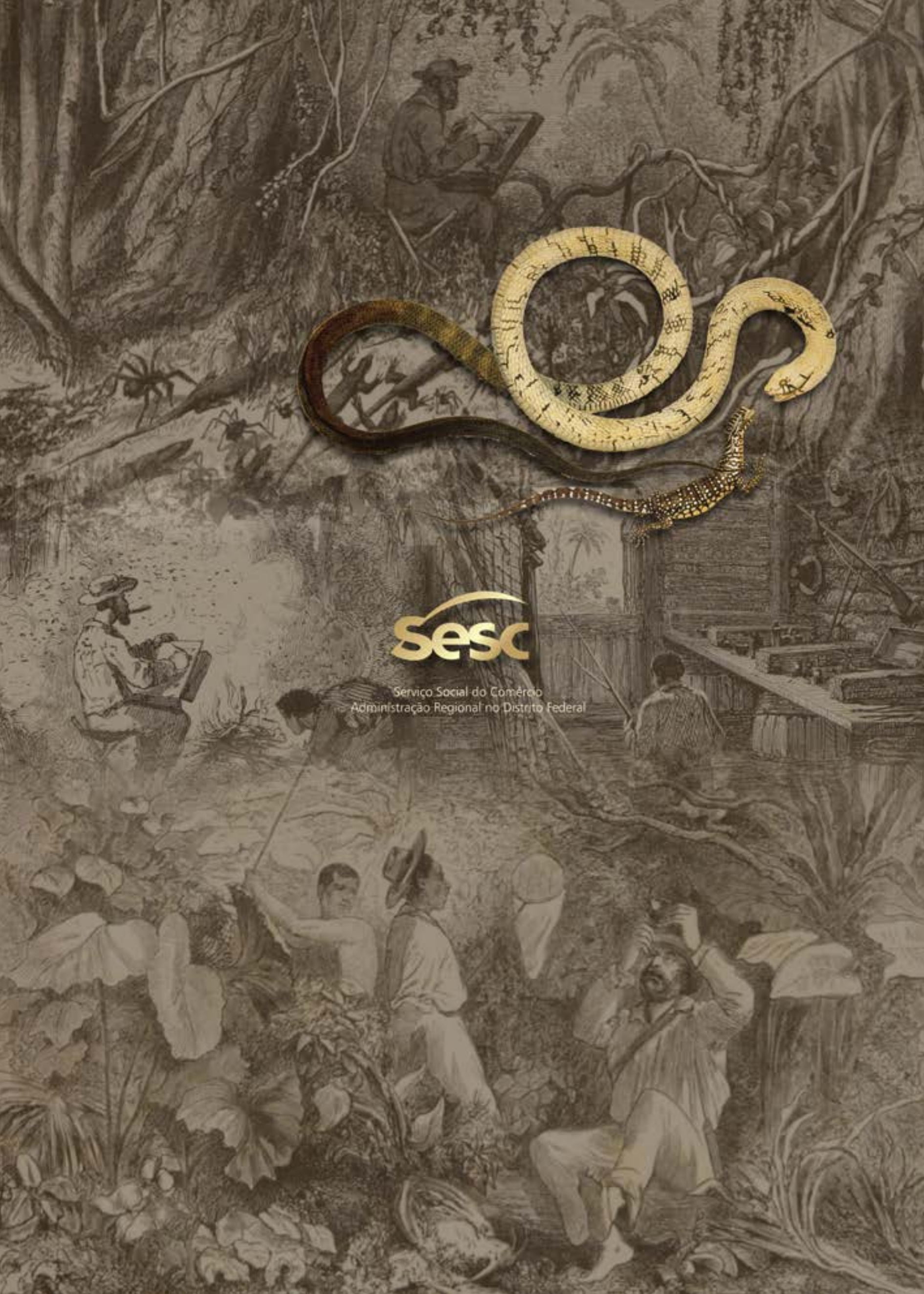
de SA MAJESTÉ *de la même Académie*



Este livro foi composto em Garamond,
Humnst777 e Acom Initials
Impresso em papel Couchet Matte 150g/m²
Impressão e Acabamento Gráfica Cidade
Impresso em Brasília
2018

A PARIS *chez l'Auteur le* Sieur DelIsle *sur le Quay de l'Horloge*
DelaHaye *Sculp*

sous le Privilege de l'Academie Royale des Sciences le 15 Septembre 1724.



sesc

Serviço Social do Comércio
Administração Regional no Distrito Federal